

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: HISTÓRIA CULTURAL  
Linha de Pesquisa: IDENTIDADE, TRADIÇÃO, PROCESSO**



*La mémoire* - René Magritte (1948)

**TESE DE DOUTORADO**

***FILIGRANAS DA MEMÓRIA:  
História e Memória nas Comemorações dos Centenários de  
Canudos (1993-1997)***

**AUTOR: ANTÔNIO FERNANDO DE ARAÚJO SÁ**

**ORIENTADORA: PROF<sup>a</sup> DR<sup>a</sup> MARIA TEREZA NEGRÃO DE MELLO.**

2006

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**  
**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**  
**ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: HISTÓRIA CULTURAL**  
**Linha de Pesquisa: IDENTIDADE, TRADIÇÃO, PROCESSO**

**TESE DE DOUTORADO**

***FILIGRANAS DA MEMÓRIA:***  
***História e Memória nas Comemorações dos Centenários de***  
***Canudos (1993-1997)***

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em  
História da Universidade de Brasília como parte dos  
requisitos para obtenção do grau de Doutor em História.

**AUTOR: ANTÔNIO FERNANDO DE ARAÚJO SÁ**

**ORIENTADORA: PROF<sup>a</sup> DR<sup>a</sup> MARIA TEREZA NEGRÃO DE MELLO.**

2006

S111f

Sá, Antônio Fernando de Araújo  
Filigranas da memória : história e memória nas comemorações  
dos centenários de Canudos (1993-1997) / Antônio Fernando de  
Araújo Sá. – Brasília, 2006.  
489f. : il.

Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação  
em História, Departamento de História, Universidade de Brasília,  
2006.

Orientadora: Profª Drª Maria Tereza Negrão de Mello.

1. Historiografia.            2. Memória.            3. História do  
Brasil.            4. Guerra de Canudos.            I. Título.

CDU 930:94(81).074

## BANCA EXAMINADORA

**MARIA T. FERRAZ NEGRÃO DE MELLO (PPGHIS – UnB) Presidente e orientadora**

---

### **Examinadores**

**ELEONORA ZICARI COSTA DE BRITO (PPGHIS – UnB)**

---

**ESTEVÃO DE REZENDE MARTINS (PPGHIS – UnB) - UnB**

---

**VENÍCIO ARTUR DE LIMA (Ciência Política – UnB - Aposentado)**

---

**FRANCISCO CARLOS TEIXEIRA DA SILVA (PPGHIST/UFRJ)**

---

**MÁRCIA MARTINS DE MELO KUYUMJIAN (PPGHIS – UnB – Suplente)**

---

Brasília, 2 de junho de 2006

*Para  
D. Antônia, Seu Adelmo (in memoriam), Ana C.  
Carla, Nahum e Ian  
Com muito amor*

*“Memory makes us, we make memory”.*  
*Elisabeth Tonkin<sup>1</sup>*

---

<sup>1</sup> TONKIN, Elisabeth. In: CANDAU, Jöel. **Mémoire et identité**. Paris: Presses Universitaires de France, 1998, p. 6.

## RESUMO

Como contraponto à organização de marcos instauradores da memória política dominante no Brasil, as comemorações dos centenários da Guerra de Canudos possibilitaram a compreensão da emergência de vozes alternativas à da memória instituída. Intimamente ligadas a diferentes projetos políticos de reconstrução do passado, estas comemorações produziram, nos anos 1990, uma intensa produção cultural na mídia, universidades, movimentos sociais, exército e na cultura popular.

Na primeira parte, intitulada *História e Memória na Era das Comemorações*, realizei, a partir da imagem de um quebra-cabeça (*puzzle*), um debate teórico-metodológico sobre os problemas levantados na tese, quanto às complexas relações entre história e memória na contemporaneidade. Assim, efetuo uma revisão historiográfica, relacionando história cultural e história da memória, com o objetivo de inquirir os usos da memória na sociedade brasileira contemporânea e suas interações com a constituição da identidade nacional. A imagem do “*palimpsesto*” foi utilizada para pensar a historiografia e a memória nas comemorações da Guerra de Canudos.

Na segunda parte da tese - *Filigranas da Memória nos Centenários de Canudos (1993-1997)* -, investigo as formas como foram comemorados os centenários da Guerra de Canudos nos movimentos sociais, instituições da sociedade civil e no aparelho do Estado - universidades e exército, enfatizando as batalhas da memória de Canudos. Aqui percebemos uma verdadeira obsessão do presente com relação ao passado com a constituição de “*lugares da memória*” no Sertão do Conselheiro, região em que Antônio Conselheiro deixou rastros em suas andanças.

Na terceira e última parte – *História, Mídia e Imagens da Memória nos Centenários de Canudos* -, faço uma análise das representações produzidas sobre os centenários a partir dos meios de comunicação de massa e eletrônicos, visando compreender as interseções entre *política, memória, cultura de massa e identidade social*, a partir da atualidade de Canudos como um evento de mídia. Partindo da noção de *lugares de memória*, construída por Pierre Nora, ressalto a importância dos meios de comunicação de massa e eletrônicos como espaços privilegiados no arquivamento e produção da memória contemporânea.

Como resposta à emergência cada vez maior de uma consciência camponesa que interpelava (e interpela) toda a sociedade brasileira, as batalhas simbólicas em torno das comemorações dos centenários da Guerra de Canudos (1993-1997) ofereceram ao pesquisador uma plêiade de representações sobre Canudos. De um lado, emergiu uma leitura mais pessoal e íntima da vida da comunidade, através de fotos, vídeos e artes plásticas, em que os artistas se pautaram na tradição oral, buscando uma associação com a atualidade da luta pela terra no Brasil contemporâneo.

Ao mesmo tempo, são perceptíveis algumas permanências nas representações de Canudos na contemporaneidade, oriundas dos diferentes suportes referentes à época da guerra propriamente dita, como é o caso das fotografias de Flávio de Barros e da presença atual de Euclides da Cunha na construção da memória de Canudos, especialmente por conta do destaque dado à superprodução cinematográfica comemorativa do centenário da Guerra de Canudos, o filme de Sérgio Rezende.

Palavras-chave: Guerra de Canudos, História, Memória e Historiografia

## ABSTRACT

In contrast with the organization of establishing landmarks for the predominant political memory in Brazil, the commemorations of Canudos War centennials provided the comprehension of emerging alternate voices to the instituted memory. Intimately linked to different political projects of past reconstruction, these commemorations produced, in the 1990's, an intense cultural production in the media, universities, social movements, Army and in folk culture.

In the first part - History and Memory in the Commemorations Age – the image of a puzzle is the starting point for developing a theoretical-methodological debate about the problems raised in the thesis, in terms of the complex relations between history and memory in contemporarity. Thus, I carry out a historiography review, associating cultural history and the history of memory, aiming at inquiring the usages of memory in the contemporary Brazilian society and its interactions with the constitution of the national identity. The image of the “palimpsest” was used to think the historiography and the memory in the commemorations of Canudos War.

In the second part of the thesis – Filigrees of Memory in Canudos Centennials (1993-1997) – I investigate how the commemorations took place in social movements, civil society institutions and in the State apparatus – universities and army – emphasizing the battles of Canudos memory. Here we notice a true obsession of the present in relation to the past, with the constitution of “realms of memory” in Conselheiro's backlands (“Sertão do Conselheiro”) - the region in which Antônio Conselheiro left traces during his wandering as a preacher.

In the third and last part – History, Media and Images of Memory in Canudos Centennials – I carry out an analysis of the representations produced about the centennials in mass and electronic communication media, aiming at comprehending the intersections of politics, memory, mass culture and social identity, considering the present notion of Canudos as a media event. From the notion of locations of memory, constructed by Pierre Nora, I stress the importance of mass and electronic communication media as privileged spaces for archiving and producing the contemporary memory.

As a reply to the growing emergence of a peasant awareness that interpellated (and still interpellates) all the Brazilian society, the symbolic battles surrounding the commemorations of Canudos War centennials (1993-1997) offered the researcher a great variety of representations of Canudos. From one aspect, a more personal and intimate reading of the community's life emerged, through photographs, videos and fine arts, in which the artists guided themselves in oral tradition, searching for an association with the current fight for land in contemporary Brazil.

At the same time, some permanencies in contemporary representations of Canudos are perceptible, generated in different supports related to the period of the war itself, such as the photographs of Flávio de Barros and the existing presence of Euclides da Cunha in the construction of Canudos memory, especially due to the prominence obtained by Sérgio Rezende's film, the high-budget motion picture produced to celebrate Canudos War centennial.

Key-words: Canudos War, history, memory and historiography

# SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	p. 9
<b>1a. PARTE</b>	
<b><i>História e Memória na Era das Comemorações</i></b>	
CAPÍTULO 1:	
PUZZLE ENTRE HISTÓRIA E MEMÓRIA .....	p. 30
CAPÍTULO 2:	
A HISTÓRIA CULTURAL NOS MEANDROS COMEMORATIVOS DA MEMÓRIA E DA IDENTIDADE NACIONAL .....	p. 74
CAPÍTULO 3:	
GUERRA DE CANUDOS: HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA .....	p. 115
<b>2ª PARTE</b>	
<b><i>Filigranas da Memória nos Centenários de Canudos (1993-1997)</i></b>	
CAPÍTULO 4:	
AS COMEMORAÇÕES DOS CENTENÁRIOS DA GUERRA DE CANUDOS E OS MOVIMENTOS SOCIAIS .....	p. 163
CAPÍTULO 5:	
MNEMOTROPISMO NO SERTÃO DO CONSELHEIRO .....	p. 204
CAPÍTULO 6:	
O EXÉRCITO BRASILEIRO E AS COMEMORAÇÕES DE CANUDOS .....	p. 255
<b>3ª PARTE</b>	
<b><i>História, Mídia e Imagens da Memória nos Centenários de Canudos</i></b>	
CAPÍTULO 7:	
O CENTENÁRIO DA GUERRA DE CANUDOS (1997) COMO EVENTO DE MÍDIA .....	p. 302
CAPÍTULO 8:	
EVOCANDO IMAGENS DO SERTÃO EM GUERRA .....	p. 353
CAPÍTULO 9:	
CONTANDO HISTÓRIAS: A ARTE NOS CENTENÁRIOS DE CANUDOS .....	p. 391
CONCLUSÃO	
<b><i>Guerra de Canudos: Entre História e Memória</i></b> .....	p. 427
BIBLIOGRAFIA .....	p. 434

## INTRODUÇÃO

*Mas os bandoleiros de Lampião, como os de Antônio Conselheiro hão de encontrar os seus historiadores, aqueles que virão mais tarde, com ferro em brasa deixar o estigma na frente dos verdadeiros culpados.*

*Júlio de Matos Ibiapina<sup>1</sup>*

Diferentemente da maioria dos seus estudiosos, que estabeleceram contato através do livro *vingador* de Euclides da Cunha, cheguei quase por acaso ao tema da Guerra de Canudos. Após concluir os créditos do curso de mestrado em história na Universidade de Brasília, prestei, inicialmente, a seleção para professor substituto no então Departamento de Filosofia e História da Universidade Federal de Sergipe, em 1991. Naquele momento, havia em desenvolvimento um projeto de pesquisa *Resgate da Memória Histórica: Canudos. Ontem e Hoje*, liderado pelo professor Dr. José Paulino da Silva, que, a cada ano, realizava uma excursão à cidade de Canudos e adjacências. Em outubro de 1992, já como professor efetivo e como forma de integrar-me aos projetos de pesquisa do referido Departamento, acompanhei a viagem turístico-cultural ao cenário da guerra.

Com o título *I Jornada de Estudos Canudos: Ontem e Hoje*, a programação se dividia em debates, exposições e palestras sobre a Guerra de Canudos e um roteiro para se chegar a Canudos, enfatizando os seus aspectos histórico-geográficos. Seu objetivo era “resgatar a memória dos mártires da guerra e os ensinamentos do Conselheiro”, envolvendo camponeses, líderes de partidos, sindicalistas, religiosos, artistas e pesquisadores que têm se encontrado desde 1984, nos dias 04 e 05 de outubro, para uma ‘Celebração Popular pelos Mártires de Canudos’”. Segundo o folheto, foi a partir da participação nessa celebração por parte de professores e estudantes da Universidade Federal de Sergipe que originou o *Projeto de Resgate da Memória Histórica de Canudos: Ontem e Hoje*, como forma de aprofundar o conhecimento sobre a Guerra de Canudos.

As atividades desenvolvidas na Celebração pelos Mártires de Canudos, organizada pelo Movimento Popular e Histórico de Canudos, consistem em debates, apresentação de

---

<sup>1</sup> Citado por MONTENEGRO, Abelardo F. **Fanáticos e Cangaceiros**. Fortaleza: Editora Henriqueta Galeno, 1973, p. 181.

filmes e peças de teatro, exposição de artes plásticas, poesias, literatura de cordel, orações e cantorias realizadas alternadamente nas cidades da região do sertão de Canudos. Essa intensa produção cultural chamou-me a atenção para uma releitura de Canudos por um viés marcadamente influenciado pela cultura popular, demonstrando a possibilidade de uma leitura não-euclidiana do tema.

Sobre o assunto, podemos destacar o trabalho xilográfico de Gabriel Arcanjo que, seguindo a tradição xilográfica nordestina, expressa, ao lado do apuro técnico desenvolvido de forma autodidata, o espírito de renovação constante da cultura popular, materializando na talha da madeira as coisas do sertão, o sofrimento e a alegria dos sertanejos. Assim, a xilogravura revela, ao lado da literatura de cordel, um dos mais significativos modos de expressão da cultura subalterna, na medida em que nenhuma técnica em gravura no Brasil supera-na em qualidade e invenção. Basta lembrar a magnífica obra de Adir Botelho, representando, nas imagens do sertão, do sertanejo e de seu líder maior, Antônio Conselheiro, toda uma simbologia de resistência e heroísmo. Num contexto de redemocratização, aliado a um apaixonante trabalho de dedicação, a coleção de xilogravuras de Adir Botelho sobre Canudos representa uma nova tomada de consciência da realidade brasileira, denunciando a prepotência do poder injusto e violento<sup>2</sup>.

Incendiando a imaginação de historiadores e romancistas desde o século XIX, a polêmica de suas versões conflitantes e de interpretações diversas foi ampliada com o centenário de fundação de Belo Monte, alimentando a já extensa bibliografia. Então, como forma de consolidar meus conhecimentos sobre a temática, colaborei na organização da *II Semana de História* da Universidade Federal de Sergipe, na qual travei contato com a erudição do professor Renato Ferraz, a verve polêmica de Fernando Massoti e a gentileza intelectual dos professores José Paulino da Silva e José Maria de Oliveira Silva.

Por outro lado, palestrei em cursos de Formação Política promovidos pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em Sergipe, que, à época, havia adotado Canudos como símbolo da reforma agrária, no sentido de que “*a história de Canudos nos traga muitos ensinamentos e muito ânimo para continuar na luta pela terra, pela reforma agrária e por uma sociedade mais justa e igualitária*”<sup>3</sup>. Esta interpretação

---

<sup>2</sup> BOTELHO, Adir. **Canudos: Xilogravuras**. Rio de Janeiro: Escola de Belas Artes/UFRJ, 2002, p. 24-25.

<sup>3</sup> MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Canudos Não se Rendeu: 100 anos de luta pela terra**. São Paulo, 1993.

sobre a Guerra de Canudos como tentativa de construir uma comunidade igualitária no sertão da Bahia impulsionou reflexões entre os estudiosos que divergem desta leitura, como foi o caso de Renato Ferraz, colocando o movimento liderado por Antônio Conselheiro como um movimento messiânico e/ou milenarista.

Neste amálgama de interpretações e controvérsias, foi o filme de Antônio Olavo, **Paixão e Guerra no Sertão de Canudos**, lançado em 1993, que me possibilitou uma primeira aproximação com o confronto de memórias sobre a Guerra de Canudos. A partir daí, em diversas viagens ao sertão de Canudos, coletei depoimentos em formato VHS e registrei em fotografias os eventos às margens do açude do Cocorobó. Além disso, levantei também uma extensa bibliografia, visando alargar minha leitura do evento.

Todavia, num primeiro momento, como neófito no assunto, não percebi a possibilidade de me debruçar sobre a temática por pensar que tudo já era conhecido, estudado e explicado. Entretanto, uma palestra do professor José Calasans Brandão da Silva na Universidade Federal de Sergipe sobre *Conselheiro em Sergipe e conselheiristas sergipanos em Canudos* fez-me mudar de idéia. Discorrendo sobre personagens em que estudava desde os anos 1950, Calasans enumerou uma série de questões ainda em aberto sobre a participação dos sergipanos na Guerra de Canudos, indicando fontes e possibilidades de pesquisa. Isto me incentivou a aprofundar a leitura sobre a história da história, no sentido de verificar que a história está viva, perpassada por correntes historiográficas, sujeita a modismos, deixando, ao longo de sua trajetória, alguns setores, explorando outros<sup>4</sup>.

Assim, inspirando-me nas idéias de Pierre Nora, na busca do sentido do *traço*, do *rastro*, que se estabelece entre o passado e o presente, descobri que poderia alargar o horizonte do campo de investigação não na direção de uma reconstituição do evento em si, mas da forma em que foi comemorado na ocasião dos seus centenários. Esta busca por um tema original em meio a uma historiografia constantemente renovada se concretizou com a produção de um artigo publicado, em 1997, sobre os Centenários da Guerra de Canudos, fruto da necessidade de se estabelecer uma reflexão crítica às comemorações realizadas em diversas instituições brasileiras. Estas idéias foram estabelecidas por conta da minha

---

<sup>4</sup> SILVA, José Calasans Brandão da. **O Conselheiro em Sergipe e os Sergipanos em Canudos**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 05.11.1993.

participação na Comissão de Comemoração do Centenário de Canudos na Universidade Federal de Sergipe, como representante do Departamento de História, além de conferências proferidas na Universidade de Brasília, na Universidade Federal de Minas Gerais e na Câmara dos Deputados<sup>5</sup>.

Então, como forma de consolidar as pesquisas realizadas no âmbito dos projetos desenvolvidos no Grupo de Pesquisa *História Popular do Nordeste* (CNPq/UFS), senti a necessidade de realizar o curso de doutorado em História na perspectiva de colaborar, a despeito das armadilhas, para a realização de uma história da memória nos centenários da Guerra de Canudos (1993-1997). Por certo, o envolvimento direto com a temática, que, a princípio, poderia ser visto como um impedimento para a confecção da tese de doutorado, tornou-se instrumento e alavanca da explicação e análise histórica empreendida, aproximando-se de um gênero - *ego-história* - cada vez mais presente na historiografia atual, pois tenta *explicitar, como historiador, o elo entre a história que se fez e a história que vos fez*<sup>6</sup>. Contudo, esta perspectiva de refletir sobre o testemunho pessoal e o trabalho do historiador, tal como fez, entre outros, Raymond Williams e Eric Hobsbawm, não tem encontrado muitos adeptos entre nós, talvez pelo receio de que nossas experiências e lembranças pessoais interfiram na objetividade do conhecimento histórico. Por outro lado, este procedimento também coloca em questão a necessidade da investigação do presente pelo olhar do historiador, trazendo consigo problemas sobre a especificidade das fontes a serem compulsadas. Neste sentido, a história oral aparece como uma possibilidade de inserir a memória como fonte do trabalho do historiador, na medida em que expõe o acesso às experiências de grupos que haviam sido ocultados pela história, ao estarem excluídos da documentação mantida nos arquivos.

Os acontecimentos de Belo Monte/Canudos podem ser enquadrados como “eventos paradigmáticos”, na medida em que atraem para si uma plêiade de “significados díspares e divergentes, desempenhando funções ideológicas precisas, segundo o momento em que são rememorados”. Deste modo, podemos tomá-los como “eventos-modelo”, pois são “fatos

---

<sup>5</sup> SÁ, Antônio Fernando de Araújo. CANUDOS PLURAL: Memórias em confronto nas comemorações dos centenários de Canudos (1993-1997). **Textos de História: Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UnB**. Brasília, v. 5, n. 1, 1997.

<sup>6</sup> NORA, Pierre e Outros. **Ensaio de Ego-História**. Lisboa: Edições 70, 1989 (Coleção Lugar da História), p. 11; POPKIN, Jeremy D. Ego-Histoire and Beyond: Contemporary French Historian-Autobiographers. **French Historical Studies**. Volume 19, Issue 4, Special Issue: Biography, Autumn, 1996, 1139-1167.

formadores da consciência histórica e política de um povo”. Assim, ao recordar os acontecimentos do passado, os construtores de memória produzem significados diferenciados, segundo as classes sociais, setores culturais etc. que representam<sup>7</sup>.

Como contraponto à organização de marcos instauradores da memória política dominante no Brasil, especialmente durante os centenários da Abolição e da República, as comemorações dos centenários da Guerra de Canudos podem ser interpretadas dentro do contexto da emergência de vozes alternativas à da memória instituída, que se articulam às lutas sociais e às relações de poder na construção de identidades sociais, fundamentando revisões e/ou reafirmações nas interpretações vigentes. No confronto das memórias, contudo, não se pode esquecer que há também uma tentativa de enquadrar as comemorações nos marcos de instituições do Estado brasileiro, como, por exemplo, o Exército.

Desta forma, as comemorações tornaram-se elementos do jogo político, sob o signo das ideologias em disputa. Ressalte-se que a invenção das comemorações dos centenários foi construída no final do século XIX, como herança latina do *saeculum*, para lembrar os centenários da Revolução Americana e o da Revolução Francesa. Como demonstrou Hobsbawm, as comemorações implicam em reformulações políticas que acabam por influenciar a historiografia como pode ser visto no caso das festas do bicentenário da Revolução Francesa. Em suas comemorações, há uma rejeição da memória da Revolução Francesa pelo fato de sua interpretação ser marxista desde 1815, o que é inaceitável para a nova escola de historiadores “revisionistas” e amplos setores da mídia internacional, sob a influência da crise do socialismo real e do paradigma comunista<sup>8</sup>. Ozouf nos lembra que festas, comemorações e demais celebrações afins podem ser entendidos como manifestações deliberadas de atores influentes que, através da promoção de tais eventos, procuram modelar a memória coletiva, a serviço de determinado projeto<sup>9</sup>.

Então, por estar intimamente ligado a um projeto de reconstrução do passado, o caso das comemorações da Guerra de Canudos tornou-se, nos anos de 1980 e 1990, emblemático

---

<sup>7</sup> MACEDO, José Rivair & MAESTRI, Mário. **Belo Monte: Uma História da Guerra de Canudos**. 4ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2004, p. 150-151.

<sup>8</sup> HOBBSAWM, Eric. **Ecos da Marselhesa: Dois séculos revêem a Revolução Francesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

<sup>9</sup> OZOUF, Mona. A Festa sob a Revolução Francesa. In: LE GOFF, J. & NORA, Pierre (orgs.). **História: Novos Objetos**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986, p. 216-232.

para os diferentes projetos políticos em confronto, resultando numa intensa produção cultural, tanto erudita, como popular, especialmente face à emergência cada vez maior de uma consciência camponesa que interpelava (e interpela) toda a sociedade brasileira. Assim, o que vemos atualmente é um forte ímpeto em sua luta pela cidadania, na qual emergem uma multiplicidade de movimentos sociais no campo como o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), as lutas indígenas, o movimento dos posseiros, o movimento dos atingidos pelas barragens.

É interessante observar que, apesar da luta camponesa no Brasil ter sido frequentemente ignorada pela historiografia, por caracterizá-la como inferior, atrasada ou pré-política, a contemporaneidade da Guerra de Canudos também pode ser associada ao questionamento do "*Projeto da Modernidade*", na medida em que a classe "bárbara" aparece, na verdade, vítima da barbárie do capitalismo, do socialismo autoritário e da indefinição dos partidos políticos<sup>10</sup>. Assim, no final do século XIX, a leitura de Euclides da Cunha expôs que, para além do suposto conflito *civilização versus barbárie*, o que se viu foi que encontramos mais "barbaridades no lado civilizado que no outro". Assim, o tema da Guerra de Canudos pode ser lembrado, em parte, "como contingência da modernização - mais projetada ainda do que realizada no fim do século passado. O movimento estipulava uma identidade fragmentada, religiosa, o que é visto como oposição à identidade então em construção, a identidade nacional brasileira. Conseqüentemente, esta é negada aos canudenses"<sup>11</sup>.

Foi a partir de Canudos que as elites no Brasil passaram a assumir a incorporação do povo, isto é dos pobres, como o novo desafio da sua própria construção nacional. Como ressaltou Francisco Weffort, mesmo com as "muitas formas de manipulação das massas rurais no "coronelismo" da Primeira República (1889-1930), como em todo o populismo da Segunda República (1930-1964), a questão de como entender o povo pobre do interior e

---

<sup>10</sup> MOURA, Margarida Maria. **Camponeses**. 2ª edição. São Paulo: Ática, 1988, p. 53 (Série Princípios).

<sup>11</sup> BARTELT, Dawid Daniel. Canudos na Alemanha. In: **A Tarde Cultural**. Salvador-BA, 10.05.1997, pp. 8-9.

das cidades passou a tomar lugar fundamental no pensamento nacional, ao lado do tema da construção do próprio Estado nacional”<sup>12</sup>.

Tal debate leva-nos também a uma reflexão sobre a premência da questão dos sertões para se pensar o Brasil, na medida em que o pensamento social brasileiro tem se debruçado sobre a temática desde o final do século XIX e início do XX, no sentido da discussão sobre o problema da inclusão social. A preocupação sobre a ignorância dos centros cultos litorâneos sobre as terras e as gentes do interior brasileiro é recorrente na obra do historiador Vicente L. Cardoso. Na década de 1920, o autor denuncia, por exemplo, que a ignorância do passado do rio São Francisco na historiografia brasileira representa a própria omissão em conhecer o Brasil<sup>13</sup>.

Isto revela a importância do sertão e do litoral na reflexão sobre o Brasil, com suas ambigüidades e contradições na luta constante entre a tradição e a ação no presente. De certa maneira, ainda vemos uma associação da idéia de Sertão como metáfora do Brasil, no sentido de uma brasilidade essencial, materializada em imagens e representações diversas – seja no pensamento social, seja na música, nas artes plásticas, no cinema e na literatura<sup>14</sup>. É neste sentido que podemos afirmar que a categoria “*sertão*” é um “campo simbólico, uma região de significados e relações de sentido estruturadas por um conjunto mais ou menos aberto de categorias cognitivas que, muito mais do que reproduzir ou caracterizar objetivamente uma unidade geográfica, a constrói simbolicamente, sempre no sentido de produzir uma narrativa da formação histórica do país”<sup>15</sup>.

A propósito, as narrativas sobre o passado têm um papel central nos movimentos sociais, nas políticas nacionais e na vida das pessoas comuns, o que têm ocasionado uma verdadeira explosão de interesse pelo estudo da memória coletiva. Ao tentar dar conta dos vários significados da memória, busquei discernir, sob várias dimensões, as filigranas que as constituem, aproximando-a tanto da obra de ourivesaria, quanto das rendadeiras de bilro, pois seus fios delicadamente entrelaçados e soldados pelas lembranças correm o risco de se perderem no redemoinho do tempo se não forem registrados em vários suportes

---

<sup>12</sup> WEFORT, Francisco Correa. AS ESCRITAS DE DEUS E AS PROFANAS: notas para uma história das idéias no Brasil. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 20 n°. 57 fevereiro/2005, p. 22.

<sup>13</sup> CARDOSO, Vicente Licínio. **À Margem da História do Brasil**. 4ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979 (Coleção Brasiliana, v. 13), p. 8-11.

<sup>14</sup> OLIVEIRA, Ricardo. A Invenção da Brasilidade Sertaneja. In: <http://www.ifcs.uftrj.br/~humanas/>.

<sup>15</sup> MARC, René. **O NÃO-BRANCO, O SERTÃO E O PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO**. Brasília, s/d (texto digitado).

documentais – registros filmicos, fontes orais, fotografias, etnografia etc. A fragilidade da memória se materializa também em um dos possíveis significados da palavra *filigrana*, associada à coisa vã, sem importância, como os detalhes do da história e do cotidiano do sertão nordestino, aos quais tentarei compreender em suas variadas facetas.

Tema delicado como renda de bilro, a memória pluralizada e fragmentada tem interrogado o ofício do historiador e as comemorações são especialmente ricas para a reflexão historiográfica. As datas comemorativas proporcionam um balanço do que já foi feito e indicam novas contribuições para a compreensão histórica. Comemorar deve ser entendido aqui como um ato de problematizar a memória instituída e não solidificá-la, inscrevendo-a nas contradições da história dos homens em suas múltiplas e possíveis leituras.

Pensadores de diferentes matizes no campo intelectual se debruçaram sobre estes aspectos da história e da memória, levando-nos a uma reflexão teórica e historiográfica sobre como culturalmente moldaram e politicamente contestaram realidades. Assim, podemos estabelecer questões relacionadas com a formação de consciência histórica, definida aqui como área na qual se intercalam a memória, a escrita de história e outros modos de representar imagens do passado no âmbito da memória coletiva.

Como e onde a memória coletiva é criada atualmente nas sociedades em processo de globalização? Imaginei duas estratégias para se pensar esta questão. De um lado, examinar a representação histórica em mídias específicas, interrogando como diferentes modos de representação criam formas particulares de compreensão histórica, inclusive narrativa oral, livros didáticos, filmes, fotografias e mídias eletrônicas. De outro, averiguar os lugares de memória, nos quais a história é visualizada e vivida de modo público como, por exemplo, as práticas comemorativas, os monumentos, os museus e a cultura popular.

Para dar cabo às problemáticas levantadas dividi em três partes o trabalho. Na primeira parte, intitulada *História e Memória na Era das Comemorações*, realizei, a partir da imagem de um quebra-cabeça, um debate teórico-metodológico sobre os problemas levantados na tese, quanto as complexas relações entre história e memória na contemporaneidade. Assim, no primeiro capítulo, busquei selecionar autores “clássicos” que abordaram os jogos entre história e memória, considerando-os somente aqueles que com suas soluções teóricas e formulações originais me possibilitaram uma fundamentação

para a tese. Numa leitura que levou em conta diferentes tradições intelectuais, propus não um antagonismo, mas antes um entrecruzamento entre memória e história, sem descuidar, contudo, de suas diferenças categoriais.

O tema do segundo capítulo versa sobre as complexas raízes intelectuais a respeito do relacionamento entre a história cultural e a história da memória. Para tanto, selecionei duas das principais vertentes da historiografia cultural contemporânea - a da historiografia dos *Annales* e a dos *Cultural Studies* britânicos -, a fim de, a partir de suas proposições, aproximações e divergências, enfatizar o caráter histórico e performativo da memória e da identidade, principalmente nas questões colocadas pelos conflitos presentes e o questionamento das ações dos dominados.

É neste sentido que proponho o estudo das comemorações como um laboratório de análise do duplo jogo entre presente-passado, entre história e memória, entre o atual e o rememorado. Inserida naquilo que pode ser chamado a “*produção social do passado*”, a comemoração se coloca como elemento central da construção da identidade e está fundada na memória, pois envolve a coordenação das memórias individuais e coletivas, cujos resultados podem parecer consensuais quando eles de fato são o produto de processos de intensa contestação e de luta.

No terceiro capítulo, a imagem do “*palimpsesto*” foi utilizada para pensar a historiografia e a memória nas comemorações da Guerra de Canudos. Para destecer as filigranas e os enredamentos da historiografia sobre o tema, parto de duas interrogações fundantes. De um lado, efetuo um balanço da questão se *Canudos era um movimento messiânico e sebastianista?*, dissecando as diferentes posições historiográficas ao longo do último século. De outro, no contexto de denúncia da exclusão conceitual e política do camponês por parte de historiadores e políticos, elaboro uma análise historiográfica que dê conta dos conselheiristas como *sujeitos da história*.

Na segunda parte da tese - *Filigranas da Memória nos Centenários de Canudos (1993-1997)* -, investigo as formas como foram comemorados os centenários da Guerra de Canudos nos movimentos sociais, instituições da sociedade civil e no aparelho do Estado - universidades e exército. Assim sendo, no quarto capítulo, analiso como foi possível a partir das comemorações dos centenários da Guerra de Canudos aos movimentos sociais - Movimento Popular e Histórico de Canudos (MPHC) e Movimento dos Trabalhadores

Rurais Sem Terra (MST), sindicatos dos trabalhadores rurais, Igreja Católica e a organismos não-governamentais - reconstruir a experiência camponesa de Canudos como símbolo da reforma agrária. Em meio às atividades comemorativas, os canudenses restabeleceram a afirmação de si, livrando-se das imposições e dos preconceitos do sistema dominante. Os camponeses passam, então, a ser sujeitos do seu presente e protagonistas do seu futuro. A memória da Guerra de Canudos era relida visando evidenciar sua atualidade no contexto das lutas sociais na contemporaneidade.

Neste contexto comemorativo, percebi também uma verdadeira obsessão do presente com relação ao passado, materializada na constituição de “*lugares da memória*” no Sertão do Conselheiro, como o *Parque Estadual de Canudos* pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e o *Instituto Popular Memorial de Canudos* (IPMC), vinculado à Igreja Católica, em Canudos, mas também o *Memorial Antônio Conselheiro*, em Quixeramobim/CE. Visando curar as feridas provocadas pelo passado, tais iniciativas expressaram conflitos e disputas em torno das diversas representações da Guerra de Canudos. Ao desconstruir as narrativas presentes nos “*lugares de memória*”, minha intenção, no quinto capítulo, foi colocar em evidência de que as construções identitárias são instrumentos de poder, especialmente em seus confrontos com a história e a memória nacionais.

Já o capítulo 6 trata de como o Exército, interpelado por este excesso de comemorações em torno do centenário do final da Guerra de Canudos, se manifestou através de seminários, publicações, celebrações e entrevistas de seus intelectuais orgânicos. Assim, realizo uma incursão historiográfica na produção intelectual presente nas principais revistas do Exército brasileiro, tais como **A Defesa Nacional**, **Revista do Exército Brasileiro** e **Verde-Oliva**, sobre a Guerra de Canudos, enfatizando as imagens produzidas em torno das lembranças e comemorações do acontecimento.

Na terceira e última parte – *História, Mídia e Imagens da Memória nos Centenários de Canudos* -, faço um inventário das representações produzidas sobre os centenários a partir dos meios de comunicação de massa e eletrônicos. Partindo da noção de *lugares de memória*, construída por Pierre Nora, pode-se afirmar que os meios de comunicação de massa se não são os *lugares de memória*, com certeza são espaços privilegiados no arquivamento e produção da memória contemporânea. Deste modo, não podemos esquecer

que essa relação entre mídia e memória conduz também à questão da construção de identidades, pois é pela memória, ritualmente acionada, que as identidades coletivas são reforçadas e/ou redefinidas e a centralidade da mídia no mundo contemporâneo a coloca como uma das principais produtoras de memória, na medida em que envolve práticas narrativas e gerenciamento do real através de práticas discursivas.

No capítulo 7, proponho analisar as comemorações do Centenário do final da Guerra de Canudos, através da prática jornalística – escrita, audiovisual e eletrônica -, buscando trilhar os seus meandros discursivos na construção da memória. Neste sentido, amplio o horizonte investigativo para a cobertura jornalística na Internet, questionando, além do papel do jornalismo escrito nas comemorações, como foram construídas as representações da Guerra de Canudos na WEB.

Estas questões trouxeram à baila o fato de que os historiadores se vêem interpelados diante do protagonismo adquirido pelos meios de comunicação de massa na produção de uma história, digamos, *mediada*. Assim, além do estudo dos acontecimentos em si, é necessário estudarmos os embates em torno da reapropriação do acontecimento histórico, a partir dos valores e da posição que ocupa determinada corrente de opinião no jogo político.

No oitavo capítulo, ao mapear a intensa atuação da mídia no registro da produção de livros, de fotografias, filmes de ficção e documentários, foram selecionados alguns produtos representativos do debate em torno das comemorações de Canudos, com destaque para o acervo visual que tem como eixo narrativo um enfoque não euclidiano de Canudos, ou seja, a tradição oral como ponto central de releitura temática.

No último capítulo, desenvolvo o argumento de que as batalhas da memória à época dos centenários de Canudos se apresentaram nas obras de diferentes artistas plásticos, trazendo consigo representações em torno dos horrores da guerra, que remetem a uma crítica social, no sentido de associá-la, simbolicamente, à memória dos vencidos. Podemos perceber certa preocupação social em determinadas exposições artísticas de Aldemir Martins, Carybé, Adir Botelho, Juraci Dórea, Trípoli Gaudenzi, José Souza Pinto, Otoniel Neto e Descartes Gadelha. Selecionei, dentre os artistas mencionados, aqueles que explicitaram tal preocupação social e adquiriram certa legitimidade institucional, no sentido de produzir determinada memória de Canudos ou de Euclides da Cunha, ora publicando álbuns comemorativos dos centenários de Canudos, como é o caso de Adir Botelho, ora

depositando suas obras em instituições universitárias e museais ligadas à temática, como foi o caso de T. Gaudenzi na Universidade do Estado da Bahia, Otoniel Neto na Casa de Cultura Euclides da Cunha, em São José do Rio Pardo, Descartes Gadelha no Museu de Arte da Universidade Federal do Ceará (MAUC), Abraão Batista no Memorial Antônio Conselheiro, em Quixeramobim/CE, e J. Borges no Museu do Folclore Edison Carneiro, no Rio de Janeiro.

### *NOTAS SOBRE AS FONTES*

O levantamento das fontes históricas em várias cidades brasileiras trouxe consigo uma multiplicidade tipológica, que, ao mesmo tempo em que se mostrou extremamente rica e fecunda, me impôs problemas e impasses na condução da pesquisa, especialmente pelo fato de existir em abundância e de forma dispersa. Assim, ao lidar com documentos de natureza diversa - tanto documentos textuais, quanto documentos iconográficos e audiovisuais -, busquei estabelecer uma investigação que levasse em consideração o fato de que esses suportes são linguagens e meios de comunicação sociais que expressam as relações entre os homens e são elementos constitutivos da experiência social<sup>16</sup>.

Localizado no Largo do Carmo, nº 4 - Centro Histórico de Salvador, o Centro de Estudos Euclides da Cunha (CEEC), órgão suplementar da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), constitui-se num importante lugar de memória sobre a Guerra de Canudos. Seu acervo documental é constituído hoje de 32.000 documentos sob a forma de CD-ROM e microfiches. Destaco em seu acervo, a existência de entrevistas com remanescentes de conselheiristas que se encontram abrigadas no Núcleo de História Oral. Sua importância pode ser auferida pelo fato de que alguns importantes remanescentes e membros da 2ª geração dos habitantes da região já faleceram, como é o caso de João Guerra, Dona Zefinha, entre outros.

Por outro lado, os pesquisadores desenvolveram o Projeto “*Os Intelectuais de Canudos*” (1998-2000) que visa colher depoimentos de intelectuais e artistas sobre a temática de Canudos. No CEEC, encontrei elementos para refletir sobre a construção da memória atual sobre o movimento conselheirista, percebendo as várias operações de

---

<sup>16</sup> WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

deslizamento da memória coletiva na região de Canudos. Ao mesmo tempo em que oferece ao historiador o contato com indivíduos no mais das vezes marginalizados pela historiografia oficial, reafirmando que todos os cidadãos comuns são sujeitos da história e parte integrante do processo de luta pela afirmação da cidadania. É necessário, contudo, reiterar que as fontes orais são uma condição necessária, mas não suficiente, para uma história das classes não hegemônicas.

Então, como trabalhar estas fontes orais? Pollak sugere que os historiadores que trabalham com a memória devem enfatizar que os principais elementos constitutivos da memória, individual ou coletiva, são os *acontecimentos* vividos pessoalmente ou aqueles dos quais a pessoa nem participou, mas que, no imaginário, tomaram tanto relevo que é quase impossível saber se ela participou ou não; as *pessoas* ou *personagens* - aqui igualmente se aplica a observação anterior - e, finalmente, os *lugares* da memória<sup>17</sup>.

Isto nos remete ao fato de que as entrevistas de histórias de vida são tipos de experiência que trabalham com a problemática da memória e sua seletividade. O depoente, consciente ou inconscientemente, seleciona determinados assuntos em detrimento de outros na entrevista. Assim, são constantes as recorrências, mas também os esquecimentos e os silêncios em seus depoimentos, que podem ser voluntários ou não. Assim, "... a escolha dos entrevistados não deve ser predominantemente orientada por critérios quantitativos, por uma preocupação com amostragens, e sim a partir da *posição* do entrevistado no grupo, do significado de sua experiência"<sup>18</sup>.

A riqueza do acervo do CEEC também pode ser auferida ainda com a produção videográfica existente, referindo-se a dois grupos básicos: documentários apoiados ou não pelo UNEB, além de doações ou compras, e registros de semanas culturais promovidas pela UNEB desde 1991. Vale ressaltar também o material iconográfico, com a produção fotográfica dos trabalhos de campo realizados pelos projetos da UNEB, bem como o registro dos eventos por ela patrocinados.

A inserção de materiais audiovisuais na pesquisa trouxe algumas dimensões teórico-metodológicas entre cinema e história, que me levaram a refletir que, apesar da intensa

---

<sup>17</sup> POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p.200-212.

<sup>18</sup> ALBERTI, Verena. **História Oral: A experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro: Editora da FGV/CPDOC, 1989, p. 14.

presença da cultura audiovisual nas sociedades contemporâneas, o seu uso ainda não contou com o respaldo necessário nos currículos acadêmicos de licenciatura e bacharelado em história. Talvez, no caso do cinema, a resposta possa ser encontrada na própria natureza do cinema - “sua propriedade de fazer substituir a verdade pela verossimilhança” –, que impõe certo limite a sua entrada no rol de fontes históricas. Isto pode ser explicado, em parte, pelo fato de que, diferentemente das outras artes, “no cinema o referente coincide com a representação”, colocando em questão o próprio projeto intelectual do historiador – “explicar o que é”. Assim sendo, o cinema acaba por intervir diretamente no emocional do historiador em virtude do efeito de real que os elementos artísticos e técnicos produzem, levando a dificuldade do distanciamento necessário para a produção do conhecimento científico. “Afinal, como manter-se analiticamente distante de algo que foi produzido para envolver emocionalmente o espectador?”<sup>19</sup>.

Para superar esse impasse, o historiador precisa estar aberto à interdisciplinaridade, pois o filme é uma fonte preciosa para a compreensão dos comportamentos, das visões de mundo, dos valores, das identidades e das ideologias de uma sociedade ou de um momento histórico. Todavia, vale o alerta de que é necessário evitar certo privilégio do historiador com relação ao gênero documentário, por estar supostamente mais próximo da verdade e da realidade do que os filmes de ficção. Esta tendência, marcante no mundo anglo-saxão, deve ser questionada, pois o próprio gênero documentário é seleção de determinados fatos em detrimento de outros e não é mera reprodução objetiva da realidade. Ele é um discurso que *constrói* o real, a partir de determinado ponto de vista de um grupo, classe social ou instituição estatal.

Um problema metodológico que surge na análise da imagem é se o método utilizado para o cinema pode ser utilizado para qualquer imagem produzida pela sociedade. Isto pode ocasionar a obliteração da singularidade que diferencia os distintos suportes imagéticos - o cinematográfico, o televisivo e o fotográfico – como ficou claro quando fomos pensar as imagens produzidas pela mídia ou pela cultura popular, partindo das matrizes discursivas sobre a historiografia da Guerra de Canudos – euclidiana e marxista.

---

<sup>19</sup> ROSSINI, Miriam de Souza. As marcas da história no cinema, as marcas do cinema na história. **Anos 90: Revista do Programa de Pós-Graduação em História**. Porto Alegre, n. 12, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, dezembro de 1999, p. 122 e 123.

O que emergiu do confronto entre as múltiplas fontes consultadas em várias instituições de diferentes Estados foi a percepção de que existiram permanências nas representações de Canudos na contemporaneidade, oriundas dos diferentes suportes referentes à época da guerra propriamente dita. É deste confronto que busquei elaborar uma história das metamorfoses da memória da Guerra de Canudos a partir, por exemplo, do confronto entre as entrevistas produzidas pelo CEEC, as anotações do professor Calasans, localizadas no *Núcleo Sertão* do Centro de Estudos Baianos/Universidade Federal da Bahia, e as entrevistas por mim realizadas ou ainda a presença da cultura popular – cordel e xilogravura – nos quadrinhos ou no cinema nacionais.

A centralidade institucional do Núcleo Sertão do Centro de Estudos Baianos da Universidade Federal da Bahia é fruto da doação do acervo do professor José Calasans, o qual abriga magnífico material bibliográfico de livros, periódicos, iconografia e documentos sobre a Guerra de Canudos, cangaço e folclore. Dentre suas fontes escritas, destaco o levantamento bibliográfico sobre o movimento de Canudos que me proporcionou uma ampla visão da historiografia produzida sobre o tema.

No Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, consultei, no rico acervo da Biblioteca Ruy Barbosa do IGHB, as revistas do Instituto, destacando depoimentos de militares e historiadores baianos sobre o sertão de Canudos, como é o caso de Aristides Milton, Aristides César Spíndola Zama, José Figueiredo Lobo, Deolindo Amorim, Xavier de Oliveira, entre outros.

Na Fundação Clemente Mariani, em Salvador, o inventário analítico da correspondência do barão de Jeremoabo, referente à Guerra de Canudos, proporcionou-me uma visão das elites baianas no final do século XIX sobre a comunidade liderada por Antônio Conselheiro, especialmente a construção do medo que motivou o massacre de Belo Monte. Ressalte-se a existência de algumas permanências dessa visão nos discursos historiográficos e na tradição oral sobre o tema.

Mas, como, atualmente, a memória é condicionada também pelos determinantes pelas novas tecnologias, voltadas para os processos de globalização, talvez a fonte compulsada que trouxe questões muito instigantes foi a documentação oriunda da Internet. Isto faz com que pensemos sobre a possível desvinculação de memórias estabelecidas como marcos formadores de identidades culturais. Concomitantemente, a noção de memória no

processo de globalização efetua uma reafirmação das identidades culturais locais, como um movimento que busca a estabilidade e o equilíbrio de um passado comum, desfeito pelo fenômeno das diluições das distâncias e dos tempos.

Neste sentido, este novo recurso de pesquisa também produz documentos como é o caso dos sítios dedicados ao tema e que tiveram um papel de destaque na fomentação do debate ao longo das comemorações canudenses, como é o caso do acervo da página especial *Canudos: 100 anos* ([www.ax.apc.org/~eraldojurnior/hp13](http://www.ax.apc.org/~eraldojurnior/hp13)). Por outro lado, como ferramenta de pesquisa, a Internet facilitou, sobremaneira, o acesso à documentação digitalizada da imprensa brasileira e internacional durante as comemorações dos centenários da Guerra de Canudos.

Também o acesso eletrônico ao Centro de Referência da História Republicana Brasileira no Museu da República, no Rio de Janeiro, facultou-me conhecer uma documentação em que viceja as fotografias de Flávio de Barros, a rica produção jornalística dos principais veículos de comunicação da época como a **Gazeta de Notícias**, **O Estado de São Paulo**, **O País**, **Gazeta da Tarde**, além dos relatórios apresentados pelo Ministro da Guerra ao Presidente da República, durante e após a Guerra de Canudos. Dentre o material levantado, destaco o editorial da **Gazeta da Tarde**, publicado em 17/02/1897, que questiona o suposto consenso jornalístico contra o Arraial de Canudos. O Editorial considera excessiva a ira e a repressão desencadeada pelo governo federal contra os conselheiristas, pois, segundo o editorial, “levantar-se uma campanha para perseguir e matar fanáticos, é o maior dos atentados que pode cometer um governo neste século das luzes e da liberdade”<sup>20</sup>.

Na cidade maravilhosa, a consulta ao Arquivo Histórico do Exército resultou na apreciação de um manancial inesgotável de possibilidades de leitura da Guerra de Canudos, tanto pela contribuição cartográfica e iconográfica existente, quanto pela correspondência travada entre as autoridades da caserna sobre o tema desde o acontecimento em si até a sua rememoração nos centenários de Canudos. Nesta perspectiva, inventariei as principais publicações periódicas ligadas à Biblioteca do Exército, dentre as quais destaco **A Defesa Nacional**, **Revista do Exército Brasileiro** e **Verde-Oliva**. No campo de batalha das

---

<sup>20</sup> **GAZETA DA TARDE**. Rio de Janeiro, 17/02/1897. In: [www.republicaonline.org.br/RepOnlineNAV/navegacao/documentos](http://www.republicaonline.org.br/RepOnlineNAV/navegacao/documentos). Consultado em 7/10/2003.

memórias, este levantamento bibliográfico proporcionou-me vislumbrar como a interpelação das comemorações dos centenários de Canudos (1993-1997), organizadas pela sociedade civil e pelos meios de comunicação, repercutiu na caserna, na medida em que houve a necessidade de rever a historiografia militar que caracterizava Canudos como um inimigo, isto é, uma sedição monarquista e um antro de fanáticos, que precisava ser debelada. Escrita por um intelectual que atua no interior do Exército e a partir de uma solicitação da Biblioteca do Exército Editora, o livro de Oliveiros Litrento talvez seja um dos principais atores nesta revisão historiográfica no âmbito do Exército, pelo fato dele explicar o fenômeno a partir das condições materiais de existência e dominação, inclusive propondo que a desatenção oficial foi decisiva para a trágica solução do conflito. Assim, o autor afirma que Canudos não é um enigma, mas um grito, uma alerta à Nação, que persiste ainda, pois a “dominação sem freios, em prejuízo da ordem pública e a favor do poder privado dos latifundiários, a que se aliou o esvaziamento econômico provocado pela seca, tudo contribui para o evento sangrento”<sup>21</sup>.

Em Recife, a consulta ao acervo iconográfico, fonográfico e bibliográfico do *Centro de Documentação e de Estudos da História Brasileira Rodrigo Mello Franco de Andrade*, pertencente ao Instituto de Documentação da Fundação Joaquim Nabuco, foi extremamente interessante pela riqueza do acervo em torno da memória cultural brasileira, em especial, das regiões Norte e Nordeste. Deste acervo, relevo a bibliografia inventariada na *Biblioteca Blanche Knoff*, composta de livros e revistas sobre o tema, totalizando 64 referências. Além disso, a filmografia referente à Guerra de Canudos ajudou-nos a refletir sobre sua importância no trabalho do historiador, da qual destaco os seguintes títulos, com as respectivas referências do acervo da Cinemateca da Fundação Joaquim Nabuco: *Canudos Açude Vivo* - Cireneu Kunn, 1994 (96.332.01); *Paixão e Guerra no Sertão de Canudos* - Antônio Olavo, 1993 (96.332.02); *Canudos: Uma história sem fim* - Paulo Marconi, 1996 (96.332.03); *Guerra de Canudos (making of)* - Ronaldo Duque e Armando Lacerda, 1997 (97.332.04); *Canudos*, Ipojuca Pontes, 1978 (97.332.05); *Um sino dobra em Canudos* - Carlos Gaspar, 1962 (97.332.06).

---

<sup>21</sup> LITRENTO, Oliveiros. **Canudos - Visões e Revisões**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1998, p. 22. Para a análise da revisão da historiografia no Exército, ver a dissertação de mestrado: CASTRO, Maurício de Almeida Siaines de. **Canudos: Visões Militares**. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia/IFCS/UFRJ, 2004.

Em Sergipe, foi de fundamental importância compulsar a documentação histórica e bibliográfica existente nas instituições públicas de pesquisa como o *Arquivo Público do Estado de Sergipe (APES)*, *Arquivo Judiciário do Estado de Sergipe*, *Biblioteca Pública Epifânio Dória*, *Biblioteca Central da Universidade Federal de Sergipe*, *Programa de Documentação e Pesquisa Histórica da Universidade Federal de Sergipe*. Destaco, entre estas instituições, o levantamento realizado no APES, através do qual pude consultar os atos do Governo (1897), Registro de Circulares (1897), Registro de Correspondências do Governo com os Juizes de Direito do Estado (1897/1900), Registro de Correspondências do Governo (1898/1900). Também na Biblioteca Pública Epifânio Dória, compulsei os jornais **O Rabudo** (1874), **A Notícia** (1896-1897) e **Folha de Sergipe** (1896-1897). Ainda neste Estado destaco os acervos particulares a que tive acesso, especialmente os dos professores Dr. José Paulino da Silva e Dr. José Maria de Oliveira Silva, além do de Guilhermina Ramos, militante do Movimento Popular e Histórico de Canudos.

Em Fortaleza, encontrei uma rica documentação no Instituto do Ceará, na Biblioteca Pública do Ceará e no Museu de Arte Contemporânea da Universidade Federal do Ceará (UFC), no qual se destaca a obra do artista plástico Descartes Gadelha. Em Quixeramobim, no contexto do centenário do término da Guerra de Canudos, foi inaugurado, em 1997, um Memorial Antônio Conselheiro, que, além de guardar a memória do líder de Canudos, promove exposições, cursos e conferências. É interessante observar que este Memorial encontrou inspiração na militância do Movimento Antônio Conselheiro (MAC - 1996-1998) a pulsação do resgate desta figura histórica marginalizada da história do Brasil no Ceará.

Apesar da solidão da escritura de uma tese de doutorado, seria injusto de minha parte não mencionar, mesmo que correndo riscos de esquecimento, companheiros e companheiras que discutiram, em diferentes ocasiões, este texto comigo, aos quais agradeço a gentileza de compartilhar idéias e reflexões: em primeiro lugar, a professora Dra. Maria Tereza Negrão de Mello, a quem agradeço à atenção e generosidade intelectuais, os professores e estudantes do Departamento de História da Universidade de Brasília - Estevão de Rezende Martins, Vanessa Brasil, Diva Gontijo Muniz, Cléria Botelho da Costa, Márcia de Melo Martins Kuyumijian, Piotr Kilanowski e Ricardo Oriá.

Em Aracaju, gostaria de registrar os companheiros do *Grupo de Pesquisa História Popular do Nordeste* da Universidade Federal de Sergipe - José Maria de Oliveira Silva, Dilton Maynard, Dênio Azevedo, José Vieira da Cruz e Ruy Belém de Araújo - pelo rico debate historiográfico - e os intelectuais amigos Afonso Nascimento, Antônio Ponciano Bezerra, Beatriz Góis Dantas, Ibarê Dantas e José Paulino da Silva. Uma menção especial deve ser feita ao jornalista Cláudio Rosa Cruz pelo constante apoio às viagens empreendidas a Salvador e ao Sertão de Canudos, fornecendo-me valiosas informações fotográficas sobre a natureza sertaneja e dos sertanejos. Além dele, não posso esquecer o jornalista Valteno Marques, que, entre inúmeros afazeres na Televisão Aperipê, disponibilizou filmes relativos à temática canudense.

Em Salvador, destaco a generosidade de Antônio Olavo, José Carlos Pinheiro, Manoel Neto, Luiz Paulo Almeida Neiva e Luciano, Consuelo Pondé de Sena, Álvaro Pinto Dantas de Carvalho Júnior e Karine Uchoa em me indicarem as trilhas do Conselheiro nos diferentes lugares de memória de Salvador (Centro de Estudos Euclides da Cunha, na Ladeira do Carmo, Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, Fundação Clemente Mariani e Núcleo do Sertão, do Centro de Estudos Baianos da Universidade Federal da Bahia). Nesta última instituição não posso deixar de citar os funcionários Zelinda e Wilson pelo cuidado no trato da documentação deixada pelo saudoso professor José Calasans.

Em Canudos, Neidinha e Creudimar Santos facultaram-me o acervo do Instituto Popular Memorial de Canudos, inclusive durante suas folgas da labuta cotidiana.

Em Recife, meus caros amigos Dilton Maynard e Marcelo Neto forneceram-me o suporte necessário para efetuar um levantamento documental e bibliográfico nas principais instituições de pesquisa e museus desta bela cidade. No Centro de Documentação e Estudos da História Brasileira (CEHIBRA)/Instituto de Documentação, da Fundação Joaquim Nabuco, encontrei nos funcionários Luís Carlos da Cinemateca e Emanuel José dos Santos da Biblioteca Blanche Knoff o profissionalismo no acesso às informações coletadas, que dignificam o serviço público, apesar de todos os percalços institucionais no desempenhar de suas tarefas.

Em Fortaleza, agradeço aos funcionários do Instituto do Ceará e da Biblioteca Pública do Ceará, nas pessoas de Marinês e Francisco de Assis, pela presteza no fornecimento de informações fundamentais para minha pesquisa, bem como aos

companheiros do MAC, Danilo Patrício e Artur Eduardo, pelo acesso às suas experiências de vida e a documentação do Movimento Antônio Conselheiro.

Em Quixeramobim/CE, a secretária de Cultura do município, Terezinha Oliveira, os professores Antônio Carlos, Antônio José e Maria Gorete Pimentel Nunes, bem como o vereador Everardo Júnior, foram fundamentais para rastrear os passos do Conselheiro na sua terra natal. Nesta cidade, encontrei o guardião da história da família Maciel, Marcílio Maciel, personagem fantástico que me relatou as memórias familiares sobre Antônio Conselheiro.

No Rio de Janeiro, Fábio Santana, Enilce, Clara e Henrique acolheram-me de forma fraterna em sua casa, o que possibilitou uma estadia tranqüila para efetuar um levantamento sistemático nas principais instituições de pesquisa da cidade maravilhosa. Destaco aqui o trabalho dos profissionais do Arquivo Histórico do Exército e da Biblioteca Franklin Dória (Barão de Loreto), no Palácio Duque de Caxias, respectivamente o tenente Ferreira e a tenente Mônica Avelar. Nesta cidade, a erudição do professor Francisco Carlos Teixeira da Silva colaborou com um rico diálogo, que me fez trilhar novos caminhos quando as veredas impunham encruzilhadas que pareciam intransponíveis.

Outros companheiros, mesmo distantes, muito colaboraram com a confecção da tese via e-mail, como Berthold Zilly, Francesco Lazzari, Samuel Cohn, John e Jan French. Esta pesquisa também contou com o apoio decisivo do PICDT/CAPES e da Universidade Federal de Sergipe.

***1ª PARTE***  
***HISTÓRIA E MEMÓRIA***  
***NA ERA DAS COMEMORAÇÕES***

*CAPÍTULO 1:*  
*PUZZLE ENTRE HISTÓRIA E MEMÓRIA*

*“O historiador não vem só preencher as lacunas da memória. Ele constantemente contesta até mesmo aquelas lembranças que sobreviveram intactas”.*

*Y. Yerushalmi<sup>22</sup>*

A história e a memória estão vinculadas, mas suas relações foram sempre complexas, mutáveis e conflitantes. A ideia de *puzzle* para explicar essas relações remete-nos ao próprio mito grego de Mnemósine. Como nos recorda Emmanuel Carneiro Leão, em Mnemósine, filha do céu e da terra e mãe de todas as musas, encontramos jogo e música, dança e poesia, representação e movimento. Esta palavra diz a concentração da linguagem, a condensação do pensamento. Segundo o autor, o seu radical *émen* remete às experiências primigênicas de pensar, refletir, meditar. Assim, “para um grego, toda realização humana vive do fogo e se origina no furor do pensamento”. A lição do mito primordial de Mnemósine – a memória criadora – é, pois, a entrega de uma experiência primigênia, a experiência arcaica dos primórdios. “É, no sentido desta experiência primordial, que Mnemósine, a memória geradora, se tornou no jogo do amor, a mãe de todas as forças criadoras da condição humana, as musas”<sup>23</sup>.

Então, no alvorecer da Grécia clássica, história e memória se encontravam interligadas em uma das mais antigas metáforas mitológicas do Ocidente, na qual a relação entre Clio com sua mãe, Mnemósine, é condição necessária para a existência uma da outra. Para Hesíodo, por si o homem não pode obter o conhecimento da verdade, apenas através de um determinado tipo de divindade que o inspira. Sabendo da sua falibilidade, Hesíodo

---

<sup>22</sup> YERUSHALMI, Yosef Hayim. **Zakhor: Jewish History and Jewish Memory**. Seattle and London: University of Washington Press, 1996, p. 94 (tradução livre do autor).

<sup>23</sup> LEÃO, Emmanuel Carneiro. O esquecimento da memória. In: **Revista Tempo Brasileiro**. Rio de Janeiro, 153: 143/147, abr.-jun., 2003 [144 e 146].

cantou o que as Musas lhe disseram, mesmo não dizendo a verdade. Em sua proposta, a presença de Mnemósine é considerada como pré-condição do raciocínio humano<sup>24</sup>.

Em Heródoto, a busca da preservação da tradição caminhava com a necessidade de se encontrar a verdade. Quando Heródoto assumiu o dever de registro de tradições, ele foi além do simples salvamento dos fatos do esquecimento, pois dirigiu a investigação histórica no sentido da exploração do desconhecido e do já esquecido. Em sua obra, a memória articulava-se positivamente à tradição oral e o critério de veracidade não se distanciava de seus domínios. Seu método consistia em estabelecer a verdade pelo cruzamento de testemunhos. Já Tucídides distancia-se de Heródoto por considerar que o passado leva ao presente por simples progressão e a única maneira de conhecê-lo é partindo do presente. Para ele, a história contemporânea é central na investigação histórica tanto por nela encontrar algo de imutável na natureza humana, quanto é única forma que pode ser narrada com relativa confiabilidade. Por outro lado, Tucídides, ao concentrar sua obra em um período, um país, uma atividade, acaba por oferecer uma análise mais refletida e experiente dos destinos humanos, especialmente pelo fato de que ele nunca se contentava em descrever algo sem assumir a responsabilidade pelo que registrava<sup>25</sup>. Na obra tucidideana, há a reivindicação de que a escrita é um meio de fixação do acontecimento, fazendo a imutabilidade do escrito uma garantia de fidelidade. Nesta leitura, ele ressalta a fragilidade da memória, tanto a alheia quanto a sua. Daí que não pode confiar nem na sua exatidão nem na sua objetividade<sup>26</sup>.

As ressonâncias clássicas da relação história-memória somente serão deslocadas em meados do século XVIII, quando Voltaire afirma que a história não é questão de memória, mas de *razão*<sup>27</sup>. Ao longo do século XIX, a consolidação da disciplina da história e a profissionalização do historiador impuseram o domínio dos documentos escritos como

---

<sup>24</sup> BARRERA, José Carlos Bermejo. La historia, la memoria y el olvido. In: BARRERA, José Carlos Bermejo & MONROY, Pedro Andrés Piedras. **Genealogía de la Historia: Ensayos de Historia Teórica III**. Madrid: Akal, 1999, p. 173-174.

<sup>25</sup> MOMIGLIANO, Arnaldo. A Tradição Herodoteana e Tucídideana. In: \_\_\_\_\_. **As raízes clássicas da historiografia moderna**. Bauru/SP: EDUSC, 2004, p. 53-83.

<sup>26</sup> GAGNEBIN, Jeanne Marie. O Início da História e as Lágrimas de Tucídides. In: \_\_\_\_\_. **Sete Aulas Sobre Linguagem, Memória e História**. Rio de Janeiro: Imago, 1997, p. 26; MITRE, Antônio. História, memória e esquecimento. In: **Dilemas do Centauro: Ensaio de teoria da história e pensamento latino-americanos**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003, p. 23.

<sup>27</sup> DECCA, Edgar Salvadori de. Desavenças da história com a memória. In: SILVA, Zélia Lopes da (org.). **Cultura Histórica em Debate**. São Paulo: Editora da UNESP, 1995.

fonte, em detrimento da tradição oral, excluindo, assim, do discurso histórico a memória em favor do fato. Nesta época, os historiadores identificavam as memórias como uma fonte dúbia para a verificação dos fatos históricos<sup>28</sup>. No âmbito da chamada história “*tradicional*”, o historiador se apoderava da memória nacional e republicana para estruturá-la e arraigá-la em uma continuidade. A história aclarava o presente, pois o passado estava misturado no presente.

Entretanto, em meados do século XX, a relação da história e da memória se inverte. Desde então, a história está posta a serviço da memória, como se deduz da prescrição do “*dever*” de memória dirigida aos historiadores e que define sua função social no presente<sup>29</sup>. Eis algumas razões para isto: a fascinação com a *experiência* da história, suplementando o interesse mais tradicional com as estruturas e eventos sócio-políticos; a crescente espontaneidade de vincular, explicitamente (ao invés de secretamente), a escrita histórica com as identidades de grupos particulares e o crescente sentimento de que a ordem social e cultural moderna tem uma tendência, na qual se precisa ativamente resistir, a obliterar a consciência do passado a partir das memórias pessoais<sup>30</sup>.

A emergência da memória na cena da discussão historiográfica contemporânea vincula-se, então, às questões levantadas tanto pela história oral, em sua proposta de registro e análise dos testemunhos orais acerca do passado, quanto da história do presente, obrigando a rever o pressuposto da ruptura com o passado como garantia de um conhecimento objetivo. Com isso se estabeleceu uma nova relação entre a história e a memória, ao se questionar o papel da memória coletiva na história e na construção das identidades coletivas, a memória e o esquecimento como fenômenos políticos etc. Desde então, a memória torna-se objeto da história, passando a existir uma história da memória<sup>31</sup>.

---

<sup>28</sup> KLEIN, Kerwin Lee. On the Emergence of Memory in Historical Discourse. **Representations**. University of California Press, Wntr 2000; FERREIRA, Marieta de Moraes. História Oral: um inventário das diferenças. In: \_\_\_\_ (coord.). **Entre-vistas: abordagens e usos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994, p. 1.

<sup>29</sup> PROST, Antoine. **Doce Lecciones sobre la Historia**. Madrid: Cátedra, 2001, p. 295-296.

<sup>30</sup> MEGILL, Allan. Memory. In: **Encyclopedia of Historians & Historical Writing**. Cambridge: Fitzroy Dearborn, 1999. Capturado no endereço eletrônico <http://historyonline.chadwyck.co.uk> em 31/1/2004.

<sup>31</sup> MUDROVICIC, Maria Inês. Alguns consideraciones epistemológicas para una “Historia Del Presente”. In: **Hispania Nova: Revista de História Contemporânea**. nº 1, 1998-2000. Capturado no endereço eletrônico <http://hispanianova.rediris.es> em 13/4/2000; HARTOG, François. A memória e o tempo. In: **O Correio da UNESCO**. Ano 18, n. 5, maio de 1990, p. 14-15.

Desenvolvida no âmbito de um campo fragmentado, a história da memória tem sido mais praticada do que teorizada. Henry Rousso a define como o estado da evolução das representações do passado, entendidas como fatos políticos, culturais ou sociais, em que inclui tanto a análise histórica do acontecimento propriamente dito, como a análise de sua posteridade. Não se propõe aqui a análise de suas conseqüências, mas como se manifesta a sobrevivência ativa e passiva destas representações do passado no imaginário social e, portanto, nas práticas sociais das gerações posteriores. Neste sentido, a história da memória tem sido quase sempre “*uma história das feridas abertas pela memória*”, sobretudo uma manifestação das “*interrogações atuais e palpitantes sobre certos períodos que ‘não passam’*”<sup>32</sup>.

Pierre Nora afirma que a novidade da história da memória reside no fato de que é uma história crítica como um todo e não somente por seus próprios instrumentos de trabalho. Segundo o autor, de agora em diante, a história entrou em sua idade epistemológica, na medida em que ela “*... não se interessa pela memória como recordação, mas como economia geral do passado no presente*”. Trata-se, então, de compreender a administração geral do passado no presente, mediante a desconstrução de seus pólos de fixação mais significativos, isto é, “*uma história crítica da memória através de seus principais pontos de cristalização ou, dito de outro modo, da construção de um modelo de relação entre a história e a memória*”<sup>33</sup>.

Talvez seja menos fácil do que se imagina falar da memória quando se é historiador, pois a sua prática profissional consiste, exatamente, em

*“justapor restos, fragmentos de lembranças, muitas vezes dificilmente identificáveis, em envolvê-los com o imaginário para tentar ligá-los, reconstituir uma imagem, mas segundo esquemas que se retira, de qualquer forma, de si mesmo; e compor assim um quadro que provém, com freqüência, menos do próprio passado do que do sonho do historiador”*<sup>34</sup>.

<sup>32</sup> ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína(orgs.). **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro, Editora da FGV, 1996, p. 95.

<sup>33</sup> NORA, Pierre. La aventura de ‘Les Lieux de mémoire’. In : BUSTILLO, Josefina Cuesta (ed.). **Ayer**. Madrid: Marcial Pons/Asociación de Historia Contemporánea, n. 32, 1998 (número especial Memoria e Historia), p. 26 e 32-33.

<sup>34</sup> DUBY, Georges. Memórias sem Historiador. In: **Idade Média, Idade dos Homens: Do amor e outros ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 166.

Assim, a reconstrução histórica é necessária mesmo quando a memória social preserva o testemunho direto de um acontecimento, pois cabe ao historiador questionar este testemunho não por duvidar do relato, mas por que se assim não o fizer ele estará negando a sua autonomia como historiador no exercício de sua profissão. Ao mesmo tempo, o historiador estaria renunciando a sua independência com relação à memória social, aos métodos próprios a sua ciência e a reivindicação do direito de decidir por si próprio<sup>35</sup>.

Então, os historiadores têm como sua primeira tarefa *historicizar* a memória, na medida em que o que se busca no passado é algo que pode ter-se perdido, mas que se coloca no presente como uma questão não resolvida, ou melhor, que é possível buscar um passado perdido a partir das tensões no imaginário do presente<sup>36</sup>. Qualquer tentativa de usar a memória como fonte histórica tem que se confrontar desde o início com o caráter subjetivo, embora social, da memória. Como os fatos sociais evoluem e mudam com o tempo, a memória há de ter a sua própria história e uma das “melhores maneiras de ver qual o papel da memória *para* a história é observar a memória *na* história”<sup>37</sup>. Mas eles têm mostrado pouco interesse por estudos teóricos da memória enquanto tal, pois a memória só se torna vital quando inserida em contexto, pois é aí que começa a sua história. Assim, seus trabalhos têm se concentrado na descrição, pois o que importa é o que acontece “quando a memória vem à superfície e o que acontece quando pensamos, articulamos e transmitimos as nossas memórias”<sup>38</sup>.

Investigada no âmbito de múltiplos campos do saber como a história, a filosofia, a teoria da literatura, a psicanálise, a sociologia, a antropologia, a memória é uma prática de intermediação entre as estruturas sociais, individuais e coletivas da identidade e os desafios da alteridade. Objeto difuso e com um amplo campo a percorrer no conhecimento humano, a memória foi inicialmente trabalhada pela sociologia e antropologia, que emprestaram um conjunto de conceitos e métodos de trabalho para o historiador. Entretanto, hoje a historiografia trilha seu próprio caminho na perspectiva do que Peter Burke chamou de “*história social do lembrar*”, isto é, a busca para identificar as “*normas*” de seleção das

---

<sup>35</sup> CONNERTON, Paul. **Como as sociedades recordam**. 2ª edição. Oeiras, Celta, 1999, p. 16.

<sup>36</sup> BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de História. In: **Obras Escolhidas: Magia e Técnica, Arte e Política**. Volume 1. São Paulo: Brasiliense, 1985.

<sup>37</sup> FENTRESS, James e WICKMAN, Chris. **Memória Social**. Lisboa: Teorema, 1994, p. 20-21.

<sup>38</sup> Idem, p. 242.

memórias social e individual e observar como variam de lugar para lugar, ou de um grupo para outro, bem como a sua mutabilidade no tempo<sup>39</sup>.

Do ponto de vista da teoria da história, as relações entre história e memória podem ser consideradas, atualmente, como um tópico instigante, revelando-se em uma série de questionamentos: Por que tem crescido o interesse público em memória nas últimas duas décadas, seja por parte das instituições do Estado como a escola, seja através dos meios de comunicação de massa? Qual o papel de uma “*política da memória*” nas sociedades contemporâneas, com a expansão dos “*lugares de memória*”? Quais os meandros fronteiriços entre a memória e a história? A discussão do problema da memória faz o historiador duvidar de suas certezas e rever também a sua produção como produto de imaginário delineado por memórias específicas?<sup>40</sup>

Partindo das questões propostas pelos historiadores da memória, discuto neste capítulo a emergência da memória no discurso histórico contemporâneo, buscando compreender as filigranas tecidas em seus embates com a história, bem como seu relacionamento com a historiografia.

## 1. HISTORIOGRAFIA DA MEMÓRIA

Na busca de uma síntese historiográfica das principais tendências sobre a memória, P. Hutton situa a sua emergência nos anos 1980 e 1990, quando se estabelece uma nova relação entre a história e a memória, trazendo consigo novas possibilidades para a interpretação do passado, ao se questionar o papel da memória coletiva na história e na construção das identidades coletivas, bem como a memória e o esquecimento enquanto fenômenos políticos. O interesse dos historiadores pela memória foi motivado pela influência da historiografia francesa, especialmente a chamada “história das mentalidades”, em voga desde os anos 1960. O autor chama a atenção para importância das obras de Phillipe Ariès sobre a infância e as atitudes do homem ocidental diante da morte, na medida em que nelas se acentua o papel dos rituais comemorativos para o fortalecimento dos laços familiares no final do século XVIII e início do século XIX. A senda aberta por Ariès vai

---

<sup>39</sup> BURKE, Peter. **Variedades de História Cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 73.

<sup>40</sup> SANTOS, Afonso C. M. dos. Memória, História, nação: propondo questões. In: **Tempo Brasileiro**. Rio de Janeiro, n. 87, out./dez. 1986, p. 6-7.

possibilitar o surgimento de um novo gênero histórico, que pode ser caracterizado como a “*história política da comemoração*”, sendo que a obra de Maurice Agulhon pode ser considerada emblemática da passagem de uma historiografia que se interessa mais pelas imagens do que pela ideologia, ou seja, centrada nas políticas da cultura<sup>41</sup>.

A partir da historiografia francesa, François Dosse antecipa para a década de 1970 o marco de mudanças das relações entre história e memória, ao realçar a obra de George Duby em sua empresa de “*desmitologização*” e de “*historicização*” da memória. Este autor relativiza o acontecimento fundador, de matriz positivista, mostrando que o acontecimento deve ser considerado ao mesmo tempo como surgimento do inesperado e como inscrição, vestígio da duração<sup>42</sup>.

Periodizando a história da memória, Hutton caracteriza a “*primeira geração da história da memória*” por um incipiente debate teórico entre seus autores. Talvez por isso os historiadores tenham “*redescoberto*” as obras de Maurice Halbwachs sobre memória coletiva e a de Frances Yates sobre a arte da memória. Desde então, inúmeros trabalhos sobre as políticas públicas de comemoração foram realizados, enfatizando o papel desempenhado pela memória coletiva na construção da identidade nacional. Na medida em que buscavam os vestígios da memória nas representações culturais, o foco central das análises foi os artefatos culturais atuantes no conjunto das relações sociais e de uma economia da memória como museus, monumentos, filmes e novelas, cujo modelo é o projeto enciclopédico organizado por Pierre Nora, **Les Lieux de mémoire** (1984-1992), que acabou por influenciar outras iniciativas em diferentes países como os Estados Unidos, Alemanha, Grã Bretanha, Israel<sup>43</sup>.

O projeto de Nora é importante não apenas pelos tópicos sugeridos, mas também por seu método de uma interpretação histórica, na medida em que alguns historiadores da memória, seguindo seu modelo, começaram a escrever história como se fosse uma arte de memória. Enquanto os historiadores convencionalmente localizam seus tópicos dentro de uma narrativa unificada, os que se interessam pela história da memória ancoram suas

---

<sup>41</sup> HUTTON, Patrick. **History as an Art of Memory**. Hanover and London: University Press of New England, 1993, p. 1-3.

<sup>42</sup> DOSSE, François. **A História à prova do tempo: Da história em migalhas ao resgate do sentido**. São Paulo: Editora da UNESP, 2001, p. 36.

<sup>43</sup> HUTTON, Patrick. History and Memory; Assassins of Memory: Essays on the Denial of the Holocaust. **History and Theory**. Volume 33, Issue 1 (feb., 1994), p. 95.

narrativas em lugares particulares de memória. Segundo a leitura de Hutton, o interesse pela memória derrubou a narrativa de seu *status* privilegiado como a fundação estrutural de história, cujo trabalho a história de mentalidades preparou o caminho.

Alguns problemas podem ser levantados sobre os trabalhos desta primeira geração de estudiosos da memória. Primeiro, porque tais estudos tem tido uma noção não problemática de como a memória é produzida na sociedade. Também frequentemente analisam a cultura como uma esfera autônoma desconectada da experiência social, o que acarreta uma ênfase sobre as representações culturais à custa das mediações e recepções das relações sociais. As imagens do passado são apresentadas como circulando autonomamente na esfera das representações, sem levar em conta que estas imagens são construídas a partir de relações sociais e de poder. Como consequência, a fragilidade destes estudos está na tendência a conceber a memória como uma entidade de símbolos sem ações, da cultura sem sociedade, de representações sem bens materiais e interesses<sup>44</sup>.

Por outro lado, talvez por conta da herança halbwachisiana, não há, na maioria destes autores, um projeto de investigação que leve em conta distinções entre *Memória Individual*, *Memória Coletiva*, *Memória Social* e *Memória Histórica*. Entretanto, apesar de as memórias individual, coletiva e histórica se interpenetrarem mutuamente, não podemos confundir memória coletiva, memória social e história propriamente dita. Por certo, esta indistinção categorial provenha da fusão entre *atos sociais* com *coisas*, presente na tradição durkheimiana e que desemboca na Nova História francesa, especialmente nas obras de Pierre Nora e Jacques Le Goff sobre as relações entre História e Memória<sup>45</sup>.

Ainda que a historiografia anglo-saxônica tenha criticado a obra halbwachisiana, no sentido de propor uma maior autonomia à memória, também sua leitura historiográfica tem desembocado na mesma *apropriação da memória pela história* tal como proposta pela historiografia francesa, efetuando uma relação “*simbiótica*” entre história e memória, na qual utilizam-se os procedimentos e mecanismos da memória com base em critérios

---

<sup>44</sup> CONFINO, Alon & FRITZSCHE, Peter. Introduction: Noises of the Past. In: \_\_\_\_\_ (orgs.). **The Work of Memory: New Directions in the Study of German Society and Culture**. Urbana: University of Illinois, 2002, p. 4-5 (Edição Eletrônica).

<sup>45</sup> MEIHY, José Carlos Sebe Bom. História e Memória ou simplesmente História Oral? In: **Anais do Encontro de História e Documentação Oral**. Brasília: UnB/FA/CID, 1994, p. 7-8.

historiográficos. Enfim, ao não distinguir memória e história, opera-se uma identificação entre elas<sup>46</sup>.

Na década de 1990, presenciamos, no âmbito da emergência industrial da memória, a proliferação dos memoriais do Holocausto através do mundo ocidental, demonstrando que, ao invés do esquecimento do passado, existe uma verdadeira obsessão com lembrá-lo. Surge, então, uma série de trabalhos sobre o Holocausto, que se propõe a escrever uma nova história da memória ao tentar analisar a memória no contexto das redes sociais, isto é, como produto de uma mistura de interesses e motivações materiais e imateriais<sup>47</sup>. Essa “segunda geração de estudos da memória” distingue-se com relação aos textos da primeira geração pela tentativa de explorar como as pessoas comuns constroem suas memórias. A prática da memória tem sido explorada como um veículo para desestabilizar as fronteiras da historiografia de diversos países<sup>48</sup>.

Ora, é necessário estabelecer uma articulação entre os estudos sobre a memória e alguns perigos que, via de regra, podem acontecer no seu relacionamento com a cultura. De um lado, existe o perigo de reduzir a cultura, política e a ideologia, ao invés de alargar o campo político para o social e o experimental, a uma história cotidiana da memória. De outro, também há o perigo de reduzir a cultura a uma noção vaga de memória, na qual ela é separada de outras memórias na sociedade e da cultura produzida em torno delas. Portanto, a memória como representação simbólica e prenhe de significado político é óbvia e explica pouco se não for inserida na rede global de transmissão social e representações simbólicas<sup>49</sup>.

Nesta perspectiva, temos autores que têm elaborado uma análise mais sofisticada sobre a validade da noção de “*memória coletiva*”. É neste sentido que, a partir da antropologia da memória, Candau sugere que a expressão “*memória coletiva*” é uma metáfora, derivando de uma influência extremista de Durkheim, na qual esta metáfora designa uma “coisa” social identificada segundo sua importância e constituída de

---

<sup>46</sup> SEIXAS, Jacy Alves. Percursos de memórias em terras de história: problemáticas atuais. In: BRESCIANI, Stella & NAXARA, Márcia (orgs.). **Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível**. Campinas/SP: EDUNICAMP, 2001, p. 41.

<sup>47</sup> HUTTON, Patrick. Memory Schemes in the New History of Memory. **History and Theory**. Volume 36, Issue 3 (Oct., 1997), 378-391.

<sup>48</sup> CONFINO, Alon & FRITZSCHE, Peter. **Op. cit.**, p. 6.

<sup>49</sup> CONFINO, Alon. Collective Memory and Cultural History: Problems of Method. **The American Historical Review**. Volume 102, Issue 5 (Dec., 1997), 1386-1403.

representações do passado partilhado pelos membros de uma sociedade. Na perspectiva de uma proposta de retórica holística, pautada na estabilidade, durabilidade e homogeneidade, isto é, parte de elementos isomorfos para sua análise, esta idéia é dificilmente aceitável nos dias atuais, em virtude do “frenesi comemorativo” oriundo das mídias e do mundo político<sup>50</sup>.

Frentress e Wickman propõem, inclusive, a substituição da noção “*memória coletiva*” por “*memória social*”. Segundo eles, se toda memória é coletiva, Halbwachs colocou um problema importante para os seguidores: “*elaborar uma concepção de memória que, sem deixar de prestar plena justiça ao lado colectivo da vida consciente de cada um, não faça do indivíduo uma espécie de autómato, passivamente obediente à vontade colectiva interiorizada*”<sup>51</sup>. Isto é, ele elaborou um conceito de consciência coletiva desligado dos reais processos de pensamento de determinada pessoa ou indivíduo. É por esta razão que os autores afirmam preferir “*memória social*” - para enfatizar a matriz social da memória e o caráter abrangente da mesma face às múltiplas memórias de coletivos - em vez de “*memória coletiva*” - conceito usado para designar o núcleo de recordações próprio de um dado grupo (família, classe, etc.) -, pois a “*memória coletiva*” não é uma soma uniformizadora de indivíduos e suas recordações<sup>52</sup>.

Alternativamente, Josefina Cuesta propõe que, ao conceito - indefinido - de Halbwachs de memória social, é necessário incorporar outros mais apropriados para a contemporaneidade, como a *memória pública*, aquela memória flutuante vivida e adquirida fora do grupo ou a *memória comum* que se refere ao conjunto de lembranças vividas pelos indivíduos e reinterpretados pelo grupo, aproximando-se mais da memória coletiva do que a memória social. Ainda podemos incluir a *memória popular* que tem em comum com a social seu caráter interindividual, mas não pertence a determinado grupo, não sendo, portanto, coletiva<sup>53</sup>.

---

<sup>50</sup> CANDAU, Jôel. Le partage de l'oubli: lieux d'amnesie et déni commémoratif. In: <http://www.avinus.de/Candau.htm>. Capturado no dia 4/1/2005.

<sup>51</sup> FRENTRESS, James & WICKMAN, Chris. **Memória Social**. Lisboa: Teorema, 1992, p. 7.

<sup>52</sup> SOBRAL, José Manuel. Memória Social e Identidade. Experiências individuais, experiências coletivas. In: CARDIM, Pedro (org.). **Cursos da Arrábida: A História: Entre Memória e Invenção**. Lisboa: Publicações Europa-América/Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998, p. 35-60.

<sup>53</sup> CUESTA, Josefina. **Historia del Presente**. Madrid: Eudema, 1993, p. 43-44.

Ao efetuar um balanço de ambas gerações, podemos afirmar que a memória é produzida, mas também é produtiva ao nível das relações internas e das pressões externas. Como a memória é uma representação simbólica do passado incrustada na ação social, a questão essencial é, então, compreender como a memória modela, e não apenas como representa, as relações sociais<sup>54</sup>.

Na tentativa de estabelecer uma síntese historiográfica sobre o tema, optei pelo modelo proposto por Mudrovicic para a construção do arcabouço teórico da tese e que contempla um diálogo frutífero com a periodização proposta por P. Hutton. De um lado, temos as obras de M. Halbwachs, Y. Yerushalmi e P. Nora, entre outros, que defendem uma posição da história em relação à memória como *ruptura*, na medida em que a constituição de um campo histórico prefigurado por uma prática científica sublinha a idéia de delimitação clara entre memória e história, denominada de “*tradição ilustrada*” da relação história e memória. De outro, a “*tradição clássica*” desta relação exemplificada em autores como P. Ricoeur, P. Hutton e Raphael Samuel, entre outros, que defendem, com diferentes matizes, a idéia de uma relação entre a memória e a história como “*enigma*”<sup>55</sup>.

### 1.1. A TRADIÇÃO ILUSTRADA DA RELAÇÃO HISTÓRIA- MEMÓRIA

A obra de Maurice Halbwachs pode ser tomada como ponto de partida para toda e qualquer reflexão sobre a questão da memória no discurso histórico contemporâneo, pois, mesmo que para criticá-lo, os estudiosos têm retornado à sua obra para refletir sobre a dinâmica atual da memória coletiva, na contemporaneidade. Em sua “teoria da memória coletiva”, Halbwachs parte das reflexões sobre a psicologia coletiva para afirmar, de um lado, o que há de social nas lembranças individuais e, de outro, a importância da conservação das lembranças comuns a todo o grupo humano e sua influência sobre a vida social<sup>56</sup>. Assim, a memória coletiva de uma comunidade, de um período de sua história ou de um acontecimento concreto, consiste em um conjunto de representações em que os seus

---

<sup>54</sup> LANG, Karen. A polyphony of German Memory. **H-Net Book Review**. Published for [H-German@h-net.msu.edu](mailto:H-German@h-net.msu.edu) (june 2003).

<sup>55</sup> MUDROVICIC, Maria Inês. Alguns consideraciones epistemológicas para una “Historia Del Presente”. In: **Hispania Nova: Revista de História Contemporânea**. Nº 1, 1998-2000. Capturado no endereço eletrônico <http://hispanianova.rediris.es> em 13/4/2000.

<sup>56</sup> BLOCH, Marc. **Historia e Historiadores**. Madrid: Akal, 1999, p. 223-232.

membros compartilham, dando-lhes sentido de pertencimento a esta mesma comunidade. Esta condição instituinte da memória, de tornar referente para a identidade comunitária aquilo que deve ser lembrado, converte a rememoração em uma “*prática necessária a toda afirmação grupal*”.

A partir deste pressuposto, podemos dividir em dois itens a contribuição de Maurice Halbwachs para a reflexão em torno da memória coletiva. Primeiro, sua interpretação de que a memória individual deve ser entendida como um fenômeno social e coletivo, submetido a flutuações, transformações e mudanças constantes. Sob a influência da obra de Durkheim, o autor estabelece as noções de “*fato social*” e de “*sistema social*” como base de suas análises de ordem psicológica e individual. As instituições sociais atuam sobre o indivíduo, construindo um conjunto de representações sobre os modos de agir, pensar e sentir para a constituição do sujeito, que reforçam a unidade social e grupal. Neste sentido, sua obra afirma que não existem memórias individuais, no sentido estrito da palavra, na medida em que a memória do indivíduo depende do seu relacionamento com a família, com a escola, com a Igreja, com a profissão; enfim, com os grupos de convívio e os grupos de referência peculiares a cada indivíduo. Assim sendo, na maioria das vezes, lembrar não é reviver, mas reconstruir, com as imagens do presente, as experiências do passado. Halbwachs amarra a memória da pessoa à memória do grupo e esta à tradição, que é a memória coletiva de cada sociedade<sup>57</sup>.

Contudo, em sua obra póstuma, ao ressaltar a importância da linguagem como constitutiva da realidade social, Halbwachs reiterou que a linguagem configura o grupo e o grupo configura a linguagem. Ao analisar as modalidades da memória coletiva, o autor constatou que, nas sociedades modernas, há grupos, linguagens e espaço-tempo socialmente diferenciados, o que o conduz a postular uma memória coletiva que é, na verdade, resultado de diferentes memórias coletivas<sup>58</sup>.

Gérard Namer sintetiza, magistralmente, a evolução do pensamento halbwachiano da seguinte maneira:

---

<sup>57</sup> HALBWACHS, M. **Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990; BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos**. São Paulo: T.ª Queiroz, 1979, p. 17-18.

<sup>58</sup> URMENETA, Vicente Huici. Tiempo, espacio y memoria: actualidad de Maurice Halbwachs. In: **IV Congreso Vasco de Sociología**. Bilbao, 1998, pp. 438-441.

*“La mémoire collective, uma tomada de posição em favor da interioridade total e da compenetração da memória individual e da memória coletiva, é também uma tomada de partido em favor da interioridade recíproca dos marcos da memória; em **Les Cadres** Halbwachs propunha, ao contrário, uma hierarquia de marcos nos quais a linguagem dominava sobre o espaço e o tempo. Em **La mémoire** não há hierarquia única entre os marcos, ainda que haja diferentes formas de abordar a interioridade relativa dos diferentes contextos sociais”<sup>59</sup>.*

Atualmente, alguns autores tentam matizar os argumentos de Halbwachs. Paul Connerton chama-nos a atenção de que apesar de ele demonstrar magistralmente que a ideia de uma memória individual, separada da memória social, é uma abstração destituída de sentido, o autor “não via que as imagens do passado e o conhecimento recordado do passado são transmitidos e conservados por performances (mais ou menos) rituais”<sup>60</sup>.

Já F. R. Ankersmit interroga se “não devemos ter *ambas* memórias individual e coletiva?”. Segundo ele, existe uma sutil, mesmo assim crucial diferença entre “*lembrar*” e “*lembrar de*”. Mas concordando com a lógica de sua noção de memória coletiva, Halbwachs estende o domínio dos eventos que nós efetivamente podemos “*lembrar*” além do nosso nascimento. A memória coletiva guia nossa vida. Ao mesmo tempo em que pode desenvolver um limbo indefinível entre passado e presente, pode também estabelecer um contato direto e imediato com o passado. O passado nostálgico não nos é cortado no presente e pode persistir no tipo de indivíduo que tem uma sensibilidade específica para isto. Segundo Ankersmit, a lembrança do passado é primeiramente individual, mas, de fato, só sobressai no pano de fundo coletivo<sup>61</sup>.

Por outro lado, Michael Pollak chama a atenção para o fato de que Maurice Halbwachs, dentro de uma análise durkheimiana, longe de ver a memória coletiva como uma imposição, uma forma específica de dominação, acentua as funções positivas desempenhadas pela memória comum, especialmente por reforçar a coesão social, não pela coerção, mas pela adesão afetiva ao grupo. Nesta leitura, a nação é a forma mais acabada de

<sup>59</sup> NAMER, Gérard. Antifascismo y “la memoria de los músicos” de Halbwachs (1938). In: BUSTILLO, Josefina Cuesta (ed.). **Ayer**. Madrid: Marcial Pons/Asociación de Historia Contemporánea, n. 32, 1998 (número especial Memoria e Historia), p. 44.

<sup>60</sup> CONNERTON, Paul. **Op. Cit.**, p. 42.

<sup>61</sup> ANKERSMIST, F. R. Commemoration and Nacional Identity (texto digitado), p. 11-12. Agradeço a gentileza do Professor Estevão de Rezende Martins em facultar o acesso a este texto inédito.

um grupo e a memória nacional, a forma mais completa de uma memória coletiva<sup>62</sup>. Mas a memória coletiva não só serve para estabelecer a identidade de cada grupo, como também é um instrumento político que contribui para fixar as relações de poder entre eles, tornando inevitável o conflito entre memórias em toda a comunidade<sup>63</sup>. Também, ao pressupor formações de memórias sociais e de grupos relativamente estáveis, as abordagens influenciadas pelas assertivas de Halbwachs não são mais adequadas para dar conta da dinâmica atual da mídia e da temporalidade, da memória, do tempo vivido e do esquecimento<sup>64</sup>.

O segundo ponto a se discutir dos textos de Halbwachs é a distinção das funções e modos de operação entre história e memória. Esta diferença entre memória coletiva e memória histórica foi marcada pela criação da distinção entre a experiência vivida e a preservação desta experiência. A memória histórica, assim, é a representação de um passado perdido e é somente lembrança, enquanto na memória coletiva há a interpenetração com a experiência vivida. Neste sentido, o autor afirma que a *“história pode apresentar-se como a memória universal do gênero humano. Mas não existe memória universal. Toda a memória coletiva tem por suporte um grupo limitado no espaço e no tempo”*. A memória é múltipla e a história única, singular.

Em outra passagem, este autor expõe, com precisão, seu ponto de vista:

*“A história é um quadro de mudanças, e é natural que se convença de que as sociedades mudam sem cessar, porque ela fixa seu olhar sobre o conjunto, e não passam muitos anos sem que dentro de uma região desse conjunto, alguma transformação se produz (...). A memória coletiva é um quadro de analogias, e é natural que ela se convença que o grupo permanece, e permaneceu o mesmo, porque ela fixa sua atenção sobre o grupo, e o que mudou, foram as relações ou contatos do grupo com os outros”*<sup>65</sup>.

---

<sup>62</sup> POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-4.

<sup>63</sup> VIDAL-BENEYTO, José Vidal. La construcción de la memoria colectiva: um ejemplo concreto. **Caminhos do Pensamento: Horizontes da Memória**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional/UNESCO, 4/9/2003 (texto digitado).

<sup>64</sup> HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela Memória**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000, p. 19.

<sup>65</sup> HALBWACHS, Maurice. **Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990, p. 86 e 88.

A memória histórica somente começa quando as tradições são rompidas ou quebradas e o contato vivido com o passado se perdeu. A distinção entre história e memória elaborada pela obra halbwachiana possibilitou aos historiadores uma nova abordagem historiográfica, pois colocou em evidência a noção de cultura como uma dimensão simbólica constitutiva de todos os processos sociais. Seu trabalho contribuiu decisivamente para aqueles que estudam as políticas de identidade numa perspectiva interdisciplinar. Em suas reflexões, Halbwachs “compreendeu que a memória, como ato de reconstrução, nunca é idêntica a qualquer imagem do passado, mas que há lugares da memória que podem ser estudados como formas de acesso ao passado. Qualquer sociedade, na medida em que existe, subsiste e toma conhecimento de si mesma, terá os traços que deixou de si mesma reconstruídos”<sup>66</sup>. O que possibilita compreendermos que os “lugares de memória, como monumentos e construções arquitetônicas, são representações coletivas que influem e determinam ações coletivas”<sup>67</sup>.

A atualidade destas teses de M. Halbwachs se mostra com todo o vigor em sua presença nas reflexões de autores da “*primeira geração da história da memória*”, como, por exemplo, Pierre Nora e Yosef Yerushalmi, indicando a existência de um contexto cultural propício para se pensar sobre a problemática da memória coletiva e a escrita da história.

Os estudos de Pierre Nora sobre as funções da memória coletiva na modernidade têm exercido grande influência intelectual nas ciências humanas, principalmente a partir do monumental trabalho **Lieux de mémoire**, por ele organizado. René Rémond, em discurso de recepção de Pierre Nora, na Academia Francesa, afirma que Nora fez surgir um novo objeto de história e consagrou o conceito de “*lugar de memória*” nos debates da comunidade de historiadores, trazendo para seu território reflexões até então privilegiadas pela sociologia. Situado na confluência entre a herança da Escola dos Annales, o bicentenário da Revolução Francesa e o impacto das concepções foucaultianas de poder-

---

<sup>66</sup> SANTOS, Myrian S. dos. Sobre a autonomia das novas identidades coletivas: alguns problemas teóricos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 13, n. 38, outubro/1998, p. 161.

<sup>67</sup> SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **Memória Coletiva e Teoria Social**. São Paulo: Annablume, 2003, p. 87-91.

saber, seu projeto pode ser caracterizado como o de uma *arqueologia da memória*, no sentido de escavar os lugares simbólicos constituídos pela e constitutivos da nação<sup>68</sup>.

Em seu diálogo com a tradição halbwachiana, Nora propõe que o mundo contemporâneo, dominado pela história entendida como uma representação do passado e marcada pela ruptura entre o presente e o passado, vê o desaparecimento da memória coletiva, caracterizado pelo passado fundador e o presente. Da memória tradicional restaram apenas os “lugares de memória” (arquivos, monumentos, comemorações etc.), nos quais a memória, anteriormente vivenciada, teria deixado seus *traços*. No seminal ensaio sobre memória e história, Pierre Nora propõe uma leitura que opõe memória à história, na medida em que, tal como afirma Halbwachs, existem “(...) *tantas memórias quantos grupos existem; que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada*”. Já a história tem uma “*vocação para o universal*”. Portanto, “*A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo*”<sup>69</sup>.

Há, assim, um impressionante pessimismo em suas reflexões sobre a memória histórica e o temor com relação à perda de uma memória coletiva marcada pela unidade cultural. Nesta perspectiva, o artefato da memória coletiva perdida é a prática e a produção da comemoração. Então, Nora caracteriza a mudança dos “*milieux de mémoire*” (meios de memória), ou a memória coletiva naturalizada, para “*lieux de mémoire*” (lugares de memória), como representante da tentativa deliberada e consciente de preservar a memória por diferentes formas (arquivos, museus, memoriais, comemorações etc.), ou a memória historicizada. Por outro lado, sua proposta reitera também que o problema do excesso de memória preservada, da qual todos nós compartilhamos, acaba por destruir qualquer conexão real e vivida com o passado.

Também tendo como seu interlocutor M. Halbwachs, Pierre Nora elabora o conceito de “*lugar de memória*”, afirmando-o como *resto, vestígio*, ocasionado pela aceleração da história contemporânea, fazendo com que os museus, arquivos, centros de documentação,

---

<sup>68</sup> RÉMOND, René. Réception de Pierre Nora à l' Académie Française. **Le Monde**. 6 juin 2002 (edição eletrônica).

<sup>69</sup> NORA, Pierre. Entre Memória e História: A problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo, 10: 7-28, dez. 1993, p. 9.

bibliotecas constituam-se em marcos de testemunhas de outra era. Se não há memória espontânea, é necessário criar arquivos, museus, praças, centros de documentação etc<sup>70</sup>.

Ao mesmo tempo, a contemporaneidade tende a fabricar um maior número de memórias coletivas, a multiplicar os grupos sociais que buscam sua autonomia pela preservação ou pela recuperação do seu próprio passado. Este procedimento tem sido um modo de compensar as convulsões e rupturas das sociedades contemporâneas, que nos marcam pela angústia e pela incerteza do futuro, valorizando um passado que não era, até então, vivido como tal<sup>71</sup>.

A origem do termo remete ao latim e provém da tradição da retórica antiga de Cícero e Quintiliano, que aconselhavam associar, para fixar a ordem do discurso, uma idéia a um lugar, um *locus memoriae*. Mas a fecundidade do neologismo é que, mediante o esforço de construção do objeto, o historiador possa desentranhar a verdade simbólica para além da realidade histórica, de restituir a memória de que ambas as realidades são portadoras. Sua originalidade consiste em tomar em blocos a mitologia, o sistema de organização e de representações da identidade nacional e passá-los pela lente do microscópio do historiador.

Entretanto, o debate desencadeado por esta nova categoria de análise fez com que o autor precisasse suas reflexões. Primeiro, *lieu de mémoire* não se reduz em absoluto a monumentos ou a acontecimentos dignos de memória, ou a objetos puramente materiais, visíveis ou palpáveis. “O *lieu de mémoire* é uma noção abstrata, puramente simbólica, destinada a desentranhar a dimensão rememoradora dos objetos, que podem ser materiais, mas sobretudo imateriais”. Segundo, não se trata em absoluto de um inventário exaustivo. Trata-se da exploração de um sistema simbólico e da construção de um modelo de representações. Portanto, o que conta é o tipo de relação com o passado e a maneira em que o presente o utiliza e o reconstrói, na medida em que os objetos não são mais que indicadores e signos de pistas<sup>72</sup>.

---

<sup>70</sup> Idem. p. 13.

<sup>71</sup> NORA, Pierre. Memória Coletiva. In: LE GOFF, J., CHARTIER, R. & REVEL, J. (sob a direção de). **A Nova História**. Coimbra, Edições Almedina, s/d., p. 453.

<sup>72</sup> NORA, Pierre. La aventura de ‘Les Lieux de mémoire’. In : BUSTILLO, Josefina Cuesta (ed.). **Ayer**. Madrid: Marcial Pons/Asociación de Historia Contemporánea, n. 32, 1998 (número especial Memoria e Historia), p. 32-33.

Ao propor a utilização da memória como objeto do conhecimento histórico, analisando a explosão dos “*lugares de memória*”, na cultura contemporânea, Nora continua, contudo, a identificar a memória como uma forma primitiva ou sagrada de se pensar o passado em oposição à consciência histórica moderna, de base científica.

Apesar das instigantes questões levantadas pelo projeto coletivo de Pierre Nora, adotamos uma postura crítica sobre a sua argumentação, em virtude de sua enorme influência sobre a historiografia da memória. Primeiro, ao enfatizar a oposição entre a memória (espaço do vivido e do absoluto) e a história (lugar do reconstruído e do relativo), Nora perde de vista que, no reconstruído e relativo, há alguns horizontes do vivido e certa pretensão do absoluto. O próprio mito da objetividade, que é alimentado por parcelas do conhecimento histórico erudito, acaba por reforçar a memória interna desse campo de saber<sup>73</sup>.

Segundo, será que não há mais “*memória espontânea*”? Qual o papel da tradição oral no mundo contemporâneo? Entendida como um agregado de costumes, crenças e práticas transmitidas oralmente para contribuir com a continuidade de determinado grupo social, no sentido da construção de sua visão de mundo, a tradição oral tem sido frequentemente reduzida pelos historiadores a um resíduo de fatos históricos, perdendo de vista a verdadeira estrutura e significado histórico das tradições que estudam.

É na memória coletiva que se guarda esse tesouro cultural, na qual a história aparece intimamente ligada à consciência social, na medida em que há uma continuidade entre a evocação do passado e o presente da vida da comunidade, isto é, nas festas, nos velórios, nas cerimônias etc. Entretanto, estas imagens de continuidade ininterrupta costumam ser meras ilusões, na medida em que a transmissão da memória coletiva é um processo de evolução e mudança<sup>74</sup>.

Por fim, a noção de “*lugar de memória*” pode ser criticada como conservadora ao enfatizar a perspectiva de uma compensação para a perda de tradições vividas e/ou uma perda da identidade nacional e comunitária. Portanto, opta por oferecer formas tradicionais de identidade cultural a um sujeito desestabilizado. Huyssen propõe a superação do marco binário de Nora (lugar *versus* meio), no sentido de que se aceite que as formas tradicionais

---

<sup>73</sup> SILVA, M. A. da. **História: O Prazer em ensino e pesquisa**. São Paulo: Brasiliense, 1995, p. 70-71.

<sup>74</sup>FRENTRESS, James & WICKMAN, Chris. **Op. Cit.**

de identidade cultural têm sido afetadas pela modernização. Isto é, que o argumento para se pensar a cultura contemporânea não esteja ligado a um discurso de perda e que se “*aceite o deslocamento fundamental nas estruturas de sentimento, experiência e percepção, na medida em que elas caracterizam o nosso presente que se expande e contrai simultaneamente*”<sup>75</sup>.

Tais observações ajudam-nos a pensar sobre a marcante presença do tema da Guerra de Canudos, quando dos centenários comemorativos, em diversos meios de comunicação - cinema, televisão, histórias em quadrinhos, sítios na WEB -, evidenciando que a memória social, para além dos indivíduos, se encontra também nas mídias. Pode-se inclusive afirmar que a imagem é um operador de memória social, cujos desdobramentos serão analisados na terceira parte da tese.

Em seu livro sugestivamente intitulado **Zakhor** (mandamento bíblico para lembrar), Yosef Yerushalmi estabelece uma aproximação com as propostas de Pierre Nora, pois, mesmo trabalhando com materiais muito diversos, a concepção de “*lieux de mémoire*” corresponde de perto àquilo que o autor chamou de “*vasos e veículos de memória*”. Ao mesmo tempo, a idéia de “*memória coletiva*” ou “*memória grupal*” é utilizada por Yerushalmi de forma bastante próxima à de M. Halbwachs, na medida em que “a memória individual é estruturada através do corpo social, e, mais ainda, que a memória coletiva não é uma metáfora, mas uma realidade social transmitida e sustentada através de esforços conscientes e instituições do grupo”<sup>76</sup>.

Tal como Pierre Nora, o autor reitera que a forma de representação histórica aparece como destrutiva da experiência vivida. A história suplantou a tradição do ritual e da memória judaica através da recordação do passado ao invés da reinvocação e repetição dele no presente. O autor vê, então, a produção da história e a reificação da preservação como um objetivo em si e para si, como marcas de uma era que não professa uma crença, mas cria um valor fora da fragmentação e da perda através da preservação de todos os fragmentos.

Importante resgatar a sua reflexão sobre o esquecimento, quando Yerushalmi distingue a memória (*mneme*) e lembrança (*anamnesis*). Memória é essencialmente

---

<sup>75</sup> HUYSSSEN, Andreas. **Op. Cit.**, p. 29.

<sup>76</sup> YERUSHALMI, Yosef. Prólogo. In: **Zakhor: História Judaica e Memória Judaica**. São Paulo: Imago, 1992, p. 19.

contínua, sem rupturas. A anamnese servirá para descrever a lembrança daquilo que foi esquecido. Segundo ele, “todo conhecimento verdadeiro é anamnese, todo o verdadeiro aprendido de um esforço para recordar o que foi esquecido”<sup>77</sup>. Mas como qualquer anamnese coletiva, o que é recuperado também é metamorfoseado. Neste sentido, tal como Halbwachs, o autor reitera que a memória histórica é a representação de um passado perdido e ela começa quando as tradições são quebradas e o contato com o passado vivido encontra-se perdido. Citando suas palavras,

*“Embora a historiografia moderna possa dar a ilusão tanto da **mneme** como da **anmnensis**, não se trata, na realidade, nem de memória coletiva nem de lembrança em nenhum dos sentidos anteriores, mas de um empreendimento radicalmente novo. O passado que recria constantemente, muitas vezes é quase irreconhecível para o que permanece na memória coletiva; o passado que ela recupera é, com efeito, um passado perdido, mas não é aquele que sentimos ter perdido”*.<sup>78</sup>

Nesta leitura, a memória estabelece um nexos direto com a *res gestae* e é irreduzível à história, pois, segundo ele, em qualquer cultura, “a memória coletiva, transmitida por ritos, cerimônias e eventos semelhantes, reforça um nexos com o passado que não pressupõe uma reflexão explícita sobre a distância que nos separa dele. Em geral, vinculamos esta última possibilidade ao surgimento da historiografia, um gênero literário que tem, entre outras, a finalidade de registrar e conservar as notícias sobre os acontecimentos dignos de memória”<sup>79</sup>.

Como contraponto às leituras de Yerushalmi e Nora, mas apropriando-se do modelo halbwachiano, Susan Crane afirma que a obra de M. Halbwachs pode possibilitar uma recombinação entre memória histórica e memória coletiva. Através da revisão do conceito de memória coletiva, a autora vislumbra uma base teórica para se imaginar uma forma diferente de memória histórica, tendo como foco as experiências individuais em si como entidades históricas. Segundo ela, a memória coletiva em si é a expressão da consciência histórica que deriva de indivíduos, pois a memória coletiva não está localizada em

---

<sup>77</sup> Ibidem. P. 124.

<sup>78</sup> Idem, ibidem, p. 130.

<sup>79</sup> GINZBURG, Carlo. Distância e Perspectiva: duas metáforas. In: **Olhos de Madeira: Nove reflexões sobre a distância**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 179.

“lugares”, mas sim em “indivíduos”. “Todas as narrativas, todos os lugares, todos os textos permanecem objetos até que eles são ‘lidos’ ou referidos por opiniões historicamente individuais”, que tanto podem ser de historiadores, quanto de indivíduos comuns, do povo simples. Neste sentido, emerge no discurso do historiador uma interpelação da memória, que o leva a pensar sobre a questão da subjetividade e o seu envolvimento direto com o seu texto. Talvez a *prática* da história, redefinida como uma ativa participação na lembrança e no esquecimento dentro da memória coletiva feita por cada membro, pode tornar-se característico da consciência histórica, ao invés de simples referência para o *conhecimento* histórico<sup>80</sup>.

### 1.2. A TRADIÇÃO CLÁSSICA DA RELAÇÃO HISTÓRIA- MEMÓRIA

Significativa da historiografia que questiona a oposição *tout court* entre história e memória é a obra de Paul Ricoeur, que convida o historiador a pensar a historicidade e a repensar epistemologicamente a história, nos últimos cinquenta anos<sup>81</sup>. Em sua obra, o problema da memória aparece como uma etapa essencial da construção crítica do saber histórico, na medida em que interroga o historiador a respeito da objetividade do conhecimento histórico.

Sobre o monumental livro **L’ Mémoire, l’ histoire et l’oubli** (2000), Ricoeur esclarece, em entrevista, que sua pesquisa é resultado de várias preocupações. Primeiro, uma preocupação pessoal de retomar a problemática presente nas obras **Tempo e Narrativa** e **O Si Mesmo como Outro**. Nestas obras, a experiência temporal e a operação narrativa são cotejadas de modo direto e ativo, ao preço de um impasse sobre a memória e, pior ainda, a respeito do esquecimento, níveis mediadores entre tempo e narrativa. Segundo, a partir de uma consideração profissional, como os historiadores profissionais, em particular os historiadores do tempo presente, expõem o confronto destes mesmos problemas relativos à relação entre história e memória. Por fim, “intervém uma situação cultural, as grandes reivindicações de uma memória consagrada e a dificuldade da história

---

<sup>80</sup> CRANE, Susan. Writing the Individual Back into Collective Memory. **The American Historical Review**. Volume 102, Issue 5 (Dec., 1997), p. 1381 e 1385.

<sup>81</sup> RICOEUR, Paul. **História e Verdade**. Rio de Janeiro: Forense, 1968.

do tempo presente para situar-se com respeito a essas comemorações”<sup>82</sup>. Daí a idéia de uma política de justa memória para se pensar a influência das comemorações e dos abusos da memória - e do esquecimento.

Para dar cabo de tais inquietações, Ricoeur divide a obra em três partes. A primeira, consagrada a memória e aos fenômenos mnemônicos, está colocada sob a influência da hermenêutica husserliana. Sua leitura fenomenológica da lembrança, momento objetual da memória, estabelece um diálogo produtivo com as assertivas de Yerushalmi, a respeito da *mneme* e *anamnesis*. Para os gregos, a primeira palavra designa a lembrança como algo que aparece passivamente até o ponto de caracterizar como afeição - *pathos* - sua chegada à mente. Já a segunda a lembrança aparece como rememoração. A recordação, encontrada e buscada de modo alternativo, se situa em uma encruzilhada da semântica e da pragmática. Acordar é ter uma lembrança ou ir em sua busca. Segundo o autor, a pergunta “como?” proposta pela *anamnesis* tende a apartar-se da pergunta “que?” colocada mais estritamente pela *mneme*. Este desdobramento do enfoque cognitivo e do enfoque pragmático tem uma incidência importante sobre a pretensão de fidelidade da memória com relação ao passado: esta pretensão define o estatuto veritativo da memória, que será cotejada na segunda parte da obra com o estatuto da história. Seu caminho é a passagem do “que?” para “quem?”, passando para o “como?”, isto é, da recordação para a memória reflexiva, passando pela reminiscência.

Na segunda, dedicada à epistemologia das ciências históricas, Ricoeur propõe a autonomia do conhecimento histórico a respeito ao fenômeno mnemônico como pressuposto principal da história como disciplina científica e literária. Ele adota a expressão de operação histórica, ou melhor, historiográfica, seguindo a propositura de Michel de Certeau, na qual divide o conhecimento histórico em três fases. A primeira fase é a *documental*, que se efetua desde os relatos dos testemunhos oculares até a constituição dos arquivos e que se fixa, como programa epistemológico, o estabelecimento da prova documental. Depois ele chama a fase explicativa/compreensiva, na qual Ricoeur rechaça a oposição entre explicação e compreensão para captar a complexidade do “porque” histórico, isto é, por que as coisas ocorreram assim e não de outra maneira? A terceira fase

---

<sup>82</sup> BLAIN, Jean. Entrevista a Paul Ricoeur. In : **Historia, Antropologia y Fuentes Orales**. Barcelona, 2, n. 30, 2003, p. 53-54.

é a “*representativa*” ou literária, que trata da exposição, demonstração e exibição da intenção historiadora, isto é, a representação presente de coisas ausentes do passado. Com efeito, a escritura é o umbral da linguagem que o conhecimento histórico afasta-se da memória para viver a tríplice aventura do arquivamento, da explicação e da representação. Segundo ele, a história é, do princípio ao fim, escritura. É importante destacar que as três fases não são fases cronologicamente distintas, mas momentos metodológicos interligados entre si.

Por fim, na terceira e última parte do livro, Ricoeur abre uma reflexão sobre as condições de possibilidade deste discurso, que culmina com a meditação sobre o esquecimento, pautando-se na hermenêutica da condição histórica dos homens que somos. Sua opção pela expressão “*condição histórica*” se deve a dois motivos: de um lado, a situação em que cada um se encontra implicado e, por outro, a condicionalidade. Fazemos a história e fazemos história porque somos históricos.

Colocando-o em pé de igualdade com a memória e a história, o filósofo afirma que o fenômeno do esquecimento tem a mesma amplitude que as dimensões mnemônica e histórica, pois é, no passado, que aquilo que é esquecido, se perde. A destruição de um arquivo, de um museu, de uma cidade - testemunhos da história passada - equivale ao esquecimento. Assim, o esquecimento é o emblema da vulnerabilidade de toda a condição histórica.

Ao mesmo tempo, o autor introduz o *perdão* nas reflexões sobre história, memória e esquecimento, pois coloca para o historiador, especialmente do tempo presente, que trabalham com os grandes crimes dos séculos XIX e XX, a dificuldade de exercer um juízo histórico com um espírito de imparcialidade sob o signo de uma condenação moral. Segundo o autor, pensar a memória, a história e o esquecimento, sob a luz do espírito de perdão, é projetar uma espécie de escatologia da memória e, por conseguinte, da história e do esquecimento. Esta escatologia se estrutura a partir e em torno ao desejo de uma memória sossegada, de que algo se transmite na prática da história e até no centro das insuperáveis incertezas que dominam nossas relações com o esquecimento.

Segundo Ricoeur, as três partes do livro não se constituem em três livros distintos, pois há uma problemática comum recorrente na fenomenologia da memória, na epistemologia histórica e na hermenêutica da condição histórica: a idéia de “*representação*”

*do passado*”. Esta questão está posta, segundo ele, em sua radicalidade na investigação da face objetual da memória: trata-se de um enigma de uma imagem, a presença de uma ausência. Tal questão atravessa a epistemologia do testemunho, bem como a hermenêutica da condição histórica<sup>83</sup>.

Atualmente, há um relativo consenso de que todos têm “*direito à memória*”, tornando-se mesmo uma dimensão fundamental da cidadania, na medida em que as memórias dos diferentes grupos sociais têm direito de exporem suas opiniões. Alguns grupos advogam não somente um direito à memória, mas também a obrigação de lembrar o passado. Como a memória, a história e o esquecimento participam de um horizonte comum, no qual é a representação presente de uma coisa ausente, a argumentação de Ricoeur consiste em que a memória constitui, em última instância, como matriz da história. Frente à crescente influência das comemorações, os abusos da memória (e os abusos do esquecimento), o autor propõe uma política de “*justa memória*”.

O caso francês aparece como paradigmático, na medida em que se impôs o “*dever da memória*” pelos atores históricos, que viveram as tragédias do século XX, em especial o holocausto, trazendo consigo relevantes questionamentos quanto a problemas epistemológicos como a valorização da parte subjetiva na objetivação histórica. Assim, Ricoeur propõe um entrelaçamento entre história, memória e justiça, na qual a memória dos testemunhos (dos sobreviventes) dialoga com a história dos historiadores. Entretanto, há o risco de obstaculizar o trabalho crítico da história ao se adotar a postura de “dever de memória”, na medida em que certas comunidades históricas podem encerrar a si mesmas, mantendo-as em sua própria desgraça e desenraizando-as do sentido de justiça e da igualdade. Então, ao invés de um “dever de memória”, Ricoeur propõe o “trabalho da memória”.

Assim, ao lado da pretensão de condenar os excessos da memória por parte dos historiadores, o autor defende uma política de “*justa memória*” como tema cívico da maior importância, o que implica a idéia de um “*dever de memória*” e de uma “*dívida*” em relação às vítimas da história, sem, contudo, retirar da história sua autonomia e sua “função corretiva de verdade”<sup>84</sup>.

---

<sup>83</sup> RICOEUR, Paul. **La Mémoire, L' Histoire, L' Oubli**. Paris: Éditions du Seuil, 2000.

<sup>84</sup> SILVA, Helenice Rodrigues da. “Rememoração”/comemoração: as utilizações sociais da memória. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 22, nº 44, 2002, p. 437.

Mas é legítimo que o historiador interprete/compreenda situações marcadas por extrema violência? Aqui a tensão entre história e memória atinge o seu ápice. Então, o que está em jogo é que a história não se reduz à memória, mas se constrói de lembranças e esquecimentos, desde a fase de constituição de testemunhos e arquivos. Ricoeur propõe o esquecimento como ponto de chegada, induzindo ao tema do perdão, na medida em que “enquanto o esquecimento põe em questão a memória e a fidelidade do passado, o perdão diz respeito à culpabilidade e à reconciliação com o mesmo. Em princípio, ambos agem contra a obrigação de lembrar, sobretudo numa época, como a nossa, dominada pelos abusos da história e pelo cultivo das comemorações”<sup>85</sup>.

Opera-se com a obra de Ricoeur um deslocamento da precedente concepção influenciada por Halbwachs para uma impossibilidade da dissociação entre história e memória, resgatando-se uma leitura clássica das relações entre ambas as categorias. Esse deslocamento deve ser inserido numa conjuntura memorial do presente, voltada para um retorno ao passado em virtude das incertezas do presente e das imprevisibilidades do futuro.

Para Ricoeur, o problema da representação do passado não começa com a história, mas sim com a memória, pois é a memória que governa as representações do passado, levando-nos a questionar acerca de quem exerce a memória e se propõe a tarefa de construir uma versão dos fatos passados.

François Dosse, em textos diversos, tem ressaltado a importância dos trabalhos de Paul Ricoeur para a constituição de uma *história social da memória*, pensada no âmbito de duas exigências:

*“Uma memória submetida à prova crítica da história não pode mais visar à fidelidade sem passar pelo crivo da verdade. Uma história substituída pela memória no movimento da dialética da retrospectão e do projeto não pode mais separar a verdade da fidelidade que se apega, em última análise, às promessas não cumpridas do passado”<sup>86</sup>.*

Mais além da conjuntura memorial dos dias de hoje, sintomático da crise entre duas categorias meta-históricas, o horizonte de expectativa e a ausência de projeto de nossa

---

<sup>85</sup> BRANDÃO, Jacyntho Lins. A Justa Memória. **Jornal de Resenhas**. São Paulo, 12 de maio de 2001.

<sup>86</sup> RICOEUR, Paul. In: DOSSE, François. **A História**. Bauru/SP: EDUSC, 2003, p. 298.

sociedade, Ricoeur lembra a função de agir, da dívida ética diante do passado. Neste sentido, ele busca superar as dicotomias das relações entre memória e história, na medida em que a fratura dos determinismos permite “atenuar a fratura postulada entre o questionamento da verdade que seria o apanágio do historiador e uma busca de fidelidade que seria a mola do memorialista”<sup>87</sup>.

Talvez a originalidade de Paul Ricoeur consista em começar a análise com a memória, antes de discutir a história. O enigma do fenômeno mnemônico é sua representação presente do passado ausente, como afirma Aristóteles: “*a memória é do passado*”. Assim, no lugar de opor memória e história, ele a apresenta como relação inseparável, intrínseca. Nesse domínio do entrecruzamento, ao modo de um *enigma*, mil laços sutis engendram as múltiplas interferências entre o discurso da memória e o discurso histórico. Sua obra coloca uma rica matéria para reflexão dos historiadores propensos a classificações muito abruptas entre essas partes, como é o caso do culto da memória em que transborda o *espírito do tempo* (*Zeitgeist*) e que prolifera na mídia. Isto conduz a uma visão muito esquemática opondo, de um lado, a explicação histórica com o objetivo de busca da verdade e repousando numa pesquisa metódica e científica, e, de outro, a memória, representação carregada de humanidade e de autenticidade, mas fluida, introduzindo inevitavelmente um viés dentro do passado. Segundo o filósofo, dentro de sua pesquisa rigorosa da verdade, o historiador não pode reduzir os traços da memória a seus resíduos fraudulentos ou a suas ficções enganosas. Muito menos confinar a memória sob as sendas do psíquico, da impressão e do movente. Porque a história não poderá jamais se emancipar totalmente da memória.

Ricoeur propõe, na perspectiva de uma *fenomenologia da memória*, uma nova interpretação desta relação. A pesquisa do objeto da memória é feita, ao mesmo tempo, que seu processo. Ele observa que os gregos utilizaram duas palavras para designá-la: *mnéme*, que é “afeição” (*pathos*) tanto que lembrar surge dentro da memória e é reconhecido como passado, e *anamnésis*, ou anamnese, que é recordação, rememoração, busca da lembrança arrancada do passado. Logo, a história é o “motor da busca”, que tenta indefinidamente

---

<sup>87</sup> DOSSE, François. **A História**. Bauru/SP: EDUSC, 2003, p. 297.

encontrar aquilo que Michel de Certeau chamou de “*ausência de história*”. Em consequência, ela constrói em vez de reconstruir<sup>88</sup>.

Então, o autor defende uma relação “*indecisa*” entre a memória e a história, na medida em que ambas constituem modalidades essenciais de afirmação da consciência histórica e que as suas narrações não são uma *mimese* do espaço e do tempo reais, porque referenciam “*objetos ausentes*”. Assim, “a recordação e a historiografia constroem *re-presentificações* que interrogam os *indícios* e *traços* que ficaram do passado”. Nesta leitura, apesar do traço da *anamnese* individual ser interior, é possível ser ela provocada pelo testemunho do documento que “religa memória e história, através de interrogações que o historiador formula em função da sua própria existência, isto é, das suas retrospectivas e esperanças”. É que “o acontecido já não existe, no campo das *re-presentificações*, ele continua a ter futuro”<sup>89</sup>.

Já Patrick Hutton afirma que a história emerge da memória. Ainda que a história transcenda a memória viva em escopo e em suas abstrações, ela, no entanto, se mantém lá em sua fundação. A relação entre rememória e reconstrução histórica na compreensão do passado é sempre uma relação de proporções inversas, nunca como a de uma exclusão como propõe Halbwachs<sup>90</sup>. Assim, o autor elabora interessante reflexão, do ponto de vista da teoria da história, caracterizando as relações entre história/memória, a partir da idéia de *puzzle*. Tal idéia, entendida aqui como um *enigma*, *perplexidade* e/ou *quebra-cabeças*, reiterando a proposta de indissociabilidade entre história e memória. Segundo ele, a História tira proveito das duas facetas do enigma da memória. De um lado, busca reconstruir o passado através de um ato de lembrança. Mas, por outro lado, o passado que instiga a reflexão do historiador está ancorado no presente, próximo, muitas vezes, dos usos da memória.

Daí talvez o estudo sobre a natureza e usos da memória possuir hoje um novo interesse e intensidade:

---

<sup>88</sup> BÉDARIDA, François. Une invitation à penser l'histoire: Paul Ricoeur, *La mémoire, l'histoire et l'oubli*. *Revue Historique*. Paris, n. 619, PUF, juillet/septembre 2001, p. 734-735.

<sup>89</sup> CATROGA, Fernando. *Memória, História e Historiografia*. Coimbra: Quarteto, 2001, p. 45.

<sup>90</sup> Hutton, Patrick H. “Collective Memory and Collective Mentalities: The Halbwachs-Ariés Connection.” *Historical Reflections*. 15, no. 2 (1988): 311-322: 319.

*“O estudo das representações do passado (o passado como ele foi outrora imaginado) empenha-se em reconstruir padrões de uso da retórica sobre o passado que se confronta com aquilo que foi legado no lugar dos eventos (o passado como ele realmente aconteceu). Isto adicionou uma nova dimensão para a historiografia, revelando caminhos inumeráveis nos quais a memória inspira e dirige o curso da investigação histórica. (...) Para nós historiadores, o pensamento crítico sobre a memória confirma o poder do passado e a profundidade a que nos vinculamos a ele”<sup>91</sup>.*

Como forma de resumir suas propostas sobre o *puzzle* entre história e memória, aproximando-o da tese proposta por Paul Ricoeur no sentido de um *enigma*, cito, apesar de longo, o último parágrafo de seu livro:

*“A interjeição do problema da memória introduziu um elemento de dúvida. Como Ariès observou, a história trata do horizonte entre o conhecido e o desconhecido. É a memória que nos traz para este horizonte. Mesmo o horizonte mais longínquo de nosso conhecimento é oprimido pelos seus mistérios, que vão mais além. (...) Eles se espalham ao longo de nossas vidas cotidianas, hoje como no passado. Igual aos tópicos históricos com que estamos familiarizados, eles apresentam freqüentemente surpresas que aguçam nossa curiosidade. Então, os antigos representam Mnemosyne como a filha da ignorância e a mãe da sabedoria.”<sup>92</sup>*

Por se empenhar em recuperar as memórias e a dignidade de todos os tipos de pessoas, gostaria de destacar neste momento a obra de Raphael Samuel. Participe da brilhante geração de historiadores do Partido Comunista da Grã-Bretanha, nos anos 1950, com a qual compartilhou debates com E. P. Thompson, Eric Hobsbawm e Christopher Hill, Samuel busca analisar como o passado continua ativo no presente. Segundo sua proposta, a memória é a representação de um fato ou de uma situação mediante uma ação interiorizada no sujeito. Essa “*memória-imagem*” se expressa em representações, o que implica não a visão do passado tal qual foi, mas como é representado na memória coletiva, ou seja, como as pessoas dizem que foi e por que vêm dessa maneira.

---

<sup>91</sup> HUTTON, Patrick. **History as an art of memory**, p. XXV.

<sup>92</sup> Idem, p. 168.

Pautado no trabalho sobre herança cultural, ele afirma que a forma como a arte da memória é praticada hoje, seja na psicanálise, seja na história oral, ou ainda como “tradição”, deve mais ao movimento romântico em poesia e pintura do que à mnemônica grega ou à ciência do Renascimento. Como exemplo, o autor afirma que noção de história de Edward Palmer Thompson, em sua proposta de se escrever uma “*história vista de baixo*”, poderia ser incluída nesta perspectiva. O “*teatro da memória*” romântico tinha como premissa o sentimento da perda. Em vez da *anamnese* - lembrança arrancada do passado pelo trabalho da memória e dos atos conscientes do desejo -, o peso imaginativo recaiu sobre a “memória involuntária” - os traumas adormecidos que emergem em tempos de crise. Talvez seja o legado do romantismo que, separando o trabalho da memória de qualquer apelo à ciência e situando-a no reino do intuitivo, tenha colocado a memória e a história em campos opostos, tal como presente nas obras de Maurice Halbwachs e Pierre Nora.

Então, numa leitura próxima à etnografia contemporânea, Raphael Samuel propõe que a memória é uma força ativa e dinâmica, relacionando-se dialeticamente com o pensamento histórico, ao invés de ser apenas uma espécie de seu negativo. Sob o seu ponto de vista,

*“(...) a memória é historicamente condicionada, mudando de cor e forma de acordo com o que emerge no momento; de modo que, longe de ser transmitida pelo modo intemporal da ‘tradição’, ela é progressivamente alterada de geração em geração. Ela porta a marca da experiência, por maiores mediações que esta tenha sofrido. Tem, estampadas, as paixões dominantes de seu tempo. Como a história, a memória é inerentemente revisionista, e nunca é tão camaleônica como quando parece permanecer igual”<sup>93</sup>.*

Temos, portanto, que levar em consideração que na produção social da memória, tanto a esfera pública quanto a esfera privada desempenham papéis importantes, apesar de desiguais. Se, por um lado, há um teatro público da história, no qual variados atores atuam dentro de vários lugares e instituições que controlam a esfera histórica pública e o acesso

---

<sup>93</sup> SAMUEL, Raphael. Teatro da Memória. In: **Projeto História**. São Paulo, n. 14, fevereiro/1997 (Cultura e Representação), p. 41-45[p. 44].

aos meios de comunicação. Por outro, o conhecimento do passado e do presente também é produzido no âmbito da vida cotidiana. Contudo, essa história se mantém em um nível de lembrança privada, no qual não é só registrada como também silenciada. O caso da história feminista é emblemático, pois, além de trazer à tona a história oculta dos sentimentos, pensamentos e ações das mulheres, desafia a distinção específica entre público/privado que silencia ou marginaliza o sentido do passado vivido pelas mulheres<sup>94</sup>.

Assim, para além da questão do conhecimento histórico-cultural, não podemos esquecer que memória é cidadania, o que a torna um elemento nodal para o trabalho do historiador, na medida em que lida com a construção do sentido dos indivíduos em sua inserção no tempo, interligando o passado, o presente, o futuro numa rede de afetos, de reflexão e de esperança, como base nas alterações das exigências da vida<sup>95</sup>.

Tais questões fazem com que os historiadores interroguem sobre o seu papel social na contemporaneidade, especialmente face às interpelações da memória no discurso histórico contemporâneo. Antoine Prost afirma que a demanda atual faz da história um “*lugar de memória*”, na medida em que o culto ao passado responde a incerteza sobre o futuro e a ausência de um projeto coletivo, com a ruína das grandes ideologias. Para ele, o desafio dos historiadores é transformar em história a demanda de memória de seus contemporâneos. Como a memória se justifica a si mesma como moral e politicamente correta e extrai sua força dos sentimentos que mobiliza, a história constitui-se, ao contrário, através de provas e razões. É por isto que a história não deve pôr-se ao serviço da memória, mas aceitar a demanda da memória para transformá-la em história. Para sermos os protagonistas de nosso próprio futuro, temos que cumprir antes de tudo com um dever de história<sup>96</sup>.

## 2. A DEMANDA SOCIAL DA MEMÓRIA E O OFÍCIO DE HISTORIADOR

Diversos autores se debruçaram sobre a crescente demanda social da memória para explicá-la do ponto de vista histórico e fenomenológico. Carlo Guinzburg relaciona-a,

---

<sup>94</sup> GRUPO MEMÓRIA POPULAR. *Memória Popular: Teoria, Política e Método*. In: FENELON, Déa Ribeiro et. al. (orgs). **Muitas Memórias, Outras Histórias**. São Paulo: Olho d' Água, 2004, p. 284-285.

<sup>95</sup> TEDESCO, João Carlos. **Nas cercanias da memória: temporalidade, experiência e narração**. Passo Fundo: Editora da UPF; Caxias do Sul: EDUCS, 2004, p. 34-39.

<sup>96</sup> PROST, Antoine. **Op. Cit.**, p. 302.

atualmente, ao “*iminente desaparecimento físico da última geração de testemunhas do extermínio dos judeus da Europa; o surgimento de novos e velhos nacionalismos na África, na Ásia e na Europa; a crescente insatisfação com respeito à história*”<sup>97</sup>. Já Andreas Huyssen enfatiza outras dimensões para se compreender a expansão global de uma cultura e de uma política da memória, associando-a ao fim das ditaduras latino-americanas, ao “*apartheid*”, na África do Sul, e à derrubada do Muro de Berlim. Neste contexto, o imaginário urbano e as memórias traumáticas ocupam um papel-chave para se entender a atual transformação nas experiências contemporâneas de espaço e tempo<sup>98</sup>.

Eric Hobsbawm propõe que a destruição dos mecanismos sociais que vinculam nossa experiência pessoal às das gerações passadas é um dos fenômenos mais característicos do final do século XX, pois a juventude cresce “*numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem. Por isso os historiadores, cujo ofício é lembrar o que os outros esquecem, tornam-se mais importantes que nunca no fim do segundo milênio*”.<sup>99</sup>

Sobre o assunto, Remo Bodei afirma que esta difusa *diminuição do sentido histórico* nos jovens, cujo horizonte de expectativas se restringe somente ao presente, pode ser atribuída aos meios de comunicação de massa que, ao proporcionarem uma *oferta superabundante de informações*, acabam por vincularem os indivíduos a imediatez do “*tempo real*”. Mas isto não deve escandalizar ou mesmo fazer que com se tenha saudades do passado. O importante é intuir e desenvolver potencialidades dos aspectos positivos de acúmulo da memória histórica e de a ela aceder mais facilmente. O que está em crise não é a memória histórica em si, mas a supervalorização do tipo de sentido histórico ao qual estávamos habituados<sup>100</sup>.

Uma das manifestações mais eloqüentes da crise da moderna experiência do tempo é exatamente a “*febre de memória*”. Mas, paralelamente, existe uma outra faceta de análise que concerne às diversas formas de amnésia que são produzidas pelo mercado e pelos meios de comunicação de massa. É no âmbito de uma sociedade baseada na obsolescência dos objetos e numa economia da informação, pautada na revolução informacional, que o

---

<sup>97</sup> GINZBURG, Carlo. **Op. Cit.**, p. 178.

<sup>98</sup> HUYSEN, Andreas. **Op. Cit.**, p. 7.

<sup>99</sup> HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Cia. das Letras, 1995, p. 13.

<sup>100</sup> BODEI, Remo. **A História tem um sentido?** Bauru/SP: EDUSC, 2001.

presente torna-se uma atualidade cada vez mais fugaz. Absorvido pela entropia informacional e desestabilizado pela velocidade crescente das inovações tecnológicas, nossa experiência do tempo resulta radicalmente transformada: “a maior expansão do presente mais débil é nosso domínio sobre ele, maiores as tensões que desgarram nossos ‘estruturas de sentimento’ e menor a estabilidade e identidade dos sujeitos contemporâneos”<sup>101</sup>.

É interessante não esquecer que a “*febre de memória*” representa o contraponto à crise das utopias racionalistas, no final do século XX, na medida em que “não mais as utopias, mas a(s) memória(s) estaria(m) apontando os *lugares* de realização histórica”. É através da função prospectiva e projetiva da memória, portadora do tempo passado e futuro, que podemos estabelecer um vínculo interessante com a utopia e a história, pois “o lançar-se coletivamente em direção ao futuro representado como ‘melhor’ investir-se-iam não mais nas utopias históricas, mas valer-se-iam da memória para projetar-se e atar passado e futuro”<sup>102</sup>.

Assim, com a emergência da insegurança sobre o futuro econômico, o passado também está substituindo o futuro como lugar chave de referência no debate político. A memória coletiva tem se tornado uma verdadeira matéria-prima da vida cívica, nos mais diversos países, fazendo com que cada grupo reivindique sua parte no cenário nacional, em torno de seu passado de sofrimento<sup>103</sup>.

Pode-se, então, associar a explosão da “*política da memória*” ao nível mundial, à sua ênfase nos direitos humanos, em particular nas questões de minorias e gêneros e na reavaliação dos vários passados nacionais e internacionais, o que tem impulsionado a reescrever a história de uma forma nova e crítica. No caso latino-americano, estas questões estão umbilicalmente ligadas aos processos de democratização e à expansão e fortalecimento das esferas públicas da sociedade civil. Um ponto crucial para a interpretação da expansão desta “*indústria da memória*” ou talvez de um “*mercado das*

---

<sup>101</sup> MARTÍN-BARBERO, Jesus. Dislocaciones del tiempo y nuevas topografías de la memoria. In: <http://acd.ufrj.br/pacc/artelatina/berbero.html>. Capturado em 7/11/2003.

<sup>102</sup> SEIXAS, Jacy Alves de. Percursos de memórias em terras de história: problemáticas atuais. In: BRESCIANI, M. Stella & NAXARA, Márcia (orgs.). **Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível**. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 2001, p. 55.

<sup>103</sup> GORDON, Daniel. History as an Art of Memory. **History and Theory**. Volume 34, Issue 4 (Dec., 1995), 353.

*memórias*”<sup>104</sup> é que, apesar de se constituir num fenômeno global e mesmo numa obsessão cultural, os discursos de memória permanecem ligados às histórias das nações e estados específicos. Portanto, o lugar político das *práticas* de memória é ainda nacional, e não pós-nacional ou global<sup>105</sup>.

Demarca-se, neste cenário, o deslocamento do foco da cultura contemporânea dos “*futuros presentes*” - típica aspiração da cultura modernista das primeiras décadas do século XX - para os “*passados presentes*”, no sentido do desejo de trazer vários passados para o presente. Essa passagem pode ser caracterizada, a partir dos anos 1980, como uma “*cultura da memória*”, na qual deve ser inserida numa bem-sucedida comercialização da memória na indústria cultural do Ocidente. Criou-se, nesta direção, uma onda global de estudos críticos da memória histórica, versando sobre a construção da identidade individual e coletiva, através dos usos da memória, nas suas múltiplas funções culturais, políticas e sociais, na *narração do passado*, bem como sobre as estruturas psicológicas da recordação, esquecimento e repressão.

Se, por um lado, a memória tornou-se um segmento importante no âmbito da indústria cultural, por outro, o termo *história* vem sendo fustigado de várias maneiras, trazendo consigo associações ambíguas. No contexto das transformações ocorridas na política global, no final dos anos 1980, especialmente no que se refere à queda do Muro de Berlim, a história foi declarada morta, obsoleta, superada e até afirmou-se, na ocasião, seu fim. Ora, este paradoxo trouxe novas reflexões teóricas, provocando questionamentos para uma nova teoria da história, na medida em que o estudo crítico da memória histórica começou a substituir a teoria da história. Talvez isto coloque em evidência a intrínseca conexão entre a mais sofisticada teoria da história e os procedimentos da memória histórica mais enraizada na cultura e no cotidiano da população<sup>106</sup>.

Diversos cientistas sociais e historiadores têm tentado explicar a emergência da memória, na virada do século XXI, com base, de um lado, na ascensão do multiculturalismo, que identificou a historiografia como um recurso de dominação cultural

---

<sup>104</sup> KLEIN, Kerwin Lee. **Op. Cit.**; ALBERTI, Verena. **Vender história? A posição do CPDOC no mercado das memórias**. Rio de Janeiro: CPDOC, 1996.

<sup>105</sup> HUYSSSEN, Andreas. **Op. cit.**

<sup>106</sup> RÜSEN, Jörn. Preface. In: RÜSEN, Jörn (ed.). **Western Historical Thinking: An Intercultural Debate**. New York: Berghahn Books, 2002, p. VIII.

e desafiou as narrativas históricas dominantes em nome dos grupos oprimidos e, de outro, aos questionamentos do pós-modernismo ante a verdade e a objetividade históricas<sup>107</sup>.

A recuperação da memória como fonte pode ser considerada a “*tônica*” da cultura historiográfica contemporânea<sup>108</sup>. Isto refletiu na consciência de uma “*crise*”, no seio da disciplina histórica, por conta de uma relativa diluição das práticas e dos objetos históricos, tem contribuído para uma enorme multiplicidade de possibilidades para o historiador exercer seu ofício. Ao mesmo tempo, essa “*crise*” também oportuniza uma auto-reflexão do trabalho cotidiano do historiador, especialmente no seu relacionamento entre seu discurso e a sociedade em que se inscreve.

Então, o mundo vive, atualmente, a passagem do “*fim da história*” à emergência da memória, transformada em tema central para se compreender a contemporaneidade, na medida em que expõe a crise da consciência histórica e o questionamento do sujeito universal. De um lado, através do envolvimento direto do historiador com o objeto de estudo, interpondo dúvidas em torno do modelo clássico da objetividade do conhecimento histórico. Por outro lado, este procedimento também coloca em evidência a necessidade da investigação do presente pelo olhar do historiador, trazendo consigo problemas sobre a especificidade das fontes a serem compulsadas. Neste sentido, a história oral aparece como uma possibilidade de inserir a memória como fonte do trabalho do historiador, expondo experiências de grupos que haviam sido ocultadas pela história, ao estarem excluídos da documentação mantida nos arquivos<sup>109</sup>.

O intenso interesse do mundo acadêmico pelo estudo da memória pode ser percebido como uma forma de conjurar a dissolução das identidades sociais e um sintoma da crise das memórias coletivas vinculadas à nação e à classe, que permitiam aos indivíduos se situarem na história e pensar o passado, o presente e o futuro. Há, assim, uma demanda social em busca da identidade por parte de grupos sociais, regiões ou comunidades, no contexto de globalização, pois a tendência a uma “*mundialização*” da

<sup>107</sup> OLICK, Jeffrey K. and ROBBINS, Joyce. Social Memory Studies: From ‘Collective Memory’ to the Historical Sociology of Mnemonic Practices. **Annual Review of Sociology**. Volume 24, 1998: 105-140.

<sup>108</sup> DIEHL, Astor Antônio. **Cultura historiográfica: memória, identidade e representação**. Bauru: EDUSC, 2002, p. 15.

<sup>109</sup> LARRETA, Enrique Rodriguez. Do fim da história à emergência da memória. **Caminhos do Pensamento: Horizontes da Memória**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional/UNESCO, 4/9/2003; NORA, Pierre e Outros. **Ensaio de Ego-História**. Lisboa: Edições 70, 1989 (Coleção Lugar da História); POPKIN, Jeremy D. Ego-Histoire and Beyond: Contemporary French Historian-Autobiographers. **French Historical Studies**. Volume 19, Issue 4, Special Issue: Biography, Autumn, 1996, 1139-1167.

cultura acaba por fortalecer as raízes locais. É interessante observar que, no mundo transnacional do capitalismo globalizado, tem aumentado o número de pessoas forçadas a conter múltiplas identidades e memórias múltiplas, na medida em que são movidas constantemente no tempo e no espaço. Isto faz com as pessoas comuns reconhecerem uma responsabilidade cívica de não deixar que o passado seja retransmitido em si, evidenciando a necessidade de confrontar a aparente objetividade do passado com sua própria subjetividade. De fato, atualmente, as pessoas comuns estão mais interessadas em conhecer sobre seus passados que anteriormente, no entanto, seu conhecimento não está confinado na compulsória estrutura de tempo e espaço da velha historiografia nacional<sup>110</sup>.

Percebe-se, assim, certa tendência na historiografia contemporânea de se estudar a experiência de grupos sociais que se exprimem nas propostas de movimentos políticos - como o movimento operário, de mulheres, da diáspora africana e dos indígenas - em busca de suas próprias raízes histórico-culturais. Por isso, desde os anos 1960, o estudo da história oral e a análise etno-histórica da tradição oral, associada a Jan Vansina e seus discípulos e críticos, ocupam lugar de destaque nas principais instituições acadêmicas internacionais. Ainda que tenham várias finalidades, o principal objetivo de seus pesquisadores é a reconstrução do passado a partir de fontes orais, quer diretamente, quer após cuidadoso processo de tratamento e análise. Entretanto, algumas dificuldades surgem quando se trabalha a história oral. Primeiro, a matéria prima da história oral é produzida pelo testemunho individual, colocando a questão do sujeito individual e seu contexto social mais amplo. Em que medida o testemunho individual é evidência de mudanças sociais mais amplas? Como tais mudanças podem ser entendidas como produto do trabalho humano, em que se insere o próprio indivíduo? Estas questões são inerentes ao trabalho de história oral<sup>111</sup>. Segundo, a tônica dos debates sobre as fontes orais tem incidido sobre se são ou não “*verdadeiras*”. Tem-se aqui uma clara influência da matriz positivista para a análise das fontes orais, pois, a memória é um fenômeno complexo não suscetível de ser submetido a uma prova de verdade pela mera aplicação de um conjunto de regras ou pelo recurso

---

<sup>110</sup> GILLS, John R. Memory and Identity: The history of a relationship. In: GILLS, J. R. (ed.). **Commemorations: The Politics of National Identity**. Princeton: Princeton University Press, 1994, p. 16-17.

<sup>111</sup> GRUPO MEMÓRIA POPULAR. Op. cit., p. 294.

tecnológico do registro da atividade cerebral. A memória é uma forma de evidência histórica e deve ser avaliada como tal<sup>112</sup>.

O que importa aqui não é o fato de determinada memória ser “*verdadeira*” ou não, mas sim o significado social da memória, sua estrutura interna e seu modo de transmissão, por parte de determinado grupo social. O que geralmente falta neste debate é noção da particular natureza da *memória como fonte*, na medida em que a história oral se assenta na memória e não em textos. Os historiadores orais têm preferido tratar a memória como “*um conjunto de documentos que acontece estarem dentro da cabeça das pessoas e não no Arquivo público*”<sup>113</sup>. Por outro lado, o mais interessante nas formas de testemunho da história oral é que os “fatos” não são simplesmente produtos do passado, mas a maneira pela qual “memórias populares são construídas e reconstruídas como parte da consciência contemporânea”<sup>114</sup>.

Talvez a relutância em colocar a memória no centro do debate resida no fato de que a maioria dos especialistas da história oral proponha tratar objetivamente a memória para defini-la como objeto. Ao falar em memória em termos de “registro” e “documentos falados”, eles não apenas objetificam a memória como a transformam em texto. O estabelecimento deste “*modelo textual da memória*” expressa uma “predisposição generalizada da moderna cultura letrada para definir conhecimento em termos (...) de declarações expressas como linguagem, ou como proposições, numa qualquer notação lógica ou científica”<sup>115</sup>.

Em sua visão antipositivista da história oral, Alessandro Portelli nos adverte sobre a natureza essencialmente subjetiva da memória, reiterando que “a história oral se narra a partir de uma multiplicidade de pontos de vista e a imparcialidade tradicionalmente reivindicada pelos historiadores é substituída pela parcialidade do narrador”. O autor coloca que, por possuírem histórias e crenças pessoais diferenciadas, os historiadores e as “fontes” estabelecem uma confrontação de suas particularidades. Assim, é na confrontação entre as

---

<sup>112</sup> LUMMIS, Trevor. La Memoria. In: SCHWARZSTEIN, Dora (org.). **La Historia Oral**. Buenos Aires: Centro Editor de America Latina, 1991, p.99.

<sup>113</sup> FRENTRESS, James & WICKMAN, Chris. **Op. Cit.**, p. 14.

<sup>114</sup> GRUPO MEMÓRIA POPULAR. *Op. cit.*, p. 294.

<sup>115</sup> FRENTRESS, James & WICKMAN, Chris. **Op. Cit.**, p. 13-14.

partes envolvidas, seja como “conflito”, seja como “busca de unidade”, que reside a riqueza da história oral<sup>116</sup>.

Portanto, a escolha dos entrevistados não pode ser orientada por critérios meramente quantitativos e, sim, a partir do método qualitativo, já que buscamos as representações que os entrevistados fornecem sobre determinado tema, partindo de sua posição no grupo e do significado de sua experiência. Nessa proposta, não se busca a utilização dos depoimentos orais como instrumentos para preencher as lacunas deixadas pelas fontes escritas, preocupando-se em garantir ao máximo a veracidade e a objetividade dos depoimentos orais, excluindo as possíveis distorções. Mas perceber os usos políticos do passado pelos grupos sociais, em seus *confrontos de memórias*, privilegiando as representações do passado como uma história das metamorfoses da memória.

Paul Thompson já afirmara, pioneiramente, que o principal desafio da história oral é transformar a história em um processo criativo e cooperativo, proporcionando uma democratização da história. Um dos aspectos mais interessantes da prática da história oral é a possibilidade de se apreender as atitudes da vida cotidiana, essenciais para a trama da vida social, produzindo, assim, novas questões para a história local. Inclusive, alguns grupos políticos e movimentos sociais têm utilizado politicamente a história oral como forma de construir histórias particulares vinculadas a desejos, às expectativas das comunidades, em particular àquelas marginalizadas ou que tiveram suas identidades reprimidas. O recurso do passado serve, assim, para fundamentar sua identidade reconquistada ou afirmada, ao nível étnico, religioso, sexual etc<sup>117</sup>. Então, tem-se, atualmente, uma tentação muito forte de identificar história e memória.

Por outro lado, proponho, neste momento, destacar que os estudos da história do tempo presente dedicados às modalidades de construção e institucionalização das memórias contemporâneas foram decisivos para o início de novas pesquisas que tentam identificar, além do mero discurso histórico, as formas múltiplas e, possivelmente, conflitantes de rememoração e utilização do passado.

---

<sup>116</sup> PORTELLI, Alessandro. Lo que hace diferente a la historia oral. In: SCHWARZSTEIN, Dora (org.). **La Historia Oral**. Buenos Aires: Centro Editor de America Latina, 1991, p. 51.

<sup>117</sup> THOMPSON, Paul. **A Voz do Passado: história oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, especialmente o capítulo História e comunidade (pp. 20-44).

Não obstante a revolução historiográfica empreendida pela Escola dos *Annales*, a partir de 1929, a história contemporânea manteve seu estigma de objeto de estudo problemático e a sua legitimidade foi constantemente questionada. Como Pierre Nora afirmou, *a história contemporânea tornou-se uma história sem historiadores*. Todavia, ainda que a história do tempo presente seja mais um exercício de experimentação empírica do que um corpo teórico, epistemológico e metodológico, alguns autores buscam comprovar a legitimidade científica e a relevância social da história do tempo presente. René Rémond, por exemplo, interpõe três itens para esta empreitada. Primeiro, não há diferença entre a atividade de um historiador da Guerra do Peloponeso e a daquele que se interessa pela II Guerra Mundial. A proximidade não impossibilita a busca da verdade e o rigor da pesquisa é igual ou maior do que de outros períodos. Segundo, diz respeito à delimitação do campo que constitui o objeto próprio da história do tempo presente. Os historiadores do tempo presente devem rever continuamente a delimitação do seu campo de pesquisa, pois as mudanças provocadas pela aceleração da história trazem novos temas, novos objetos, novas abordagens, como é o caso da Guerra Fria, do comunismo, da descolonização, que, em pouco tempo, deixou de ser história do tempo presente para se tornar objeto do passado. Por fim, qual é o impacto da reintegração do tempo presente na perspectiva do historiador? Quais os efeitos sobre o seu ofício e a prática de seus métodos? De um lado, com relação às fontes, os arquivos perderam seu caráter exclusivo, na medida em que se recorreu às fontes orais, visuais, da imprensa etc. O historiador que trabalha com o tempo presente tem a desvantagem da abundância das fontes ao invés da penúria. Por outro lado, segundo Rémond, o historiador do tempo presente varreu os últimos vestígios do positivismo, tanto quando ele sabe que sua objetividade é frágil, quanto sobre sua importância para a construção dos fatos<sup>118</sup>.

Como um dos grandes temas da história do tempo presente foi o estudo da presença incorporada do passado no presente das sociedades, Roger Chartier afirma que a contemporaneidade de seu objeto possibilita ao historiador do tempo presente partilhar “com aqueles cuja história ele narra as mesmas categorias essenciais, as mesmas referências fundamentais”. Por isso, este historiador é, pois, “o único que pode superar a

---

<sup>118</sup> RÉMOND, René. Algumas questões de alcance geral à guisa de introdução. In: FERREIRA, Marieta de M. & AMADO, Janaína (orgs.). **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro, Editora da FGV, 1996, p. 203-209.

descontinuidade fundamental que costuma existir entre o aparato intelectual, afetivo e psíquico do historiador e o dos homens e mulheres cuja história ele escreve”.<sup>119</sup>

Por isso, é necessário reiterar ainda o caráter de história inacabada e em constante movimento que é constitutiva da história do tempo presente e é esse o desafio que temos que enfrentar quando nos deparamos com a questão da responsabilidade social do historiador na abordagem de temas controversos e que ainda tocam indelevelmente a vida das pessoas, como é o caso do racismo ou do anti-semitismo. Utilizando a imagem do *palimpsesto*, François Bédarida afirma que “o tempo presente é reescrito indefinidamente utilizando-se o mesmo material, mediante correções, acréscimos, revisões”, num constante processo de reescrita<sup>120</sup>.

A propósito, continuamente os historiadores do tempo presente são confrontados com a palavra do testemunho pessoal daqueles que viveram o que está sendo relatado pelo profissional de história, muitas vezes interpelando-os com vibrantes recordações e indagações sem resposta. Como ressalta Arlette Farge, o “*testemunho e a objectividade da história parecem então contradizer-se ao mesmo tempo que ameaçam estabelecer um conflito, por vezes doloroso, entre memória e história*”<sup>121</sup>.

O confronto entre memória e história, entre testemunha e relato, não seria por conta de “*a história nem sempre estar apta a trabalhar a palavra de outrem?*” Farge responde que a “*palavra em história serve demasiado facilmente o relato como simples episódio, desgarramento do discurso, e não é freqüente ela intervir como lugar principal de onde jorra a interrogação historiadora*”<sup>122</sup>.

Mas se memória não é história, a sua irrupção, muitas vezes, incomoda o historiador pelo transbordamento de sensibilidades, sentimentos, enfim da subjetividade, que acaba por dificultar o ordenamento lógico da fabricação de determinado discurso histórico, marcado pelo relato coerente, ordenado e verídico, ora distraíndo-o ou mesmo desviando-o.

Os estudos recentes estão marcados por situações, nas quais *a história subverteu a memória e a memória subverteu a história*. Isso não sugere apenas uma contradição ou

---

<sup>119</sup> CHARTIER, Roger. A visão do historiador modernista. In: FERREIRA, Marieta de M. & AMADO, Janaína (orgs.). **Op. Cit.**, p. 216.

<sup>120</sup> BÉDARIDA, François. Tempo Presente e Presença na história. In: FERREIRA, Marieta de M. & AMADO, Janaína (orgs.). **Op. Cit.**, p. 221.

<sup>121</sup> FARGE, Arlette. **Lugares para a história**. Lisboa: Teorema, 1999, p. 99-100.

<sup>122</sup> Idem. p. 100-101.

paradoxo, mas, sobretudo, uma tensão útil que contribuiu para que os historiadores focalizassem a problemática da própria memória coletiva, situando-a simultaneamente como fonte de alternativas e resistências ao poder estabelecido e como objeto de manipulação ideológica hegemônica por parte das estruturas do poder cultural e político<sup>123</sup>.

Nas últimas décadas do século XX, o discurso sobre a memória, seus usos e práticas, tem ocupado um lugar proeminente nas diferentes teorias contemporâneas, assumindo, inclusive, uma dimensão política muito forte para as chamadas minorias étnicas, mulheres, ambientalistas, homossexuais no mundo atual. A memória coletiva é posta no âmbito da luta das forças sociais pelo poder, pois ela “é um instrumento e um objetivo do poder”. Então, controlar o passado “é uma das grandes preocupações das classes, grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória colectiva”<sup>124</sup>.

Eis aqui uma das grandes tensões do mundo contemporâneo, pois temos, de um lado, “a afirmação, absolutamente legítima, por parte de indivíduos ou de comunidades, de sua identidade, e, por outro lado, a necessidade de manter uma distância em relação à história-memória produzida por estas identidades”. Isto traz consigo o debate fundamental da história como disciplina crítica, sobre seu estatuto teórico e metodológico, na medida em que revela os mitos e as falsificações<sup>125</sup>.

A conquista ao direito à história por parte de grupos antes marginalizados, desterrados ou vencidos - classe operária, mulheres, homossexuais e as minorias -, deixando de ser vítimas para se converterem em protagonistas, trouxe, contudo, um duplo risco. O primeiro é a confusão entre a história, entendida como um saber crítico e controlável, e as reconstruções da memória, que mantêm com o passado uma relação afetiva e militante. Não se nega aqui as fortes relações entre história e memória, pois, de um lado, a história pode contribuir para dissipar as ilusões que desorientaram a memória

---

<sup>123</sup> FRISCH, Michael (et. alii). Os Debates sobre Memória e História: Alguns Aspectos Internacionais. In: FERREIRA, Marieta de M. & AMADO, Janaina (orgs.). **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro, Editora da FGV, 1996, p. 77-78.

<sup>124</sup> LE GOFF, Jacques (org.). **Memória e História. Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984, p. 46 e 13.

<sup>125</sup> CHARTIER, Roger. **Cultura escrita, literatura e história**: Conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre Anya, Jesús Anaya Rosique, Daniel Goldin e Antonio Saborit. Porto Alegre: ARTMED, 2001, p. 170.

coletiva e, de outro, as necessidades de rememoração ao menos fundaram investigações rigorosas e originais.

Contudo, história e memória não são identificáveis. A primeira se inscreve na ordem de um saber universalmente aceito, “científico”, regido por um conjunto de regras que permitem “controlar” operações proporcionais da produção de objetos determinados. A segunda é sustentada pelas exigências de comunidades para as quais a presença do passado no presente é um elemento essencial de seu ser coletivo.

O segundo risco que corre uma história que se esqueça dessa diferença é o do anacronismo, pois a necessidade de afirmação ou justificação das identidades construídas ou reconstruídas no mundo contemporâneo inspira com frequência uma reescritura do passado que oblitera os aportes do saber histórico controlado<sup>126</sup>.

Daí Hobsbawm reiterar que, numa época marcada pela “*mitologia histórica*”, na qual a história não é tomada como uma forma de interpretar o mundo, mas um meio para auto-descoberta coletiva, o papel do historiador profissional é mais que urgente e necessário<sup>127</sup>. Na mesma direção Yerushalmi afirma que a historiografia não pode ser um substituto para a memória coletiva, mas ao mesmo tempo não podemos perder de vista a dignidade essencial da vocação histórica em seu imperativo moral nos dias de hoje, pois no mundo em que vivemos “não é mais somente uma questão da decadência da memória coletiva e da declinante consciência do passado, mas da violação agressiva de quaisquer memórias que permaneçam, da distorção deliberada dos registros históricos, da invenção do passado mitológico a serviço dos poderes do mal. Contra os agentes do esquecimento, os destruidores de documentos, os assassinos da memória, os revisores de enciclopédia, os conspiradores do silêncio (...) somente o historiador, com a paixão austera pelo fato, prova, evidência, que são fundamentais para sua vocação, pode efetivamente montar guarda”<sup>128</sup>.

Em alguns casos, o discurso da memória, em meio à fragmentação do contexto pós-moderno, aparece como *re-encantamento*, com base em sua simpatia pelo inefável – o excesso, o sublime, o enigma. Klein pontua que, nesta interpretação, a História é modernismo, o Estado, ciência, imperialismo, uma ferramenta da opressão; memória é pós-

---

<sup>126</sup> CHARTIER, Roger. La historia no terminó. In: **El Clarín**. Buenos Aires, Lunes 28 de agosto de 2000.

<sup>127</sup> HOBBSAWM, Eric. **Tempos Interessantes: Uma vida no século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 326.

<sup>128</sup> YERUSHALMI, Yosef. **Zakhor**. Rio de Janeiro: Imago, 1992, p. 132.

modernismo, o “excluído simbolicamente”, “o corpo”, “uma invenção cicatrizante e uma ferramenta da redenção”. Assim, não é acidental que nossa súbita fascinação com a memória ande lado a lado com o ajuste de contas pós-moderno, em torno da consciência histórica como uma ficção opressiva. A memória pode ficar conhecida como uma fase da crise historiográfica contemporânea, precisamente porque ela figura como uma alternativa terapêutica para o discurso histórico<sup>129</sup>.

Creio que esta leitura pode conduzir-nos, em meio à “*bulimia comemorativa*”, a uma ausência da discussão teórica, pois se fala muito em memória coletiva, mas pouco se debate sobre os seus mecanismos de produção e reprodução, da busca dos modos pelos quais o povo constrói um sentido para o passado. Ou seja, como a memória pode ser percebida articulando-se as representações culturais, políticas e sociais e a experiência social.

Assim, procurei pensar a história das representações como uma possibilidade de renovar a história social, numa perspectiva de recomposição global e não apenas como um setor à parte. Nesta perspectiva, optei por analisar a inflexão memorativa atual para melhor compreender os fatos do comportamento humano. Como bem observou François Dosse,

*“Longe de estar confinada ao estatuto de resíduo ilusório, mistificado, de atores manipulados, a memória convida a levar em consideração os atores, suas competências, e nos lembra de que ela frequentemente comanda a história que se faz”*<sup>130</sup>.

Tais preocupações revelam algumas dificuldades da arte e do ofício do historiador e se relacionam mais no processo de conhecimento do que com seu produto. Talvez a dificuldade mais presente nesse ofício seja o enfrentamento da cumplicidade entre o conhecimento histórico e a memória das classes dominantes, haja vista esta atravessar currículos, temáticas e a própria argumentação científica, como é o caso do discurso da objetividade.

Por outro lado, não podemos esquecer que a “*memória dominante*” é produzida no transcorrer de lutas entre as construções do passado e sempre está exposta a contestação.

---

<sup>129</sup> KLEIN, Kerwin Lee. **Op. Cit.**

<sup>130</sup> DOSSE, François. **A História**. Bauru/SP: EDUSC, 2003, p. 291-292.

Contudo, existem processos reais de dominação no campo histórico, na medida em que certas representações conseguem a centralidade e outras são marginalizadas, excluídas ou reformuladas. “Mas os critérios de sucesso aqui não são os da verdade: representações dominantes podem ser aquelas que são as mais ideológicas, as que mais obviamente correspondem aos estereótipos homogeneizados do mito”<sup>131</sup>.

Ora, para se evitar mal entendidos teóricos, é necessário estabelecer uma tipologia sobre os três grandes tipos de discursos que organizam os vestígios do passado no presente: o da *testemunha*, o do *historiador*, o do *comemorador*. Segundo Tzvetan Todorov, a *testemunha* refere-se “ao indivíduo que convoca suas lembranças para dar uma forma, portanto um sentido, à sua vida, e constituir assim uma identidade”. Ao *historiador*, ele designa “o representante da disciplina cujo objeto é reconstituição e a análise do passado; e, de modo mais geral, toda pessoa que procure realizar esse trabalho escolhendo como princípio regulador e como horizonte último não mais o interesse do sujeito, mas a verdade impessoal”. Quanto ao *comemorador*, Todorov afirma que, como a testemunha, o comemorador é guiado pelo interesse, mas, como o historiador, produz seu discurso no espaço público - escola, meios de comunicação de massa, debates parlamentares etc. - apresenta-o dotado de uma verdade irrefutável. A comemoração é a adaptação do passado às necessidades do presente.

Mas quanto ao historiador e ao comemorador, é importante sublinhar uma diferença de fundo: enquanto a história complica nosso conhecimento do passado, a comemoração a simplifica. A primeira é sacrílega, a segunda, sacralizante. Daí seu alerta de que o “passado pode alimentar nossos princípios de ação do presente; mas nem por isso nos revela o sentido desse presente.” Tanto a sacralização do passado o priva de toda a eficácia no presente, como “a assimilação pura e simples do passado ao presente nos deixa cegos diante dos dois, e por sua vez provoca a injustiça”<sup>132</sup>.

---

<sup>131</sup> GRUPO MEMÓRIA POPULAR. Op. cit., p. 284.

<sup>132</sup> TODOROV, Tzvetan. **Memória do Mal, Tentação do Bem: Indagações sobre o século XX**. São Paulo: Arx, 2002, p. 151-156 e 207.

Daí a história não tem nada a ver com as comemorações, pois ela é um esforço de compreensão. Portanto, os centenários só são úteis na medida em que problematizam as certezas dogmáticas, “caso contrário, mumificam os vivos, sem ressuscitar os mortos”<sup>133</sup>.

Ao selecionar autores “*clássicos*” que abordaram os jogos entre história e memória, não pretendi, de forma nenhuma, omitir as contribuições de outros “*clássicos*” sobre o tema, apenas referi-me às suas soluções teóricas e formulações originais que foram consideradas estratégicas para a fundamentação da tese. Ao dialogar com diferentes tradições intelectuais, minha leitura buscou escapar das análises dicotômicas sobre o relacionamento entre ambas as categorias, buscando uma síntese teórica das interpelações que a memória impôs para a historiografia, em suas relações entre história, historiadores e demanda social, propondo não um antagonismo, mas antes um entrecruzamento entre memória coletiva e história.

---

<sup>133</sup> ARRUDA, José Jobson de Andrade. Comemorar, Celebrar, Refletir: O Trágico V Centenário do Descobrimento do Brasil. s/d (Texto Digitado), p. 2.

*CAPÍTULO 2:*  
*A HISTÓRIA CULTURAL NOS MEANDROS COMEMORATIVOS*  
*DA MEMÓRIA E DA IDENTIDADE NACIONAL*

*“(...) a História não é a comemoração do passado, mas uma forma de interpretar o presente”.*

José Mattoso<sup>134</sup>

Vimos que, do ponto de vista da teoria da história, a emergência da memória estabelece novas relações entre o passado e o presente, evidenciando uma forte conotação subjetiva na construção das narrativas sobre o passado. A imaginação histórica torna-se mais aparente do que em gerações anteriores tanto no discurso historiográfico profissional, quanto nos depoimentos de pessoas comuns. Como as práticas históricas se fundam sobre códigos culturais dados, os historiadores têm, nesta virada de milênio, estabelecido um diálogo frutífero com as relações entre passado e presente e de pensar a própria história. Talvez seja uma forma de exorcizar a dissolução das identidades sociais e, ao mesmo tempo, um sintoma da crise das memórias coletivas (vinculadas à nação e a classe social) que permitiam aos atores sociais situar-se na história e pensar o passado, o presente e o futuro.

Assim sendo, a memória e suas múltiplas fontes têm despertado entre os historiadores a busca de vozes dos atores sociais antes silenciados e dimensões do real até o momento pouco visível. Talvez o mais importante nisso seja o olhar crítico sobre o próprio ofício. Um dos principais surtos de expansão da Nova História Cultural é exatamente a história da memória, em que se explicita a importância dos esquemas ou estereótipos, na medida em que os acontecimentos, ao retrocederem no tempo, perdem algo de sua especificidade e passam a se enquadrar nos esquemas gerais correntes na cultura. Ora, ao mesmo tempo em que estes esquemas ajudam a perpetuar as memórias também efetuam sua distorção<sup>135</sup>.

A importância fundamental da cultura na organização atual da vida cotidiana se dá, de um lado, porque “vivemos numa época em que, pela primeira vez, a cultura virou parte-

---

<sup>134</sup> MATTOSO, José. *A Escrita da História: Teoria e Métodos*. Lisboa, Editorial Estampa, 1988, p. 22.

<sup>135</sup> BURKE, Peter. *O que é História Cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005, p. 87-88.

chave da produção em massa de bens para compra e venda”, isto é, “hoje a cultura é capital, e o capital é saturado de cultura - de signos, estilos, narrativas e imagens”. Inverte-se, então, o papel desempenhado pelo modernismo ao longo do século XX, que buscava julgar a produção cultural e não fazer parte dela. De outro, na segunda metade do século XX, “os movimentos de esquerda mais inovadores e criativos têm sido aqueles nos quais a cultura desempenha papel vital. O feminismo, a militância étnica, o nacionalismo revolucionário: para essas três correntes políticas, a cultura -no sentido amplo de linguagem, identidade, símbolo, tradição e comunidade- é uma parte imensa daquilo que está em jogo. Longe de serem acessórios agradáveis, esses elementos criam os próprios termos da discussão política”<sup>136</sup>.

Existem complexas raízes intelectuais que se cruzam e se intercalam em diversas tradições críticas do pensamento ocidental a respeito do relacionamento entre a história cultural e a história da memória. E. H. Gombrich lembra-nos que, no âmbito da tradição do pensamento da Europa moderna, desde o Iluminismo, a história era convencionalmente história cultural, no que concerne às questões relativas à ascensão e queda das civilizações. Era uma história escrita sob a profunda influência do pensamento de Hegel, sendo mais filosófica do que propriamente histórica. A história representava, assim, a expressão concreta da marcha da “civilização”, julgada em termos de alta cultura. A expressão mais aguda de tal historiografia é a obra de Jacob Burckhardt. De certa forma, toda a tradição da historiografia da cultura pode ser descrita como série de intentos sucessivos para salvaguardar a hipótese nuclear de Hegel, sem aceitar sua metafísica. Mas é exatamente a convicção da existência de um espírito coletivo e independente o principal obstáculo para o desenvolvimento de uma autêntica história cultural<sup>137</sup>.

O caminho escolhido para a superação dos obstáculos interpostos no diálogo entre a história da memória e a história cultural foi a seleção de duas das principais vertentes da historiografia cultural contemporânea - a da historiografia dos *Annales* e a dos *Cultural Studies* britânicos -, na medida em que ambas as tradições críticas intervêm, de forma vigorosa, no século XX, no diálogo sobre as relações entre cultura e sociedade, entre o

---

<sup>136</sup> EAGLETON, Terry. Balzac encontra Beckham. In: **Folha de São Paulo. Mais!**. São Paulo, domingo, 05 de dezembro de 2004.

<sup>137</sup> GOMBRICH, Ernst H. **Tras la Historia de la Cultura**. Barcelona/Caracas/México: Editorial Ariel, 1977, p. 39 e 52.

simbólico e o social, buscando fugir tanto das ambições totalizantes do hegelianismo clássico, quanto dos determinismos presentes na teoria marxista.

No âmbito da tradição historiográfica produzida pelos *Annales*, penso que a história da memória e a história das mentalidades parecem compartilhar de uma agenda e propósito comum, bem como de um sentido de moda e crise, pois a grande atração da história da memória parece ter como suas próprias incertezas e ambas as histórias dependem dos problemas postos e dos métodos utilizados. É interessante realçar dois movimentos cruciais para esta interlocução: que a história da memória seja mais rigorosa teoricamente em articular o relacionamento entre o social, o político e o cultural e, ao mesmo tempo, ao uso desordenado e compreensivo da memória como um dispositivo explicativo que associa representação e experiência social<sup>138</sup>.

Marginalizada na geração de F. Braudel, a história das mentalidades e outras formas de história cultural encontram na obra de Phillipe Ariès sobre a infância e a morte a possibilidade de um deslocamento na abordagem das relações entre natureza e cultura, no sentido de perceber as formas pelas quais a cultura vê e classifica fenômenos naturais<sup>139</sup>. Seguindo as trilhas abertas pelos estudos de P. Ariès, no sentido de que a infância e a morte são construções culturais, os ensaios de Roger Chartier optam por analisar não as classes subalternas, mas a imagem que delas têm as classes dominantes, imagens do “outro”. Todavia, seu distanciamento crítico em relação às “*mentalidades*” inspira-se nas assertivas de Michel Foucault, pois os objetos para a história das mentalidades apareciam como categorias universais válidas por si mesmas, quando, na verdade, são objetos construídos no e pelo discurso, históricos e mutáveis. Em sua insatisfação com a história das mentalidades e com a história serial do terceiro nível, o autor propõe uma nova formulação para a história cultural, agora ancorada na categoria *representação*, que substitui a de mentalidades, por ser ambígua e pouco operacional. A nova história cultural, nesta versão, torna-se legítima herdeira da história das mentalidades. É a proposta de uma *história cultural do social* que tome por objeto “a compreensão das formas e motivos - ou, por outras palavras, das representações do mundo social - que, à revelia dos actores sociais, traduzem as suas

---

<sup>138</sup> CONFINO, Alon. Collective Memory and Cultural History : Problems of Method. **The American Historical Review**. Volume 102, Issue 5 (Dec., 1997), p. 1389.

<sup>139</sup> BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989): A Revolução Francesa da Historiografia**. 3ª edição. São Paulo: Editora da UNESP, 1991, p. 81.

posições e interesses objectivamente confrontados e que, paralelamente, descrevem a sociedade tal como pensam que ela é, ou como gostariam que fosse.”<sup>140</sup>

Sua leitura sugere, então, uma via de mão dupla para a análise histórica: de um lado, perceber “a construção das identidades sociais como resultando (...) de uma relação de força entre as representações impostas pelos que detêm o poder de classificar e de nomear e a definição, de aceitação ou de resistência, que cada comunidade produz de si mesma”; de outro, entender “o recorte social objetivado como a tradução do crédito conferido à representação que cada grupo dá a si mesmo, logo a sua capacidade de fazer reconhecer sua existência a partir de uma demonstração de unidade”<sup>141</sup>.

Assim sendo, ao mirar sobre as estratégias simbólicas, nas quais a memória ocupa lugar de proa, deve-se relevar as posições e relações que se constroem, para cada classe, grupo ou indivíduo, um “*ser-percebido*” constitutivo de sua identidade. É interessante que a emergência da questão da identidade nos escritos históricos contemporâneos se deve à profunda insegurança de um mundo em constante mutação, onde as mudanças sócio-culturais suscitam uma tomada de consciência coletiva relativa à dilapidação do patrimônio próprio a cada comunidade. Ao enfatizar a cultura no plural, as obras de Chartier estendem suas análises culturais a todas as práticas e objetos, no sentido de ampliar, a partir da idéia de “*apropriação*”, o papel do indivíduo e dos grupos sociais na apreensão das mudanças e permanências culturais. Isto implica que sua leitura da história cultural se aproxima da história social, pressupondo um conjunto de articulações entre práticas culturais, estruturas sociais e formas de poder.

A história cultural pode ser definida como o estudo de processos com os quais se constrói um sentido, no qual é necessário levar em consideração “*a caracterização das práticas discursivas como produtoras de ordenamento, de afirmação de distâncias, de divisões; daí o reconhecimento das práticas de apropriação cultural como formas diferenciadas de interpretação*”. Assim, na fidelidade crítica à história cultural dos

---

<sup>140</sup> CHARTIER, Roger. **A História Cultural: Entre Práticas e Representações**. Lisboa: Difel, 1990, p. 19; SILVA, Helenice Rodrigues da. A História como “a representação do passado”: A nova abordagem da historiografia francesa. In: CARDOSO, Ciro Flamarion & MALERBA, Jurandir (orgs.). **Representações: Contribuição a um Debate Transdisciplinar**. Campinas/SP: Papyrus, 2000, p. 82-83.

<sup>141</sup> CHARTIER, Roger. O Mundo como Representação. In: **Estudos Avançados**. São Paulo, IEA/USP, 11 (5), 1991.

*Annales*, o autor busca “compreender as práticas, complexas, múltiplas, diferenciadas, que constroem o mundo como representação”<sup>142</sup>.

Há uma possibilidade interessante de se articular a história da memória como história da mentalidade coletiva, permitindo que se use a memória para explorar questões mais profundas sobre o papel do passado em sociedade. Este argumento sugere que a história de memória pode ser útil não somente por pensar como o passado é representado dentro de um museu, de um centro de documentação, mas também sobre as convicções, práticas e representações simbólicas que as pessoas comuns fazem do passado. Além disso, ao tomar a memória como um estudo da mentalidade coletiva, a análise provê uma visão compreensiva de cultura e sociedade, que, freqüentemente, está ausente na história de memória, na medida em que há uma tendência fragmentária para focalizar memórias distintas<sup>143</sup>.

Não obstante ser instigante esta proposta, não pode deixar de levar em consideração o risco de uma visão homogênea da cultura e da memória, pois as contradições sociais e culturais presentes quando as pessoas comuns recordam ou produzem determinada leitura do passado invocam sutilmente um consenso, obliteram diferenças e tensões sociais.

Por outro lado, é interessante observar o fato de que a memória se produz também pela mediação da cultura, materializando-se em objetos culturais, que são operadores da memória social, isto é, são, ao mesmo tempo, documentos históricos e monumentos de recordação. Neste sentido, os objetos culturais se apresentam mais como uma conjunção, um entrecruzamento do que a suposta oposição entre “memória coletiva” e “história”<sup>144</sup>.

Paralelamente aos *Annales*, os estudos culturais britânicos, desde meados dos anos 1950, definiram a ruptura com as proposições de uma história cultural a partir do exame da atividade artística e intelectual cultivada por uma elite. Para acompanhar as “viradas teóricas” desta corrente de pensamento, segui, principalmente, as reflexões de Stuart Hall, que a define como uma *formação discursiva* no sentido foucaultiano do termo, na qual

---

<sup>142</sup> CHARTIER, Roger. **A História Cultural: Entre Práticas e Representações**. Lisboa: Difel, 1990, p. 27-28.

<sup>143</sup> CONFINO, Alon. **Op. Cit.**, p. 1389.

<sup>144</sup> DAVALLON, Jean. A Imagem, uma Arte da Memória. In: ANCHARD, Pierre [et. al.]. **Papel da Memória**. Campinas/SP : Pontes, 1999.

coexistem uma multiplicidade e diversidade de discursos, trajetórias, metodologias e posicionamentos teóricos e todos em contenção uns com os outros<sup>145</sup>.

A primeira das “*viradas teóricas*” é a problematização do encontro entre os estudos culturais e o marxismo, já que o objeto privilegiado dos estudos culturais - cultura, ideologia, linguagem, simbólico - era insuficientemente desenvolvido pelo marxismo, por conta do seu reducionismo e economicismo. Talvez a obra de Raymond Williams seja aquela que proporcione, do ponto de vista teórico, a aproximação de uma leitura marxista da cultura para se pensar que o importante é não só analisar o conteúdo, mas também o emissor e o destinatário da mensagem cultural. Tomando as comunicações como um sistema de produção baseado materialmente e socialmente determinado, o autor foi sensível às implicações do desenvolvimento tecnológico sem cair no determinismo tecnológico, especialmente por conta do fascínio hoje exercido pelas novas tecnologias de informação. Por outro lado, vindo da tradição de estudos literários, Williams tratou também das especificidades do texto, sem cair no modismo teórico da autonomia absoluta do sistema de significados<sup>146</sup>.

Pensando a cultura no contexto de uma totalidade social em processo, Williams propõe que a teoria de hegemonia de Gramsci pode abrir para o estudo da cultura um campo de possibilidades políticas enormes, na medida em que realça que as formas de determinação política das práticas culturais devem ser pensadas de modo mais conjuntural e flexível do que o modelo marxista clássico. Inspirando-se nestas idéias, o autor reafirma a mobilidade das articulações políticas e ideológicas das práticas culturais, pois depende da rede de relações sociais e ideológicas na qual estão inscritas e como consequência dos caminhos por onde, em determinada conjuntura particular, se articulam com outras práticas<sup>147</sup>.

Duas outras viradas teóricas incidem sobre os Estudos Culturais: o feminismo e as questões da raça. O feminismo produziu uma ruptura, ao reorganizar o campo de maneira

---

<sup>145</sup> HALL, Stuart. Estudos Culturais e seu legado teórico. In: **Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003, p. 199-218.

<sup>146</sup> GARNHAM, Nicholas. Raymond Williams, 1921-1988: A Cultural Analyst, A Distinctive Tradicion. In: **Jornal of Communication**. 38 (4), Autumn, 1988, p. 123-131.

<sup>147</sup> WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Cultura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979; Para a importância das idéias de Gramsci na análise da cultura popular, ver BENNETT, Tony. Introduction: popular culture and “the turn to Gramsci?”. In: BENNETT, Tony, MERCER, C. & WOOLLACOTT, Janet (eds.). **Popular Culture and Social Relations**. London: Open University Press, 1986.

bastante concreta, contribuindo para se pensar a questão do pessoal como político, o que abriu para problemas sobre o subjetivo e o sujeito. Também ao trazer a expansão radical da noção de poder, extrapolando a esfera do público, o feminismo propôs a centralidade das questões de gênero e sexualidade para a compreensão do próprio poder. Além disso, proporcionou a reabertura da “*fronteira fechada*” entre a teoria social e a teoria do inconsciente, através da psicanálise. Assim, as feministas contribuíram para diminuir a divisão entre as chamadas Humanidades e as Ciências Sociais, ao relacionar as categorias literárias e preocupações estéticas com as questões sociais<sup>148</sup>.

Já as questões de raça, a política racial e a resistência ao racismo estabeleceram uma ferrenha luta teórica, na medida em que evidenciava o profundo “eurocentrismo” da teoria marxista. Mas o que descentrou e deslocou o caminho do *Centre for Contemporary Cultural Studies* e, até certo ponto, dos estudos culturais britânicos foi a chamada “*virada lingüística*”: a descoberta da discursividade, da textualidade. A grande contribuição dos encontros com o trabalho estruturalista, semiótico e pós-estruturalista foi ressaltar a importância da linguagem e da metáfora lingüística para *qualquer* estudo da cultura, que “há sempre algo descentrado no meio cultural, na linguagem, na textualidade, na significação; há algo que constantemente escapa e foge à tentativa de ligação, direta e imediata, com outras estruturas. E ainda, simultaneamente, a sombra, a estampa, o vestígio daquelas outras formações, da intertextualidade dos textos em suas posições institucionais, dos textos como fontes de poder, da textualidade como local de representação e de resistência”<sup>149</sup>. O impacto desta “*virada lingüística*” para os estudos culturais se materializa nas afinidades eletivas com as idéias de M. Bakhtin, na medida em que, com *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, este último exerceu uma função crítica no deslocamento teórico geral da metáfora “base e superestrutura” para uma concepção do ideológico plenamente focado em discurso-e-poder. Com ele, se estabeleceu o caráter definitivamente discursivo da ideologia, ao afirmar que “O domínio da ideologia coincide com o domínio dos signos. (...) Tudo que é ideológico possui um valor semiótico”<sup>150</sup>. Também Bakhtin reiterou que a

<sup>148</sup> JOHNSON, Richard. O que é, afinal, Estudos Culturais? In: SILVA, Tomaz Tadeu de (org.). **O que é, afinal, Estudos Culturais?** Belo Horizonte: Autêntica, 2004 (Estudos Culturais, 2), p. 15-16.

<sup>149</sup> HALL, Stuart. Estudos Culturais e seu legado teórico. In: **Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais**, p. 211-212.

<sup>150</sup> HALL, Stuart. Para Allon White: Metáforas de Transformação. In: **Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais**, p. 230.

luta pelo significado se dá como desarticulação e rearticulação dos diferentes índices de valor ideológico dentro do mesmo signo.

A propósito, o trabalho de Bakhtin colaborava em dar respostas às novas teorias da linguagem e à semiótica, ao enfatizar a linguagem como o meio por excelência através do qual as coisas são “*representadas*” no pensamento, sendo, portanto, o meio no qual é gerada e transformada. Porém, na linguagem, a mesma relação social pode ser *distintamente* representada e inferida. E isso ocorre porque a linguagem, por natureza, *não é fixada* a seus referentes em uma relação de um por um, mas é “*multireferencial*”: pode construir significados em torno do que aparenta ser a mesma relação social ou fenômeno.

Assim, a linguagem, enquanto meio de pensamento e do cálculo ideológico, é “polivalente”, o campo ideológico é sempre o campo das “ênfases interseccionadas” e da “intersecção de interesses orientados”. Essa abordagem substitui a noção de significados ideológicos fixos e ideologias de classe por conceitos de terreno de luta ideológica e a tarefa da transformação ideológica<sup>151</sup>.

Este legado proporcionado pelos Estudos Culturais, contudo, não pode ser descontextualizado do universo cultural e acadêmico inglês. Raphael Samuel lembra-nos da importância da tradição marxista inglesa, iniciada em 1910 e reiterada em 1946, com o *Communist party historians group* (E. P. Thompson, Eric Hobsbawm, Christopher Hill e Rodney Hilton), por se esforçar, criticamente, de analisar a consciência das massas sob o aspecto concreto da vida cotidiana. Sob a liderança destes historiadores, a revista *Past and Present* reúne em plena guerra fria a comunistas e não-comunistas em uma prática historiográfica coletiva preocupada na formação social inglesa. Ao mesmo tempo, historiadores e militantes do movimento operário reconhecem, nos anos 1950 e 1960, o patrimônio urbano e operário das canções industriais - *the second folk song revival* -, que acabam por alcançar as massas inglesas, através de clubes de *folk*. Este novo objeto da história - inventário etnográfico das canções durante o processo de industrialização inglesa realizado por historiadores autodidatas, como o comunista inglês Ewan Maccoll, formará o imaginário dos jovens historiadores da década de 1960 sobre os *hard times*, em torno da *History Workshop*. E, por fim, a emergência da história local, construída também por historiadores profissionais, sindicalistas e militantes políticos, no qual se situa a prática da

---

<sup>151</sup> Idem, p. 286.

história oral, que se consolidou ao longo dos anos 1970. O autor reafirma que a história oral perseguiu o projeto constitutivo da história social inglesa de recuperar *the voice of the past*<sup>152</sup>.

Uma das bandeiras da *History Workshop* era levar as fronteiras da história para mais próximo das vidas das pessoas comuns, tratando de temas e problemas que lhe afetavam direta ou indiretamente. Seu intento era animar o(a)s trabalhadore(a)s a escreverem sua própria história, em lugar de deixar que se perca ou de aprendê-la de segunda mão com os historiadores, de ser produtores e não consumidores e de utilizar sua experiência e seu conhecimento na interpretação do passado<sup>153</sup>.

Estas idéias balizam de certa forma os problemas da história da memória levantados nas reflexões do *Popular Memory Group* no *Centre for Contemporary Cultural Studies* da Universidade de Birmingham (Inglaterra). Primeiro, para definir memória popular temos que ampliar o que entendemos por “*escrita da história*”, para além dos limites da escrita histórica acadêmica, pois devemos “incluir todas as maneiras pelas quais um sentido do passado é construído em nossa sociedade”<sup>154</sup>. Na produção social da memória, todos participam, embora de modo desigual, e não necessariamente adquire uma forma escrita ou literária.

Segundo, é estabelecer um estudo *relacional* da “*memória popular*”, incluindo-se no seu estudo tanto a representação histórica dominante, quanto procurar ampliar as experiências históricas subordinadas ou privadas. Assim, tomo as memórias do passado como campo de disputas sociais em torno do sentido do passado, o que ocasiona, muitas vezes, contestações à “*memória dominante*”. É por isso que o estudo da memória popular implica *dois* conjuntos de relações: de um lado, “a relação entre memória dominante e formas a ela opostas em todo o âmbito público (inclusive o acadêmico)”, de outro, “a relação destes discursos públicos em sua dinâmica contemporânea com o sentido mais privatizado do passado que é gerado no interior de uma cultura vivida”<sup>155</sup>.

---

<sup>152</sup> SAMUEL, Raphael. Desprofesionalizar la historia. In: SCHWARZSTEIN, Dora (org.). **La Historia Oral**. Buenos Aires: Centro Editor de America Latina, 1991, p. 102-118.

<sup>153</sup> SAMUEL, Raphael (ed.). **Historia Popular y Teoría Socialista**. Barcelona: Editorial Crítica, 1984.

<sup>154</sup> GRUPO MEMÓRIA POPULAR. Memória Popular: Teoria, Política e Método. In: FENELON, Déa Ribeiro et. al. (orgs). **Muitas Memórias, Outras Histórias**. São Paulo: Olho d' Água, 2004, p. 283.

<sup>155</sup> Idem, p. 286.

Por fim, que a dominação política envolve definição histórica, na medida em que a “luta constante pela hegemonia tem um interesse substancial na história e particularmente na memória popular. A relação entre história e política, como a relação do passado e presente, é, portanto, *intrínseca*: trata-se de políticas da história e de dimensões históricas da política”<sup>156</sup>.

É na tensão entre objetivos históricos e políticos, entre cânones de objetividade e um interesse pela subjetividade e pelas formas culturais que, inspirada nestas reflexões, Yara Aun Khoury sugere que, na compreensão da transformação histórica, uma tarefa fundamental é

*“explorar modos como memórias se fazem e se refazem, tensionam e se articulam na experiência diária, impregnadas não só nas falas, como nos gestos, comportamentos, rituais, tradições, costumes e sensibilidades; distribuídas em outdoors, propagadas pela mídia, forjando-se nos rumores de cada dia”*<sup>157</sup>.

Há aqui uma clara influência das reflexões de A. Gramsci no contexto dos estudos culturais. Segundo Gramsci, as idéias só se tornam efetivas se, ao final, elas se juntarem a uma constelação particular de forças sociais. Neste sentido, a luta ideológica faz parte de uma luta social geral por controle e liderança - pela hegemonia. Portanto, a melhor forma de se conceber a relação entre idéias dominantes e classes dominantes é em termos de processos de dominação hegemônica. No que se refere ao desempenho dos meios de comunicação na construção da hegemonia, há a sugestão de que “devemos analisá-los não apenas como suportes ideológicos dos sistemas hegemônicos de pensamento, mas também como lugares de produção de estratégias que objetivam reformular o processo social”<sup>158</sup>.

Os Estudos Culturais e sua conexão com a História Social inglesa, bem como a tradição crítica dos Annales e a chamada História das Mentalidades conduziram, cada um a seu modo, à aproximação do social e do cultural, trazendo para o primeiro plano das

---

<sup>156</sup> Ibidem, p. 287.

<sup>157</sup> KHOURY, Yara Aun. Muitas memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história. In: FENELON, Déa Ribeiro et. al. (orgs). **Muitas Memórias, Outras Histórias**. São Paulo: Olho d' Água, 2004, p. 133.

<sup>158</sup> MORAES, Dênis de. Notas sobre o imaginário social e hegemonia cultural. In: **Gramsci e o Brasil** (<http://www.artnet.com.br/gramsci>).

questões historiográficas a noção de *representação* e a importância dos *processos simbólicos, a linguagem, os discursos, o texto, a oralidade*<sup>159</sup>.

Talvez o mais importante a realçar neste mapa sintético seja o fato de que as interconexões entre os diferentes modos de pensar a cultura têm possibilitado a reinvenção da história cultural nos dias atuais, no que se refere à escrita histórica em si. Há um profícuo debate contemporâneo entre as historiografias moderna e pós-moderna sobre a importância da noção de *representação*. O discurso moderno estabelece uma relação entre os historiadores e a experiência do passado, a partir de um conjunto de regras para o tratamento das fontes, visando a busca objetiva da verdade. Nesta perspectiva, a objetividade “significava, pois, a validade geral do conhecimento histórico, pois baseada na relação com a experiência do passado e na racionalidade do tratamento cognitivo dessa experiência”. Assim, a historiografia moderna trabalha com uma idéia de *representação* de caráter epistemológico, na medida em que ela é uma categoria inerente ao *conhecimento histórico*. Já a historiografia pós-moderna vê a *representação* como negação da possibilidade mesma desse “*conhecimento*”. Neste sentido, o “discurso pós-moderno questionou esta proposta como uma falsa consciência, escamoteadora dos procedimentos lingüísticos da narração que constituem a natureza distintiva da história, como um construto mental de representação do passado para finalidades culturais da vida atual”<sup>160</sup>.

Como consequência, o questionamento pós-moderno desencadeou uma “*crise da representação*”, ou seja, “da idéia moderna de representação e de sua substituição pela idéia de que, como ‘representação’, o texto histórico é um ‘artefato’ lingüístico elaborado segundo princípios literários que remetem às estruturas da ‘narrativa’, sendo sua referencialidade unicamente de ordem intra e intertextual”<sup>161</sup>.

As bases da historiografia pós-modernistas foram assim resumidas por F. R. Ankersmit. Primeiro, menciona a crítica de J. F. Lyotard às costumeiras concepções sobre a *unidade* do passado. Lyotard afirma que o passado foi quebrado em inúmeros fragmentos e a fragmentação do mundo intelectual contemporâneo é a imagem do espelho da dissolução

<sup>159</sup> FALCON, Francisco. **História Cultural: Uma nova visão sobre a sociedade e a cultura**. Rio de Janeiro: Campus, 2002, p. 11-15.

<sup>160</sup> RÜSEN, Jörn. Narratividade e objetividade nas ciências históricas. In: **Textos de História: Revista da Pós-Graduação em História da UnB**. v. 4, nº 1 (1996): 76.

<sup>161</sup> FALCON, Francisco. História e Representação. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e MALERBA, Jurandir (orgs.). **Representações: Contribuição para um debate transdisciplinar**. Campinas, Papirus, 2000, p. 44.

do passado. Seu objetivo é realçar o papel das *petits récits* na dissolução das meta-narrativas totalizantes desde o Iluminismo até o Marxismo. A proposta de Lyotard é de que os elementos do passado recuperam sua autonomia e tornam-se independentes um do outro.

Segundo, tanto H. White, quanto P. Ricoeur lembram-nos que a realidade passada deve ser vista como um texto formulado em uma linguagem externa com as mesmas dimensões gramaticais, léxicas, sintáticas e semânticas como qualquer outro texto. Assim, o passado não é um texto a ser *traduzido* por uma historiografia narrativa, mas *interpretado*. Segundo ele, com poucas exceções (W. H. Wash, H. V. White e L. O. Mink), a filosofia da história corrente está interessada exclusivamente na pesquisa histórica.

Em sua proposta de desconstrução da dicotomia entre linguagem e realidade, Ankerl propõe as metáforas como elementos básicos da produção histórica de sentido no ato de transformar a experiência do passado em uma história com significado para o presente. Citando Gombrich, ele afirma que a obra de arte, que é a linguagem do artista, não é uma reprodução mimética (*mimetic reproduction*) da realidade, mas a substituição para ela. Assim, a linguagem e a arte não estão situadas em realidades opostas, mas são ambas pseudo-realidades que se encontram no interior da realidade. Daí, para Ankerl, ser necessário o reconhecimento da dimensão estilística da escrita da história, pois, ao contrário dos modernistas que viam o estilo como um anátema ou mesmo como irrelevante, os pós-modernistas reforçam-no como “a” questão do debate historiográfico, na medida em que o conteúdo é derivado do estilo.

Por outro lado, é estabelecida a diferença entre modernistas e pós-modernistas sobre a questão da evidência no discurso histórico. Para os primeiros, as fontes fornecem a evidência de que algo aconteceu no passado, possibilitando o acesso à realidade histórica escondida atrás das fontes. Já, para os pós-modernistas, a evidência não aponta para o *passado*, mas para as *interpretações* do passado.

Metaforicamente, Ankerl assinala que a passagem da historiografia modernista para a pós-modernista pode ser percebida a partir da imagem de que a história é uma árvore. A tradição essencialista dentro do pensamento histórico ocidental tem focado sua atenção sobre o tronco da árvore, cujas correntes desde o historicismo, passando pelo marxismo, têm buscado a reconstrução essencialista do passado ou de partes dele. Já os historiadores pós-modernistas não se propõem a estudar o tronco ou os galhos, mas as

folhas da árvore, que foram espalhadas pelo vento que varreu os anos noventa do século passado. Na busca por juntá-las, independentemente de suas origens, os historiadores pós-modernistas objetivam não mais a integração, a síntese, a totalidade, mas os fragmentos históricos.

A história aqui é não mais reconstrução do que nos aconteceu em várias fases de nossas vidas, mas um contínuo jogo com a memória. A lembrança em si tem prioridade sobre o que é lembrado. Segundo Ankersmit, algo similar também ocorreu com a história, na medida em que o desejo de descobrir a realidade passada e reconstruí-la cientificamente não é mais inquestionável para o ofício do historiador. Assim, a ação de escavar o passado por parte do historiador nos leva mais a *pensar* sobre o passado, do que investigá-lo. Do ponto de vista pós-modernista, o foco é não mais o passado em si, mas sobre a incongruência entre passado e presente, entre a linguagem que usamos presentemente para falar sobre o passado e o passado em si. Portanto, não existe uma só linha de pensamento histórico que neutralize esta incongruência<sup>162</sup>.

Em outro ensaio intitulado *The Origins of Postmodernist Historiography* (1994), o autor reitera a historiografia pós-modernista como uma ruptura com a epistemologia tradicional ao concentrar a sua atenção sobre os textos. Segundo ele, os historiadores têm perdido a visão ingênua sobre o texto histórico, na medida em que a representação do passado está organizada a partir dos textos dos historiadores e da forma como são estruturados. Assim, o historiador pós-modernista reivindica a substancialidade do texto, pois a representação histórica consiste, essencialmente, na produção de um objeto lingüístico que tem a função cultural de ser um substituto para o passado ausente e que o texto histórico deve ser tratado como *objeto*.

Segundo Ankermit, ao relacionar-se com o conjunto de variações do tema Saussuriano da *difference*, a teoria pós-modernista conduz suas reflexões sobre a diferença, em muitos casos, resultando na tese de que *não existe nada fora do texto*. Em suas considerações finais, ele aponta alguns perigos da historiografia pós-modernista, afirmando

---

<sup>162</sup> ANKERSMIT, F. R. - *Historiography and postmodernism*. In: **History and tropology: the rise and fall of metaphor**. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1994, pp. 162-181.

que ela significa a morte da historiografia como disciplina, mas pode funcionar somente em uma forma completamente “*privatizada*” por tratar os textos como entidades individuais<sup>163</sup>.

Próximo à leitura pós-modernista, Keith Jenkins coloca a história como um discurso, no sentido de ao invés de tomá-la como uma matéria ou disciplina, podemos pensá-la como um “*campo de força*”, isto é, “uma série de maneiras com que as partes interessadas organizam o passado em prol de si mesmas”. O autor conecta a idéia de história com as relações de poder, na medida em que inclui e exclui diversamente, pois centra e marginaliza “*visões do passado em graus e maneiras que refratam os poderes daqueles que as promovem*”. Por conseguinte, o uso do termo “discurso” indica que “a história nunca é só ela, nunca é formulada ou interpretada inocentemente e sempre serve a alguém”<sup>164</sup>. Para ele, não se estuda o passado, mas o que os historiadores construíram acerca do passado.

Ainda que Jenkins se aproxime das propostas de Hayden White, a qual toma os textos produzidos pelos historiadores como fontes primárias, ele utiliza, de modo diverso, os termos relativos a discursividade da história, alertando para o perigo da subordinação da história ao imperialismo literário. Segundo o autor, alguns autores pós-modernos, ao proporem que o discurso histórico se transforme na própria “realidade”, tornaram, praticamente, sem sentido as questões epistemológicas relativas à objetividade e à verdade do conhecimento histórico. Citando a leitura de T. Bennet sobre a literalização do passado, Jenkins afirma que “o conspecto do passado como texto infinito que só se pode incessantemente retextualizar consiste em transferir para o passado o objeto e os procedimentos da literatura. A literalização do passado é algo que precisamos considerar uma tentativa de estender o domínio do próprio regime da verdade da literatura para o do passado”<sup>165</sup>.

Então, no centro deste debate, encontramos a obra de Hayden White que ressaltou a importância da dimensão narrativa na produção historiográfica, ao chamar a atenção para o fato de que não somente a narrativa é condicionada pelas condições sociais de produção, mas também pela própria forma narrativa em que se produz o texto histórico. Daí, contra

---

<sup>163</sup> ANKERSMIT, F. R. - The Origins of Postmodernist Historiography. In: TOPOLSKI, Jerzy (ed.). **Historiography between modernism and postmodernism: Contributions to the Methodology of Historical Research**. Amsterdam-Atlanta, Rodopi, 1994.

<sup>164</sup> JENKINS, Keith. **A História Repensada**. São Paulo: Contexto, 2001, p. 109-110.

<sup>165</sup> BENNET, T. *Apud* JENKINS, K. **Op. Cit.**, p. 111.

seus críticos, o autor reiterar a importância da dimensão estética na análise historiográfica. Justapondo a memória à historiografia, ele aponta que “*a história*” não somente “*sucede*”, é também “*construída*” pelas ações dos seres humanos em situações específicas, bem como por aqueles que escrevem sobre estas ações e as dotam de um significado que, com frequência, é tão “*ficcional*” como uma novela<sup>166</sup>.

White tem enfatizado que muitos historiadores acreditam que não se deparam com a dimensão performativa do discurso, pois seus escritos apenas informam o que encontraram nos arquivos. Mas isto não acontece. A história não é contemplativa, nem meramente constatativa. Segundo sua leitura, o que há de comum entre a literatura e a história são produtos de enunciados performativos de natureza retórica, cujo efeito é o da construção ideológica da realidade. A análise retórica do texto permite, então, identificar seus conteúdos ideológicos, a partir de seus efeitos. De outro lado, não há que pensar que existe algum lugar fora da ideologia. Em sua leitura, seria “melhor que os historiadores fossem mais conscientes de suas próprias posições ideológicas e construí-las abertamente no texto, em vez de tratar de escondê-las ou suprimi-las”<sup>167</sup>.

Este pensador propõe ainda que a investigação empírica do passado é impossível, pois, apesar de poder examinar empiricamente os documentos produzidos à época, não obstante, não se pode ir observar os fatos ou acontecimentos da história. Isto conduz o autor a afirmar que o único critério de verdade é a *teoria da coerência* e, portanto, não considera a história como uma ciência empírica, exceto no que se refere aos monumentos e documentos que vêm do passado. Em seu ponto de vista, o manejo das regras de evidência é puramente convencional e estas convenções são estabelecidas pela comunidade acadêmica dos historiadores<sup>168</sup>.

---

<sup>166</sup> WHITE, Hayden. Prefácio. In: GODOY, Cristina (compiladora). **Historiografia y Memoria colectiva: Tiempos y Territorios**. Madrid/Buenos Aires: Miño y Dávila, 2002, p. 14. Para uma visão geral de sua obra, ver: WHITE, Hayden. **Meta-História: A imaginação histórica no século XIX**. São Paulo: Edusp, 1992 (Coleção Ponta, 2); \_\_\_\_\_. **Trópicos do Discurso: Ensaios sobre a Crítica de Cultura**. 2ª edição. São Paulo: Edusp, 2001 (Ensaios de Cultura, 6).

<sup>167</sup> MENDIOLA, Afonso. Hayden White: la lógica figurativa en el discurso histórico moderno (Entrevista). In: **Historia y Grafia**. México: enero-junio 1999.

<sup>168</sup> Para uma visão geral das polêmicas em torno de sua obra, sob o seu ponto de vista, ver: WHITE, H. Teoria literária e escrita da história. In: **Estudios Históricos**. Rio de Janeiro, v. 7, n. 13 (1994): 21-47 e \_\_\_\_\_. An Old Question Raised Again: Is Historiography Art or Science? In: **Rethinking History**. 4: 3 (2000), pp. 391-406.

Todavia, paradoxalmente, a possível pulverização pós-moderna da história tem ampliado o espaço de auto-reflexão, na medida em que, em meio ao aparente caos de crises e diásporas, os historiadores têm tratado de sistematizar e demarcar os problemas que hoje enfrenta a disciplina. Destaco aqui três autores que estabelecem instigante polêmica com os trabalhos de H. White e F. R. Ankersmit, por considerá-los representativos do debate contemporâneo sobre a teoria da história.

Uma postura crítica com relação “*metaphorical turn*”, do qual White e F. Ankersmit são expoentes, pode ser encontrada no trabalho de Chris Lorenz, tanto sobre o argumento de que as narrativas históricas são caracterizadas como “*ficcionais*” e/ou “*metafóricas*”, quanto que as narrativas são explicadas por si e a explicação da narrativa exclui a explicação causal. Se as narrativas históricas baseiam-se numa estrutura metafórica, elas, por consequência, não têm valor de verdade. Este problema pode ser rastreado por conta da ausência no narrativismo “*metafórico*” de uma conexão conceitual entre as narrativas históricas e pesquisa histórica.

Mas ao mesmo tempo em que o “*narrativismo metafórico*” contribuiu para a redescoberta de que os historiadores produzem textos, não podemos confundir qualquer texto com história. A história, contrariamente à literatura ficcional, está baseada no “*passado real*” (*real past*). Esta propriedade referencial da narrativa histórica explica que a construção das narrativas sobre o passado é uma atividade com controles disciplinares e intersubjetivos, porque os modos nos quais nós representamos com palavras as coisas são intersubjetivas. Segundo C. Lorenz, o mesmo pode ser aplicado com relação à noção de verdade, na medida em que tanto ao nível individual, quanto ao nível de uma narrativa, ambos os níveis de verdade e falsidade dependem das frágeis convenções intersubjetivas e a diferença entre as afirmações individuais e as narrativas completas é, portanto, uma diferença de grau e não de forma. Mas a verdade por si mesma é, ao contrário do que sugere White e Ankersmit, não é um critério epistemológico excitante, apesar de ser um valor *constitutivo* para a atividade cognitiva<sup>169</sup>.

Com relação à distinção entre o fazer histórico e o literário, Lorenz sugere a importância do caráter intersubjetivo das regras do primeiro com relação ao segundo, pois

---

<sup>169</sup> LORENZ, Chris. Can histories be true? Narrativism, positivism, and the “metaphorical turn”. In: **History and Theory**. 37/3 (1998), 324-325.

ela é marca constitutiva da história como uma disciplina *empírica*. Em contraste com os autores de ficção, as evidências utilizadas na construção de seus argumentos por parte dos historiadores na construção de seu objeto estão abertas ao escrutínio público. Tais evidências são analisadas não somente com relação à forma em que foram apresentadas, mas a fundamentação lógica e empírica de que necessitaram para a construção de seus argumentos. Em sua opinião, os aspectos textuais ou estilísticos da escrita da história estão substituindo a própria história e o resultado filosófico desta substituição é que a filosofia da história é tratada como um ramo da estética ou da teoria literária. Contudo, paradoxalmente, a filosofia metafórica da história acaba por esquecer as próprias raízes lingüísticas da palavra “*história*”, na medida em que o significado original da palavra grega não vincula-se a narrativa, relato, mas a pesquisa, investigação. Então, quando as narrativas históricas são caracterizadas como “verdadeiras”, a ênfase deve ser colocada sobre o adjetivo e não sobre o substantivo<sup>170</sup>.

Aos problemas levantados pelas contradições existentes entre a narratividade e objetividade tal como aparecem nos estudos históricos, George G. Iggers destaca as propostas de Jörn Rüsen e seus discípulos, particularmente Horst-Walter Blanke e Friedrich Jaeger, e a de Hayden White como duas orientações importantes para se analisar, de modo crítico e analítico, a história da historiografia. Há aproximações entre as propostas de Rüsen e White, no sentido de que ambos tratam o trabalho histórico como uma estrutura verbal na forma de um discurso narrativo, bem como privilegiam a história escrita em detrimento de outras formas da reconstrução da memória histórica, que, apesar de não escrita, revelam aspectos importantes da consciência histórica. Entretanto, a diferença fundamental entre ambos é a visão da objetividade e da verdade<sup>171</sup>.

J. Rüsen tenta conciliar as duas atitudes da situação presente nos estudos históricos. De um lado, “há a limitação metahistórica da narratividade como princípio do pensamento histórico, que dificulta, logicamente, qualquer objetividade científica na representação do passado como história”. De outro, a objetividade que fixa limites à interpretação histórica, na medida em que ela “é um critério de validade que torna o pensamento histórico e a historiografia plausíveis, isto é, uma certa forma de pretensão de verdade, intimamente

---

<sup>170</sup> Idem, p. 329.

<sup>171</sup> IGGERS, Georg G. *Historiography between Scholarship and Poetry: Reflections on Hayden White's Approach to Historiography*. In: **Rethinking History**. 4: 3 (2000), pp. 373-390.

relacionada com a racionalização do pensamento histórico e com seu caráter acadêmico, para não dizer científico”<sup>172</sup>.

Dialogando com o narrativismo, Rüsen propõe um novo conceito de objetividade para superar a dicotomia da narratividade como obstáculo para a objetividade. Segundo o autor, não se pode negligenciar que existem ao menos alguns *critérios racionais de intersubjetividade que garantem consistência de uma narrativa histórica*. A investigação deve, então, buscar os princípios da intersubjetividade “como uma condição necessária para a plausibilidade ou a ‘verdade’ de uma narrativa histórica”. Duas dimensões podem ser levadas em conta. De um lado, a “*coerência teórica* diz respeito aos conceitos e sua relação com a informação do material das fontes”. Com essa conceitualização, a interpretação histórica contribui para sua validade intersubjetiva de *reconstrutibilidade*. De outro, a *coerência prática* “é a qualidade da narrativa histórica, que lhe confere plausibilidade quanto à função prática que ela tem na orientação cultural da vida concreta”, conferindo, na formação da identidade pessoal e social, a partir da categoria de igualdade e o conceito de humanidade, como uma regra cultural para lidar com as diferenças. Neste sentido, a idéia de intersubjetividade possibilita relacionar à diferença entre as particularidades. Esta idéia regulativa da coerência prática repercute na experiência do próprio passado, revestindo “a intersubjetividade como coerência prática e teórica das narrativas históricas, da qualidade adicional de objetividade, no sentido de garantir uma relação verossímil com a experiência”<sup>173</sup>.

Em suas palavras,

*“Somente a representação histórica do passado, que nos traz à mente essa história, é que possui a qualidade da objetividade em que estão sintetizados o aspecto da experiência e o da intersubjetividade, assim como as dimensões teórica e prática da produção de sentido histórico na relação entre passado e presente”*<sup>174</sup>.

---

<sup>172</sup> RÜSEN, Jörn. Narratividade e objetividade nas ciências históricas. In: **Textos de História: Revista da Pós-Graduação em História da UnB**. v. 4, nº 1 (1996): 78 e 79.

<sup>173</sup> Idem, p. 95-100.

<sup>174</sup> Ibidem, p. 101.

E conclui sua argumentação afirmando que nenhuma narrativa histórica é possível sem que ela possua uma relevância para a vida atual, na medida em que os critérios de perspectiva e de sentido histórico que a definem são derivados da orientação cultural da vida prática e expressos de forma conceitual.

Já a crítica de Iggers a White se deve à sua ênfase nos textos e não à interação entre texto e contexto. O textualismo proposto por White evoca não somente a questão da relação do texto com o contexto, mas também a questão do texto com a realidade extra-textual e, por conseguinte, que o texto carrega fato e ficção. Iggers aponta que o erro de White não é afirmar que toda narrativa histórica contém elementos ficcionais, mas que não são sujeitos aos controles da busca da verdade. Para White, toda escrita da história é ficção, na medida em que os conteúdos são mais inventados que constatados, o que torna insustentável a oposição entre mito e história.

Próxima à crítica de Lorenz, Iggers contrapõe a esta argumentação, afirmando que, não obstante o papel da imaginação na construção da narrativa acadêmica, o trabalho do historiador se baseia numa sólida pesquisa ancorada em métodos e conclusões que serão objetos do exame minucioso da comunidade acadêmica. Embora a capacidade de obter um relativo consenso a questões levantadas por cada estudioso seja limitada, isto pode contribuir para o desmantelamento dos mitos históricos e que é uma parte importante do discurso racional<sup>175</sup>.

Como podemos ver os problemas levantados pela representação e pela narratividade não podem ser ignorados pelos historiadores, pois mesmo aqueles que não concordam com as assertivas propugnadas pelos pós-modernistas não podem esquecer que a *“historiografia não se realimenta apenas com a rotina da pesquisa, dos processos de trabalhos racionais, desencantamentos do passado, mas dos novos questionamentos do passado, originados das (muitas vezes) incômodas experiências do presente, cujas respostas dependem das regras racionais de pesquisa”*<sup>176</sup>.

Essas questões expõem a necessidade de se entender a história em seu duplo sentido: enquanto experiência humana e como sua própria narração, interpretação e

---

<sup>175</sup> IGGERS, Georg G. **Op. cit.**, p. 387.

<sup>176</sup> DIEHL, Aston A. Resenha CARDOSO, Ciro Flamarion; MALERBA, Jurandir (Orgs.). **Representações; contribuições a um debate transdisciplinar**. Campinas: Papirus, 2000. 288 p. In: **Diálogos**. Volume 1, número 5. Maringá/PR: DHI, 2001.

projeção. A experiência humana não se modifica enquanto passado, mas é a interpretação sobre ela, em função das preocupações no presente do historiador, sua própria experiência de vida e as concepções às quais compartilha, que a transformam. Ao concebermos assim o fazer histórico, empreende-se uma alteração na relação sujeito-objeto na produção do conhecimento histórico, no sentido do resgate, dentro de sua historicidade, do fato de a subjetividade perpassar o trabalho do historiador, independentemente dele se dar conta ou não, colocando em evidência a natureza comprometida da produção do conhecimento histórico, seja com o “*ar do tempo*”, seja com a visão de determinada classe social. Ao mesmo tempo, como essa bagagem presente na obra do historiador, enquanto sujeito do conhecimento, é histórica, ela torna-se também objeto, pois o historiador também é fruto de seu tempo. É nesse sentido que o conhecimento histórico é historicamente produzido e, portanto, não definitivo.

Isto nos conduz à reflexão frutífera sobre a profunda revisão nos modos de pensar e reconstituir o passado, especialmente no que se refere ao questionamento sobre as formas modernas de estruturação dos critérios de plausibilidade científica da história, nos moldes iluministas. Dentro desta perspectiva, emerge na historiografia contemporânea um significativo movimento de *rememorização*, traduzida na ressubjetivação e repoesitização do passado, conduzindo, como consequência, a que os conceitos de memória e identidade apareçam como uma das chaves de compreensão da situação atual desta historiografia. Entretanto, para a história, “não são as memórias e identidades os pontos centrais, mas as suas respectivas representações nas experiências e expectativas de vida”<sup>177</sup>, pois as representações, práticas e apropriações culturais são formas simbólicas diferenciadas de interpretação que os diferentes grupos sociais elaboram deles mesmos.

### *MEMÓRIA E IDENTIDADE*

Há um relativo consenso entre os estudiosos que, no contexto atual do processo de globalização, o debate sobre os direitos e deveres da memória relaciona-se inexoravelmente com o tema da identidade, especialmente no caso latino-americano. Imerso em um tempo

---

<sup>177</sup> DIEHL, Aston Antônio. Memória e identidade: perspectiva para a história. In: TEDESCO, João Carlos (org.). **Usos de memórias (política, educação e identidade)**. Passo Fundo: Editora da UFP, 2002, p. 143-144.

de mudança, as sociedades latino-americanas têm experimento uma tensão entre homogeneidade e heterogeneidade, na medida em que a heterogeneidade é uma reivindicação e uma característica do discurso da resistência ao projeto homogeneizante. O discurso da resistência de um mundo globalizado contempla, ao mesmo tempo e paradoxalmente, uma homogeneização pós-nacional e um desenvolvimento de identidades mais profundo em seu acentuado localismo. Como ressalta Marta Anico, “face às tendências de homogeneização cultural assiste-se freqüentemente, por parte do poder local, a um resgate do passado, (re)construído pelo presente mediante a patrimonialização dos elementos culturais locais”. As sociedades contemporâneas têm vivido uma amnésia coletiva, pois carecem de uma ligação afetiva às referências do passado, por conta do seu distanciamento e alheamento em relação ao passado<sup>178</sup>.

A argumentação de que as identidades modernas estão sendo “*descentradas*”, deslocadas ou fragmentadas traz consigo o debate o impacto da globalização sobre a questão da identidade. Têm-se não mais a experiência de identidade unificada e estável, mas de muitas identidades, no mais das vezes contraditórias, senão inconstantes. Ao colocar em evidência a multiplicidade de referentes para se pensar os dilemas postos pela “*mundialização*” da cultura, a desterritorialização, por ela ocasionada, provocou um intenso embate de identidades dentro de um cenário de inquietações políticas.

Neste sentido, o “processo de identificação, através do qual nos projetamos em nossas identidades culturais, tornou-se mais aberto, variável e problemático”. Esta idéia motivou Stuart Hall a propor que a identidade tornou-se uma “*fiesta móvel*”, na medida em que ela é formada e transformada continuamente em relação aos modos pelos quais somos representados e tratados nos sistemas culturais que nos circundam. Seu argumento é que precisamos historicizar e, conseqüentemente, desnaturalizar as identidades nacionais, na medida em que “são formadas e transformadas dentro de e em relação à *representação*”. Portanto, a nação “não é somente uma entidade política, mas algo que produz significados -

---

<sup>178</sup> ANICO, Marta. PATRIMÓNIO, TURISMO E POLÍTICAS CULTURAIS AUTÁRQUICAS. CONFLITUALIDADE OU CONVERGÊNCIA DE INTERESSES? In: **IV CONGRESO VIRTUAL DE ANTROPOLOGÍA Y ARQUEOLOGÍA NAYÁ**. Octubre del 2004. Capturado no endereço eletrônico <http://www.naya.org.ar/congreso2004/autores.htm>.

*um sistema de representação cultural*”, isto é, “uma nação é uma comunidade simbólica”<sup>179</sup>.

De todas as identidades coletivas partilhadas, a identidade nacional é talvez a mais importante e inclusiva, pois, ainda que outros tipos de identidade coletiva - de classe, de gênero, de religião etc. - possam influenciar sua direção, raramente conseguem debilitar a identidade nacional<sup>180</sup>.

Ana Pratesi chama-nos a atenção de que, ao nível de nação, memória e história estão ligadas a construção de identidade nacional e que nela se integram continuidades temporais e, fundamentalmente, as fraturas que transformam as práticas sociais e as consciências coletivas. Essa história construtora de identidade é concebida por um sujeito que a realiza desde uma posição,

*“(...) integrando el pasado a un presente que se prolonga hacia el porvenir a través de proyectos utópicos transmitidos a través de retóricas que fundamentan y legitiman intereses, expectativas, exclusiones o incorporaciones de sectores sociales dentro de la totalidad político-jurídico-administrativa que se reconoce como nación”*<sup>181</sup>.

Como já ressaltara Renan, o mais importante na construção de um projeto nacional é o esquecimento ao invés da lembrança. Portanto, os usos do esquecimento fundamentam uma memória possível de acordo com o projeto político-ideológico. Em suas palavras, “*A essência de uma nação é que todos os indivíduos tenham muitas coisas em comum e também que tenham esquecido muitas coisas*”<sup>182</sup>.

Mas como se constroem as identidades ao produzirem significados sobre a “nação” com a qual podemos nos *identificar*? A memória coletiva de uma nação contemporânea se desenvolve não apenas através da produção de textos históricos que investigam o passado,

<sup>179</sup> HALL, Stuart. **A Questão da Identidade Cultural**. Campinas/SP: IFCH/UNICAMP, nº 18, dezembro de 1995 (Textos Didáticos), p. 11-12 e 38.

<sup>180</sup> SMITH, Anthony D. **Identidade Nacional**. Lisboa: Gradiva, 1997 (Coleção Trajetos), p. 176.

<sup>181</sup> PRATESI, Ana. ANTROPOLOGÍA, HISTORIA y MEMORIA SOCIAL. In: **Actas del Primer Congreso Sudamericano de Historia**. Museo de Historia, Universidad Autónoma Gabriel René Moreno - Instituto Panamericano de Historia y Geografía (IPGH), 2004. (ISBN: 99905-0-518-7).

<sup>182</sup> RENAN, Ernest. **Qu'est-ce qu'une nation?** Capturado no endereço eletrônico : [http://ourworld.compuserve.com/homepages/bib\\_lisieux](http://ourworld.compuserve.com/homepages/bib_lisieux).

mas também através de uma série de rituais que colocam o passado ao alcance da maior parte de uma população. Os significados da nação encontram-se contidos nas histórias e imagens que são construídas sobre a nação, bem como nas memórias que conectam seu presente com seu passado. Então, a identidade é uma construção que se narra, estabelecendo-se acontecimentos fundadores. Os livros escolares e os museus, assim como os rituais cívicos e os discursos políticos, foram durante muito tempo os dispositivos com que se formulou a identidade de cada nação e se consagrou sua retórica narrativa<sup>183</sup>.

Ulpiano Menezes destaca que

*“A memória nacional é o caldo de cultura, por excelência, para a formulação e desenvolvimento da identidade nacional, das ideologias da cultura nacional e, portanto, para o conhecimento histórico desses fenômenos. Daí ser a questão da identidade nacional, em sua natureza problemática, o tema melhor estudado dentre todos os que se referem à memória social”<sup>184</sup>.*

Mas não se pode esquecer que a memória nacional é constituída por diferentes, que freqüentemente se opõem, memórias que, a despeito de suas rivalidades, constroem denominadores comuns que superam, ao nível simbólico, as diferenças sociais e políticas para se criar uma comunidade imaginada. Assim, é necessário enfatizar a interação entre a memória oficial e outras memórias no âmbito da sociedade, ou seja, pensar a sociedade e a cultura como entidades globais, onde memórias distintas interagem. É interessante realçar, pois, que as tradições nacionais imprimem na memória um desenvolvimento desigual, pois o indivíduo muitas vezes não percebe o caráter fundamental que tem uma determinada manifestação social. Como ressalta Myriam S. dos Santos,

*“As formas pelas quais os indivíduos constroem suas imagens e as relacionam à imagem da nação são múltiplas e diferenciadas. Os diversos grupos sociais estão constantemente negociando suas próprias memórias, histórias e tradições com o*

---

<sup>183</sup> BARRERA, José Carlos Bermejo. La historia, la memoria y el olvido. In: BARRERA, José Carlos Bermejo & MONROY, Pedro Andrés Piedras. **Genealogía de la Historia: Ensayos de Historia Teórica III**. Madrid: Akal, 1999, p. 198-199.

<sup>184</sup> MENESES, Ulpiano Bezerra de. A História, Cativa da Memória? Para um mapeamento da memória no campo das ciências sociais. In: **Revista Instituto de Estudos Brasileiros**. São Paulo: 34: 15, 1992.

*discurso oficial da nação. Como há interesses e grupos em conflito em uma sociedade, e cada qual tem sua própria imagem a defender, a história que é acatada e imortalizada nas instituições oficiais da memória é resultado de lutas pelo poder”<sup>185</sup>.*

É necessário neste debate sobre o discurso nacional contemporâneo no Brasil trazer à baila a inclusão do tema da “cidadania” dos distintos sujeitos sociais no sentido do direito à narração, ou seja, à memória e ao esquecimento. Nesta proposta, a história deve ser escrita não como a história de uns silenciando a história dos outros, mas a história resultante de uma negociação, na medida em que “o elemento básico sobre o qual se constrói tanto o discurso da nação, quanto aquele sobre a nação (...) é a posse de um patrimônio comum resultante da negociação em torno do esquecimento realizado ou cuja realização tenha sido decidida por uma determinada comunidade”<sup>186</sup>. Isto se relaciona inexoravelmente aos problemas da construção de uma memória democrática, como é o caso do desafio da seleção, pois não é possível recordar todas as histórias de todos os setores para se chegar a uma perspectiva democrática da memória nacional. Contudo, há que se lutar contra o discurso nacional homogeneizador e autoritário, construindo “múltiplos cenários da memória nacional como um lugar, ‘onde diferentes concepções de nação disputam e negociam entre si’, ou seja, para onde convergem os múltiplos cenários da memória presentes na nação”<sup>187</sup>. Ora, aqui a história é tomada como produto da conversação, isto é, uma conversação entre os múltiplos atores ou enunciadores da memória nacional.

É neste sentido que a memória pode ser tratada como assunto público, na medida em que se trata a memória coletiva – “*um público com memória*” – no contexto de uma interação de uma diversidade de interesses e concepções de mundo. Como ressalta Jeffrey K. Olick,

---

<sup>185</sup> SANTOS, Myriam Sepúlveda dos. Entre o Tronco e os Atabaques: A Representação do Negro nos Museus Brasileiros. In: **Colóquio Internacional O Projeto UNESCO no Brasil: uma volta crítica ao campo 50 anos depois**. 12 a 14 de janeiro de 2004. Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia. Capturado no endereço eletrônico em 2004: [http://www.ceao.ufba.br/unesco/13paper-myrian.htm#\\_ftnref10](http://www.ceao.ufba.br/unesco/13paper-myrian.htm#_ftnref10).

<sup>186</sup> ACHUGAR, Hugo. A nação entre o esquecimento e a memória: uma narrativa democrática da nação. In: **Lugar Comum: Estudos de Mídia, Cultura e Democracia**. Rio de Janeiro, NPCOM/UFRJ, nº 7, janeiro/abril de 1999, pp. 165-181 [p. 171-172].

<sup>187</sup> Idem, p. 177.

*“Para que haja uma memória coletiva, antes devem agrupar-se diferentes memórias; as histórias das sociedades tradicionais não constituem uma memória coletiva neste sentido, já que sempre estão ali e são as mesmas para todos. O problema que delinea a memória coletiva é, portanto, sinônimo do problema da identidade coletiva em uma sociedade complexa, e, ao menos nas sociedades democráticas, essa coletividade se dá na esfera pública, em que se juntam o privado e o oficial e adotam novas formas, sendo a norma a controvérsia”<sup>188</sup>.*

Paralelamente à intencionalidade, característica marcante da fenomenologia da memória, também não podemos esquecer do caráter contraditório e da indefinição do destino da memória, pois, ao mesmo tempo, em que temos uma subvalorização do passado, no sentido de que a tradição em geral perde o caráter normativo para o futuro, experimenta-se um revigoreamento da nostalgia, com a expansão dos lugares de memória e o incremento das atividades turísticas em museus e parques temáticos<sup>189</sup>.

Outra estratégia discursiva da narrativa da nação é aquilo que Hobsbawm e Ranger chamaram de *“invenção das tradições”*. Eles entendem por *“tradição inventada”* o conjunto de práticas normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Assim, toda tradição inventada utiliza, na medida do possível, a história como legitimadora das ações e como cimento da coesão grupal. Os historiadores, quaisquer que sejam seus objetivos, estão envolvidos neste processo, uma vez que eles contribuem, conscientemente ou não, para a criação, demolição e reestruturação de imagens do passado que pertencem não só ao mundo da investigação especializada, mas também à esfera pública onde o homem atua como ser político. Eles devem estar atentos a esta dimensão de suas atividades. A propósito, as *“tradições inventadas”* são altamente aplicáveis no caso de uma inovação histórica comparativamente recente, a *“nação”* e seus fenômenos associados:

---

<sup>188</sup> OLICK, Jeffrey K. Memoria colectiva y diferenciación cronológica. In: BUSTILLO, Josefina Cuesta (ed.). *Ayer*. Madrid: Marcial Pons/Asociación de Historia Contemporánea, n. 32, 1998 (número especial Memoria e Historia), p. 139.

<sup>189</sup> TEDESCO, João Carlos. **Nas cercanias da memória: temporalidade, experiência e narração**. Passo Fundo: UFP; Caxias do Sul: EDUCS, 2004, p. 34.

o nacionalismo, o Estado nacional, os símbolos nacionais, as interpretações históricas, etc. Todos estes elementos baseiam-se em exercícios de engenharia social muitas vezes deliberados e quase sempre inovadores. Vale lembrar que a história "que se tornou parte do cabedal de conhecimento ou ideologia da nação, Estado ou movimento não corresponde ao que foi realmente conservado na memória popular, mas àquilo que foi selecionado, escrito, descrito, popularizado e institucionalizado por quem estava encarregado de fazê-lo"<sup>190</sup>. Dentro da parafernália montada pelas nações modernas, pode-se observar um papel importante das tradições inventadas na vida dos cidadãos, incluindo desde as formas sistemáticas de socialização como o aparelho escolar até a veiculação de tais elementos através dos "media". Hobsbawm considera que o objetivo e a característica das "tradições", inclusive as inventadas, é a invariabilidade. O passado real ou forjado a que elas se referem impõe práticas fixas (normalmente formalizadas), tais como a repetição<sup>191</sup>.

Dialogando com Hobsbawm, Celso Castro propõe que, ao invés de "*invenção das tradições*", talvez fosse mais adequado falar em "*tradição da invenção*", na medida em que os "elementos simbólicos são permanentemente reinventados e atualizados em diferentes contextos históricos". Mas, ao mesmo tempo, "existe o esforço cultural de 'cristalizá-los', tornando-os reconhecíveis para os indivíduos. Essa dialética de invenção e convenção é um processo sempre inacabado"<sup>192</sup>.

Inclusive, Peter Burke sugere, ao invés de "*invenção*", a idéia de "*reconstrução*" das tradições, na medida em que a liberdade, a criatividade e a invenção têm limites, sendo moldadas por contingências culturais, sociais e materiais. Ao enfatizar a criatividade humana, especialmente a criatividade coletiva, a vontade das pessoas de modificar tanto seus entornos quanto suas identidades, imaginando-os de novas formas, a idéia de "*reconstrução*" evidencia que o mundo cultural pode ser considerado um processo de criação contínua, ou recriação constante<sup>193</sup>.

Então, o importante é realçar que a *tradição* pode ser pensada como um espaço vital da cultura por enfatizar que ela tem pouco a ver com a mera persistência das velhas formas,

---

<sup>190</sup> HOBBSAWM, Eric & RANGER, Terence (orgs.). **A Invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 9 e 21-22.

<sup>191</sup> Idem, p. 10.

<sup>192</sup> CASTRO, Celso. **A Invenção do Exército**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002, p. 11 (Coleção Descobrimos o Brasil).

<sup>193</sup> BURKE, Peter. Bricolagem de tradições. In: **Folha de São Paulo. Mais!** São Paulo, 18 de março de 2001, p. 10-11.

mas está relacionada às formas de associação e articulação dos elementos que devem ser incorporados ou não a ela. Isto porque as culturas e identidades nacionais *não* são de fato *unificadas*, pois se deve pensá-las “como constitutivas de um *dispositivo discursivo* que representa a diferença como unidade ou identidade”. Contudo, as culturas nacionais “são entrecruzadas por divisões e diferenças internas profundas, e ‘unificadas’ apenas através do exercício de formas diferentes de poder cultural”<sup>194</sup>.

Alguns autores propõem que o processo de globalização em curso indica tanto a redução do poder do Estado-nação como o enfraquecimento da identidade nacional. Em seu lugar, emergem a sociedade e às identidades regionais e locais. A tendência à substituição do mito nacional por uma memória baseada na reivindicação patrimonial conduz à fragmentação da memória, onde cada região, cada localidade, cada grupo étnico ou racial reclama o seu direito à memória<sup>195</sup>.

Creio que é necessário matizar essa afirmação, em vista de que o caráter histórico e processual das identidades coletivas leva aos pesquisadores a perceberem que, na história do tempo presente, encontramos, por uma parte, processos de construção de identidades locais e regionais que persistem e se (re)inventam. Por outra parte, ele é estruturado por identidades nacionais que, mesmo na globalização, continuam a possuir relevância enquanto instâncias definidoras da cidadania.

Anthony D. Smith afirma que a nova cultura global é universal e intemporal e, sendo eclética, é indiferente ao local e ao tempo. É fluída e informe. A cultura pós-moderna cosmopolita foi transportada para todo o mundo pelos meios de comunicação social e pelas telecomunicações. Uma de suas características é não ostentar história e os temas populares utilizados “são extraídos para a decoração superficial de uma cultura técnica orientada para o presente e para o futuro”. Contudo, as tradições necessitam de uma ressonância popular e isto só ocorrerá se houver um passado perceptível, étnico ou nacional. Deste modo, reitera-se o papel central da memória no forjar de identidades e culturas,

*“que é a razão pela qual os temas, as ideias e os estilos básicos do cosmopolitismo pós-moderno são de origem popular ou nacional. (...) Não existe*

---

<sup>194</sup> HALL, Stuart. **A Questão da Identidade Cultural**, p. 48.

<sup>195</sup> PRADO, Roberto Vila de. Las identidades colectivas entre la construcción y la desconstrucción. In: **Revista de Humanidades y Ciencias Sociales**. Santa Cruz de la Sierra : Universidad Autónoma Gabriel René Moreno, v. 5, n. 1, junio de 1999, p. 71-72.

*qualquer ‘identidade em formação’ global; uma cultura global apenas poderia ser uma construção destituída de memória ou uma desintegração nos seus elementos nacionais constituintes. Mas uma cultura destituída de memória é uma contradição; qualquer tentativa para criar uma cultura global deste gênero acentuaria simplesmente a pluralidade de identidades e memórias populares, pilhadas de forma a constituir este bricolage gigante”<sup>196</sup>.*

Partindo da premissa fundamental de que a natureza objetiva das relações de dominação-subordinação não pode ser separada das representações sociais não-materiais que delas são feitas, proponho realçar o papel da memória no estabelecimento de consensos e conflitos no âmbito do imaginário social e como a produção da memória intervém na construção da identidade social e individual de uma coletividade.

Antes de tudo, e posto que a identidade se baseia na memória, não se pode esquecer do caráter seletivo da memória, pois a memória ao reconstruir fatos passados não é fiel ao que aconteceu, mas sempre elabora a partir de experiências novas e distintas. A história da memória expõe, deste modo, a articulação de uma percepção particular do passado com o contexto social, através de um universo simbólico compartilhado. A memória é incluída no âmbito de determinada cultura constituída por práticas comuns e representações<sup>197</sup>.

As noções de construção, seleção, de registro, de significado, de criação e de consciência subjetiva fazem parte do relacionamento entre memória e identidade, revelando uma dimensão eminentemente dinâmica em que há um esforço não só de seleção, mas de reinterpretação sucessiva do passado. Isto implica que a imagem que o indivíduo tem de si é, ao mesmo tempo, produto de sua experiência social e das formas de mediação simbólica dessa experiência. Percebe-se cada vez mais que os elementos mediadores da memória sejam objetivos, de consciência coletiva e individual, de políticas de lembrança e esquecimento servem de base para a cultura e a identidade<sup>198</sup>.

Então, como uma “*chave da consciência*”, Mnesmosine é um recurso essencial para se pensar a identidade, na medida em que, ao mesmo tempo, a memória nos molda e nós a

<sup>196</sup> SMITH, Anthony D. **Op. cit.**, p. 194-195.

<sup>197</sup> CONFINO, Alon. Collective Memory and Cultural History : Problems of Method. **The American Historical Review**. Volume 102, Issue 5 (Dec., 1997), p. 1399.

<sup>198</sup> TEDESCO, João Carlos. **Nas cercanias da memória: temporalidade, experiência e narração**. Passo Fundo: UFP; Caxias do Sul: EDUCS, 2004, p. 94 e 28.

modelamos. É através da dialética entre memória e identidade em que se adaptam uma a outra, fecundando-se mutuamente, fundindo e refundindo que se produz uma trajetória de vida, uma história, um mito, um relato. Ao final, é claro, só resta o esquecimento, o que reitera o pressuposto de que memória e esquecimento são condições de possibilidades de um para o outro<sup>199</sup>.

De fato, memória e identidade são indissociáveis, pois, ao mesmo tempo, em que a memória participa da construção da identidade, ela também molda aquilo que deve ser lembrado pelo indivíduo, ao enfatizar certos aspectos particulares do passado em detrimento de outros. No campo das lutas sociais, é importante ressaltar que a memória é uma construção política, em virtude da sua capacidade em conformar comportamentos coletivos e identidades sociais. Daí o historiador estar imerso em semelhante tarefa política, pois cabe-nos gerir a memória social e enquanto trabalhador da memória devemos levar em conta que a memória não só constrói a identidade, mas perfila e determina o ser, seu modo de existência e as pautas de comportamento.

Entretanto, não se pode esquecer que a estreita relação entre memória coletiva e identidade implica também em confrontos na reconstrução do passado, tendo em vista a pluralidade das memórias coletivas que convivem no âmbito da sociedade. Então, a memória pode ter também um caráter desestabilizador e crítico, na medida em que traumas, ressentimentos, desejos ocasionam a “*desfetichização*” da memória e de identidades interessadas no presente<sup>200</sup>.

Daí ser necessário buscar a noção de “*identidade*” não em função da diferença, mas como um dado concreto cultural e em contínua “*prática*” da diferença<sup>201</sup>, pois, apesar do processo de identificação ser simbólico e imaginário, a identidade é uma realidade, porque sem ela nenhuma ação coletiva é possível.

A ênfase no caráter histórico e performativo da memória e da identidade pode ser percebida com as questões colocadas pelos conflitos presentes e o questionamento das ações dos dominados. A memória não está fixa na herança subjetiva legada pelo passado, mas necessita de ser *re-criada* continuamente para que possa dar um sentido à ordem

---

<sup>199</sup> CANDAU, Jöel. **Mémoire et identité**. Paris : Presses Universitaires de France, 1998, p. 6.

<sup>200</sup> TEDESCO, João Carlos. **Op. Cit.**, p. 79.

<sup>201</sup> RÜSEN, Jörn. Preface. In: RÜSEN, Jörn (ed.). **Western Historical Thinking: An Intercultural Debate**. New York: Berghahn Books, 2002, p. VIII.

presente. Assim, as memórias e identidades não são coisas fixas, mas representações ou construções da realidade, um fenômeno subjetivo ao invés de objetivo. Memórias ajudam-nos a compreender o mundo em que vivemos, e o “*trabalho da memória*” é, como qualquer outro tipo de trabalho mental ou físico, embutido no complexo de relações de classe, gênero e de poder que determinam o que é lembrado (ou esquecido), por quem e para que fim<sup>202</sup>. Então, como salientou J. Le Goff, a memória coletiva “*é um instrumento e um objetivo do poder*”<sup>203</sup>.

O passado revela que é construído, em grande medida, pelos atores sociais em luta no presente, sendo modelado através de formas de erosão, de esquecimento e de invenções seletivas, na medida em que as práticas sociais intervêm profundamente na determinação das funções e eficácia da memória<sup>204</sup>. Então, a memória e a identidade são valores disputados em conflitos sociais e intergrupais que opõem grupos políticos diversos existentes na comunidade. Frederico de Castro Neves propõe que a instituição da memória é

*“resultado dos conflitos sociais e da luta de classes, em que, ao invés da manipulação da memória herdada, o choque entre propostas (mesmo que mal ou apenas implicitamente formuladas) antagônicas ou divergentes constrói a visão dominante do processo que se instaurou”*<sup>205</sup>.

Ora, o que importa é o uso que as memórias individuais e coletivas fazem da história, evidenciando os interesses, os desejos e as necessidades que estão presentes na representação do passado. Em seus registros das virtualidades latentes da história individual e coletiva, o que se propõe aqui é tentar compreender como as práticas, complexas, múltiplas, diferenciadas, constroem o mundo como representação.

<sup>202</sup> GILLS, John R. – Introduction: Memory and Identity: the history of a relationship. \_\_\_\_ (dir.). **Commemorations: the politics of national identity**. Princeton/New Jersey: Princeton University Press, 1996, p. 3.

<sup>203</sup> LE GOFF, Jacques (org.). **Memória e História. Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984, p. 46.

<sup>204</sup> MENESES, Ulpiano T. B. de. A Crise da memória, história e documento: reflexões para um tempo de transformações. In: SILVA, Zélia Lopes da (org.). **Arquivos, Patrimônio e Memória: Trajetórias e Perspectivas**. São Paulo: EdUNESP/FAPESP, 1999, p. 16.

<sup>205</sup> NEVES, Frederico de Castro. A construção da memória regional: fundamentos metodológicos. In: **Anais do V Encontro de Ciências Sociais do Nordeste**. Recife/PE: Instituto de Pesquisas Sociais/Fundação Joaquim Nabuco, 1991, p. 308 e 310.

Então, minha proposta é, alargando o horizonte do campo de investigação não na direção de uma reconstituição do evento em si, mas da forma como foi comemorado os centenários da Guerra de Canudos (1993-1997), escrever uma história da memória que interpele

*“... não mais as ações memorizadas, nem mesmo comemoradas, mas o rastro dessas ações e o jogo dessas comemorações; não os fatos por si mesmos, mas sua construção no tempo, o apagamento e o ressurgimento de seus significados; não o passado tal como aconteceu, mas seus usos retomados permanentemente, seus usos e maus usos, seu impacto sobre os presentes sucessivos; não a tradição, mas a maneira pela qual ela se constituiu e transmitiu”<sup>206</sup>.*

### COMEMORAÇÃO E IDENTIDADE

Como a consciência que as sociedades têm de sua história, de sua identidade, não se exprime apenas através das narrativas sobre o passado, há outras dimensões que exprimem a mesma vivacidade – festas e comemorações –, constituindo-se em focos essenciais que contribuem para a constituição da consciência histórica, tão importante que as instituições se esforçam para controlá-los<sup>207</sup>. Deste modo, a história da memória é também a história de sua transmissão, tornando possível o estudo das comemorações, na medida em que constituem um laboratório de análise do duplo jogo entre presente-passado, entre história e memória, entre o atual e o rememorado. A comemoração é uma reescritura da história e não só remete a um fato, mas também a sua interpretação, no mais das vezes com um objetivo didático. Neste sentido, uma de suas funções é organizar a memória coletiva<sup>208</sup>.

Apesar da existência de comemorações ritualizadas, celebrações religiosas e festas fazerem parte da vida no mundo antigo e medieval, foi no final do século XVIII que emergiu a forma moderna de comemoração. Nestas comemorações cívicas em honra dos “grandes homens” (ou dos “grandes acontecimentos”), temos uma liturgia de fundo

<sup>206</sup> NORA, Pierre. La aventura de *Les lieux de mémoire*. In: BUSTILLO, Josefina Cuesta (ed.). **Ayer**. Madrid: Marcial Pons/Asociación de Historia Contemporánea, n. 32, 1998 (número especial Memoria e Historia), p. 25.

<sup>207</sup> FERRO, Marc. Festas e comemorações. In: **A História Viglada**. São Paulo: Martins Fontes, 1989, p. 54.

<sup>208</sup> CUESTA, Josefina. **Historia del presente**. Madrid: Eudema, 1993, p. 62.

historicista, onde, influenciado pelas concepções evolucionistas da história, o futuro será o desenvolvimento das potencialidades do passado. Assim, o paradigma dos “grandes mortos” funcionaria como “farol” a sinalizar o devir histórico. Nas palavras de Fernando Catroga, “se a educação do presente devia ser sobredeterminada pela ideia de futuro, as novas necessidades de legitimação do poder, em sociedades que, por um lado, tendiam a isolar os indivíduos, mas, por outro, procuravam instituí-los como cidadãos, exigiam o seu enraizamento no passado modelar, pois, como o próprio momento revolucionário por excelência (a Revolução Francesa) havia compreendido, a mobilização da memória dos mortos era decisiva para a solidificação dos elos sociais entre os vivos”. Assim, o poder político, principalmente a partir de meados do século XIX, procurou ritualizar a história, na medida em que os Estados-Nação “apoiaram o desenvolvimento de uma religiosidade cívica que teve nas comemorações um dos seus ritos essenciais que funcionavam como um complemento de um sucedâneo das religiões tradicionais”<sup>209</sup>.

Para este historiador português, as comemorações possuem, ao mesmo tempo, um certo conteúdo nostálgico e regressivo, mas também o passado aparece como “arquétipo” ao presente e ao futuro, “pelo que, embora o rito insinue uma concepção repetitiva e cíclica, o seu significado último é sobredeterminado pela crença na irreversibilidade do tempo”. Ao aproximar as comemorações e a escrita historicista da história, este autor assevera que elas são práticas de *re-presentação* e “põem em cena uma previsão ao contrário que procura confirmar, no passado, a direcção do porvir”<sup>210</sup>.

A comemoração de um evento fundador para a nação tem um papel importante para explicar a sede de História atualmente existente, na medida em que a História relaciona-se à possibilidade de se preencher uma lacuna que se abriu entre o passado e o futuro. O presente interpõe questões que não podemos responder e o futuro é incerto, apesar das expectativas nele depositadas. Proveniente do latim *commemorare*, que significa trazer à memória, fazer recordar, lembrar junto, comemoração pode ser definida “como uma acção de falar ou escrever sobre recordações bem como a reencenação formal do passado a que

---

<sup>209</sup> CATROGA, Fernando. Ritualizações da História. In: TORRAL, Luís Reis, MENDES, José Amado e CATROGA, Fernando. **História da História em Portugal (Séculos XIX-XX). Da Historiografia à memória Histórica**. Lisboa: Temas e Debates, 1998, pp. 222-223.

<sup>210</sup> CATROGA, Fernando. **Memória, História e Historiografia**. Coimbra: Quarteto, 2001, p. 61.

geralmente nos referimos quando usamos a palavra”<sup>211</sup>. É sob ambos os aspectos que se demarca na memória coletiva aquilo que deve ser lembrado, daquilo que deve ser esquecido, através da comemoração. O que reitera que debater sobre memória, é discutir a disputa em torno do controle do passado. Portanto, uma questão de poder.

Todavia, na atualidade há uma crise destas formas tradicionais de se legitimar, reproduzir e representar a memória nacional. As comemorações servem para ritualizar a história, reinventando o passado em busca de uma reatualização da identidade nacional, no sentido da criação de uma solidariedade coletiva. História, memória e mitos são acionados para se definir o quê e quem faz parte de um todo chamado nação. A produção das comemorações serve, assim, para reforçar os mitos e escolher os que melhor funcionam no momento presente, visando a produzir solidariedade social e viabilizar projetos coletivos futuros<sup>212</sup>.

Assim, a comemoração se insere naquilo que pode ser chamado a “*produção social do passado*”, o que a coloca como elemento central da construção da identidade e está fundada na memória, envolvendo a coordenação das memórias individuais e coletivas, cujos resultados podem parecer consensuais, quando eles de fato são produtos de processos de intensa contestação, luta, e, em alguns casos, de aniquilação<sup>213</sup>.

Jöel Candau chama a atenção para o fato de que a memória das tragédias pertence ao registro de acontecimentos que contribuem para definir o campo do memorável, na medida em que é uma interpretação, uma leitura da história das tragédias. Deste modo, a identidade historicizada se constitui, em grande medida, apoiando-se sobre a memória das tragédias coletivas. E a força desta memória reside no fato de que os indivíduos e grupos sociais se sentem como guardiões dos acontecimentos traumáticos<sup>214</sup>.

Entretanto, José Jobson Arruda alerta-nos de que, em alguns casos como o do V Centenário do “Descobrimento” do Brasil, a comemoração não visa lembrar, mas sim “reificar a permanência, comemora-se, em última instância, o próprio presente”. Segundo

---

<sup>211</sup> FRENTESS, James & WICKMAN, Chris. **Op. cit.**, p. 8.

<sup>212</sup> OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Nas comemorações, duas visões opostas. In: **Jornal do Brasil**. Caderno Idéias Especial – De Cabral a Cardoso. Identidades. Capturado em 13/5/2000 no endereço eletrônico [www.jb.com.br/destaques.500anos/id3ma1.html](http://www.jb.com.br/destaques.500anos/id3ma1.html).

<sup>213</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes. História Oral, Comemorações e Ética. In: **Projeto História**. São Paulo, (15), abril 1997, p. 157; GILLS, John R. – Introduction: Memory and Identity: the history of a relationship. (dir.). **Op. Cit.**, p. 5.

<sup>214</sup> CANDAU, Jöel. **Mémoire et identité**. Paris : Presses Universitaires de France, 1998, p. 147-153.

ele, o “reforço do tempo presente significa o esmaecimento da memória, da própria história e, assim, repõe-se, continuamente, uma nova história”<sup>215</sup>. Portanto, nas comemorações, o evento passado é reorganizado e assimilado ao presente, em sua busca de unificação do presente pelo evento pretérito, reduzindo o passado à sua validação pelo presente.

O contexto pós-moderno de uma “*era das comemorações*” produz uma revalorização das práticas e usos da memória que a transforma em uma indústria: a obsessão em lembrar o passado tem ocasionado uma verdadeira “inflação” de ocorrências comemorativas. Cada monumento particular pode tornar-se virtualmente inexpressivo dentro do oceano de movimentos comemorativos. Assim, a consciência histórica está em perigo de declínio, o que se deve a “*trivialização*” dos grandes eventos em virtude da superabundância de memoriais.

Não se percebe aqui um declínio da memória em si, mas da evocação do passado envolto de significado positivo, de uma busca de unidade nacional. Logo, a invenção pública de evocar e encorajar sentimentos de unidade comunitária e nacional, através de comemorações públicas do passado, tornou-se uma ocasião importante para o debate cívico, como uma disputa atual sobre as narrativas do passado.

Em busca de um sentido para a vida prática, as pessoas, grupos e povos procuram reinventar referenciais esquecidos ou silenciados. Essas memórias subterrâneas conduzem a uma *politização da memória*, que faz com que se obriguem aos poderes a negociarem a legitimidade destas memórias no conjunto da sociedade, especialmente no que se refere às comemorações e na proliferação de memórias coletivas na mídia. Temos, assim, uma história cada vez mais plural e em constante luta narrativa em torno da nação. Neste sentido, temos as contra-narrativas da nação que continuamente interpelam e rasuram suas fronteiras totalizadoras – tanto reais, quanto conceituais -, perturbando as manobras ideológicas que concebem uma identidade essencialista da nação<sup>216</sup>. É aqui que surgem questionamentos da memória nacional como unidade, propondo-a como diversidade. Como a memória é, por definição, uma relação passado-presente, sua ação no presente a torna tão importante do ponto de vista político. Numa era de identidades plurais, não se pode perder

---

<sup>215</sup> ARRUDA, José Jobson de Andrade. Comemorar, Celebrar, Refletir: O Trágico V Centenário do Descobrimento do Brasil. s/d (Texto Digitado), p. 15.

<sup>216</sup> BHABHA, Homi. **O Local da Cultura**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

de vista a necessidade de se construir um processo democrático no qual indivíduos e grupos possam discutir, debater e negociar o passado e, através deste processo, definir o futuro<sup>217</sup>.

David Lowenthal adverte-nos que os objetos da memória são, ao mesmo tempo, passado e presente, na medida em que suas conotações coincidem com as funções modernas. O passado tangível é um fluído constante, que altera, envelhece, renova e sempre interage com o presente. Por outro lado, o autor reitera a dependência da memória coletiva com relação à transmissão entre gerações, em sua tentativa de estabelecer uma continuidade temporal e o compartilhamento de valores entre os membros de determinado grupo social. Para ele, os monumentos e as obras comemorativas embelezam o passado mediante a evocação do esplendor de alguma época ou acontecimento único. Comumente, isto só é possível quando o ato comemorativo pressupõe terminação, isto é, estas evocações são feitas depois do acontecimento, ainda que sua forma e características distintivas possam não parecer em absoluto aquilo que a lembrança queira evocar. O autor alerta que os monumentos comemorativos são muito mais que meros reflexos do que celebram, pois agregam na paisagem uma nova mescla de símbolos funerários e admonitórios, que são inserções animadas pelas novas tecnologias e uma maior consciência histórica. Assim, entre a “proliferação dos passados novos e dos alterados cada vez se torna mais difícil distinguir as relíquias que são originais”<sup>218</sup>.

Daí Lowenthal considerar que o passado se encontra de tal forma encenado e afastado do momento presente, que é, para as sociedades contemporâneas, “*um país estrangeiro*”, consumido e vivido como uma imagem idealizada, romantizada e neutralizada da história.

Não podemos esquecer também que a mudança pode engendrar a forma de simbiose entre *presente* e *passado*, ou de substituição de um pelo outro, onde o presente borra as barreiras da memória e toma posse do espaço simbólico. A reconstituição de identidades sociais e comunitárias se realiza a este preço. Mas, em certas ocasiões, a mudança fica soterrada pelo trabalho simbólico da memória e engendra o efeito de *substituição* ou de *restituição*, principalmente no caso das comemorações, em que se situa na encruzilhada

---

<sup>217</sup> GILLS, John R. – Introduction: Memory and Identity: the history of a relationship. \_\_\_\_ (ed.). **Op. Cit.**, p. 20.

<sup>218</sup> LOWENTHAL, David. **El pasado es un país extraño**. Madrid: Akal, 1998, p. 449-453 [p.453].

entre a institucionalização e lugar de memória, no duplo jogo entre o presente e o passado - atual e memorizado<sup>219</sup>.

Atualmente, a comemoração goza de elaborada metodologia para sua análise, aplicada nos estudos de Pierre Nora e G. Namer. Desde a publicação do monumental trabalho organizado pelo primeiro autor, tem se tornado um lugar comum na cultura contemporânea afirmar que vivemos numa “*era das comemorações*”. Isto pode ser percebido no mundo ocidental, tanto na França desde as comemorações do Bicentenário da Revolução Francesa (1989) e do Maio de 1968, quanto no Brasil, a partir das comemorações do centenário da Abolição da Escravidão, em 1988, e da Proclamação da República, em 1989, o Tricentenário de Zumbi dos Palmares (1995), os Centenários da Guerra de Canudos (1993-1997) e o Quinto Centenário do Brasil (2000).

Pierre Nora lembra-nos que, ao conceder a mesma atenção a comemoração de um grande acontecimento que o acontecimento em si, o trabalho do historiador consiste em por em relevo a construção de uma representação e a formação de um objeto histórico no tempo. Portanto, *les lieux de mémoire* privilegiam inevitavelmente a dimensão historiográfica<sup>220</sup>. Veremos que há uma intensa articulação entre as iniciativas comemorativas dos diversos movimentos sociais atuantes na região e mesmo das instituições governamentais com o debate historiográfico sobre o tema da Guerra de Canudos.

Por outro lado, este autor reafirma que os usos sociais da memória são mais diversos e variados que as lógicas identitárias. Assim, se exige para analisá-las o reconhecimento de que a memória nacional não é uma experiência definitiva, um repertório fechado, mais um campo de forças em perpétua elaboração e em constante remanejamento. Isto pode nos ajudar a compreender a crise do modelo clássico de comemoração, que supunha uma soberania impessoal e afirmativa da Nação, da República, do Estado. Este modelo repousa na busca da unidade de uma história, baseando-se sobre uma ordem e uma hierarquia. Portanto, uma memória nacional unitária. Segundo Nora, a sua liberação inaugurou uma

---

<sup>219</sup> BUSTILLO, Josefina Cuesta. Memoria e historia. Un estado de la cuestión. In : BUSTILLO, Josefina Cuesta (ed.). *Ayer*. Madrid: Marcial Pons/Asociación de Historia Contemporánea, n. 32, 1998 (número especial Memoria e Historia), p. 207.

<sup>220</sup> NORA, Pierre. La aventura de *Les lieux de mémoire*. In: BUSTILLO, Josefina Cuesta (ed.). *Ayer*. Madrid: Marcial Pons/Asociación de Historia Contemporánea, n. 32, 1998 (número especial Memoria e Historia), p. 22.

batalha de memórias, o que ocasionou a politização da comemoração. Este fato foi particularmente responsável pela proliferação das comemorações, transformando, de fato, o sistema por inteiro, laicizando-o e democratizando-o. Há uma dupla consequência e de sentido inverso: de um lado, o código e o significado da comemoração passou para grupos particulares, partidos, sindicatos e associações, com todos os conflitos internos e as contestações inevitáveis que eles pressupõem na organização da cerimônia em si; de outro, ao contrário, a manifestação nacional tornou-se menos a expressão militante da unidade de um grupo que a unidade conflituosa de todos os grupos no interior da democracia. O autor arremata dizendo que as comemorações contemporâneas tornaram-se doravante “lugares de memória” e os “lugares de memória” se saturaram de comemorações: a reaproximação, por fim, se impôs no mundo contemporâneo<sup>221</sup>.

Já G. Namer enfatiza a dimensão etnográfica ao propor que nas comemorações, expressões fortemente teatralizadas, vários elementos são possíveis de análise: o lugar, o cenário, a representação ou teatralização - com seus gestos, gritos e aplausos, o minuto de silêncio, a manifestação ou os símbolos -, o tempo e a reescritura da história que toda comemoração significa. A propósito, a comemoração torna-se mais real e mais intensa que o comemorado e o passado revivido torna-se mais atual do que o passado em si. Assim, a cerimônia é contada em um presente metafísico, tendo o fato como um culto *re-presentado*, vivido novamente, mas que também nele tenha existido um tempo e espaço privilegiados. Neste sentido, os rituais provocam efeitos não somente na ocasião em que se realizam, mas também possuem a capacidade de oferecer valor e sentido para aqueles que tomam parte do mesmo. Portanto, “*numa comemoração há mais símbolos a decifrar que lembranças a comemorar*”<sup>222</sup>.

Contrariamente às interpretações que valorizam o papel da escrita e dos materiais simbólicos enquanto suportes da memória social, P. Connerton propõe que as imagens e o conhecimento do passado são transmitidos e conservados como *memórias-hábito*, através de cerimônias comemorativas e das práticas cotidianas. Sua tese é que a memória performativa encontra-se, de fato, mais difundida nas cerimônias comemorativas, que são

---

<sup>221</sup> NORA, Pierre. L'ère de la commémoration. In: NORA, Pierre (dir.). **Les Lieux de Mémoire (Les Frances)**. v. 3. Paris: Gallimard, 1997, p. 4694 e 4688.

<sup>222</sup> BUSTILLO, Josefina Cuesta. Memoria e historia. Un estado de la cuestión. In: BUSTILLO, Josefina Cuesta (ed.). **Op. cit.**, p. 209; TROVATTO, Cármen. **A Tradição Euclidiana: Uma ponte entre a história e a memória**. São Paulo: Arte & Ciência/UNIRIO, 2002, p. 72.

altamente representacionais. E se ela é corporal, há um aspecto negligenciado nas análises da memória social: *a memória social corporal*.

Deste modo, o autor estabelece um fecundo questionamento da análise halbwichiana de transmissão da memória coletiva, na medida em que seu argumento é que, se a memória social existe, é provável que a encontremos nas cerimônias comemorativas, mas estas provam sê-lo apenas por serem performativas. Então, ele procura “mostrar que existe uma inércia nas estruturas sociais que não é explicada de forma adequada por qualquer das ortodoxias correntes sobre o que é uma estrutura social”. A propósito, é necessário para a transmissão e conservação da memória dos grupos que aquilo que é recordado nas cerimônias comemorativas seja algo mais do que uma variante coletivamente organizada da memória pessoal e cognitiva, “pois, se as cerimônias devem funcionar para os que nelas participam, se devem ser persuasivas para eles, então esses participantes não devem ser apenas cognitivamente competentes para executarem a performance: devem estar a ela habituados, e esta habituação deve ser localizada (...) no substrato corporal da representação”<sup>223</sup>.

Por outro lado, Connerton afirma que uma das dificuldades de se estudar as cerimônias comemorativas é a tendência a ignorar-se a importância existente nas ações que são explicitamente reencenações de ações anteriores ou prototípicas. É exatamente aqui que reside a diferença das cerimônias comemorativas, na medida em que se referem a pessoas e a acontecimentos prototípicos, quer se considere que estes têm uma existência histórica ou mítica. Assim, os ritos desse gênero possuem uma outra característica particular que é a *reencenação* ritual, sendo que ela é fundamental para a configuração da memória comunitária<sup>224</sup>.

Também Franklin R. Ankersmit elabora interessantes reflexões sobre o significado das comemorações no tempo atual, mostrando que a comemoração não somente mostra-nos como percebemos o passado, mas que é também um depósito, até aqui ignorado, de evidência sobre o passado em si. No que se refere às relações entre comemoração e escrita histórica, ele propõe que a segunda adiciona nosso conhecimento do passado, enquanto que a comemoração alarga o passado em si. Não existe modo mais apropriado para expressar

---

<sup>223</sup> CONNERTON, Paul. **Como as sociedades recordam**. 2ª edição. Oeiras: Celta, 1999, p. 5 e 81.

<sup>224</sup> Idem, p. 70-71.

esta diferença entre escrita histórica, de um lado, e comemoração, de outro, que afirmar que escrita histórica pode dar-nos um entendimento do passado, enquanto que comemoração quer dar-nos o passado em si.

O autor tenta explicar o dilúvio de comemorações desencadeado com os bicentenários da Revolução Americana e da Revolução Francesa, propondo que, em primeiro lugar, a comemoração nos provoca uma certa “trivialização” do passado. A escrita da história tradicional invariavelmente procura transcender a pessoa ou grupo orientando concepções do passado. Todavia, sempre se visa alguma verdade histórica eterna e intersubjetiva. Já a comemoração não objetiva a verdade e a profundidade histórica e o seu conteúdo é superficial. Em segundo lugar, ele afirma que a comemoração re-acentua o lugar do sujeito histórico. A escrita histórica tradicional sempre requer que o historiador se abstenha de seus escritos. Mas isto é diferente por completo nas comemorações: é que nós comemoramos alguma coisa e comemoramos o passado somente porque o que é comemorado significa algo para nós.

As comemorações exemplificam o que pode descrito como “*a privatização do passado*”, segundo o argumento de F. Ankersmist. O passado político e nacional está “morto”, e tem sido agora repostado através de muitos relacionamentos individuais com o passado de indivíduos e de grupos de indivíduos. Isto têm implicações para a comemoração em si: as comemorações originadas ou estimuladas pelo centro político perderão mais e mais seu poder sobre as pessoas, enquanto a periferia será o lugar natural de todo desejo comemorativo. O que ocasiona uma vitória parcial do passado em si sobre a escrita histórica<sup>225</sup>.

Mas talvez o mais importante no contexto atual de numa sociedade democrática seja “*publicizar*” e não “*privatizar*” as memórias e identidades de todos os grupos sociais e minorias, para que cada um deles possa conhecer e respeitar as outras versões do passado, e, por meio desse processo, compreender melhor o que os divide, mas também o que os une<sup>226</sup>.

Neste sentido, no jogo entre a representação e a materialidade, é importante realçar a diferença entre o que é uma relíquia e o que esta representa na memória social. Os

---

<sup>225</sup> ANKERSMIST, F. R. Commemoration and Nacional Identity (texto digitado), p. 11-12.

<sup>226</sup> GILLS, John R. – Introduction: Memory and Identity: the history of a relationship. \_\_\_\_ (ed.). **Op. Cit.**, p. 20.

objetos, a partir do poder de seu conteúdo de simbolização histórica, são mnemotecnicamente fetichizados, o que torna possível identificar uma série de mediações entre as práticas sociais comemorativas (o que e como se comemora) e os conteúdos das representações (por que e através de que se comemora). Portanto, o estudo da comemoração como uma prática social demonstra como a lembrança coletiva, de um lado, determina a continuidade das convenções que conformam a noção social do “*passado*” e, de outro, a modifica conforme os interesses sociais do “*presente*”<sup>227</sup>.

Como a memória permite o grande jogo entre o imaginário e o simbólico, a comemoração é um trabalho permanente de reconstrução, de reencenação e de reinvenção do passado. O que faz com que Henri-Pierre Jeudy afirme que o “prazer de comemorar sempre excedeu o sentido estático do próprio ato. Comemorar é um pretexto para se reencontrar e contar histórias”. Portanto, a memória “descobre suas próprias potencialidades de escapar de todas as reduções de que ela é objeto”, podendo “reunir todas as figurações de sua realização representando até a paródia monstruosa dos papéis dos quais está investida. Ironia visionária que aparece nas múltiplas representações da restituição, no momento em que a fidelidade mimética da reconstituição se abre à falha do desejo mnemoclasta”<sup>228</sup>.

As comemorações da Guerra de Canudos interpelam a memória nacional, possibilitando pensar a narrativa da nação não apenas a partir das realizações, mas também dos projetos - os realizados e os não realizados - e de como construíram sua condição de inteligibilidade, mesmo que parcial. Assim, a comemoração acusa os silêncios, desloca os fatos e os seleciona, tornando-se, como as narrativas históricas, ponto de conflitos. Flávio Aguiar menciona como exemplo o fato de se estabelecer pouca ênfase no estudo sobre a Guerra de Canudos sobre as possibilidades alternativas proporcionadas pela comunidade lá constituída à ordem triunfante, bem como de que processos artísticos e de outros tipos de difusão, como os da mídia, a releitura daquele acontecimento estimula, mesmo com deformações e deslocamentos inevitáveis, a luta pela terra no Brasil contemporâneo<sup>229</sup>.

---

<sup>227</sup> Historia y memoria: una introducción. In: **Anales. Nueva Época. Nros. 3-4**. Instituto Iberoamericano. Universidad de Göteborg, 2000/2001.

<sup>228</sup> JEUDY, Henri-Pierre. **Memórias do Social**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990, p. 145.

<sup>229</sup> AGUIAR, Flávio. Os Filhos de Satã. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (org.). **Fronteiras do Milênio**. Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 2001, p. 114.

Ao mesmo tempo, recompor a memória de Canudos ajuda-nos a lançar luz sobre as transformações do mundo contemporâneo, pois “nos leva a pensar as formas de organização do Estado, incapaz de acolher no seu interior comunidades gestoras de princípios e valores sustentados por um mundo rural. Ou seja, comunidades que negam, pela sua origem e pelas suas formas de organização, o ideário de uma sociedade urbana, burguesa e industrializada”<sup>230</sup>. Neste sentido, repensar Canudos é, de um lado, mapear a intolerância na qual se fundou o Estado republicano, que não incorporou, como cidadãos, os segmentos pobres da população e também não permitiu às minorias nacionais os seus direitos de autodeterminação frente ao Estado. De outro, é refletir sobre o Ocidente em crise, com seus valores e modelos explicativos, pois Canudos faz emergir dois dos temas mais controvertidos da atualidade: *comunitarismo e fundamentalismo*<sup>231</sup>.

As questões teóricas levantadas pela contemporaneidade da Guerra de Canudos no Brasil e das reflexões que nos são colocadas sobre a questão do “projeto de modernidade” e seus desdobramentos no campo do historiador, no sentido da “descrédibilização dos grandes mitos colectivos e a relevação da faceta compreensiva e narrativa da própria escrita historiográfica”<sup>232</sup>, conduz-nos à idéia de que a memória, tal como a historiografia, é uma das expressões da condição histórica do homem. Portanto, além das *representações* produzidas pela memória, também devemos levar em consideração as *ações* da memória na cultura vivida, no sentido de responder a algumas interrogações, que serão posteriormente desenvolvidas: Qual o relacionamento entre estas memórias individuais e os discursos históricos dominantes? Qual o papel desta Guerra dentro do jogo da consciência histórica no Brasil e da vida cotidiana dos habitantes da região de Canudos? Como os movimentos sociais contemporâneos intervieram na construção das memórias da Guerra? Como os eventos são vividos e como eles têm sido lembrados para a posteridade nas comemorações? Em que medida a consciência política, que emerge dos grupos sociais e comunidades na construção da memória, interpela a história anteriormente contada?

---

<sup>230</sup> THEODORO, Janice. Canudos 100 anos depois: Da vida comunitária ao surgimento dos movimentos fundamentalistas. In: ABDALA Jr., Benjamin & ALEXANDRE, Isabel (orgs.). **Canudos: Palavra de Deus, Sonho da Terra**. São Paulo: Boitempo/Editora do SENAC/SP, 1997, p. 130.

<sup>231</sup> Idem, p. 130-131.

<sup>232</sup> CATROGA, Fernando. **Memória, História e Historiografia**. Coimbra: Quarteto, 2001, p. 66.

*CAPÍTULO 3:*  
*GUERRA DE CANUDOS:*  
*HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA*

“... uma pesquisa historiográfica não pode ser separada de um  
exame das mentalidades coletivas”.

Phillipe Joutard<sup>233</sup>

Talvez a imagem de um “*palimpsesto*” seja a mais adequada para se pensar a historiografia e a memória, no contexto das comemorações da Guerra de Canudos, na medida em que é reescrito indefinidamente, utilizando-se o mesmo material, mediante correções, acréscimos, revisões. Cada texto remete a outro e o reinsere dentro de outras épocas e coordenadas com as quais marca sua diferença mas, ao mesmo tempo, marca uma profunda e inequívoca filiação. Como afirma Sara Castro-Klarén, nenhuma versão da história de Canudos escapa à configuração das forças discursivas em luta<sup>234</sup>.

A força da imagem *palimpsestica* nos conduz a pensar sobre como os textos historiográficos têm sido, geralmente, lidos. Primeiro, como manifestações do método histórico, no qual são analisados a partir das fontes e a metodologia utilizada para se compreender as referências historiográficas. Ou segundo, eles são lidos como manifestações da realidade histórica em si. Neste caso, o texto é apenas uma janela para a realidade em si. Em contraste com estas posições, Bermejo Barrera propõe enfatizar o caráter peculiar textual do trabalho historiográfico. Mas para identificar esta textualidade, há um problema a ser enfrentado: pode-se falar de um método para analisar os trabalhos historiográficos? E se ele existe, qual é? Tem-se duas propostas antitéticas para responder a tais questões. A primeira toma a história como ciência e o método a ser utilizado é a filosofia da ciência. A segunda propõe a história como um texto humanístico, tendo como referência metodológica a retórica e a crítica literária. Segundo o autor, para além das insuficiências de ambas propostas, temos que levar em consideração a história da

<sup>233</sup> In: DOSSE, François. **A História**. Bauru/SP: EDUSC, 2003, p. 285.

<sup>234</sup> CASTRO-KLARÉN, Sara. Canudos: um episódio da história universal. In: GRAHAM, Robert. B. Cunninghame. **Um Místico Brasileiro: Vida e Milagres de Antônio Conselheiro**. São Paulo: Sá Editora/Editora da UNESP, 2002, p. 8.

historiografia, isto é, trabalhar com o nível mais concreto e produzir um estudo bibliográfico dos trabalhos sobre um período ou um certo problema. Então, esta disciplina examina a produção historiográfica historicamente determinada seja do ponto de vista social, ideológico ou de quaisquer outros fatores, bem como o impacto dos trabalhos historiográficos<sup>235</sup>.

Charles-Olivier Carbonell expõe seu ponto de vista no qual o historiador de hoje é mais curioso das representações coletivas - por menores que seja as comunidades que veiculam essas representações - do que das obras-primas. Sua proposta é expor de um ponto de vista histórico, isto é, situando-a constantemente no seu contexto, a diversidade dos modos de representação do passado no espaço e no tempo. Assim, o autor define a historiografia como

*“Nada mais que a história do discurso - um discurso escrito e que se afirma verdadeiro - que os homens têm sustentado sobre o seu passado. (...) Nunca uma sociedade se revela tão bem como quando projecta para trás de si sua própria imagem”*<sup>236</sup>.

Assim sendo, Carlos Fico e Ronald Polito propõem que a historiografia não é apenas a *“efetiva produção do conhecimento histórico mas, também, na medida do possível, a sua disseminação social”*. A análise historiográfica não pode prescindir da dinâmica econômica, política, social e cultural. *“Afiml, todos esses aspectos de alguma maneira condicionam a atuação do historiador e, conseqüentemente, a produção do conhecimento histórico”*<sup>237</sup>. Talvez, por isso, Carlos Guilherme Mota seja taxativo ao afirmar que não se pode conceber análise historiográfica eficaz que não seja, ao mesmo tempo, uma análise ideológica<sup>238</sup>. Essa visão acentua que a historiografia não é apenas processo de produção do conhecimento histórico e das condições de sua produção, mas, igualmente, o estudo de suas condições de reprodução, circulação, consumo e crítica.

<sup>235</sup> BARRERA, José Carlos Bermejo. Making History, Talking about History. In: **History and Theory**. 40 (May 2001), 201-202.

<sup>236</sup> CARBONELL, Charles-Olivier. **Historiografia**. Lisboa: Teorema, 1981, p. 6.

<sup>237</sup> FICO, Carlos & POLITO, Ronald. **A História no Brasil (1980-1989): Elementos para uma avaliação historiográfica**. Ouro Preto: Editora da UFOP, 1992, p. 18.

<sup>238</sup> MOTA, Carlos Guilherme. A Historiografia Brasileira nos últimos quarenta anos? Tentativa de Avaliação Crítica. In: **Debate & Crítica**. São Paulo: Hucitec, nº 5, março de 1975, p. 2.

Neste contexto, o conhecimento científico obtido pela pesquisa, através de regras metódicas e transformadores de saber histórico com conteúdo empírico, exprime-se na historiografia, para a qual as formas de apresentação desempenham um papel tão importante quanto o dos métodos para a pesquisa. A historiografia, como produto intelectual dos historiadores, estabelece o papel de interlocução com a sociedade em geral, bem como com a comunidade científica, em particular com a dos historiadores.

Algumas considerações de ordem historiográfica emergem das relações entre história e memória. Há a constatação da exclusão da faceta involuntária e afetiva da memória, por parte da historiografia, ao se eleger a memória voluntária como objeto de análise. Contudo, essa opção vem sendo questionada pela historiografia recente que tem integrado essa dimensão negligenciada aos estudos dos mitos, utopias, da imaginação na história. Assim, Jacy Alves de Seixas lembra-nos “(...) *o quanto a história contemporânea tem presenciado a manifestação dessa instável memória involuntária, carregada de emoções, freqüentemente avessa às clivagens ideológicas e políticas tradicionais*”<sup>239</sup>.

Já António Manuel Hespanha ressalta a importância do senso comum na construção do enredo historiográfico, ainda que não ignore também a influência da memória culta sobre o senso comum quanto ao passado. O autor toma como “conhecimento do senso comum” ou “representações do cotidiano” as representações espontâneas, implícitas e não problemáticas sobre o mundo natural, humano, social. Segundo ele, as diferentes formas de se escrever a história acabam por ter como ponto de partida as representações do senso comum, ainda que em alguns casos para negá-las, como é o caso da na história “cientificista”. Talvez a única exceção em que o papel criador do senso comum é assumido seja o da história “*narrativista*”. As dificuldades daqueles que procuram reduzir o impacto do senso comum na modelação da narrativa histórica podem ser assim resumidas na contradição de se escrever sobre um outro tempo, sem conseguir escapar do seu próprio tempo, isto é, o estudo acaba por ser de nós mesmos, os contemporâneos, e não dos outros, os antepassados. Segundo Hespanha, na leitura das fontes o seu sentido imediato, sugerido pelo senso comum, nem sequer é problematizado, ou seja, as “fontes são banalizadas, tidas como repetindo (e confirmando) as trivialidades do senso comum”. Assim, somente a partir

---

<sup>239</sup> SEIXAS, Jacy Alves de. Os campos (in)elásticos da memória: reflexões sobre a memória histórica. In: SEIXAS, Jacy A., BRESCIANI, M. Stella & BREPOHL, Marion (orgs.). **Razão e paixão na política**. Brasília: Editora da UnB, 2002, p. 74-75.

da redução do senso comum banalizador, no sentido de desmascarar o enviesamento do discurso, as fontes são deixadas falar a linguagem da sua alteridade<sup>240</sup>.

A propósito, nas diversas narrativas presentes na historiografia e na memória coletiva, percebe-se um freqüente entrelaçamento entre história e memória. Fernando Catroga realça que a recordação e a historiografia constroem *re-presentificações* que interrogam os *indícios* e *traços* que ficaram no passado. O texto histórico realiza sua leitura do passado a partir do presente. É como se recordar e historiar tem a sua outra face em projeções que fazem do passado um mundo de possibilidades, pois o acontecido já não existe mas, no campo de *re-presentificações*, ele continua a ter futuro. Segundo ele, a historiografia funciona também como fonte produtora (e legitimadora) de memórias e tradições, chegando mesmo a fornecer credibilidade cientificista a novos mitos de (re)fundação de grupos e da própria nação. “Isto explica a condicionalidade a toda a obra historiográfica, em cujos interstícios e não ditos, muitas vezes, se pode surpreender, escondida, a vala comum dos marginalizados e esquecidos”. Sua interpretação reitera “aqui que, nos seus campos próprios, a memória e a historiografia se encontram na consciência da *dívida*, isto é, como o imperativo de também dar a palavra aos que, quando vivos, já estavam condenados ao silêncio”<sup>241</sup>.

O historiador português observa ainda que “a historiografia, com as suas escolhas, valorizações e esquecimentos, também gera a ‘fabricação’ de memórias, pois contribui, através do seu cariz narrativo e da sua cumplicidade, directa ou indirecta, com o do sistema educativo, para o apagamento ou secundarização de memórias anteriores, bem como para a refundação, socialização e interiorização de novas memórias”<sup>242</sup>. Assim sendo, da mesma forma que a memória, também “a escrita da história tem sido crescentemente percebida como instrumento político”<sup>243</sup>.

Esta leitura possibilita-nos analisar a historiografia produzida no âmbito dos centenários de Canudos. Talvez a periodização mais interessante acerca da história da

<sup>240</sup> HESPANHA, António Manuel. Senso Comum, Memória e Imaginação na Construção da Narrativa Historiográfica. In: CARDIM, Pedro (org.). **Op. Cit.**, p. 21-34.

<sup>241</sup> CATROGA, Fernando. **Memória, História e Historiografia**. Coimbra: Quarteto, 2001, p. 45, 48 e 49.

<sup>242</sup> Idem, p. 57.

<sup>243</sup> SANTOS, Myriam Sepúlveda dos. Entre o Tronco e os Atabaques: A Representação do Negro nos Museus Brasileiros. In: **Colóquio Internacional O Projeto UNESCO no Brasil: uma volta crítica ao campo 50 anos depois**. 12 a 14 de janeiro de 2004. Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia. Capturado no endereço eletrônico em 2004: [http://www.ceao.ufba.br/unesco/13paper-myrian.htm#\\_ftnref10](http://www.ceao.ufba.br/unesco/13paper-myrian.htm#_ftnref10).

história da Guerra de Canudos seja a elaborada por José Calasans, que propõe três momentos. Um primeiro chamado *pré-euclidiano*, desde o relatório de João Evangelista até a publicação de **Os Sertões**, em 1902. O segundo representaria a *hegemonia euclidiana* desde 1902 até o cinquentenário da Guerra de Canudos (1947), quando é editada a reportagem de Odorico Tavares, que resgatou Canudos do esquecimento. E, por fim, uma fase - pós-euclidiana - pode ser delimitada entre as comemorações do cinquentenário e dos centenários da Guerra de Canudos (1993-1997), na qual se destaca a obra do próprio José Calasans, que possibilitou, através de novas idéias e novas fontes, ver Canudos de forma diferente e plural, principalmente ao se libertar da tradição euclidiana e buscar compreender a vida cotidiana do sertanejo<sup>244</sup>.

Dentre as diversas possibilidades de abordar a historiografia sobre a Guerra de Canudos, optei pelo recorte temático, na medida em que proporciona destacar várias características que remetem a suas diferentes fases, especialmente no que se refere à interpelação da memória na produção historiográfica, e que vão influenciar, inclusive, diferenciadas leituras elaboradas pelo discurso artístico, literário e político sobre o tema.

### *ERA CANUDOS UM MOVIMENTO MESSIÂNICO E SEBASTIANISTA?*

Em sua tese de doutorado, José Maria de Oliveira Silva afirma que as principais matrizes discursivas sobre a Guerra de Canudos são a tradição euclidiana e a de viés marxista. Tomando os anos 40 como o início da *redescoberta* da história de Canudos, o autor busca perceber se as novas interpretações questionam ou se inserem dentro dos quadros da tradição historiográfica euclidiana, consolidada desde a publicação do livro **Os Sertões**, em 1902. De um lado, ele aponta a continuidade da *tradição messiânica*, presente na referida obra euclidiana, em historiadores, pesquisadores da cultura popular e romancistas como José Calasans, Nertan Macedo, Odorico Tavares, Maria Isaura Pereira de Queiroz, Robert Levine, Vargas Llosa, entre outros, desde o final dos anos 40 até os dias atuais.

---

<sup>244</sup> VILLA, Marco Antônio & PINHEIRO, José Carlos da Costa. **José Calasans: um depoimento para a história**. Salvador: UNEB, 1998.

Por outro lado, o professor mostra a possível “*ruptura*” - talvez fosse melhor identificá-la como releitura - da tradição euclidiana pela historiografia marxista, introduzindo novos paradigmas de análise para os movimentos camponeses do passado - luta de classe, movimentos pré-políticos, revolução utópica e socialista -, presente nas obras de Rui Facó, Clóvis Moura e Edmundo Moniz<sup>245</sup>.

Indubitavelmente, *Os sertões*, mesmo com todas as suas falhas, continua a ser o principal veículo através do qual a maioria dos brasileiros aprende sobre Canudos. Contudo, como alerta-nos Luiz Valente, “*Os sertões*, mais do que registro historiográfico de um evento da primeira década republicana, é um perfeito exemplo de como uma obra de cunho histórico pode transformar-se em *lugar de memória*. De fato, *Os sertões* vem sendo tratado na crítica cada vez mais como uma *summa* da brasilidade, imprescindível para se compreenderem as questões brasileiras fundamentais”<sup>246</sup>.

Assim, discutir a hegemonia euclidiana é fundamental em qualquer análise historiográfica, pois se tornou o paradigma que estruturou toda a reflexão sobre a Guerra de Canudos. Centrando-se no confronto entre civilização e barbárie, entre litoral e sertão, Euclides da Cunha acabou por obliterar, durante a primeira metade do século XX, a possibilidade de se estabelecer outras leituras sobre o tema. Entretanto, é por conta de sua obra magnífica que a Guerra de Canudos tem proporcionado um fato raro na memória nacional: “*o poder da lembrança e da rememoração dos condenados da terra contra o poder do Estado e das efemérides oficiais instituídas pelo regime republicano*”. Segundo Hardman, Euclides da Cunha, em sua narrativa épico-dramática, constitui-se em elemento fundamental dessa memória, que mistura mito e história<sup>247</sup>.

Christian K. Hausser enfatiza a impressionante recusa, entre os manuais de história do Brasil, em colocar Canudos como herança comum da nação, esquecendo-se, portanto, que a história brasileira pertence a *todos* os brasileiros. Com base na análise euclidiana, a complexidade de Canudos perde-se nos manuais, na medida em que a tensão entre os

---

<sup>245</sup> SILVA, José Maria de Oliveira. **Rever Canudos: Historicidade e Religiosidade Popular (1940-1995)**. São Paulo, FFLCH/USP, 1996 (mimeo).

<sup>246</sup> VALENTE, Luiz Fernando. Os Sertões: Entre a Memória e a História (resumo). In: **Reflecting on 100 Years of Os Sertões: Critical Methods and New Directions**. The University of Texas at Austin. October 13-14 2003. Capturado no endereço eletrônico: [http://www.utexas.edu/cola/depts/spanish/os\\_sertoes](http://www.utexas.edu/cola/depts/spanish/os_sertoes).

<sup>247</sup> HARDMAN, Francisco Foot. Tróia de Taipas: Canudos e os irracionais. In: HARDMAN, Francisco Foot (org.). **Morte e Progresso: Cultura Brasileira como apagamentos de rastros**. São Paulo: Editora da UNESP, 1998, p. 129 e 130.

canudenses e o Estado oficial não é vista com equidade, mas sim reiterando uma parcialidade unilateral em nome da história. Sendo assim, a negação do reconhecimento mútuo não só consolida a percepção dos conflitos passados, mas que contribui para a preparação de novos conflitos, reafirmando a idéia euclidiana da Guerra de Canudos: a "luta do Brasil contra o Brasil"<sup>248</sup>.

Neste sentido, encontramos permanências de alguns traços da historiografia euclidiana na produção intelectual posterior como é o caso do desprezo pela história dos movimentos populares no Brasil, inclusive utilizando termos pejorativos para designar o povo do Conselheiro tais como jagunço, fanático, bandido etc. Como consequência, temos uma qualificação do movimento liderado por Antônio Conselheiro como uma secessão subversiva à ordem republicana, que deveria ser debelada pelo Exército. Por fim, a profunda incompreensão quanto à religião sertaneja, definida como sebastianista, fanática ou messiânica, sem buscar compreender a lógica interna do imaginário sertanejo<sup>249</sup>.

Ora, uma imagem recorrente na obra de Euclides da Cunha é o sertão como “museu vivo de antiguidade”, como o “reino do anacrônico”, contrapondo-se ao litoral civilizado. Assim, o Sertão aparece como que parado no tempo da colonização, constantemente reiterado na idéia de que os sertanejos estão abandonados a três séculos, cujos costumes remetem a sociedades passadas<sup>250</sup>.

É interessante notar que estes traços serão apropriados pelas matrizes discursivas sobre a Guerra de Canudos de diferentes modos e interpretações, possibilitando leituras inclusive contraditórias da visão euclidiana.

Cabe observar que foi a partir de poemas populares e profecias religiosas, encontrados em papéis e cadernos nas ruínas da comunidade, que Euclides da Cunha construiu a imagem sebastianista e messiânica do movimento, bem como um retrato sombrio do seu líder como fanático místico. Contudo, quando da descoberta dos Sermões

---

<sup>248</sup> HAUSSER, Christian K. - A Guerra de Canudos na memória nacional: os manuais de história. In: ALMEIDA, Ângela Mendes de, ZILLY, Berthold & LIMA, Eli Napoleão de (orgs.). **De sertões, desertos e espaços incivilizados**. Rio de Janeiro: FAPERJ/MAUAD, 2001, p. 166-167.

<sup>249</sup> MENEZES, Eduardo Diatahy B. de. A historiografia tradicional de Canudos. In: [www.portfolium.com.br/artigo-diatahy.html](http://www.portfolium.com.br/artigo-diatahy.html). Capturado em 15/11/1999.

<sup>250</sup> ALVES, Francisco José. Os Sertões como obra historiográfica. In: **Cadernos UFS: História**. São Cristóvão/SE, v. 3, n. 4, jan. jul 1997 (Canudos 100 anos).

de Antônio Conselheiro, o que se encontra é um líder sertanejo letrado com concepções políticas e religiosas bem próximas do catolicismo tradicional do século XIX<sup>251</sup>.

Em sua leitura do perfil de Antônio Conselheiro, Euclides da Cunha descreve-o como um “*gnóstico bronco*”, mas que, para o historiador, ele “não foi um desequilibrado”, pois foi, simultaneamente, “o elemento ativo e passivo da agitação de que surgiu”. Sua imagem era a de um profeta, de um “emissário das alturas, transfigurado por ilapso estupendo, mas adstrito a todas as contingências humanas, passível do sofrimento e da morte, e tendo uma função exclusiva: apontar aos pecadores o caminho da salvação”. Segundo o autor, ele “sempre satisfiz-se com este papel de delegado do céu”<sup>252</sup>.

É deste escritor também a imagem de Conselheiro que atravessará todo o século XX em representações do discurso artístico como um “anacoreta sombrio, cabelos crescidos até aos ombros, barba inculta e longa; face escaveirada; olhar fulgurante; monstruoso, dentro de um hábito azul de brim americano; abordado ao clássico bastão, em que se apóia o passo tardo dos peregrinos...”<sup>253</sup>.

Assim, Euclides da Cunha resumia a figura de Antônio Conselheiro como “espécie de grande homem pelo avesso”, na medida em que reunia o “misticismo doentio” de todas as superstições que “formam o coeficiente da redução de nossa nacionalidade”. Todavia, ao mesmo tempo, Conselheiro também revelava-se para o autor como “inteligente, mas sem cultura”. Sua oratória era “bárbara e arrepiadora, feita de excertos truncados das *Horas marianas*, desconexa, abstrusa, agravada, às vezes, pela ousadia extrema das citações latinas; transcorrendo em frases sacudidas; misto inextricável e confuso de conselhos dogmáticos, preceitos vulgares da moral cristã e de profecias esdrúxulas”. Segundo ainda a leitura euclidiana, seu profetismo anunciava o juízo de Deus, a desgraça dos poderosos, o esmagamento do mundo profano, o reino de mil anos e suas delícias”. As tendências messiânicas foram expostas, então, nas Prédicas de Antônio Conselheiro, pois o “rebelado arremetia com a ordem constituída porque se afigurava iminente o reino de delícias prometido”<sup>254</sup>.

---

<sup>251</sup> VENTURA, Roberto. Canudos como Cidade Ilustrada: Euclides da Cunha na *urbs* monstruosa. In: **Revista de Antropologia**. V. 40, n. 1, São Paulo, 1997.

<sup>252</sup> CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. São Paulo: Nova Cultural, 2003, p. 96-98.

<sup>253</sup> Idem, p. 103.

<sup>254</sup> Ibidem, p. 107, 112, 109 e 127.

Sobre a cidade que Conselheiro edificara, a visão euclidiana a chamou de ora de “Tróia de taipa dos jagunços”, ora de “urbs monstruosa, de barro”, ora de “Canaã sagrada”. Ou ainda que “Canudos era uma tapera dentro de uma furna”. Com relação à comunidade de Belo Monte, a leitura euclidiana afirma que os jagunços nada queriam desta vida, por isto “a propriedade tornou-se-lhes uma forma exagerada do coletivismo tribal dos beduínos: apropriação pessoal apenas de objetos móveis e das casas, comunidade absoluta da terra, das pastagens, dos rebanhos e dos escassos produtos das culturas, cujos donos recebiam exígua quota parte, revertendo o resto para a *companhia*”. Segundo o relato vigoroso de Euclides, o santo milagreiro “abria aos desventurados os celeiros fartos pelas esmolos e produtos do trabalho comum”<sup>255</sup>.

Por outro lado, como forma de denegrir a imagem dos habitantes da cidade, Euclides afirma que existia uma “promiscuidade de um hetairismo infrene”, pois se não estimulava o amor livre, tolerava-o Antônio Conselheiro. Então, o próprio Euclides acabava por moldar mitos sobre a comunidade conselheirista, que ele mesmo denunciava ser transmitida pelo povo, na medida em que o Conselheiro, em sua “missão pervertedora”, avultava na imaginação popular<sup>256</sup>.

Podemos destacar aqui o trabalho de Nina Rodrigues sobre Antônio Conselheiro já que ele parte das mesmas preocupações teóricas de Euclides da Cunha, destacando no seu ensaio sobre a loucura epidêmica de Canudos que os fatores que levaram a sua deflagração foram mais de ordem sociológica, como o advento da república, os conflitos de concepção política, as lutas “feudais” nos sertões. Então, o mais interessante na obra de Nina Rodrigues é que, apesar de estar preso às concepções de sua época, como da escola francesa de degenerescência da mestiçagem e das teorias italianas sobre o atavismo no crime e na loucura, o exame antropométrico da cabeça de Conselheiro ou de Lucas de Feira por ele realizado não encontrara nenhum dos sinais de degenerescência de Lombroso. Daí ser levado a pesquisar as causas sociais e psicológicas que desencadearam os fenômenos místicos nos sertões brasileiros. Assim, “sua produção teórica não consegue conjurar o convencimento suscitado de percorrer um círculo vicioso, remetida aos mesmos esquemas

---

<sup>255</sup> Idem, *ibidem*, p. 121.

<sup>256</sup> *Ibidem*, p. 119 e 111.

explicativos em que as conclusões já se achavam previamente prescritas e a saudável adesão ao método experimental resultava ociosa, sitiadas as virtualidades empíricas”<sup>257</sup>.

Já José Calasans, seguindo as trilhas indicadas por Euclides da Cunha, de que os rudes poetas, “rimando-lhes os desvarios em quadras incolores”, deixaram documentos bem vivos, realiza instigante levantamento sobre as poesias populares de cunho sebastianista presente na região de Bahia e Sergipe. Em comunicação apresentada no Colóquio de Estudos Etnográficos “Dr. José Leite de Vasconcelos”, na cidade do Porto, Portugal, em junho de 1958, este autor busca traçar a tradição sebastianista no folclore de Canudos, baseando-se na obra de Jota Sara, poeta popular dos sertões da Bahia, que alude a D. Sebastião como relevante para os acontecimentos de Canudos. Segundo Calasans, o ambiente da cidade era propício para a presença sebastianista no ciclo folclórico do Bom Jesus Conselheiro porque havia, indiscutivelmente, uma tradição sebastianista nos sertões do Brasil desde o Reino Encantado da Pedra Bonita, nos idos de 1819 e 1836. Só que em Canudos, o sebastianismo tomou uma nova feição, “deixando de ser o ‘anelo da redenção nacional’ de que falou João Lúcio de Azevedo, para representar, sobretudo, a esperança popular na restauração da monarquia brasileira”<sup>258</sup>.

Em palestra realizada no *V Seminário Paraibano de Cultura Brasileira*, em novembro de 1981, o autor traça o perfil de Antônio Vicente Mendes Maciel como versado em muitas leituras religiosas e que sugestionado pelo livro **Missão Abreviada**, do padre Manoel José Gonçalves Boto, tornou-se uma figura carismática. Nesta palestra, contudo, o historiador sergipano afirma que não existe nas manifestações escritas de Antônio Conselheiro, nenhuma referência ao sebastianismo, isto é, “não foi uma das idéias defendidas por Antônio Conselheiro”<sup>259</sup>.

Todavia, inspirando-se em depoimentos de pessoas que conviveram com o beato, Calasans chama-o de “*messias*”, inclusive citando James Fontes que afirmava que Conselheiro era um profeta, “um dominador de multidões. Seu olhar não tinha a mesma abstração antiga, o hábito de comandar tinha temperado o misticismo”. Por outro lado, o

<sup>257</sup> RAMOS, Artur. Prefácio. In: RODRIGUES, Nina. **As Colectividades Anormaes**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1939; BASTOS, José Augusto Cabral Barretto. **Incompreensível e Bárbaro Inimigo: A guerra simbólica contra Canudos**. Salvador: EDUFBA, 1995, p. 81.

<sup>258</sup> CALASANS, José. **No Tempo de Antônio Conselheiro: Figuras e fatos da Campanha de Canudos**. Salvador: Progresso/Universidade da Bahia, 1959, p. 55.

<sup>259</sup> CALASANS, José. Coronelismo e Messianismo no Brasil - O Caso de Canudos. In: **Revista da UNIPÊ**. João Pessoa: Centro Universitário de João Pessoa, 2 (2), 1998, p. 5-16.

autor propõe, com base na obra de Maria Isaura Pereira de Queiroz, que o beato tornou-se um “messias”, pois anunciava um mundo novo, um mundo de riqueza, como pode ser visto em uma das cartas de um jagunço:

“ ... Venha para aqui, que esta é a Barca de Noé e não outra, porque aqui é que se fará a salvação contra a República”<sup>260</sup>.

Fiando-se nas informações colhidas por Euclides da Cunha e José Calasans, Luís da Câmara Cascudo também afirma que Antônio Conselheiro era “sebastianista convicto”, pois, em seus escritos, “D. Sebastião acabaria com a *Lei do Cão* (regime republicano ou casamento civil) e tudo melhoraria”. Cascudo menciona uma das profecias atribuídas a Antônio Conselheiro para corroborar essa leitura, citando Euclides da Cunha:

“*Em verdade vos digo, quando as nações brigam com as nações, o Brasil com o Brasil, a Inglaterra com a Inglaterra, a Prússia, com a Prússia, das ondas do mar D. Sebastião sairá com todo o seu exército. (...) Neste dia, quando sair com seu exército, tira a todos no fio da espada deste papel da República. O fim desta guerra se acabará na Santa Casa de Roma e o sangue há de ir até à junta grossa*”.

E arremata reafirmando que o povo cantava uns versos em homenagem a D. Sebastião:

“*D. Sebastião já chegou  
E traz muito regimento  
Acabando com o civil  
E fazendo casamento.  
Nosso Rei D. Sebastião,  
Coitado daquele pobre  
Que estiver na lei do cão!*”<sup>261</sup>.

<sup>260</sup> Idem, p. 14.

<sup>261</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. **Dicionário do Folclore Brasileiro**. Rio de Janeiro: Ediouro, [s. d.], p. 812.

Talvez a principal defensora da caracterização de Canudos como fenômeno messiânico seja a obra sociológica de Maria Isaura Pereira de Queiroz, que marcou, indelevelmente, os estudos posteriores sobre Belo Monte e pode ser considerada uma referência na historiografia canudense. Escrito como tese de doutoramento na França e cujas pesquisas datam de 1948, o seu livro **O Messianismo no Brasil e no Mundo** (1965), elabora uma definição de messianismo próxima das idéias de Max Weber, entendendo o messias como líder carismático, de cuja liderança é baseada no viés religioso e social. O messias nesta definição é alguém enviado por uma divindade para trazer a vitória do Bem sobre o Mal, ou para corrigir a imperfeição do mundo, permitindo o advento do Paraíso Terrestre. Vale destacar que o messianismo, segundo a autora, “se afirma como uma força prática, e não como uma crença passiva e inerte de resignação e conformismo: diante do espetáculo das injustiças, o dever do homem é trabalhar para saná-las, pois sua é a responsabilidade pelas condições do mundo”<sup>262</sup>.

Para a socióloga, é necessário distinguir messianismo de milenarismo, pois o problema do Milênio é mais amplo do que o problema do messianismo. Segunda ela, “Não é apenas por meio de um enviado divino que se pode inaugurar no mundo o paraíso terrestre; êste pode resultar da formação de seitas sem chefes, ou mesmo de práticas mágicas adequadas. Por esta razão continuaremos a falar em movimentos messiânicos e não em movimentos milenaristas, estamos nos detendo apenas numa das subdivisões do problema do Milênio”<sup>263</sup>.

Antônio Conselheiro encaixava-se perfeitamente na definição de messianismo de Queiroz, pois “vemo-lo ocupado em resolver também questões práticas da vida diária, solucionando problemas sócio-econômicos e políticos, além de desempenhar seu papel de chefe religioso e de enviado divino”. Suas profecias se relacionavam com esperanças milenaristas em torno do iminente regresso de D. Sebastião. Em Canudos, vivia-se em algo próximo ao Paraíso Terrestre. Era como se no Império de Belo Monte seus habitantes

---

<sup>262</sup> QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O messianismo no Brasil e no mundo**. São Paulo: Dominus/Universidade de São Paulo, 1965, p. 5-7.

<sup>263</sup> Idem, p. 9.

deixassem para trás todos os sofrimentos da vida terrena e profana para se construir a Nova Jerusalém<sup>264</sup>.

Assim, para Maria Isaura P. de Queiroz, é necessário rever a noção de messianismo como uma “forma novelesca, dolorosa e atrasada de manifestação cultural da população rural”, já que o que ela busca é demarcar a diferença do catolicismo popular rústico - da presença do sagrado no cotidiano das festas, das procissões, das cavalhadas - das práticas dogmáticas e puritanas da hierarquia católica desenvolvida no litoral. Assim, uma das conclusões possíveis da autora é a de que “*na perspectiva dos movimentos messiânicos, o ‘campesinato’, mesmo utilizando modelos tradicionais de organização, passa por um ‘progresso’, como por exemplo uma economia mais comercial e experiências de ‘reforma agrária’, por via das próprias lideranças carismáticas*”<sup>265</sup>.

Suas afirmações se pautam, basicamente, na bibliografia produzida sobre a Guerra de Canudos, especialmente nos sermões colhidos por E. Cunha, citados em profusão pelos autores posteriores ao livro “vingador”, como, por exemplo, os versos acima mencionados por Câmara Cascudo. Por não se basear numa crítica dos documentos produzidos na época, a autora acaba por reiterar alguns dos mitos construídos pela obra euclidiana.

Na esteira deste debate, Robert Levine propõe que a experiência de Belo Monte pode ser enquadrada dentro de uma tradição milenarista. O termo *milenarismo* diz respeito “à busca de uma salvação total, iminente, derradeira, terrena e coletiva”, o que remete aos “movimentos sociais que procuram uma mudança radical e maciça de acordo com um plano divino predeterminado”. Nesta perspectiva, seus membros afastam-se da ordem social vigente. Para o autor, na tradição milenarista cristã, cujas raízes remontam ao zoroastrismo persa, à literatura apocalíptica judaica e nos escritos de São João, “espera-se que Cristo ressurgirá sob a forma de guerreiro” e estabeleça seu reinado por mil anos. Como os movimentos messiânicos prevêem a salvação universal com a aparição de um messias, o historiador propõe, diferentemente da proposta de Maria Isaura P. de Queiroz, a quase indistinção entre os movimentos milenaristas e os messiânicos<sup>266</sup>.

---

<sup>264</sup> Ibidem, p. 203-219 [p.214].

<sup>265</sup> GOMES, Ângela de Castro e FERREIRA, Marieta Moraes. “Primeira República: um balanço historiográfico”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.2., n.4, 1989, p. 264-265.

<sup>266</sup> LEVINE, Robert. *O Sertão Prometido: O Massacre de Canudos no Nordeste Brasileiro (1893-1897)*. São Paulo: EDUSP, 1995, p. 29-30.

Levine afirma que milenaristas como Antônio Conselheiro não rejeitavam simplesmente a hierarquia e a distribuição desigual da riqueza, mas condenavam o egoísmo e as ações imorais de novos tipos de patrões. Assim, o ímpeto modernizador da República ameaçava trazer novas influências para o sertão, o que para o Conselheiro era inadmissível. Segundo o autor, o Conselheiro não era revolucionário e sua comunidade não era também subversiva. Sua rebelião ia no sentido de que abandonar o lar para seguir o Conselheiro. Para ele, ideólogos da Teologia da Libertação e outros que viram no Conselheiro um líder proletário *avant la lettre*, pela sua luta contra as injustiças, não conseguiram compreender suas verdadeiras crenças e temores<sup>267</sup>.

Em seu diálogo com Maria Isaura P. Queiroz, o historiador norte-americano também contesta a idéia de que Canudos fosse uma simples resposta à anomia, pois

*“Os que optaram por viver na austera comunidade do Conselheiro estavam motivados pela aceleração do processo de mudanças desestabilizadoras que atingia o sertão e pela dureza de suas vidas”*<sup>268</sup>.

Para ele, foi essencial para o estabelecimento de Canudos como comunidade o “*fanatismo carismático*” de Antônio Conselheiro. O radicalismo da visão milenarista e utópica de Conselheiro era uma negação do modelo existente de miséria e exploração, mas que queria mais do que uma igualdade de todos, buscava uma sociedade na qual se invertesse a ordem: os pobres se tornassem ricos e os ricos, pobres<sup>269</sup>.

Mário Maestri aponta que o essencial da obra de Levine é sua interpretação dos acontecimentos, na medida em que não apresenta, em relação aos textos anteriores, uma inovação ou uma rediscussão das fontes sobre o fenômeno. Segundo ele, Levine moderniza algumas teses apresentadas por Euclides da Cunha e Nina Rodrigues a respeito da visão dualista da sociedade brasileira, de um litoral modernizante em confronto com um interior atrasado. Mas talvez o principal problema de sua obra seja a idéia de que a rebelião sertaneja seja a responsável pelo atraso social e político do Brasil e pela ausência de democracia e de reformas sociais, pois o choque da Guerra de Canudos e o medo da

---

<sup>267</sup> Idem, p. 326.

<sup>268</sup> Ibidem, p. 325.

<sup>269</sup> Idem, ibidem, p. 338.

rebelião se alastrarem pelo sertão fizeram com que os políticos reforçassem os sistemas de controle social e rejeitassem as reformas que levassem o Brasil a uma democracia expressiva. Segundo o resenhista, não é gratuita essa visão anti-insurrecional e quietista da história brasileira, pois setores ligados ao latifúndio apresentam na atualidade que a mobilização do MST como um grave empecilho para a reforma agrária<sup>270</sup>.

Superando a “gaiola de ouro” imposta pela leitura euclidiana ao tema, alguns autores mais hodiernos elaboram uma revisão historiográfica da caracterização sebastianista e messiânica do movimento conselheirista - Ataliba Nogueira, Duglas Teixeira Monteiro, Marco Antônio Villa e Vicente Dobroruka -, negando-lhe o seu caráter milenarista ou a expectativa escatológica nos escritos de Antônio Conselheiro, tal como propõe a literatura euclidiana.

Com a publicação das prédicas de Antônio Conselheiro, em 1974, Ataliba Nogueira propõe “aguçar o espírito crítico dos amigos da verdade”, revisando os limites e as mistificações da obra de Euclides da Cunha. Todavia, segundo o autor, foi a obra euclidiana que “suscitou o estudo constante e dedicado da guerra e de outros fatos a ela ligados”. Assim, o eminente jurista inicia a revisão de todas as falsidades e distorções impingidas a Antônio Conselheiro, sem o menor espírito crítico, durante todo o século XX, reivindicando sua inteireza moral, intelectual e física, na medida em que não era, de forma nenhuma, “nem insano, nem fanático”<sup>271</sup>. Nesta perspectiva, Nogueira reconstrói a personagem histórica de Antônio Conselheiro, negando a leitura euclidiana ao afirmar que “o autor d’ **Os Sertões** não conheceu nenhum manuscrito de Antônio Conselheiro”<sup>272</sup>, pois, se assim o tivesse feito, chegaria a seguinte conclusão:

*“Não faz milagres nem os seus entusiastas admiradores lhe atribuem a prática de qualquer milagre. Não usurpa funções sacerdotais, nem de médicos, nem de farmacêuticos. Não é curandeiro. Não lhe chama Bom Jesus. Não se inculca enviado de Deus. Não é profeta. Apenas prega a doutrina dos evangelhos e da*

<sup>270</sup> MAESTRI, Mário. Elogio à dominação: R. Levine e a República Sertaneja de Belo Monte. In: **Praxis**. Belo Horizonte. Rio de Janeiro, São Paulo, julho/agosto 1997, n. 9, ano IV, pp. 37-68.

<sup>271</sup> NOGUEIRA, Ataliba. **Antônio Conselheiro e Canudos**. 3ª edição. São Paulo: Atlas, 1997 (Edição Comemorativa - Centenário de Canudos 1897-1997), p. 17, 18 e 51.

<sup>272</sup> Idem, p. 40.

*tradição da igreja católica romana. É pregador leigo como muitos outros da história da Igreja e como hoje é até recomendado pela Igreja*<sup>273</sup>.

Sobre a caracterização do movimento liderado por Antônio Conselheiro como messiânico ou milenarista, o autor é categórico:

*“Nas prédicas e discursos do Conselheiro ou nas fontes lídimas que se referiam ao seu ensino, não se encontra a mínima alusão ao fim do mundo no expirar daquele século. Nem referência ao último ano do século, ligado ao algarismo nove que também impressionaria o Conselheiro”*<sup>274</sup>.

Portanto, Nogueira empreende a revisão histórica de Antônio Conselheiro, afastando definitivamente as pechas de *atavismo, bronco, fanático, messiânico, carismático, milagreiro, monarquista e vesânico* para somente apresentá-lo como *beato*.

Também Duglas Teixeira Monteiro reitera que Antônio Conselheiro segue a teologia escolástica corrente, não encontrando, em seus escritos, menção ao messianismo ou de profetismo. Assim, como uma autoridade religiosa exemplar, a liderança de Conselheiro na condição de beato e de místico tornou-se incompatível com as estruturas religiosas e políticas dominantes, pois a sua ascendência sobre numeroso grupo de sertanejos, “significou o aparecimento de uma alternativa para as formas costumeiras de subordinação e um eventual desafio à autoridade de sacerdotes e de ‘coronéis’”<sup>275</sup>.

Em sua análise comparativa entre Juazeiro, Canudos e Contestado, o autor considera que Antônio Conselheiro foi, curiosamente, uma liderança menos mística do que Padre Cícero, pois nem em relação a ele, nem em relação aos conselheiristas encontram-se referências a milagres e visões que ajudaram a moldar o processo de formação do movimento e de sua ideologia. “As menções”, segundo ele, “que podem ser encontradas em Euclides têm um caráter anedótico e, mesmo que correspondam às crenças dos seguidores, não possuem maior importância no contexto global”<sup>276</sup>.

---

<sup>273</sup> Ibidem, p. 23.

<sup>274</sup> Ibidem, p. 47.

<sup>275</sup> MONTEIRO, Duglas T. - Um confronto entre Juazeiro, Canudos e Contestado. FAUSTO, Boris (coord.). **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo III. v. 2. São Paulo: Difel, 1978, p. 69.

<sup>276</sup> Idem, p. 70.

Sua inovadora análise tenta “abrir caminho para uma compreensão cientificamente mais correta e moralmente mais isenta”, no sentido de levar em consideração não apenas a inserção de Canudos no quadro das rebeldias rústicas reformistas e conservadoras e dos encaminhamentos tomados pela política eclesiástica regional, mas também a evolução do cangaceirismo e do mandonismo local. Portanto, foi Duglas Teixeira Monteiro um dos primeiros pesquisadores dos movimentos populares que demonstrou a necessidade de ouvi-los para poder compreendê-los. Assim, ao operar o resgate o universo simbólico da comunidade, acabou por trazer os protagonistas para o centro da análise e da história. Para Cristina Pompa, sua obra encarnou a passagem epistemológica entre a sociologia do evento, tal como proposta por Maria Isaura P. de Queiroz, e a antropologia do sentido do evento, na medida em que Monteiro recupera “a categoria de ‘mistério’, não apenas como fornecedora de sentido, mas como realizadora da história, isto é, de ações concretas visando modificar situações reais”<sup>277</sup>.

Marco Antônio Villa desconstrói o suposto sebastianismo de Antônio Conselheiro, reiterando que, de todos os escritos sobre os participantes da campanha, o único que apontou a influência sebastianista em Canudos foi Euclides da Cunha. A interpretação euclidiana baseia-se em escritos apócrifos encontrados no final da Guerra de Canudos e não encontra respaldo nos manuscritos de Antônio Conselheiro. Mesmo assim suas afirmações foram reproduzidas por autores como Maria Isaura P. de Queiroz e José Calasans como verdadeiras. Ele também questiona a caracterização de Antônio Conselheiro como messias, pois nas notícias de jornais e documentos oficiais da época do peregrino não se encontra qualquer menção ao messianismo do líder de Canudos. Inclusive, ele utiliza uma reportagem de Euclides da Cunha, datada de 19 de agosto de 1897, sobre uma entrevista com um garoto conselheirista, Agostinho, na qual o jaguncinho afirma desconhecer os milagres de Antônio Conselheiro e nem mesmo nunca escutou falar. A exclusão deste depoimento na construção de **Os Sertões** se deve, segundo Villa, ao fato de não se ajustar ao modelo interpretativo euclidiano<sup>278</sup>.

---

<sup>277</sup> POMPA, Cristina. A construção do fim do mundo. Para uma releitura dos movimentos sócio-religiosos do Brasil “rústico”. In: **Revista de Antropologia**. V. 41, n. 1. São Paulo, 1998.

<sup>278</sup> VILLA, Marco Antônio. **Canudos: O Povo da Terra**. 3ª edição. São Paulo: Ática, 1999, p. 231-236 e 240-241.

Por outro lado, o autor contesta ainda a interpretação da existência do milenarismo em Canudos, afirmando que

*“Não houve em Belo Monte a espera coletiva do milênio, ou seja, a crença de uma idade futura em que todos os males seriam corrigidos, as injustiças, reparadas e abolidas as doenças e a morte”<sup>279</sup>.*

Tal qual Villa, V. Dobroruka afirma que a imagem de profeta e milagreiro de Antônio Conselheiro foi construída por Euclides da Cunha e disseminada por historiadores e sociólogos posteriormente, sem contudo se valer dos manuscritos de Antônio Conselheiro. Sendo assim, os rótulos impostos pela leitura euclidiana não se adequam nem à vida nem a obra do líder da comunidade de Canudos, pois as acusações de milagreiro e os anseios milenaristas não estão presentes em suas prédicas. Seguindo os passos de Duglas Monteiro, o autor contesta determinada leitura que estabelece uma certa oposição entre a práxis insurrecional dos conselheiristas com o conformismo de seus escritos. Inicialmente, sua análise ressalta a ortodoxia dos ensinamentos ali contidos, destacando-se a “exigência de permanente atenção por parte do crente para a sua própria salvação”<sup>280</sup>, presente em todo o manuscrito. Segundo o autor, nessa soteriologia individual não há espaço para os delírios apocalípticos de que fala Euclides da Cunha, na medida em que, em sua escrita, há uma ênfase na aceitação do destino pessoal.

Vale destacar que o autor realça na escrita do Peregrino uma certa sofisticação nas discussões teológicas, principalmente no modo de citar São Tomás de Aquino, Enéias, Virgílio para a construção de sua narrativa, desmistificando Antônio Conselheiro como um “gnóstico bronco”.

Por outro lado, Dobroruka questiona também a imagem do monarquismo de Antônio Conselheiro, construída por Euclides da Cunha, baseando-se nas assertivas de Ataliba Nogueira, que explana algumas particularidades do monarquismo conselheirista. Primeiro, ainda que a Princesa Isabel estivesse viva, Conselheiro defendia a ascensão de Pedro III, seu filho. Segundo, era o peregrino partidário do direito divino dos reis. Na

---

<sup>279</sup> Idem, p. 239.

<sup>280</sup> DOBRORUKA, **História e Milenarismo: Ensaio sobre Tempo, História e o Milênio**. Brasília: EdUnB, 2004, p. 28.

mesma direção, o historiador enfatiza ainda que a estigmatização dos judeus por parte de Conselheiro era oriunda de sua leitura do maior “crime” da história, a morte de Jesus Cristo, não podendo associá-la a uma forma grotesca do tratamento dado aos judeus realizado em diferentes momentos da história.

Por fim, a construção de Antônio Conselheiro como profeta e milenarista foi moldada como um mito pela República, tendo sido o livro “vingador” de Euclides da Cunha seu principal artífice, na medida em que “há uma intenção clara de desqualificação de um projeto alternativo ao seu”<sup>281</sup>.

Roberto Ventura intervém no debate tentando mostrar que não haveria incompatibilidade entre o catolicismo ortodoxo do Conselheiro, presente nas suas prédicas e sermões, e a crença sebastianista presente nos depoimentos e poemas coletados por J. Calasans, O. Tavares e Nertan Macedo, e mesmo compostos por José Aras, ainda que não haja, nos manuscritos do peregrino, qualquer menção à Dom Sebastião. Contudo, Conselheiro “falava, em seus sermões, no Anticristo e tomava a República com obra deste personagem do Apocalipse, o que colocava o catolicismo penitente do Conselheiro numa ótica da espera do juízo final, com uma forte vertente apocalíptica. Ele tomava a República como o Anticristo, assim como a poesia popular recolhida por Euclides falava que ‘a eleição é a lei do cão’, o que era uma interpretação popular daquilo que o próprio Conselheiro pregava”<sup>282</sup>.

Alexandre Otten propõe uma interpretação diferente dos autores anteriormente citados, ainda que afirme que o movimento não pode ser caracterizado como messiânico, mas que haja traços e elementos messiânicos e milenaristas. Ao mesmo tempo, mesmo que a dimensão apocalíptica esteja presente na comunidade, o movimento também não é apocalíptico. Para ele, foi a dimensão profética que preponderou, anunciando “a presença favorável e atuante de um Deus dos pobres”, o que “impede o clímax da mentalidade apocalíptica que, então, por sua vez, poderia preparar as condições para a eclosão de um movimento messiânico”. Segundo o autor, a “reapropriação profética de Deus resultou num otimismo histórico, mesmo que se tenha dado sob condições de uma generalizada visão apocalíptica popular. O profetismo otimista, num lado, e o clima apocalíptico, no outro,

---

<sup>281</sup> Idem, 53.

<sup>282</sup> NETO, Manoel & DANTAS, Roberto. **Os Intelectuais e Canudos: O Discurso Contemporâneo: História Oral Temática**. V. 2. Salvador: Universidade do Estado da Bahia (UNEB), 2003, p. 42.

encontram o equilíbrio de sua tensão no projeto do ‘êxodo’<sup>283</sup>. Para Otten, o êxodo, ao longo dos séculos, parece ser a forma como os cristãos buscam uma *vita communis*, no sentido do retorno utópico à vida comunitária dos primeiros cristãos. Nesta perspectiva, o “carisma profético do pregador leigo se revela neste retorno, na recuperação e radicalização do ideário do catolicismo popular”. Assim, através de uma leitura dos Evangelhos, Conselheiro acaba por inspirar-se no lado humano de Cristo e tenta imitá-lo em sua vida apostólica. Daí surge a comunidade de Canudos, segundo o modelo de vida da comunidade de Jerusalém<sup>284</sup>.

Assim, a análise de Otten parte da espiritualidade e do estilo de vida de Antônio Conselheiro como chave de leitura para explicar os acontecimentos que ocorreram no sertão da Bahia, no final do século XIX, partindo da hipótese de que é através do ideário religioso do Conselheiro que se molda e impulsiona o movimento de Canudos.

João Arruda aproxima-se de Otten, ao criticar o sebastianismo presente nas análises sobre Canudos, pois propõe que a comunidade conselheirista foi inspirada nas comunidades cristãs primitivas e não baseada no sebastianismo. Segundo ele, o líder de Canudos era profundo conhecedor da história do cristianismo e tentou reviver no sertão do Nordeste brasileiro as recomendações dos Atos dos Apóstolos (cap. 2, v. 44 e cap. 4, v. 32 a 37), no sentido de ser um mensageiro ou mesmo a própria reencarnação de Jesus Cristo.

Mas sua leitura diverge, em parte, da de Otten, quando insere o movimento conselheirista dentro dos quadros teóricos do messianismo, em que é tomado como uma das formas de expressão das lutas de classe nos modos de produção pré-capitalistas. Arruda critica também a variante anômica de interpretar o messianismo, pois o movimento de Canudos não buscava a restauração do modelo de dominação, mas sim era uma resposta alternativa de um sistema de dominação em crise. Como produto da luta de classes, Canudos foi uma resposta ao sistema sócio-político vigente e sua eliminação decorreu de sua ameaça a este sistema que o gerou<sup>285</sup>.

---

<sup>283</sup> OTTEN, Alexandre. A Influência do Ideário Religioso na Construção da Comunidade de Belo Monte. In: **Luso-Brazilian Review**. University of Wisconsin, Volume 30, n.2, Winter 1993, p. 93. Ver também do mesmo autor. **Só Deus é Grande. A Mensagem religiosa de Antônio Conselheiro**. São Paulo:Edições Loyola, 1990.

<sup>284</sup> Idem, p. 94.

<sup>285</sup> ARRUDA, João. **Canudos: Messianismo e Conflito Social**. Fortaleza: Edições UFC/SECULT, 1993.

Todavia, mesmo com todas as revisões historiográficas anteriormente elencadas, a caracterização do movimento de Canudos como “*sebastianista*” e “*messiânico*”, elaborada pela historiografia euclidiana, encontrará ampla repercussão na produção cultural contemporânea. Esta representação quase medieval e feudal da sociedade e da cultura nordestinas tem tido um forte poder de permanência, atravessando desde a historiografia, a obra literária e teatral de Ariano Suassuna, a cultura popular, com a literatura de cordel, até chegar a cultura de massa, através da história em quadrinhos de Jô Oliveira e da música do Cordel do Fogo Encantado, inspirada nos poetas populares.

Ao mesmo tempo, ao transformar a Guerra de Canudos em tema universal, o enfoque euclidiano influenciou a produção literária posterior, especialmente o olhar estrangeiro, como é o caso de Robert C. Grahan<sup>286</sup>, Sándor Márai<sup>287</sup> e Mario Vargas Llosa<sup>288</sup>, no sentido da construção imaginária de um movimento conselheirista messiânico e profético, já que estes autores entravam em contato com a Guerra de Canudos através da tradução da obra euclidiana para os mais variados idiomas, principalmente a tradução de Samuel Putnam para a língua inglesa.

Mais hodiernamente, nos anos 1990, registre-se que a tradução de **Os Sertões** para o alemão por Berthold Zilly também provocou um significativo impacto no meio cultural da Alemanha, por conta da contemporaneidade da luta entre civilização e barbárie nas Guerras da antiga Iugoslávia. Na ocasião, Zilly foi convidado por inúmeras Universidades, bibliotecas municipais, escolas para falar de Canudos e de sua tradução. O livro foi, sem dúvida, importante também para se realizar um simpósio sobre Canudos na Alemanha, com financiamento da fundação *Deutsche Forschungsgemeinschaft*. O simpósio internacional “*O movimento socio-religioso de Canudos (1893-1897)*” foi organizado pelo Centro Mundo Lusófono - Instituto agregado à Universidade de Colônia (CML), de 20 a 25 de maio de 1997. A idéia era a de reunir pesquisadores dos estados nordestinos que foram mais diretamente envolvidos na tragédia (Ceará, Pernambuco, Sergipe, Bahia), um grupo representativo de pesquisadores da USP e alguns brasilianistas alemães/europeus, para se discutir o estado atual das pesquisas canudenses. Contudo, uma das preocupações dos

---

<sup>286</sup> GRAHAN, Robert B. Cunninghame. **Um místico brasileiro: Vida e milagres de Antônio Conselheiro**. São Paulo: Sá Editora/Editora da UNESP, 2002.

<sup>287</sup> MÁRAI, Sándor. **Veredicto em Canudos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

<sup>288</sup> VARGAS LLOSA, Mario. **A Guerra do Fim do Mundo**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981.

organizadores do evento foi que as análises não se limitassem, de um modo geral, a uma preocupação científica da tragédia, mas também trazer Canudos para o presente. Nas palavras de Feldmann, uma das ambições do simpósio era possibilitar a um grupo mais amplo de intelectuais da região de Colônia-Bonn-Aachen-Düsseldorf tomar conhecimento da guerra de Canudos e da vida cultural do Nordeste de hoje, através de exposições, projeção de filmes, palestras em alemão, uma noite de canções sobre Canudos, entrevistas na Rádio, lançamento de livros sobre Canudos. Destaque-se a exposição *Canudos Rediviva*, do pintor Trípoli Gaudenzi que pôde ser mostrada num espaço ao mesmo tempo sacro e profano - uma galeria moderna de aço e vidro formando uma unidade arquitetônica com uma igreja histórica. Um guia pormenorizado da exposição, em alemão, permitiu aos visitantes seguir as várias etapas da guerra representadas nos quadros. Também essa exposição foi mostrada em Berlim<sup>289</sup>.

### *ERAM OS CONSELHEIRISTAS SUJEITOS DA HISTÓRIA?*

A historiografia produzida no contexto das comemorações dos centenários da Guerra de Canudos trouxe para o centro do debate historiográfico sobre a comunidade de Antônio Conselheiro o problema do campesinato como sujeito histórico no Brasil contemporâneo. Em texto clássico, José de Souza Martins sugere a produção de um silêncio sobre a participação camponesa na construção do Brasil contemporâneo, o que tem produzido certas distorções na historiografia brasileira, na medida em que alguns dos mais importantes acontecimentos políticos da história contemporânea do Brasil são camponeses e, não obstante, desconhecidos do conjunto das classes populares, bem como de grande parte da intelectualidade. Como nos alerta o autor, poucos sabem que o campesinato é a única classe social que, desde a proclamação da república, tem experimentado constantes confrontos militares com o Exército: em Canudos (1896/1897), no Contestado (1912/1916), em Trombas e Formoso (1948/1964); na insurreição do Sudoeste do Paraná nos anos 50, no Nordeste às vésperas do Golpe de 1964 ou ainda durante a chamada Guerrilha do Araguaia

---

<sup>289</sup> FELDMANN, Helmut. Entrevista ao autor. 5 de setembro de 1997; Die sozioreliöse Bewegung von Canudos (1893-1897). In: **Afrika sien Brasilien Portugal**. Teil I: Geschichte, Gesellschaft und Religion. Frankfurt, IKO, Heft 2/1997; Die sozioreliöse Bewegung von Canudos (1893-1897). In: **Afrika sien Brasilien Portugal**. Teil II: Literatur, Presse und Kunst. Frankfurt: IKO, 2/1998.

no início da década de 70<sup>290</sup>.

Talvez o fato dos movimentos camponeses deixarem poucos registros escritos e, em geral, seu conhecimento proverem de cronistas e observadores letrados, quase sempre ligados às instituições estatais e religiosas, concorra para isto. Isto implica que não podemos esquecer que a história política do campesinato brasileiro não pode ser reconstruída separadamente da história das lutas pela sua tutela política. Em sua leitura sobre as manifestações da rebeldia camponesa, Martins afirma que as primeiras grandes lutas camponesas no Brasil se deram na transição do regime imperial para o republicano, quando as sublevações dos pobres no campo, especialmente as Guerras de Canudos no sertão da Bahia (1896-1897) e do Contestado na fronteira entre Santa Catarina e Paraná (1912-1916), evidenciaram, com a dura repressão militar por parte das tropas federais e estaduais, a transformação de guerras camponesas em guerras políticas. Isto é, descobriram nas rebeliões místicas dos camponeses de aparente insignificância localista, municipal e pré-política, dominadas pelo messianismo e pelo banditismo social, uma dimensão política profunda, que levou perigo para a ordem constituída e acentuou o seu poder desagregador<sup>291</sup>.

Como vimos, no caso da Guerra de Canudos, encontramos, na construção da narrativa de **Os Sertões**, uma intenção deliberada de Euclides da Cunha de desqualificar o sertanejo como agente histórico, especialmente por tentar lê-lo a partir da ótica política da Revolução Francesa.

Talvez uma das formas de propor o campesinato como sujeito da história, livrando-o da pecha de movimentos pré-políticos, seja o desenvolvimento da história oral no Brasil, ainda que, entre nós, ela tenha tardado a se desenvolver pela falta de tradições institucionais não-acadêmicas que se empenhassem em desenvolver projetos registradores das histórias locais, bem como a ausência de vínculos universitários com os localismos e a cultura popular. Merece destaque o registro de algumas exceções como as iniciativas pioneiras de José Calasans e Odorico Tavares em torno da construção da memória dos sobreviventes da Guerra de Canudos no final dos anos 40.

As reportagens alusivas ao cinqüentenário da Guerra de Canudos do jornalista

---

<sup>290</sup> MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a Política no Brasil: As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. Petrópolis, Vozes, 2ª edição, 1983, p. 27.

<sup>291</sup> Idem, p. 81 e 62.

pernambucano, Odorico Tavares, ao lado das fotografias de Pierre Verger, para a revista **Cruzeiro** podem ser colocadas como um marco da fase pós-euclidiana, na medida em que elaboraram uma narrativa contada a partir da “ótica dos jagunços”, principalmente por revelar traços da vida cotidiana dos conselheiristas<sup>292</sup>.

Tavares resgata, antes dos estudiosos que elaboraram a revisão histórica de Antônio Conselheiro, a imagem de um Conselheiro que “nunca fez o mal a ninguém”. Entre os sobreviventes entrevistados, há um consenso de que Antônio Conselheiro era um bom homem e era chamado de “Bom Jesus”. Maria Avelina da Silva, Francisca Guilhermina dos Santos, José Travessia, Manoel Ciríaco, Francisco Cardoso de Macedo, Maria Guilhermina de Jesus, Idalina Maria da Conceição e o velho Mariano, todos, sem exceção, colocam o líder da comunidade de Canudos como um homem bom e respeitador. Ainda que Tavares mantenha a leitura de um certo fanatismo do séquito de Antônio Conselheiro, o jornalista pernambucano foi o primeiro a divulgar a visão dos sobreviventes de Canudos, demonstrando, ao contrário da leitura euclidiana, a capacidade organizativa de Antônio Conselheiro e seus seguidores<sup>293</sup>.

Foi a partir das sendas abertas por Odorico Tavares que José Calasans iniciou sua trajetória renovadora das pesquisas em torno da Guerra de Canudos, viajando pelo sertão e coletando, através de entrevistas com sobreviventes ou seus descendentes, uma rica tradição oral. É interessante observar que Calasans não chegou ao tema da Guerra de Canudos por intermédio do livro vingador de Euclides da Cunha, mas, inicialmente, através de suas conversas com o major do Exército, Marcelino José Jorge, chefe do Estado Maior do general Savaget<sup>294</sup>. Com o passar do tempo, ao aprofundar suas pesquisas sobre o folclore político e sobre a cachaça nos mercados de Aracaju, nos anos 1940, encontrou, no cancionário popular, as primeiras evidências das imagens populares de Canudos, o que resultou no livro hoje clássico sobre o tema, intitulado **O Ciclo Folclórico do Bom Jesus Conselheiro** (1950). Pode-se considerar este livro como o primeiro esforço acadêmico de rever as assertivas de Euclides da Cunha, pois, segundo Calasans, existem “novas técnicas de pesquisa, (...) que o autor de **Os Sertões** e outros escritores contemporâneos não estavam

<sup>292</sup> CALASANS, José. **Cartografia de Canudos**. Salvador: EGBA, 1997, p. 107-108.

<sup>293</sup> TAVARES, Odorico. **Canudos Cinquenta Anos Depois (1947)**. Salvador: Conselho Estadual de Cultura/Academia de Letras da Bahia/Fundação Cultural do Estado, 1993, p. 39-53.

<sup>294</sup> SAMPAIO, Consuelo Novais. O sábio do Sertão conselheiro. In: **A Tarde Cultural**. Salvador: 21/7/2001.

em condições de sentir”<sup>295</sup>.

Em entrevista por mim realizada com José Calasans e publicada em 1997, ele resume um pouco de sua trajetória rumo a Canudos:

*“Lera **Os Sertões** de Euclides da Cunha como todo brasileiro diz que leu... O encontro, porém, nas perquirições folclóricas, de quadro e estórias sobre a guerra do Belo Monte, levaram-me a considerar que Canudos devia ser estudado em função da memória popular, ainda existente no sertão, para que nós conhecêssemos o movimento pelo lado de lá. Daí o ciclo folclórico do Bom Jesus Conselheiro. Seduziu-me o assunto e terminada a angústia do concurso, continuei indo ao sertão do Conselheiro, numa mesopotâmia limitada ao norte pelo Vazabarris e ao sul pelo Itapicuru. Interessou-me mais a gente do sertão do que a guerra fatricida e o próprio Bom Jesus, o grande líder de uma gente sofredora e resistente. Ouvei sobreviventes, filhos de conselheiristas, netos de participantes da luta. Procurei valorizar a oralidade, naturalmente pensando ao mesmo tempo no real e no imaginário. Por isto, escrevi sobre Canudos na literatura de cordel, Canudos nos depoimentos dos historiadores, levantando bibliografias, reunindo e doando à Universidade Federal da Bahia, vasto material, que hoje constitui o Núcleo Sertão”<sup>296</sup>.*

J. Calasans colheu fragmentos de memórias delicadamente construídas ao longo de cinquenta anos de pesquisa e que pode ser consultada numa plêiade de pequenos artigos e estudos publicados nos mais diferentes veículos. Um dos seus principais interlocutores foi Manuel Ciriaco, também entrevistado por Odorico Tavares. Em vários textos, emerge a fala do combatente canudense, ora para comentar sobre os habitantes de Canudos como é o caso de José Beatinho, “bom tirador de rezas, amigo de Antônio Conselheiro”, ora para informar-lhe sobre a constituição do arraial antes da chegada do Conselheiro. Revisando as afirmações de Euclides da Cunha, ele afirma a existência de uma pequena capela e umas duas ou três casas de melhores condições, da qual se destacava a de Antônio da Mota,

<sup>295</sup> CALASANS, José. **O Ciclo Folclórico do Bom Jesus Conselheiro: Contribuição ao Estudo da Campanha de Canudos**. Salvador: EDUFBA/Centro de Estudos Baianos, 2002 (Edição fac-similada), p. 101.

<sup>296</sup> SÁ, Antônio Fernando de Araújo et. al. Professor José Brandão Calasans da Silva. In: **Cadernos UFS: História**. Volume 03, número 4, p. 7-10 [10].

muito além das “capuabas arruinadas” da descrição euclidiana<sup>297</sup>. Outro depoente importante foi Pedrão, Pedro Nolasco de Oliveira, compadre do Conselheiro e integrante da Guarda Católica do Belo Monte, que registra a fala do *santo peregrino* antes de morrer: “tantas imagens e tantos inocentes para estes incréus destruírem”<sup>298</sup>. Ou ainda o depoimento da velha Francisca Guilhermina que apontou entre os participantes do massacre da família de Antônio da Mota, “*Vicentão, negro muito malvado*”<sup>299</sup>.

Segundo o historiador sergipano, é importante pesquisar a guerra, mas é impossível compreendê-la sem a percepção dos jagunços, sem acompanhar o sentido da história desse grupo. Segundo Calasans, surgiu dessa preocupação o livro **Quase biografias de jagunços**, que utilizou o recurso da biografia como apelo metodológico, pois, “para quem vê de fora todos sertanejos se parecem e as individualidades ficam meio embaçadas”. Assim, “compreender as diferenças individuais” foi um exercício fundamental na obra de Calasans, proporcionando-lhe uma leitura de Canudos como coletividade de beatos, de santeiros, renunciantes<sup>300</sup>.

Então, nas entrevistas com sobreviventes da Guerra de Canudos e perscrutando uma rica tradição oral existente em Sergipe e Bahia, Calasans acabou por reiterar que os “vencidos” também têm um lugar na História, quando através de uma série de biografias dos jagunços, na qual resgata os combatentes conselheiristas como sujeitos históricos<sup>301</sup>. Sua principal contribuição foi, pacientemente, recompor de forma digna “a imagem e o valor de Antônio Vicente Mendes Maciel, esse seguidor do Padre Ibiapina, imagem e valor degradados pelas elites brasileiras: políticos, Igreja, a tradição letrada e o Exército nacional”<sup>302</sup>.

<sup>297</sup> CALASANS, José. **Cartografia de Canudos**. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia/Conselho Estadual da Cultura; EGBA, 1997, p. 44 e 51.

<sup>298</sup> Idem, p. 145.

<sup>299</sup> Ibidem, p. 47.

<sup>300</sup> MEIHY, José Carlos Sebe. “Meu Empenho foi ser o Tradutor do Universo Sertanejo” (Entrevista com José Calazans). **Luso-Brazilian Review**. vol 30, n.2, Winter 1993 p. 26.

<sup>301</sup> CALASANS, José. **Quase Biografias de Jagunços: O séquito de Antônio Conselheiro**. Salvador: CEB/UFBA, 1986; ver também REESINK, Edwin. A Memória das Memórias de Canudos: A Pesquisa e a Obra de José Calasans. In: **Revista Canudos**. V. 5, n. 1, jun. 2001, Centro de Estudos Euclides da Cunha/Universidade do Estado da Bahia.

<sup>302</sup> MENEZES, Eduardo Diatay B. de. José Calasans. In: **Jornal de Poesia**. Fortaleza/CE: Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2001. Capturado em 4/10/2003 no endereço eletrônico: [www.secrel.com.br/jpoesia/jcalasans.html](http://www.secrel.com.br/jpoesia/jcalasans.html).

Na mesma direção, no início dos anos 1960, Nertan Macedo constrói um pequeno livro em que Canudos é lembrado a partir do depoimento de Honório Francisco de Assunção, mais conhecido como Honório Vilanova, irmão de uma das principais lideranças do conflito de Canudos, Antônio Vilanova. Macedo, como José Calasans, busca na memória sertaneja uma leitura na qual a figura de Antônio Conselheiro é revista e contraposta à história oficial, mostrando-o como um homem “manso de palavra e bom de coração”. Isto significava rever a imagem euclidiana de um “gnóstico bronco” e ensandecido, pois, segundo o depoente, “Não era doido e ninguém soube de fatos que lhe desabonasse a conduta. Santos e justos eram os seus conselhos a todos, homens e mulheres”. E seus conselhos mostravam-no ainda versado nas escrituras sagradas da Igreja Católica. Registre-se aqui a importância de se publicar, com base nas reportagens da revista *O Cruzeiro*, datada de 1953, parte das prédicas de Antônio Conselheiro, o que possibilitou uma nova escritura da história de Canudos. Vale lembrar que a fala de Honório Vilanova foi registrada após a publicação destas reportagens jornalísticas, o que pode ser visto nos exemplares por ele guardados em um baú. Mesmo assim o seu depoimento transmite informações daqueles que experimentaram Canudos a partir de uma perspectiva interna, transmitindo imagens que seriam apropriadas por diferentes intérpretes em trabalhos posteriores. Talvez a mais significativa delas seja aquela em que, no negro poço de suas reminiscências, Vilanova lembra que

*“Grande era a Canudos do meu tempo. Quem tinha roça tratava da roça, na beira do rio. Quem tinha gado tratava do gado. Quem tinha mulher e filhos tratava da mulher e dos filhos. Quem gostava de reza ia rezar. De tudo se tratava porque a nenhum pertencia e era de todos, pequenos e grandes, na regra ensinada pelo Peregrino”*<sup>303</sup>.

Apropriando-se das pesquisas realizadas desde os anos 1940 por estudiosos como José Calasans, Nertan Macedo e Odorico Tavares, percebo, a partir dos anos 1980 e 1990, uma proposta de recuperar as experiências cotidianas registradas na memória popular camponesa, tanto por parte de jornalistas como de historiadores. Dentre as iniciativas,

---

<sup>303</sup> MACEDO, Nertan. **Memorial de Vilanova**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Renes; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1983, p. 37, 40 e 67.

merece destaque o trabalho desenvolvido pelo Centro de Estudos Euclides da Cunha (CEEC), vinculado à Universidade Estadual da Bahia (UNEB). Criado em 1984, no contexto do *Projeto Interdisciplinar de Desenvolvimento Integral da Área de Canudos*, mais conhecido como *Projeto Canudos*, o Centro desenvolve um conjunto de pesquisas que levaram à constituição de um *Núcleo de História Oral*, liderado pelo professor Manoel Neto com a colaboração de José Carlos Pinheiro. Têm-se duas vertentes complementares. De um lado, a busca de se construir um espaço para o discurso popular dentro do projeto, através da tradição oral canudense (*A Guerra de Canudos na memória do Povo do Cocorobó e Os Caminhos de Antônio Conselheiro na Bahia: As cidades e o Povo de Antônio Vicente Mendes Maciel*). E, de outro, dialogando com o discurso popular, estes pesquisadores desenvolvem, atualmente, o Projeto *Os Intelectuais e Canudos* que visa colher depoimentos de intelectuais e artistas sobre a temática de Canudos.

Próximo à primeira linha de investigação, a obra de Sérgio Guerra, inserida nos quadros da produção intelectual vinculada ao CEEC, procura desvendar e compreender os confrontos entre os universos sertanejo e litorâneo na construção dos discursos sobre Belo Monte X Canudos. Sua escrita mescla o envolvimento militante nos sertões bahianos, como o apoio ao Movimento Popular e Histórico de Canudos, liderado pelo Padre Enoque Oliveira, com a experiência acadêmica na produção da dissertação de mestrado, que originou o livro em questão, visando reconstruir as experiências de vida dos moradores de Canudos. Para tanto, o autor fundamenta suas reflexões nas observações da **Caderneta de Campo**, de Euclides da Cunha e do depoimento de Honório Vilanova a Nertan Macedo, intitulado de **Memorial de Vilanova**, com o objetivo de analisar as falas sobre Canudos/Belo Monte, utilizando tanto o material transcrito quanto impresso.

Partindo das reflexões de Walter Benjamin e da historiografia social inglesa (E. P. Thompson, R. Williams, Stuart Hall, principalmente), Guerra pretende escovar as fontes históricas analisadas a contrapelo, percebendo os belomontenses como sujeitos de sua própria história. Segundo ele, no momento crítico em que ocorreu o episódio de Belo Monte, explicita-se na luta entre aqueles que a denominavam de Belo Monte - o povo da terra - e aqueles que o chamavam de Canudos - jornalistas, militares, historiadores. Isto fica evidente na literatura popular, marcada pela oralidade, presente nas estrofes dos ABCs, nas quais há uma afirmação de uma identidade própria e diferenciada belomontense. Assim, há

uma dominância do termo Canudos em relação a Belo Monte, “em função da vitória da imposição da linguagem produzida pelos setores hegemônicos da sociedade, mesmo sobre os remanescentes da cidadela destruída física e culturalmente nesse confronto”<sup>304</sup>.

O historiador baiano com base no livro de Nertan Macedo observa que, na visão dos belomontenses, uma tendência a interpretar as palavras de Conselheiro de forma profética, apesar de as prédicas editadas no mesmo texto não demonstrarem esse caráter profético. Por outro lado, ele afirma que os comportamentos dos habitantes de Belo Monte se assentavam nos ensinamentos e práticas de vida do Conselheiro. Talvez uma explicação para esta leitura seja o fato de ele se basear não nas Prédicas de Antônio Conselheiro, mas nos fragmentos colhidos tanto oralmente quanto em escritos por Euclides da Cunha em suas Cadernetas de Campo.

Na busca das bases da identidade belomontense, de uma territorialidade, nas tradições da oralidade e da gestualidade sertanejas, Guerra as vê explicitadas no caso dos depoimentos de prisioneiros registrados por Euclides da Cunha, em condições bastante adversas, como é o caso da riquíssima *Carta de um Jagunço*. Nesta carta registrada por Euclides da Cunha, encontramos o silêncio como um modo de comportamento dos sertanejos, a coragem, a “têmpera” e a altivez com que se apresentaram os prisioneiros diante das autoridades. Segundo ele, os prisioneiros empreenderam uma “verdadeira luta verbal como o maior e único recurso dos belomonteses, diante do arrasador arsenal militar com que assediaram a cidadela de Conselheiro”<sup>305</sup>.

Note-se que, mesmo buscando recuperar a memória popular de Canudos no entre-lugar do discurso, o autor acaba por reproduzir a imagem, construída no final do século XIX por intelectuais e jornalistas, de uma cidadela, caracterização esta que se materializa, no funcionamento discursivo, numa tentativa de “minimizar os avanços econômicos e sociais do Arraial”. Neste sentido, se apequena a cidade tanto ao nível físico, quanto a nível de representação simbólica<sup>306</sup>.

A outra linha de pesquisa desenvolvida pelos pesquisadores do Centro de Estudos Euclides da Cunha da Universidade Estadual da Bahia diz respeito a se pensar a memória

---

<sup>304</sup> GUERRA, Sérgio. **Universos em Confronto: Canudos X Belo Monte**. Salvador: Universidade do Estado da Bahia (UNEB), 2000, p. 61.

<sup>305</sup> *Idem*, p. 137.

<sup>306</sup> TFOUNI, Leda Verdiani & ROMÃO, Lucília Maria Souza. O Discurso sobre Canudos e a retórica do massacre. In: **Terra Livre**. São Paulo, ano 18, n. 19, p. 243-256, jul./dez. 2002 [p. 255].

de Canudos no discurso contemporâneo a partir de artistas e intelectuais. Nas palavras de Manoel Neto e Roberto Dantas, organizadores do projeto, o que se buscava era ouvir e debater as reflexões dos intelectuais “sobre um acontecimento cuja permanência na memória coletiva e atualidade na ocupação acadêmica já demonstram força incomum e rara vitalidade. Animava-nos, igualmente, a complexa relação que intelectuais, acadêmicos e artistas mantiveram com o tema nos cem anos sobrevivendo ao conflito”<sup>307</sup>.

Como ressaltou o então diretor do CEEC, Luiz Paulo A. Neiva, este projeto é fundamental por efetuar um balanço do trabalho intelectual das últimas décadas sobre Canudos, revelando que do “Canudos euclidiano pouco acabou ficando, graças aos esforços de tantos pesquisadores que foram à procura de outra versão da História, a dos vencidos, que ficou na memória popular e mesmo nos documentos dos vencedores encobertos pela linguagem dos dominantes”<sup>308</sup>.

Nascido das celebrações dos 100 anos do final do confronto de Canudos, o projeto “*Os Intelectuais e Canudos: o discurso contemporâneo*” começou em 1998 e findou em 2000, realizando entrevistas na Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo. Seu procedimento de pesquisa foi feito a partir da consulta prévia ao entrevistado, o envio do roteiro da entrevista e a escolha de locais para a entrevista. Sua inspiração se funda, de um lado, no envolvimento dos pesquisadores com a História de Canudos e de seu povo e, de outro, de pensá-la a partir da ótica do presente<sup>309</sup>.

No primeiro volume, os entrevistados foram aqueles que produziram alguma produção artística vinculada ao tema. Nos depoimentos de Fábio Paes, Trípoli Gaudenzi, Oleone Fontes, Antônio Olavo, Eldon Canário e Lizir Arcanjo se projetam uma multiplicidade de interesses, desejos e necessidades na produção de uma representação do passado, na qual estes artistas e intelectuais não efetuam uma mera reconstituição dos acontecimentos históricos na sua factualidade circunstanciada, mas sim o registro de virtualidades latentes da história individual e coletiva. Nesta perspectiva, construindo o mundo como representação, estes artistas e intelectuais buscam no acontecimento de

---

<sup>307</sup> NETO, Manoel; DANTAS, Roberto e PINHEIRO, José Carlos. **Os Intelectuais e Canudos: O Discurso Contemporâneo: História Oral Temática**. V. 1. Salvador: Universidade do Estado da Bahia (UNEB), 2001, p. 17.

<sup>308</sup> Idem, p. 9.

<sup>309</sup> NETO, Manoel e DANTAS, Roberto. **Os Intelectuais e Canudos: O Discurso Contemporâneo: História Oral Temática**. V. 2. Salvador: Universidade do Estado da Bahia (UNEB), 2003.

Canudos as esperanças de um mundo solidário e mais justo, em uma conjuntura desfavorável às utopias transformadoras da realidade social. Como afirmou, por exemplo, o músico e historiador de Canudos, Fábio Paes, seu trabalho “inspira-se na experiência comunitária de rebeldia e transformação que foi Canudos. (...) Canudos é um momento histórico que não é só a Guerra de Canudos, Canudos é Canudos hoje: abandonada, que não tem asfalto, que não tem escola, que não tem saúde, educação”. Segundo Paes, seu trabalho tem o compromisso com “a história social que visa, realmente, avançar no sentido de uma sociedade mais justa, uma sociedade igualitária”<sup>310</sup>.

Já, no segundo volume, os organizadores centraram-se na produção historiográfica sobre a Guerra de Canudos, sendo entrevistados intelectuais como Roberto Ventura, Marco Antônio Villa, Luitigarde Barros, Davis Ribeiro Sena, Clóvis Moura, Walnice Galvão, Claude Santos, Berthold Zilly, Enoque José de Oliveira e José Carlos Barreto de Santana.

Destaco, dentre as lacunas historiográficas apontadas pelos historiadores, a pouca utilização a documentação militar existente no Arquivo Histórico do Exército, no Rio de Janeiro. Além das “ordens do dia” dos anos da Guerra (1896-1897) e o relatório do General Cantuária, Roberto Ventura, por exemplo, afirma “uma grande história do cotidiano da guerra de Canudos (...) se encontra enterrada na documentação do Arquivo do Exército à espera de novos intérpretes”<sup>311</sup>.

Em seu balanço historiográfico sobre o tema nos últimos vinte anos, Marco Antônio Villa também ressalta que há “ainda muita coisa a ser pesquisada”, principalmente por não existir ainda uma “história do sertão”, em que se aprofunde a questão da religiosidade, a organização das comunidades sertanejas e a relação de compadrio<sup>312</sup>.

A pesquisa de Luitigarde Barros mostra como é difícil não encontrar na memória de velhos dos sertões nordestinos uma história ou um rastro de Antônio Conselheiro no imaginário popular. A autora, por acaso, conseguiu estabelecer fios de um novelo que se encontrava perdido nas filigranas da memória, quando entrevistando Francisco Rodrigues e sua nora, Sônia Maria Brito Rodrigues, conheceu Jesuíno Correia Lima, mais conhecido como capitão Jagunço na Guerra de Canudos. Através da memória popular, a autora construiu o perfil do capitão Jagunço como a de um comerciante que vendia de tudo e “um

---

<sup>310</sup> NETO, Manoel; DANTAS, Roberto e PINHEIRO, José Carlos. **Op. cit.**, v. 1, p. 42 e 53.

<sup>311</sup> VENTURA, Roberto. In: NETO, Manoel e DANTAS, Roberto. **Op. cit.**, p. 56.

<sup>312</sup> *Idem*, p. 75.

homem de consciência”, nas palavras de Paulo Monteiro Varjão, habitante da região de Canudos. A trajetória de Jesuíno marcaria as lembranças da família de Paulo Monteiro. Seus avós eram devotos do Conselheiro e habitaram a cidade sagrada. Segundo o depoimento dele, Antônio da Mota, também comerciante, entra em rota de colisão com Antônio Vilanova no comércio de peles, resultando no massacre da sua família. Diante da injustiça, Jesuíno se subleva ante ao ocorrido e é forçado a fugir de Belo Monte. Transformando-se depois num dos guias que levaram as forças militares que derrotaram Canudos, especificamente na terceira e quarta expedição. Cotejando outras fontes, como os escritos de Euclides da Cunha e de Marcos Evangelista Villela Júnior, a antropóloga encontra diferentes motivos para a saída do capitão Jagunço de Canudos, “mas todas têm em comum a existência de um homem que viveu no povoado e voltou guiando as tropas para sua destruição. Por outro lado, sua pesquisa quebra o mito da “existência de uma sociedade homogênea, sem contradições, sob a direção pacífica e o controle absoluto de Antônio Vicente Mendes Maciel, o santo Conselheiro”, na medida em que houve um conflito violento no interior da cidadela, não questionado pelo líder da comunidade<sup>313</sup>.

Maria Lúcia Mascarenhas, num instigante ensaio, se propõe a reconstruir imagens do cotidiano de Canudos e da Guerra de Canudos a partir da tradição oral das tribos Kiriri e Kaimbé, que se localizam na região. Nestes depoimentos, a autora reitera a participação dos índios na comunidade. Entretanto, apesar de destacar a relevância desses eventos para a vida destes índios, a memória das tribos mencionadas revela imagens diferenciadas da participação indígena no conflito. A história Kiriri é dividida em “antes” e “depois” de Canudos. Segundo os velhos índios, o primeiro a morrer foi um índio e em Canudos os índios tinha sua rua e suas rezas. Em contrapartida, entre os Kaimbé há aqueles que assumem a ida para Canudos e outros que negam sua participação, afirmando que “ninguém pode provar que índio Kaimbé foi jagunço”. Inclusive, na tradição oral kaimbé, afirma-se que eles atuaram junto da força do Governo, como foi o caso de Cirilo. Essa fragmentação da memória indígena em Canudos pode ser explicada pela dura repressão que sofreram após o fim da guerra, quando os sobreviventes Kiriri retornaram suas terras estavam ocupadas pelos brancos e foram obrigados a trabalhar em troca de comida nas

---

<sup>313</sup> BARROS, Luitigarde Oliveira Cavalcanti. Um fuzil da Guerra de Canudos: memória da violência na paz do Conselheiro. In: MONTEIRO, John M. & BLAJ, Ilana (orgs.). **História & Utopias. Textos apresentados no XVII Simpósio Nacional de História**. Rio de Janeiro: Associação Nacional de História, 1996, p. 378-389.

próprias terras. Destaque-se, nesta peleja, o papel do coronel José Américo Camello que teve ampla participação nos acontecimentos da Guerra de Canudos e como perseguidor de índios<sup>314</sup>.

Edwin Reesink afirma que as fontes escritas e os depoimentos orais convergem no sentido de que houve uma grande participação dos índios de Mirandela na Guerra de Canudos. Mas para os outros índios, a documentação é extremamente fragmentária. Na tradição oral dos índios emerge uma memória compartilhada que revela a brutalidade da expulsão de suas terras perpetradas pelo coronel José Américo Camello de Souza Velho. Já nas memórias familiares são confirmadas as idas de índios para Canudos e que, alguns deles, retornaram. Segundo o antropólogo, a “Guerra de Canudos forneceu o último e mais eficiente pretexto para a expropriação final, uma convulsão social num momento em que toda a região, em particular, as suas camadas menos favorecidas, eram consideradas de forma extremamente negativa”<sup>315</sup>.

Reesink aponta para uma interessante “circularidade entre a escrita, até a memória escrita da memória oral, e a memória oral narrada hoje”. Como exemplo, ele cita que o pai de Dona Maria lia a Bíblia para os seus filhos. Exceto a Bíblia, a entrevistada não acreditava muito nas histórias contadas, até que ouviu confirmar, por outra fonte, uma das mesmas. “Hoje ela se arrepende, reavaliando a veracidade das mesmas”<sup>316</sup>.

As pesquisas de Mascarenhas e de Reesink mostram a riqueza da tradição oral ainda a ser explorada na região do sertão de Canudos ou mesmo na construção da geografia dos lugares de memória por onde Antônio Conselheiro andou ao longo de mais de vinte anos pelos sertões nordestinos e que ainda não foram pesquisados. Foi por esta trilha que Itamar Freitas buscou os rastros do Conselheiro em Sergipe. Ao focar seu ensaio nos testemunhos da experiência de sergipanos no evento, o autor fez uma incursão no povoado Samba, município de Riachão do Dantas, onde Conselheiro teria visitado-o entre 1872-1874, quando foi recebido pelo coronel José Patrício Ponciano. Sobre a receptividade do discurso do Conselheiro na região, Freitas cita a fala de Daniel Fabrício da Costa, 80 anos: “... um

---

<sup>314</sup> MASCARENHAS, “Toda Nação em Canudos” (1893-1897): Índios em Canudos (Memória e tradição oral da participação dos Kiriri e Kaimbés na guerra de Canudos. In: **Revista Canudos**. V. 2, n. 2, CEEC/UNEB, 1997, p. 68-84..

<sup>315</sup> REESINK, Edwin. A Tomada do coração da aldeia: a participação dos índios de Massacará na Guerra de Canudos. In: **Cadernos do CEAS**. Salvador: (número especial Canudos), p. 73-95 [p. 78].

<sup>316</sup> Idem, p. 84.

senhor José de tal, criador de gado e ovelhas, proprietário da fazenda Macota, teria vendido todos os bens e seguido com a família rumo à ‘terra prometida’, depois de ter sido ‘aconselhado’ pelo peregrino que lhe fizera alusão à parábola ‘da passagem do camelo pelo fundo da agulha’”. Segundo outro entrevistado, Manoel Sales, o nome dele era Joaquim da Macota<sup>317</sup>.

Patrícia Pinho de Santana, em sua dissertação de mestrado, buscou ouvir as histórias de Canudos a partir dos habitantes da atual cidade de Canudos, construída após o açude do Cocorobó. Sua intenção não é analisar a Guerra de Canudos em si, mas perceber como as representações existentes hoje sobre os guerreiros de Antônio Conselheiro formam uma rede de resistência à opressão cotidiana que sofre hoje este povo sertanejo<sup>318</sup>.

Alguns temas emergiram da leitura do passado conselheirista que merecem destaque na obra de Santana. Várias falas revelam a fartura como signo representativo da antiga Canudos, tanto na dos velhos quanto na dos jovens. Segundo Dona Zefa (Maria Josefa dos Santos), “*todo mundo comia até encher a barriga, e ninguém fazia conta de nada, porque tinha comida bastante pra todos mundo*”. Para Dona Isabel Guerra, “*o povo desse mundo todo ia pra Canudos, porque lá tinha muito milho, muito feijão. Tinha roça, bode, gado. Tinha muita grandeza*”. João de Régis afirma que “*a vida naquele tempo era melhor porque chovia mais, tinha mais legumes... Se o camarada ia pro mato caçar, tinha peba, tinha bola, tinha veado, tinha ema, tinha caça de toda qualidade (...) Tinha rapadura, tinha mel. Em Canudos tinha tudo de comestível, não precisava comprar fora*”. Aroldo Costa dos Santos, membro da Associação Centro de Estudos e Pesquisas Antônio Conselheiro (ACEPAC) também afirma que “*Lá tinha muita fartura. Canudos parece que foi abençoada por Deus. Um sertão desses ... e tinha fartura*”<sup>319</sup>.

No imaginário popular de Canudos, Antônio Conselheiro era um homem santo e que se vestia “*igual a São Francisco*”, nas palavras de Dona Zefa. Segundo ela, “*Conselheiro era bom. Mãe disse que o povo gostava dele. O povo até brigava pelos restos de sua comida porque diziam que faziam milagres e curavam doenças*”. Mas, entre os jovens, não há uma crença na santidade de Conselheiro, mas sim a de um líder prático

<sup>317</sup> FREITAS, Itamar. No rastro de Conselheiro. In: **Cinform**. Aracaju, n. 755, 29 de setembro a 5 de outubro de 1997, Caderno Municípios.

<sup>318</sup> PINHO, Patrícia de Santana. **Revisitando Canudos Hoje no Imaginário Popular**. Campinas/SP, IFCH/UNICAMP, 1996 (Dissertação de Mestrado), p. 120.

<sup>319</sup> Idem, p. 93-99..

como afirma José Américo Amorim, jovem poeta canudense: *“Líder de um povo que tentava exatamente uma organização, uma libertação dos poderes que até hoje nós sofremos. Conselheiro queria mudar essa história. (...) ele queria que o povo fosse livre”*<sup>320</sup>.

Pinho relata ainda a valentia sertaneja presente na memória dos velhos habitantes de Canudos como é o caso de Dona Zefinha: *“Eles morreram, mas não se renderam, porque eles tinham opinião”*. Mas o tema mais candente era o relacionamento entre ricos e pobres, pois, na memória popular, Canudos representou uma possibilidade de viver de forma cristã e onde os irmãos dividiam o que tinham, de forma igualitária. Nas falas emergem os temas da libertação e da união para enfrentar as agruras do cotidiano. A imagem de uma Canudos igualitária pode ser associada a atuação da Igreja Católica na região, que, através de missas, romarias e a prática sacerdotal cotidiana, reitera, constantemente, a idéia do igualitarismo entre os canudenses. João de Régis afirma que, em Canudos, *“A terra não tinha dono. O freguês podia chegar e fazer sua roça. Um fazia a casa aqui, o outro podia chegar e fazer encostado na dele, ninguém exigia. Lá um dava ao outro”*. Segundo a autora, não se pode pensar a igualdade no caso de Canudos a partir de uma forma apenas econômica, já que nas falas existe a imagem diferenciadora entre ricos e pobres. *“Mas, era ‘todo mundo igual’ porque todos viviam uma mesma vida, onde todos trabalhavam coletivamente e ninguém teria usufruído do trabalho alheio. Eles eram todos iguais porque eram, todos, tanto os ricos quanto os pobres, seguidores do Conselheiro”*<sup>321</sup>.

Também encontramos uma outra perspectiva de análise que busca inventariar as representações da guerra de Canudos no jornalismo da época em que se travou o conflito, como é o caso do trabalho pioneiro de Walnice Galvão, na medida em que desconstrói o discurso jornalístico sobre Canudos, demonstrando que, a partir de diversas modalidades textuais como versos, peças dramáticas, prosas, paródias, reportagens e sonetos, acabou por compor um conjunto de representações que moldou as interpretações posteriores, geralmente deturpadas, da guerra de Canudos. Nesta mesma linha interpretativa, temos o artigo de Berthold Zilly que chama-nos a atenção para o fato de que *“a guerra de Canudos foi provavelmente o primeiro conflito interno do Brasil a tornar-se evento de mídia*

---

<sup>320</sup> Ibidem, p. 106 e 112.

<sup>321</sup> Idem, ibidem, p. 129.

internacional, havendo uma estreita relação entre sua modernidade e sua internacionalidade”<sup>322</sup> ou ainda o belo livro de Lizir Arcanjo Alves, no qual se elabora uma instigante leitura sobre a representação da guerra de Canudos pelo humor e pela sátira nos jornais do final do século XIX<sup>323</sup>. Sobre estes textos desenvolverei um comentário mais balizado no capítulo 7 desta tese.

Não podemos esquecer ainda que, dentro do campo historiográfico, a produção marxista sobre o assunto buscava libertar-se da leitura euclidiana da história da Guerra de Canudos. Há um relativo consenso entre os pesquisadores sobre a Guerra de Canudos - e também a respeito do cangaço - da ruptura causada pela publicação da obra de Rui Facó, **Cangaceiros e Fanáticos** (1963)<sup>324</sup>. Ainda que conteste o resultado de suas conclusões - a luta pela terra - no que se refere à Canudos, o professor Calasans afirma que foi a obra de Rui Facó, depois de Euclides da Cunha, a que mais evidenciou o tema da Guerra de Canudos no debate intelectual, tornando-o conhecido pelo público em geral<sup>325</sup>.

Facó escreve que o ponto de vista errôneo sobre a essência da luta dos habitantes de Canudos elaborado pelo estudo de Euclides da Cunha é oriundo dos “profundos preconceitos e falsas concepções estreitamente antropológicas e geográficas”. Segundo ele,

*“Recusam-se os nossos historiadores a ver na resistência maravilhosa de Canudos uma expressão da rebeldia sertaneja à prepotência dos latifundiários, reflexo de uma luta de classes em sua fase superior - a luta armada”*<sup>326</sup>.

Sua visão etapista da história, seguindo as teses do Partido Comunista Brasileiro (PCB) dos anos 50 e 60, do qual era militante, acaba por manter a utilização do termo “*fanatismo*” construído por Euclides da Cunha e a imprensa brasileira do final do século XIX e início do século XX para caracterizar Canudos, Contestado ou mesmo Juazeiro,

---

<sup>322</sup> ZILLY, Berthold. Canudos Telegrafado: A Guerra do Sertão como Evento de Mídia na Europa de 1897. In: **Anos 90: Revista do programa de pós-graduação em história**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, nº 7, julho de 1997, p. 59-87. Agradeço ao autor a gentileza de ter me fornecido uma cópia deste ensaio.

<sup>323</sup> GALVÃO, Walnice Nogueira. **No Calor da Hora: a Guerra de Canudos nos jornais, 4ª expedição**. São Paulo: Ática, 1974; ALVES, Lizir Arcanjo. **Humor e Sátira na Guerra de Canudos**. Salvador: EGBA, 1997.

<sup>324</sup> FACÓ, Rui. **Cangaceiros e Fanáticos: gênese e lutas**. 9ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

<sup>325</sup> VILLA, Marco Antônio & PINHEIRO, José Carlos da Costa. **Op. cit.**, p.44.

<sup>326</sup> FACÓ, Rui. **Op. cit.**, p. 77.

ainda que o veja como sintoma do “desprestígio” da religião dominante entre as massas populares. Segundo esta leitura, nos casos por ele analisados, há uma “tendência natural” dos camponeses espoliados em criar uma “religião própria, que lhes sirva de instrumento em sua luta pela libertação social, como o cristianismo foi, em seus primórdios, religião de escravos e proletários da época”. Para Facó, os movimentos sócio-religiosos nordestinos, construídos em um “meio medieval”, são a “comprovação do conceito marxista do fenômeno religioso como a consciência primária que o homem tem de si mesmo em face de tudo o que rodeia”<sup>327</sup>.

E, numa clara perspectiva evolucionista, o historiador marxista afirma que conhecendo-se o “nível de evolução” dos camponeses da década de 1950 e 1960 no Nordeste “pode-se avaliar o que seria a sua consciência nos fins do século passado e começos deste século, quando o capitalismo estava muitíssimo menos evoluído, a penetração capitalista na agricultura era mínima, no Nordeste quase nula (...). As populações rurais viviam completamente isoladas das influências progressistas da cidade, mergulhadas no obscurantismo semifeudal”<sup>328</sup>.

Próximo da leitura de F. Engels, o autor elabora a idéia de que os fenômenos de “*fanatismo religioso*” e “*banditismo*” corriam por conta da estrutura feudal ou semifeudal do nordeste brasileiro. Facó incorpora, em sua análise, a tradição cultural do sertão medieval, presente na literatura de cordel, romances, peças de teatro etc., para caracterizar o “*atraso*” da sociedade e economia nordestinas, bem como a ausência de consciência social do sertanejo, no sentido de transformar as relações “semifeudais” de produção. As opções para os pobres do campo, sem consciência de classe, eram o ingresso nos bandos de cangaceiros e/ou a adesão aos grupos religiosos de lideranças carismáticas.

Assim, ainda que os camponeses não tivessem objetivos claros de suas ações nos bandos de cangaceiros e/ou religiosos, estes movimentos representavam o momento de enfrentamento e resistência ao poder do latifúndio. Por isso, a luta heróica do sertanejo para sua sobrevivência vai ser resgatada pela produção cultural marxista, pois os movimentos de rebeldia do passado situavam-se como precursores de uma *tradição revolucionária*<sup>329</sup>.

---

<sup>327</sup> Idem, p. 50.

<sup>328</sup> Ibidem, p. 71.

<sup>329</sup> SILVA, José Maria de Oliveira. SILVA, José Maria de Oliveira. **Rever Canudos: Historicidade e Religiosidade Popular (1940-1995)**. São Paulo, FFLCH/USP, 1996 (mimeo.), p. 221.

Outro expoente da vertente marxista de análise da Guerra de Canudos é Edmundo Moniz, que, além de retomar o trágico capítulo da história do Brasil, acaba por renovar a historiografia de Canudos, reiterando que o acontecimento, nas palavras de Mário Pedrosa, “não é um incidente da história da República, mas até hoje o seu drama central”<sup>330</sup>. Moniz propõe que Canudos foi uma sociedade igualitária no sertão da Bahia e os seus camponeses “não lutaram contra o regime republicano que, para eles, não se distinguia do regime monárquico. Lutavam contra a burguesia em ascensão que se unira aos grandes proprietários rurais para a preservação dos latifúndios”. Em sua análise, para se compreender a economia e a sociedade brasileiras do período, tem-se que levar em conta o seu desenvolvimento desigual e combinado “que se caracteriza, no processo de produção, como amálgamas de formas feudais e pré-capitalistas”. Assim, o autor marxista procura demonstrar que a guerra camponesa de Canudos foi uma consequência da “revolução burguesa” no Brasil que, incompleta, “deixou de cumprir a missão democrática de realizar a reforma agrária”<sup>331</sup>.

As fontes históricas que alicerçam sua interpretação incluem, além da documentação escrita, a tradição oral, com depoimentos daqueles que acompanharam os acontecimentos ou participaram diretamente como Arlindo Leone, Afonso Costa, Alvim Horcardes e J. J. Seabra. Contudo, o autor ao compulsá-los sempre teve “o cuidado de verificar se não contradizia os fatos que deixaram provas concretas”. Segundo Moniz, ele só reproduziu o que lhe pareceu lógico e verdadeiro, pois seu interesse não era “alimentar o que existe de legendário em torno de Canudos e de Antônio Conselheiro e sim o de restabelecer a verdade com os elementos de que disponho”<sup>332</sup>.

Em pequeno artigo sobre a história e a historiografia de Canudos, Mário Maestri lembra-nos que o prosseguimento da guerra camponesa vietnamita, a resistência sandinista na Nicarágua, entre outros movimentos sociais insurgentes nos anos setenta, mantiveram aceso o interesse de pesquisas sobre o movimento camponês, a qual se insere o livro de Moniz. O autor baiano apresentava no mencionado livro e em outro livro de menor fôlego, **Canudos: A Luta pela Terra**, publicado no início dos anos oitenta, Antônio Conselheiro

---

<sup>330</sup> PEDROSA, Mário. Canudos de Edmundo Moniz. In: MONIZ, Edmundo. **Canudos: A Guerra Social**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Elo, 1987, p. 301.

<sup>331</sup> MONIZ, Edmundo. **Canudos: A Guerra Social**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Elo, 1987, p. 12.

<sup>332</sup> Idem, p. 307.

como uma liderança carismática e providencial, defensor da reforma agrária no século XIX. Efetuara-se, assim, uma operação de deslizamento da figura de Conselheiro: de pensador teológico tradicional a reformador e agitador social, leitor da **Utopia** de Thomas Morus e adepto do socialismo utópico<sup>333</sup>.

Como lembra José de Souza Martins, os historiadores marxistas encontram-se ainda presos a uma conceituação que tolhe as especificidades da luta camponesa no Brasil, na medida em que os coloca como “movimentos pré-políticos”. Também Marco A. Villa critica a historiografia marxista, especialmente o trabalho de Edmundo Moniz, quando afirma, de um lado, que não “cabe incluir Canudos na linha evolutiva seqüencial das revoluções ocidentais” e, de outro, sugere que estes historiadores desconsideraram a “influência religiosa como se a religião fosse somente um invólucro que encobrisse as razões de ordem material. Assim, a religião não passa de uma interpretação desfocada da realidade”, ou seja, falsa consciência. Ou ainda que não é plausível afirmar que a comunidade era socialista, na medida em que existia propriedade privada e acumulação privada de parte dos lucros, além de desigualdades sociais. Segundo o autor, o que existia era um comunitarismo que fora produzido pela tradição sertaneja, ao longo de sua história<sup>334</sup>.

Então, que a transformação dos conselheiristas em signo de rebelião contra a ordem burguesa e capitalista torna, inexoravelmente, toda produção intelectual sobre o tema intensamente “apaixonada”, revelando “um interesse situado mais no terreno das tensões e contradições da cultura brasileira, do que na investigação histórica descomprometida”. Nas palavras de Carlos Alberto Dória, a questão “é saber como aqueles fragmentos de história se inscrevem no universo ideológico moderno”<sup>335</sup>, na medida em que balizariam as leituras feitas pelos movimentos sociais e religiosos, além de intelectuais, especialmente no que se refere ao igualitarismo da comunidade de Belo Monte. Além do trabalho de Edmundo Moniz, já mencionado, temos alguns autores que defendem a imagem de uma Canudos igualitária. Destaco aqui, entre outras, as idéias de Clóvis Moura, de Enoque Oliveira, líder do Movimento Popular e Histórico de Canudos, e de Sérgio Guerra.

---

<sup>333</sup> MAESTRI, Mário. Canudos: história e historiografia. In: [www.ax.ax.apc.org/~pauloemiliom/res2.html](http://www.ax.ax.apc.org/~pauloemiliom/res2.html); MONIZ, Edmundo. **Op. cit.**; \_\_\_\_\_. **Canudos: A luta pela terra**. 4ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Global, Coleção História Popular, 1986.

<sup>334</sup> VILLA, Marco Antônio. *Op. cit.*, p. 237 e 238.

<sup>335</sup> DÓRIA, Carlos Alberto. **Ensaio Enveredados**. Rio de Janeiro: Siciliano, 1991, p. 175.

Num ensaio de sociologia política sobre a Guerra de Canudos, Clóvis Moura legitima essa afirmação, ao propor que “Canudos não foi apenas uma utopia camponesa, mas, pelo contrário, uma experiência camponesa bem sucedida”. Segundo ele, desenvolvia-se uma economia comunitária e alternativa auto-suficiente que se contrapunha as relações sociais da estrutura latifundiária existente no resto da região. Daí haver a possibilidade da experiência de Canudos servir de modelo a outras comunidades. O ódio e o temor dos fazendeiros e das autoridades vinham do medo do crescimento da liderança de Antônio Conselheiro e da sua solução para a questão agrária no Brasil, através da constituição de um conjunto de comunas camponesas<sup>336</sup>.

Enoque Oliveira desenvolve sua argumentação próxima da leitura marxista, ao situar a comunidade de Canudos como um exemplo de reforma agrária e trabalho comunal. Sua proposta dá a impressão de que a memória do modo de vida de Antônio Conselheiro entre os sertanejos e sua tradição de religiosidade tem servido mais facilmente para doutriná-los sob a égide da teologia da libertação para um programa de protesto e reforma<sup>337</sup>. Num texto publicado nos anos 1980, pelo Novo Movimento Histórico de Canudos, por ele liderado, isto fica explícito:

*“Organizar seus habitantes. Praticar a igualdade. Era preciso garantir a sobrevivência da população. Era preciso produzir. Era preciso defender a organização e, sobretudo, era preciso trabalhar a terra em comunidade e colocar a produção a serviço de todos. Obediente aos mandamentos da Lei de Deus, devoto da Virgem Maria que prega a elevação do povo humilde, Conselheiro ensina que a terra tem um dono só: Deus! Se a terra é de Deus, os camponeses podem ocupá-la”*<sup>338</sup>.

Numa leitura próxima à de Enoque Oliveira, Sérgio Guerra, no contexto do centenário de fundação de Belo Monte, afirma que a questão da Guerra de Canudos “nos exige uma posição muito clara entre a realidade de uma sociedade construída em cima da

<sup>336</sup> MOURA, Clóvis. **Sociologia Política da Guerra Camponesa de Canudos: Da destruição de Belo Monte ao aparecimento do MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2000, p. 40 e 52-53.

<sup>337</sup> MADDEN, Lori. The Canudos War in History. **Luso-Brazilian Review**. v. 30, n. 2, University of Wisconsin, winter 1993, p. 14.

<sup>338</sup> Coordenação do Novo Movimento Histórico de Canudos. **Canudos: a sua história e de seu fundador**. Salvador, EMQ, 1984; \_\_\_\_\_. **Noventa anos depois... Canudos de novo**. Salvador, EMQ, 1986.

opressão, exploração e acumulação individual do resultado do trabalho coletivo contra uma utopia construída a partir da Liberdade, Igualdade e a Solidariedade”. Assim, o autor associa Canudos ao “sonho da Canaã nordestina”, pois Antônio Conselheiro retomou “o sonho de liberdade que tem alimentado os explorados de todo o mundo, desde que o mundo tem dono e a exploração se instalou na Terra”<sup>339</sup>.

Vimos que a análise da tradição oral proporcionou um rico painel da comunidade de Belo Monte, sendo fonte fundamental para um posicionamento crítico diante do igualitarismo canudense. Já registramos anteriormente a posição de Luitigarde Barros, mostrando as contradições existentes no seio da comunidade, com a morte da família de Antônio da Mota e sua rixa com Antônio Vilanova. Na mesma linha de raciocínio, o professor José Calasans, em diferentes momentos, também reitera o questionamento do igualitarismo em Canudos. Em entrevista a José Carlos Meihy, o autor afirma, em duas passagens, que

*“Uma das primeiras conclusões a que cheguei em face da comunidade canudense é que a tese ‘igualitária’, que dizia que os jagunços eram mais ou menos semelhantes quanto ao modo de vida, pareceu-me falsa... havia de tudo dentro do grupo: pobres e também ricos, portanto não era a miséria que os unia... havia, imagine, comerciantes e existe documentação provando seus dotes... havia correio e a troca de cartas, o que demonstra que, pelo menos alguns, sabiam escrever...”*

[...]

*“sabe-se por um dos sobreviventes que alguém como Antônio Vilanova chegou a esconder muito ouro e que depois da guerra voltou ao Ceará para buscá-lo, desenterrando-o... terá, pergunta-se, sido esse ouro da comunidade ou dele próprio?”<sup>340</sup>.*

Villa também critica as versões sobre Canudos como utópica socialista, afirmando que sua organização econômica seguia a tradição sertaneja, através da prática comunitária e da cooperação no processo produtivo, por conta das condições do solo e do clima, além do

<sup>339</sup> GUERRA, Sérgio. O sonho da Canaã nordestina. **A Tarde**. Salvador, 26/6/1993, p. 4-5.

<sup>340</sup> MEIHY, José Carlos Sebe. “Meu Empenho foi ser o Tradutor do Universo Sertanejo” (Entrevista com José Calazans). **Luso-Brazilian Review**. vol 30, n.2, winter 1993 p. 26 e 33.

baixo desenvolvimento das forças produtivas. Na mesma perspectiva, Roberto Ventura reitera que não podemos tomar Canudos “como uma sociedade socialista, pré-comunista ou mesmo igualitária, pois isto seria uma projeção de categorias políticas que não tem qualquer tipo de correspondência com o mundo sertanejo e com a cultura religiosa a partir da essa comunidade se formou”. Contudo, havia um fundo comunitário, uma estrutura assistencialista para o enfrentamento dos períodos de escassez, que se inspirava mais no catolicismo primitivo do que qualquer inspiração do tipo socialista<sup>341</sup>.

Rogério Silva alerta sobre certa “interpretação maniqueísta” de homogeneizar aqueles que viram de perto os horrores da história, porque muitas vezes, como é o caso de Canudos, “uma sociedade criada por camadas sociais oprimidas, vítimas das desigualdades e violências, recria internamente formas de opressão, de desigualdades e violências. Elementos que nenhuma sociedade conseguiu eliminar”. Neste sentido, para ele, é difícil pensar numa leitura “classista” do fenômeno sócio-religioso de Canudos, pois “grupos tão heterogêneos quanto pequenos agricultores, comerciantes, bandidos, ex-policiais, beatos possam pertencer a uma mesma classe social”<sup>342</sup>.

Talvez devêssemos matizar essas críticas, na medida em que não existe uma idéia essencial de socialismo e a construção de um projeto utópico é um processo em aberto e a definição da sociedade liderada por Antônio Conselheiro ficou prejudicada pela repressão das forças militares da República. A propósito, corre-se o risco de se perpetuar a memória da dominação social na historiografia sobre Canudos. Talvez o caminho mais interessante para evitá-lo seja o de buscar menos a análise dos fatos em si do que o sonho utópico, o que revela dimensões ainda não aventadas pela historiografia. Assim, inspirando-se na obra de Walter Benjamin, de que a obra literária pode revelar sonhos e anseios de um mundo mais justo e humano, destruídos pelo desenvolvimento histórico, Simone Pereira Garcia propõe que a literatura não é somente um documento histórico, mas também uma forma de historiografia não-oficial, de uma historiografia inconsciente. Para ela, a “epopéia de Canudos é um caso típico da racionalização da epopéia do vencedor e de como é possível, através da desconstrução dessa memória, recuperar inúmeras outras possibilidades

---

<sup>341</sup> VENTURA, Roberto. In: NETO, Manoel e DANTAS, Roberto. **Os Intelectuais e Canudos: O Discurso Contemporâneo: História Oral Temática**. V. 2. Salvador: Universidade do Estado da Bahia (UNEB), 2003, p. 47.

<sup>342</sup> SILVA, Rogério Souza. **Antônio Conselheiro: A Fronteira entre a Civilização e a Barbárie**. São Paulo: Annablume, 2001, p. 277, 279 e 280..

históricas”<sup>343</sup>.

Interessante diálogo entre a literatura e a história é estabelecido por Ivânia Campigotto Aquino a partir das obras de Mário Vargas Llosa e Marco Antônio Villa, na medida em que, ao se referirem ao mesmo evento histórico, elas “apresentam, em seu espaço discursivo, aproximações quanto à representação do fato histórico e quanto aos procedimentos técnico-narrativos de seus narradores”<sup>344</sup>. Dialogando com os trabalhos de Hayden White, Paul Veyne, Linda Hutcheon, Eberhard Lämmert e Dominick La Capra, a pesquisadora parte do pressuposto de que tanto a narrativa ficcional quanto a histórica são construções do narrador, pois são produções lingüísticas em prosa “que resultam de uma transformação de eventos em fatos dotados de sentido”. Como a organização narrativa é o ponto comum entre o historiador e o ficcionista, além do clássico hibridismo histórico-literário da obra euclidiana, a autora encontra na obra de Mário Vargas Llosa a contribuição do ficcional para o debate histórico, na medida em que, ao recriar a guerra, o escritor peruano retoma a historiografia dialogando, de forma aberta, com sua visão de mundo. A singularidade da obra pode ser percebida, então, pela sua transposição do real para o imaginário, dedicando considerável espaço pela viagem à história. Através deste romance, o escritor nos leva a pensar a literatura como documento, não no sentido de uma fonte primária, mas apresentando-a como factualidade. Assim, a “narração de *La Guerra del fin del mundo* transita na linha fronteira da história e do ficcional, construindo-se sobre a perspectiva de um diálogo entre ambas, procurando privilegiar a natureza literária enquanto acrescenta novos elementos ao conhecimento histórico que atribui significado à Guerra de Canudos”<sup>345</sup>.

Utilizando-se de uma estratégia discursiva próxima do romance, no qual a narrativa é moldada por inúmeras versões sobre o episódio – sertanejos, religiosos, ministros, militares e jornalistas -, o trabalho de Villa resulta de uma filtragem documental em que o autor buscou “captar uma representação do fato, a qual, pela escritura, é a própria síntese do real”. Segundo a autora, a organização interna de sua obra a aproxima do discurso literário,

---

<sup>343</sup> GARCIA, Simone Pereira. **Canudos Reconstruída: Elementos para uma Hermenêutica Aplicada aos Estudos Histórico-literários**. Recife: Departamento de História/UFPE, 1994 (Dissertação de Mestrado), p. 67 e 6-7.

<sup>344</sup> AQUINO, Ivânia Campigotto. **Literatura e história em diálogo: um olhar sobre Canudos**. Passo Fundo: Editora da UPF, 2000, p. 15.

<sup>345</sup> Idem, p. 18 e 34.

com os capítulos constituindo “uma narrativa que evolui cronologicamente, pois que inicia com uma biografia de Antônio Conselheiro e segue com a descrição e análise da formação do arraial de Canudos e das questões conseqüenciais que envolveram o grupo conselheirista”. Assim, o historiador “encerra seu discurso, mas a narrativa sobre a Campanha de Canudos ainda deve receber outros discursos, reveladores de outras técnicas, talvez proporcionadores de outros diálogos entre diferentes áreas do saber humano”<sup>346</sup>.

Portanto, o que une as obras de Llosa e Villa, além do desejo de lutar contra o esquecimento de Canudos, é o conceito teórico de representação, o qual se ancoram tanto a construção literária quanto a historiográfica.

Temos também o trabalho de Sílvia Maria Azevedo sobre o *Rei dos Jagunços* de Manuel Benício, numa perspectiva bem próxima a esse diálogo entre a ficção e a história. Para ela, um aspecto marcante da bibliografia sobre a Guerra de Canudos é a intertextualidade, do entrecruzamento de informações que migravam de obra para obra, especialmente a defesa da instituição militar no enfrentamento contra Canudos. Partindo da idéia formulada por Walnice Galvão, a pesquisadora propõe a inserção da obra de Manuel Benício como “representação ponderada” da Guerra de Canudos, oferecendo uma leitura até certo ponto crítica da atuação do Exército, especificamente das ações do comandante em chefe da 4ª Expedição, General Arthur Oscar. Por outro lado, sua vivência no cenário da guerra proporcionou-lhe uma certa garantia de veracidade para suas ponderações, tornando-as próximas do leitor. Entretanto, o descuido literário e estilístico não conduziu a narrativa aos píncaros da crítica livresca da época, como foi o caso de Euclides da Cunha logo após a publicação de *Os Sertões*. Quando o livro de Benício saiu a maioria dos textos referentes à Guerra de Canudos provinham de escritores que atuaram na guerra como combatentes e/ou correspondentes de jornal, salvo o livro de Afonso Arinos, *Os Jagunços* (1898).

É partir da comparação entre os textos de Arinos e Benício que a autora constrói o seu argumento aproximativo entre ambos, na medida em que fora contra o tripé monarquia-atraso-loucura que Arinos moldara sua “novela sertaneja”, na perspectiva do enquadramento ficcional do episódio de Canudos, a partir dos jagunços. Benício busca escrever uma crônica histórica e de costumes sertanejos, situada entre ficção e realidade, em que, pela primeira vez, “Antônio Conselheiro se aproxima mais de uma pessoa de carne

---

<sup>346</sup> Ibidem, p. 92 e 87-88.

e osso”. Como não era sua intenção escrever literatura, sua escritura, contudo, se apropria da ficção como recurso retórico de linguagem para oferecer ao leitor uma situação tipificadora da vida sertaneja. Inclusive Benício utiliza imagens já veiculadas na obra de Arinos, como, por exemplo, a situação amorosa ou a religiosidade rude e simples para caracterizar o mundo sertanejo. Todavia, sua “crônica romanceada” não se furta em buscar uma versão “verdadeira” dos acontecimentos, reproduzindo documentos e notas oficiais em seu texto. Para Sílvia Azevedo, *O Rei dos Jagunços* representa uma resposta à recriação ficcional de Afonso Arinos e a técnica de transcrição de documentos proporciona uma polifonia narrativa que, ao mesmo tempo em que garante agilidade do texto, estabelece uma plêiade de versões sobre a Guerra de Canudos<sup>347</sup>.

No sentido de buscar na experiência comunitária de Canudos uma forma original de administração, com códigos próprios e uma forma de gestão e de organização menos hierarquizada e solidária, Paulo Emílio Matos Martins abordou principalmente a questão logística, o abastecimento e a estrutura administrativa num grupo que, em quatro anos, cresceu de 500 pessoas para 20 mil habitantes. Sua leitura converge, assim, para um projeto comunitário alternativo para o sertão, centrado num sistema autogestionário de produção e ancorado no “adjunto sertanejo”, espécie de mutirão inspirado no cristianismo primitivo. Do ponto de vista metodológico, o autor parte de uma leitura institucional do imaginário social sobre o acontecimento, confrontando os depoimentos colhidos entre os sobreviventes da guerra com relatos dos cronistas-testemunhas, historiadores e os registros iconográficos, musicográficos e literários sobre o episódio<sup>348</sup>.

Sob o aspecto musicográfico, podemos destacar a pesquisa de Eurides de Souza Santos que desenvolve, com base em pesquisa de campo e nas fontes bibliográficas sobre Canudos, o argumento de que o movimento conselheirista se inspira no catolicismo tradicional como fundamento para as suas posições doutrinárias e práticas devocionais. Contudo, no contexto da reforma do catolicismo brasileiro no final do século XIX, a tradição musical de Canudos lutava para manter vivas as ladainhas e benditos que surgiam da criatividade popular, amplamente combatidas pela hierarquia católica. Assim, “o

---

<sup>347</sup> AZEVEDO, Sílvia Maria. Introdução. **O Rei dos Jagunços de Manuel Benício: Entre a Ficção e a História**. São Paulo: EDUSP, 2003, p. 11-38.

<sup>348</sup> MARTINS, Paulo Emílio Matos. **A Reinvenção do Sertão**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2001.

conselheirismo teve o seu repertório religioso oriundo, em parte das fontes católicas oficiais e provavelmente, em mais larga escala, de músicas surgidas do seu próprio seio e ainda aquelas criadas no ambiente católico sertanejo em geral”. Deste modo, apesar de algumas diferenças específicas, “o Belo Monte não se diferenciava fundamentalmente de povoados vizinhos, com os quais compartilhava uma tradição cultural”<sup>349</sup>.

É interessante observar que foi através da rica tradição cultural da região que parte da criação musical de Belo Monte chegou até nós com alguns cânticos sobre a figura de Antônio Conselheiro e também sobre a Guerra de Canudos. A propósito, nos últimos vinte anos, um considerável número de canções religiosas populares foi incorporado à tradição musical de Canudos, principalmente composições ligadas às comunidades eclesiais de base, mostrando um renovado vigor desta tradição. Aliás, esse é o tema da dissertação de mestrado de Fábio Paes, que dedica parte dela à análise da produção poético-musical do movimento histórico de Canudos e da Romaria no período que compreende os anos 1980 até o centenário do final da guerra (1997). Sua preocupação é valorizar como esses registros construíram diversas representações em torno da memória de Canudos e “a sua importância para fortalecer essas vertentes vivas do rememorar, refazendo essa página da história”<sup>350</sup>.

Portanto, o entrecruzamento entre memória e historiografia expõe, nas narrativas histórico-literárias, uma multiplicidade de abordagens e versões sobre a experiência social de Canudos e a liderança de Antônio Conselheiro. Como uma história das feridas abertas pela memória, o caráter traumático da Guerra de Canudos viceja na multiplicidade de representações sobre o passado de uma *Canudos eminentemente plural*, no sentido de que, suas interrogações atuais e palpitantes, mostram-nos que sua memória é ainda campo de vivência e de luta, briga pelo presente e uma ferida aberta nas lutas políticas da região do Nordeste brasileiro. Os centenários de Canudos deram ensejo a uma intensificação de atividades relacionadas à memória e à historiografia, no sentido do desafio da memória às ideologias dominantes, que hoje pregam o fim das ideologias e a livre competição do mercado, integra-se aos movimentos políticos de indivíduos que questionam os poderes

---

<sup>349</sup> SANTOS, Eurides de Souza. **A Música de Canudos**. Salvador: EGBA/Secretaria de Cultura e Turismo do Estado da Bahia/Fundação Cultural, 1998, p. 46 e 48.

<sup>350</sup> CARDOSO, José Fábio Barreto Paes. **Canudos na Música e Poesia Populares**. São Paulo: PUC/SP, 1999 (Dissertação de Mestrado) (resumo).

dominantes na economia e na política. Realizar uma análise histórica da memória sobre a Guerra de Canudos, é posicionar-se contra o esquecimento das elites políticas, econômicas e intelectuais diante da questão da terra, mas, também e principalmente, de não admitirmos que os derrotados, aqueles que combatem hoje as ideologias dominantes, permanecerão para sempre derrotados. Por isso, os historiadores podem propor que o passado produziu uma série de lutas importantes pela defesa da igualdade social, sendo o seu grande desafio mostrar que a memória não é apenas ideológica, mitológica e não confiável, mas principalmente uma forma de garantir o direito às identidades<sup>351</sup>, como veremos na segunda parte da tese.

---

<sup>351</sup> PORTELLI, Alessandro. Memória e Diálogo: Desafios da História Oral para a ideologia do século XXI. In: MORAES, Marieta, FERNANDES, Tânia Maria & ALBERTI, Verena (orgs.). **História Oral: Desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ/FGV-CPDOC, 2000.

***2ª PARTE***

***Filigranas da Memória***

***nos Centenários de Canudos (1993-1997)***

## CAPÍTULO 4:

### AS COMEMORAÇÕES DOS CENTENÁRIOS DA GUERRA DE CANUDOS E OS MOVIMENTOS SOCIAIS

*“Um povo ou uma classe que é segregada do seu próprio passado é menos livre de escolher e agir como povo ou como classe que outros que hajam conseguido situar-se a si próprios na história”<sup>352</sup>.*

*John Berger*

Para dar conta das interrogações levantadas na primeira parte da tese deve-se ter em mente o alerta de Ana Pratesi, que afirma que o mais importante nos estudos sobre a história e a memória, ao nível de grupo ou comunidade, é a memória do fato histórico, mais que ele próprio. A memória coletiva interfere manipulando os acontecimentos, tanto em seu conteúdo como na ordem de sua narração, obedecendo, basicamente, a três funções. Primeiro, a função simbólica coloca os acontecimentos num contexto de acordo com a representação adequada. Segundo, a dimensão psicológica estrutura a narrativa de maneira a preservar a integridade e a auto-estima do grupo e, por fim, a função formal situa o acontecimento de modo que adquira um sentido na periodização tanto coletiva como pessoal<sup>353</sup>.

Ao longo da pesquisa de campo, observei uma certa continuidade nas relações entre memória, esquecimento e o silêncio, desde as entrevistas coletadas por Odorico Tavares na região da Guerra de Canudos, nos anos 1940. Há certa dificuldade em lembrar a Guerra de Canudos, na medida em que permanece como um trauma na população local, que se manifesta no medo de falar sobre o tema, pois praticamente todos que moram em Canudos tiveram parentes, famílias que morreram no Belo Monte.

É interessante notar que “a construção do medo” pelas classes dominantes do Estado da Bahia da possibilidade do ressurgimento de Canudos permaneceu no imaginário social da região de Canudos, quando, por exemplo, em 1903, a professora primária escalada

---

<sup>352</sup> BERGER, John. **Modos de Ver**. Lisboa: Livraria Martins Fontes Editora Ltda, 1982, p. 37.

<sup>353</sup> PRATESI, Ana. Op. Cit.

para ensinar as crianças do Cumbe, atual Euclides da Cunha, afirmara que “Canudos metia-lhe muito medo”<sup>354</sup>.

Esse medo presente na memória coletiva da região pode ser observado em duas falas emblemáticas, que nos coloca em contato com as zonas de sombras da Guerra de Canudos, na época do seu cinquentenário. De um lado, a fala de Maria Avelina da Silva registrada por Odorico Tavares, em 1947, na qual afirma

*“Para que adianta estar falando nestas coisas? Já passou. Estou velha e quero morrer em paz.*

*- E o Conselheiro?*

*Também morreu, deixe êle em paz. Por êle, não havia mal no mundo. Perseguram êle e está aí a desgraça que aconteceu. Moço, não adianta estar mexendo com essas coisas”*<sup>355</sup>.

A outra fala é a de Nelson Werneck Sodré, quando, por volta de 1952, ao visitar a região do Sertão de Canudos, reitera o medo da população em relatar sobre a luta fratricida:

*“Em Canudos, não resta muito que ver - alguns monumentos lembram a terrível luta que ensangüentou a região. O que espanta, o que nem Euclides, na sua ênfase retórica, tantas vezes exata nas imagens, pôde transmitir, é a agressividade da natureza, a sua agrestia, a sua aspereza, espetáculo inesquecível. Mais espantosa ainda, a forma como as imagens do passado permanecem gravadas na memória dos poucos remanescentes da época do Conselheiro. Ali fui fardado, em viatura militar; senti na pele, passados cinquenta e cinco anos da carnificina, o medo daquela gente ao soldado. Queria falar-lhes, ouvir deles alguma a respeito da trágica epopéia, e foi difícilimo, não arranquei nada de importante, nada de original, nada de novo”*<sup>356</sup>.

<sup>354</sup> SAMPAIO, Consuelo Novais. Canudos: A Construção do Medo. In: \_\_\_\_ (org.). **Canudos: Cartas para o Barão**. São Paulo: Edusp, 1999, p. 83.

<sup>355</sup> In: TAVARES, Odorico. **Canudos : Cinquenta anos depois (1947)**. Salvador: Conselho Estadual de Cultura/Academia de Letras da Bahia/Fundação Cultural do Estado, 1993, p. 40.

<sup>356</sup> WERNECK SODRÉ, Nelson. **Do Tenentismo ao Estado Novo: Memórias de um Soldado**. 2ª edição. Petrópolis: Vozes, 1986, p. 245.

Historiadores da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), em suas pesquisas pelos sertões de Canudos, afirmam que o “genocídio cultural foi tão violento que até hoje a população local tem dificuldades de se reconhecer como partícipes desta saga sertaneja. As famílias que lá restaram temem reconhecerem-se como remanescentes dos mártires da utopia canudense”<sup>357</sup>.

Em entrevista ao autor, Irmã Cirila Zambrom reafirma que reside aí a dificuldade de envolver a comunidade em iniciativas de construção da memória histórica de Canudos como é o caso do Instituto Popular Memorial de Canudos. Por outro lado, essa mesma população se acostumou com a presença constante de pesquisadores e jornalistas que estudam o tema, percebendo “*Canudos a partir de fora e não de dentro*”<sup>358</sup>.

Contudo, o trabalho silencioso das memórias subterrâneas revela que a esfera do silêncio opera, em determinados momentos de crise, de modo mais consciente facilitando sua emergência. O esquecimento momentâneo ou a vontade de não falar sobre o assunto não significa o seu sumiço na memória. A reabilitação da periferia e da marginalidade, aliado à empatia com os grupos dominados, fizeram com que as memórias subterrâneas que trabalhavam de forma quase imperceptível no silêncio aflorassem em momentos de crise. Nas palavras de Pollak, “*a memória entra em disputa*” e “os objetos de pesquisa são escolhidos de preferência onde existe conflito e competição entre memórias concorrentes”<sup>359</sup>. Tal predileção deve se relacionar com as verdadeiras batalhas da memória a que vivenciamos nas últimas décadas no Brasil e no mundo.

Jacy Seixas sugere que as memórias diversas “*irrompem e invadem a cena pública*”, em busca de reconhecimento, visibilidade e articulação, “respondendo provavelmente a uma necessidade que a racionalidade histórica é impotente para exprimir e atualizando no presente vivências remotas (revisitadas, silenciadas, recalcadas ou esquecidas) que se projetam em direção ao futuro. Nesse sentido, a memória parece responder, hoje, mais a uma *função ética* do que a uma função cognitiva”. Segundo a autora, o “caráter *atualizador*

---

<sup>357</sup> NETO, Manoel, GUERRA, Sérgio & PINHEIRO, José Carlos. Centenário de uma utopia na história do nordeste. In: **Suplemento Cultural**. ano VII, n; 9, Companhia Editora de Pernambuco, Setembro de 1993, p. 11.

<sup>358</sup> ZAMBROM, Cirila. **Entrevista ao autor**. Uauá/BA, 24 de abril de 2004 (Fonte Oral).

<sup>359</sup> POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15 [p.4].

e seu vínculo institutivo com a *ação* são um traço (...) que permanece desconsiderado pela historiografia”<sup>360</sup>.

Outra dimensão importante é a que se estabelece entre *memória* e *mito*, aqui entendido como um complexo ao mesmo tempo racional e afetivo que leva à ação. Como diz Seixas, “se é verdade que a presença e intervenção dos mitos políticos na história potencializam-se nos momentos agudos de crise, então podemos compreender o alcance da força da memória na construção dos mitos identitários que tem informado contemporaneamente as ações de reconhecimento social e político”<sup>361</sup>.

Remo Bodei alerta-nos para o paradoxo de se reconhecer a mutabilidade do passado, mas, ao mesmo tempo, aceitar a existência de um passado que não passa. Essa questão pode ser explicada pelo fato de que há experiências que não se esgotam na primeira interpretação, pois contêm um excesso de sentido. Assim, a retificação do passado se faz a contragolpes provocados pelas mudanças no presente e pelo “campo magnético” das expectativas que se forma nesses momentos. Segundo o autor, devido ao passado paradoxal que não passa, geralmente recalcado ou ocultado, a identidade em fase de reformulação pode ligar-se a uma continuidade latente de memória. Assim, o passado pode regenerar-se, por meio de encadeamentos dos rastros residuais, recombina-se de acordo com as afinidades eletivas a imagens perdidas. Então, um grupo ou nação mostra-se capaz de reencontrar sua identidade, mesmo após um longo intervalo de opressão e de tentativas, levadas adiante pelos adversários, de manipulá-la, falsificá-la, apropriando-se dela<sup>362</sup>.

É neste sentido que, após um período em que a memória coletiva do sertão de Canudos foi induzida a esquecer por injunções conjunturais tanto da esfera política, quanto ideológica do tempo presente, percebe-se uma explosão da memória reprimida nos centenários da Guerra de Canudos (1993-1997), motivando um certo excesso de memória, impulsionado pela demanda social imposta pela questão camponesa nos anos 1990 pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MST.

Assim sendo, apesar da desagregação social e espacial ocorrida com a construção do açude, os habitantes de Canudos buscam preservar uma tessitura de símbolos, mitos e

---

<sup>360</sup> SEIXAS, Jacy Alves de. Percursos de memórias em terras de história: problemáticas atuais. In: BRESCIANI, M. Stella & NAXARA, Márcia (orgs.). **Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível**. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 2001, p. 53.

<sup>361</sup> Idem, p. 55.

<sup>362</sup> BODEI, Remo. **Livro da Memória e da Esperança**. Bauru/SP: EDUSC, 2004, p. 49 e 54-55.

rituais, que, mesmo que de forma fragmentária, expressa uma relação com a vida para além dos marcos da racionalidade instrumental. A guerra de Canudos tem um caráter marcante para os moradores da região, o que possibilita que “a memória seja transmitida de pai para filho com um alto grau de identificação, como é possível verificar na riqueza de detalhes das histórias lembradas pelos depoentes”<sup>363</sup>. Vale registrar que, ainda que haja um aspecto social de fundo, na tradição oral de Canudos, o aspecto místico do movimento é predominante.

Ora, um dos pontos relevantes da continuidade entre passado e o presente é a distinção entre memórias pessoais e a tradição oral, na medida em que esta última tem a ver com aquilo que é contado de um passado remoto para ter sido vivido pelos seus narradores ou mesmo de um passado reconhecidamente imaginário, no caso da literatura oral. A distinção existe, mas o que é mais importante é que não podemos afirmar que as memórias pessoais são mais “*fiáveis*” do que a tradição oral, dadas as subjetividades de ambas e que as formas narrativas podem ser bastante próximas. Há, então, uma necessidade de um olhar mais sensível na análise entre a tradição oral e as memórias pessoais, pois, ao centrar no passado vivido pelos seus informantes, os historiadores orais têm percebido, em momentos dramáticos na história das sociedades, a relevância do pessoal perante o coletivo e vice-versa, seja nas anedotas contadas pelos indivíduos, mas também interrogando pelas tradições<sup>364</sup>.

Não se pode ignorar a historicidade da transmissão e difusão da tradição oral, tanto pelo fato de que a informação é histórica independentemente de conter fatos verdadeiros ou meramente “inventados”, quanto pelo processo de transmissão que é em si reinterpretação. O que nos leva a supor que

*“... De cada vez que uma tradição é articulada, tem que lhe ser dado um significado apropriado ao contexto, ou ao género em que foi articulada. Esta necessidade de reinterpretação está muitas vezes por trás das transformações no seio da própria tradição. Estas transformações podem ser em pequena escala ou então serem recontextualizações em larga escala de toda a tradição. Nesse caso,*

---

<sup>363</sup> OLIVEIRA, Ana Paula Silva. **Objetos Deflagradores da Memória: um estudo sobre alguns vestígios da Guerra de Canudos**. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 2001 (dissertação de mestrado em Comunicação e Semiótica), p. 15.

<sup>364</sup> FENTRESS, James e WICKMAN, Chris. **Op. Cit.** p. 123-127.

*o processo de reinterpretação reflecte também transformações reais em circunstâncias externas*”<sup>365</sup>.

Então, a tradição oral deve ser tomada como patrimônio cultural, pois é pela palavra falada e cantada que se transmite de geração a geração a soma de conhecimentos sobre a natureza e a vida, os valores morais da sociedade, a concepção religiosa do mundo, o relato dos eventos passados ou contemporâneos, a lenda, a poesia. Podemos afirmar que a dimensão das “*memórias partilhadas*” é fundamental para a produção de narrativas faladas ou escritas sobre o passado. Neste caso, “a memória partilhada, sejam quais forem suas fontes, tende a ser comunicada sobretudo na arena do oral, através da anedota e da conversa, com padrões narrativos que ficam a dever tanto à tradição oral como à tradição letrada”<sup>366</sup>. A menção à literatura de cordel aqui é fundamental para a constituição da tradição oral nordestina, seja para o caso do cangaço ou da Guerra de Canudos.

Mas há um paradoxo na produção de registros das múltiplas memórias. De um lado, se não for registrada, a tradição oral corre o risco de se perder, mas, se registrada, deixa de ser contingente ao cristalizar-se, obliterando as demais possibilidades de transmissão. Isto fica patente nos confrontos da memória coletiva da cidade de Canudos com a publicação de uma cartilha para as escolas canudenses e os registros orais elaborados pela equipe da Universidade Estadual da Bahia e as propostas de rebeldia e libertação propugnadas pelos movimentos sociais atuantes na região. Essa valorização da tradição oral pelos movimentos sociais, meios de comunicação e instituições - Movimento Popular e Histórico de Canudos, Igreja Católica, sindicatos, universidades e imprensa - através de depoimentos e relatos dos membros das comunidades do Sertão de Canudos nas comemorações dos centenários da Guerra de Canudos (1993-1997), acabou por incentivar à reflexão entre os canudenses da necessidade de se conhecer a história de Canudos como elemento central de sua identidade, excitando seu imaginário social.

Ora, a construção ritualística da memória de Canudos, através das Celebrações Populares e Romarias, permite-nos compreender a construção de novas legitimidades e a desvendar os caminhos, encruzilhadas e dilemas dos projetos políticos transformadores em

---

<sup>365</sup> Idem. p. 108-109.

<sup>366</sup> Ibidem, p. 122.

confronto no Brasil. Essa dimensão ritual pode servir, heurísticamente, para vislumbrar aspectos da sociedade brasileira que dificilmente se manifestam em outros discursos.

O primeiro passo para entendermos as Celebrações Populares e a Romaria de Canudos é relacioná-las com a revisão elaborada pela Igreja Católica com relação a religiosidade popular, principalmente depois do Concílio Vaticano II (1965), quando surgem, em vários locais do interior do Brasil, inclusive Canudos, as Romarias da Terra que propõem o fim da ruptura entre povo, palavra e altar. As Romarias da Terra valorizam o religioso, mas introduziram como elementos centrais a Palavra e a vida do povo, denunciando a realidade de opressão vivida pelos trabalhadores e trabalhadoras do campo e das injustiças que contra eles se cometem. Elas buscam através da fé e do elemento religioso a transformação da sociedade. Por outro lado, essas Romarias têm caráter ecumênico e incorporam ritos e símbolos de outras religiões ao universo católico<sup>367</sup>.

Segundo documento do Secretariado Nacional da Comissão Pastoral da Terra (CPT), elas “significam, nos moldes da Teologia da Libertação, o encontro entre uma prática muito arraigada na tradição religiosa do povo do campo - as peregrinações e romarias aos santuários e lugares sagrados - com o conteúdo da ‘luta pela terra’”<sup>368</sup>.

É interessante observar que a idéia de peregrinação surge enquanto um acontecimento que faz parte da vida do sertanejo, na medida em que, nos confrontos com a seca, com a fome, com as barragens e com os grandes fazendeiros, o povo do sertão ritualiza e sacraliza sua condição de errância na romaria, na caminhada<sup>369</sup>.

Assim, a ação da Comissão Pastoral da Terra e a prática cotidiana nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) foram decisivas para a opção pelos pobres por parte da Igreja Católica ao longo dos anos 1970, especialmente quando estabeleceram a distinção entre a terra para o trabalho, onde o homem e a mulher do campo tira dela seu sustento e estabelece a convivência com o meio ambiente, e a terra de exploração que, sob a ótica capitalista, é vista como reserva de valor e geradora de lucros. Esta atribuição dos distintos significados à terra foi incorporada pelo documento "*Igreja e Problemas da Terra*", produzido pela

<sup>367</sup> CANUTO, Antônio. Os pés descobrem horizontes: Seminário sobre as Romarias da Terra. In: **Pastoral da Terra**, edição nº 168, jul/ago/set 2002, p. 8 e 9.

<sup>368</sup> SECRETARIADO NACIONAL DA CPT. Os Rostos da CPT Hoje. In: **A Luta pela Terra: a Comissão Pastoral da Terra 20 anos depois**. São Paulo: Paulus, 1997, p. 198.

<sup>369</sup> UNGER, Nancy Mangabeira. **Da foz à nascente: o recado do rio**. São Paulo: Cortez; Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 2001, p. 102.

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em 1980. Na ocasião, a CNBB declara sua condenação ao capitalismo, amparando-se nesta experiência da Pastoral da Terra diante dos conflitos sociais da época no campo, marcadamente no norte e nordeste brasileiros<sup>370</sup>.

Imbuídos desta nova postura político-ideológica de parte da Igreja Católica frente à questão camponesa, algumas iniciativas podem ser registradas no sentido de se apropriar da memória de luta de movimentos até então silenciados pela historiografia oficial. Em 1985, os trabalhadores rurais sem-terra resgatam a memória do Contestado, a partir da 1ª Romaria da Terra em Taquaruçu. Atualmente, há vários acampamentos e assentamentos do MST “que reivindicam para o título de herdeiros da luta popular do Contestado”<sup>371</sup>.

Na mesma época, com o intuito do “resgate da história e da experiência concreta e da luta heróica dos camponeses de Belo Monte”, membros das comunidades eclesiais de base da paróquia de Monte Santo e um grupo de artistas, militantes de partidos de esquerda e moradores de Euclides da Cunha e Uauá, numa discussão às margens do açude do Cocorobó, decidiram criar o Novo Movimento Histórico de Canudos, em 15 de outubro de 1983. Em seu depoimento, Enoque Araújo, que representou Conselheiro na 1ª Missa pelos Mártires de Canudos, lembra que a preocupação com a história de Canudos vinha sendo construída na região desde 1981, quando fora criado o Grupo Conselheiro na cidade de Euclides da Cunha, o qual através do *I Encontro com Canudos* fez com que, a partir do teatro, da poesia popular e da música, o tema viesse à tona na região. Em 1982, já com a presença decisiva do padre Enoque Oliveira, da paróquia de Monte Santo, o tema Canudos passou a ser discutido, com grande entusiasmo, nas comunidades eclesiais de base e sindicatos de trabalhadores rurais, seja através de discussões sobre a posse comum da terra - as áreas de “fundo de pasto” -, seja por meio dos poemas e cânticos do padre. Mas foi, em 28 de julho de 1984, com a realização da *1ª Missa pelos Mártires de Canudos* celebrada pelo bispo de Juazeiro, Dom José Rodrigues, e mais oito padres da região, que o Novo Movimento Histórico de Canudos, em conjunto com as dioceses da região (Paulo Afonso, Bonfim, Juazeiro e Rui Barbosa), realizou um dos momentos mais significativos de

---

<sup>370</sup> SALEM, Helena (coord.). **A Igreja dos Oprimidos**. São Paulo, Brasil em Debates, 1981, p. 61-62.

<sup>371</sup> MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado**. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 2004, p. 40.

construção da história popular de Canudos como experiência igualitária e exemplo de reforma agrária<sup>372</sup>.

Esta revisão da figura de Antônio Conselheiro vai ser duramente atacada pelas elites políticas e intelectuais baianas da região sertaneja e da capital, através de um editorial do principal jornal baiano da época, **A Tarde**, tratando-o ainda como um líder fanático. O editorial, intitulado *Preparando a Guerrilha*, publicado às vésperas da realização da 1ª Missa aos Mártires de Canudos, tentou caracterizá-la como uma atitude revanchista dos setores progressistas da Igreja Católica, reiterando que o tema Canudos deve permanecer como objeto de estudo - teses de mestrado e doutorado, reportagens e outros escritos - e não “para justificar atividades militantes que têm claro objetivo de desestabilização social no campo”. Ainda segundo o editorial, “remontar o cenário de Canudos, invertendo os fatos e apresentando uma versão tendenciosa da figura de Conselheiro, não tem cabimento. No fundo, não passa de uma provocação que caberia ser abortada pela hierarquia da Igreja, instituição que, ao longo dos tempos, sempre combateu com o crucifixo e o rosário as manifestações messiânicas de fanatismo”<sup>373</sup>.

A figura de Conselheiro permanecia, assim, enquanto campo de disputa na memória coletiva. Fica evidenciada, nas diferentes versões sobre ele presentes no editorial e na celebração da Missa ou na própria historiografia, a proposição de Marc Ferro de que a dimensão da disputa, do controle é uma marca permanente da história. A representação do passado que predomina na memória coletiva e individual tem uma significativa participação no governo do corpo individual e social<sup>374</sup>.

A Segunda Missa pelos Mártires de Canudos teve como tema central a Reforma Agrária, objetivando transformar o dia 5 de outubro de 1985 num grande debate sobre a questão da terra, especialmente no contexto da Nova República, quando o tema retorna ao cenário político com a Constituinte. Segundo o panfleto da Missa, “*Canudos tem muito a ensinar sobre este assunto*”.

As Missas em Homenagem aos Mártires de Canudos foram realizadas pelo Movimento de Canudos com a colaboração das Dioceses da região até 1987, ou seja, a

---

<sup>372</sup> Missa ao Herege. In: **Revista Veja**. 8 de agosto de 1984 p.110/111. ARAÚJO, Enoque. **Entrevista ao autor**. Aracaju, junho de 1997.

<sup>373</sup> **A Tarde**. Salvador, 26/7/1984, p. 6.

<sup>374</sup> FERRO, Marc. **A História Viglada**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

Quarta Missa, quando houve uma ruptura entre os organizadores. Ela foi ocasionada em torno da disputa pelo controle das manifestações em torno da memória de Canudos, açodadas com o acirramento entre autoridades civis e eclesiásticas, que acabaram por afastar o padre Enoque Oliveira da Paróquia de Monte Santo.

Este acirramento político-ideológico na região vinha desde a prisão do padre Enoque Oliveira, em 1985, decretada pelo juiz de Monte Santo a mando do prefeito da localidade, ligado ao PDS (Partido Democrático Social); afora constantes ameaças de morte e perseguições por ele sofridas, desde 1983. A prisão fora motivada por uma passeata organizada pelo padre contra a ocupação, pela prefeitura, da Casa de Romeiros e do Cine Teatro São José, tradicionais lugares de ocupação da Diocese de Senhor do Bonfim. Após sua libertação, o juiz impôs verdadeira lei de silêncio ao padre Enoque, proibindo-lhe de participar de manifestações públicas e rezar missa na roça, muito menos “falar mal das autoridades” do município.

Além da comoção popular na cidade de Monte Santo e da intervenção da Diocese de Nosso Senhor do Bonfim, sua prisão fez com que sua luta tivesse solidariedade do conjunto do movimento sindical baiano (CUT, Sindiquímica, Associação Baiana de Geólogos, ADUCSAL, entre outras entidades), das Pastorais da Igreja (da Mulher Marginalizada, da Terra), de partidos políticos (PMDB e PT), entre outros, tornando-se num símbolo contra o arbítrio coronelístico na passagem para a Nova República no Sertão da Bahia.

Então, o pano de fundo dessa perseguição política contra o Padre Enoque Oliveira foi sua atuação na questão da terra na região, especialmente o caso dos “*fundos de pasto*”, como o do Sítio do Feliciano, no município de Uauá, em dezembro de 1987. Seja como assessor da Federação dos Trabalhadores na Agricultura da Bahia, seja como líder do Movimento de Canudos, o Padre Enoque estava ferindo os interesses dos grileiros da região, por ele próprio chamada “*Santuário da Fé e Paraíso da Grilagem*”.

Após sua prisão e posterior suspensão como pároco, irrompeu no imaginário coletivo da região a idéia de um “*novo profeta*”, já que, como no passado, Conselheiro fora perseguido pela polícia e pela Igreja Católica. Além do mais, o padre Enoque Oliveira é também cearense como o líder de Canudos. Essa associação se torna explícita no discurso de Padre Enoque quando, em 05 de outubro de 1988, ele rompe com a hierarquia católica,

fundando a Igreja Popular, com objetivo de manter a chama acesa da história de Canudos e a luta pela terra na região.

É interessante observar que ele tenta associar o papel desempenhado pela Igreja Católica à época de Conselheiro com a perseguição que ele sofria com a suspensão de ordens religiosas feita pelo bispo de Senhor do Bonfim naquele mesmo ano:

*“Antes de chegarmos aqui o que havia de Canudos era a linguagem do medo, a lembrança da morte trazida pelo exército e o Estado.*

*Mas também encontramos no povo a força profética dos beatos.*

*Hoje o bispo com a diocese ataca o nosso trabalho. O que é que se passa nas mãos que levanta o cálice e pega o evangelho?*

*Até o PT prá dizer que é de trabalhadores, professa um partido que seria de trabalhadores e são exatamente estes que dão este golpe para destruir uma experiência profética, experiência de libertação do povo.*

*Nós sabemos que o clero que fica aqui não vai defender o Movimento.*

*[...]*

*A Igreja Popular é criada hoje aqui em Canudos no dia 05 de outubro de 1988, não pelo padre Enoque, mas por todo o povo da região e que pertence ao Movimento de Canudos, porque, achamos que a Igreja Católica nada mais é que a representação dos latifundiários e do capitalismo selvagem.*

*Viva a Igreja Popular”<sup>375</sup>.*

Enoque Araújo, então militante do Movimento Popular e Histórico de Canudos, entende que, após o desligamento das atividades paroquiais do padre Enoque de Oliveira, sua intenção de criar um movimento cismático dentro da Igreja Católica, com a criação da Igreja Popular Antônio Conselheiro, não teve o retorno político imaginado, contribuindo para o afastamento de membros expressivos do Movimento de Canudos identificados com os partidos e sindicatos de esquerda, bem como de parcela significativa dos camponeses, que preferiram aderir às manifestações patrocinadas pela Igreja Católica<sup>376</sup>.

---

<sup>375</sup> FERNANDES, Floriza Maria Sena. **De Belo Monte à Nova Canudos, Do Catolicismo Popular às Comunidades Eclesiais de Base: Uma História de Fé e Resistência**. São Cristóvão: DCS/UFS, 1997, p. 81 (monografia de graduação).

<sup>376</sup> ARAÚJO, Enoque. **Entrevista ao Autor**. Aracaju, junho de 1997 (Fonte Oral).

Na avaliação de Guilhermina Ramos, ativista do Movimento Histórico e Popular de Canudos, foi a proposta de centralização da comemoração nas mãos das Dioceses da Igreja Católica da região que proporcionou a cisão com o Movimento. Dentro do quadro da organização camponesa, ela aponta alguns elementos que fundamentam divergências entre a prática do Movimento de Canudos e a da Igreja Católica. A conduta paternalista e assistencialista dos padres da região, além da cooptação de lideranças por parte do clero, acabaram por isolar o Movimento de Canudos. O Movimento quer resgatar o povo como agente da história, sem este paternalismo inibidor do desenvolvimento de uma consciência política dos problemas da região<sup>377</sup>.

O padre Joaquim Gonçalves, pároco de Monte Santo, ao abordar o assunto, afirma que “A ‘Igreja Popular’ teria dado certo se nós não tivéssemos continuado na Igreja o trabalho que ele começou”. Isto ficou claro quando do conflito de terra ocorrido na Lagoa do Mandacaru, em 1991, que resultou nas mortes de um tratorista e um pistoleiro. Hoje, a área abriga uma roça e pasto de cabras geridas de forma coletiva<sup>378</sup>.

Então, como produto das batalhas em torno da memória de Canudos, a partir de 1988, passaram a existir duas comemorações na região, que, entretanto, fazem parte da mesma leitura que coloca Canudos como “*terra da promessa*”. Uma patrocinada pelas dioceses da Igreja Católica da região, sugerida pelo padre Tiago [Santiago Milan], então pároco da cidade de Nova Canudos, que tomou a feição de Romaria. Outra, liderada pelo ex-padre Enoque Oliveira, o qual transformou a Missa em Celebração Popular pelos Mártires e Guerreiros de Canudos, contando com a participação de trabalhadores rurais, estudantes universitários, intelectuais e artistas da Bahia, Sergipe e Pernambuco.

### *Movimento Popular e Histórico de Canudos*

A definição das estratégias de manutenção do Movimento Popular e Histórico de Canudos foi definida em reunião realizada em Aracaju/SE nos dias 10 e 11 de dezembro de 1988. Nela, a Coordenação do Movimento Histórico de Canudos realizou uma avaliação da 5ª Celebração, demonstrando certo desencontro entre os participantes do Movimento logo

---

<sup>377</sup> RAMOS, Guilhermina. **Entrevista ao Autor**. Aracaju, junho de 1997 (Fonte Oral).

<sup>378</sup> BONASSA, Elvis Cesar. Canudos renasce das cinzas do Conselheiro. **Folha de São Paulo**. 25/12/92. p. 6.

após a ruptura com a Igreja Católica, na medida em que ocorreram reuniões paralelas para a avaliação da 5ª Celebração pelos Mártires de Canudos, em Aracaju e no Sertão de Canudos. Assim, a fragmentação ocasionada pela ruptura fez com que a participação popular declinasse na Celebração.

Como forma de garantir a manutenção da Celebração, surgiu uma proposta de transformação do Movimento de Canudos em uma entidade jurídica para que se possa captar recursos e construir uma sede, pois, tendo como uma de suas preocupações a memória do Movimento, não há espaço para organizá-la em arquivo<sup>379</sup>.

Então, posteriormente, o Movimento Popular e Histórico de Canudos tornou-se uma sociedade civil, sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado, autonomia patrimonial, financeira e administrativa, e com duração indeterminada e cuja sede localiza-se na Casa de Canudos, à rua D. Pedro I, nº 1184, em Euclides da Cunha, Estado da Bahia.

A partir dos dados colhidos no seu sítio oficial na Internet, destaco os seguintes objetivos: “resgatar a memória dos mártires da guerra de Canudos e do beato Antonio Conselheiro, o significado político-religioso dessa guerra, bem como pesquisar, aprofundar e desenvolver estudos sobre as experiências do Belo Monte e de outras, passadas e presentes”; “promover trabalhos de conscientização para que o homem e a mulher do campo e da cidade sejam sujeitos de sua própria história”; “apoiar a luta pela conquista coletiva da terra, pela defesa dos fundos de pasto, pela construção de açudes, aguadas, introdução de plantios, melhorias e outros, visando combater a seca, a fome e a sede, preservando a caatinga e o meio ambiente”; “realizar as Assembléias Camponesas, encontros, seminários, palestras, eventos artísticos, produções ou outros, alusivos a Canudos e às experiências populares”; e “realizar, anualmente, a Celebração Popular pelos Mártires de Canudos, no dia 5 de outubro ou em data que lhe seja próxima, alusiva ao extermínio da comunidade do Belo Monte, em 1897, em local remanescente da ocupação, preferencialmente no Alto do Beatinho, como já vem ocorrendo desde o ano de 1984”<sup>380</sup>.

---

<sup>379</sup> **Ata de reunião da Coordenação do Movimento Histórico de Canudos.** Aracaju/SE, 10 e 11 de dezembro de 1988. Agradeço ao Professor José Paulino da Silva a gentileza de me facultar o acesso a esta documentação.

<sup>380</sup> In: <http://www.infonet.com.br/canudos/>

O Movimento Popular e Histórico de Canudos tem trabalhado, ao longo de sua existência, na perspectiva de que a memória coletiva sirva para libertar os homens e não para sua servidão, utilizando-se de recursos celebrativos sobre a experiência igualitária de Belo Monte, composta de depoimentos, representação teatral, cantoria, debates políticos, cânticos e poemas, além da celebração propriamente dita da Missa.

Pode-se afirmar mesmo que a história foi apropriada pela memória coletiva, elaborando um processo de resignificação do passado até então ausente nos debates político-ideológicos da região. Em um dos seus documentos mais recentes transparece a preocupação de resgatar a tradição oral das comunidades sertanejas para a discussão de temas atuais, visando fortalecer a identidade social entre os camponeses:

*“Uma trajetória calcada sobre a memória coletiva de luta e resistência do povo conselheirista - é dessa forma que pode ser traduzida, em poucas palavras, a essência do MPHHC. Inspirado no exemplo profético e nos valores da comunidade igualitária de Belo Monte, o trabalho do Movimento ajudou a transformar a vida dos trabalhadores rurais do sertão de Canudos e a construir sua identidade social, através da preservação da cultura popular, da luta pela sobrevivência, pela água, direito a terra e o criatório do bode, além do desenvolvimento de outras culturas”<sup>381</sup>.*

Seu principal líder, o ex-padre Enoque José de Oliveira, seguindo sugestão do professor José Calasans, afirma ter sido fundamental a utilização de fontes orais para o seu trabalho pastoral e intelectual. Segundo ele,

*“... a primeira matriz do conhecimento real do movimento conselheirista é a palavra dos sobreviventes da Guerra colhida nas décadas de 1940 a 1970; depois vem os relatos recolhidos junto aos filhos de conselheiristas, isto num período mais recente; por último o discurso popular que ainda hoje preserva a memória da luta dos seus antepassados”<sup>382</sup>.*

---

<sup>381</sup> MOVIMENTO POPULAR E HISTÓRICO DE CANUDOS. **Projeto 20ª Celebração de Canudos**. Salvador, 25 de Julho de 2003.

<sup>382</sup> NETO, Manoel e DANTAS, Roberto (orgs.). **Os Intelectuais e Canudos: O Discurso Contemporâneo**. V. 2. Salvador: Editora da UNEB, 2003, p. 270-271.

Uma das principais formas utilizadas pelo trabalho pastoral de Enoque Oliveira foi a música e a poesia, por conta de ser uma região de baixa escolaridade e alto índice de analfabetismo. Segundo ele, as melodias e as poesias “funcionavam como mensagens sobre os seus problemas”, como forma dos camponeses refletirem e analisarem sua própria realidade. Também emergiu neste trabalho a necessidade de colocar alguns dados históricos dentro das músicas como modo de sedimentar sua identidade social. Por exemplo, existem músicas que comentam as trajetórias de Pajeú, João Abade e Pedrão. Então, a música e a poesia “serviram para fazer chegar aos camponeses a verdadeira história de Canudos, porque quando o camponês decora aquela palavra que você coloca na música, ela fica eternamente na vida dele, vira memória histórica, vai passar para os filhos, para os netos, para os amigos”<sup>383</sup>.

Fábio Paes, parceiro de várias canções com Enoque Oliveira, propõe que os sons e as palavras “traduzem as imagens e as representações que a memória coletiva guarda. A harmonia, a melodia, o ritmo das canções se casam com as letras, retratando o passado de lutas e tentativas de construção de um mundo fraterno e igualitário”. Segundo Paes, o “retorno da memória popular através do cancionário, reafirma a liderança de Conselheiro e de outros líderes, como Pajeú, Macambira, João Abade e Pedrão”<sup>384</sup>.

Por outro lado, existe uma produção intelectual do Movimento Popular e Histórico de Canudos que merece atenção, pois, através da produção de cartilhas e panfletos, expressam suas propostas em torno da leitura do tema Canudos, como “*terra da promessa*” - comunidade igualitária e exemplo de reforma agrária.

Em 1984, a Coordenação do Novo Movimento Histórico de Canudos edita, coletivamente, um livreto que, depois, vai ser incorporado a outro livro ampliado, publicado em 1986, com o objetivo de debater o tema com os trabalhadores rurais e estudantes da região. Numa clara função didático-pedagógica, o livreto busca relacionar o passado e o presente da luta dos trabalhadores rurais do Sertão de Canudos e o papel de Antônio Conselheiro como líder camponês exemplar.

---

<sup>383</sup> Ibidem, p. 273.

<sup>384</sup> PAES, Fábio. Cancioneiro de Canudos. In: **A Tarde**. Salvador, 10 de outubro de 1997.

Em sua primeira parte, resume-se a história de Antônio Conselheiro como reformador social, inserindo-a na história do nordeste brasileiro da segunda metade do século XIX. Sua trajetória de 20 anos de peregrinação o tornou um crítico do “atraso planejado”, compreendendo o descontentamento dos camponeses. Segundo o texto,

*“(...) Conselheiro encontra uma terra devoluta. Das mais secas do Nordeste. Cortada pelo rio Vaza-Barris, na região do Raso da Catarina, para servir de local adequado à organização dos camponeses e colocar em prática seu objetivo: formar a comunidade igualitária de Canudos”.*

Como um homem prático e tarimbado pelas agruras da vida, Conselheiro sabia que só construir a cidade não era o suficiente. Então, segundo a cartilha, ele começou a

*“Organizar seus habitantes. Praticar a igualdade. Era preciso garantir a sobrevivência da população. Era preciso produzir. Era preciso defender a organização e, sobretudo, era preciso trabalhar a terra em comunidade e colocar a produção a serviço de todos.”.*

Sobre a organização do poder em Canudos, inspirada no cristianismo primitivo, o texto afirma que

*“... todos cuidavam da terra e da cidade. Todos trabalhavam e eram responsáveis pelo futuro da comunidade. Todos participavam da decisão. O poder era exercido de forma comunitária. O único senhor era Jesus Cristo. (...) Na cidade só havia uma lei: a lei da partilha. (...) O povo humilde construía com suas próprias mãos, um novo céu e uma nova terra. Era o Reino de Deus de que fala a Bíblia, que começava no sertão da Bahia”<sup>385</sup>.*

Na segunda parte, fica explícita a intenção didático-pedagógica do livro, que, através do recurso da história em quadrinhos, busca sua utilização nos debates com as

---

<sup>385</sup> Coordenação do Novo Movimento Histórico de Canudos. **Canudos: a sua história e de seu fundador**. Salvador, EMQ, 1984; \_\_\_\_\_. **Noventa anos depois... Canudos de novo**. Salvador, EMQ, 1986.

comunidades e sindicatos da região, mostrando a atualidade da história de Canudos para a luta camponesa no Brasil contemporâneo.

Por último, o livro discute o papel da Igreja e dos movimentos sociais na tentativa da construção da história de Canudos, bem como as reações dos políticos e da imprensa sobre o Movimento de Canudos. Como anexo, foram publicados os cânticos e poemas do padre Enoque Oliveira, que servem de combustível para a mística do movimento.

No contexto das comemorações do centenário do final da Guerra de Canudos, o Padre Enoque retorna ao tema, escrevendo um livreto que tem por objetivo “devolver ao povo do ‘Sertão do Conselheiro’ uma versão do Beato vista a partir do olhar da experiência do resgate desse importante capítulo do povo camponês”. Na introdução, Oliveira explicita seus objetivos, afirmando que a escolha de Conselheiro como “sujeito de nossa pesquisa” fora motivada pela “vontade soberana de contribuir com mudanças reais no sertão”. Assim, ele relaciona o acontecimento histórico da Guerra de Canudos com os problemas atuais da região, como a questão da terra, do bode, da água. Nele também se reitera a imagem de um Antônio Conselheiro que tem o desejo de transformação e justiça sociais e é o continuador das lutas de Palmares, dos negros quilombolas e da resistência dos índios. Nesta perspectiva, Antônio Conselheiro tornou “o ‘tabaréu crendeiro’ de Euclides, o sujeito de sua própria liberdade”<sup>386</sup>.

Seu opúsculo se insurge contra as comemorações do centenário de Canudos que “não aceitam o Conselheiro da denúncia, do ataque ao clero, do combate aos coronéis”. Segundo o autor, aqueles que hoje o defendem “querem que o povo lembre o Conselheiro e seus seguidores, mas este tem que continuar obediente, dependente, tem que calar. Por que quem reina, ainda é quem reinava a um século atrás”<sup>387</sup>.

É importante realçar que a visão de Enoque Oliveira sobre a temática de Canudos inicialmente se baseava no seu diálogo com os camponeses, políticos e artistas da região, isto é, no trabalho comunitário que desenvolvia. Entretanto, com o passar dos anos, especialmente após a ruptura com a Igreja Católica, ele sentiu a necessidade de aprofundar suas leituras para um foco mais teórico, sendo influenciado decisivamente pelos textos de Karl Marx e F. Engels sobre a religião.

---

<sup>386</sup> OLIVEIRA, Enoque José. **Conselheiro do Sertão (Entre Prédicas e Conselhos - Líder Camponês)**. Salvador: [s.ed.], 1997, p. 5 e 46.

<sup>387</sup> Idem, p. 47.

Por outro lado, a leitura de Padre Enoque em torno do profetismo de Antônio Conselheiro aproxima-se das idéias de A. Otten e de João Arruda, na medida em que busca criar uma tradição bíblico-profética na prática do Conselheiro. Assim, vemos aqui como um debate eminentemente da historiografia traz consigo uma tomada de posição na prática social cotidiana. Em depoimento ao projeto “*Os Intelectuais e Canudos*”, Oleone Fontes afirma que uma das vantagens do ex-padre Enoque Oliveira e o Movimento Popular e Histórico de Canudos é que “ele leva a coisa pro povo; ele consegue elevar o seu pensamento, as suas interpretações, a sua doutrina, o seu modo de ver, ele leva aquilo para o povo”<sup>388</sup>.

É interessante observar que a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Bahia (FETAG/BA) busca, entre suas atividades, estimular as manifestações da cultura popular, visando a preservação do patrimônio cultural de origem rural. Neste sentido, as cantorias, entoadas durante as celebrações de Canudos, são financiadas pela FETAG/BA e sindicatos ligados à Central Única dos Trabalhadores (CUT), como os Petroleiros, Químicos, Ferroviários e Bancários. Inclusive, a CUT, em sua 8ª Plenária Nacional, realizada entre os dias 28 a 30 de agosto de 1996, no Parlamento Latinoamericano, em São Paulo, SP, prestou uma homenagem à luta do povo de Canudos, município do interior da Bahia que desencadeou um processo de lutas por melhores condições de vida no Nordeste brasileiro. Por deliberação dos delegados, a 8ª Plenária passou a se chamar “*Plenária Canudos*”.

Assim, as idéias e a prática social de Padre Enoque produziram eco na organização dos trabalhadores rurais, principalmente no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Monte Santo, como podemos ver no depoimento de Zé da Barra (José Alves Guimarães Ribeiro), quando afirma que

*“Foi no Movimento de Canudos que eu aprendi a viver a vida, como trabalhador rural, batalhando na luta sofrida nesse chão seco e esturricado. No Movimento, a gente aprende que, mesmo diante dessa situação, existem algumas soluções.*”

---

<sup>388</sup> FONTES, Oleone. “Quando vou para o sertão é como se saísse da terra para outro planeta”. In: NETO, Manoel, DANTAS, Roberto & PINHEIRO, José Carlos. **Os Intelectuais e Canudos: O Discurso Contemporâneo**. V. 1. Salvador: Editora da UNEB, 2001, p. 141.

*Essas soluções aparecem a medida em que a gente começa a se reunir e discutir os nossos problemas*”<sup>389</sup>.

Segundo o depoimento desta liderança, Antônio Conselheiro aparece como exemplo de luta para a organização dos trabalhadores rurais da região:

*“... No caso da gente, (...) a gente começou a se desenvolver e junto a padre Enoque começamo a se implantar a questão Canudos, e chegamo ao ponto do resgate e do conhecimento de que foi Antônio Conselheiro. Não era aquela história que dizia que Antônio Conselheiro era fanático, aquela história toda. Antônio Conselheiro foi um exemplo de luta, de liberdade, atualização do povo, o povo ter liberdade, e que nós aprendemos com isso, e que o sindicato era governado pelo sistema, a gente partiu pra cima. A gente tinha uma experiência do Movimento e essa experiência ajudou a fazer essa administração no sindicato, que não tinha nada. A gente se engajou na luta de Canudos e entendemos que essa experiência de Canudos nos dá o exemplo de você crescer muito mais na luta. O exemplo que as comunidades tiveram, o exemplo de honestidade, que você reparte o que tem*”<sup>390</sup>.

Vanda Santana, uma das coordenadoras do MPHIC, reafirma que a recordação dos mártires de Canudos se pauta no exemplo de solidariedade e organização da luta comunitária nos dias de hoje:

*“(...) a Celebração é um momento importante (...) que a gente recorda os mártires de Canudos. Mas discutimos problemas em comum e fazemos essa manifestação de força dos camponeses da região*”<sup>391</sup>.

Em 1993, a presença de jornalistas, fotógrafos e cineastas na região do Sertão de Canudos, por ocasião do centenário de fundação de Canudos, excitou o imaginário social

<sup>389</sup> RIBEIRO, José Alves Guimarães (Zé da Barra). **Entrevista ao Autor**. Canudos/Ba, outubro de 1997 (Fonte Oral).

<sup>390</sup> RIOS, Acácia. Dos Guerreiros de Belo Monte aos Camponeses de Monte Santo: Memórias de Luta. In: *Anais do VII Encontro Nacional de História Oral (História e Tradição Oral)*. Goiânia/GO, 18-21 de maio de 2004.

<sup>391</sup> SANTANA, Vanda. **Entrevista ao Autor**. Canudos/Ba, outubro de 1995 (Fonte Oral).

destas comunidades, explicitando a pluralidade de versões da história de Canudos. Neste ano, a X Celebração Popular pelos Mártires de Canudos, realizada pelo Movimento Histórico e Popular de Canudos, é dividida em atividades culturais em Bendegó no dia 1 de outubro e, no dia seguinte, realiza-se a Celebração Popular, às margens do açude do Cocorobó. A imagem de uma Canudos Plural emergiu com vigor nesta Celebração, já que o tema gerador da celebração foi “*Três Canudos, Três Paixões*”. Em panfleto divulgado na ocasião, são identificados a Canudos Romeiro (da hierarquia católica), que prega Canudos como mais um episódio do calendário da tradição; a Canudos das Elites (intelectual e política), que tenta reconstruir a história passada sem o compromisso com a realidade presente dos camponeses e a Canudos Popular, que propõe efetivar esta fusão, tendo como base a ação concreta da derrubada de arame, do trabalho coletivo, das Assembléias camponesas.

Segundo o mesmo panfleto, é através do Movimento Popular Histórico de Canudos que recupera-se um sentido maior da “ressurreição de Canudos”, na medida em que

*“(...) O Canudos Velho e o Novo (Popular) têm fundamentos político-profético, teológico e populares. É a crença de um povo místico que concretizada, virou cidade igualitária. Crença no direito e na justiça, na terra comum, onde a produção pertence a todos. O Canudos Popular é uma história reconstruída por mãos proféticas de camponeses organizados. Inspirados em Canudos e vivenciando a proposta de Jesus de Nazaré, constróem um novo jeito de viver e se relacionar”.*

Então, o que vemos é que uma de suas frentes de combate é a apropriação da memória coletiva de Antônio Conselheiro e seu séqüito por parte de outros segmentos sociais da região, principalmente por comerciantes e empresários, que construíram hotéis, pousadas, bares etc com o objetivo do desenvolvimento turístico nas localidades. Neste sentido, o Movimento também interpela as iniciativas da Universidade do Estado da Bahia e a proposta de implantação do Parque Estadual de Canudos como podemos ver neste trecho:

*“No Cumbe (Euclides da Cunha), Conselheiro vira nome de hotel de luxo; em Monte Santo, cidade sede do planejamento das operações que incendiaram o Belo Monte, é merecedor de uma escultura em madeira, exposta na Praça da Matriz, juntamente com o busto do Marechal Bittencourt e o canhão utilizado na guerra contra Canudos; em Uauá, o Conselheiro é conduzido à feira do Município como peça de atração turística. Se na visão passada, ‘Canudos não ficará pedra sobre pedra...’, por decreto do governador João Durval, foi criado em 1986, o Parque Estadual de Canudos, com a implantação do Distrito Ecoturístico-Cultural de Canudos. Atualmente, já existe a tentativa de se criar o Parque Nacional de Canudos, pelo governo federal”<sup>392</sup>.*

Nas batalhas da memória de Antônio Conselheiro, para o MPHPC, celebrar o centenário é romper, “é relembrar a ferida” de não ter vergonha para cobrar justiça e reiterar seu papel na memória de Canudos. Em uma *“Carta Aberta do Movimento Popular e Histórico de Canudos”*, o Movimento faz uma avaliação do impacto das comemorações do centenário levadas a efeito pelas dioceses da Igreja Católica da região, em conjunto com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), resgatando o seu papel histórico de lembrar Canudos numa época que falar do assunto causava pavor e medo aos moradores da região, já que a mídia nacional em algumas manchetes de jornal colocava “Sem Terra resgatam Canudos” e “A Igreja resgatou Canudos”. Em tom de desabafo por sua ausência nestas comemorações, são elencadas algumas questões que marcam a disputa em torno da memória de Canudos: “Nós do Movimento resgatamos Canudos e o arrancamos das águas. Por isso levamos muita porrada, porque era proibido falar disto”; “A Igreja e as elites ignoram a gente, mas usam o que nós fazemos: cânticos, livros, apresentações, etc.” e “Reduzem Canudos a uma questão de terra e não é só isso. Canudos é também uma questão de fé, modelo de organização e vivência comunitária”<sup>393</sup>.

Ao longo dos anos que se interpõem entre o centenário de fundação de Belo Monte e o de sua destruição, em 1997, quando novamente o tema da Guerra de Canudos reaparece, com força, na mídia nacional e internacional, o MPHPC, em suas celebrações, estabelece um

<sup>392</sup> In: <http://www.infonet.com.br/canudos/>

<sup>393</sup> MOVIMENTO POPULAR E HISTÓRICO DE CANUDOS. *Carta Aberta do Movimento Popular e Histórico de Canudos*. Salvador, janeiro de 1994.

conjunto de temas para discutir a atualidade de Canudos como lugar de memória para a questão camponesa no Brasil.

Em 1994, no contexto da luta contra neoliberalismo capitaneada pelos movimentos sociais, o MPHIC reivindica uma intervenção política no período eleitoral, buscando distinguir o tempo das promessas políticas e religiosas e o tempo da utopia realizada. Segundo o MPHIC, Canudos é o sonho da utopia realizada, onde

*“... os camponeses se orgulhavam de trabalhar porque a produção era coletiva, orgulhavam-se da caatinga porque derrubavam as cercas e a terra tornava-se livre e comum. Orgulhavam-se de construir porque podiam morar, de produzir porque podiam se alimentar, de rezar porque os faziam lutadores. Por todos esses bens em comum e esse jeito jagunço de ser, o Movimento Popular de Canudos batizou o Belo Monte de sociedade igualitária”.*

Segundo esta leitura, é preciso aprender com as lições de Canudos, pois o modelo de sociedade que os movimentos sociais querem hoje “tem poder de mobilizar o conjunto da população e gerar outros modelos sociais, como o fez Canudos”<sup>394</sup>.

Em 1995, o folheto intitulado “1897: Armas, destruição. E Hoje? Saúde, água, Sertão!”, o MPHIC continua denunciando as precárias condições de vida dos sertanejos, despojados do acesso à saúde, a água, o desemprego, o analfabetismo. Mas o destaque nesta conjuntura é o apoio à luta dos petroleiros na histórica greve de 1995, quando se valoriza o papel dos sindicatos combativos contra o neoliberalismo. Buscando uma tradição revolucionária brasileira, o folheto relaciona as lutas do passado - *Dandara, Dadá, Zumbi, 300 anos Palmares* – com a necessidade de resistir, de lutar contra a opressão política dos poderosos da região hoje, pois “*Não existe outra alternativa: ou a luta ou o deserto*”.

Em 1996, iniciam-se os preparativos na Bahia para as comemorações do centenário da Guerra de Canudos, a partir da rememoração do Combate de Uauá, em novembro de 1896, conhecida como a Primeira Expedição contra o Belo Monte. Como há um retorno maciço de fatos relacionados à saga do Conselheiro nos jornais de todo o Brasil, o MPHIC intervém no debate, propondo buscar as causas do conflito e relacionando-as aos coronéis

---

<sup>394</sup> MOVIMENTO POPULAR E HISTÓRICO DE CANUDOS. XII Celebração Popular Pelos Mártires de Canudos. Outubro de 1994 (folheto).

de então liderados pelo Barão de Geremoabo. Segundo sua interpretação, o início da Guerra não se deveu a questão da entrega da madeira, mas sim é consequência da crise gerada pela transferência de mão-de-obra para Canudos, da força do Movimento anti-impostos e da liderança do Conselheiro no Nordeste. Por outro lado, inspirando-se na leitura marxista do movimento de Canudos, o folheto afirma que o florescimento da cidade fez emergir uma ordem camponesa que quebrou a então ordem coronelística. Daí a brutal repressão em Uauá, onde morreram uma centena de camponeses e uma dezena de militares.

Mas foi, em 1997, que, ao longo de uma semana, o Movimento Popular e Histórico de Canudos organizou uma intensa programação cultural nas diversas cidades que compõem o Sertão de Canudos, como Uauá, Monte Santo, Euclides da Cunha, Nova Canudos, tendo como corolário a cantoria em Bendegó e a *XIV Celebração Popular Pelos Mártires de Canudos*, em Alto Alegre, às margens do Açude de Cocorobó.

Contando com a participação da Prefeitura Municipal de Canudos e de lideranças opositoras ao governo baiano, como os deputados federais Severiano Alves (PDT), João Almeida (PSDB), Mário Negromonte (PSDB) e Jaques Vagner (PT) e os estaduais Paulo Jackson (PT), Marcelo Nilo (PSDB), além do ex-governador Valdir Pires, do Presidente estadual do PT e da ex-prefeita de Salvador, Lídice da Mata, além da presença do ministro da Cultura, Francisco Weffort, o MPHC homenageou o “*Conselheiro do Sertão: Líder Camponês*”, construindo a idéia de que “Conselheiro é a celebridade que junta os camponeses num movimento independente e cria uma alternativa de liberdade”.

Partindo da crônica de Machado de Assis sobre o Conselheiro, o texto propõe que Canudos é “renascença”, “é o povo camponês rompendo com as leis, idéias e doutrinas que o acorrentam e seguindo seu caminho próprio”. Mas quem é esse Conselheiro? Segundo o panfleto,

*“É um construtor de cidades, igrejas, cemitérios. Construtor do maior movimento camponês do século XIX. Construtor de união. Ensinou conselhos e prédicas que revolucionaram os sertões. Congregou os pobres: índios, negros e camponeses num sonho comunal. E fez da terra, da reza e das águas do rio um bem coletivo”*<sup>395</sup>.

<sup>395</sup> MOVIMENTO POPULAR E HISTÓRICO DE CANUDOS. *XIV Celebração Popular de Canudos: Conselheiro do Sertão: Líder Camponês* (programação).

Assim, a representação do passado que predomina na memória coletiva e individual tem uma significativa participação no governo do corpo individual e social. Seja através das músicas, poemas ou das cartilhas do Movimento Popular e Histórico de Canudos, emergem novas representações sobre Antônio Conselheiro, tanto como um líder revolucionário cristão, quanto como líder das massas rurais e reformador social, resgatava-se a tradição messiânica e milenarista de Canudos como *Aldeia Sagrada*. Contrariamente à visão euclidiana de um “*comunismo primitivo*”, na qual era vista pejorativamente o sistema de propriedade como “*coletivismo tribal de beduínos*”, há uma valorização da propriedade coletiva como experiência camponesa na direção do socialismo<sup>396</sup>.

Então, os depoimentos vão ser recuperados como possibilidade de uma memória “*instituinte*” que objetiva, no contexto das comemorações, propor o igualitarismo da experiência social desenvolvida por Antônio Conselheiro e uma possibilidade de poder alternativo no seu confronto com a ordem coronelística vigente à época.

A propósito, investigar os usos do passado talvez seja o melhor antídoto contra a tentação de considerar-se, enquanto historiador, o depositário da verdade histórica. A “*democratização*” da história tem cada vez mais destituído um pouco os intelectuais do monopólio da história, pois o incremento das reflexões sobre a memória histórica encontra-se vinculado aos movimentos sociais, bem como aos meios de comunicação, especialmente através das comemorações de alguns acontecimentos históricos relevantes, que propiciam novas leituras do passado em consonância com o presente vivido. Aliás, como “*Canudos é sempre lembrado, é importante discuti-lo à luz da luta política em curso, e isso não raramente é feito por muitos movimentos populares*”<sup>397</sup>.

### *As Romarias de Canudos e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*

Destaco, neste momento, as ações de luta social desencadeada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que, articulado às iniciativas da Igreja Católica,

<sup>396</sup> SILVA, José Maria de Oliveira. **Rever Canudos: Historicidade e Religiosidade Popular (1940-1995)**. São Paulo, FFLCH/USP, 1996 (mimeo), p. 237. Leitura próxima a do Autor pode ser encontrada em Lori Madden. A Guerra de Canudos na História. **Luso-Brazilian Review**. v. 30, n. 2, University of Wisconsin, winter 1993.

<sup>397</sup> JOSÉ, Emiliano. Canudos vive. In: **Teoria e Debate**. nº 36, out/nov/dez 1997.

guindou a questão da reforma agrária para o centro do debate político nacional, tornando-a recorrente nos meios de comunicação. Neste sentido, nos anos 1990 o tema de Canudos ajudou a fomentar essa visibilidade na mídia, interpelando a sociedade brasileira como um todo, associando-o à reforma agrária.

O MST surge da intensificação das lutas de agricultores sem terra pela posse da terra, a partir de 1978, quando sentindo a necessidade de trocar experiências em encontros locais e regionais, incentivados pela CPT, suas lideranças realizam o 1º Encontro Nacional dos Sem Terra, em janeiro de 1984, na cidade de Cascavel/PR. Surge, então, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), que representa, ao nível nacional, um movimento de camponeses sem-terra que lutam pela terra e reforma agrária. É importante destacar que os sem-terra não se defendem, mas tomam a iniciativa, ocupando áreas e, sobretudo, organizando acampamentos - vide os lemas de seus Congressos Nacionais (“A ocupação é a solução”, “Ocupar, resistir, produzir” e “reforma agrária, uma luta de todos”). Criam situações de fato, obrigando uma intervenção do Estado, através do Poder Judiciário e Executivo (juízes, policiais, técnicos do INCRA, políticos).

Além dos congressos nacionais e regionais, vale destacar a atuação deste movimento social, no sentido da implementação prática da reforma agrária no Brasil, através de uma série de intervenções políticas e educacionais, dentre as quais destacamos a criação do Setor Cooperativista dos Assentados, que desembocaria na Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil Ltda - CONCRAB, em 1992, e o Setor de Educação, que organiza cursos de formação de professores para os assentamentos, publicações e, especialmente, uma metodologia voltada para o ensino das crianças do campo.

A modernidade do MST está em nos interpelar sobre o passado da questão agrária no Brasil e sobre o futuro no uso dos recursos naturais, tendo a terra no centro. A sua luta social não pode ser vista fora de tal quadro. Ao enfrentar diretamente os donos de terras e de gado, os sem-terra, ao fazerem ocupações de fazendas, trazem à tona um aspecto fundamental sobre a possibilidade de um desenvolvimento democrático sustentável no Brasil. O impacto da ação do MST serve para questionar o caráter antidemocrático e insustentável, do um ponto de vista ambiental, da atual forma de apropriação da terra e de seus recursos, principalmente, a questão da degradação dos rios, da destruição das florestas,

da agressão à biodiversidade e à sua privatização, dos duvidosos benefícios dos transgênicos<sup>398</sup>.

Considerado um dos movimentos sociais mais combativos da América Latina, o MST é o que apresenta maior grau de articulação interna entre os movimentos de luta pela terra no Brasil. Tendo como valores éticos a solidariedade, a justiça social e a autonomia, as ações de luta social do MST impuseram o avanço do debate sobre a questão cultural como fundamental na resistência a ofensiva neoliberal, principalmente por conta da desvalorização da cultura nacional nos meios de comunicação de massa. Para aprofundar esta discussão, o MST tem, desde 1996, o Setor de Cultura. Na verdade, o setor teve início com um coletivo de música, mas as discussões avançaram e, em 1998, aconteceu o I Seminário de Cultura do Movimento, pois, segundo sua proposta, é fundamental avançar e consolidar a identidade nacional.

A partir da mística desenvolvida pelo MST, podemos refletir tanto no que se refere ao processo de criação e uso de símbolos numa luta social, no qual é utilizada a linguagem poético-musical para a comunicação, quanto o contexto histórico de um movimento social gerando novas concepções e novas relações artísticas e comunicacionais de produção. Busca-se uma “*cultura da organicidade*” que, gestada na luta social, solidifica a identidade do MST.

O investimento político nos cursos de formação política tem buscado discutir a questão da herança cultural e a construção dos trabalhadores rurais sem terra como sujeitos da própria história. Segundo esta leitura, é no resgate dos valores culturais e experiências históricas de gerações passadas que se construíram as formas para se educar as gerações futuras. Não podemos esquecer ainda que a religiosidade também fundamenta a identidade coletiva do MST, produto da atuação fundamental da Comissão Pastoral da Terra (CPT), norteadora pela Teologia da Libertação, no cotidiano do movimento, inclusive justificando a idéia de que a Terra é de todos. Por outro lado, articulada à religiosidade, temos a mística como um dos suportes para manter viva a chama da esperança na construção de uma nova sociedade igualitária. A “*mística*” é uma celebração realizada em cada ato ou reunião, “materializando o significado das lutas por meio da simbologia religiosa, que se torna

---

<sup>398</sup> GRZYBOWSKI, Cândido. Obrigado MST. In: <http://www.mst.org.br>.

política”<sup>399</sup>. Nesta perspectiva, a preocupação em manter viva à memória de seus mártires, possibilita a manutenção da utopia da luta por um novo mundo, articulando o passado-presente-futuro. Na mística mesclam-se à tradição bíblica, fundada na leitura do Êxodo, os teóricos do socialismo, como Marx, Lênin, Rosa Luxemburgo, José Martí, entre outros<sup>400</sup>.

Dentro da complexa galeria de heróis que compõe a mística do MST, Antônio Conselheiro convive ao lado de Emiliano Zapata, Che Guevara, Zumbi dos Palmares e Jesus Cristo, como pode ser observada em uma das músicas mais cantadas pelos militantes do MST, intitulada “*Adelante Compañeros*”:

*“Che, Zumbi, Antônio Conselheiro,  
Na luta por justiça  
Nós somos companheiros”*<sup>401</sup>.

A participação do MST na organização da Romaria de Canudos de 1993 fez com que, ao incorporar a história de Canudos pelo viés da luta pela terra, tornando-a um símbolo da reforma agrária, o MST elaborasse uma leitura da luta de Antônio Conselheiro no passado como fermento e ideal para a atuação hoje do MST, “até que o sonho do povo trabalhador de Canudos se realize: que se dividam as terras, que se realize a Reforma Agrária e que se organize uma sociedade mais justa e igualitária no Brasil”<sup>402</sup>.

Temos ainda que mencionar outras ações do MST no sentido de relacionar o modelo inspirador de Canudos com a prática político-ideológica dos seus militantes camponeses. Em 1991, no município de Nossa Senhora do Socorro, em Sergipe, quando da ocupação da Fazenda Quissamã, de propriedade da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias), o MST introduziu uma nova experiência de assentamento no estado, através da organização coletiva, desde a apropriação e uso do solo, passando pela organização do trabalho e a organização social, evidenciando uma concepção política de

---

<sup>399</sup> SANTOS, Andrea Paula dos, RIBEIRO, Suzana Lopes Salgado e MEIHY, José Carlos Bom. **Vozes da Marcha pela Terra**. São Paulo: Loyola, 1998, p. 246.

<sup>400</sup> NETO, Luiz Bezerra. **Sem-Terra Aprende e Ensina: Estudos sobre as práticas educativas do Movimento dos Trabalhadores Rurais**. Campinas/SP: Editores Associados, 1999 (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo, 67).

<sup>401</sup> **Canções da Terra**. São Paulo, MST, 1994.

<sup>402</sup> MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Canudos Não Se Rendeu: 100 anos de luta pela terra**. São Paulo, s/ed., 1993.

construção de uma sociedade socialista. O modelo inspirador para esta guinada política do MST em Sergipe foi a experiência igualitária e coletiva de Canudos. Como homenagem, foi criado um *Centro de Capacitação Canudos* (CECAC), que forma militantes do MST de todo o Nordeste, com cursos periódicos. Certamente, a presença de militantes do Movimento Histórico e Popular de Canudos e do Partido dos Trabalhadores nesta iniciativa fortaleceu a perspectiva de Canudos como exemplo de reforma agrária, antes mesmo da Secretaria Nacional do MST. Em 1993, foi organizado um Seminário “*100 Anos de Canudos: A conquista da Terra*”, promovido pela Universidade Federal de Sergipe, Sindicato dos Bancários de Sergipe e o MST/SE, no qual, durante dois dias, reiterou-se, através de depoimentos, palestras, cantorias e filmes, a luta de Canudos como exemplo de reforma agrária e experiência igualitária.

Também em outros Estados, o MST homenageia Canudos como precursor de suas atividades, como é o caso, entre outras coisas, nos nomes com que batiza assentamentos (“*Antonio Conselheiro*” em Mato Grosso, “*Nova Canudos*” em Goiás etc.). Mas é na Romaria de Canudos que vai se estabelecer uma simbologia necessária para a construção de um imaginário social vinculado à experiência igualitária de Canudos e a luta pela conquista da terra. Patrocinada pelas dioceses de Paulo Afonso, Bonfim, Juazeiro e Rui Barbosa, desde 1988, os temas das Romarias buscam articular a utopia de Belo Monte, fundada na fé e na organização popular de base igualitária, com a realidade sertaneja atual, especialmente discutindo a questão da reforma agrária e da convivência com o semi-árido. Há também a construção da resistência cultural de Canudos, através de suas músicas, cânticos e poemas, materializando-se na produção de Compact Disc (CDs) de músicos locais ou relacionados ao tema, como a Banda de Pífanos de Bendegó, Landinho Pé de Bode, Bião de Canudos e Roberto Malvezzi (Gogó).

Organizada a partir do modelo das romarias da terra, patrocinadas pela Igreja Católica e o seu laicato, a Romaria de Canudos busca resgatar a memória da experiência social igualitária de Belo Monte, liderada por Antônio Conselheiro, recorrendo a temas geradores que possibilitem relacioná-la com o cotidiano camponês da região hoje. Assim, a Romaria mescla elementos do cotidiano sertanejo - mandacaru, sandália de couro, a cabaça -, com depoimentos, cânticos, músicas, apresentações teatrais. As Romarias de Canudos se organizam sob a direção das comunidades eclesiais de base e das Dioceses vizinhas, a partir

de dois referenciais: a fase preparatória, na qual participam agentes pastorais e animadores das CEBs, além de membros de sindicatos, associações; e a fase de definição dos temas geradores de cada romaria, que geralmente são eleitos a partir da realidade local. Das reuniões preparatórias são criadas diversas comissões para divisão de tarefas que viabilizem o sucesso da romaria. No dia da romaria, no final do mês de outubro de cada ano, tem-se a recepção dos romeiros com cantos e saudações, uma peregrinação a pé até o ato litúrgico e das manifestações artísticas. Geralmente, no dia anterior, é reservado a debates, lançamentos de livros e mesas redondas.

Enfatizando o caráter ecumênico que marca os preceitos da Teologia da Libertação, nas comemorações do centenário foram convidados o pastor Djalma Torres, da Igreja Batista de Nazaré (Salvador), a mãe-de-santo Aldenice Vasconcelos (do Terreiro Abassã d'Iansã) e os índios da região - Kiriris de Mirandela, Kaimbés de Massacará e Tuxá de Rodelas.

Vale destacar a insistência dos participantes para que se conserve elementos próprios da espiritualidade romeira, tão bem expressa pelo padre Tiago [Santiago Milan], então pároco de Canudos:

*“O nordestino é romeiro porque a terra e o clima o exigem e porque ele se sente bem desatrelado e sempre recriando e reinventando sua própria existência. O Canudos de hoje se insere nesta cultura sertaneja, resgata o jeito romeiro de Antônio Conselheiro e se torna palco para que a alma e o corpo andarilho e livre se encontrem no lugar onde se instalou uma comunidade de romeiros, a Comunidade de Belo Monte de Canudos”<sup>403</sup>.*

Padre José Wilson Andrade, um dos responsáveis pela documentação e divulgação da Romaria do Centenário de chegada de Antônio Conselheiro em Canudos, reafirma o caráter igualitário da comunidade de Canudos, lembrando que não havia lugar para exploradores e a vontade o povo era respeitada. Os camponeses lá desenvolveram uma

---

<sup>403</sup> FERNANDES, Floriza Maria Sena. **De Belo Monte à Nova Canudos, Do Catolicismo Popular às Comunidades Eclesiais de Base: Uma História de Fé e Resistência**. São Cristóvão: DCS/UFS, 1997 (monografia de graduação), p. 83.

agricultura apropriada ao clima, aproveitando as margens do rio, mas também criavam bodes e ovelhas. Segundo ele,

*“Canudos já é uma inquietação nacional. Sobre a guerra há diversos tipos de literatura, como livros, teses de mestrado e doutorado, literatura de cordel, hinos e músicas, vídeos, filmes, pinturas, esculturas e várias pesquisas. O enfoque das produções mais recentes tem sido na perspectiva dos vencidos”*<sup>404</sup>.

Num libreto comemorativo da chegada de Antônio Conselheiro na região de Canudos, é evidente a associação entre o Exército brasileiro que destruiu a cidade em 1897, com a construção do açude do Cocorobó, que sepultou, à época da ditadura militar, “os fantasmas das denúncias de tanto horror”<sup>405</sup>. Nesta mesma publicação, D. José Rodrigues de Souza, que havia concelebrado a 1ª Missa pelos Mártires de Canudos, afirma que a Romaria do Centenário, em 1993, galvanizou a participação popular com a presença de caravanas de todo o Brasil, pois “Quando se morre por uma causa, aquela causa não morre! Por isso estamos comemorando o Centenário de Canudos”<sup>406</sup>.

Ao focar o centenário do surgimento da experiência camponesa de Canudos, as várias entidades envolvidas na organização da Romaria do Centenário - Igreja Católica (CPT e Sub-regionais 6 e 7 da Regional Nordeste III, da CNBB), Igreja Batista de Nazareth (Salvador), MST, sindicatos dos trabalhadores rurais, Conselho Missionário Indigenista (CIMI), IRPAA, Universidade Federal de Sergipe, Grupo Peregrinos do Nordeste e PALMA - buscavam a experiência social de convivência com o semi-árido, já que a comunidade resistiu à investida do governo, de forma produtiva, vivendo do seu próprio trabalho. No sentido de promover a construção da identidade camponesa neste processo de resistência e de construção, o povo do campo restabelece a afirmação de si, livrando-se das imposições e dos preconceitos do sistema dominante. Os camponeses passam, então, a ser sujeitos do seu presente e protagonistas do seu futuro.

<sup>404</sup> SOARES, Conceição. Cem Anos de Canudos: Conselheiro será homenageado em Sergipe. In: **Jornal da Cidade**. Aracaju/SE, 04/09/1993.

<sup>405</sup> SOUZA, Luiz Eduardo de et. al. **Antônio Conselheiro: Luta pela terra no Nordeste**. Paulo Afonso/BA: Editora Fonte Viva, 1993, p. 32.

<sup>406</sup> SOUZA, D. Rodrigues de. Apresentação. In: SOUZA, Luiz Eduardo de et. al. **Op. Cit.**, p. 5.

Tendo como tema “*100 anos de Canudos: Terra Livre, Povo Livre*”, segundo o Bispo da Diocese de Paulo Afonso, Mário Zanetta, a celebração dos 100 anos de Canudos não pode ser um “saudosismo vazio de um passado sem volta, mas um elemento de reflexão que abra caminhos para o compromisso transformador hoje”. Segundo ele, os valores que motivaram Canudos Ontem estão presentes Hoje na mística da partilha e da comunhão, da organização e da resistência popular e da fidelidade a Deus. Existe na organização temática uma evidente noção da história como “mestra da vida”, quando, por exemplo, no livreto da 1ª Romaria afirma-se “Quem esquece os erros da história corre o risco de repeti-los” ou mesmo na mencionada fala do bispo de Paulo Afonso: “... a organização do povo nas nossas comunidades do sertão, a fim de que a história, ‘mestra da vida’, e as sementes do novo jeito de viver em comunidade se concretizem”<sup>407</sup>.

Concomitantemente, foram comemorados os 100 anos da rebelião de Canudos, na terra de Antônio Conselheiro, com a Sexta Romaria da Terra no Ceará, em Quixeramobim. Segundo os organizadores, ligados à Comissão Pastoral da Terra (CPT), Canudos tem continuidade no mundo atual através das lutas dos trabalhadores rurais pela posse da terra e na busca dos meios para produzir e exercer sua cidadania. Na ocasião, falou aos romeiros o bispo da cidade, dom Adélio Tomazin<sup>408</sup>.

Como participe da Comissão de Símbolos da Romaria do Centenário de 1993, Raimundo Cavalcanti afirma que foi, a partir de sua participação no trabalho desenvolvido nas comunidades indígenas do Ceará - Tremembé e Tapeba - pelas missões católicas, por ocasião do V Centenário da Conquista da América, que surgiu a idéia de estender este debate para o caso de Canudos. Inicialmente, houve o contato com João Arruda, chefe do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará, e depois com os padres Tiago e Wilson da Diocese de Paulo Afonso para aprimorar a idéia. Foi nesta ocasião que se estabeleceu o objetivo de que “a contribuição da comunidade de Quixeramobim desaguasse no Vaza-barris, através de suas organizações, como a CPT” durante o centenário da fundação de Belo Monte, o que aconteceu com a vinda do tijolo de

---

<sup>407</sup> DIOCESE DE PAULO AFONSO et. al. **Canudos: Uma comunidade de fé**. Paulo Afonso: Gráfica Diocesana São Vicente, 1988; INSTITUTO POPULAR MEMORIAL DE CANUDOS. **Almanaque de Canudos 1993**. Paulo Afonso/BA: Editora Fonte Viva, 1993.

<sup>408</sup> In: **Jornal O Povo**. Fortaleza/CE, 24 de outubro de 1993.

adobe da casa onde nasceu Antônio Conselheiro, numa atitude simbólica de se recuperar a memória da luta conselheirista.

A simbologia utilizada nas comemorações de 1993 foi elaborada por uma equipe de teatro e de ornamentação, em que se destacava um boneco de Antônio Conselheiro confeccionado por Raimundo Cavalcanti e a divulgação do artesanato sobre o tema, como o de Mestre Tonho e de Lelo. A mística desenvolvida estava voltada para a natureza do semi-árido baiano, com o objetivo de fortalecer a identidade local através da valorização da flora e fauna da região de Canudos<sup>409</sup>.

Assim, as comemorações do centenário de fundação de Belo Monte devem ser inseridas no contexto da mobilização popular contra o V Centenário da “Descoberta” da América por Cristóvão Colombo, em 1992. Michael Löwy lembra-nos que o debate em torno do V Centenário atravessou a Igreja latino-americana. De um lado, os dirigentes conservadores da Conferência dos Bispos Latino-americanos, como, por exemplo, Antonio Quarracino, então presidente, reafirmara a incondicional celebração da conquista. Por outro lado, representantes da Teologia da Libertação, como Monsenhor Leónidas Proaño, Enrique Dussel, José Oscar Beozzo e Gustavo Gutierrez, propunham uma outra história, encorajando pesquisadores a ler os fatos a partir do reverso da história. Isto se materializou no debate da Comissão para o Estudo da História da Igreja na América Latina (CEHILA), quando propôs comemorar as rebeliões contra a colonização e a escravidão, de Tupac Amaru a Zumbi dos Palmares, além da memória de cristãos que também protestaram contra as classes dominantes de Bartolomé de Las Casas a Oscar Romero<sup>410</sup>.

Em 1993, a fala de um dos próceres da Teologia da Libertação no Brasil, Dom Pedro Casaldáliga, como que coroava a releitura feita pela hierarquia católica sobre Canudos e seu líder, Antônio Conselheiro, iniciada, em 1984, com a primeira Missa pelos Mártires de Canudos:

*“Outubro de 1993. Levantando a poeira, memória e esperança, a Romaria do primeiro centenário de Canudos chega a esta terra estigmatizada como região da seca, chão da morte, domínio de coronéis, a terra proibida do Nordeste.*

<sup>409</sup> CAVALCANTE, Raimundo. **Entrevista com o autor**. Poço Redondo/SE, 1/10/2004 (Fonte Oral).

<sup>410</sup> LÖWY, Michael. El punto de vista de los vencidos en la historia de América Latina: reflexiones metodológicas a partir de Walter Benjamin. In: [www.rebellion.org/](http://www.rebellion.org/).

*Cerca de dez mil pessoas vêm de muita parte. Com muitas bandeiras, mas uma só fê. A Romaria vem para contestar todos esses estigmas, celebrando a memória de Antônio Conselheiro e seu movimento de libertação”<sup>411</sup>.*

Como forma de institucionalizar a memória de Canudos, é criado, em 1993, o *Instituto Popular Memorial de Canudos* (IPMC), com sede na cidade de Canudos. Guardando o Cruzeiro como uma relíquia dos tempos da Guerra, o Instituto é uma espécie de centro cultural, com museu e biblioteca, servindo de espaço de visitação pública. Seu objetivo é trabalhar durante o ano, através de seminários, palestras, publicação de livros, almanaques e revistas, fitas de vídeo e CD de músicas, visando preservar a memória da experiência de vida antes da Guerra de Canudos<sup>412</sup>.

Entre as comemorações da fundação de Belo Monte e o centenário do Massacre de Canudos, os temas das Romarias de Canudos centraram-se no debate sobre a conquista da água (1994), a imagem de Canudos como esperança dos excluídos (1995) e, no caso de 1996, o bordão marcante das Prédicas e falas de Antônio Conselheiro foi o tema gerador: Só Deus é Grande – Força e Vez dos Excluídos em Canudos. Mas o ponto culminante das comemorações foi o centenário do final da Guerra de Canudos, em 1997.

É interessante observar que a memória de Canudos transbordou a região, na medida em que a memória militante do setor progressista da Igreja Católica fincou nos migrantes canudenses em São Paulo a necessidade de lutar frente aos quadros hegemônicos em busca de sua alteridade. Reelabora-se aqui a leitura euclidiana que destaca que o sertanejo é, antes de tudo, um forte como uma forma de auto-afirmação à discriminação. Daí a criação da União Pelos Ideais de Canudos ter surgido em 1992 na cidade de São Paulo e registrada em cartório em 20 de janeiro de 1996. Liderada por migrantes, esta entidade busca resgatar a cultura e a história de Canudos, através de encontros de estudos, festas, festivais de música e visita as famílias canudenses na Grande São Paulo. Mesmo os jovens canudenses que não vivenciaram a cidade de origem, acabam por compartilhar a memória de Canudos, através das atividades do grupo, incorporando-a no seu processo de subjetivação. Neste contexto, o centenário de Canudos obteve ampla repercussão na mídia, o que motivou os migrantes

---

<sup>411</sup> PINHO, Patrícia de Santana. **Revisitando Canudos Hoje no Imaginário Popular**. Campinas/SP, IFCH/UNICAMP, 1996 (Dissertação de Mestrado), p. 138.

<sup>412</sup> SANTOS, José Moacir dos. **Entrevista ao Autor**. Canudos, 26/10/2003 (Fonte Oral).

canudenses a explicitar sua origem de forma mais determinada. Então, a forma do canudense em São Paulo “participar como sujeito é resgatando sua história na dinâmica da memória que brota na inter-relação com o presente para recriá-lo e atribuir sentidos inspirados nos ideais outrora anunciados”<sup>413</sup>.

Neste ano, foi realizada, nos dias 25 e 26 de outubro, a Romaria do Centenário que teve como tema gerador “*Canudos: 100 anos do Massacre no Sertão (1897-1997): Sangue Derramado, Terra Fecundada*”. No folheto elaborado pelo Instituto Popular Memorial de Canudos e distribuído durante a Romaria, pergunta-se por que relembrar os mortos de Canudos, denunciar o Exército, a República, as autoridades da Igreja Católica e enaltecer a figura de Antônio Conselheiro? Em sua leitura da história como “*mestra da vida*”, o folheto alerta-nos para não repetir as mesmas loucuras e resgatar os valores pelos quais outros deram a vida. Ao evocar Canudos, o folheto enumera alguns pontos para reafirmar que “*Canudos não Morreu*”: “Canudos hoje nos convida a rever nossa relação com a terra”; “a rever nossa tradição religiosa”; “a rever nossa relação com os excluídos” e “rever a política” e pergunta: “Como podemos manter vivo Canudos na realidade de exclusão e luta pela terra hoje?”<sup>414</sup>.

Estabelece-se aqui a associação do massacre de Canudos, ao invés de uma Guerra, com as 33 chacinas na área rural nos últimos dez anos, com 197 mortes. Na apresentação do Almanaque de Canudos 1997, Ruben Siqueira afirma que, no dia 5 de outubro de 1997, ao completar os cem anos do massacre de Canudos, persistem as condições que fizeram surgir, ontem, Canudos, e, hoje, o Movimento Sem Terra. “A mensagem de Canudos fica, portanto, cada dia mais atual e necessária. Atravessa os tempos e faz seguidores a ousadia dos conselheiristas, de recriar, nas entranhas do latifúndio, a comunidade dos primeiros cristãos, onde a única lei era a do amor, pela qual os bens eram partilhados em benefício de todos”<sup>415</sup>. Daí o Almanaque ser dedicado à questão da terra e da reforma agrária.

É interessante repensar aqui as observações elaboradas por Roberto Da Matta no que se refere ao peregrino como capaz de produzir uma outra realidade, ou seja, um projeto

<sup>413</sup> SILVA, José Roberval Freire da. Migrantes Canudenses em São Paulo: A Memória num Contexto de Discriminação. In: <http://www.portfolium.com.br/artigo-roberval.htm>. Capturado em 13/07/1999.

<sup>414</sup> INSTITUTO POPULAR MEMORIAL DE CANUDOS. **Romaria do Centenário do Massacre 1897-1997** (Folheto de divulgação).

<sup>415</sup> SIQUEIRA, Ruben. Canudos Outra Vez e Sempre. In: INSTITUTO POPULAR MEMORIAL DE CANUDOS. **Almanaque de Canudos 1997**. Paulo Afonso/BA: Editora Fonte Viva, 1997.

alternativo. O peregrino reza e caminha em busca da terra da promessa, onde os homens e mulheres finalmente encontrarão um lugar para realizar seus sonhos de justiça social. Segundo o antropólogo, o “renunciador promete um mundo novo, um universo social alternativo, como o fez Antônio Conselheiro e, em escala menor, todos os nossos cangaceiros e bandidos sociais”<sup>416</sup>.

Assim, nas Romarias de Canudos, a Igreja Católica recupera esta leitura em que a sua principal tarefa foi difundir o reconhecimento do direito ao passado enquanto dimensão básica da cidadania. A recuperação da tradição oral acaba por inspirar a possibilidade de uma memória instituinte que objetiva, no contexto das comemorações, propor o igualitarismo da experiência social desenvolvida por Antônio Conselheiro e uma possibilidade de poder alternativo no seu confronto com a ordem coronelística vigente à época. Nesta perspectiva, a fala de Padre Tiago, então pároco de Canudos e um dos mentores da Romaria de Canudos, é emblemática:

*“Quando a história sai dos tratados e dos escritos formais para chegar à cabeça, ao coração e as mãos dos poetas populares, podemos ter uma certeza: essa história se transformou em MEMÓRIA que além de trazer o passado para o presente, faz do passado força para construir o futuro”<sup>417</sup>.*

A forma ritual como a sociedade vive, se pensa e se transforma também está representada nas Marchas do MST, especialmente a de 1997, quando há uma confluência entre a política e religião no Brasil, através da conversão simbólica de uma peregrinação em vitória política, na medida em que unificou numa mesma manifestação as formas da parada militar, procissão religiosa, comício político, show artístico, festa e carnaval. Assim, houve uma apropriação da antiga tradição das romarias pelos acampados e assentados do MST em suas caminhadas às cidades e aos centros de poder<sup>418</sup>.

Então, os centenários da Guerra de Canudos deram ensejo a uma intensificação de atividades relacionadas à memória, acentuando nas correntes político-ideológicas em confronto uma visão positiva do movimento de Antônio Conselheiro e uma visão negativa

<sup>416</sup> DA MATTA, Roberto. **Carnavais, Malandros e Heróis**. Rio de Janeiro, Zahar, 1979, p. 206.

<sup>417</sup> In: **Relatório da III Assembléia do Instituto Popular Memorial de Canudos**. Canudos/BA: IPMC, 1996.

<sup>418</sup> PEIRANO, Mariza. **Rituais ontem e hoje**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

das ações do exército e do governo<sup>419</sup>. Isto pode ser percebido ao longo dos anos 1990, quando o tema de Canudos ajudou a fomentar a visibilidade da questão agrária e da luta do MST na mídia. Ao intensificar o trabalho de sensibilização da população urbana, o movimento conseguiu ampliar o debate sobre a questão agrária, mostrando que a democratização da terra é fundamental para resolver problemas sociais tanto no campo quanto na cidade. Daí o MST, a partir do seu III Congresso Nacional (1995), adotar a palavra de ordem "*Reforma Agrária, Uma Luta de Todos*"<sup>420</sup>.

Os trágicos acontecimentos que resultaram nos massacres como os de Corumbiara (RO), em agosto de 1995, e de Eldorado dos Carajás (PA), em abril de 1996, forçaram os meios de comunicação a discutirem a questão agrária e houve uma imediata associação entre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e Canudos. Na fala do diretor de teatro, Antunes Filho, "*Canudos é oportuno porque permite discutir o problema dos sem-terra*"<sup>421</sup>. Contudo, a maior cobertura da mídia aconteceu por conta da marcha à Brasília, em abril de 1997, quando o MST ocupou a primeira página dos jornais e revistas de maior circulação no país. Segundo a revista **Veja**, alusiva à Longa Marcha, "malvestidos (*sic*) e enfezados, os sem-terra lembram os fanáticos de Antônio Conselheiro. Cultivam um ideário em que o sandinismo se mistura com o zapatismo e a Teologia da Libertação"<sup>422</sup>.

Não podemos esquecer ainda o sucesso do filme **Guerra de Canudos**, dirigido por Sergio Rezende, lançado no contexto das comemorações do centenário do final da Guerra de Canudos, quando se estabelece, na imprensa brasileira, a ponte entre as vítimas do massacre de Eldorado dos Carajás e as de Canudos. Mesmo antes de iniciar a filmagem, o próprio diretor do filme reafirma esta associação quando retrata uma mãe (Marieta Severo) que perde sua terra e sai atrás do Conselheiro. Em suas palavras, "No fundo, mesmo quando não é o tema central, uma obra que fale do Brasil tem que falar da questão". Na mesma reportagem Frei Betto diz que "Cada vez que um massacre desses acontece, somos obrigados a recordar essas imagens. Enquanto o governo continuar de frente para o

---

<sup>419</sup> ZILLY, Berthold. Literatura e Memória de Canudos (Resumo). Konstanz, Alemanha, dezembro de 1997.

<sup>420</sup> MENDONÇA, Maísa. O MST e a mídia. In: <http://www.mst.org.br>.

<sup>421</sup> MEDEIROS, Jotabê. Saga de Canudos ressurgiu da fê das cinzas. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 4 de agosto de 1996, Caderno 2.

<sup>422</sup> A Longa Marcha. In: **Veja**. Ano 30, nº 15, Edição 1491, Editora Abril, 16 de abril de 1997.

Primeiro Mundo e de costas para o Terceiro, essa cena euclideana continuará a se repetir”<sup>423</sup>.

Na Agenda 97 do MST, Sanuza Motta reafirma a imagem de Canudos como exemplo da reforma agrária e de experiência igualitária:

*“A luta de Canudos  
É chama ardente na  
memória  
De toda classe  
trabalhadora  
Que faz esta história  
Impulsionada pelo anseio  
De alcançarmos a vitória*

*Este país é regido  
Pelo selvagem capitalismo  
Latifúndios e empresários  
Com todo o seu cinismo  
Camponeses e operários  
Com um forte otimismo  
Brota o verde do galho  
seco  
Viva o socialismo”*.

Ressalte-se que a associação entre a luta de Antônio Conselheiro com a do MST hoje permanece nas próprias lideranças do movimento social, como no caso de José Rainha, líder do MST na região do Pontal do Paranapanema. Em entrevista publicada pela revista **Veja**, ele afirma que “Canudos foi um dos maiores acampamentos que já tivemos”. Ainda que tente desqualificar suas afirmações, a reportagem afirma que a resistência casa em casa dos defensores de Canudos encontra poderosa ressonância entre os militantes de esquerda, daí a idéia presente nas palavras de José Rainha de reviver Canudos. Segundo

---

<sup>423</sup> A Cultura de Carajás. In: **Jornal do Brasil**. 29 de abril de 1996.

ele, o Conselheiro o inspira por ser um organizador de massas. Em suas palavras, “Antônio Conselheiro não se entregou nem foi morto pelo governo. A burguesia amarela quando falo que vou fazer uma nova Canudos”<sup>424</sup>.

Como a linguagem é processo e disputa política, nesta reportagem, pode-se ver, entretanto, que a mesma associação entre a experiência de Canudos e o MST possibilita uma manobra retórica na qual “a baderna gerencia o discurso da luta pela terra, o de que os excluídos causam ameaça à ordem e paz nacionais e o de que não há legalidade nas estratégias de mobilização popular do campesinato”. Assim, existe uma formação discursiva que associa os movimentos sociais do campo com criminalidade e satanização, objetivando o apagamento dos sentidos reivindicatórios legítimos por eles instalados. O acontecimento discursivo de Canudos construído pelas classes dominantes cristaliza um sentido no qual a história faz retornar ao mesmo, isto é, recorre-se ao recurso da paráfrase. Mas novas pesquisas fazem que com repensemos a tentativa do apresamento do sentido literal elaborado pela intelectualidade e a imprensa no final do século XIX, pois, com as pesquisas em torno da oralidade e da história popular, vemos explosões e ramificações dos efeitos de sentido<sup>425</sup>.

Como ressaltam Leda Tfouni e Lucília Romão, partindo do massacre de Canudos, cristaliza-se “o dizer que desqualifica a mobilização política e, em seu lugar, narra perigo à nação, a ilegalidade, a desordem e o fanatismo. Tal sentido dominante oficializou a retórica da satanização e criminalização que hoje se atribui aos fatos realizados pelo MST. Cabe aos leitores de plantão interpretar o que esse discurso significa e a quem ele serve”<sup>426</sup>.

Em contraposição, na leitura que o MST elabora da epopéia de Canudos, presente em cartilha comemorativa ao centenário, Antônio Conselheiro é o líder sertanejo que desafiou a Monarquia, a República e os coronéis para fincar nas terras de um grande latifúndio baiano, as raízes de uma comunidade com características igualitárias. Nesta direção, o modo de vida no antigo arraial está representado hoje pelo sonho do socialismo no campo, e Conselheiro como mártir desta luta. Neste sentido, a história de Canudos faz parte da tradição rebelde brasileira, que renasce nas lutas do Contestado, na divisa de Santa

---

<sup>424</sup> SALGADO, Eduardo & PERES, Leandra. O Beato Rainha. In: **Veja**. Ano 36, nº 24, 18 de junho de 2003, p. 72-80.

<sup>425</sup> TFOUNI, Leda Verdiani & ROMÃO, Lucília Maria Souza. O Discurso sobre Canudos e a retórica do massacre. In: **Terra Livre**. São Paulo, ano 18, n. 19, p. 243-256, jul./dez. 2002 [p. 246].

<sup>426</sup> Idem, p. 256.

Catarina e Paraná, nas Ligas Camponesas, nas ULTABs (União dos Trabalhadores Agrícolas do Brasil), lideradas pelo Partido Comunista Brasileiro nas décadas de 1950 e 1960, nos Sindicatos de Trabalhadores Rurais e desemboca no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Apoiando-se na historiografia marxista, especialmente as obras de Rui Facó e Edmundo Moniz, o MST vai contar a história de Canudos pelo viés da luta pela terra, repassando-a às escolas de centenas de acampamentos existentes no Brasil, através de cartilhas. Assim, a luta de Antônio Conselheiro serve de fermento e ideal para a atuação hoje do MST, “até que o sonho do povo trabalhador de Canudos se realize: que se dividam as terras, que se realize a Reforma Agrária e que se organize uma sociedade mais justa e igualitária no Brasil”<sup>427</sup>.

Vimos no capítulo anterior que Clóvis Moura legitima essa afirmação, ao propor que, em Canudos, desenvolvia-se uma economia comunitária e alternativa auto-suficiente que se contrapunha as relações sociais da estrutura latifundiária existente no resto da região. Daí haver a possibilidade da experiência de Canudos servir de modelo a outras comunidades. O ódio e o temor dos fazendeiros e das autoridades vinham do medo do crescimento da liderança de Antônio Conselheiro e da sua solução para a questão agrária no Brasil, através da constituição de um conjunto de comunas camponesas. Moura propõe uma continuidade entre essa experiência e o MST, na medida em que, através da prática de seus militantes, vemos ressurgir a “formação de um conjunto de unidades camponesas autônomas através de ocupações, mas que se constituirão em uma unidade maior capaz de neutralizar ou fazer desaparecer o latifúndio através da reforma agrária auto-sustentada pelo próprio Movimento Sem Terra”<sup>428</sup>.

Para este historiador, o significado de Canudos pode ser igualado com outros movimentos de ruptura radical com o sistema de dominação e que conseguiram abalar a sua estrutura: Palmares, no Brasil colônia e a Cabanagem, no Brasil império. Assim, nestes três momentos os escravos e depois a plebe rebelde passaram a ser “agentes sociais dinâmicos”, demonstrando que somente através desse radicalismo “o Brasil poderá

---

<sup>427</sup> MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Canudos Não Se Rendeu: 100 anos de luta pela terra**. São Paulo, s/ed., 1993.

<sup>428</sup> MOURA, Clóvis. **Sociologia Política da Guerra Camponesa de Canudos: Da destruição de Belo Monte ao aparecimento do MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2000, p. 40 e 52-53.

reformular os pólos de poder e articular politicamente um novo ordenamento social no qual os oprimidos e excluídos poderão ser os atores dinâmicos da História”<sup>429</sup>.

Há também uma ênfase na cultura popular, especialmente a tradição oral, para o “*religamento*” das raízes físicas e sentimentais na retomada da luta pela terra. Daí a necessidade de se conversar com os descendentes da luta de Antônio Conselheiro e do Cangaço como símbolos da resistência da “cultura dos refugados pelos capital”. Segundo Ademar Bogo, a memória constitui-se, assim, em um dos pilares para se resgatar a dignidade do ser humano e da terra, pois ela representa “a ponte que vem do passado e nos leva rumo a construção do futuro”<sup>430</sup>.

Após as comemorações dos centenários (1993-1997), houve um refluxo na participação do MST, nas Romarias de Canudos. Talvez porque as condições históricas de organização popular em Canudos difiram das concepções defendidas pelo MST, em sua experiência histórica de luta pela terra, principalmente por sua proposta de realizar um grande acampamento na cidade para posterior desapropriação. No caso da região de Canudos, há um tradicional usufruto coletivo da terra, através das chamadas áreas de “*Fundo de Pasto*”, o que inviabilizou a proposta inicial do MST<sup>431</sup>.

Apropriando-se do imaginário do sertão paraíso das barrancas de cuscuz e rios de leite, enraizado no folclore e na tradição milenarista, a imagem de Belo Monte como “*terra da promessa*” é revalorizada pelo igualitarismo socialista como uma experiência comunitária de ‘partilha’ de tudo o que era produzido<sup>432</sup>.

Essa apropriação se explica, em parte, porque o significado de determinado símbolo cultural é atribuído, em parte, pelas práticas sociais às quais se articula, pois o que “*importa não são os objetos culturais intrínseca ou historicamente determinados, mas o estado do jogo das relações culturais*”<sup>433</sup>. Nos anos 1990, com o avanço da luta social pela posse da terra, especialmente o do MST, o significado de Canudos pode ser relido, tornando-se um símbolo nacional da reforma agrária - “Canudos era um oásis no deserto da fome brasileira”

---

<sup>429</sup> Idem, p. 54.

<sup>430</sup> **O MST e a Cultura**. São Paulo: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 2000 (Caderno de Formação n° 34), p. 27.

<sup>431</sup> ZAMBOM, Cirila. **Entrevista ao autor**. Uauá/BA, 24 de abril de 2004 (Fonte Oral).

<sup>432</sup> SILVA, José M. de Oliveira. **Rever Canudos: Historicidade e Religiosidade Popular (1940-1995)**. São Paulo, FFLCH/USP, 1996 (mimeo), p. 237.

<sup>433</sup> HALL, Stuart. Notas sobre a Desconstrução do Popular. In: HALL, Stuart. **Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais**. Belo Horizonte/MG: Editora da UFMG, 2003, p. 258.

- e sua comemoração – festa, celebração, solenidade – possibilitou discutir a disputa em torno do controle do passado, mostrando que a memória é também uma questão de poder.

Como ressalta Walnice Nogueira Galvão, a encenação de *Os sertões*, de Euclides da Cunha, feita por José Celso Martinez Corrêa, no Teatro Oficina (2003-2004), vai no mesmo sentido, pois a “todo momento assistimos à ressurreição do cangaceiro como justiceiro vindicatório do povo, ou então à revalorização da “cultura beata” como igualitária e redistribuidora”<sup>434</sup>.

Então, os historiadores precisam reconsiderar a relação entre imaginação histórica e a nova consciência comemorativa para traçar os contornos das estruturas novas da memória, na medida em que as comemorações ocupam um lugar central no universo político contemporâneo, pois contribuem para definir identidades e as legitimidades políticas, cujos resultados podem parecer consensuais quando eles são, de fato, o produto de processos de intensa contestação e luta<sup>435</sup>.

Assim, com a busca da construção da identidade camponesa no processo de resistência e de construção, os canudenses restabelecem a afirmação de si, livrando-se das imposições e dos preconceitos do sistema dominante. Os camponeses passam, então, a ser sujeitos do seu presente e protagonistas do seu futuro. É nesta perspectiva que as comemorações dos centenários da Guerra de Canudos possibilitaram aos movimentos sociais - Movimento Popular e Histórico de Canudos (MPHC) e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), sindicatos dos trabalhadores rurais, Igreja Católica e a organismos não-governamentais - a construção da experiência camponesa de Canudos como símbolo da reforma agrária. A memória da Guerra de Canudos era relida visando evidenciar sua atualidade no contexto das lutas sociais na contemporaneidade.

---

<sup>434</sup> GALVÃO, Walnice Nogueira. Metamorfoses do Sertão. In: ESTUDOS AVANÇADOS 18 (52), 2004, p. 390.

<sup>435</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes. História Oral, Comemorações e Ética. In: **Projeto História**. São Paulo, (15), abril 1997, p. 157; GILLS, John R. – Introduction: Memory and Identity: the history of a relationship. \_\_\_\_ (dir.). **Op. cit.**, p. 5.

*CAPÍTULO 5:*  
*MNEMOTROPISMO NO SERTÃO DO CONSELHEIRO*

*“Canudos é um monumento da nossa identidade e que vai resistir sempre, enquanto tiver vida por ali, vão gritar que Canudos é um marco da história do Brasil”.*

Raimundo Cavalcanti<sup>436</sup>

Esta epígrafe, coletada em entrevista com um dos organizadores da parte cultural da Romaria do Centenário de Canudos (1993), traz em seu bojo determinada noção de “monumento”, que nos ajudam a pensar o modo como as sociedades ocidentais assumiram sua relação com a temporalidade e construíram sua identidade. Esta idéia de “monumento” remete à origem etimológica do termo latim *monumentum*, que deriva, por sua vez, de *monere* (“advertir”, “lembrar”). Então, aqui o monumento busca memorizar algo importante para a sociedade a qual está vinculado e exerce uma função identitária. Isto reforça que o monumento é, nesse caso, mediado pela memória e pela história.

Françoise Choay problematiza o culto que se rende hoje ao patrimônio histórico, analisando, entre os bens incomensuráveis e heterogêneos do patrimônio histórico, o representado pelas edificações. A autora busca compreender o declínio do papel do monumento, entendido em seu sentido original, no âmbito das sociedades contemporâneas. Segundo ela, a progressiva extinção da função memorial do monumento pode ser explicada, de um lado, pela importância crescente adquirida ao conceito de arte nas sociedades ocidentais, a partir do Renascimento, e, por outro, pelo desenvolvimento, aperfeiçoamento e difusão das memórias artificiais, como é o caso da fotografia, do cinema, da televisão, da mídia digital<sup>437</sup>.

Então, por que, nas últimas décadas, assiste-se a uma revalorização das práticas e usos da memória, transformando-a em uma verdadeira “indústria”? Como explicar a reapropriação do patrimônio histórico pelo turismo cultural? Em que medida podemos pensar se houve, em função da intensa demanda por produtos histórico-culturais na cultura

<sup>436</sup> CAVALCANTI, Raimundo. **Entrevista ao autor**. Poço Redondo/SE, 01/10/2004 (Fonte Oral).

<sup>437</sup> CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade/Editora da UNESP, 2001.

contemporânea, uma democratização da herança cultural, com a inclusão de espaços de memória dos setores subalternos da sociedade?

Podemos identificar o mnemotropismo das diversas sociedades modernas no âmbito da “*crise do presentismo*”, do apagamento das marcas e a diluição das identidades, como oposição à aceleração da história, ocasionada pela ruptura entre passado e presente. Os monumentos e lugares de memória cooperam para a formação da identidade individual e coletiva, enquanto senso de continuidade do tempo num contexto de fragmentação. Daí a preocupação contemporânea de institucionalizar a memória. Discutir a memória nos conduz ao debate sobre a sua relação com o poder, pois, legitimando-o ou deslegitimando-o, a recordação se materializa nos objetos e lugares que gerem a memória. Deste modo, o historiador da memória não pode deixar de lado a política de memória do Estado, na medida em que as lutas políticas elaboradas em sua construção transparecem nas representações do passado no cinema, na literatura, nos livros didáticos, nos museus e institutos de pesquisa.

A paixão memorial pode ser, assim, explicada como uma rejeição da representação que fazemos dos modos de nossa identidade atual, projetando no passado e, ao mesmo tempo, no futuro uma imagem que é construída através de arquivos, monumentos, objetos, ruínas e vestígios. A elaboração do patrimônio liga-se ao movimento das memórias e acompanha a construção das identidades, pois é mais um conteúdo que uma prática de memória obediente a um projeto de afirmação para si. Este projeto é destinado a permanecer inacabado, na medida em que o patrimônio participa do fenômeno geral do esmigalhamento das memórias, que, como as identidades por elas moldadas, são mais e mais particularizadas: memórias locais, regionais, profissionais ou grupais. Incontestavelmente, a sensibilidade patrimonial é exacerbada em sociedades que experimentam uma mutação acelerada preocupadas com a possível perda de seus valores e o conseqüente risco de esquecimento<sup>438</sup>.

O patrimônio aparece como uma ferramenta de formação identitária, um instrumento de afirmação e legitimação de grupos sociais e, ainda, como estratégia para a captação de recursos, resultando de um “processo de reconhecimento e selecção de determinados referentes, projectando-se e encontrando a sua justificação numa valorização

---

<sup>438</sup> CANDAU, Jöel. *Mémoire et identité*. Paris: Presses Universitaires de France, 1998, p. 156-162.

que remete para o seu carácter simbólico, isto é, com a sua necessidade de preservação em virtude do significado que encerra para o colectivo, bem como para a sua rentabilidade social, ou seja, a sua utilidade e funcionalidade no plano social e económico”<sup>439</sup>.

Assim, dada a natureza construída e representacional do património, não se pode pensá-lo desvinculado do momento histórico em que foi produzido e construído, bem como dos seus regimes de significação. Então, o património é uma construção social, historicamente determinada, e em permanente reconfiguração. Deste modo, seguindo a proposta de Pierre Nora, podemos afirmar que a identidade, a memória e o património são as três palavras-chave da consciência contemporânea.

Atualmente, os historiadores se movem num ambiente intelectual marcado por estes temas e, do ponto de vista metodológico, o recurso crescente à história oral em História Contemporânea. Isto talvez possa ser explicado, de um lado, por um certo desnorreamento causado pelo atual excesso de informação que resulta numa superabundância de acontecimentos. De outro, há uma determinada visão que reiteradamente propõe que vivemos num mundo bastante distinto do que o precedeu, além de transformar-se a um ritmo tão alucinante, que a história se teria tornado irrelevante. O que traz uma espécie de amnésia coletiva. Além disso, as referências familiares, religiosas, partidárias e nacionais de que dispunham os indivíduos para a construção identitária encontram-se seriamente abaladas pelas transformações do século XX. Em consequência, há uma “forte crise ligada à perda das identidades: o que se busca nos ‘lugares da memória’ são signos visíveis do que costumávamos ser, é tentar descobrir o que somos pela constatação do contraste com o que já não somos”<sup>440</sup>.

A medida em que desaparece a memória tradicional, a sociedade sente a necessidade de acumular vestígios, testemunhos, documentos, imagens, enfim, sinais visíveis do que foi. Segundo Pierre Nora, o “sentimento de um desaparecimento rápido e definitivo combina-se à preocupação com o exato significado do presente e com a incerteza

---

<sup>439</sup> ANICO, Marta. PATRIMÓNIO, TURISMO E POLÍTICAS CULTURAIS AUTÁRQUICAS. CONFLITUALIDADE OU CONVERGÊNCIA DE INTERESSES? In: *IV CONGRESO VIRTUAL DE ANTROPOLOGÍA Y ARQUEOLOGÍA NAYÁ*. Octubre del 2004. Capturado no endereço eletrônico <http://www.naya.org.ar/congreso2004/autores.htm>.

<sup>440</sup> CARDOSO, Ciro Flamarion. Tempo e História. In: *Cuadernos Digitales: Publicación Electrónica de Historia, Archivística y Estudios Sociales*. N. 24, noviembre de 2004, Universidad de Costa Rica, Escuela de Historia. Capturado no endereço eletrônico: <http://www.fcs.ucr.ac.cr/~historia/cuadernos/c-24his.pdf> em 1/9/2005.

do futuro para dar ao mais modesto dos vestígios, ao mais humilde testemunho a dignidade virtual do memorável”<sup>441</sup>. Como já mencionado, os lugares da memória são, antes de tudo, restos, vestígios. Se não há memória espontânea, é necessário criar arquivos, museus, centros de documentação. O conceito de “*lugar de memória*”, proposto por Nora, pode, então, oferecer a possibilidade do diálogo com a elaboração do significado do passado como experiência coletiva de formação da cultura e da sociedade, com suas contradições e conflitos simbólicos e sociais.

Em suma, utilizando as palavras de Nora:

*“É por isso a defesa pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz do que levar à incandescência a verdade de todos os lugares de memória. Sem vigilância comemorativa, a história depressa as varreria. (...) Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que elas envolvem, eles seriam inúteis. E se, em compensação, a história não se apoderasse deles para deformá-los, transformá-los, sová-los e petrificá-los eles não se tornariam lugares de memória. É este vai-e-vem que os constitui: momentos de história arrancados do movimento da história, mas que lhe são devolvidos. Não mais inteiramente a vida, nem mais inteiramente a morte, como as conchas na praia quando o mar se retira da memória viva”<sup>442</sup>.*

Deste modo, os lugares de memória aparecem como um espaço de relações objetivas e subjetivas que se instalam entre os diversos atores sociais, na medida em que reconstruir a “*memória*” é estabelecer enfrentamentos simbólicos entre formas diversas de interpretação do passado e a possibilidade de manipulações elaboradas no presente.

Na região do Sertão de Canudos, é perceptível o impacto nos modos tradicionais de vida da região com a aceleração da história desencadeada pelo processo de modernização. No início dos anos 1960, uma reportagem do jornalista Carlos Gaspar para a série televisiva *A Grande Jornada* traduz esse sentimento do povo sertanejo ante o impacto da construção do açude do Cocorobó na memória coletiva dos habitantes da região da Velha Canudos.

---

<sup>441</sup> NORA, Pierre. Entre Memória e História. A problemática dos lugares. In: **Projeto História**. São Paulo, n. 10, dezembro de 1993, p. 14.

<sup>442</sup> Idem, p. 13.

Isto pode ser percebido na fala de José Ciríaco e nos despojos da guerra que o último combatente guarda em sua pequena casa. Preocupado em relatar suas experiências para as crianças de Canudos, José Ciríaco encontra-se, cotidianamente, com os meninos que lhe trazem balas de canhão ou mesmo restos de balas para que ele lhes conte a sua história ao pé do cruzeiro construído no que restou da igreja de Conselheiro<sup>443</sup>.

Na mesma época, um belo poema de J. Aras também expõe esse sentimento presente na comunidade sertaneja:

*“A Nação reconhecerá o passado obscuro  
 Imortalizaste Canudos - Belo Monte!  
 Pelas águas do Cocorobó, a grande fonte  
 Tu serás coberto, mas não a tua história  
 Como herói, teu nome será lembrado  
 Na audácia dos jagunços, na fúria dos soldados  
 Nas fitas de cinema, nos ‘bronzes da memória’...”<sup>444</sup>.*

O forte misticismo da população canudense se fez presente nas chuvas torrenciais do mês de março de 1969, antecipando a inundação da vila de Canudos, prevista para o ano vindouro. À época, a vila vinha sendo, desde 1967, abandonada e restavam das façanhas heróicas de Antônio Conselheiro apenas duas testemunhas: além do Museu de J. Aras, a figura de Sancho Boaventura, que lutou, como guia, na Guerra de Canudos ao lado das tropas do General Savaget. Segundo as palavras de Isidro Duarte, “a imposição do desenvolvimento foi antecipada pela imposição da natureza. As chuvas chegaram antes, inundando a pequena cidade, sepultando a sua história”. Segundo a mesma reportagem, “A história agora só poderá ser contada pelos livros e pelos poucos habitantes que restaram da antiga vila de Canudos. Antônio Conselheiro, seus fanáticos são, talvez, histórias para serem contadas nas calçadas das novas casas. A água destruiu, a palavra é a única lembrança”<sup>445</sup>.

<sup>443</sup> GASPAR, Carlos. **Um sino dobra em Canudos**. 1962 (P& B). Documentário consultado na Cinemateca do Instituto de Documentação da Fundação Joaquim Nabuco (97.332.06).

<sup>444</sup> SARA, José. Defendendo o Conselheiro. In: **Meu folclore**. Euclides da Cunha, Museu do Arraial Bendengó, 3ª ed., 1963, p. 56.

<sup>445</sup> DUARTE, Isidro. Canudos: Uma História Encerrada. In: **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 26 de março de 1969.

Preocupado com a preservação da história e da memória da região, J. Aras construiu, ao longo dos anos, um rico acervo, constituído de uma pequena biblioteca e uma coleção de fotografias, destacando-se a do citado José Ciríaco e de Maria Biscoito. Com os despojos da Guerra, ele montou um museu particular localizado no povoado Bendegó/BA: *Museu da Guerra de Canudos*. Após sua morte, em 18 de outubro de 1979, este acervo passou a fazer parte da Fundação Cultural José Aras, instalada na cidade de Euclides da Cunha/BA. Além dessa iniciativa, J. Aras concluiu, em 1978, uma história de sua cidade, com o objetivo de torná-la mais conhecida, já que ela presenciou importantes acontecimentos da história do Brasil, e estimular estudiosos que busquem novos subsídios. Há neste livro, recentemente editado, uma rica tradição oral coletada pelo autor ao longo de sua vida, especialmente sobre a Guerra de Canudos, não raro registrada também em seus cordéis<sup>446</sup>.

Assim sendo, as afirmações do jornalista de que Canudos era uma história encerrada ou sepultada não se concretizaram, pois a luta pela construção da memória histórica da Guerra de Canudos, tal como uma *fênix*, ressurgia com a iniciativa de Manuel Travessa de construir, em 1980, um *Museu Histórico de Canudos* no povoado de Alto Alegre, município de Canudos/BA, defronte ao açude de Cocorobó.

A partir dos anos 1980, diversas iniciativas memoriais podem ser observadas não só no Brasil, mas em diversas partes do mundo. No caso brasileiro, às vezes caracterizado como um “*povo sem memória*”, há, em curso, uma instigante mudança nas batalhas travadas em nome da preservação da memória, quando diversos grupos sociais começam a se dar conta de que também têm uma história para contar e que ela, silenciada até então, precisa ser construída por meio de narrativas próprias e transmitida através de práticas e instituições sociais. Para compreender as batalhas em torno da memória, faz-se mister perceber que há uma reivindicação identitária de grupos sociais antes marginalizados na história - camponeses, mulheres, negros, operários, homossexuais etc - no processo de transição à democracia no Brasil. Ao contrário da memória oral, fluida, falível e transmitida entre gerações, a memória que encontramos nos museus e memoriais “é uma memória coletiva, resultado da consolidação de diversos discursos, é uma memória que utiliza

---

<sup>446</sup> ARAS, Lina. José Aras: A Voz do Filho da Seca. In: **A Tarde**. Salvador, 21 de agosto de 1993, p. 2-3; ARAS, José. **No Sertão do Conselheiro**. Salvador: Contexto & Arte, 2003.

autenticidade da cultura material e narrativas da história, procurando proporcionar continuidade e segurança frente às inconstâncias da vida cotidiana moderna”<sup>447</sup>. Os segmentos marginalizados têm reivindicado plenos direitos de cidadania, com o reconhecimento de identidades diferenciadas, fazendo com que a memória deixe de ser reduzida a um patrimônio comum de todos os cidadãos.

Esse intenso “*desejo de memória*” da sociedade brasileira, em seu processo de construção democrática, tem se manifestado em uma bulimia patrimonial que responde a uma demanda social em direção ao passado, resultado do profundo mal-estar em relação ao *presenteísmo* das sociedades contemporâneas. Essa obsessão do presente com relação ao passado se materializou, no contexto das comemorações do centenário da Guerra de Canudos, na constituição de “*lugares da memória*”, como o *Parque Estadual de Canudos* (PEC) pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), o *Museu Histórico de Canudos*, de Manuel Travessa, e o *Instituto Popular Memorial de Canudos* (IPMC), vinculado à Igreja Católica, visando curar as feridas provocadas pelo passado. Não podemos esquecer também a criação do *Memorial Antônio Conselheiro* em Quixeramobim (CE), terra natal do líder canudense. Assim, entendo por Sertão do Conselheiro aqueles lugares em que o beato passou e deixou rastros na memória das cidades e que hoje relembram sua passagem. Ao desconstruir as narrativas presentes nos “*lugares de memória*” da Guerra de Canudos, minha intenção é colocar em evidência de que as construções identitárias são instrumentos de poder, especialmente em seus confrontos com a história e a memória nacionais.

Assim, a valorização social do patrimônio expõe a apropriação dos vários agentes locais e regionais na ativação do patrimônio cultural, especialmente pelos poderes instituídos. A busca de uma rentabilidade simbólica por parte dos governos locais e estaduais visa, ao mesmo tempo, a legitimação das suas opções políticas, bem como uma visão de rentabilidade econômica, na medida em que o patrimônio aparece como fator de promoção local e captação de fluxos turísticos e, como consequência, de desenvolvimento

---

<sup>447</sup> SANTOS, Myriam Sepúlveda dos. Entre o Tronco e os Atabaques: A Representação do Negro nos Museus Brasileiros. In: **Colóquio Internacional O Projeto UNESCO no Brasil: uma volta crítica ao campo 50 anos depois**. Capturado no endereço eletrônico em 2004: [http://www.ceao.ufba.br/unesco/13paper-myrian.htm#\\_ftnref10](http://www.ceao.ufba.br/unesco/13paper-myrian.htm#_ftnref10).

local. Em ambos os casos, apostar no patrimônio consiste basicamente em interesses político-eleitorais, destinados à legitimação social do poder vigente<sup>448</sup>.

Por outro lado, não podemos esquecer a intensa negociação entre os poderes constituídos e a sociedade envolvente, pois esta valorização faz com que as populações reclamem a constituição de elementos patrimoniais percebidos como símbolos das suas vivências singulares. Talvez isso possa explicar, em parte, que a submersão da cidade de Canudos sob as águas do açude fez com que, ao contrário do que se propunha o Estado autoritário, cujo objetivo era apagar da memória popular lembranças de sua história, emergisse, além da busca de se constituir lugares de memória na região nordestina, uma intensa produção cultural, abordando o tema de diferentes modos e versões.

### *Parque Estadual de Canudos*

Seguindo as pistas deixadas por um dos idealizadores do Parque Estadual de Canudos, Edivaldo Boaventura, podemos afirmar que o Parque Estadual de Canudos se insere no processo de absorção da Guerra de Canudos pela sociedade brasileira, no sentido mesmo da necessidade do pedido de *perdão*. Por outro lado, sua proposta se aproxima de uma idéia de turismo cultural como ferramenta para o desenvolvimento local, em que se respeitem os direitos comunitários dentro do turismo.

A visita de Boaventura à praia do desembarque na Normandia, em França, em 1965, quando das comemorações dos vinte anos do término da guerra, serviu de inspiração para a preservação dos locais dos confrontos entre conselheiristas e as forças federais. Além dos cenários históricos de campos de batalha na Europa (Arromanches e Waterloo), foi importante sua visita ao Parque Nacional Militar de Gettysbourg, na Pensilvânia, Estados Unidos, na medida em que, como Canudos, ele também guardava extraordinária lição civil e militar “pelo conhecimento das manobras que decidiram a Guerra Civil americana”, verdadeira guerra fratricida<sup>449</sup>.

---

<sup>448</sup> ANICO, Marta. **Op. Cit.**

<sup>449</sup> BOAVENTURA, Edivaldo M. O Parque de Canudos - Um Encontro da História com a Ecologia. In: **Revista da FAEEBA (Faculdade de Educação do Estado da Bahia)**. 2ª ed. Salvador: Ano IV, UNEB, número especial (Canudos), 1995, p. 176.

Também sua experiência na criação do primeiro parque estadual em Cabaceiras do Paraguaçu, o Parque Histórico Castro Alves, em 1971, sugerido por Pedro Calmon e implementado no governo Luiz Viana Filho, motivou a Edivaldo Boaventura e Renato Ferraz a preservar os campos de lutas de Antônio Conselheiro no sertão baiano. Ao lado da busca em preservar o sítio bélico de Canudos, juntam-se os objetivos de preservação ecológica.

Na definição de seus objetivos, encontramos a idéia de

*“... proteger e preservar unidades dos sistemas complexos de valores naturais ou culturais, proteger recursos genéticos, oferecer recreação pública e servir para atividades de investigação científica e de educação ambiental”<sup>450</sup>.*

É interessante observar que, para além dos parques nacionais e reservas biológicas, há a necessidade de se incluir parques militares, parques-campos de batalha ou campos e sítios de batalha. Além destes, também podemos mencionar que não há uma menção na legislação dos parques nacionais a idéia de proteção de lugares de valor histórico-cultural. Daí a importância da iniciativa do Estado da Bahia em preservar lugares histórico-culturais como o Parque Histórico Castro Alves, no Paraguaçu, e o Parque Estadual de Canudos.

As condições de possibilidade para a criação do PEC foram dadas com a implantação do município de Canudos, criado pela lei estadual nº 4.404 de 25 de fevereiro de 1985 e instituído pelo Decreto nº 33.333 de 30 de junho de 1986 do então governador João Durval. A criação do Parque de Canudos coincide com o surgimento do município de Canudos. O Parque localiza-se na porção NE do Estado da Bahia, no município de Canudos, tendo como limite oeste o rio das Umburanas, a norte, o Açude de Cocorobó, a leste, área da Universidade Federal da Bahia, a sul, a BR-235, perfazendo uma área de aproximadamente 18 km<sup>2</sup>. As cidades mais próximas são as de Uauá, a oeste, Caraíbas, ao norte, Euclides da Cunha, a sul, e Canudos, a leste. No PEC, considerado de grande importância quanto aos aspectos ecológicos, arqueológicos, científicos, históricos e educacionais, funcionaria um museu, laboratório de arqueologia, estação experimental de agronomia, estação experimental de meteorologia e outras instituições relacionadas à

---

<sup>450</sup> BOAVENTURA, Edivaldo. **O Parque Estadual de Canudos**. Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo, 1997, p. 22.

preservação da área, especialmente voltadas para o turismo cultural. Neste sentido, a grande contribuição para a realidade sertaneja seria o estudo interdisciplinar das comunidades do Sertão de Canudos<sup>451</sup>.

Posteriormente, no governo de Nilo Coelho, através do Decreto 2.650, de 1989, foi concluída a desapropriação de mais de 1.300 hectares de terras devolutas do município de Canudos, com vistas à implantação do parque arqueológico e histórico. Note-se que, por conta da mobilização popular, incentivada pela Igreja Católica, no artigo 4º, do referido decreto, é garantida a permanência dos posseiros cadastrados pela UNEB, tranquilizando-os sobre possíveis expulsões<sup>452</sup>.

A demarcação do Parque Estadual de Canudos preservou o local onde ocorreram os últimos confrontos entre as forças do Exército e das Polícias Militares e os conselheiristas, onde estão presentes vestígios arqueológicos. Ingressando pelo riacho das Umburanas, seu ponto mais elevado é o Alto do Mário, cenário de vários combates entre a 3ª e 4ª expedições militares e o séquito de Conselheiro. Foi lá que o Coronel Moreira César morreu. Por trás, localiza-se o chamado Vale da Morte, onde foram enterrados muitos combatentes. Entre o Alto do Mário e o Belo Monte, existiam os alicerces da Fazenda Velha, conquistada com facilidade pela 3ª expedição e que, durante a quarta, sofreu grande resistência por parte dos conselheiristas. Na direção ao Norte, encontra-se o Alto do Trabubu, local onde após o combate de Cocorobó, a coluna Savaget, vinda de Aracaju, manteve o derradeiro combate com as forças de Antônio Conselheiro, antes de se juntar as tropas de do general Artur Oscar. Contudo, fora do parque encontram-se as serras de Cocorobó, Angico e Cambaio. Curiosamente, esta última foi palco da derrota da 2ª expedição liderada pelo major Febrônio de Brito.

Como ressaltou Lúcio Menezes, a compreensão da Guerra de Canudos não pode se restringir a uma arqueografia da guerra dentro dos limites dos 18 Km quadrados do PEC, pois o seu estudo requer a ampliação de seu objeto a uma área mais vasta que abranja a bacia do Rio Vaza Barris. Devido a existência de sítios arqueológicos pré-coloniais, “os trabalhos podem inscrever-se num horizonte mais amplo, sob uma perspectiva estrutural e

---

<sup>451</sup> **Jornal da Bahia**. Salvador, 24 de julho de 1986, p. 12.

<sup>452</sup> **Diário Oficial**. Salvador, 11 de agosto de 1989.

de ‘longa duração’”, a fim de se evitar “repetir o ‘ritual’ de amnésia do Governo Militar, afogando o potencial arqueológico da região nas águas de um açude”<sup>453</sup>.

Local de fatos relevantes para a história e arqueologia brasileiras, o PEC é gerido pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), objetivando a conscientização cultural da área, no sentido da preservação da memória histórica nacional. A presença da UNEB na região tem sido intensa, buscando intervir no debate sobre o desenvolvimento sócio-econômico e cultural da área de influência do Parque Estadual de Canudos, através das Semanas Culturais de Canudos, iniciada em 1991. Neste ano, merece menção especial o lançamento da **Cartilha Histórica de Canudos**, confeccionada por técnicos do CEEC, em conjunto com a Prefeitura Municipal de Canudos. A iniciativa da edição da Cartilha partiu da Prefeitura Municipal, a fim de cumprir a exigência da Lei Orgânica do Município que obriga o estudo da história da região nas escolas de 1º e 2º graus. Além disso, os técnicos do CEEC foram responsáveis pelo treinamento dos professores da rede municipal de ensino. Segundo Patrícia Pinho, os estudantes lêem-na como um manual, à qual recorrem para conferir nomes, datas e dados históricos. Há uma preocupação de narrar, com precisão, os nomes e lugares envolvidos na Guerra de Canudos. Ao transmitir as informações sobre a história de Canudos, a Cartilha influencia o imaginário dos jovens canudenses e os instiga a procurar outras fontes como a memória dos mais velhos<sup>454</sup>.

Um dos principais documentos produzidos pela UNEB foi a *CARTA DE CANUDOS*, editada em julho de 1992, como fruto do *I Seminário de Desenvolvimento Sócio-Econômico de Canudos*, realizado em conjunto com a Prefeitura Municipal de Canudos e entidades da sociedade civil da cidade. Neste documento, encontramos as principais diretrizes da intervenção da UNEB, na sua parceria com a Prefeitura Municipal de Canudos, órgãos governamentais, como a Secretaria de Saúde, Agricultura, Minas e Energia do Estado da Bahia, da BAHIA TURSA, DNOCS, e órgãos não-governamentais, como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Canudos, Cooperativa dos Irrigantes do Perímetro do Vaza-Barris, Colônia de Pescadores Z-45, Associação de Apicultores do Alto Redondo, Associação de Caprinocultores do Alto Alegre, Igreja Católica, entre outros. O

---

<sup>453</sup> MENEZES, Lúcio. Arqueologia de uma guerra nos sertões. In: **Cadernos UFS: História**. v. 3, n. 4. São Cristóvão: EDUFS, jan/jul 1997, p. 111-112.

<sup>454</sup> PINHO, Patrícia de Santana. **Revisitando Canudos hoje no imaginário popular**. Campinas/SP: UNICAMP, 1996, p. 34; **Tribuna da Bahia**. Salvador, 2 de outubro de 1991.

que se observa é que, além da pesquisa em diferentes campos do saber, o Projeto Canudos se propõe a desenvolver ações no campo da promoção cultural e apoio ao desenvolvimento das atividades produtivas do município de Canudos. A Carta de Canudos pode ser resumida como “uma tentativa de, a partir deste passado, projetar o futuro que interessa às gerações atuais”. Nesta perspectiva, o “respeito à organização da população é o princípio e ponto de partida para o êxito das proposições democraticamente acatadas pelos participantes do I SEMINÁRIO DE DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO DE CANUDOS”<sup>455</sup>.

Ao Centro de Estudos Euclides da Cunha (CEEC), órgão suplementar da UNEB, coube o gerenciamento direto do Parque. Criado em 1984, suas atividades se iniciaram em 1985, no contexto do *Projeto Interdisciplinar de Desenvolvimento Integral da Área de Canudos*, mais conhecido como *Projeto Canudos*. Suas atividades foram divididas em Núcleos: *Núcleo de Arqueologia/Antropologia Física*, coordenado por Renato Ferraz; *Núcleo de Pesquisa Documental*, que contava com cerca de 26 pesquisadores, levantando os arquivos públicos, eclesiásticos e militares da região e, como desdobramento destas atividades, o *Núcleo de História Oral*, liderado pelo professor Manoel Neto com a colaboração de José Carlos Pinheiro, buscando na tradição oral canudense a oportunidade de construir um espaço para o discurso popular dentro do projeto (*A Guerra de Canudos na memória do Povo do Cocorobó e Os Caminhos de Antônio Conselheiro na Bahia: As cidades e o Povo de Antônio Vicente Mendes Maciel*). Dialogando com o discurso popular, estes pesquisadores desenvolvem o Projeto *Os Intelectuais de Canudos* que visa colher depoimentos de intelectuais e artistas sobre a temática de Canudos<sup>456</sup>.

Os projetos iniciais desenvolvidos para a instalação do Parque Estadual de Canudos se concentraram nas áreas de Geologia e Arqueologia, liderados, respectivamente pelo geólogo Jorge Glauco Nascimento e o arqueólogo Paulo Zanettini.

O geólogo Jorge Glauco levantou as táticas de guerra empregadas pelas milícias de Antônio Conselheiro, chegando à concepção geo-estratégica jagunça, que constata a

---

<sup>455</sup> UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA/PREFEITURA MUNICIPAL DE CANUDOS. **Carta de Canudos**. Salvador: UNEB, julho de 1992.

<sup>456</sup> NETO, Manoel; DANTAS, Roberto e PINHEIRO, José Carlos. **Os Intelectuais e Canudos: O Discurso Contemporâneo: História Oral Temática**. V. 1. Salvador: Universidade do Estado da Bahia (UNEB), 2001; NETO, Manoel & DANTAS, Roberto. **Os Intelectuais e Canudos: O Discurso Contemporâneo: História Oral Temática**. V. 2. Salvador: Universidade do Estado da Bahia (UNEB), 2003.

capacidade de organização da comunidade, desmentindo a inadequada idéia de um grupo de fanáticos e ignorantes:

*"Os combates não foram travados aleatoriamente. Canudos foi uma comunidade organizada, que se preparou para a guerra com saber próprio, advindo das necessidades, experiências e injunções históricas, que conformaram e moldam a cultura sertaneja ao longo do tempo"<sup>457</sup>.*

Assim, uma das estratégias dos conselheiristas foi o ataque de surpresa, em lugares previamente escolhidos, a fim de conduzir a tropa do Exército aos arredores e interior de Canudos. Tal estratégia visava deixar o Exército cercado pela barreira ecológica do Raso da Catarina. Então, a única via de acesso possível era o Rio Umburanas, que foi bloqueado pelos conselheiristas à altura da Fazenda Rancho do Vigário e Serra do Angico. Então, o local para onde o séqüito de Conselheiro conduziu as tropas legais, lado esquerdo do Rio Umburanas, é o que menos possuía aguadas. Em contrapartida, a região, conhecida como Lagoa de Sangue, área de sua dominação, é a que mais aguada possuía.

Por outro lado, o conjunto de serras - Canabrava, Poço de Cima, Cocorobó, Vermelha, Vigário, Angico e outras – tornou possível o controle das vias de acesso disponíveis, o que foi percebido por Euclides da Cunha. De acordo com o estudo geológico de Jorge Glauco Nascimento, “no interior dessa muralha protetora, é observado um relevo escalonado em pequenas distâncias horizontais, configurando-se como linhas de trincheiras naturais, permitindo às milícias jagunças recuarem para um andar superior e constituir nova linha de tiro a cada ataque das forças legalistas”. Mas para perceber a visão do conflito no sentido mais amplo o pesquisador optou também por estudar os procedimentos táticos das forças legalistas, que passaram a estabelecer bases logísticas em diversos pontos da região. Destaca-se aqui a manobra tática feita pelo coronel Siqueira de Menezes, que “desceu o Alto da Favela - local do acampamento do Exército - e passou a ocupar posições de

---

<sup>457</sup> BARTOLO, Regina. *Pesquisadores Reconstituem as Táticas dos Jagunços (A Tarde, 26 de abril 1988)*. In: BOAVENTURA, Edivaldo. *O Parque Estadual de Canudos*. Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo, 1997.

interesse geo-tático como as Fazendas Rancho do Vigário e Juá, ocorrendo a tomada da Serra do Cambaio no dia 28 de setembro, já próximo do final da guerra<sup>458</sup>.

Sua análise acaba também por questionar o número real de membros da comunidade conselheirista, pois o Exército estimou o efetivo inimigo em 25 mil pessoas, baseado no número de casas. Contudo, a partir de documentos, como o do coronel Carlos Silva Teles, comandante da 4ª Brigada, estimam o efetivo jagunço em 600 combatentes. Então, o pesquisador supõe que as casas eram utilizadas como casamata e não como moradia, devido ao grande número de túneis de ligação entre elas. As partes de combates do final da guerra são unânimes em relatar a perfeita distribuição das cercas, trincheiras, valas e labirintos no interior da cidade<sup>459</sup>.

Pautando-se numa inspiração eminentemente histórico-militar, em diálogo com a memória instituída, o projeto de constituição do Parque Estadual de Canudos teve como o objetivo primordial o registro e mapeamento de ocorrências associadas aos conflitos bélicos: fragmentos de louças, vidros, elementos metálicos (projéteis, cápsulas, pentes, cantis), estruturas de dimensões variadas (tocas, trincheiras), áreas de sepultamento. A intenção era obter um quadro referencial do campo de batalha com relação a ambas as facções envolvidas. Os objetivos do Projeto de Arqueologia Histórica estão explicitados no livro publicado pela CEEC/UNEB: formular uma cartografia da guerra (3ª e 4ª expedições) com base na distribuição espacial dos vestígios arqueológicos e “*features*” superficiais (trincheiras, ruínas), reconstruir as técnicas de matança e tratamento dos mortos, empregados por ambas às facções, através dos vestígios ósseos e reconstituir o cotidiano nos acampamentos militares, sobretudo no que se refere à questão da organização espacial e da subsistência<sup>460</sup>.

Contudo, ainda que o objetivo da pesquisa fosse primordialmente a compreensão do campo de batalha e da guerra, inspirando-se na arqueologia norte-americana, a documentação abrangeu também o cadastro de vestígios arqueológicos relacionados à passagem e/ou ocupações humanas na área, sem restrições de ordem cronológica, como foi

---

<sup>458</sup> Idem.

<sup>459</sup> Ibidem.

<sup>460</sup> UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA/CENTRO DE ESTUDOS DE EUCLIDES DA CUNHA. **Arqueologia Histórica de Canudos**. Salvador, UNEB, 1996, p. 29.

o caso da plotação de dez oficinas líticas, manifestações culturais de épocas pré-coloniais<sup>461</sup>.

Por outro lado, Zanettini critica a atitude “*politicamente correta*” das comemorações desencadeadas pela Igreja Católica e movimentos sociais na região, a partir do centenário de Canudos, por ocasionarem, segundo ele, efeitos “danosos” e muitas vezes irreversíveis ao Parque, como no caso do Vale da Morte, quando sítios funerários foram depredados<sup>462</sup>. Essas afirmações causaram uma relativa resistência das comunidades envolvidas com a Igreja Católica e o Movimento Popular e Histórico de Canudos com relação ao projeto do Parque Estadual de Canudos.

Não podemos esquecer que o PEC permaneceu até às vésperas das comemorações do centenário do final da Guerra de Canudos em estado “*letárgico*”, o que também colaborou para críticas por parte de setores da comunidade canudense, principalmente àqueles ligados à Associação de Estudos e Pesquisas Antônio Conselheiro. Mas, a partir de 1995, a Pró-Reitoria de Ensino e Pesquisa da UNEB determinou ao CEEC a elaboração de um plano de ação com vistas à retomada do Projeto de Arqueologia e Reconstituição Monumental do Parque, com o patrocínio do CADCT/SEPLANTEC. Neste sentido, a equipe efetuou escavações no Alto do Mário e na Fazenda Velha, visando a reconstituição dos sucessivos cenários de ocupação da área. Além disso, outro objetivo diz respeito ao salvamento dos sítios submersos, evidenciados com o rebaixamento do nível das águas do Açude de Cocorobó. Esta retomada do projeto é um indicador importante para consolidar, no PEC, um caráter científico e antropológico mais amplo, propiciando elementos para sua “perpetuação e divulgação como monumento de interesse histórico nacional”<sup>463</sup>.

Talvez a maior contribuição do Projeto Arqueológico de Canudos seja a possibilidade de oferecer aos pesquisadores novos testemunhos diretos do conflito bélico em Canudos. Seguindo a proposta elaborada por Lúcio Menezes, uma releitura do fenômeno pode ser realizada, tanto no que se refere à história do cotidiano, quanto a nível estrutural, já que o exercício da arqueologia tem ensinado, desde a década de 50, que é possível interpretar uma sociedade a partir dos restos de sua cultura material. Para tanto,

---

<sup>461</sup> MENEZES, Lúcio. Op. Cit.

<sup>462</sup> ZANETTINI, Paulo Eduardo. Por uma arqueologia de Canudos e dos brasileiros iletrados. **Revista Canudos**. Salvador, UNEB, v. 1, n. 1, p. 167-172, jul./dez. 1996.

<sup>463</sup> ZANETTINI, Paulo Eduardo. Arqueologia da Guerra. In: **A Tarde On Line**. Salvador: 04/10/1997.

seria necessário que os trabalhos de pesquisa no PEC continuassem, mediante um trabalho de “escavação etnográfica”. Por outro lado, o projeto arqueológico busca, no contexto do processo de globalização da economia em curso, associar arqueologia e turismo, seguindo os exemplos dos museus de sítio no Vale do Paraíba (SP), do Ecomuseu de Itaipu (PR), da Fundação Museu do Homem Americano (PI), Parque Nacional de Guararapes (PE) ou do Museu Arqueológico de Xingó, em Canindé do São Francisco, Sergipe<sup>464</sup>.

Todavia, a priorização de uma memória instituída levou a um questionamento no âmbito do próprio grupo de pesquisadores envolvidos, na medida em que buscam construir, a partir da história oral, uma memória instituinte. José Carlos Pinheiro, em pequeno artigo publicado no jornal **A Tarde**, afirma que existem no CEEC gravações com depoimentos de remanescentes e descendentes de pessoas envolvidas na Guerra. Estas gravações se inserem no projeto de pesquisa “*Os Caminhos do Conselheiro na Bahia – As Cidades e o Povo de Antônio Vicente Mendes Maciel*”, que tinha por objetivo percorrer os lugares que Conselheiro trilhou antes do seu estabelecimento em Belo Monte. Como exemplo, o autor cita o de D. Josefa Batista, nascida em Itapicuru/BA, que relatou que “Antônio Conselheiro foi muito maltratado aqui em Itapicuru. Amarraram e arrastaram até o rio, batendo. O delegado daqui, Sr. Dídimo, fez assim com as mãos (acenando): leve, mas bata não, quando acabou bateu. Com essas mãos ele viveu os anos que viveu e morreu com os braços assim (fez o gesto). O Sr. Dídimo, eu vi como foi que ele acabou. Os outros morreram que não seguravam nada nas mãos”<sup>465</sup>.

Também podemos incluir a obra de Sérgio Guerra que busca perceber os conselheiristas como sujeitos de sua própria história, ao mesmo tempo em que enfatiza a luta discursiva em torno do acontecimento, quando, de um lado, temos o povo da terra que denominava sua terra como Belo Monte e jornalistas, militares, historiadores que a chamavam de Canudos. O historiador baiano afirma que se há uma dominância do termo Canudos em relação a Belo Monte é “em função da vitória da imposição da linguagem

---

<sup>464</sup> MENEZES, Lúcio. Op. Cit.

<sup>465</sup> PINHEIRO, José Carlos da Costa. Canudos na memória. In: **A Tarde Cultural**. Salvador, 22 de agosto de 1992, p. 5.

produzida pelos setores hegemônicos da sociedade, mesmo sobre os remanescentes da cidadela destruída física e culturalmente nesse confronto”<sup>466</sup>.

Na outra linha de ação, o CEEC está dirigindo o seu foco para a questão regional e o desenvolvimento local, dando passos para uma ação conjunta com os Departamentos da UNEB, visando estudar cenários para o Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável. Nesta direção, há propostas para solos, caprinocultura, botânica, fauna e flora, com vistas à preservação de espécies em extinção. Também encontramos projetos no sentido da salvaguarda dos sítios históricos, com o objetivo de implementar um pólo de turismo cultural planejado na região.

Sob este aspecto, desde a criação do Parque Estadual de Canudos, em 1986, há uma nítida preocupação em criar um lugar de memória, visando incentivar projetos turísticos. De acordo com a sua proposta, o Distrito Ecoturístico Cultural teria três equipamentos básicos: a reconstituição do Arraial de Canudos, a instalação de uma reserva ecológica e o aproveitamento turístico do açude de Cocorobó. Visando a construção de um cenário próximo ao arraial de Canudos, a primeira iniciativa serviria como cenário para apresentação teatral sobre a campanha de Canudos e outros eventos culturais. No caso da implantação da reserva ecológica possibilitaria a preservação das ricas fauna e flora da região, como é o caso da Ararinha azul de lear. E, por fim, o aproveitamento do Açude de Cocorobó para a prática de esportes náuticos e pesca. Mas, como ressaltou José Albuquerque, então superintendente da EMTUR (Empreendimentos Turísticos da Bahia), subsidiária da BAHIATURSA, “a falta de infra-estrutura mínima na região e as dificuldades de acesso vinham-nos impedindo de realizar a nossa proposta”<sup>467</sup>.

Estas propostas são reiteradas na mencionada *Carta de Canudos* (1992), quando se afirma que o turismo deve ser incentivado como uma opção de emprego e incremento de renda para o município. Uma de suas propostas era a inclusão dos eventos culturais, históricos e paisagísticos de Canudos no Roteiro Turístico da Bahia, elaborado pela Bahiartursa. Outra referia-se a necessidade de uma ação conjunta da Prefeitura Municipal de Canudos e a Universidade do Estado da Bahia para se firmar um convênio com o então

---

<sup>466</sup> GUERRA, Sérgio. **Universos em Confronto: Canudos X Belo Monte**. Salvador: Universidade do Estado da Bahia (UNEB), 2000, p. 61.

<sup>467</sup> BOAVENTURA, Edivaldo. **O Parque Estadual de Canudos**. Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo, 1997, p. 65-66.

Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural (IPAC), hoje Instituto do Patrimônio Histórico e Cultural Brasileiro (IPHAN), para a preservação de bens históricos, inclusive no sentido do preparo e conservação do Parque Histórico de Canudos.

A Prefeitura Municipal de Canudos, sob a liderança de João Augusto Gama (Zito), do PSDB, incentivou, através de folhetos e eventos, o desenvolvimento turístico da região, aproveitando o ensejo das comemorações do centenário do final da Guerra de Canudos. Sob o título de *Canudos: novos horizontes para o turismo histórico-cultural e ecológico da Bahia*, o folheto enumera as belezas naturais da região, como, por exemplo, a Serra da Toca Velha, formada por um conjunto de morros de calcário, local santuário da Arara-Azul-de-Lear, uma das espécies de aves mais ameaçadas de extinção, ou ainda as potencialidades do turismo náutico no Açude do Cocorobó. Por outro lado, chama a atenção a tradição dos festejos de Santo Antônio, padroeiro da vila de Canudos desde os tempos do Conselheiro. Segundo o folheto, nesta festa, o turista pode experimentar a riqueza cultural do sertanejo, especialmente o artesanato e a culinária, destacando-se a carne de bode e o queijo de cabra. Mas o que singulariza o município de Canudos é, de fato, ter sido palco das operações da Guerra de Canudos, registrado por Euclides da Cunha e Vargas Llosa. Na oportunidade, o panfleto convida aos turistas para participarem das atividades a serem desenvolvidas no mês de outubro de 1997, quando uma grande programação cultural e religiosa marcará o centenário do fim da guerra<sup>468</sup>.

Vemos aqui, em sua busca de captar investimentos externos, a Prefeitura de Canudos propôs um patrimônio local com características distintivas e específicas, o que faz com que a sua função simbólica e de representação adquira, neste domínio, “uma importância significativa no que se refere aos processos de criação de imagens ao serviço da promoção local, assumindo-se cada vez mais como uma variável estratégica, ao nível do desenvolvimento e da promoção local”<sup>469</sup>.

No bojo destas preocupações, encontramos um interessante projeto de pesquisa elaborado pela então aluna do curso de Turismo da UNEB, Aline Joice Rocha Santos. Realizado no âmbito do Projeto Sertões, sob a orientação da professora Lícia Soares de Souza, a autora procura explorar as potencialidades do texto euclidiano para compor um

---

<sup>468</sup> PREFEITURA MUNICIPAL DE CANUDOS. **Canudos: Convite ao Turismo**. Canudos/BA: PMC, 1997 (folheto).

<sup>469</sup> ANICO, Marta. **Op. Cit.**

paradigma de turismo cultural com base na sustentabilidade da região. Sua proposta segue, então, a vertente euclidiana como suporte interpretativo da Guerra de Canudos, na medida em que **Os Sertões** pode funcionar “como um dos maiores guias turísticos do Brasil”<sup>470</sup>.

Assim, emergiram discussões sobre o incremento de um turismo sustentável para desenvolver a região. Em brochura distribuída pela Bahiatursa, intitulada *Caminhos do Sertão*, há uma clara ênfase de incentivo para o desenvolvimento do turismo ecológico da região de Canudos. Mas todo o potencial turístico de Canudos encontra obstáculos de desenvolvimento por conta das precárias condições de suas estradas e a ausência de uma base infra-estrutural que forneça uma acolhida confortável para o turismo, seja no caso da hotelaria ou no desenvolvimento de visitas guiadas a seus sítios históricos.

Uma das bases teóricas do trabalho de Aline Santos é o Marketing Turístico, no sentido não de vendas de pacotes direcionados para o lucro de grupos individuais, mas compondose de “percepções intangíveis” oferecidas ao visitante como uma *experiência*, no qual o turismo como bem abstrato “pode ser investido de conotações histórico-socio-culturais [sic] e não apenas de denotações econômicas”<sup>471</sup>.

Neste sentido, partindo da leitura da primeira parte do livro de Euclides da Cunha – *TERRA* -, a autora propõe um enfoque ecológico das potencialidades do PEC e do Raso da Catarina, com visitas guiadas a Toca das Araras. Por outro lado, seguindo a proposta inicial pensada por Edivaldo Boaventura, ela reitera a possibilidade de aproveitamento do turismo náutico no Açude do Cocorobó.

Seguindo a leitura de **Os Sertões**, no que se refere à parte sobre o Homem sertanejo, ela afirma que o turista pode descobrir a cultura sertaneja, amplamente ancorada na criatividade para superar os obstáculos oriundos da natureza. Há aqui uma ênfase na riqueza musical das bandas de pífanos da região e na religiosidade popular nas trezenas de Santo Antônio. Também se revela a criatividade sertaneja na caprinocultura e no artesanato. Segundo Santos, o bode “tem dupla face, propiciando igualmente investimentos culturais no encaminhamento de uma tradição gastronômica e comercial, apta a promover conteúdos de relacionamento também geradores de uma comunicação intercultural”<sup>472</sup>.

---

<sup>470</sup> SANTOS, Aline Joyce Rocha. Turismo Cultural em Canudos: Uma forma de Desenvolvimento Sustentável. In: **Revista Canudos**. Salvador: CEEC/UNEB, v. 4, n. 1/2, dezembro de 2000, p. 149.

<sup>471</sup> Idem, p. 153.

<sup>472</sup> Ibidem, p. 158.

Talvez o maior obstáculo para o desenvolvimento de projetos, como este, que dêem visibilidade à potencialidade turística da região seja a ausência de verbas destinadas pelos governos estaduais e federais a estas iniciativas. Entretanto, mesmo com todos os obstáculos, o Parque Estadual de Canudos, paulatinamente, vai se consolidando junto à comunidade, através de iniciativas como a publicação da **Revista Canudos**, a construção do *Memorial Antônio Conselheiro*, objetivando criar um Centro de Preservação da Memória Canudense, do *Jardim Euclidiano*, que reproduz a flora mencionada por Euclides da Cunha no livro **Os Sertões**, e a realização anual da Semana Cultural de Canudos. Mas foi, especialmente, nas atividades às comemorações dos centenários que a UNEB se destacou nas atividades realizadas, em sua busca de legitimação junto à comunidade canudense.

No âmbito das comemorações do centenário de fundação de Belo Monte, a UNEB, em conjunto com a prefeitura local e apoio do 35º Batalhão de Infantaria do Exército, organizou a *III Semana Cultural de Canudos*, realizada entre os dias 7 e 13 de junho de 1993, coincidindo com a provável chegada de Antônio Conselheiro a Canudos e com a trezena de Santo Antônio, santo padroeiro da cidade de Canudos. Além de atividades acadêmicas, um “arraial” foi armado na praça principal da cidade, com barracas de artesanato, bebidas e comidas típicas que divulgavam a figura de Antônio Conselheiro, por meio de camisetas, “*bottons*”, esteiras pintadas à mão, murais, etc. Segundo o depoimento de Patrícia Pinho, o tema de Canudos, seus personagens, lugares e acontecimentos da Guerra estavam presentes nos nomes das barracas. Em meio a muito forró e apresentação de quadrilhas juninas, a história de Canudos se fazia presente nas peças de teatro, na música e na dança<sup>473</sup>.

É interessante observar, como noticiado pela imprensa baiana, que durante a criação do Parque Estadual de Canudos, além do mencionado secretário de Educação, do coordenador do Projeto, Renato Ferraz, do reitor da UNEB, José Edelzuito Soares, e Yara Ataíde, coordenadora do CEEC, percebe-se na comitiva que visita a região a massiva presença militar, na pessoa do comandante militar do Nordeste, general Fernando Cerqueira Lima, general-de-divisão, Antenor de Santa Cruz Abreu, comandante da 6ª região militar, e

---

<sup>473</sup> PINHO, Patrícia de Santana. **Revisitando Canudos hoje no imaginário popular**. Campinas/SP: UNICAMP, 1996.

o general-de-brigada, Alberto Evilásio de Barros Gondim, chefe do Estado-Maior do Comando Militar do Nordeste, demonstrando o interesse estratégico militar de ocupação do Sertão de Canudos<sup>474</sup>. Além de atuar nas Semanas Culturais da UNEB e da sua preocupação geopolítica com a região, o Exército brasileiro também tenta construir uma imagem positiva diante da população local, através de eventos como o da Ação Cívico-Social 96 (Aciso), compreendendo atividades de atendimento médico-odontológico, palestras educativas, medicamentos gratuitos e recuperação de escolas – fato que será abordado no próximo capítulo.

No confronto das memórias, interpelados pela ação criminosa das forças legalistas por parte dos descendentes de conselheiristas, o Exército começa a admitir que houve excessos na Guerra de Canudos. Segundo o coronel da reserva Davis Ribeiro de Sena, consultor militar do filme de Sérgio Rezende sobre a Guerra de Canudos, houve um “extermínio”. Sob sua ótica, a cidadela de Canudos era uma secessão que deveria ser debelada e a maneira açodada como foi realizada essa operação militar é que deve ser questionada<sup>475</sup>.

Aliás, as comemorações do centenário do final da Guerra de Canudos evidenciaram uma intensa disputa política pela memória dos mártires, dividindo-se em cerimônias organizadas, de um lado, pelo governo estadual, e, de outro, pelo Movimento Popular e Histórico de Canudos e partidos de oposição ao governo da Bahia.

Na primeira cerimônia, através da inauguração, no dia 13 de junho de 1997, da primeira fase de implantação do Parque Estadual de Canudos, o Governo da Bahia, com a presença de seu secretário da Educação, Edílson Freire, e um dos idealizadores do PEC, Edivaldo Boaventura, entregou à comunidade um pórtico de pedras e mesas de sinalização, além de um roteiro histórico e pedagógico pelos principais lugares de memória das batalhas da Guerra de Canudos.

Segundo a fala de Edilson Freire, então secretário da Educação do Estado da Bahia,

*“Esta área jamais será um palco de lutas sangrentas, mas sim um cenário de desafios, para o governo, os historiadores e pesquisadores. Não pouparemos*

---

<sup>474</sup> **A Tarde**. Salvador, Caderno 2, 15 de fevereiro de 1986, p. 12.

<sup>475</sup> OLAVO, Antonio. **Paixão e Guerra no Sertão de Canudos**. Salvador: Portfolium Laboratório de Imagens, 1993; MEDEIROS, Jotabê. *Saga de Canudos ressurgiu da fé das cinzas*. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 4 de agosto de 1996, Caderno 2.

*esforços para resgatarmos o episódio, em toda a sua dimensão, para o bem da memória nacional”.*

Entre as pessoas homenageadas pelas instituições organizadoras do evento, Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão da UNEB, Centro de Estudos Euclides da Cunha e Governo da Bahia, destacam-se os filhos de D. Isabel, a descendente de conselheiristas que, em 1946, fincou no Alto do Mário/Favela uma cruz em memória dos mortos da Guerra de Canudos<sup>476</sup>.

Já as celebrações do Movimento Popular e Histórico de Canudos contaram com a participação da Prefeitura Municipal de Canudos e de lideranças opositoras ao governo baiano, como os deputados federais Severiano Alves (PDT), João Almeida (PSDB), Mário Negromonte (PSDB) e Jaques Vagner (PT) e os estaduais Paulo Jackson (PT), Marcelo Nilo (PSDB), além do ex-governador Valdir Pires, do Presidente estadual do PT e da ex-prefeita de Salvador, Lídice da Mata. Ressalte-se a presença do ministro da Cultura, Francisco Weffort, nestas comemorações, acentuando, nas suas palavras, a necessidade de se fazer uma revisão histórica sobre Canudos, sem “revanchismo”, com o objetivo “de tirar do episódio as melhores lições para o bem da Nação”<sup>477</sup>.

Por outro lado, vale lembrar o papel mobilizador da juventude canudense em denunciar o abandono do Parque Estadual de Canudos por parte do Governo do Estado da Bahia, como pode ser verificado em notícia veiculada durante as comemorações do centenário do final da Guerra de Canudos. Um dos líderes da Associação de Estudos e Pesquisas Antônio Conselheiro, criado por jovens canudenses, Aroldo Costa dos Santos, neto de Manuelzão, afirma que “... o parque está cheio de placas. E não tem ninguém pra tomar conta”<sup>478</sup>.

Percebe-se aqui que a ativação patrimonial resulta de um processo complexo de negociação entre variados atores sociais, que incluem os técnicos, os acadêmicos, a população local e os políticos, ainda que consideremos que esta ativação depende, fundamentalmente, da ação dos poderes políticos. Neste sentido, a luta pela democratização dos lugares de memória torna-se um embate político-ideológico nas disputas locais,

---

<sup>476</sup> VASCONCELOS, Levi. História de Canudos pode ser revista. In: **A Tarde On Line**. 06/10/1997.

<sup>477</sup> Idem.

<sup>478</sup> Caderno Vida e Arte (Canudos). **O Povo**. Fortaleza, 5 de outubro de 1997.

especialmente nos cenários eleitorais. Lembremos a apropriação do tema Canudos, nas eleições presidenciais de 1994, quando os principais candidatos – Fernando Henrique Cardoso e Lula – realizaram visitas à cidade de Canudos durante a campanha eleitoral, com os respectivos candidatos ao governo estadual.

Portanto, a criação do Parque Estadual de Canudos e a edificação de monumentos que remetem à luta de Antônio Conselheiro e seu séqüito expressam um propósito de conservar os espaços que se têm ou recriar os que foram perdidos, no sentido de domesticar a natureza indômita do sertão e dos sertanejos, demonstrando que a natureza não produz o natural, mas sim que os espaços naturais são espaços construídos pelo imaginário social e, muitas vezes, são sonhos inspirados pelos desvãos da busca da identidade nacional<sup>479</sup>.

### *MUSEU HISTÓRICO DE CANUDOS e o INSTITUTO POPULAR MEMORIAL DE CANUDOS*

Neste momento, destaco duas iniciativas de criação de lugares de memória no Sertão de Canudos, objetivando reconstruir a memória de Antônio Conselheiro e seu séqüito: o *Museu Histórico de Canudos*, organizado por Manuel Travessa, e o *Instituto Popular Memorial de Canudos* (IPMC), ligado à Igreja Católica.

Em meio à aceleração da história, talvez estas iniciativas museais de Manuel Travessa e do Instituto Popular Memorial de Canudos sirvam para compensar a perda da estabilidade da antiga vila de Canudos. Entretanto, a *musealização* não diz respeito apenas à instituição do museu em sentido estrito, mas penetra em todas as áreas da vida cotidiana. O gesto de guardar objetos como recordação por parte dos habitantes de Canudos manifesta o desejo de “reencontrar ou reinventar referenciais esquecidos ou silenciados e, com isso, mostrar a capacidade de não ceder ao esquecimento”. Como afirma Ana Paula Oliveira, a força que o passado exerce sobre a comunidade canudense “se faz notar, principalmente no tocante a guardar objetos materiais como forma de manter viva a memória, pois os depoentes atribuem às armas feixes de sentidos e significados, compostos tanto de critérios

---

<sup>479</sup> SUÁREZ, Mireya. Apresentação. In: VIDAL E SOUZA, Candice. **A pátria geográfica: sertão e litoral no pensamento social brasileiro**. Goiânia: Editora da UFG, 1997, p. 15.

lógicos quanto de mensagens simbólicas que associam à lembrança e à batalha ocorrida no passado”<sup>480</sup>.

Nascido em Monte Santo/BA, Manuel Travessa se fixou, em 1971, no povoado Alto Alegre, no município de Canudos/BA, tornando-se pequeno comerciante e pescador. Na ocasião, inúmeros visitantes perguntavam-lhe sobre as coisas de Antônio Conselheiro e, como a região possuía poucas informações, ele começou a juntar as peças para o futuro museu, sem nenhum apoio governamental. Segundo suas palavras, “*Tudo que está construído aí foi a minha custa*”.

É a partir de 1980 que o comerciante edifica seu pequeno museu e, com a colaboração dos moradores, disponibiliza para os visitantes o acesso a peças que recordam a Guerra de Canudos, pois, do contrário, este patrimônio seria levado para fora da região, principalmente com a sua venda para os turistas. Segundo Manuel Travessa, a organização do museu foi “para recordar a miséria que aconteceu entre nós”, pois “as necessidades do sertão da Bahia já vêm desde o tempo do nosso bisavô. Não quero muito puxar pela Guerra de Canudos, porque lá foi onde perdi o meu bisavô”.

Em sua leitura sobre Antônio Conselheiro proveniente de seu avô e de sua mãe, Travessa afirma que o líder de Canudos não tinha “má conduta”, pois “não conhecemos uma propriedade de Antônio Conselheiro. Antônio Conselheiro não matou ninguém”<sup>481</sup>.

Sobre sua edificação, o Museu Histórico de Canudos, o comerciante diz que sente uma grande emoção por ter juntado as peças que encontrou nos arredores de Canudos. A narrativa que configura o Museu demonstra uma busca por coletar os objetos cotidianos da cultura sertaneja – máquinas de costura, imagens de santos, ferraduras de animais etc -, bem como despojos da guerra – balas, cantis, armas de fogo e punhais. Estes objetos representam uma forma de redesenhar o passado, com a intenção de mostrar os valores da cultura sertaneja e de enriquecer, no presente, os itinerários individuais e coletivos da região.

---

<sup>480</sup> OLIVEIRA, Ana Paula Silva. **Objetos Deflagradores da Memória: um estudo sobre alguns vestígios da Guerra de Canudos**. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 2001 (dissertação de mestrado em Comunicação e Semiótica), p. 15 e 48.

<sup>481</sup> TRAVESSA, Manuel. In: **Semana de Canudos: Rememoração dos 100 anos da Guerra de Canudos**. Brasília/DF, Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Câmara dos Deputados, 25 de setembro de 1997, p. 32-33.

É interessante observar que, por conta de seu trabalho arqueográfico, o proprietário do Museu Histórico de Canudos recebeu a proposta da Universidade Estadual do Estado da Bahia de incorporar seu acervo ao Parque Estadual de Canudos. Sobre o assunto, o depoente afirma que

*“(...) Aí eu disse que minhas coisas eu não doava não porque quando eu fiz porque queria bem e fiz através do turismo. Um dia eu podia até doar, eu posso doar a bem do Estado, mas se me der uma aposentadoria. Porque isso custou meu trabalho, custou meu dinheiro, custou meu suor e eu vou viver como né? Trabalhando pra dar boa vida ao pobre Estado nosso da Bahia, não, não posso”.*

Vale registrar, em sua fala, que, desde os anos 1960, a presença freqüente de pesquisadores e jornalistas, com o objetivo de documentar oral e visualmente Canudos, excitou o imaginário social dos habitantes da região, fazendo-os pensar também na oportunidade de se criar outras formas de recursos para a região. Assim, uma das principais preocupações de Manuel Travessa é o desenvolvimento do povoado de Canudos Velho, que se encontra abandonado pelo poder público. Falta telefone, não tem calçamento, não existe nem um hotel para atender os visitantes. Esta ausência de ações do poder público o fez se aventurar no mundo da política, tornando-se vereador com cinco mandatos, por diferentes partidos. Ao mesmo tempo, Manuel Travessa reclama ainda da exclusão de benefícios para a comunidade do povoado Alto Alegre durante as comemorações da Guerra de Canudos (1993 e 1997), na medida em que

*“... essas comemoração foram através de Uneb, através de Prefeitura, através de Deputado Federal, mas sempre foi desviado lá pra fora do setor que é aonde houve o conflito, mas tem muito mais coisa que foi conseguido através desse movimento, mas levaram pra cidade. O local que necessita, que é histórico, é aqui e não tem nada. O que nós temos aqui, praticamente, de Governo Federal, só essa pista pra chegar aqui”<sup>482</sup>.*

---

<sup>482</sup> TRAVESSA, Manuel. **Entrevista ao Autor**. Canudos/BA, 21 de abril de 2004 (Fonte Oral).

Segundo sua proposta, uma das alternativas de desenvolvimento para a região é o turismo - “*turismo é cultura*” -, aproximando-o das propostas originárias do Parque Estadual de Canudos. Segundo ele, “*o processo do museu, ele veio através do turista*”, pois quem chegava de “fora”, “*que nem você e outros e outros, que vem do exterior, hoje tem como o que saber que houve essa guerra*”<sup>483</sup>.

A construção da memória de Canudos é objeto de permanente disputa pelos atores políticos, como ficou evidenciado no depoimento de Travessa, quando menciona suas divergências com o Movimento Popular e Histórico de Canudos, liderado pelo ex-padre Enoque Oliveira, e também com a Igreja Católica e suas Romarias. O povoado Canudos Velho foi o palco inicial tanto das Celebrações do MPHHC, quanto das Romarias, mas posteriormente ficou preterido destas manifestações. Em seu depoimento, ele afirma

*“ (...) houve aqui só duas romarias. Duas ou foi três, daí por diante tanto Padre Enoque mudou o setor, o local daqui, como a Igreja Católica também ainda fez ali pra baixo, uma vez ou foi duas. Hoje em dia, aqui no setor mesmo não existe mais nada quanto à romaria. Eles tem isso aqui como acha que isso aqui fosse meu.*

*[...]*

*Então hoje ficou uma lembrança e porquanto do movimento de Igreja Católica e o movimento de Padre Enoque aqui mesmo no povoado nós não temos mais uma colaboração de nada*”<sup>484</sup>.

Ao guardar os objetos deflagradores de memória, Manuel Travessa desencadeia um processo de recordações para que possa trazer de volta o que foi o passado para cada um, como se fosse possível retornar o tempo e todas as histórias de vida neles contida<sup>485</sup>.

Até recentemente, o debate sobre o patrimônio cultural brasileiro se restringia aos pressupostos e à concepção de História que nortearam a construção de uma determinada memória nacional, através da política oficial, implementada pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), nos anos 1930, pois essa política objetivava passar a idéia de uma memória mítica, de um passado homogêneo e uma História sem

<sup>483</sup> Idem.

<sup>484</sup> Idem, ibidem.

<sup>485</sup> OLIVEIRA, Ana Paula Silva. **Op. Cit.**, p. 38.

conflitos e contradições sociais. A concepção predominante era a de se construir um passado unívoco, forjar uma memória nacional única para o Brasil, excluindo as diferenças e a riqueza de nossa pluralidade étnico-cultural e outros estilos arquitetônicos e concepções preservacionistas, que não estivessem ligados ao barroco colonial. Talvez por isso, grande parte dos segmentos sociais não se identifica com essa memória nacional, com um passado remoto que não lhe diz respeito, o que explica, em grande parte, as constantes depredações e violações ao patrimônio histórico por parte da própria população, aliadas à falta de políticas públicas consistentes de preservação da memória histórica no Brasil<sup>486</sup>.

Entretanto, há em curso um amplo debate de revisão destes pressupostos, visando ampliar a noção de patrimônio, que se materializa com a instituição do inventário e registro do patrimônio cultural imaterial ou intangível, com o Decreto 3.551, de 4 de agosto de 2000. Isto fez com que se resgatassem idéias há muito pensadas por intelectuais brasileiros, como é o caso de Mário de Andrade, de valorização das expressões culturais em suas diferentes áreas, tais como festas, rituais, danças, lendas, mitos, saberes, técnicas e fazeres diversificados. Especialmente, na área de museus observa-se uma verdadeira “síndrome de museus e de práticas de colecionamento” que expressam o sintoma de um “mundo sem memória” e que “as fronteiras são cada vez mais fluídas e móveis”. É que as narrativas museais têm deixado gradativamente de privilegiar as grandes narrativas nacionais e épicas, enfatizando novos vetores, “expressões de uma sociedade cada vez mais polifônica”. O que está em jogo é “construção de uma identidade específica, capaz de articular outras tantas narrativas, em função de um eixo arbitrariamente construído. Esse eixo ordenador quer também exercer um papel de mediação em relação ao local, nacional e global”<sup>487</sup>.

É interessante observar que o próprio processo de valorização da história local elaborado pelos habitantes do Sertão de Canudos acaba por redefinir o conceito de “*patrimônio histórico*”, na medida em que, como suporte da memória social, intervém como um estímulo ao processo de desenvolvimento da consciência social, especialmente na

---

<sup>486</sup> FERNANDES, José Ricardo Oriá. **FRAGMENTOS DA MEMÓRIA URBANA: O Discurso da Modernidade e a Construção do Patrimônio Histórico Nacional: o caso de Fortaleza (1875-1937)**. Brasília: Departamento de História/UnB, 1998, p. 11 (projeto de tese); Sobre os marcos fundantes dos discursos do patrimônio cultural no Brasil entre os anos 1930 e 1980, consultar GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/IPHAN, 1996.

<sup>487</sup> ABREU, Regina e CHAGAS, Mário. Introdução. In: ABREU, Regina & CHAGAS, Mário (orgs.). **Memória e patrimônio. Ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003, pp. 11-13.

construção do sentido em que se percebe o caráter histórico da existência das estruturas sociais. O patrimônio cultural pode, assim, estimular certos traços da memória coletiva para o fortalecimento da cidadania, especialmente ampliando os horizontes classistas de determinada memória nacional. Deste modo, a cidadania se efetiva pelo direito à pluralidade cultural e o patrimônio histórico é entendido “como prática social e cultural de diversos e múltiplos agentes”<sup>488</sup>.

É a partir desta perspectiva que surge o Instituto Popular Memorial de Canudos (IPMC) como fruto das reuniões de organização da Romaria do Centenário de fundação de Canudos, em 1993. Criado, oficialmente, numa reunião na cidade de Senhor do Bonfim/BA, em 17 de setembro de 1993, o instituto começa a funcionar sob a coordenação provisória composta por Santiago Milan Macias, Jelda Zorzo, Djalma Rosa Torres, José Wilson Andrade e Romero Falcão.

Entretanto, houve resistências entre o grupo organizador da Romaria de Canudos sobre a viabilidade da constituição do Memorial, pois, como afirma Raimundo Cavalcanti, já existiam iniciativas governamentais que se propunham às mesmas intenções de preservação da memória de Antônio Conselheiro na região de Canudos<sup>489</sup>. Apesar de algumas críticas, após a Romaria do Centenário de 1993, no dia 10 de dezembro do mesmo ano, é eleita a primeira diretoria do IPMC, a partir da Assembléia dos membros-fundadores. Na ocasião, são eleitos para a Diretoria Executiva: Jelda Zorzo, Presidente, José Wilson Andrade, secretário, e Djalma Torres, tesoureiro. Para a coordenação da Assembléia, foram eleitos: Ruben Siqueira, coordenador; Romero Falcão Menezes, vice-coordenador e Sandra Xavier, secretária.

O objetivo principal do IPMC, expresso em seu estatuto social, é “*estimular a reflexão sobre o exemplo histórico de Canudos, destacar o papel do sertanejo como agente da história, revelar a viabilidade de modelos sociais e econômicos adequados à região, estabelecer uma relação entre Canudos e a luta nos dias atuais e preservar o acervo histórico que vier a adquirir sobre Canudos*”. Para atingir tais fins, o IPMC busca aglutinar trabalhadores rurais, profissionais liberais, membros de igrejas e estudiosos para que

---

<sup>488</sup> MESENTIER, Leonardo Marques de. Patrimônio urbano, construção da memória social e da cidadania. In: **Vivência**. Natal/RN, n. 28, 2005, p. 167-177; FENELON, Déa Ribeiro. Políticas culturais e patrimônio histórico. In: DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO. **O Direito à Memória: Patrimônio Histórico e Cidadania**. São Paulo: DPH, 1992, p. 31.

<sup>489</sup> CAVALCANTI, Raimundo. **Entrevista ao autor**. Poço Redondo/SE, 01/10/2004 (Fonte Oral).

fortaleçam a necessidade de preservar o material existente sobre Canudos, valorizar as experiências políticas, econômicas e sociais no semi-árido brasileiro.

Em seu processo de institucionalização da memória de Canudos, o IPMC busca se constituir num centro cultural na cidade de Canudos, aberto à visitação pública, fornecendo, aos consulentes, acesso ao museu, que guarda “*reliquias*” da Guerra – o Cruzeiro e a madeira que deu origem à guerra - e biblioteca. Por outro lado, há uma tentativa do registro videográfico das tradições ou criações motivadas pela realidade presente por parte da comunidade. Entretanto, a exposição permanente não segue um padrão museográfico e a documentação não recebeu uma abordagem sistêmica em seu tratamento. Há ainda uma biblioteca que carece de uma catalogação científica. Afora os problemas técnicos, o horário de visitação não atende a contento aos visitantes, na medida em que a acessibilidade se restringe a um período.

Mas podemos afirmar aqui que a categoria “*patrimônio cultural*” possibilita aos movimentos sociais e projetos políticos de construção e defesa de “identidades” coletivas, construir estratégias sociais e políticas de legitimação para suas atividades que se propõem recriar a memória dos que perderam não só o poder, mas também a visibilidade de suas ações. Assim, sua preocupação institucional é preservação da memória da experiência de vida antes da Guerra de Canudos, construindo, ao longo do ano, um conjunto de ações - seminários, palestras, publicação de livros, almanaques e revistas, fitas de vídeo e CD de músicas - como forma de mobilizar a comunidade para a Romaria de Canudos, que acontece no final de outubro de cada ano. A leitura deste rico material ajuda-nos a compreender a releitura da experiência igualitária de Belo Monte por parte da militância católica da região do Nordeste brasileiro<sup>490</sup>.

Apropriando-se de um veículo popular de comunicação – o almanaque -, a equipe do IPMC produziu, ao longo dos centenários de Canudos (1993-1997), quatro edições do **Almanaque de Canudos**, referentes aos anos 1993, 1995, 1996 e 1997. O almanaque é uma publicação de uma periodicidade (quase sempre) anual com variável número de páginas, a qual se caracteriza por ser, quanto aos seus objetivos, obra prática de fácil e permanente consulta. No que se refere à sua estrutura, apresenta-se muito variada, embora as diferentes matérias se organizem por referência a uma tábua cronológica ou calendário,

---

<sup>490</sup> SANTOS, José Moacir dos. **Entrevista ao Autor**. Canudos/BA, 26/10/2003 (Fonte Oral).

em que se fazem anotações religiosas (festas, santos) e se registram as fases da lua. Quanto à natureza dos conhecimentos que veicula, abrange desde os dados astronômicos e meteorológicos, efemérides, ou ainda curiosidades, conselhos práticos, mezinhas, pequenas notas sobre acontecimentos, fenômenos ou personagens, até anedotas, adivinhas, provérbios, quadras e mesmo algumas poesias<sup>491</sup>.

Apropriando-se deste modelo de almanaque, o exemplar inaugural de 1993 traz histórias, crônicas, orações, fatos, receitas, notícias e diversões, tiradas da vida cotidiana do sertão, “que podem ajudar, de um jeito bem popular, a caminhada de todos os que acreditam na possibilidade de viver de maneira mais fraterna e igualitária”. O Bispo da Diocese de Paulo Afonso afirma que as comemorações do centenário da fundação de Canudos não podem ser “um saudosismo vazio de um passado sem volta, mas um elemento de reflexão que abra caminhos para o compromisso transformador de hoje, a organização do povo de nossas comunidades do sertão”<sup>492</sup>. Neste sentido, “a memória de Canudos continua alimentando os sonhos de dignidade, igualdade e irmandade, e inspirando a luta do povo sertanejo hoje”<sup>493</sup>.

Inspirado nesta assertiva, também é produzido, em 1994, o vídeo **Canudos – Açude Vivo**, dirigido por Cireneu Kuhn e roteiro de D. Pedro Casaldáliga, José Wilson Andrade e Romero F. Meneses. Segundo sua leitura, Antônio Conselheiro e seus seguidores reviveram a utopia religiosa da Igreja primitiva de uma comunidade igualitária e fraterna. Apesar da intenção de se enterrar a memória de Antônio Conselheiro, a imagem euclidiana de que “*Canudos não se rendeu*”, ressurgiu hoje no seio da Igreja Católica, nas comunidades eclesiais de base da região de Canudos. Assim, a memória de que Belo Monte foi uma “*irmandade*” se apresenta na atualidade como resistência à indústria da seca e da política assistencialista estatal. Os sertanejos e os canudenses viveram e vivem a fé cristã, no

---

<sup>491</sup> MEYER, Marlyse. **Do Almanack aos Almanques**. São Paulo: Ateliê, 2001; GUERREIRO, Manuel Viegas e CORREIA, J. David Pinto. *Almanaques ou a Sabedoria e as Tarefas do Tempo*. Capturado no endereço eletrônico em 21/09/2005: <http://www.instituto-camoes.pt/cvc/bvc/revistaicalp/almanques.pdf>.

<sup>492</sup> ZANETTA, Mário. Apresentação. In: INSTITUTO POPULAR MEMORIAL DE CANUDOS. **Almanaque de Canudos 1993**. Paulo Afonso: Editora Fonte Viva, 1993.

<sup>493</sup> NASCIMENTO, Maria da Glória Cardoso do, ZORZO, Jelda, SANTOS, José Moacir dos & EHLE, Paulo. Introdução. In: INSTITUTO POPULAR MEMORIAL DE CANUDOS. **Almanaque de Canudos 1993**. Paulo Afonso: Editora Fonte Viva, 1993.

sentido de que a força da comunidade de Canudos resiste à morte, pois “*tombados, estão de pé*”<sup>494</sup>.

Em 1995, retorna a produção do **Almanaque de Canudos**, reiterando o crescente interesse de religiosos, pesquisadores, historiadores e o povo sertanejo de modo especial após o centenário de fundação de Belo Monte. Sob sua ótica, a ressurreição de Canudos se materializa nos trabalhos de religiosos, pesquisadores e na luta do povo. Tentando destacar o sertanejo como agente da história e, assim, revelar a viabilidade de modelos sociais e econômicos adequados à região, esta publicação do Instituto Popular Memorial de Canudos se propõe a homenagear a mulher<sup>495</sup>.

São destacadas também pela equipe de redação – Brígida Barbosa, Cirila Zambom, José Antônio Dutra e Paulo Ehle -, as comemorações dos 300 anos da morte de Zumbi dos Palmares, com uma menção ao símbolo da resistência do quilombo do Rio das Rãs, na Bahia, através da figura de Chico Tomé. Há ainda a convergência das duas temáticas ao se homenagear mulheres negras que lutaram pela liberdade em quilombos, como foi o caso de Zeferina, negra escrava, que fugiu para o quilombo do Urubu, situado no Cabula, em Salvador, em 1826, e resistiu bravamente à investida policial.

Na sua busca por priorizar um enfoque popular da história do Brasil, o **Almanaque de Canudos 1996** também é dedicado à memória de Zumbi e Canudos de Pajeú, “o último quilombo na tradição de Palmares na luta pela liberdade”. É interessante observar que o uso prático do almanaque na vida do povo sertanejo é realçado pela Irmã Jelda Zorzo, então presidente do IPMC, quando afirma que ele serviu tanto para que o trabalhador reivindicasse seus direitos trabalhistas, quanto da utilização dos remédios e receitas encontradas no Almanaque<sup>496</sup>.

Mesmo priorizando essas temáticas, todos os Almanques mantêm ainda como um dos seus principais temas a saga de Conselheiro e a Guerra de Canudos, além do enfoque sobre a ecologia, com destaque para a associação entre a luta ecológica e a defesa das áreas de fundo de pasto no sertão baiano e a defesa do Velho Chico.

<sup>494</sup> KUHN, Cirineu (dir.). **Canudos – Açude Vivo**. São Paulo: Verbo Filmes, 1994 (contracapa).

<sup>495</sup> TORRES, Djalma. Apresentação. **Almanaque de Canudos 1995**. Paulo Afonso: Editora Fonte Viva, 1995.

<sup>496</sup> ZORZO, Jelda. Apresentação. INSTITUTO POPULAR MEMORIAL DE CANUDOS. **Almanaque de Canudos 1996**. Paulo Afonso: Editora Fonte Viva, 1996.

O **Almanaque de Canudos 1997** é dedicado à questão da terra e da reforma agrária e tem como objetivo tornar-se “mais uma ferramenta nesta luta, tão dura e tão grandiosa, luta pela vida e a dignidade dos sertanejos, de todos os brasileiros e do Brasil”<sup>497</sup>. Como vimos anteriormente, é o momento de grande mobilização política em torno da Marcha do MST e o fenômeno social de Canudos serve de fermento para a luta pela reforma agrária no Brasil, sendo tomado como mito fundador da luta camponesa no Brasil.

Entre os anos de 1993 e 1997 e de forma complementar aos Almanques, o IPMC cria a *Coleção Centenário*. Seu primeiro volume, **Canudos: Uma História de Luta e Resistência**, foi escrito coletivamente por membros do IPMC (Artur Tavares de Brito, José Moacir dos Santos, Padre José Wilson Andrade, Padre Marcos Antônio Gomes da Silva e Raimundo Eliete Cavalcante), tendo como coordenador geral o Padre José Wilson Andrade. A tônica da narrativa é a escrita de uma outra história, popular e que coloque os pobres como protagonistas da história. Inspirando-se nos livros de Euclides da Cunha, Edmundo Moniz, Ataliba Nogueira e Alexandre Otten, a cartilha traça, inicialmente, a trajetória de Antônio Conselheiro, buscando desfazer a idéia de que era um fanático e criminoso. Diante de tantos percalços em sua vida pessoal, Antônio Vicente Mendes Maciel torna-se Antônio Conselheiro, ao percorrer como peregrino durante quase vinte anos os sertões nordestinos.

Belo Monte aparece na cartilha como inspirada no projeto de vida das primeiras comunidades cristãs. Assim, “os belomontenses procuravam seguir as pegadas do Cristo”, isto é, a prática da justiça e o espírito de partilha. Daí Belo Monte tornar-se a Meca dos pobres do Nordeste, exemplo de comunidade igualitária, pois lá o “segredo de seu sucesso era o poder partilhado entre todos os membros da Comunidade”. Apesar da implacável ferocidade das Forças republicanas, apoiadas pela hierarquia da Igreja Católica e pelos coronéis da região, Canudos, cem anos depois, ressurgiu nas comunidades eclesiais de base e nos movimentos populares: “o sangue derramado em Canudos virou semente de libertação”<sup>498</sup>.

As duas outras cartilhas valorizam as práticas populares de enfrentamento da questão da terra, bem como a vigorosa cultura popular presente nos hinos e poesias sobre

---

<sup>497</sup> SIQUEIRA, Ruben. Canudos Outra Vez e Sempre. In: INSTITUTO POPULAR MEMORIAL DE CANUDOS. **Almanaque de Canudos 1997**. Paulo Afonso: Editora Fonte Viva, 1997, p. 1.

<sup>498</sup> INSTITUTO POPULAR MEMORIAL DE CANUDOS. **Canudos: Uma História de Luta e Resistência**. Paulo Afonso: Editora Fonte Viva, 1993 (Coleção Centenário, 1).

Canudos. O segundo volume da Coleção Centenário, **Canudos: Fundo de Pasto no Semi-Árido**, foi escrito pelo Padre Paulo Ehle, tendo por objetivo disseminar o sistema de fundo de pasto como alternativa aos projetos modernizadores governamentais, financiados pelos organismos internacionais, como o PROCERA e o Projeto Produzir. Neste sentido, a preservação da memória conselheirista é fundamental para as lutas camponesas no sertão baiano, no sentido de que os pequenos produtores da caatinga criaram um modelo que, nos seus princípios, permanece plenamente atual. O trabalho de organização das associações comunitárias contra os grileiros colocou em evidência o grande problema da agropecuária familiar sertaneja não é a seca, mas a cerca. Os conflitos de terra na região são marcados pela ocupação dos grileiros das áreas de fundo de pasto, que são terras comunitárias destinadas ao pastoreio e de posse coletiva, geralmente ocupadas por uma comunidade cujos membros, geralmente, de uma mesma origem familiar, criam bodes e praticam a agricultura familiar. Talvez um dos principais problemas enfrentados pela comunidade é ausência de uma legislação eficaz para regularizar e defender as atividades agro-pastoris, no sentido de garantir o regime extensivo da criação. Vale lembrar ainda que o sistema de fundo de pasto abre novos caminhos para a Reforma Agrária, na medida em que a regularização das terras não necessita reassentamentos, desapropriações, indenizações ou processos judiciais<sup>499</sup>.

Assim, para desenvolver a defesa do sistema de fundo de pasto, com políticas baseadas na viabilidade do semi-árido, foi fundada, em 1994, a Central das Associações Agropastoris de Fundo e Fecho de Pasto (CAFP), na cidade de Senhor de Bonfim, com uma dezena de municípios da região associados. Entre suas preocupações, esta central propõe que o fundo de pasto é um espaço privilegiado para recuperar e manter o equilíbrio ecológico da caatinga, cujas flora e fauna estão ameaçadas de extinção<sup>500</sup>.

O terceiro volume da Coleção Centenário, **Hinos e Poesias**, coordenado por Cirila Zambom, tem como proposta mostrar o rico mosaico proporcionado pela poesia popular em torno da saga de Canudos. Contudo, há, no conjunto da poesia reunida, a presença de uma imagem recorrente: a da Canudos rediviva. Osmar Cordeiro da Silva, de Uauá, escreve um poema, *Canudos ainda Revive*, que expressa essa assertiva, quando, em um excerto, afirma:

---

<sup>499</sup> INSTITUTO POPULAR MEMORIAL DE CANUDOS. **Canudos: Fundo de Pasto no Semi-Árido**. Paulo Afonso: Editora Fonte Viva, 1997 (Coleção Centenário, 2).

<sup>500</sup> Idem, p. 29.

*“... Canudos ainda revive  
Renovando o seu chão  
Lutando por seus direitos  
Cumprindo sua missão”<sup>501</sup>.*

Numa clara alusão a uma perspectiva milenarista, essa imagem também aparece no Compact Disc musical comemorativo ao centenário de 1997, quando Roberto Malvezzi (Gogó), em uma de suas composições, canta

*“Vou, vou a Canudos  
Do Conselheiro  
E de tantos meus irmãos.  
Vou, vou celebrar  
Esse cem anos  
De paixão e ressurreição”<sup>502</sup>.*

A preocupação em valorizar a posse coletiva da terra e a riqueza cultural sertaneja faz com que, no contexto das comemorações da destruição de Canudos, em 1997, o IPMC edite um rico painel da vida cotidiana e da economia dos tempos do Conselheiro até os dias atuais. Organizado pelo jornalista Didier Bloch, o livro preocupou-se em veicular múltiplas versões da história de Canudos, através de entrevistas com renomados especialistas - Angelina Garcez, José Calasans e Yara Ataíde – e depois editadas em forma de artigos. Por outro lado, o próprio jornalista escreveu dois textos, tentando estabelecer um paralelo dos problemas relativos à questão da produção nos tempos do Conselheiro e da Canudos hoje, apresentando propostas suscetíveis de melhorar as condições de convivência com o semi-árido.

Uma das principais críticas do autor a respeito do desenvolvimento regional é que a maioria de seus projetos despreza a cultura local. O desenvolvimento regional “não pode repousar apenas na irrigação, a mineração ou o turismo, atividades, que, até agora, não têm

<sup>501</sup> SILVA, Osmar Cordeiro da. Canudos ainda Revive. In: INSTITUTO POPULAR MEMORIAL DE CANUDOS. **Hinos e Poesias**. Paulo Afonso: Editora Fonte Viva, s/d, p. 3 (Coleção Centenário, 3).

<sup>502</sup> MALVEZZI, Roberto (Gogó). 100 Canudos. Canudos/BA: IPMC; Paulo Afonso: Editora Fonte Viva, s/d.

trazido grandes benefícios para a maioria da população”. Nesta perspectiva, Bloch critica tanto as propostas de industrialização da caprinocultura, quanto as de exploração da agricultura irrigada como panacéia para o desenvolvimento local, principalmente pelo fato de que a irrigação não conseguiu mudar fundamentalmente a paisagem sócio-econômica de Canudos. Uma das experiências mais interessantes na luta pela organização comunitária na região é capitaneada pelo Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA), através do Projeto CUC (Canudos-Uauá-Curaçá), que integra um trabalho de dimensões religiosa e social com aspectos políticos, econômicos e técnicos, buscando concretizar a idéia de que os próprios membros das comunidades sejam agentes de seu próprio destino<sup>503</sup>.

Então, articulada à organização dos camponeses e da romaria de Canudos, a tônica do discurso do IPMC é a busca de um modelo alternativo no enfrentamento da seca, tendo uma de suas organizações mais atuantes o IRPAA. Fundado em 1990 e com sede em Juazeiro/BA, esta entidade não governamental vem desenvolvendo um trabalho educativo (técnico-pedagógico) de convivência com o semi-árido brasileiro, especialmente incentivando, a partir da experiência social liderada por Antônio Conselheiro, a produção de “uma cultura pautada na compreensão de que uma sociedade se constrói por via da participação e envolvimento de todos os sujeitos que fazem parte dela”. A Convivência com o semi-árido é uma proposta de desenvolvimento sustentável, “onde se busca, através de uma consciência coletiva, constituir um equilíbrio ambiental e social, capaz de garantir melhores condições de vida para as populações dessa região”<sup>504</sup>.

Assim, a imagem de Canudos como “Terra da Promissão” é construída pela Igreja Católica, pelos movimentos sociais e parcelas de intelectuais engajados, a partir do seu relacionamento com o presente - a questão agrária -, mas também com o futuro - utopia socialista (passado/presente/futuro). É do imaginário do sertão paraíso, enraizado no folclore e na tradição milenarista, que a utopia socialista, presente tanto nas romarias de Canudos, como nas publicações do IPMC, vai combinar o passado com o presente, fabricando e difundindo no seio das massas populares o novo mito político de Conselheiro.

---

<sup>503</sup> BLOCH, Didier (org.). **Canudos 100 anos de produção: Vida cotidiana e economia dos tempos do Conselheiro até os dias atuais**. Paulo Afonso: Editora Fonte Viva, 1997, p. 113, 111 e 108.

<sup>504</sup> INSTITUTO REGIONAL DA PEQUENA AGROPECUÁRIA APROPRIADA. **Educação para Convivência com o Semi-Árido** (Folheto de divulgação).

Nessas interpretações sobre a história de Canudos, a imagem de Belo Monte como a “Canaã Sagrada” ou “Meca dos Pobres” é revalorizada pelo igualitarismo socialista como uma experiência comunitária de ‘partilha’ de tudo o que era produzido<sup>505</sup>.

Podemos afirmar que é a memória subvertendo a história, tal como propõe o Padre Tiago:

“ (...) essa história se transformou em **memória** que além de trazer o passado para o presente, faz do passado força para construir o futuro”<sup>506</sup>.

Aqui se explicita a necessidade de se pensar os valores e saberes que constroem as sociedades contemporâneas, a partir do exame da relação da cultura com a memória, pois a memória social engloba um vasto repositório de informação em que assenta o viver social, gerada, transmitida e adquirida através da dimensão *performativa* da existência da sociedade. Uma memória concretizada tanto ao nível das relações familiares, nos gestos desempenhados no cotidiano, nos hábitos enraizados, quanto em sua complexa mistura de supressão e de recriação do passado que, apesar do seu caráter fundamentalmente transformativo, permite conservar o essencial da recordação sobre o passado. Vimos, portanto, que a memória se produz também pela mediação da cultura, materializando-se em *objetos culturais* - livros, filmes, imagens etc. –que operam a memória social, na medida em que se tornam indissociavelmente documentos históricos e monumentos de recordação. Deste modo, os objetos culturais se apresentam mais como um entrecruzamento do que a suposta oposição entre “*memória coletiva*” e “*história*”<sup>507</sup>.

### *MEMORIAL ANTÔNIO CONSELHEIRO (QUIXERAMOBIM/CE)*

<sup>505</sup> SILVA, José M. de Oliveira. **Rever Canudos: Historicidade e Religiosidade Popular (1940-1995)**. São Paulo, FFLCH/USP, 1996 (Tese de Doutorado), p. 237.

<sup>506</sup> PADRE TIAGO. Apresentação. In: INSTITUTO POPULAR MEMORIAL DE CANUDOS. **Hinos e Poesias**. Paulo Afonso: Editora Fonte Viva, s/d (Coleção Centenário, 3).

<sup>507</sup> CARDIM, Pedro. Introdução. In: \_\_\_\_\_ (org.). **Cursos da Arrábida: A História: Entre Memória e Invenção**. Lisboa: Publicações Europa-América/Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998; DAVALLON, Jean. A Imagem, uma Arte da Memória. In: ANCHARD, Pierre [et. al.]. **Papel da Memória**. Campinas/SP : Pontes, 1999.

Localizada no Sertão Central do Ceará, a cidade de Quixeramobim, terra natal de Antônio Conselheiro, guarda inúmeras referências que remetem a sua memória, especialmente a casa onde o beato nasceu e um Memorial construído para as comemorações do centenário do final da Guerra de Canudos, em 1997. Também observamos menções à sua memória em estabelecimentos comerciais, tais como banca de revistas, pousada, bares, restaurantes e uma rádio Canudos FM, que busca veicular a cultura regional e local.

Todavia, rememorar a trajetória de Antônio Conselheiro tanto na historiografia cearense, quanto na sua cidade natal, encontrava certa resistência ou mesmo alguns preconceitos. Mas, a partir das comemorações do centenário da fundação de Canudos (1993), patrocinada pela Igreja Católica, através da Comissão Pastoral da Terra, vemos ressurgir o interesse da comunidade com relação à liderança deste conterrâneo, quando se celebra a *VI Romaria da Terra*. Aliado a isto, registre-se que a equipe de produção do vídeo-documentário de Antônio Olavo visitou a cidade mais ou menos neste período (1992), instigando ainda mais a imaginação do quixeramobense com relação ao Conselheiro.

Essa leitura busca se contrapor a uma determinada imagem de Antônio Conselheiro presente na historiografia cearense, ao longo de boa parte do século XX, na medida em que as referências sobre o líder de Canudos são, geralmente, negativas quanto a sua personalidade. É o caso de João Brígido, que convivera com Antônio Vicente Mendes Maciel, antes de se tornar o Conselheiro, ao associar o seu fanatismo com a loucura familiar:

*“Conselheiro é maior de 60 annos, de familia que soffria da affecção mental propria para produzir os phenomenos que se observam nelle. Seu pae, um dos antigos Maciéis, cuja coragem tornou lendario esse nome declinado na historia criminal do Ceará”.*

[...]

*“O filho é uma completa emanação do pae, está nas mesmas condições pathologicas e podera ser estudado, como specimen entre doentes mentaes. Dava bem para uma bonita pagina de Lombroso”<sup>508</sup>.*

Em artigo publicado na **Revista do Instituto do Ceará**, em 1912, Eusébio Néri Alves de Sousa também reproduz o determinismo biológico vigente à época ao imputar ao líder de Canudos a imagem de que mesmo sendo capaz de gestos nobres, “tornou-se um máo, affeito ao erro, demonstrando nada mais que a tara hereditaria, descendente de uma familia celebre nos annaes do crime – os Maciéis”<sup>509</sup>.

O Barão de Studart estabelece como data de nascimento de Antônio Conselheiro: o ano de 1828, afirmando que desgostos familiares o levaram a vida de ascetismo e peregrinações, primeiro no interior do Ceará, depois em Sergipe e Bahia. Seu enorme prestígio junto às classes subalternas se devia ao espírito empreendedor de construir ou reformar igrejas, cemitérios, criando povoados. A imagem positiva de Antônio Conselheiro é proposta pelo autor como contraponto a outros depoimentos contemporâneos:

*“Os ajuntamentos a que sua presença dava ocasião, as theorias religiosas, que pregava, puzeram em sobressalto as autoridades civis e ecclesiasticas, mas não se encontrando em seu procedimento acto algum delictuoso deixaram-no em paz, e assim foi a República enconral-o”<sup>510</sup>.*

Na **Revista do Instituto do Ceará**, Rubens Falcão, resenhando o livro de Manuel Benício, **Rei dos Jagunços**, mantém uma visão negativa da figura de Antônio Conselheiro, afirmando que o “trucidamento de antepassados abalou-lhe a razão e, desde então, passou a levar vida nômade, com períodos intermitentes de loucura”. Entretanto, a pena de Benício percebera afortunadamente que Antônio Conselheiro deixou-se “matar pela sua fé, como Jesus; ninguém o pode, pois, chamar de charlatão e ambicioso, quando, com a morte, mostrou ser um verdadeiro crente e mártir da causa que, boa ou má, apostolou. Ele era um

<sup>508</sup> BRÍGIDO, João. **Ceará (Homens e Fatos)**. Rio de Janeiro: Typ. Bersnard Frères, 1919, p. 273-275.

<sup>509</sup> SOUSA, Eusebio Neri Alves de. Antônio Conselheiro em Juízo. (Um episódio de sua vida). **Revista do Instituto do Ceará**. Tomo XXVI (1912) 291-301 [297e 292].

<sup>510</sup> STUDART, Guilherme, Barão de. **Diccionario bio-bibliographico cearense**. Fortaleza: Typo-Lithographia a Vapor, 1913, p. 140-144 [140].

convicto; dirão que convicto no erro; mas aos que erram ensina-se a verdade, e não se mata”<sup>511</sup>.

Ao realizar uma revisão da historiografia sobre o assunto, Abelardo Montenegro afirma que “não se pode isolar o caudilho da massa e do meio em que atuou”, mantendo uma leitura em que se enfatiza o messianismo sertanejo para a explicação do fenômeno. Neste sentido, está contida a visão determinista sobre Conselheiro, na medida em que, como filho do sertão e de sertanejos, “a sua estruturação morfo-física-psicológica está condicionada ao complexo clima-alimentação e sofre a influência da herança racial”. Para ele, o “catolicismo de Conselheiro reveste-se da dureza das caatingas” e suas pregações contra as instituições republicanas “não revelam compromisso político com a monarquia”. Entretanto, Montenegro afirma que a “população agrícola e pastoral não está em condições de realizar uma revolução de cunho estritamente político. Lutar contra a implantação de uma autoridade política, não é a mesma coisa que realizar uma revolução política”. Assim, apesar da massa sertaneja lutar em prol de uma ordem social mais justa, Antônio Conselheiro não possuía uma nítida consciência de classe<sup>512</sup>.

Lúcio Alcântara, então senador da República, publica um artigo na **Revista do Instituto do Ceará** em que busca demonstrar a atualidade de Canudos, a partir do viés da “luta do cidadão em favor de sua inserção na sociedade”. Uma das formas de reivindicar a atualidade do tema tem sido, segundo o senador, a produção artística, através de inúmeros testemunhos literários, cinematográficos e provenientes das artes plásticas. Em sua leitura do líder de Canudos, o artigo mantém o viés messiânico do movimento, incorrendo em algumas imprecisões quanto à biografia do Conselheiro. Contudo, o seu autor elabora interessante perspectiva de análise quando afirma que Canudos deve ser entendida não como uma *sublevação* de camponeses, mas como uma *resistência* de uma comunidade, não apenas do ponto de vista físico, mas, principalmente, de uma tradição cultural. Desse modo, “Canudos funcionou como uma verdadeira cidadela contra os princípios e valores dos

---

<sup>511</sup> FALCÃO, Rubens. O Rei dos Jagunços. In: **Revista do Instituto de Ceará**. Tomo LXXXVII (173): 147-149.

<sup>512</sup> Antônio Conselheiro. In: MONTENEGRO, Abelardo. **Fanáticos e Cangaceiros**. Fortaleza: Editora Henriqueta Galeno, 1973, p. 105-179 [173-175].

poderes cultos constituídos – Estado, Igreja – e a favor da preservação do legítimo direito daquelas populações às condições mínimas de vida: a terra, a casa, o alimento”<sup>513</sup>.

Nesta perspectiva, Alcântara acaba por estabelecer uma certa continuidade entre a luta de Antônio Conselheiro e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), na medida em que a “triste herança brasileira que remonta aos tempos coloniais, tem prevalecido a força das oligarquias contra as reivindicações dos despossuídos”. Daí o título do artigo se intitular *Canudos Vive*, pois o “centenário da Guerra de Canudos [serve] não apenas para *lastimar*, mas, sobretudo, para *mudar*”<sup>514</sup>.

Ex-secretário de Cultura de Quixeramobim, Marum Simão elabora um retrato de Antônio Conselheiro, no qual emerge uma imagem positiva de Antônio Conselheiro. Sua preocupação é trazer elementos para que os quixeramobinenses conheçam um pouco de sua história e personagens que marcaram-na. Numa revisão crítica da historiografia cearense, o pesquisador publica o batistério de Antônio Conselheiro para que não paire dúvidas sobre a data de seu nascimento (13 de março de 1830), na medida em que outros autores cearenses, como o Barão de Studart, propõem o ano de 1828<sup>515</sup>.

Em instigante monografia, Maria Goreth Pimentel Nunes analisa a presença de Antônio Conselheiro no imaginário popular em Quixeramobim, identificando as diversas opiniões sobre o beato, entre as quais se destaca a associação entre Canudos e MST. Ao mesmo tempo em que das 51 entrevistas realizadas pela autora, percebemos certo desconhecimento sobre a trajetória de Antônio Conselheiro, em seu conjunto, sobressaiu a idéia da necessidade de preservar a memória de Antônio Conselheiro em Quixeramobim, como afirma Carlos Simão:

*“Lá em Canudos, Antonio Conselheiro realmente leva o respeito e a admiração de várias pessoas da região, inclusive, lá tem comemorações no dia de Antônio Conselheiro, lá se vende fitinhas e blusinhas em sua homenagem e lamentamos exatamente o fato de Quixeramobim ter a sua memória apagada”*<sup>516</sup>.

<sup>513</sup> ALCÂNTARA, Lúcio. *Canudos vive*. **Revista do Instituto do Ceará**. Tomo CX (1996): 167-179 [175].

<sup>514</sup> *Idem*, p. 178-179.

<sup>515</sup> Antônio Conselheiro. In: SIMÃO, Marum. **Quixeramobim: Reconpondo a História**. Fortaleza: [s/ed], 1996, p. 217-227.

<sup>516</sup> NUNES, Maria Goreth Pimentel. **O Que Ficou de Antônio Conselheiro e Canudos no Imaginário Popular de Quixeramobim**. Quixadá: FECLASC/Universidade Estadual do Ceará, 1996 (monografia de especialização), p. 71.

Neste sentido, o depoimento de S. Filho reivindica a necessidade de construir um marco maior para que a população de Quixeramobim e os seus visitantes possam reconhecer a importância de Antônio Conselheiro, sugerindo a construção de um museu, uma praça, um busto ou que se aproveitasse a casa onde ele nasceu para torná-la um lugar de memória. Essa proposta se concretizará nas comemorações do final da Guerra de Canudos, em 1997, quando a Prefeitura Municipal com o apoio do Governo Estadual inaugurará o Memorial Antônio Conselheiro<sup>517</sup>.

Por outro lado, uma parte significativa dos entrevistados caracterizou Canudos como igualitária e, em menor escala, como socialista, o que talvez possa ser explicado pelo engajamento deles em atividades ligadas à luta pela terra, seja do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, seja nos Assentamentos do MST na região. O que possibilitou inclusive a comparação entre a luta de Antônio Conselheiro e do MST, como pode ser percebido no depoimento de Antonino, do Assentamento do Recreio:

*“Hoje, como assentados e como participantes do MST fazemos quase o mesmo que Antônio Conselheiro na questão da ocupação da terra no século passado e, temos no movimento o lema ‘Das cinzas de Canudos, surge o MST’ que, para nós, é a continuidade da luta”*<sup>518</sup>.

Como vimos anteriormente, vale registrar o papel relevante da Igreja Católica, principalmente através das Pastorais Sociais como a Comissão Pastoral da Terra, a Pastoral da Libertação da Mulher e da Pastoral da Criança, na divulgação da luta de Antônio Conselheiro entre os seus membros no Nordeste. Entretanto, no imaginário popular ainda persiste certa imagem da Igreja Católica próximo dos poderes constituídos, na medida em que foi a partir de suas ações que se destruiu a comunidade de Canudos.

Observe-se que, posteriormente, há um afastamento do clero local das questões da terra, com o avanço de setores ligados à Renovação Carismática Católica, na diocese de Quixeramobim, ocasionando um refluxo do debate dentro da Igreja Católica na cidade. Nascida em 1967, a partir de um grupo de catedráticos e estudantes da Universidade

---

<sup>517</sup> Idem, p. 72.

<sup>518</sup> Ibidem, p. 31.

Duquesne, na Pensilvânia (EUA), a Renovação Carismática Católica busca, como contraponto à Teologia da Libertação, enfatizar o individualismo, ao mesmo tempo em que revaloriza os sacramentos rituais, como a oração, destacando uma vivência religiosa fortemente marcada pela expansão das emoções, da cura, dos milagres e os efeitos mágicos dos dons do Espírito Santo. Um aspecto interessante que distingue a Renovação Carismática é ser um núcleo basicamente leigo, apesar da presença e orientação de padres e religiosos. Adaptando-se à nova realidade internacional, esta corrente dentro da Igreja Católica incentivou o surgimento de sacerdotes que celebram missas como grandes espetáculos de massa, verdadeiras “*showmissas*”, revelando extrema capacidade em lidar com os meios de comunicação<sup>519</sup>.

O embate entre a tendência progressista e a Renovação Carismática Católica está presente em vários depoimentos coletados por mim, como é o caso de Danilo Patrício e Terezinha Oliveira. Segundo eles, a Igreja Católica local, durante as comemorações do centenário da Guerra de Canudos, em 1997, não participou na organização de eventos relacionados à memória de Antônio Conselheiro por conta da influência da Renovação Carismática. Essa opção tem afastado os militantes católicos próximos da Teologia da Libertação, especialmente aqueles ligados aos movimentos sociais, como o MST<sup>520</sup>.

Na cidade de Quixeramobim, a memória familiar dos Maciéis está associada a Manuel Marcílio Maciel, consolidada após seu depoimento a Antônio Olavo para o filme **Paixão e Guerra no Sertão de Canudos**, bem como no período das ações do Movimento Antônio Conselheiro (1996-1998). Considerado como guardião da memória dos Maciéis, ele tem sido constantemente procurado por jornalistas, historiadores e turistas para falar sobre a figura de Antônio Conselheiro. Em sua narrativa, Marcílio destaca a influência do Padre Ibiapina na definição de Antônio Vicente Mendes Maciel tornar-se peregrino, beato e, depois, Conselheiro. Mas o eixo do seu discurso é afirmar que o maior êxito de sua missão foi a evangelização do povo sertanejo e que Antônio Conselheiro tinha bom

---

<sup>519</sup> JURKEVICS, Vera Irene. Renovação Carismática Católica: reencantamento do mundo. In: **História: Questões e Debates**. Curitiba, n. 40, p. 121-134, 2004.

<sup>520</sup> PATRÍCIO, Danilo. **Entrevista ao Autor**. Fortaleza/CE, 18 de maio de 2005 (Fonte Oral); OLIVEIRA, Terezinha. **Entrevista ao Autor**. Quixeramobim/CE, 15 de maio de 2005 (Fonte Oral).

comportamento e era querido em Quixeramobim, tanto que deixou saudades na família e entre seus contemporâneos<sup>521</sup>.

Marcílio Maciel também chama a atenção para o fato de que a própria família Maciel não tem dado o valor devido para a história de Antônio Conselheiro. Segundo suas palavras, “Antônio Conselheiro representa pra mim um homem muito notável, muito famoso. E não era o que todos afirmavam, um homem subversivo, que tinha monomania católica. (...) Era um homem que evangelizava e queria fazer a coisa direito, como havia de ser”. Entre as qualidades de Conselheiro, Marcílio Maciel destaca a sua literatura, seus sermões e seus projetos para Canudos<sup>522</sup>.

O Movimento Antônio Conselheiro (MAC) pode ser inserido nesta conjuntura de revisão da figura do líder da Revolta de Canudos, no estado do Ceará, instigada pelas comemorações dos centenários de Canudos (1993-1997). Coordenado por um grupo de estudantes, professores e políticos que objetivavam recuperar a memória de Antônio Conselheiro, na sua cidade natal, este movimento desempenhou um ativo papel na construção de uma imagem positiva de Conselheiro em Quixeramobim. Em panfleto distribuído durante a realização do Seminário Conselheiro Vivo, em 1997, explicita-se essa proposta do MAC de se reinventar Antônio Conselheiro, quando afirma que

*“Hoje, 100 anos após a Guerra de Canudos, é o momento de todos nós conterrâneos de ANTÔNIO CONSELHEIRO e cidadãos brasileiros, resgatá-lo da MARGINALIDADE DA HISTÓRIA e conduzi-lo ao lugar dos grandes homens: A Memória da Humanidade”*<sup>523</sup>.

Podemos caracterizar o movimento como filantrópico, sem fins lucrativos, não governamental e sem qualquer vínculo partidário. Segundo o documento, o objetivo do MAC é “resgatar a cultura e a história geral do Brasil, e, em nível mais específico, a história de Antônio Conselheiro e do Episódio de Canudos, bem como promover, divulgar e valorizar a produção artística do povo cearense”. Fundado em julho de 1996, o

<sup>521</sup> MACIEL, Manuel Marcílio. **Entrevista ao Autor**. Quixeramobim/CE, 16 de maio de 2005 (Fonte Oral).

<sup>522</sup> MACIEL, Manuel Marcílio *in* **Entrevista**. Fortaleza/CE: Curso de Comunicação Social/UFC, 2000. Agradeço a gentileza de Danilo Patrício em fornecer-me essa entrevista.

<sup>523</sup> MOVIMENTO ANTÔNIO CONSELHEIRO/SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO DE QUIXERAMOBIM. **Você Conhece Antônio Conselheiro?** Quixeramobim/CE: [s.ed.], 1997[?].

movimento surgiu pelo interesse de um grupo de amigos em modificar “o rumo do descaso dispensado pelo governo às questões de cultura e memória do nosso povo, bem como de auxiliar na construção da criticidade de cada cidadão, a partir da divulgação de um dos mais importantes e polêmicos fatos da História de nosso país: O Episódio de Canudos”<sup>524</sup>.

Antônio José Simão Cavalcanti afirma que, inicialmente, a proposta do grupo de estudantes e professores era a de criar um movimento cultural na cidade, porque havia um descaso com relação aos monumentos históricos, como o prédio da Estação Ferroviária, a antiga ponte ferroviária e que, somente após algum tempo, é que se definiu o nome do movimento como homenagem a Antônio Conselheiro. Segundo Antônio José, foi escolhido esse nome por ser a figura mais relevante, o maior líder popular da história do Brasil, que é filho de Quixeramobim e era muito relegado, tanto nos livros de história, quanto na sua própria cidade natal. Uma das idéias do MAC era criar um espaço, um memorial, que guardasse e coletasse o que foi produzido sobre Canudos e Antônio Conselheiro, mas também incentivar pesquisas sobre o período em que Conselheiro viveu em Quixeramobim.

Interessante observar que, em seu depoimento, Antônio José afirma que por Antônio Conselheiro ser uma figura tão forte, que atraía a atenção dos partidos de esquerda, dos sindicatos dos trabalhadores rurais e do próprio MST na região, acabou por obliterar outros projetos que, inicialmente, era revitalizar o patrimônio cultural da cidade, mas também fosse uma opção para a juventude da cidade<sup>525</sup>.

O entrevistado propõe inclusive que Conselheiro foi mais baiano que quixeramobinense, mas se buscou estabelecer, no centenário do final da Guerra de Canudos, uma ligação entre as duas cidades, entre a cidade que ele nasceu e a cidade que ele fundou. Essa tentativa foi feita através da visita a Canudos em 1997 e depois, no ano seguinte, de uma caravana de Canudos até Quixeramobim para participar do projeto *Conselheiro Vivo*, realizado na data de nascimento dele, no dia de seu nascimento, 13 de março<sup>526</sup>.

---

<sup>524</sup> SALDANHA, João José M. de O. **Correspondência eletrônica enviada ao Diário do Nordeste**. 1º de outubro de 1997 (e-mail). Agradeço a gentileza de Everardo Júnior por ter-me facultado o acesso a este documento.

<sup>525</sup> CAVALCANTI, Antônio José Simão. **Entrevista ao Autor**. Quixeramobim/CE, 16 de maio de 2005 (Fonte Oral).

<sup>526</sup> Idem.

Em seu balanço sobre o MAC, Everardo Júnior também reitera que dois pontos marcaram o movimento. Primeiro, a integração das duas cidades – Canudos/BA e Quixeramobim/CE -, que culminou com a viagem até Canudos para participar das comemorações em outubro de 1997. Segundo, a luta pela construção do Memorial Antônio Conselheiro foi a herança mais importante do processo de construção da memória de Antônio Conselheiro em Quixeramobim, ainda que, atualmente, o monumento encontre-se inacabado<sup>527</sup>.

No Memorial Antônio Conselheiro, destaca-se um conjunto de sete magníficas xilogravuras moldadas em concreto por Abraão Batista, rememorando a trajetória do beato. Além disso, as esculturas de Manoel Graciano representam, em emburana de cambão, as imagens de Antônio Conselheiro, os 12 "apóstolos", além de outros membros do seu séquito, como os irmãos Vilanova e Pajeú. O trabalho de curadoria coube a Dodora Guimarães, diretora do Centro de Artes Visuais Raimundo Cela, que escolheu os dois artistas representativos do Vale do Cariri.

O monumento é formado de uma rampa em pedra em "L", da qual se vê os principais ícones históricos da cidade como a linha férrea e o rio Quixeramobim. Na entrada do Memorial, em cima da porta de madeira, há a inscrição "*Só Deus é Grande*" e, ao longo do caminho, o visitante encontra uma cronologia da vida de Antônio Conselheiro, baseada na pesquisa de Antônio Olavo, através de seis quadros apostos nas paredes brancas do monumento.

Ainda em fase de implantação, este memorial objetiva servir como centro local de memória, exposição e pesquisa da história e do personagem, em seus aspectos etnográficos, antropológicos, sociológicos. Assim, projetado pelo arquiteto Fausto Nilo, o Memorial compor-se-á de Biblioteca Pública Municipal, Museu Jorge Simão, Movimento Antônio Conselheiro (MAC), teatro, Restaurante, Quadra Esportiva e Galeria de Arte.

O projeto do Memorial deve ser inserido no contexto do Plano Diretor do Desenvolvimento Urbano do Município de Quixeramobim, elaborado pelo Consórcio Fausto Nilo/Espaço Plano, Governo do Estado do Ceará e Prefeitura Municipal, em 2000, como podemos verificar na seguinte afirmação:

---

<sup>527</sup> JÚNIOR, Everardo. **Entrevista ao Autor**. Quixeramobim/CE, 17 de maio de 2005 (Fonte Oral).

*“O Memorial Antônio Conselheiro é uma intervenção arquitetônica e urbanística recente, que tenta criar uma nova referência cultural para a Cidade, transformando o antigo vazio urbano em um espaço dinâmico. Mesmo incompleto já representa um marco visual e afetivo para a população, que anseia por ver a obra terminada”*<sup>528</sup>.

Em suas linhas gerais, o plano propõe a revitalização do centro comercial da cidade e dedica especial atenção ao patrimônio histórico-cultural. Isto fica evidente na parte referente ao Plano de Estruturação Urbana, quando advoga o caráter urgente de um projeto de renovação para o trecho compreendido entre o Memorial e a antiga estação ferroviária, visto que o seu entorno encontra-se sem nenhum tratamento e com perigo de ocupações inadequadas. Então, o projeto sugere que, tendo como eixo o Memorial Antônio Conselheiro, precisa ainda ser concluído, “esse percurso será o Corredor Cultural da cidade, numa área cujos usos serão voltados para atividades de lazer e cultura”<sup>529</sup>.

Por outro lado, no contexto das comemorações do centenário do final da Guerra de Canudos, a Câmara Municipal de Quixeramobim delibera pela criação da Comenda Antônio Conselheiro que, além de ser mais um instrumento de perpetuar o nome do Conselheiro, procura homenagear aqueles quixeremobinenses que se destacam em suas atividades, que projetaram o nome do município ou ainda pesquisadores que realizaram pesquisa sobre o movimento de Canudos. Em março de 1997, a comenda foi ofertada à Marcílio Maciel, Fausto Nilo e o prefeito de Canudos, Zito.

Ao mesmo tempo, o Movimento Antônio Conselheiro foi também reconhecido pela Câmara Municipal de Quixeramobim, através do Projeto de Lei nº 014/97, sancionado no dia 24 de setembro de 1997, como entidade de Utilidade Pública, por desempenhar atividades de cunho social e cultural.

Mas o processo de institucionalização da memória de Antônio Conselheiro tem encontrado obstáculos na cidade, refletindo as lutas políticas locais. O Memorial sofreu uma série de denúncias quando de sua inauguração, veiculadas pelo jornal **Diário do**

---

<sup>528</sup> GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ/PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM. **PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO MUNICÍPIO DE QUIXERAMOBIM (CE)**. Fortaleza: CONSÓRCIO FAUSTO NILO/ESPAÇO PLANO, 2000 (RELATÓRIO DE QUESTÕES/MÓDULO CONCEITO), p. 41.

<sup>529</sup> Idem (Plano de Estruturação Urbana), p. 22-23.

**Nordeste**, o que repercutiu negativamente na comunidade local. A denúncia residiu no fato de que a construção do Memorial foi entregue, sem licitação, para uma construtora próxima do prefeito local, o que ocasionou protestos por parte dos vereadores de oposição (PT e PMDB). Além disso, os vereadores afirmam que a Rede Ferroviária Federal S.A. foi favorecida com a venda do terreno em troca da isenção de impostos. Segundo o jornal, o Memorial foi feito “a toque de caixa” para aproveitar o momento das comemorações do centenário do final da Guerra de Canudos, em 1997. Segundo o prefeito, as denúncias são infundadas e o objetivo da prefeitura foi reconstruir a memória de Antônio Conselheiro e também desenvolver o turismo cultural na região. Assim, os discursos oficiais destacaram que o Memorial Antônio Conselheiro será um fator de atração turística da cidade natal do líder de Canudos, muito mais do que a extração de pedras semipreciosas ou as inscrições rupestres existentes na Pedra do Letreiro. É interessante observar que este discurso paulatinamente vai se enraizando em Quixeramobim, como podemos ver no depoimento de Selma Costa de Araújo. Segundo ela, “No início, algumas pessoas não gostaram da idéia do Memorial. Achavam que o dinheiro deveria ser gasto com os pobres”. Entretanto, no momento em que a mídia “fisgou” Canudos, a Casa de Antônio Conselheiro já foi visitada “até por umas japonesinhas”<sup>530</sup>.

Concomitantemente, ao longo de 1998, as ações do MAC foram se desmobilizando, enquanto movimento, por conta das disputas internas, mas, principalmente, pelo fato de muitos de seus membros seguirem rumos profissionais que os levaram para a capital do Ceará ou mesmo outras cidades do Brasil. Mesmo assim, algumas iniciativas foram tentadas por parte de membros do extinto MAC, visando à ativação do Memorial Antônio Conselheiro. Em 2002, remanescentes do MAC, militantes da Igreja Católica e assentados do MST articularam uma manifestação de desagravo à Prefeitura Municipal por causa do estado de abandono do Memorial, ao mesmo tempo em que reivindicava a retomada do seu projeto original, que propunha a criação de um centro cultural para a cidade<sup>531</sup>.

Como herança do MAC, podemos identificar o enraizamento do nome de Antônio Conselheiro no conjunto da comunidade quixeramobinense, seja ao nível empresarial – pousada, restaurante, banca de revista etc. -, seja no caso de ações culturais, como, por

---

<sup>530</sup> Memorial é alvo de denúncias. In: **Diário do Nordeste**. Fortaleza/CE, 29 de setembro de 1997 (Regional).

<sup>531</sup> PATRÍCIO, Danilo. **Entrevista ao Autor**. Fortaleza/CE, 18 de maio de 2005 (Fonte Oral).

exemplo, quando, nos dias 11, 12 e 13 de março de 2005, a Prefeitura Municipal de Quixeramobim retomou a realização da *Semana Conselheiro Vivo*, no Memorial Antônio Conselheiro, visando celebrar os 175 anos de nascimento de Antônio Conselheiro.

Esse processo de institucionalização da memória de Conselheiro em Quixeramobim se aprofundou com a aproximação do atual prefeito, Edmilson Correia Júnior, com as idéias do MAC, na medida em que se comprometeu em focar sua política cultural na memória de Antônio Conselheiro, bem como na recuperação do papel histórico da cidade, na colonização do Sertão Central do Ceará, principalmente através da expansão da pecuária. Inclusive o atual coordenador de Cultura, Osvaldo Costa, foi um dos membros fundadores do MAC e atua no sentido de implementar as idéias do movimento, no âmbito da política cultural municipal<sup>532</sup>.

Em diversificada programação, o referido evento se destaca pela valorização da cultura local, com a apresentação de poemas de Graça Braga, do repentista Damião Monteiro e de uma peça teatral intitulada *Antônio Conselheiro Santo, Herói ou Bandido?* Ao mesmo tempo, consta à projeção do filme de Sérgio Rezende sobre a Guerra de Canudos, uma exposição de artes plásticas, intitulada *Cicatrizes Submersas*, de Descartes Gadelha e uma conferência do Professor Paulo Emílio Matos Martins (FGV). Do ponto de vista oficial, temos também a entrega da *Comenda Antônio Conselheiro*, da Câmara Municipal, em que foram agraciados o professor conferencista e o humorista Antônio Fernandes do grupo Skolástica. No folder distribuído na ocasião, vê-se a proposta de se retomar o Projeto Conselheiro Vivo, anteriormente desenvolvido pelo Movimento Antônio Conselheiro, visando consolidar a data de seu nascimento, 13 de março de 1830, no calendário turístico de Quixeramobim, “que tem como foco o turismo histórico-cultural e rural”.

Neste sentido, como um dos principais apoios culturais do evento, destaca-se o Sistema Maior de Comunicação, que, através da rádio Canudos FM, tem por objetivo ressaltar a cultura regional e o folclore da região. Inserida no âmbito da Fundação Canudos, as ações desenvolvidas buscam trazer “de volta toda uma tradição que anda adormecida, visando divulgá-la não só na região, mas também em todo o Ceará e no Brasil”. Segundo o folheto de divulgação, o nome da emissora “é uma homenagem ao nosso eterno Antônio

---

<sup>532</sup> OLIVEIRA, Terezinha. **Entrevista ao Autor**. Quixeramobim/CE, 15 de maio de 2005 (Fonte Oral).

Conselheiro, exemplo de luta e determinação que reflete perfeitamente a cultura e personalidade do Sertão Central do Ceará”. Ainda em caráter experimental, a Rádio veicula um texto, em sua transmissão diária, justificando essa homenagem a Antônio Conselheiro, reiterando uma imagem de Canudos, comunidade criada por ele, como “fraterna e harmônica, baseada na religiosidade e na justiça social”<sup>533</sup>.

Segundo Terezinha Oliveira, a propagação da memória do Conselheiro, em Quixeramobim, deve-se mais à influência da mídia, principalmente a Rede Globo, durante as comemorações do centenário de Canudos, em 1997, quando produziu e projetou o filme *Guerra de Canudos*, de Sérgio Rezende. Daí a proliferação de casas comerciais ligadas ao nome de Antônio Conselheiro e Canudos, em Quixeramobim. Segundo a secretária de Cultura e Turismo, cabe agora, dentro da proposta de turismo cultural, propor, com a ativação do memorial Antônio Conselheiro, o “verdadeiro conteúdo” deste líder de um dos mais importantes movimentos sociais da história do Brasil<sup>534</sup>. Marcílio Maciel também reitera a decisiva participação de jornalistas e pesquisadores de outras regiões, especialmente da Bahia, na consolidação da memória de Antônio Conselheiro, em Quixeramobim, nas comemorações do final da Guerra de Canudos<sup>535</sup>.

Então, o que se observa, na cena contemporânea, é precisamente um processo não só de ampliação dos significados dos patrimônios culturais, mas de intensificação dos usos do patrimônio com fins de construção e reforço de identidades particulares. No âmbito dos processos de globalização, os “*patrimônios culturais*”, ao invés de se homogeneizarem, vêm dando forma a projetos de identidades cuja ênfase reside menos no que têm de “universal” e mais no que têm de “singular”. Assim sendo, os discursos de patrimônio cultural têm sido, ao mesmo tempo, expressão e instrumento de movimentos sociais e projetos políticos que paradoxalmente manifestam e questionam os efeitos dos processos de globalização<sup>536</sup>.

---

<sup>533</sup> Agradeço a gentileza do acesso ao texto radiofônico ao Diretor Presidente do Sistema Maior de Comunicação, Sérgio Machado.

<sup>534</sup> OLIVEIRA, Terezinha. **Entrevista ao Autor**. Quixeramobim/CE, 15 de maio de 2005 (Fonte Oral).

<sup>535</sup> MACIEL, Manuel Marcílio. **Entrevista ao Autor**. Quixeramobim/CE, 16 de maio de 2005 (Fonte Oral).

<sup>536</sup> É interessante observar que essa assertiva é tema de um simpósio intitulado **Patrimônios culturais e identidades em contextos transnacionais: uma visão comparativa** e coordenado pelos professores José Reginaldo Santos Gonçalves e Manuel Ferreira Lima Filho no 52º Congresso Internacional de Americanistas a se realizar em Sevilha (2006).

Portanto, tomando como princípio norteador o direito à memória como uma das dimensões fundamentais da plena cidadania, as iniciativas culturais aqui registradas demonstram a necessidade de se reescrever a história da luta camponesa no Brasil e, conseqüentemente, a história da nação, na medida em que anteriormente se afirmava que os camponeses sofrem a história, não atuam nela, e mesmo quando assumem posições políticas não as compreendem. Os lugares de memória construídos para lembrar um dos principais capítulos da luta camponesa no Brasil, como é o caso de Canudos, servem para, ao lado da atual mobilização camponesa, presente nas ações do MST e congêneres, questionar essa leitura equivocada feita por setores políticos e da inteligência brasileira, propiciando um rico painel da luta pela cidadania no Brasil.

Essa luta cultural se concretiza, no social, entre diferentes sujeitos históricos, assumindo leituras diversas e resultando em diferentes memórias. Essas batalhas entre os diversos sociais envolvidos nas rememorações dos centenários de Canudos podem ser percebidas nos projetos turístico-patrimoniais como é o caso do Parque Estadual de Canudos e do Memorial Antônio Conselheiro, em Quixeramobim/CE. Tais projetos se inserem na perspectiva de uma proposta de valorização do patrimônio como uma panacéia para o desenvolvimento local. Entretanto, o que percebi, ao longo da pesquisa, foi que a procura turística ficou muito aquém daquela prevista, na medida em que não foi desenvolvido um diagnóstico sistemático e aprofundado das suas potencialidades e debilidades, bem como a avaliação da viabilidade e da exequibilidade dos seus objetivos. Estas falhas podem ser percebidas, principalmente, no que se refere às ações desenvolvidas junto à comunidade, pois, ainda são bastante precárias as condições de hospedagem e do receptivo turístico em ambas as localidades. Além disso, a formação de pessoal qualificado também não tem frutificado como previsto nos objetivos iniciais dos mencionados projetos.

No caso do IPMC e do *Museu Histórico de Canudos*, observo um certo risco do processo de memorialização do cotidiano, no sentido da “sacralização” do passado. Por outro lado, também se percebe certa descontinuidade na manutenção dos memoriais, por conta de dificuldades financeiras e de organização do acervo sobre Canudos, principalmente pela ausência de uma leitura museológica e arquivística, bem como de pessoal qualificado para a gestão documental. Apesar disso, o engajamento nos esforços gerais de preservação do patrimônio histórico e cultural da cidade, o IPMC e o Museu

Histórico de Canudos colaboram no esforço de ampliação das possibilidades do exercício da cidadania, na medida em que oferece à comunidade local a democratização da informação especializada (história, memória e cultura).

Desse modo, mesmo com todos os percalços existentes nos mencionados empreendimentos, reitero a necessidade de se recriar a memória dos que perderam não só o poder, mas também a visibilidade de suas ações, resistências e projetos, nos sertões nordestinos, propondo que este patrimônio histórico, aliado à idéia de cidadania, evoque as múltiplas dimensões da cultura como imagens de um passado vivo, ainda que a heterogeneidade das memórias coletivas tenha um fraco nexos com a história instituída<sup>537</sup>.

---

<sup>537</sup> PAOLI, Maria Célia. Memória, História e Cidadania: O Direito ao Passado. In: DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO. **Op. cit.**, p. 25 e 27.

*CAPÍTULO 6:*  
*O EXÉRCITO BRASILEIRO E AS COMEMORAÇÕES DE*  
*CANUDOS*

*“A mídia, insuflada pela esquerda, (...) explorou muito Canudos, atacando o Exército, querendo associar as atrocidades [que aconteceram em Canudos] à Revolução de 1964, como se houvesse uma tradição do Exército de ser torturador, matador”.*

Coronel Luís Paulo Macedo de Carvalho<sup>538</sup>

Em instigante ensaio, Celso Castro busca perceber a dimensão de invenção cultural do Exército, inventariando três importantes tradições da instituição: o culto de Caxias como seu patrono, as comemorações da vitória sobre a Intentona Comunista de 1935 e o Dia do Exército, comemorado em 19 de abril, data da primeira Batalha de Guararapes. Segundo sua proposta, é através da evocação comemorativa do passado que o próprio Exército inventa-se como instituição. Interessante destacar aqui que a análise do historiador propõe uma dimensão pouco estudada da instituição: a definição da identidade do Exército a partir de um conjunto de elementos simbólicos para a constituição de uma tradição específica e com um papel a desempenhar na construção da Nação brasileira<sup>539</sup>.

No campo das batalhas da memória, vimos que existe atualmente, diferentemente das comemorações nacionais à época da instalação do culto à Caxias, uma pluralidade de representações do passado, que acabaram por dessacralizar a idéia de Estado-nação, no sentido de que são vistas mais como construções simbólicas do que como entidades naturais, com uma identidade única e uma memória sagrada a ser preservada. Isto faz com que os grupos sociais intervenham na direção de celebrar seus heróis, não como símbolos nacionais, mas como representativos de segmentos marginalizados pela história e a memória oficial, como é o caso de Zumbi dos Palmares ou Antônio Conselheiro. Assim, o

---

<sup>538</sup> Citado por CASTRO, Maurício de Almeida Siaines de. **Canudos: Visões Militares**. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia/IFCS/UFRJ, 2004, (Dissertação de Mestrado), p. 71.

<sup>539</sup> CASTRO, Celso. **A Invenção do Exército**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002 (Coleção Descobrimos o Brasil).

momento atual das “*batalhas da memória*” propicia a democratização das comemorações, ocasionando, ao mesmo tempo, uma politização das representações do passado<sup>540</sup>.

Ainda que o Exército esteja presente no conjunto de significados que constroem Canudos como significante, desde a repressão desencadeada contra a cidade e, ao mesmo tempo, na guerra simbólica travada por escritores, memorialistas e oficiais do Exército na formação da opinião pública sobre a “*cidadela do fanatismo*”, a Guerra de Canudos não se transformou num ritual oficial de rememoração dos mortos e heróis militares e, portanto, não se constituindo na formalização de uma “*memória oficial*”. Talvez porque Canudos representasse, historicamente, “um dos elementos da tensão entre o mundo de dentro e o mundo de fora do estamento militar”<sup>541</sup>.

Contudo, a interpelação comemorativa por parte da sociedade civil, no contexto dos centenários de Canudos (1993-1997), fez com que houvesse, por parte do Exército, a necessidade de intervir nas batalhas da memória, como ficou claro na epígrafe deste capítulo. Deste modo, na intervenção do Exército brasileiro se explicita o intuito de extirpar da memória nacional a imagem de massacre presente nas principais publicações da imprensa e dos seminários realizados, especialmente durante o centenário do final da Guerra, em 1997. Assim, este capítulo busca analisar, a partir de uma incursão nos arquivos e bibliotecas, como o Exército brasileiro interveio nas batalhas da memória nos centenários de Canudos (1993-1997), seja por meio da produção intelectual presente nas principais revistas do Exército brasileiro, tais como **A Defesa Nacional**, **Revista do Clube Militar**, **Revista do Exército Brasileiro** e **Verde-Oliva**, seja através das ações sócio-culturais do Exército na região de Canudos.

### *A HISTORIOGRAFIA MILITAR SOBRE CANUDOS*

Para compreendermos as imagens produzidas no âmbito do Exército, em torno das lembranças e comemorações do acontecimento em seus centenários, devemos perscrutar a historiografia militar sobre Canudos, no sentido de perceber continuidades e rupturas no discurso da caserna. Neste sentido, inventariamos a guerra simbólica contra Canudos

---

<sup>540</sup> Idem, p. 36-37.

<sup>541</sup> CASTRO, Maurício de Almeida Siaines de. **Op. Cit.**, p. 110.

efetuada por autores que construíram a matriz discursiva do pensamento militar sobre Canudos ao longo do século XX, destacando Constantino Nery, Dantas Barreto, Macedo Soares, Tristão de Alencar Araripe, entre outros.

No contexto das comemorações do centenário do final da Guerra de Canudos, é reeditada a obra de Cândido José Mariano sobre a participação da Força Pública do Amazonas na Guerra de Canudos, cuja primeira edição data de 1897. Supõe-se ser um dos primeiros relatórios publicados sobre o combate, explicitando aí a caracterização de Canudos como “antro dos bandoleiros e assassinos que tantas vítimas já tinham feito nos nossos irmãos de armas e crenças – os heróicos oficiais e soldados do Exército Brasileiro”<sup>542</sup>.

Mariano relata, sem preocupações literárias, que o Batalhão do Amazonas era “alvejada constantemente pelas balas dos fanáticos e rebeldes”, forjando neste embate sua “aprendizagem no fogo e nos sacrifícios de toda a ordem pela República”. Contudo, não deixa de registrar as deserções de alguns alferes no percurso da longa viagem até Canudos e o pequeno número de médicos para tratar dos feridos que atulhavam o hospital de sangue. Segundo o militar, coube aos soldados amazonenses “tomar posse das casas, do rio e da estrada” para, desse modo, firmarem a sua “reputação de valentes e corretos entre as forças que assediavam Canudos”<sup>543</sup>.

Já Constantino Nery, em seu diário de campanha, seguindo as idéias do relatório do frade capuchinho João Evangelista do Monte Marciano de que aquilo era “*o Estado dentro do Estado*”, reitera a imagem de um aglomerado de criminosos fanatizados, que acabou por justificar a ação militar contra os conselheiristas:

*“Essa colônia penitenciária, verdadeiro estado no Estado, bem cedo se transformou em baluarte quasi inexpugnável; os seus habitantes, unidos mesmo terror, fortificados em um centro de resistencia admiravelmente escolhido, puderam desafiar, a seu talante, a acção da autoridade, menoscabando a força pública”*<sup>544</sup>.

---

<sup>542</sup> MARIANO, Cândido José. **A Força Pública do Amazonas em Canudos**. 4ª edição. Recife: FJN/Editora Massangana, 1998, p. 18.

<sup>543</sup> *Idem*, p. 18, 21 e 23.

<sup>544</sup> NERY, A. Constantino. **A Quarta Expedição contra Canudos**. Pará: Typ. de Pinto Barbosa & C<sup>a</sup>, 1898, p. II.

O tenente-coronel Dantas Barreto se afigura como um dos personagens fundamentais da construção de determinada “*visão de mundo*” do estamento militar, que, à época dos acontecimentos de Canudos, propunha um discurso modernizador. Utilizo aqui o livro **Destrução de Canudos** (1912), em que Dantas Barreto revisa a primeira edição do livro **Última Expedição a Canudos** (1898), detalhando em sua narrativa, pejorativamente, costumes e hábitos sertanejos e de seu líder maior, Antônio Conselheiro.

O escritor sugere que Canudos “era um centro forte, independente e ameaçador”, que “tinha sepultado nas planuras das suas sinistras imediações as primeiras vítimas do dever e do patriotismo, os apóstolos mais ardentes da fé republicana”. Podemos observar nessa assertiva que ecoa aquela imagem anteriormente citada de que Canudos representava um “*Estado dentro do Estado*” em que “Canudos parecia constituir a força demolidora das instituições republicanas do Brasil”, uma “*immensa aldeia facciosa*”<sup>545</sup>.

Contudo, é negada a participação de monarquistas no levante sertanejo, limitando-se ao plano platônico. Mas isto não significa que haja contemplação com o inimigo, pois a tônica da narrativa de Dantas Barreto é a desqualificação do inimigo e o rebaixamento dos jagunços à barbárie, num discurso próximo da animalização. Assim, a vinculação do jagunço à natureza explicava, em parte, seu comportamento, especialmente pela paisagem desértica a determinar a aridez do homem sertanejo. Ao mesmo tempo, existia uma criminalização dos sertanejos, caracterizando-os como “homens habituados à destruição e ao crime”. Esse determinismo geográfico estava também presente na narrativa euclidiana, bem como a exaltação da resistência sertaneja, ainda que vinculada a um determinante biológico. Neste sentido, Barreto sugere que o “sertanejo na caatinga é como o lobo no mar”<sup>546</sup>.

Também a dicotomia civilização/barbárie da análise euclidiana se fazia presente no livro de Dantas Barreto. Segundo ele, em Canudos, essa “*immensa população (...)* desapareceu em nome da ordem, da civilização e da moralidade do Brasil”, pois o que havia na “*Jerusalém do Vasa-Barris*” era uma “*promiscuidade confusa*”. Assim, por causa

---

<sup>545</sup> BARRETO, Emílio Dantas. **Destrução de Canudos**. 4º Milheiro. Recife: Jornal do Recife Editor, 1912, p. 6 e 11.

<sup>546</sup> Idem, p. 97 e 98.

do comportamento desviante do líder de Canudos e seu séquito, era necessário reprimi-los para não colocar em perigo a ordem republicana.

É interessante observar que, em sua narrativa, explicita-se a idéia do extermínio da população canudense, quando relata a morte do major Severiano no campo de batalha:

*“E ter que ficar ali, onde certamente se faria o deserto, o vazio assombroso de uma grande população extinta! Ali, por onde o viajor sertanejo passaria eternamente desconfiado e o observador não encontraria senão ruínas silenciosas, planícies alvejantes das ossadas que transformariam pouco a pouco em cinza, que o vento levaria ao acaso!”<sup>547</sup>.*

Apesar de não revelar em detalhes os atos criminosos do Exército na guerra, como foi o caso da degola, o autor, curiosamente, numa passagem menciona tal prática, quando do aprisionamento de uma jagunça e seu filho:

*“(...) – Quer ser fuzilada ou degolada?”<sup>548</sup>.*

A narrativa de Dantas Barreto, por fim, ressalta o papel constitucional do Exército na defesa da república, associando a figura de Floriano Peixoto à necessidade do restabelecimento do princípio da autoridade, na medida em que, em 1897, o Exército “destruiu os elementos subversivos dos longínquos sertões da Bahia e é a impávida sentinella que vigia attentamente os traidores e os inimigos da Patria”<sup>549</sup>.

Encontramos aqui, nas memórias escritas pelo militar, os principais elementos discursivos que moldaram a leitura da historiografia militar sobre Canudos e estabeleceram justificativas para convencer a opinião pública nacional diante do massacre perpetrado pelo Exército brasileiro.

O Tenente Henrique Duque-Estrada de Macedo Soares, partícipe dos combates finais da Guerra de Canudos, segue a mesma tendência interpretativa de Dantas Barreto, caracterizando a cidade conselheirista como “formidável núcleo de rebeldes ao mando de

---

<sup>547</sup> Ibidem, p. 275.

<sup>548</sup> Ibidem, p. 258.

<sup>549</sup> Ibidem, p. 300.

um vesânico, voltado contra as instituições”, “antro de fanáticos”. Sua paisagem era a de uma “grande aglomeração anti-simétrica da casaria avermelhada, destacando algumas caiadas e, a tudo sobressaindo, o vulto amplo e elevado do grande templo”. Assim, cabia ao Exército dar cabo à “pavorosa anarquia que assolava aquela parte do Território Nacional”<sup>550</sup>.

Ao mesmo tempo, trata os sertanejos como “celerados”, “fanáticos”, “bandidos”, “ferozes” como a natureza do sertão. Para o narrador, Antônio Vicente Mendes Maciel, o Conselheiro, descendia de uma família lendária no Ceará, celebrizada pelos crimes e atrocidades praticados. Assim, os “Maciéis jamais deixaram sem atroz vingança qualquer ofensa”. Como membro da família, Antônio Maciel “não pôde escapar a essa vesânia”, principalmente após as pretensas infidelidades da esposa e o assassinato da própria mãe. Então, “atirou-se à prática de atos de carolice”. É interessante observar que as informações citadas por Macedo Soares relativas a Antônio Conselheiro como assassino de sua própria mãe não encontram respaldo documental, mas permanecem sendo repassadas na memória popular como pode ser notado em depoimento no filme de Antônio Olavo, em 1993<sup>551</sup>.

Eivado de religiosidade e misticismo, Conselheiro como missionário errante passa a realizar obras em cemitérios, igrejas e capelas tornando-o popular. Em suas palavras, “Seus fiéis já constituíam respeitável coluna, armados até os dentes e dispostos a lutarem até a última defesa do *Bom Jesus Conselheiro*”. Macedo Soares afirma que todos no povoado trabalhavam e em pouco tempo, “seis mil e quinhentas habitações viam-se e trinta mil seres nelas se agitavam promiscuamente”<sup>552</sup>. Frise-se que o autor fala da existência de roças de milho, mandioca, feijão, batata-doce e cana, abóbora e melancias, além do imbuzeiro, o que demonstra uma organização produtiva que o levou a chamar Canudos de “celeiro dos jagunços”<sup>553</sup>.

Mesmo caracterizando-os como bandidos, tal como em Euclides da Cunha, os jagunços são elogiados pelo seu esforço e bravura, batendo-se em disciplina própria de tropas aguerridas e exibindo grande tenacidade e firmeza na defesa. Segundo seu depoimento, exímios atiradores, “os fanáticos só alvejavam com a certeza de ferir; sem

<sup>550</sup> MACEDO SOARES, Henrique Duque-Estrada. **A Guerra de Canudos**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Philobiblion; Brasília: INL, 1985, p. 30, 83 e 41.

<sup>551</sup> OLAVO, Antônio. **Paixão e Guerra no Sertão de Canudos**. Salvador: Portfolium, 1993 (Vídeo).

<sup>552</sup> MACEDO SOARES, Henrique Duque-Estrada. **Op. Cit.**, p. 41, 42 e 46.

<sup>553</sup> Idem, p. 117.

abusar da munição, tiroteando com método e regularidade, pouco se lhes dava a chuva de balas que os soldados, sem a disciplina do fogo, lhes enviavam. Em qualquer circunstância morriam sem um gemido, convictos, como estavam, da causa que os absorvia”. Por outro lado, Macedo Soares revela o “alto espírito de solidariedade e dedicação” dos jagunços, que não deixavam “um só ferido nas trincheiras”. Contudo, o que prevalece, em sua narrativa, é a imagem de Canudos como um “reduto do fanatismo criminoso”, composto de “sanguinários asseclas do agitador”<sup>554</sup>.

O misticismo exacerbado dos fanáticos fazia com que defendessem com tenacidade o santuário do Bom Jesus, “de onde o legendário senhor do Belo-Monte governava com intransigente absolutismo aquela massa de alucinados”. Assim, como o “fero inimigo” não descansava, o espírito de vingança e o ardente “desejo de extinguir tão anômala situação”, por parte dos oficiais e praças, acabaram por dar a tônica do seu discurso. Isto pode ser percebido, por exemplo, na seguinte passagem:

*“... Criancinhas, algumas ainda se amamentando, sobre o peito quente das mães, também morrendo com os crânios varados a bala, os ventres rasgados a baionetadas. Ninguém pediu misericórdia e ninguém lha concederia. O que passasse ao alcance das carabinas, ou da arma branca, caía vitimado”*<sup>555</sup>.

Em suas páginas finais, Soares não relata a prática da degola, expondo que, se alguma exceção houve, foram excessos de alguns poucos tresvairados pelo ódio e incapazes de sopitar os seus instintos grosseiros. Mesmo assim acaba por dar pistas de que os órfãos adotados por oficiais e praças tornaram-se semi-escravos. Quanto à descoberta do corpo de Antônio Conselheiro, o narrador descreve, com precisão, a cena lúgubre em que o crânio do líder de Canudos é arrancado do tronco e transportado pelo Dr. Curió para Salvador com o objetivo de ser estudado<sup>556</sup>.

Escrita provavelmente no final da década de 1910, pois faleceu a 16 de novembro de 1920, Carlos Eugênio A. Guimarães, partícipe da Quarta Expedição e irmão de Arthur Oscar, escreve uma biografia laudatória sobre o comandante da 4ª Expedição, tentando

---

<sup>554</sup> Ibidem, p. 80, 78, 81 e 94.

<sup>555</sup> Ibidem, 203.

<sup>556</sup> Ibidem, p. 220 e 232.

construir a imagem de liderança e chama patriótica que moveu Arthur Oscar na sua carreira militar, especialmente no combate a Canudos:

*“Durante essa terrível campanha de 103 dias de fogo ininterrupto, Arthur Oscar revelou energia e firmeza extrema, conseguindo comunicar aos seus comandados a confiança de que ele se achava possuído sobre o êxito das operações”*<sup>557</sup>.

Mas o biógrafo faz questão de externar a decepção do “vencedor de Canudos”, quanto a sua promoção a general de divisão, talvez por ter sido colocado na conta de jacobino. Segundo o autor, a perseguição continuou mesmo após o governo Prudente de Morais e somente arrefeceu com o governo de Rodrigues Alves, quando é nomeado Intendente de Guerra. Inclusive, o narrador imputa a série de decepções o motivo da doença que o arrebatou aos 53 anos de idade.

Na década de 1930, o Tenente-Coronel Orvacio Marreca retoma o tema, através do seu livro sobre a participação da milícia paraense na Guerra de Canudos. Segundo o autor, praticamente inexistiu um trabalho de fôlego sobre a história da marcha da Milícia Paraense na Guerra de Canudos e mesmo as menções esparsas que figuram como verdadeiros, são “pontos inteiramente falsos”. Assim, como testemunha ocular da história, o historiador militar descreve, minuciosamente, a trajetória da Força Policial do Pará, desde Belém até sua chegada no teatro da guerra de Canudos. Sua narrativa evidencia algumas deserções no caminho e se percebe certa inspiração euclidiana em algumas passagens, como é o caso da queda da cidade de Antônio Conselheiro:

*“Eram por fim menos de uma dúzia de jagunços em frente aos quaes rugiam raivosamente, com leões esfaimados, 5:000 homens, dispendo de cinco mil fuzis, 20 canhões e vasto materiam de guerra”*<sup>558</sup>.

---

<sup>557</sup> ANDRADA GUIMARÃES, Carlos Eugênio. **Artur Oscar, soldado do Império e da República**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1965, p. 119.

<sup>558</sup> MARRECA, Orvacio. **A Milícia Paraense e sua heróica actuação na Guerra de Canudos em 1897**. Belém: Guajarina, 1937, p. 39.

Sua descrição dos jagunços também segue a imagem distorcida e pejorativa dos outros historiadores militares, mas, ao mesmo tempo, revela o heroísmo sertanejo, agora transposto para a figura do brasileiro:

*“Os jagunços de phisionomias sinistras, bustos denudados, esqueléticos com fealdade typica dos fracos e o heroismo caracteristico do brasileiro, embatiam-se em assaltos temerarios e doidos, vinham mesmo matar o adversario na propria trincheira”*<sup>559</sup>.

Mas talvez a sua maior contribuição seja a denúncia da prática bárbara e desumana da degola, em que “um dos ajudantes de ordens, do Commando em Chefe das forças em operação” traz uma “relação dos presos que tinham de fazer trincheiras, isto é, serem degolados” e seus corpos, depois de mortos, “empilhados uns após outros, deitando-se em cima kerosene e ateando-se-lhes fogo!”<sup>560</sup>.

Nos anos 1940, as reminiscências de Xavier de Oliveira relatam os acontecimentos relativos aos meses de julho de 1897 até o final da Guerra de Canudos, do ponto de vista dos acadêmicos que atuaram como voluntários da pátria. Na primeira parte do seu relato, afirma que a “atenção nacional e especialmente a da Bahia estavam prêsas às ocorrências de Canudos onde constava ter havido já encontros entre os fanáticos de Antônio Conselheiro e as forças do exército, divididas em duas colunas sob o comando geral do general Arthur Oscar de Andrade Guimarães”. Segundo ele, as informações desencontradas causavam grande ansiedade entre as tropas do exército e destaca a participação do 5º Batalhão de Polícia Militar da Bahia. O memorialista noticia também a imensa quantidade de feridos aportados na cidade de Alagoinhas e enumera a contribuição dos estudantes no auxílio aos feridos. Interessante observar que, com a ocupação militar de Queimadas, praticamente não havia população civil, exceção somente dos comerciantes que ali permaneceram<sup>561</sup>.

Oliveira relata a transformação do grupo de voluntários juvenis em “compenetrados funcionários do serviço sanitário das fôrças expedicionárias”, apesar das cenas horrendas de

---

<sup>559</sup> Idem, p. 38.

<sup>560</sup> Ibidem, p. 40.

<sup>561</sup> OLIVEIRA, Xavier de. Reminiscência da Guerra de Canudos. In: **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**. V. 68, p. 102-107, 1942 [p. 102].

cadáveres de soldados expostos em árvores, ao longo do caminho até Canudos, como o do coronel Tamarindo, no Angico. Também sugere interessantes pistas para se conhecer o número de feridos na Campanha de Canudos. Em suas contas, coletadas em 27 de julho, havia, na Favela, 1650 feridos e, em 8 de agosto, estavam internados só no Hospital Wirckow 173. Mas o autor lembra que, do mapa dos doentes e feridos que embarcariam para Monte Santo e Queimadas, mais da metade dos nomes era cortado pelo Dr. Curió, mesmo no estado miserável em que viviam.

Por outro lado, o memorialista afirma que a resistência dos jagunços era um valor a aproveitar e não para destruir, na medida em que, do “espetáculo dantesco e tristemente empolgante”, devemos “ufanar” dessa raça caldeada por características étnicas do “espírito inquebrantável do português conquistador e catequista, a resignação do africano ao sofrimento e a bravêsa indomita do caboclo”<sup>562</sup>.

É interessante notar que o discurso dos voluntários registrado em suas memórias se aproxima do discurso militar, em suas principais características, como se pode perceber também no depoimento de Alvim Martins Horcades (1899). Em sua descrição de Canudos, Horcades relata a casinhola do Santo Conselheiro conhecida como Santuário, mas que mais parecia uma casa trincheira pelas sólidas paredes e “onde o bandido-chefe collocara toda a sua santaria”. Da mesma forma, chama Villa Nova de “chefe miserável” e conclui sua narrativa caracterizando os jagunços, de forma extremamente pejorativa:

*“... individuos sem completo ou nenhum discernimento de civilização, sendo estes em grande maioria, assassinos, ladrões, soldados desertados das fileiras do exercito e das policias, beatas, mulheres indolentes e acossadas pela fome, sendo acompanhadas naturalmente pelos filhos, ajuntando-se-lhes ainda negociantes estupidos e exploradores, foi quem formou a barreira perigosa e quasi inexpugnavel, que a Patria teve de combater em nome de seus creditos, de sua moralidade e dos fóros de civilizados que possuíam seus filhos”<sup>563</sup>.*

---

<sup>562</sup> OLIVEIRA, Xavier de. Reminiscência da Guerra de Canudos. In: **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**. V. 69, p. 149-181, 1943 [p. 151 e 173].

<sup>563</sup> HORCADES, Alvim Martins. **Descrição de uma viagem a Canudos**. Salvador: EDUFBA/EGBA, 1996, p. 183-184.

Todavia, numa postura crítica às posições dominantes da época, Horcades também nega, peremptoriamente, o caráter monarquista dos conselheiristas, afirmando que a “ideia monarchica nunca existio alli, mas sim a ignorancia, auxiliada pela perversidade e chefiada por um maniaco-bandido”<sup>564</sup>. Ao mesmo tempo em que denuncia os inomináveis degolamentos praticados depois do conflito, que, aliás, resultaram em manifestos estudantis das escolas superiores da Bahia.

Lélis Piedade, que assinou o prefácio do livro de Horcades, também escreveu importante relatório sobre o Comitê Patriótico da Bahia (1897-1901), em que descreve as atividades deste comitê que organizou uma infra-estrutura médica e sanitária para receber os soldados feridos e inválidos, mas que, ao se confrontar com as atrocidades praticadas pelas forças legalistas, voltou-se para a proteção da infância órfã de Canudos. O que nos chama a atenção, nos relatos do Comitê, é a “prática condenável de certos abusos e o estado de verdadeira miséria em que se achavam as desgraçadas prisioneiras de Canudos muitas das quais mortas de inanição, sem que uma só alma caridosa lhes procurasse salvar a vida, ministrando-lhes o cuidado e os meios indispensáveis à manutenção da existência. Eram assim tratadas como entes vis e abjetos, indignos de toda piedade e clemência”. Ao mesmo tempo, o relatório final denuncia a resistência de parte da elite política sertaneja em devolver à vida cidadã crianças que viviam em regime semi-servil como é o caso de Matias da Costa Batista, um dos mais abastados negociantes de Alagoinhas ou ainda o relato de estupros de crianças por soldados como foi o caso de Maria Domingas de Jesus, 12 anos, “desvirginada” pelo soldado José Maria, do 25º Batalhão de Infantaria<sup>565</sup>.

Na revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, Deolindo Amorim destaca o papel desempenhado pelo 5º Batalhão de Polícia Militar da Bahia, na Guerra de Canudos, afirmando que “ainda não foi descrita, em trabalho especial, à luz dos elementos que existem nas fontes de informações”, apesar de parcas referências ao 5º de Polícia, na obra de Euclides da Cunha. Segundo Amorim, os quadros da milícia estadual, à época da Guerra de Canudos, estavam desfalcados por conta das constantes diligências no interior do Estado. Fez-se, neste sentido, a necessidade de mobilizar corpos de voluntários para a ida ao Sertão de Canudos, destacando-se os estudantes da Faculdade de Medicina da Bahia.

---

<sup>564</sup> Idem, p. 184.

<sup>565</sup> PIEDADE, Lélis. **Histórico e Relatório do Comitê Patriótico da Bahia (1897-1901)**. 2ª edição. Salvador: Portfolium, 2002 (Edição organizada por Antônio Olavo), p. 211,219 e 226.

Para o autor, um fator importante dos sucessos do 5º Batalhão de Polícia foi o fato de que os soldados eram também sertanejos, conhecedores do clima e das intempéries da caatinga. Por isso, o citado batalhão integrou a guarda do comando geral da 4ª expedição, inclusive recebendo citações no relatório final do comandante em chefe, General Arthur Oscar. Assim, foi grande o “sacrifício dos que tiveram de enfrentar o reduto de seus heróis, sertanejos obscuros, dominados pelo fanatismo religioso” e “coube ao 5º da Bahia penetrar no arraial, oferecendo à história um subsídio de sacrifício e desprendimento quando a legalidade triunfou sobre os derradeiros redutos de Canudos”<sup>566</sup>.

As memórias de Marcos Evangelista C. Villela Jr., escritas no início dos anos 1950, reiteram a imagem dos jagunços de Antônio Conselheiro como violentos e brutos, inclusive associando-os a animais bravios (“*lobos famintos*”) como a natureza do lugar. Essa construção simbólica dos sertanejos, moldada pelo determinismo geográfico e racial da época em que foi escrita a obra euclidiana, ainda encontra eco nos escritos militares mesmo passados cerca de 50 anos do conflito. Segundo o militar, em Canudos não existia agricultura, nem qualquer indústria e, portanto, “não havia nenhum recurso de que viver”. Daí os jagunços fazerem uso da “*rapina*”.

Em sua imagem de Conselheiro, o autor o coloca como um “rústico”, “semi-analfabeto”, “muito manhoso, estradeiro e com ambição de ser chefe de qualquer coisa”. Assim, “fez-se chefe religioso e, tomando uma túnica de zuarte, dizia-se enviado de Deus, vivia sem trabalhar, graças à dedicação do seu rebanho, que era levado não só à rapinagem, mas também ao assassinato, à desonra das famílias sertanejas e outras truculências”. Segundo o memorialista, os jagunços acreditavam que seu Bom Jesus Conselheiro “tinha ordem de Deus para abolir o pecado” e atribuíam ao Conselheiro “o poder de, através de suas orações, conseguir para todos a imortalidade. Assim sendo, Canudos seria a nova Jerusalém, do Apocalipse”. Villela Jr. mantém a imagem de que os jagunços “queriam formar um Estado dentro do próprio Estado baiano, na certeza de que mais tarde o Bom Jesus Conselheiro governaria todo o Brasil”<sup>567</sup>.

---

<sup>566</sup> AMORIM, Deolindo. O Quinto de Polícia da Bahia na Campanha de Canudos. In: **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**. V. 79, p. 243-248, 1945 [p. 245 e 248].

<sup>567</sup> VILLELA JR., Marcos Evangelista C. **Canudos: Memórias de um Combatente**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 1997, p. 107-108.

Conhecedor da região de Canudos, nas décadas de 1950 e 1960, Manoel Funchal Garcia narra seu contato com a natureza da região, descrevendo a formidável quantidade de cactos existente, bem como os pequenos arbustos que compõem a flora local, sobressaindo a plantação do sisal, na cidade de Monte Santo, empregada na produção de cordas, redes e panos grosseiros. O autor descreve a figura de Antônio Conselheiro como um “brutal fanatizador”, que falava “longo tempo de cabeça baixa, numa expressão de suprema humildade”. Seus traços fisionômicos, segundo Garcia, descendem dos curibocas, apesar da tez relativamente clara. Após os conflitos pessoais que lhe marcaram a vida – rixas familiares entre os Araújo e os Maciéis e a traição da esposa -, Antônio Conselheiro vaga pelo sertão, encontrando, segundo a narrativa, terreno propício para suas pregações, pois muitos sertanejos ali residentes acreditavam “que D. Sebastião surgirá um dia envôlto numa auréola refulgente, de espada em punho para dar bem aventurança aos bons e castigar os maus”<sup>568</sup>.

Da prisão arbitrária em Itapicuru, houve a transformação do “desventurado paranóico” em ator central da tragédia nos sertões da Bahia. Segundo o autor, o fanatismo dos adeptos de Antônio Conselheiro que, até então havia crescido em progressão aritmética, agora passa a ser em progressão geométrica. E nos conflitos em Bom Conselho e em Masseté crescem ainda mais os seus adeptos, que passam a serem chamados, por políticos locais, de monarquistas. Em 1893, Antônio Conselheiro e sua “legião de vezânicos” se estabelecem numa fazenda abandonada, Canudos. Para o autor, o líder de Belo Monte criara ali “um comunismo integral e autêntico”<sup>569</sup>.

Vemos, deste modo, que toda a narrativa de viagem segue os preceitos da historiografia militar sobre Canudos, no qual a pecha de monarquista e mesmo de comunista acaba por desqualificar as ações dos conselheiristas, no sentido de construírem uma vida melhor e mais digna. Entretanto, vale registrar as entrevistas com Manoel Ciriáco e Lalau, sobreviventes da Guerra de Canudos, realizadas por ele, em que exalta o código de honra dos combates conselheiristas. Sua descrição de Manoel Ciriáco é a de um tipo atlético, apesar dos seus oitenta e oito anos, com cabelos e bigode totalmente brancos, alto e robusto. As impressões de Manoel Ciriáco sobre a guerra são interessantes, quando fala que

---

<sup>568</sup> GARCIA, Manoel Funchal. **Do Litoral ao Sertão (Viagens ao Interior do Brasil, inclusive na região de Canudos)**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1965, p. 153, 171, 173 e 177.

<sup>569</sup> Idem, p. 191.

“no guerra o home non é home, é mais feróis que os bicho mais feróis; a creatura de Deus fica tudo espiritado (...). Mais porém, non sendo na guerra, um home non pode se *trêdo* nem cós inimigo dele!”. O seu código de honra se pautava, assim, na lealdade e fidelidade, recomendando esses valores até para com os inimigos – a não ser na guerra<sup>570</sup>.

De Lalau, o autor exalta a fidedignidade de sua leitura dos fatos a respeito da guerra, comparando-a com as memórias de ex-combatentes como Macedo Soares ou o relatório do Frei Monte Marciano. De sua figura ressalta o aspecto de caboclo, curiboca, baixote e franzino, mas sua valentia aparece quando interrogado se valeu a pena ter lutado na guerra:

*“Uai, Cuma é que haverá de rependê, sô Manéle (...) eu havera de rependê de defendê o Belo Monte que era a minha pátria e a República veio prá matá nós tudo e razá o Belo Monte?”*<sup>571</sup>.

Percebemos aqui que a tônica dos questionamentos do memorialista leva o depoente a colocar Antônio Conselheiro como “imperador” e que Belo Monte era um “Estado dentro do Estado” no Brasil, numa clara tentativa de justificar o massacre contra a comunidade canudense.

À mesma época, ao contrário de Manuel Funchal Garcia que conseguiu dialogar com remanescentes de Canudos, Nelson Werneck Sodré comenta um certo mutismo dos habitantes de Canudos diante de sua presença como soldado vestido a caráter e numa viatura militar. Talvez temessem uma nova mortandade, talvez quisessem esquecer a carnificina perpetrada pelo Exército. Segundo o general, os “remanescentes de Canudos, as testemunhas autênticas, pareciam estuporadas. Colhi pouco delas”<sup>572</sup>.

Registre-se que, a partir da notícia publicada na revista **O Cruzeiro**, de 5/12/1953, de que o Serviço de Obras Contra as Secas transformaria o antigo arraial de Canudos em açude, desencadeia-se uma série de artigos na imprensa e em revistas militares sobre a necessidade de preservar o sítio histórico de Canudos. Por exemplo, o Major Orosimbo Costa, na **Revista do Clube Militar**, denuncia a iniciativa dos técnicos e engenheiros do DNOCS “como mais um atentado ao nosso já precário patrimônio histórico”, concitando à

<sup>570</sup> Ibidem, p. 231.

<sup>571</sup> Ibidem, p. 252.

<sup>572</sup> WERNECK SODRÉ, Nelson. **Do Tenentismo ao Estado Novo: Memórias de um Soldado**. 2ª edição. Petrópolis: Vozes, 1986, p. 245.

Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional que coloque o episódio no seu devido plano na história do Brasil, cujos despojos deverão ir para os mostruários de nossos museus. Neste sentido, Costa reclama ainda a necessidade de construção de um monumento, de um bronze comemorativo, já que nem mesmo uma placa existe para lembrar o acontecimento trágico. “E, dentro de pouco, um lençol de água cobrirá os vestígios - se os houver – do famoso arraial, e depois – o esquecimento”<sup>573</sup>.

Em conferência nos idos de 1959 pela passagem do 1º centenário de nascimento do Tenente Pires Ferreira, “primeiro herói de Canudos”, o General José de Figueiredo Lobo também protesta contra a construção do açude do Cocorobó, na medida em que, desde 1953, tem se batido na imprensa e por todos os meios para que haja um “tratamento mais honroso à memória de nossos saudosos e desafortunados camaradas, cujos restos mortais estão prestes a desaparecer sob a lama de um açude”. Deste modo, aproveitando-se das comemorações do 1º centenário do tenente Pires Ferreira, o General reitera “os protestos contra a açudagem total da região de Canudos, sem que se preserve a faixa histórica onde se erguiam a igreja velha e a igreja nova”<sup>574</sup>.

Por fim, o autor critica a falta de ações científicas para vencer a natureza antagonista da região, num claro desleixo bárbaro, “apenas decidiu-se arbitrariamente afogar o histórico cemitério e o lendário vilarejo, estéril menos pela escassez das chuvas do que pela sua péssima distribuição adstrita aos relevos topográficos”. Em suas palavras, chega de “Quixadás monumentais e inúteis”, não destruam Canudos, mas corrijam-no. Nesta direção, propõe que se faça uma rede de barragens, em que se dividirá em açudes abarrecidos, conservando, por largo tempo, as águas sobre a terra. “E a histórica paisagem de Canudos, liberta dos maus e dos apressados, sobreviveria como Carthago após a destruição dos romanos, que ali deixaram, finalmente, belíssimo traço de sua expansão histórica”<sup>575</sup>.

À mesma época, em seu relato sobre o célebre confronto de Cocorobó, publicada na **Revista Militar Brasileira**, o General João Pereira afirma que a luta travada no dia 25 de junho de 1897 foi “uma das páginas mais memoráveis de nossa história militar”, por conta da valentia da “valorosa tropa”. A construção de sua narrativa chama a atenção pela

<sup>573</sup> COSTA, Orosimbo. A Epopéia de Canudos. **Revista do Clube Militar**. Rio de Janeiro, n. 135, jan./fev. 1955, p. 33-39.

<sup>574</sup> LOBO, José de Figueiredo. Contrastes e Belezas de Canudos. In: **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**. V. 83, p. 49-65, 1961-1967 [p. 51].

<sup>575</sup> Idem, p. 59.

desqualificação do inimigo, ora chamando-o de “farândula de matutos rombos, transviada do caminho da ordem pela predicação abstrusa de um paranóico”, ora caracterizando-os como “temíveis combatentes do falanstério abominoso de Antônio Vicente Mendes Maciel”. Entretanto, tal como Euclides da Cunha, o general reconhece a resistência épica que os jagunços passaram a oferecer no confronto do Cocorobó. O relato desta batalha foi, para o militar, fundamental para o início da derrota da “cidadela do famigerado anacoreta sertanejo”, ainda que as baixas tenham sido significativas, inclusive resultando ferido o General Savaget, comandante da 2ª Coluna<sup>576</sup>.

Em outro texto publicado na mesma revista, o General mantém a tônica depreciativa do inimigo, quando relata o ataque geral contra o “valhacouto do Conselheiro”, no dia 18 de julho de 1897. Citando a Ordem do Dia n. 80, de 17 de julho de 1897, João Pereira afirma que foram tomadas “tôdas as disposições preparatórias para o planizado ataque à cidadela do fanatismo e do bandoleirismo, onde pontificava a figura singular do Conselheiro”. Mas, em seu relato, transparece o paroxismo da luta desesperada e encarniçada entre os jagunços e os oficiais e soldados do Exército, que “não cediam do intento de assenhorear-se daquele antro tenebroso da mangalaça e da turbulência, para exterminá-lo”. Vale lembrar que, como outros relatos militares, é registrada a resistência extraordinária dos conselheiristas, com sua cerrada fuzilaria, em defesa de sua cidade sacrossanta. Por fim, o general arremata seu artigo, lembrando que àquela Guerra deixara “lições admiráveis de coragem e de patriotismo, coisas tão raras, hoje, nestes dias caliginosos que atravessamos, em que a maioria dos homens a nada mais aspira que enriquecer depressa, pouco se lhes dando os interêsses sagrados da nacionalidade”<sup>577</sup>.

Dante de Mello se propõe a rever a obra euclidiana, reivindicando que a “inexatidão” de **Os Sertões** “passou como verdade demonstrada”. Em seu inventário de erros euclidianos, o historiador militar insinua que a fonte dos equívocos presentes n’ *Os Sertões* reside na “parcial simpatia pelos jagunços” ou mesmo no “exagerado amor pelos jagunços”, na medida em que o grande escritor “não pôde dominar a carga pessoal de influências que na ocasião lhe atuaram, inclusive, talvez, as expressividades provocantes

---

<sup>576</sup> PEREIRA, João. A Célebre Passagem de Cocorobó (Campanha de Canudos). In: **Revista Militar Brasileira**. Rio de Janeiro, janeiro a dezembro de 1956, pp. 33-40.

<sup>577</sup> PEREIRA, João. **Arrancada Heróica (Campanha de Canudos)**. Rio de Janeiro: Imprensa do Exército, 1958 (Separata da **Revista Militar Brasileira**, ns. 1 e 2, 1º semestre de 1958), p. 16.

dos antagonismos regionalistas”. Deste modo, ele acaba por colocar o governador da província, Luiz Vianna, como o responsável pelos desastres iniciais das expedições militares, pois teimava “em sumariar a rebeldia dos fanáticos a uma arruaça repressível pela ação de simples diligências policiais”. Para o autor, os sertanejos eram “guerrilheiros” e compunham uma “horda de jagunços armados” e de “fanáticos inermes”. A visão depreciativa dos sertanejos se coaduna com a imagem em torno daqueles sertões bravios como um “deserto escaldante, (...) entre um sol assassino e um terreno maldito”, quando se opera a transfiguração da caatinga em aliado do sertanejo em revolta. Deste modo, ao “antagonismo formidável da caatinga” e à terra como adversário incontestado, o autor inclui também a espionagem como os grandes trunfos dos sertanejos diante da força militar governista. Assim, essa argumentação visa a desacreditar a suposta inversão de papéis atribuída a Euclides da Cunha, por ter colocado o Exército como uma força muito superior aos jagunços<sup>578</sup>.

Seu libelo contra a versão euclidiana da história canudense consiste em resguardar a imagem da instituição militar diante das críticas aos equívocos das sucessivas expedições militares contra Canudos, impingindo tais erros ao poder civil, isto é, ao governador da Bahia e ao Presidente da República, ao mesmo tempo em que critica, duramente, os “pernósticos *mestres* das nossas gafeiras literárias” por investirem contra os heróis militares e contra o Exército. O ataque se estende também à imprensa, que tem enaltecido os *méritos* dos “bravos jagunços de Canudos”<sup>579</sup>.

Ao mesmo tempo, transborda na narrativa do historiador militar um evidente preconceito social diante da comparação euclidiana da superioridade do jagunço com relação ao gaúcho, ao sugerir que “o sertanejo do nordeste está longe de ser ‘mais forte’ do que o gaúcho dos pampas”. Assim, há uma exaltação da participação gaúcha na resolução do conflito, quando afirma que “sem os batalhões do general Savaget e sem os incomparáveis oficiais gaúchos Carlos Teles, Tupi Caldas, Thompson Flores, Sampaio e tantos outros, a primeira coluna da 4ª expedição teria destino pior que o da expedição anterior”. Essa heroificação do gaúcho traz consigo uma certa visão preconceituosa sobre o nordestino, como fica evidente no caso de colocar José Agostinho Salomão da Rocha como

---

<sup>578</sup> MELLO, Dante de. **A Verdade Sobre “Os Sertões” (Análise Reivindicatória da Campanha de Canudos)**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1958, p. 39, 63 e 31.

<sup>579</sup> *Ibidem*, p. 90.

um gaúcho ou talvez paulista, sendo que o referido militar era sergipano e, segundo o autor, herói da expedição Moreira César<sup>580</sup>.

Em perspectiva próxima à de Dante de Mello, Tristão de Alencar Araripe busca reabilitar “o *soldado de Canudos*, o *soldado da legalidade* de todas as nossas campanhas internas, para que não fiquem eles tais *pracinhas esquecidas e repudiadas*”, pois não é “endeusando o homem bronco, o jagunço, o cangaceiro facinoroso, levando-o pelo afora em filmes e em cantos, que nos imporemos a outros povos”. Segundo o autor, depois de ler as obras de Constantino Nery e Dantas Barreto, desiluiu-se com a obra euclidiana, por conta das “insidiosas restrições feitas aos valorosos soldados do Dever”. Para ele, os “insurgentes tiveram quem lhes cantasse as façanhas, em que foram vitoriosos ou mártires, os legalistas calaram-se e amargaram os ápodos injuriosos”. Assim, o historiador militar afirma que Euclides “descambou para o exagerado engrandecimento e injusta glorificação do Homem e da Terra, em contraste com a malquerença ao meio civilizado e às instituições, principalmente ao Exército, donde ele próprio proveio”<sup>581</sup>.

Araripe afirma que seu trabalho é para ser meditado por militares e seu enfoque é eminentemente técnico, evitando, “tanto quanto possível”, o terreno panfletário, emocional e sentimental. Segundo o historiador militar, as cinco expedições militares foram meras *razias* punitivas, de caráter estritamente policial e os acontecimentos de Canudos nada mais foram do que “manifestações do *banditismo coletivo* e do *fanatismo religioso*”, que dominaram o interior brasileiro. Deste modo, os conselheiristas compunham de “gente crédula e simples”, mas também de “desordeiros, cangaceiros, fugitivos de várias regiões”. Entretanto, apesar de opor-se à República, o líder de Canudos “só atuou pela força e pela violência quando foi atacado”.

Seguindo as idéias do relatório do capuchinho João Evangelista do Monte Marciano de que aquilo era “*o Estado dentro do Estado*”, o autor justifica a repressão contra os conselheiristas, ressaltando que os comandantes das expedições se portaram, dignamente, dentro das condições postas pelo confronto. Um dos problemas levantados é que o Exército estava “convalescendo de grave crise, a revolução de 1893-1894” e as medidas para sua reestruturação apenas se esboçavam. Assim, o general resgata a figura do tenente Pires

---

<sup>580</sup> Ibidem, p. 213, 215 e 127.

<sup>581</sup> ARARIPE, Tristão de Alencar. **Expedições Militares contra Canudos: Seu Aspecto Marcial**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1985 [A primeira edição data de 1960], p. 3.

Ferreira, na medida em que os “destemerosos” militares da pequena força do tenente “salvaram a honra do Exército, embora não fosse essa a sua missão”. Mas, para o autor, a verdade é “que os governos federal e estadual, bem como o Exército, não estavam suficientemente aparelhados para restabelecer a ordem nos sertões longínquos”<sup>582</sup>.

Por fim, Araripe propõe que seu estudo poderá, no futuro, servir para que se regulamente as lutas intestinas para que sejam estudadas nas escolas de oficiais, especialmente para que se evite as improvisações prejudiciais. Portanto, para o autor, “Canudos, apesar do quadro sombrio, no seu aspecto sociológico, político e humano, apesar de todos os erros militares, encerra grande lição moral: Os soldados do Governo, do Exército e das Polícias deram provas inextinguíveis de bravura e de espírito de sacrifício”<sup>583</sup>.

Sob as comemorações do sesquicentenário da independência, Canudos é, novamente, retratada na História do Exército Brasileiro, editada pelo Estado-Maior do Exército, mantendo os mesmos parâmetros anteriormente descritos, na qual sobressaem a idéia de um Estado dentro do Estado – de uma cidadela independente -, o fanatismo e o banditismo dos “brancos” jagunços de Pajeú, Pedrão e Macambira e a imagem negativa de Antônio Conselheiro, associando seu comportamento à herança familiar e a traição da esposa<sup>584</sup>.

Nos anos 1970, o Centro de Documentação do Exército se volta para o acervo histórico de Canudos, buscando, após certo esquecimento institucional pelo trauma provocado pela guerra, implementar um marco rememorativo na região de Canudos. Para tanto, constituiu-se um relatório sobre a Missão Canudos (Bendegó) para inventariar o Museu da Guerra de Canudos, de propriedade de José Aras, já que o proprietário “espera o interesse do Exército, se comprometendo inclusive a doar uma área para nela comemorar a participação nessa luta fatídica”<sup>585</sup>. Dentre os marcos escolhidos no relatório estão o Morro da Favela, o Morro do Mário e o Túmulo do Coronel Tamarindo. Mas o que me chamou a atenção no relatório foi a manutenção de uma terra sem lei, na medida em que José Aras prestou aos militares inúmeras queixas, tanto por ver-se constantemente ameaçado, como

---

<sup>582</sup> Idem, p. 20 e 29.

<sup>583</sup> Ibidem, p. 230.

<sup>584</sup> ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. **História do Exército Brasileiro: Perfil Militar de um Povo**. V. 2. Brasília; Rio de Janeiro: Ministério do Exército, 1972.

<sup>585</sup> MINISTÉRIO DO EXÉRCITO/DGP. Ofício n. 1, Brasília, 02 de outubro de 1975 (Arquivo Histórico do Exército/RJ).

por constantes furtos em seu Museu, o que o levou a se afastar do local por falta de segurança. O marco rememorativo resumiu-se a sugestão de instalação de uma placa de bronze no Museu de Canudos, localizado no povoado de Bendengó, com os seguintes dizeres: “CANUDOS, TESTEMUNHO DE 5.000 BRASILEIROS, QUE AQUI SE DEIXARAM FICAR NO REPOUSO ETERNO DOS BRAVOS”<sup>586</sup>.

É interessante observar que a presença militar na região remonta à construção do Açude de Cocorobó e se acentuou no momento da criação do Parque Estadual de Canudos, quando em fevereiro de 1986, a convite de Renato Ferraz, participaram da comitiva o então comandante militar do Nordeste, general Fernando Cerqueira Lima, o general-de-divisão, Antenor de Santa Cruz Abreu, comandante da 6ª região militar, e o general-de-brigada, Alberto Evilásio de Barros Gondim, chefe do Estado-Maior do Comando Militar do Nordeste, demonstrando o interesse estratégico militar de ocupação do Sertão de Canudos<sup>587</sup>.

Do ponto de vista acadêmico, registro a entrega dos microfilmes da Campanha de Canudos pelo Arquivo Histórico do Exército ao Centro de Estudos Euclides da Cunha da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), cuja documentação era composta de cerca de dez mil fotogramas, envolvendo telegramas, ordem do dia, descrição de combates etc<sup>588</sup>.

### *O CENTENÁRIO DE CANUDOS VISTO DA CASERNA*

No contexto dos centenários da Guerra de Canudos, o coronel da reserva Davis Ribeiro de Sena tornou-se num dos principais interlocutores da visão da caserna sobre o evento, já que, desde o final dos anos 1980 e início da década de 1990, o coronel desenvolvia pesquisas sobre a Guerra nas Caatingas. Em artigo publicado na **Revista do Exército Brasileiro**, o autor procura entender Canudos, a partir da transição do Império à República, em que a extinção do morgadio pela República impôs uma “verdadeira reforma agrária” e acelerou as aspirações do progresso econômico. Entretanto, os sertões permaneciam ignorados pelo poder público e as “guerras insurrecionais” (Canudos e

<sup>586</sup> MINISTÉRIO DO EXÉRCITO/IV EX – 6ª RM. Relatório da Missão Canudos (Bendengó). 15 de julho de 1975.

<sup>587</sup> **A Tarde**. Salvador, Caderno 2, 15 de fevereiro de 1986, p. 12.

<sup>588</sup> **CORREIO DA BAHIA**. Salvador, 10 de agosto de 1989, p. 5.

Contestado) são as mais nítidas manifestações populares de fuga da miséria existente. É neste contexto que surge, segundo o coronel Sena, a crise de Canudos, “com dois conselheiros à frente do processo político-social que abalaria o sistema republicano: o Conselheiro Luiz Viana, Governador da Bahia e Antônio Vicente Mendes Maciel, o místico Antônio Conselheiro. O Exército foi, então, empregado em uma campanha para a qual – apesar da motivação da oficialidade – não estava adequadamente adestrado”<sup>589</sup>.

Segundo ele, Canudos é um marco da História Militar brasileira, por obrigar o Exército a se modernizar em virtude dos malogros das operações ofensivas e também colocar na ordem do dia a necessidade da reforma do ensino militar, antes apoiado no positivismo. Nas expedições punitivas não havia nenhuma diretriz, orientação, apenas a idéia de “lavar a honra enxovalhada do Exército”. Esse espírito de vingança, que já tinha sido percebido pelo depoimento do tenente Macedo Soares, resultou na subestimação do inimigo, por considerá-lo apenas um tabaréu mal-intencionado. Ao mesmo tempo, o soldado combatente não estava conscientizado de sua missão e, no fundo, identificava-se mais com a gente do Conselheiro, pois oriundo da mesma classe social. Assim sendo, não “foram os jagunços – infatigáveis combatentes – que propiciaram o malogro das operações ofensivas, senão as próprias deficiências inerentes à articulação do dispositivo” e as “próprias desorganizações tática e técnica dos combatentes regulares”<sup>590</sup>.

Sena também questiona, do ponto de vista militar, duas assertivas constantemente postas nos estudos sobre a Guerra de Canudos. Primeiro, ele contesta a competência estratégica do Conselheiro, pois, como reduto militar era “indefensável”, na medida em que para lá convergiam várias vias de acesso. Segundo, o historiador militar afirma que é errônea a caracterização da campanha de Canudos como uma “guerra de guerrilhas”, pois foi uma “luta convencional, ou seja, o inimigo estava lá, sem intenção de recuar ou de render-se”<sup>591</sup>.

Por fim, apesar de não caracterizar Canudos como um “antro de fanáticos e bandoleiros” e sim uma “materialização de uma vida comunitária em que cada cidadão possuía seu canto, produzia a sua subsistência individual e alimentava a sua família”, o

---

<sup>589</sup> SENA, Davis Ribeiro de. A Guerra das Caatingas. In: **Revista do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro, 127(3): 7-37, Jul./Set. 1990 [p. 7 e 11]. Reeditado em **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, jul./set. 1994.

<sup>590</sup> Idem, p. 21.

<sup>591</sup> Idem, ibidem, p. 29.

historiador militar mantém a imagem de um movimento “divisionista”, que emprega armamento para questionar “os poderes constitucionais da nação a que pertencia”. Então, retomando a assertiva de Constantino Nery, o Conselheiro, ao fundar o “Império de Belo Monte”, “erigia um Estado revolucionário dentro de um Estado legal” e, assim, ao “governo republicano cabia restaurar a ordem constituída e reintegrar o território nacional, alvo de uma secessão”<sup>592</sup>.

Ao se aproximar às comemorações do centenário do final da Guerra de Canudos, o autor aproveita as idéias desenvolvidas neste artigo e escreve dois textos, publicados internamente no âmbito do Arquivo Histórico do Exército e que, posteriormente, serão desdobrados em outros de seus escritos. O primeiro trabalho, intitulado **Canudos e o Exército**, pouco acrescenta em suas idéias, reiterando o sebastianismo existente na região, bem como que o ano de 1897 determina a morte do jacobinismo e que o Conselheiro foi o seu coveiro. Vale registrar talvez o destaque dado à ausência de um líder que conhecesse a arte militar, que, apesar de já mencionada no artigo anterior, acrescenta agora que os rumos da República teriam se alterado se por acaso João Abade se tornasse um Pancho Vila ou Emiliano Zapata tupiniquim<sup>593</sup>.

No segundo texto, **Canudos: Ficção e Realidade**, o coronel relata sua participação como consultor na produção do filme Guerra de Canudos, de Sérgio Rezende, através de “informações relativas a uniformes, distintivos, acessórios, bonés, calçados e outros detalhes, bem como na parte referente ao armamento utilizado por militares e conselheiristas. Frise-se que tal participação foi uma incumbência do Ministério do Exército, que havia apoiado com empréstimo de armamento e cessão de pessoal o filme. Segundo o historiador militar, “não se trata de comemorar o transcurso do centenário da violenta guerra entre patrícios”, mas “registrar o período da tragédia canudense como um fato histórico lamentável, mas que não deve ser omitido”. Mas a estratégia do esquecimento se fez presente na instituição militar, pois, como ressalta o texto, o “Exército abandonou a lendária ‘matadeira’ no teatro-de-operações e não premiou os expedicionários com medalhas ou condecorações enaltecedoras de campanha, como se a Nação ansiasse por sepultar os lastimáveis acontecimentos”. Talvez, por isso, no contexto dos centenários de

---

<sup>592</sup> Ibidem, p. 27 e 30.

<sup>593</sup> SENA, Davis Ribeiro de. **Canudos e o Exército**. Rio de Janeiro: Arquivo Histórico do Exército, 1996.

Canudos, a Força Terrestre tenha apoiado, com vigor, um filme nacional de ficção com abordagem histórica, “ocasião em que foi um dos lados litigantes em uma campanha militar sabidamente perversa, mas não desejada pela Instituição”<sup>594</sup>.

Nesta mesma época, o coronel Sena escreveu, a pedido do Exército, um livro sobre **Canudos, Campanha Militar (IV Expedição)**, em que mantém as idéias anteriormente desenvolvidas. Abordando, inicialmente, a conjuntura da época e as características da região do conflito, o autor traça o perfil dos principais comandantes envolvidos nas quatro expedições contra o Arraial de Canudos, bem como retrata várias unidades empregadas na última expedição. Por fim, são mostradas algumas armas coletivas utilizadas pela Força Terrestre nessa campanha.

Ilustrado com fotografias de Flávio de Barros do então Teatro de Guerra, o Cel. Davis Ribeiro de Sena reafirma que, como líder carismático, o messiânico Antônio Conselheiro conduziu sua gente à resistência até as últimas conseqüências, erguendo o *Império do Belo Monte*, garantido pelas armas e questionando, por meios violentos, o Estado legal. Coube, então, ao governo republicano restaurar a ordem constituída e reintegrar a região sediciosa ao território nacional<sup>595</sup>.

Quase como uma transcrição, estes textos são incorporados em seu livro sobre o Exército Brasileiro, no qual o autor enaltece os valores e feitos dos militares brasileiros, numa clara postura apologética. No caso de Canudos, o historiador militar reitera que “o Conselheiro fundara, talvez sem se dar conta, um Estado revolucionário dentro do Estado legal”. Ao mesmo tempo, em que coloca a campanha como “ponto de inflexão para a modernização da Força Terrestre”. Segundo o autor, Conselheiro era conservador e não reformista, pois reagia “à aplicação das inovações preconizadas pelo Concílio Vaticano I (Leão XIII, 1891)”<sup>596</sup>.

Por outro lado, ressalta a biografia do capitão Salomão da Rocha como uma “sublime página de heroísmo na história do Exército e da Artilharia, massacrada junto aos

---

<sup>594</sup> SENA, Davis Ribeiro de. **Canudos: Ficção e Realidade**. Rio de Janeiro: Arquivo Histórico do Exército, 1996. Este artigo foi depois publicado na **Revista Canudos** da Universidade Estadual da Bahia: SENA, Davis Ribeiro de. Canudos: Ficção e Realidade. In: **Revista Canudos**. Salvador: CEEC/UNEB, v. 2, n. 2, outubro de 1997, p. 196-202.

<sup>595</sup> SENA, Davis Ribeiro de. **Canudos. Campanha Militar (IV Expedição)**. Brasília/DF: Ministério do Exército/Secretaria-Geral do Exército/Diretoria de Assuntos Culturais/Arquivo Histórico do Exército, 1997.

<sup>596</sup> SENA, Davis Ribeiro de. **Exército Brasileiro: Ontem, Hoje, Sempre**. Biblioteca do Exército Editora, 2000, p. 98 e 99.

seus canhões”, utilizando uma passagem de Euclides da Cunha para justificar o feito do capitão. Sem alusão a quem escreveu, este texto é transcrito na **Revista do Exército Brasileiro**<sup>597</sup>.

Este conjunto de textos será recompilado no livro **Sob a Luz do Meteoro: Canudos X República**, no qual o autor traz uma contextualização histórica mais elaborada, ainda que mantenha no todo as idéias acima expostas. Talvez a novidade deste trabalho seja a explicitação por parte do coronel da reserva do combate ideológico contra a apropriação do tema de Canudos por alguns setores políticos radicais que explora a rebeldia explícita do profeta sebastianista, colocando-o como um reformador social, o que, para o autor, não é verídico. Aliás, esse é o mote da segunda parte do trabalho dedicada à face trágica da vida de Euclides da Cunha, na medida em que, a incompatibilidade entre alguns oficiais e generais do Exército com o autor, “por força da equivocada e emocional interpretação do teor do ‘livro vingador’, (...) foi explorada maldosamente pelos militantes do Partido Comunista, ao salientarem uma mirabolante conspiração contra a vida do ‘historiador maldito’, por eles considerado socialista”. Paradoxalmente, hoje a “esquerda ideológica condena suas ‘posições racistas’, enquanto que a maioria dos pensadores militares passou a entender a essência da mais reluzente produção literária euclidiana”<sup>598</sup>.

Outro interlocutor privilegiado da historiografia da caserna sobre Canudos é o Coronel Cláudio Moreira Bento, já que participou, como presidente da Academia de História Militar Terrestre do Brasil (AMIMTB), de diversas atividades comemorativas sobre o centenário de Canudos, tais como seminários na Câmara dos Deputados, por indicação do então ministro do Exército, General Zenildo de Lucena, na confecção de artigos e em entrevistas para a imprensa nacional, como **Veja, O Globo, Folha de São Paulo Zero Hora e Globo News**<sup>599</sup>.

Num de seus principais trabalhos, **Como estudar e pesquisar a história do Exército brasileiro**, este historiador chama a atenção para o fato de que é comum, na caserna, considerar-se “História do Exército como coisa irrelevante, que nada poderá contribuir para o seu futuro. (...) Enfim, coisa do passado, cuja serventia futura seria o culto

<sup>597</sup> Salomão da Rocha: Uma página de heroísmo. In: **Revista do Exército Brasileiro**. Vol. 132, 2º Trimestre de 1995, p. 110-111.

<sup>598</sup> SENA, Davis Ribeiro de. **Sob a luz do meteoro: Canudos X República**. Recife: Ed. do Autor, 2003, p. 133.

<sup>599</sup> BENTO, Cláudio Moreira. **Carta ao Arquivo Histórico do Exército**. Resende, 20 de outubro de 1997.

dos heróis, dos feitos e das tradições militares do Exército. Culto por sua vez capaz de fortalecer o moral da Instituição”. Segundo ele, esta ótica distorcida tem afetado a imagem profissional de militares que se têm dedicado à pesquisa e ao estudo crítico da História do Exército, pois são “taxados de ratos de arquivo ou trãnsfugas que buscam refúgio no assunto, para esconder a sua incompetência. Percebendo esta realidade outros iniciados desistem”<sup>600</sup>.

O coronel Bento fornece algumas pistas para interpretar a Guerra de Canudos do ponto de vista da caserna. Afirma o autor que uma das principais falhas no enfrentamento do Exército contra os conselheiristas foi a *logística*, encarregada de “prever para prover”. Assim, este aspecto da História do Exército propicia inúmeros casos para o exercício da crítica, na medida em que, pelo seu descuido, pagou-se um alto preço em Canudos. Somente com a intervenção do Ministro da Guerra, Marechal Carlos Machado Bitencourt, providências foram tomadas para sanar suas deficiências naquela campanha. Como homenagem a sua participação na Campanha o Marechal tornou-se, em 1940, Patrono do Serviço de Intendência do Exército. Por outro lado, o historiador afirma que o princípio da segurança não foi observado pelo Coronel Moreira César, pois subestimou o adversário e não colheu informações sobre ele. O resultado foi mais um desastre militar, com a perda inútil de vidas de soldados brasileiros<sup>601</sup>.

Em sua história sobre a 3ª Região Militar (1889-1953), o historiador traça um breve histórico da participação gaúcha na Guerra de Canudos, destacando, na obra euclidiana, os feitos heróicos relacionados à decisiva atuação da 3ª RM, como, por exemplo, através da iniciativa do oficial Carlos Teles em recrutar, dentro do 31º BI, 60 homens para compor um esquadrão de lanceiros que, em Canudos, desempenharam importante função tática – reconhecimento do terreno e prevenção de ataques dos conselheiristas – e logística – arrebanhar o gado espalhado pelo sertão para alimentar a expedição. Também destaca a antológica descrição de Euclides da Cunha sobre a morte do Tenente Coronel Tupi Caldas

---

<sup>600</sup> BENTO, Cláudio Moreira Bento. **Como estudar e pesquisar a história do Exército brasileiro**. Disponível on-line: <http://www.resenet.com.br/ahimtb/>.

<sup>601</sup> Idem.

no ataque a Canudos, do dia 1º de outubro de 1897, como comandante do 30º BI, de Porto Alegre, que deu origem às unidades de Infantaria de Porto Alegre e São Leopoldo<sup>602</sup>.

Em resenha sobre o livro de Davis Ribeiro de Sena, o coronel ressalta, mais uma vez, a decisiva presença de chefes militares e soldados gaúchos na Guerra de Canudos, através das fotografias de Flávio de Barros. Novamente, o autor compila, n' **Os Sertões**, passagens que glorificam algumas destas lideranças militares e reverencia os 341 militares gaúchos que tomaram na luta fratricida, dos quais 33 oficiais<sup>603</sup>.

Segundo o historiador militar, sua intervenção, nos seminários comemorativos do final da Guerra de Canudos, foi com o objetivo de enfrentar as manipulações históricas da mídia – jornais, revistas, filmes etc. -, principalmente por colocar o Exército e as Polícias Militares como responsáveis pelos lutosos e sangrentos fatos ocorridos em Canudos. Assim sendo, tanto os conselheiristas quanto os soldados foram vítimas da desinformação e da manipulação de lideranças civis à época. Por fim, o coronel Bento sugere que a resistência armada dos habitantes de Canudos pode oferecer lições de arte e ciência militar, na medida em que “enriqueceram o patrimônio cultural militar terrestre do povo brasileiro, com sua doutrina militar”. Assim, o Exército absorveu e traduziu as lições colhidas na Guerra de Canudos em sua Reforma Militar (1890-1945)<sup>604</sup>.

Vale registrar sua participação no Seminário “*Centenário de Canudos: História e Memória*”, realizado na Câmara dos Deputados, no dia 24 de setembro de 1997. Na mesa redonda, o representante militar destaca a participação das Forças Terrestres no Trágico Episódio que, segundo ele, via de regra, vinha sendo deturpada pela imprensa e por pesquisadores, quando, em realidade, a responsabilidade moral e política foi da Sociedade Civil da época que ordenou a destruição de Canudos. Em sua visão de história como mestra da vida, o autor expõe que não se deve celebrar a vitória sobre os conselheiristas, mas sim

---

<sup>602</sup> BENTO, Cláudio Moreira. **História da 3ª Região Militar (1889-1953)**. V. II. Porto Alegre: [s.ed.], 1995, p. 144-150.

<sup>603</sup> BENTO, Cláudio Moreira. Gaúchos na Guerra de Canudos. **A Platéia**. Santana/RS, 3 de agosto de 1997.

<sup>604</sup> BENTO, Cláudio Moreira. **Um significado da Guerra de Canudos para as Forças Terrestres**. Resende/RJ: Academia de História Militar Terrestre do Brasil, 1997 (texto digitado). Esse mesmo texto foi publicado na **A Defesa Nacional**. Ano LXXXIII, nº 778, out/nov/dez. de 1997, p. 117-119 e recompilado com o texto sobre os Gaúchos na Guerra de Canudos sendo publicado **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, 159 (398): 219-227, jan./mar. 1998.

comemorar Canudos no sentido de que, ao memorar a tragédia social, a sociedade civil evite no futuro os erros e equívocos cometidos<sup>605</sup>.

Para meus propósitos comparativos, ressalto a obra de Oliveiros Litrento, produzida a convite da Biblioteca do Exército Editora, em 1998, em que revisa a historiografia da caserna sobre Canudos, talvez como produto das transformações institucionais do Exército, em seu processo de reinserção na democracia e das cobranças da sociedade civil, quando das comemorações do centenário do final da Guerra de Canudos. Essa é proposta de Maurício Castro, que enfoca a visão dos militares sobre a Guerra de Canudos propriamente dita, buscando perceber se houve mudança de atitude do Exército com relação a Canudos, nas comemorações de 1997. O autor crê que a obra de Litrento possibilita “entender como a representação de Canudos entre os militares se alterou”<sup>606</sup>, na medida em que o livro foi encomendado pela Biblioteca do Exército Editora, a fim de evitar, segundo a visão dos militares, uma série de distorções que estavam ocorrendo dentro da efeméride.

Castro propõe que os pontos fundamentais do livro de Litrento são a questão da injustiça, os problemas relacionados com as estruturas sociais, a religiosidade e a guerra, bem como uma ruptura com os autores militares anteriores para os quais Canudos representava um inimigo, uma sedição monarquista, “que precisava ser vencida militarmente”. Deste modo, o autor sugere que Litrento, baseando-se em Euclides da Cunha e José Calasans, buscou entender Canudos “não como inimigo, mas do ponto de vista de suas razões”. A propósito, o sertanejo não era visto mais como inimigo, mas como irmão e que “a desatenção oficial teria contribuído para que aquele povo se decidisse pelo caminho que veio a escolher”<sup>607</sup>.

A grande contribuição do trabalho de Castro foi sua contextualização da obra de Litrento, revelando a tensão que existia dentro da instituição militar, quando do debate sobre a criação do Ministério da Defesa e da definição de responsabilidades por acontecimentos do período de 1964 e 1985. Para ele, não se pode estabelecer uma relação de causalidade entre as mudanças no seio militar e a revisão de Canudos expressa na obra

---

<sup>605</sup> BENTO, Cláudio Moreira. Intervenção Oral na Mesa Redonda “Centenário de Canudos: História e Memória”. In: **Semana de Canudos: Rememoração dos 100 anos da Guerra de Canudos**. Brasília/DF, Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Câmara dos Deputados, 24 de setembro de 1997, p. 24-32.

<sup>606</sup> CASTRO, Maurício de Almeida Siaines de. **Canudos: Visões Militares**. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia/IFCS/UFRJ, 2004 (Dissertação de Mestrado). p. 93.

<sup>607</sup> Idem, p. 72, 74 e 77.

de Litrento, mas que tais mudanças tornaram o ambiente institucional propício à revisão de Canudos, quando o assunto veio à tona em 1997. Assim, é interessante observar que “Canudos é um dos elementos da tensão entre o mundo de dentro e o mundo de fora do estamento. Não é coincidência que seja rediscutido no momento em que o Exército rediscute sua relação com a sociedade, definindo novos papéis”<sup>608</sup>.

Há de se concordar de que Litrento sobre a questão da degola tenha efetuado uma operação de deslizamento, propondo que a degola era prática comum a ambos os lados da contenda, mas preservando os altos escalões de tal ato abominável. É interessante observar que também o coronel Luiz Carlos Carneiro de Paula sugeriu ser a gravata vermelha prática comum, como veremos mais adiante.

Por outro lado, Litrento afirma que Canudos não era um enigma, mas sim um grito à Nação, a persistir ainda hoje, na medida em que a “dominação sem freios, em prejuízo da ordem pública e a favor do poder privado dos latifundiários, a que se aliou o esvaziamento econômico provocado pela seca, tudo contribui para o evento sangrento”. Deste modo, a série de equívocos que motivaram a Campanha de Canudos, segundo o autor, “envolve uma grande lição que parece não ter sido aprendida: *a de que a injustiça social leva ao desespero e ao direito de resistência*”<sup>609</sup>.

A partir desta obra, talvez seja prematuro dizer que a instituição militar tenha modificado sua versão sobre a Guerra de Canudos, pois vimos que há autores, como é o caso do Coronel da Reserva Davis Sena, que mantiveram posturas que remontam aos escritos de Dantas Barreto, Constantino Nery e Macedo Soares. Eles mantêm a postura de uma guerra fratricida, portanto, entre irmãos e que era necessário manter a ordem, rompida com a instauração do Império de Belo Monte. Mas, principalmente, porque a revisão de alguns preceitos da historiografia militar sobre Canudos por parte de Litrento, especialmente no que se refere ao inimigo monarquista e fanático, não significa, de modo algum, rever a criminoso intervenção militar no conflito, como fica evidente nesta passagem:

---

<sup>608</sup> Ibidem, p. 101.

<sup>609</sup> LITRENTO, Oliveiros. **Canudos - Visões e Revisões**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1998, p. 22 e 225.

*“repelir (...) as provocações daqueles que desejam, a todo custo, durante a passagem dos 100 anos de Canudos, incriminar o Exército, ao qual coube esmagar o reduto das hostes conselheiristas, lutando sempre pela unidade nacional. Exerceu sua função constitucional, agindo no estrito cumprimento do dever através de determinação expressa do Presidente da República, para a manutenção da ordem. Agiu, portanto, dentro do regime de legalidade e legitimidade. As acusações, assim, não procedem”<sup>610</sup>.*

De qualquer modo, é interessante observar que existia, no âmbito da caserna, durante o centenário do fim da Guerra de Canudos, uma linha argumentativa em que se admitia os equívocos militares diante do conflito e, conseqüentemente, uma visão menos preconceituosa com relação ao outro, o sertanejo. Isto fica evidente em matéria jornalística publicada no jornal **O Globo**, quando o articulista entrevista os principais interlocutores militares sobre a Guerra de Canudos. Para o presidente da Academia de História Militar Terrestre, Cláudio Moreira Bento, o que houve foi uma manipulação da informação sobre Canudos e que os soldados foram tão vítimas quanto os conselheiristas, na medida em que a ameaça não foi real, mas fabricada pela imprensa da época. Já Oliveiros Litrento afirma que houve degola, mas dos dois lados, pois, segundo ele, não havia como manter os prisioneiros, “ou indivíduo comia ou era comido”. Já o coronel da reserva Davis Ribeiro de Sena questiona o relatório do general Artur Oscar, comandante da 4ª Expedição, por ter atribuído a existência de 5.200 casas em Canudos. Contudo, o general Sérgio Morgado, diretor de Assuntos Culturais do Exército, afirma que as análises sobre Canudos estão eivadas de ideologias. Segundo ele, não há “por que idolatrar Conselheiro, que nada mais foi do que um líder messiânico, que oferecia ao povo sofrido do sertão o reino do céu na terra”. Por fim, o coronel Luiz Paulo Macedo, presidente do Instituto de História e Geografia Militar, propõe que o “Exército só entrou no conflito para cumprir a missão de restabelecer a ordem”<sup>611</sup>.

Por fim, mesmo que não realizado no âmbito da caserna, registro aqui a biografia de Oleone Coelho Fontes sobre o coronel Antônio Moreira César, na qual resulta, num belo

---

<sup>610</sup> Idem, p. 226.

<sup>611</sup> OTÁVIO, Chico. Militares hoje reconhecem os equívocos de Canudos. **O Globo**. Rio de Janeiro. 14 de setembro de 1997.

trabalho de pesquisa, em torno do inventário dos lugares percorridos pela derrotada 3ª expedição contra Canudos. Ao refazer o percurso realizado pela terceira coluna, entre Queimadas e Canudos, o autor “concluiu que o famigerado oficial continua vivo no imaginário e no cotidiano de sertanejos que deram valiosíssimos depoimentos em função da redescoberta”<sup>612</sup>. Talvez sua grande contribuição tenha sido aliar uma ampla investigação documental, fartamente encontrada no Núcleo Sertão, da Universidade Federal da Bahia, com entrevistas com habitantes da região pela qual passou a 3ª Expedição. Como afirmou Calasans em seu prefácio, a guerra fratricida de 1896-1897 ganhou, então, dois heróis: Conselheiro e Moreira César, pois, quando se busca ouvir a oralidade interiorana, somente se registra os nomes dos dois Antônio<sup>613</sup>.

À época, Fontes também escreveu um pequeno artigo para a **Revista do Exército Brasileiro**, registrando a importância de Uauá para a Guerra de Canudos, na medida em que era um reduto conselheirista, onde Antônio Conselheiro e seu enorme séquito inúmeras vezes acorreram para a localidade, e que o saque e incêndio desencadeados após o embate talvez fora uma retaliação da 1ª Expedição contra a população simpática ao conselheirismo<sup>614</sup>.

No âmbito propriamente acadêmico, as comemorações do centenário de Canudos trouxeram novos olhares para a análise da visão dos militares sobre a Guerra. Lembro aqui do texto de Sabino Fortes Fleury sobre o papel constitucional e o envolvimento político do Exército brasileiro e de duas dissertações de mestrado em História e Sociologia: além do trabalho escrito por Maurício de Castro, já citado anteriormente, vale mencionar a dissertação que versa sobre o diário memorialístico de Isidoro Virgínio, combatente em Canudos.

Fleury se propõe a desenvolver “idéias e dúvidas acerca do movimento de Canudos enquanto intervenção militar que pode (ou não) ter contribuído para possíveis alterações no papel constitucional atribuído às Forças Armadas brasileiras”. Neste sentido, o autor afirma que “a visão dominante na época acerca de Canudos pode ter influenciado para que a

---

<sup>612</sup> FONTES, Oleone Coelho. **O Treme-Terra: Moreira César, A República e Canudos**. Petrópolis: Vozes, 1996, p. 96-97.

<sup>613</sup> CALASANS, José. Prefácio. In: FONTES, Oleone Coelho. **O Treme-Terra: Moreira César, A República e Canudos**. Petrópolis: Vozes, 1996.

<sup>614</sup> FONTES, Oleone Coelho. O fogo de Uauá: estopim da Guerra de Canudos. In: **Revista do Exército Brasileiro**. Vol. 134, 2º Trimestre de 1997.

intervenção militar, mais do que uma simples campanha armada, assumisse significados maiores no contexto da ordem política brasileira da Primeira República”. Assim, o conceito de ordem, retirado do ideário positivista, é fundamental para a compreensão de Canudos, pois a repressão à cidade do Conselheiro assume o significado de repressão à desordem. Por outro lado, ao ligar-se ao conceito de progresso, completa-se o quadro para a repressão a Canudos, por sua necessidade histórica e inevitabilidade para se superar a barbárie.

Sobre o Exército em Canudos, a Fleury interessa acompanhar a construção do discurso centrado na dicotomia “*carência material do Exército e exageros na boa qualidade de jagunços*”, pois acaba por consolidar uma visão interna do papel e da missão das forças armadas na sociedade brasileira. Ao mesmo tempo em que o Exército não estava preparado para uma ação de maior envergadura, a campanha de Canudos serviu para “recompor uma união interna” dentro de uma instituição que se encontrava dividida em grupos e facções. Por outro lado, ao nível interno das Forças Armadas, a campanha de Canudos também proporcionou o ressurgimento da idéia de missão salvadora do Exército Nacional<sup>615</sup>.

Em suas pesquisas no jornal **A Federação**, objetivando coletar as notícias sobre o envolvimento da elite castilhista na guerra do Belo Monte, Carlos Perrone Jobim Júnior descobriu interessante fonte inédita – o diário de um soldado-artista, combatente nas Revoltas Federalista e de Canudos -, da qual resultou sua dissertação de mestrado em História. Sua contribuição principal foi relatar a dolorosa percepção de um homem do povo, no limiar da República, registro singular no conjunto do repertório testemunhal destes dois importantes episódios da história brasileira. Seu pujante depoimento traz, em seu estilo narrativo, além da reflexão histórica, uma preocupação com a produção literária. Em sua marcha a Canudos, o memorialista demonstra estranhamento constante com relação ao meio hostil, com seus acidentes geográficos e o clima abrasador, já descrito também por Euclides da Cunha. Assim, a natureza desconhecida é associada à imagem de um Éden às avessas, na qual a civilização nunca chegara. Associando a imagem de barbárie à região, sua representação dos conselheiristas segue a imagem de fanáticos enlouquecidos. Mas, ao narrar a guerra, o soldado-artista traça de forma crítica as duras condições do combate, com

---

<sup>615</sup> FLEURY, Sabino Fortes. **A Campanha de Canudos e o Exército Brasileiro: Papel Constitucional e Envolvimento Político das Forças Armadas**. Campinas/SP: UNICAMP, s/d. Agradeço ao professor José Maria de Oliveira Silva a gentileza do acesso a este texto.

a sede e a fome desesperadoras, a falta de provisionamento, os abusos cometidos contra os prisioneiros, os fuzilamentos<sup>616</sup>.

*SIMPÓSIO “O CENTENÁRIO DE CANUDOS” – IHGB/IGHMB – 6-8/10/1997*

Dentre as várias iniciativas realizadas no sentido de rememorar o centenário do final da Guerra de Canudos, por parte das instituições militares, destaco o simpósio organizado pelo Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, em conjunto com o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, realizado nos dias 6, 7 e 8 de outubro de 1997, na sede do IHGB, no Rio de Janeiro.

Em seu discurso de abertura, o presidente do IHGB, Arno Wehling, ressalta o frutífero intercâmbio realizado pelas duas instituições em que as respectivas comissões desempenharam um trabalho eficaz para a realização do encontro. Wehling traça uma breve aproximação da instituição por ele presidida acerca do tema, quando, em 1901, Aristides Milton apresenta o texto intitulado *A Campanha de Canudos*, logo depois publicado na Revista do IHGB ou ainda da existência em seu arquivo da *Caderneta de Campo* de Euclides da Cunha. Além disso, o presidente do IHGB lembra da eleição e posse de Euclides da Cunha como sócio do Instituto e propõe que “Canudos é inseparável de Euclides”, pois o rigor factual, a condição de obra de arte e as persistências estruturais de conflitos sociais explicam a atualidade de *Os Sertões*. Então, se “*Os Sertões* é um ‘livro vivo’, Canudos é um ‘problema vivo’”<sup>617</sup>.

Já o pronunciamento do então Vice-Presidente da República, Marco Maciel, expõe uma versão sobre o significado de Canudos, a partir de sua visão de político. Assim, ele afirma que a “insurreição de Canudos e a sua derrota definitiva, em 1897, sepultaram as esperanças de restauração monárquica no País”. Em suas palavras, “Morto o Conselheiro, viveu a República”, pois “sem superar o episódio de Canudos, a República não se teria consolidado no momento em que o fez e com as características em que se realizou essa consolidação”. Ao mesmo tempo, a leitura deste político busca explicar Canudos a partir de

---

<sup>616</sup> JOBIM JÚNIOR, Carlos Perrone. Outros Sertões: Um Soldado Gaúcho em Canudos. In: **História**. São Paulo, UNESP, 21: 295-306, 2002.

<sup>617</sup> WEHLING, Arno. Discurso de abertura do Simpósio do Centenário de Canudos. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, 159 (398): 163-166, jan./mar. 1998.

um messianismo endêmico dos sertões brasileiros, no qual destacam-se os líderes Antônio Conselheiro e Padre Cícero. Para Marco Maciel, “tanto a atuação de Padre Cícero, quanto à de Antônio Conselheiro, terminaram adquirindo forte e incontestável motivação política”. Segundo sua leitura, após a morte de Padre Cícero, finda a República Velha e se inicia uma outra fase decisiva do processo político brasileiro<sup>618</sup>.

Na seqüência, encontramos a contribuição de José Arthur Rios, que questiona as páginas escritas por Euclides da Cunha, afirmando que elas representam uma “genial falsificação”. Inserindo Canudos no contexto de transição da Monarquia à República, o autor enfatiza, como dimensões explicativas, a crise econômica e agrária vivida na Bahia à época, quanto à dimensão religiosa, especialmente as missões religiosas, para se entender o levante popular liderado por Antônio Conselheiro. Então, o sócio do IHGB afirma que “Canudos abalava os dois sistemas”: “roubando-lhe a força de trabalho e o poder eleitoral – o braço e o voto”. Assim sendo, mais “que pelo Exército, Antônio Conselheiro foi derrotado por essa aliança entre a Igreja, os fazendeiros e os políticos locais”<sup>619</sup>.

Contudo, Rios mantém uma imagem depreciativa deste líder, especialmente no que se refere ao seu fanatismo e sua religiosidade “medieval”. Neste sentido, o escritor se alinha à determinada corrente interpretativa que coloca Antônio Conselheiro, na tradição sebastianista no Brasil, com base nas assertivas de Maria Isaura P. de Queiroz e Ralph Della Cava. Deste modo, a descrição da “Nova Jerusalém” busca corroborar a imagem de uma cidade sagrada, que, contudo, estava integrada na vida da região, ao contrário do que afirmara Euclides da Cunha.

Já Oliveiros Litrento escreve sobre o Jacobinismo Florianista e a Guerra de Canudos, propondo que “Canudos continua a traumatizar a nação brasileira”, tornando-se um “assunto inesgotável”. Sua ênfase recai sobre a eficácia não aplaudida do jacobinismo florianista na destruição de Canudos, na medida em que o “Presidente Prudente de Moraes (...) utilizou, ainda que tendo anteriormente repudiado, o jacobinismo florianista para a vitória final. Sem o que o desastre seria maior”<sup>620</sup>.

---

<sup>618</sup> MACIEL, Marco. Pronunciamento. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, 159 (398): 167-170, jan./mar. 1998.

<sup>619</sup> RIOS, José Arthur. A Comunidade Messiânica de Canudos. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, 159 (398): 171-180, jan./mar. 1998 [p. 178 e 179].

<sup>620</sup> LITRENTO, Oliveiros. Canudos e o Jacobinismo Florianista. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, 159 (398): 181-183, jan./mar. 1998 [p. 182 e 183].

Com base nas correspondências colhidas no Arquivo Nacional, o historiador Lincoln de Abreu Penna traça também a participação jacobinista no cenário político da Guerra de Canudos, propondo um estudo pontual acerca dos acontecimentos entre 5 de outubro e 5 de novembro de 1897, isto é, do término sangrento e dramático da Guerra de Canudos ao atentado contra o Presidente Prudente de Moraes. Ao longo de seu texto, o autor afirma que o movimento de resistência sertaneja, em seus primórdios, não teve objetivos de contestação da ordem republicana, o que só ocorreu devido à inabilidade do poder político local. Por outro lado, Penna ressalta a participação decisiva do vice-presidente Manoel Vitorino Pereira nos acontecimentos que cercam aquele conturbado mês após o final da Guerra de Canudos, principalmente no que se refere a sua ambigüidade, ora cortejando uma atitude golpista, ora discursando em favor da legalidade. No que diz respeito ao atentado, o que chama a atenção é o fato de que o episódio surpreendeu a todos pela sua ousadia, mas “não chegou a ser totalmente imprevisível”, haja vista que os rumores golpistas contra Prudente de Moraes podiam ser encontrados nas correspondências entre os estadistas. Esse processo de radicalização política jacobina, que resultou no atentado contra Prudente de Moraes, remete ao fracasso da expedição de Moreira César, pois despertou a ira dos opositores contra o presidente da República, apesar da expedição ter sido organizada e enviada por Manoel Vitorino, no exercício da Presidência. Vale lembrar a paulatina perda do poder político dos jacobinos no cenário nacional, aprofundado com o reatamento das relações diplomáticas entre Brasil e Portugal e a morte de Floriano Peixoto em 1895, além da anistia proposta por Prudente de Moraes aos rebeldes da Armada. Em 1897, além do desgaste da Guerra de Canudos, encontramos a cisão do Partido Republicano Federal e uma revolta anti-governamental da Escola Militar. Por fim, os militares se viram heróis de uma campanha inglória e os preparativos festivos da vitória na Capital da República resultaram num claro “clima de embate em torno do espólio dos sertanejos resistentes que tombaram como vilões de uma República plena de contradições”<sup>621</sup>.

Contraopondo-se a esta imagem de uma campanha inglória, o General de Divisão Aureliano Pinto de Moura disserta, em texto extremamente descritivo, sobre as duas

---

<sup>621</sup> PENNA, Lincoln de Abreu. Canudos e o Atentado. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, 159 (398): 281-291, jan./mar. 1998.

últimas expedições a Canudos. Sua proposta endossa a idéia de que o “Exército cumpriu sua missão, recebida do Poder Civil, com os meios de que dispunha, as limitações existentes e as pressões de toda sorte”. Deste modo, para o general, analisar Canudos deve ser feito a partir dos “olhos do século XIX e não com a visão do terceiro milênio” e que, portanto, não “há nada que nos envergonhe, nada porque retratar-nos”. Assim sendo, o escritor busca valorizar a memória do General Artur Oscar, comandante em chefe da 4ª Expedição contra Canudos, e a dos soldados combatentes em Canudos, que, segundo ele, “souberam honrar suas fardas, em particular aqueles que lá tombaram e de lá não retornaram”<sup>622</sup>.

Já o General-de-brigada Alberto Martins da Silva se debruça sobre a participação dos médicos na Guerra de Canudos, afirmando que sobre tal temática pouco se escreveu. Com base nos depoimentos de Francisco Xavier de Oliveira, Alvim Horcades, Aquiles Lisboa, correspondentes dos jornais e do livro do tenente Macedo Soares, o autor traça um rico painel da estrutura sanitária do Exército para coordenar os trabalhos médico-sanitários durante o período da Guerra de Canudos, destacando o apoio decisivo da Faculdade de Medicina da Bahia na mobilização de médicos, jovens acadêmicos de medicina e farmácia e funcionários que se dedicaram a atender os feridos na região de Canudos e mesmo em outros hospitais. Em seu texto, vale registrar a iniciativa pioneira do emprego de exames radioscópicos e radiográficos para fins cirúrgicos nos feridos chegados do interior baiano. Inclusive, o autor cita uma tese de doutorado em Ciências médico-cirúrgicas apresentada à Faculdade de Medicina e de Farmácia da Bahia, em 31 de outubro de 1898, por Aduino da Costa Chastinet, em que se registra todo este trabalho realizado. Porém, evidencia-se também no seu escrito a precariedade com que o corpo médico e farmacêutico das tropas governamentais enfrentaram a Guerra de Canudos, na medida em que o arsenal médico-cirúrgico convivia com um “ambiente nada propício a um correto desempenho”<sup>623</sup>.

Com base nos escritos contemporâneos de Alvim Martins Horcades e Xavier de Oliveira, Consuelo Pondé de Sena escreve sobre a participação de João Pondé na Campanha de Canudos, destacando sua presença nas duas turmas de estudantes da

---

<sup>622</sup> MOURA, Aureliano Pinto de. As duas últimas expedições a Canudos. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, 159 (398): 185-192, jan./mar. 1998.

<sup>623</sup> SILVA, Alberto Martins da. A medicina em Canudos (algumas notas). In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, 159 (398): 193-205, jan./mar. 1998 [p. 203].

Faculdade de Medicina que foram ao teatro de guerra. A historiadora baiana relata que o acaso colocara Pondé diante da exumação do cadáver de Antônio Conselheiro, por ser, no dia da tomada de Canudos, a patente mais elevada do serviço sanitário. Influuiu também o fato de que ele já havia contatado com Conselheiro, quando morava em Itapicuru, ainda criança. Mas talvez a grande contribuição de João Ponde tenha sido resgatar o livro de Prédicas de Antônio Conselheiro, que, doado à Euclides da Cunha, teve também uma vida atribulada, sendo, depois, publicada graças ao empenho de Ataliba Nogueira. A autora destaca, por fim, que discretíssimo, pouco comentava João Pondé sobre o episódio de Canudos, exceção de ter visto o cadáver “empalado” do Coronel Tamarindo e de ter trazido uma jaguncinha consigo, mas que faleceu logo após sua chegada em Salvador<sup>624</sup>.

A colaboração de Cláudio Moreira Bento reitera suas idéias já analisadas anteriormente, no sentido de “desresponsabilizar” a instituição militar pelo massacre dos conselheiristas, impingindo às lideranças políticas civis, a Igreja Católica e a imprensa da época como os principais responsáveis pela repressão militar. Ao mesmo tempo, ele advoga a importância da Guerra de Canudos para que se fizesse uma reforma do ensino militar, que revisse a “desprofissionalização” do Exército, ocorrida pelo bacharelismo presente no Regulamento de Ensino de 1873<sup>625</sup>.

Em sua comunicação, o coronel Luiz Carlos Carneiro de Paula busca enfrentar as leituras sobre o episódio de Canudos, quase todas marcadas pela visão euclidiana ou “pela tentação de ligar ideologicamente Canudos e coisas de nossos dias”. Sobre a matança e a degola, o autor propõe que “não pertenciam só aos horrores da guerra, mas às tradições dos conflitos do sertão”. Deste modo, seguindo esta leitura, não devemos “ser contra ou a favor dos jagunços ou do Exército”, mas sim demonstrar que ali faltou “uma ação política decidida, objetiva e oportuna por parte do poder local”. Segundo o coronel, esse é o grande ensinamento do episódio de Canudos e que permanece atual, pois recentemente tivemos exemplos que remetem à questão como é o caso de Corumbiara e Eldorado dos Carajás<sup>626</sup>.

---

<sup>624</sup> SENA, Consuelo Pondé de. João Pondé e a Campanha de Canudos. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, 159 (398): 207-217, jan./mar. 1998.

<sup>625</sup> BENTO, Cláudio Moreira. Um significado da Guerra de Canudos para as forças terrestres. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, 159 (398): 219-227, jan./mar. 1998.

<sup>626</sup> PAULA, Luiz Carlos Carneiro de. Reflexões à margem da Campanha de Canudos. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, 159 (398): 269-272, jan./mar. 1998. Sua comunicação é um texto já publicado em PAULA, Luiz Carlos Carneiro de. Conversando sobre a Guerra de Canudos. In: **Revista do Exército Brasileiro**. Vol. 133, 3º Trimestre de 1996, p. 69-71.

Guilherme de Andréa Frota tece alguns comentários sobre as expedições policiais a Canudos, lembrando que o primeiro confronto entre os conselheiristas e a força policial se deu em Masseté, município de Tucano, mas sua análise se centra na 1ª Expedição, liderada pelo Tenente-de-Infantaria, Manoel da Silva Pires Ferreira. Para ele, esta expedição promovida pelo governo do Estado também “não passava de uma incursão policial sem que, ao nosso ver, ficasse caracterizada a presença do Exército como instituição, como ocorreria mais tarde”. Sua leitura busca preservar a atuação política do governador Luiz Viana, afirmando que o problema é que ele era próximo do Presidente Prudente de Moraes e adversário do Vice-Presidente, Manoel Vitorino. Como contraponto, a atuação do Tenente Pires Ferreira é colocada de modo depreciativa, descambando para uma fuga desordenada, após o confronto em Uauá. Assim, a tropa chegou em Juazeiro, “extenuada e desmoralizada”. É interessante observar que o autor mantém a análise no mesmo patamar em que Canudos é interpretado como um “Estado dentro do Estado” e que era necessário manter o princípio de autoridade. Contudo, citando Pedro Calmon, ele arremata afirmando que “Canudos foi mais uma invenção de publicidade nefasta do que arraial de revoltosos”<sup>627</sup>.

Num outro conjunto de artigos são enfatizados outros aspectos que não apenas o enfoque militar. O sócio honorário do IHGB, Marcos Guimarães Sanches, traça a ação e repercussão de Canudos no contexto do centenário da Guerra, tomando como ponto de partida a tradição latina do *saeculum*, incorporada à cultura ocidental, em que se renova a comemoração, tanto na pesquisa científica, quanto nos lugares de memória, fundamentando uma cultura histórica em torno dos episódios relativos à Guerra de Canudos<sup>628</sup>.

Já Angelina Garcez desvela o obliterado fator econômico no movimento de Canudos, retomando suas reflexões pioneiras escritas ainda na década de 1970. A historiadora destaca que, apesar da riqueza e variedade dos estudos sobre Canudos, a questão econômica, “raiz da própria sobrevivência do arraial, ainda está por ser estudada”.

---

<sup>627</sup> FROTA, Guilherme de Andréa. Expedições Policiais a Canudos. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, 159 (398): 273-280, jan./mar. 1998.

<sup>628</sup> SANCHES, Marcos Guimarães. Ação e Repercussão de Canudos. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, 159 (398): 229-241, jan./mar. 1998 [p. 240].

Talvez pela carência e ainda mais pela incoerência das fontes informativas as investigações na área não avançaram muito, tendo mais questões do que respostas<sup>629</sup>.

Cícero Antônio F. de Almeida revela a força da fotografia de Flávio de Barros como um importante elemento discursivo utilizado pelo Exército sobre os acontecimentos em Canudos e um sofisticado instrumento de persuasão, no contexto da construção da imagem da corporação como protetora da ordem e da consolidação do regime republicano, diante da ameaça monarquista. É interessante observar que vários correspondentes de guerra ressaltavam que a fome era o principal inimigo das tropas, pela irregularidade com que chegavam os comboios. Ao registrar, em duas fotografias, cenas de oficiais e soldados em refeição, Flávio de Barros “buscou minimizar a questão e apresentar uma realidade pouco comum no dia-a-dia das tropas”. Outras imagens também são reveladoras da reconstrução histórica pelo olhar de Flávio de Barros, como, por exemplo, o falso caráter de solidariedade das tropas para com os inimigos, presente na fotografia intitulada *Corpo Sanitário e uma Jagunça Ferida* ou ainda na fotografia intitulada *Prisão de Jagunços pela Cavalaria*, quando o fotógrafo faz uma encenação da prisão de conselheiristas, realizando um simulacro da eficiência e da rapidez do Exército, desqualificando a destreza e agilidade dos habitantes de Canudos.

Assim, as fotografias de Flávio de Barros, ao se propor registrar uma “epopéia militar”, “nos legou representações idealizadas da vitória do Exército sobre o arraial de Canudos”, expressando a intenção de “registrar a harmonia da tropa, a liderança dos comandantes e a eficiência dos soldados em sua missão”<sup>630</sup>.

Do ponto de vista historiográfico, encontramos os textos de Luitigarde Oliveira Cavalcanti Barros, que aborda o pensamento científico sobre Canudos, e o de Jacqueline Hermann, em que realiza uma avaliação historiográfica sobre a temática. Barros afirma que a Guerra de Canudos “visibilizou, para a sociedade urbana, para os grupos dirigentes e letrados, um Brasil desconhecido”. A intelectualidade que se debruçou sobre a temática à época, influenciados pelo cientificismo do século XIX, trataram-na a partir de uma perspectiva em que o social era explicado pelo biológico “submetido às determinações do

---

<sup>629</sup> GARCEZ, Angelina. O Econômico no Movimento de Canudos. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, 159 (398): 243-268, jan./mar. 1998.

<sup>630</sup> ALMEIDA, Cícero Antônio F. de. Memória e representação – As imagens da guerra de Canudos pelo fotógrafo expedicionário Flávio de Barros. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, 159 (398): 293-317, jan./mar. 1998 [p. 300].

meio geográfico e do clima”. O problema estava, assim, ancorado na miscigenação das raças que trazia degeneração, associando os mestiços às taras, loucura e crime. Contudo, Nina Rodrigues, um dos principais defensores das teorias de Lombroso, não encontrou nenhuma anomalia no crânio de Antônio Conselheiro, era um “crânio normal”.

De um modo geral, os intelectuais se portaram dentro das propostas defendidas nos jornais e discursos políticos, em que vicejavam as imagens dos conselheiristas como bandidos, assassinos perigosos, facínoras. Entretanto, vale destacar algumas vozes dissonantes como as denúncias de Manuel Benício, de Alvim Horcades e de César Zama sobre os atos bárbaros praticados pelos soldados das forças militares e policiais ou ainda Machado de Assis em algumas crônicas em que colocava dúvidas sobre a loucura de Antônio Conselheiro<sup>631</sup>.

Para Jaqueline Hermann, dentre as diversas interpretações sobre o massacre de Canudos, tanto a leitura “euclidiana” quanto à “progressista” de Canudos construíram histórias que “continuam a justificar a necessidade e mesmo a ferocidade do extermínio dos conselheiristas”. Assim, a magnitude e a ferocidade do combate contra Canudos deve ser encontrada não no perigo restaurador, nem tampouco no potencial revolucionário dos sertanejos em armas, mas sim num “cenário específico que fez da destruição de Canudos a prova necessária e urgente para a confirmação do compromisso da nova ordem política com os princípios republicanos”<sup>632</sup>.

Vale mencionar que a revista **A Defesa Nacional** também dedicou algumas colaborações a respeito da temática, como é o caso do sócio efetivo do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, Alberto Martins da Silva, que comemora o centenário de Canudos (1896-1996), afirmando que a “História deve entender e explicar em suas causas e conseqüências” o que motivou a Campanha de Canudos. Para o autor, devemos evitar as “interpretações errôneas e parciais” e ainda as “inverdades fabricadas”. Neste sentido, além da obra genial de Euclides da Cunha, “embora não sendo a única verdade e nem a contendo por inteira”, o general sugere que o transcorrer do centenário de

---

<sup>631</sup> BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcanti. Canudos na perspectiva científica. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, 159 (398): 319-329, jan./mar. 1998.

<sup>632</sup> HERMANN, Jacqueline. Canudos: uma avaliação historiográfica. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, 159 (398): 331-352, jan./mar. 1998.

Canudos (1996-1997) é excelente oportunidade para se formar “uma nova identidade de Canudos”, na qual na reinterpretação dos fatos se evite repetir os erros do passado<sup>633</sup>.

Registre-se aqui o número especial desta revista sobre o centenário de Canudos (1997), na qual se explicita as guerras das memórias de Canudos quando o editorial afirma que

*“Ao completar cem anos do término da insurreição que se convencionou chamar de **Guerra de Canudos**, dia 5 de outubro, a mídia lhe dedicou generosos espaços, de comum não concedidos a centenários de maior importância e significação da nossa História, e fez voltar à baila as insinuações de menosprezo à performance do Exército pelos seus insucessos iniciais, à luz da comparação do poderio bélico que ele tinha em relação ao do seu adversário, e pelos excessos de violência que praticou”<sup>634</sup>.*

Nela também são republicados os artigos já mencionados de Marco Maciel, Arthur Rios e Cláudio Bento, o que nos leva a crer na aceitação de suas idéias no âmbito da caserna, especialmente no que concerne à interpretação de que a insurreição de Canudos e a sua derrota definitiva, em 1897, sepultaram as esperanças de restauração monárquica no Brasil e na sua caracterização como um movimento messiânico. Ao mesmo tempo em que também o episódio de Canudos serviu para a modernização do Exército, com a Reforma Militar (1898-1945)<sup>635</sup>.

Mas talvez a melhor contribuição desta edição especial seja a notícia dos versos encontrados em Canudos no dia 24 de setembro de 1897, pelo soldado Joaquim Ferreira de Melo. Escrito por seu filho, o Coronel da Cavalaria e Estado-Maior, Nilson Vieira Ferreira de Mello, o texto discorre, inicialmente, sobre a trajetória do soldado na carreira militar, no qual destaca ter sido ele desligado da Escola Militar da Praia Vermelha, por se envolver em atos de reação contra à ordem do Governo de retirar a munição daquela unidade militar.

<sup>633</sup> SILVA, Alberto Martins da. Cem anos de Canudos (1896-1996). In: **A Defesa Nacional**. nº 774, out/nov/dez. de 1996, p.144-147.

<sup>634</sup> Editorial Canudos. In: **A Defesa Nacional**. Ano LXXXIII, nº 778, out/nov/dez. de 1997.

<sup>635</sup> MACIEL, Marco. Simpósio Centenário de Canudos (1897-1997). In: **A Defesa Nacional**. Ano LXXXIII, nº 778, out/nov/dez. de 1997, p. 5-9; RIOS, José Arthur. O Enigma de Canudos. In: **A Defesa Nacional**. Ano LXXXIII, nº 778, out/nov/dez. de 1997, p. 11-21; BENTO, Cláudio Moreira. Um significado da Guerra de Canudos para as forças terrestres. In: **A Defesa Nacional**. Ano LXXXIII, nº 778, out/nov/dez. de 1997, p. 117-119.

Desligado da Escola Militar, o soldado foi classificado na 3ª Bateria, do 5º Regimento de Artilharia de Posição, em Pernambuco. De Recife, seguiu, voluntariamente, para combater em Canudos, incorporando-se ao 5º Regimento de Artilharia de Campanha, unidade integrante da 1ª Coluna. Joaquim Ferreira de Melo participou da tomada da Fazenda Velha, em 7 de setembro de 1897, recebendo elogios dos comandantes, General-de-brigada João da Silva Barbosa e General-de-Divisão Artur Oscar. Foi nestas trincheiras que o soldado encontrou os versos de um jagunço não identificado, os quais são narrados os confrontos entre conselheiristas e os soldados da 3ª Expedição contra Canudos. É interessante observar que os versos do poeta popular evidenciam uma espécie de guerra santa, na qual o “povo da lei Christã” combate o “povo da lei pagã”<sup>636</sup>.

Ao mesmo tempo, a **Revista do Exército Brasileiro** (REB) publica, ao longo dos centenários, uma plêiade de artigos referentes à Guerra de Canudos, escritos tanto por intelectuais civis quanto militares.

Frederico Pernambucano de Mello relata a exposição organizada pela Fundação Joaquim Nabuco, em que além do armamento do ciclo histórico da Guerra de Canudos e de um conjunto de fotografias colhidas pelo tão “célebre quanto pouco conhecido Flávio de Barros”, o visitante pôde também conhecer músicas da época e experimentar parte da alimentação jagunça, estilizada a modo de coquetel típico. Além disso, foi realizado também um seminário entre os dias 29 e 30 de outubro de 1991, com conferências de Manuel Correia de Andrade, general Armando de Moraes Âncora Filho e o próprio autor do artigo.

Além de detalhar sua coleção de armas, do Museu do Estado de Pernambuco e do Museu da Polícia Militar, Mello escreve que importa assinalar “o tributo de sangue do Exército, de um Exército então desaparelhado para a ação expedicionária e que lutava ainda por se erguer em força nacional efetiva, mais que avultado, foi intolerável para as suas dimensões da época: 5.000 mortos”. Mesmo que tenha relatado o sacrifício heróico de ambos os lados, nota-se uma clara prevalência no registro quase literário dos soldados tombados em Canudos, como é o caso dos coronéis Antônio Moreira César e Thompson Flores, dos majores Henrique Severiano e Cunha Matos. Ao final do pequeno artigo, o

---

<sup>636</sup> MELLO, Nilson V. Ferreira de. Versos encontrados em Canudos em 24 de setembro de 1897. In: **A Defesa Nacional**. Ano LXXXIII, nº 778, out/nov/dez. de 1997, p. 135-143.

historiador pernambucano afirma que se evite no Centenário de Canudos o caminho de seus antecessores como o da Abolição e o da República, fazendo-se “mais pontos de interrogação e menos pontos de exclamação”<sup>637</sup>.

O Diretor do Museu Tiradentes da Polícia Militar do Amazonas, Tenente-Coronel Roberto Mendonça, retoma o tema de Canudos, “na centúria da demolição do arraial”, com o objetivo de trazer à memória os heróis de Canudos, segundo ele, e, sua maioria até hoje anônimos, através da biografia do comandante da milícia estadual amazonense, Cândido José Mariano, ressaltando os atos de bravura na Guerra de Canudos que o levaram a ser promovido a capitão do Exército<sup>638</sup>.

Alguns textos são encontrados no exemplar da REB do ano de 1996, dos quais destaco o de Paulo Emilio Matos Martins, que traça o perfil de 50 Antônios envolvidos, direta ou indiretamente, com a tragédia de Canudos. Apesar de ser um texto descritivo, o autor defende uma leitura da experiência de Canudos como de inspiração comunitária, em que vivia o “sonho de um sertão diferente e a utopia de uma sociedade mais justa”. Neste sentido, é interessante observar que o pequeno artigo destoa do conjunto dos textos publicados à época sobre Canudos, na **Revista do Exército Brasileiro**, pelo que tem de simpatia com o líder da comunidade de Canudos<sup>639</sup>.

Na mesma revista, a Campanha de Canudos também é descrita por vários pesquisadores militares, objetivando identificar as causas do conflito, as lideranças conselheiristas e militares que se destacaram na guerra e a descrição das expedições contra Canudos. Sales Coutinho et. alli. atualizaram, às vésperas do centenário de Canudos, trabalho apresentado para a cadeira de História da AMAN, em 1967. Numa clara inspiração euclidiana, os autores traçam o perfil messiânico da comunidade conselheirista, propugnando que o “fanatismo religioso” e o “banditismo coletivo” são fruto da “herança tapuia, do atraso e do isolamento em que viviam os nordestinos da época”. Ao mesmo tempo, propõem que foram os desmandos dos fanáticos que levaram à repressão militar contra Canudos. Sobre a estrutura moral militar, eles sugerem que o Exército estava

---

<sup>637</sup> MELLO, Frederico Pernambucano de. Canudos, 1897. In: **Revista do Exército Brasileiro**. Vol. 129, nº 1, jan/fev/mar 1992, p. 61-65.

<sup>638</sup> MENDONÇA, Roberto. Canudos: Retomando um Tema Secular. In: **Revista do Exército Brasileiro**. Vol. 132, 2º Trimestre de 1995, p. 96-99.

<sup>639</sup> MARTINS, Paulo Emilio Matos. Cinquenta Antônios e uma Tragédia: Canudos. In: **Revista do Exército Brasileiro**. Vol. 133, 3º Trimestre de 1996, p.21-29.

“desmotivado e despreparado” para enfrentar a contenda, pois não havia sistematizado no Exército a noção de Serviços. “Improvizava-se tudo e esperava-se viver dos recursos locais, onde era grande a carência”. Ainda do ponto de vista militar, os historiadores militares colocam que, apesar de se tratar de uma guerra insurrecional, Canudos pode ser considerada como “exemplo de guerrilha”. Em suas conclusões, os autores sugerem que, apesar das decisões erradas e outras deficiências, “o Exército aprendeu e corrigiu” com a Campanha de Canudos, seja no âmbito do planejamento militar, de apoio logístico, seja na criação da Intendência Geral da Guerra<sup>640</sup>.

No ano do centenário do final da Guerra de Canudos, Mário Gomes de Mattos afirma que passados cem anos, Canudos continua viva em nossa memória. Sua leitura propõe que Conselheiro misturava “convicções políticas (dizia-se monarquista) com religião, acreditando que D. Sebastião, o Encoberto, morto em *Alcacer-Quibir* (1578), viria salvar o Brasil dos ímpios e maçons, como eram considerados os republicanos”. Para ele, após um início pacífico da peregrinação e pregação de Conselheiro, o crescimento abrupto dos conselheiristas fez com que a “pilhagem fosse um dos meios para a sobrevivência” e também tenham forçado Conselheiro a se fixar em Canudos. Encontra-se aqui a justificativa das quatro expedições militares contra Canudos, na medida em que, segundo o subtenente, a tropa se constitui no “braço armado da justiça” na luta contra o “fanatismo religioso”, conseguindo seu triunfo a duras penas. O autor finaliza seu artigo lembrando uma passagem de Afonso Arinos que afirmara certa vez: “Se em vez de tropas, mandassem justiça, medicina, religião e escola...”<sup>641</sup>.

No ano seguinte, também são republicados na **Revista do Exército Brasileiro** dois textos lidos no simpósio realizado no IHGB, já aludido, como é o caso do artigo *Enigma de Canudos*, de José Arthur Rios e o de Alberto Martins da Silva sobre a participação dos médicos em Canudos<sup>642</sup>.

Em 1997, num pequeno texto alusivo à Guerra de Canudos, publicado na revista **Verde-Oliva**, encontramos, de forma resumida, a manutenção das idéias sobre Canudos

---

<sup>640</sup> Sales Coutinho et. alli. A Campanha de Canudos. In: **Revista do Exército Brasileiro**. Vol. 133, 3º Trimestre de 1996, p. 77-86.

<sup>641</sup> MATTOS, Mário Gomes de. Relembrando Canudos. In: **Revista do Exército Brasileiro**. Vol. 136, 3º Trimestre de 1997, p. 43-45.

<sup>642</sup> RIOS, José Arthur. Enigma de Canudos. In: **Revista do Exército Brasileiro**. Vol. 135, 2º Trimestre de 1998, p. 37-46; SILVA, Alberto Martins da. Médicos em Canudos. In: **Revista do Exército Brasileiro**. Vol. 135, 2º Trimestre de 1998, p. 79-89.

como antro de fanáticos e que logo “explodem em aberta e violenta contestação ao regime republicano recém-instaurado”. Reiterando inclusive a imagem de que o Exército, “mesmo ao custo de uma guerra desafortunada entre irmãos, não teve como deixar de cumprir sua missão de defender os poderes constitucionais, a lei e a ordem”<sup>643</sup>.

Dentre outras iniciativas no campo de batalhas da memória, registro também a montagem de uma exposição comemorativa da participação do Batalhão Paulista, na Guerra de Canudos, no Quartel da Luz, entre os dias 26 de novembro a 1º de dezembro de 1997, numa promoção conjunta do 1º Batalhão de Choque Tobias de Aguiar, Centro de Estudos Euclides da Cunha e Museu Militar de São Paulo. Num pequeno resumo histórico, o texto de apresentação da exposição afirma o equívoco da caracterização dos conselheiristas como monarquistas e que a “guerra fratricida, desencadeada a partir de 1893, teve causas místicas e sociais apenas”. Após o fracasso das três primeiras expedições contra Canudos, é organizada a 4ª Expedição com cerca de 14.000 homens, sob a liderança do General Artur Oscar. Nela o Batalhão de São Paulo, o atual 1º Batalhão de Choque Tobias de Aguiar, participou com um efetivo de 21 oficiais e 458 praças. Sua participação é destacada pelo texto através da pena de Euclides da Cunha, na qual assim se referiu ao Batalhão Paulista:

*“O Batalhão Paulista, escoltando um comboio foi atacado nas proximidades de Canudos. Repeliu o inimigo, sem perder um só homem e sem deixar extraviar uma só rês ou muar do rebanho. Foi recebido com entusiasmo pelas forças em operação”.*

Além disso, é destacada a participação dos soldados paulistas nos confrontos de 25 de agosto, 25 de setembro e no assalto final, nas quais a “tropa paulista repeliu valentemente o inimigo, apesar de suas cutilantes investidas”. Da investida militar paulista resultaram na perda de 12 soldados, os quais são lembrados num majestoso monumento, no pátio do Quartel da Luz, onde também guarda, no Salão de Honra, a Bandeira Nacional defendida pelos paulistas na cruenta guerra<sup>644</sup>.

<sup>643</sup> A Guerra de Canudos – Sinopse. In: **Verde-Oliva**. Brasília/DF, ano XXV, nº 157, set./out. 1997, p. 20.

<sup>644</sup> POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Guerra de Canudos (1897)**. Exposição no Quartel da Luz – 26 de novembro a 1º de dezembro de 1997.

Também no ano do centenário do final da Guerra de Canudos, o Exército demarca na região de Canudos alguns monumentos para lembrar os combatentes militares ali tombados, como é o caso da reforma do cruzeiro no local onde morreu o coronel Moreira César no rio das Umburanas. Paralelamente às intervenções nas batalhas da memória de Canudos, o Exército constitui na região de Canudos algumas ações de âmbito cívico-social, buscando cooperar com as comunidades na solução de seus problemas e promover o fortalecimento dos padrões cívicos e do espírito comunitário dos cidadãos. A este conjunto de atividades desenvolvidas pelas Forças Armadas é denominado de Ação Cívico-Social (*ACISO*), visando desfazer a imagem negativa ainda existente entre a população de Canudos. No ano de 1996, essa ação compreendeu atividades de atendimento médico-odontológico, palestras educativas, medicamentos gratuitos e recuperação de escolas. Vale mencionar que a *ACISO* foi interrompida, às vezes, por falta de recursos. Depois, a iniciativa foi ampliada com a parceria das secretarias estaduais da Agricultura e do Trabalho, promovendo orientação para melhoramento do rebanho caprino e bovino e das culturas típicas da região, como o umbu e a palma, para a alimentação humana e animal. Numa crítica aberta aos eventos intelectuais comemorativos ao centenário da guerra de Canudos, Vera Schumann afirma que os habitantes da região lamentavam que, a despeito de constarem na mídia, a realidade local não mude. Daí a importância que deram à ação do Exército, no mês de novembro de 1996, quando usufruíram alguns dos preceitos básicos da cidadania: saúde e educação<sup>645</sup>.

A visibilidade adquirida pelas comemorações dos centenários de Canudos na mídia fez com que a instituição militar se posicionasse nas arenas de contenda, ora mantendo posições tradicionais da historiografia militar, ora buscando se adequar às transformações desenvolvidas no seio da organização militar pelo processo de democratização e, assim, revendo algumas posições anteriormente vistas como inatacáveis. Talvez, finalmente, o Exército tenha compreendido a lição euclidiana de que, após a luta, um herói anônimo, o verdadeiro vencedor deveria triunfar em Canudos: o mestre-escola<sup>646</sup>, médicos e assistência técnica para enfrentar os problemas das secas.

---

<sup>645</sup> SCHUMANN, Vera. Exército ajuda resgatar a cidadania em Canudos. **A Tarde**. Salvador, 24/11/1996, p. 3.

<sup>646</sup> CUNHA, Euclides da. **Diário de uma expedição**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 92 (Coleção Retrato do Brasil).

Todavia, as arenas de contenda no seio da caserna permanecem dentro da historiografia militar, na medida em que a herança euclidiana é disputada, ora sendo defendida (Davis R. de Sena), ora sendo questionada (Dante de Mello). Não resta dúvida que há, entre eles, um consenso em torno da disputa ideológica contra as posições progressistas sobre Canudos, nas quais Antônio Conselheiro aparece como reformador social. Assim, ao manter a visão depreciativa do líder de Canudos como a de um desvairado místico, marcado pelo sebastianismo e seu intuito subversivo contra a República, de criar um Estado dentro do Estado, os historiadores da caserna buscam isentar o Exército do massacre dos conselheiristas, impingindo às lideranças políticas civis, a Igreja Católica e a imprensa da época como os principais responsáveis pela repressão militar. Além disso, há uma operação de deslizamento em seu discurso, efetuado no sentido de que Canudos foi importante para a modernização da instituição militar, ao mesmo tempo em que se busca resgatar as ações dos chefes militares das expedições contra Canudos. Sobre este último aspecto, esta luta pela valorização do soldado combatente tenta enfrentar uma estratégia de esquecimento por parte do Exército, na medida em que, como afirmou o coronel Davis R. de Sena, o Exército “não premiou os expedicionários com medalhas ou condecorações enaltecidas de campanha, como se a Nação ansiasse por sepultar os lastimáveis acontecimentos”<sup>647</sup>. Portanto, Canudos é ainda uma arena de contenda, no interior da instituição militar, e um campo de tensão, no seu relacionamento com a sociedade brasileira como um todo.

---

<sup>647</sup> SENA, Davis Ribeiro de. **Canudos: Ficção e Realidade**. Rio de Janeiro: Arquivo Histórico do Exército, 1996.

*3ª PARTE*

*HISTÓRIA, MÍDIA E IMAGENS DA MEMÓRIA NOS  
CENTENÁRIOS DE CANUDOS*

*CAPÍTULO 7:*  
*O CENTENÁRIO DA GUERRA DE CANUDOS (1997) COMO*  
*EVENTO DE MÍDIA*

*“Canudos foi um evento da mídia”.*

Roberto Ventura<sup>648</sup>

Nesta parte da tese, visamos compreender as interseções entre *política, memória, cultura de massa e identidade social*, a partir da atualidade de Canudos como um evento de mídia. A perspectiva elaborada pelos autores que se debruçaram sobre a temática tem enfatizado a representação da guerra de Canudos na imprensa nacional, regional e local, efetuando um rico painel sobre os embates presentes na opinião pública do momento da guerra, como é o caso do trabalho pioneiro de Walnice Galvão, publicado em 1974, fruto de sua tese de livre-docência, na Universidade de São Paulo em junho de 1972. A autora tentou mostrar o discurso vivo e variado do jornal a propósito de Canudos, através de um levantamento exaustivo do que foi produzido no ano de 1897.

Para ela, a guerra de Canudos se não inaugurou, ao menos intensificou no Brasil, a praxe jornalística de enviar correspondentes ao local dos acontecimentos, como o caso de quatro jornais de grande circulação – *O Estado de São Paulo*, a *Gazeta de Notícias*, *A Notícia* e o *Jornal do Comércio*. Um ponto em comum entre os correspondentes era o vínculo com a instituição militar, como é o caso de Euclides da Cunha, tenente reformado, Fávila Nunes, coronel, Manoel Benício, capitão, e Manuel de Figueiredo, major. Vale registrar que eles só “informam diretamente apenas sobre a parte final da campanha, pois só estarão em Canudos em setembro, no último mês da guerra”. Galvão ressalta ainda que, “mesmo fora do campo de práticas tais como extermínio em massa, trucidamento de prisioneiros, tráfico de mulheres e crianças remanescentes, o que se evidencia à leitura das reportagens é que os correspondentes já sabiam o que informar quando foram para

---

<sup>648</sup> VENTURA, Roberto. In: NETO, Manoel & DANTAS, Roberto. **Os Intelectuais e Canudos: O Discurso Contemporâneo: História Oral Temática**. V. 2. Salvador: Universidade do Estado da Bahia (UNEB), 2003, p. 34.

Canudos. E é curioso observar como, ao nível da linguagem, os chavões sobre conspiração restauradora e perversa natureza infra-humana dos jagunços, bem como palavras-de-ordem patrióticas, vão-se alternando nos textos, antes a força irrecusável da empiria, com o desmantelamento desses mesmos chavões. Também na maioria das reportagens é possível observar a trajetória descrita pela consciência letrada do país, que termina reconhecendo os jagunços como compatriotas e a guerra como fratricida”<sup>649</sup>.

Berthold Zilly surpreendeu-se ao encontrar várias referências à Guerra de Canudos, no jornal berlinense, *Vossische Zeitung*, lembrando-nos que “aquela campanha militar foi moderna no sentido de ser orquestrada por uma ferrenha campanha propagandística na imprensa do país”, mas “também o foi por sua repercussão internacional”. Segundo o autor, “a guerra de Canudos foi provavelmente o primeiro conflito interno do Brasil a tornar-se *evento de mídia* internacional, havendo uma estreita relação entre sua modernidade e sua internacionalidade”. Além da participação da indústria bélica europeia, a dimensão internacional da Guerra de Canudos é mais complexa e profunda, tanto que foi inclusive percebida por Euclides da Cunha: a investida da Modernidade contra as culturas tradicionais.

Zilly mapeia a produção jornalística sobre Canudos em língua alemã, inglesa e francesa, propondo que a Guerra de Canudos se tornou notícia internacional graças à expansão internacional do telégrafo, pois ao mesmo tempo em que proporcionou uma intensa integração econômica, financeira e cultural do mundo, também possibilitou o conhecimento de um acontecimento do interior do Brasil à opinião pública de Nova York, Paris e Berlim, pelo menos no período de março a outubro de 1897. O autor se concentrou em três grandes jornais representativos da Europa: *Vossische Zeitung* (Berlim), *Le Temps* (Paris) e *The Times* (Londres). Para sua surpresa, “nos três jornais analisados, há certa inflação de artigos e pequenas notas em julho e agosto, seguida de certa escassez em setembro e outubro [de 1897], embora estes últimos meses fossem repletos de eventos decisivos”. Seguindo a tipologia utilizada por Walnice Galvão para os tipos de cobertura jornalística da guerra de Canudos, Zilly propõe a representação ponderada da cobertura jornalística, na medida em que a escrita sóbria e relativamente objetiva dos jornais

---

<sup>649</sup> GALVÃO, Walnice Nogueira. **No Calor da Hora: a Guerra de Canudos nos jornais, 4ª expedição**. São Paulo: Ática, 1974, p. 113 e 117.

contemplados “não caberiam atributos heroicizantes para o exército, que, por outro lado, também não é acusado, ficando os crimes ignorados ou silenciados”. Sobre a derrota da 3ª Expedição, *Le Temps* apresenta um noticiário bastante completo, revelando uma imagem pouco heróica daquela campanha. O *leitmotiv* da imprensa estrangeira é o nexos entre a guerra de Canudos e a situação financeira e econômica do Brasil<sup>650</sup>.

Dácia Ibiapina da Silva traça um interessante painel da forma como a Guerra de Canudos era vista da distante capital federal, a partir de uma análise comparativa entre as crônicas de Machado de Assis e Olavo Bilac, publicadas na **Gazeta de Notícias** e no **Estado de São Paulo**. Enquanto o primeiro autor percebia a riqueza poética e literária do que estava ocorrendo nos sertões baianos, tomando Antônio Conselheiro como um ser humano complexo e ambivalente, o segundo, envolvido na luta apaixonada da causa republicana, reproduzia as imagens de fanáticos e malucos furiosos do discurso político da época. Para Machado de Assis, “o heroísmo de Antônio Conselheiro está, sobretudo, na sua capacidade de mobilização e de contestação de valores”. Para Olavo Bilac, ele não passava de “um maluco acabado e um refinadíssimo patife”, baseando-se inclusive em lendas e informações já contestadas à época, como é o caso do assassinato da mãe e mulher pelo Conselheiro e de seu suposto analfabetismo. É interessante observar que, ao contrário de Machado de Assis que anteviu a permanência do líder de Canudos na memória nacional, Bilac supunha seu esquecimento logo após a extinção da cidadela. Pode-se, assim, afirmar que as crônicas de Bilac não se pautaram pela ponderação e sim pela paixão avassaladora pela causa republicana<sup>651</sup>.

Instigante leitura sobre a representação da guerra de Canudos pelo humor e pela sátira nos jornais do final do século XIX é produzida por Lizir Arcanjo Alves, mostrando que, seja no verso ou na prosa, o riso desempenhou um recurso altamente expressivo do processo de modernização dos jornais brasileiros naquele momento. Segundo a autora, a guerra de Canudos proporcionou uma inversão dos valores na sátira, na medida em que, de sua utilização contra os opressores do povo, ela passou, nessa época, a servir de

---

<sup>650</sup> ZILLY, Berthold. Canudos Telegrafado: A Guerra do Sertão como Evento de Mídia na Europa de 1897. In: **Anos 90: Revista do programa de pós-graduação em história**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, n° 7, julho de 1997, p. 59-87. Agradeço ao autor a gentileza de ter me fornecido uma cópia deste ensaio.

<sup>651</sup> SILVA, Dácia Ibiapina da. Entre Literatura e Jornalismo: a Guerra de Canudos nas Crônicas de Olavo Bilac e Machado de Assis. In: ALMEIDA, Ângela Mendes, ZILLY, Berthold & LIMA, Eli Napoleão de (orgs.). **DE Sertões, Desertos e Espaços Incivilizados**. Rio de Janeiro: Mauad/FAPERJ, 2001.

instrumento do próprio governo, “no intuito de formar a consciência das camadas populares contra o estranho e prejudicial fascínio que Antônio Conselheiro passara a exercer sobre milhares de pessoas no sertão”<sup>652</sup>. Assim, os poetas satíricos e os cronistas postulavam uma atitude doutrinadora de instruir o povo para evitar o fanatismo, em meio às gozações que faziam do Conselheiro, carnavalizando a guerra.

Contudo, após as primeiras derrotas sofridas pelo Exército, houve um significativo desvio do ângulo de visão dos jornalistas, que começaram a tratar os sertanejos como inimigos do progresso, creditando à Conselheiro uma imagem de guerrilheiro como contraponto à de santo que se disseminava pelo país afora. Nessa guerra de imagens, o jornalismo satírico assumirá a partir da derrota da expedição liderada pelo coronel Moreira César uma feição vingativa, como um reflexo da ideologia expressa em editoriais e reportagens, empenhada na desmoralização de Antônio Conselheiro.

Após o fracasso humilhante da Terceira Expedição, “organizou-se simultaneamente em todo o país uma estratégia de discurso envolvendo a classe política e a imprensa, no sentido de construir uma opinião favorável à eliminação total de Canudos”. Para tanto, foi trabalhada a idéia de que o séquito de Antônio Conselheiro não atuava sozinho, sendo financiada por monarquistas, ao mesmo tempo em que se desencadeia uma ampla campanha de incentivo ao patriotismo, que beirava as raias do fanatismo. Entretanto, no período que vai de abril a setembro de 1897, a falta de informação, o desconhecimento do inimigo, o medo e a dificuldade de comunicação favoreciam a divulgação de boatos e falsas notícias, gerando incertezas e angústias na população. Assim, as primeiras notícias sobre a proximidade do final da guerra foram recebidas com muita cautela pelos jornalistas, pois ninguém queria arriscar sua credibilidade publicando falsas vitórias comemoradas. Mas, quando finalmente anunciada a veracidade das informações o país explodiu em ovações patrióticas, especialmente os noticiaristas e editorialistas que buscavam arrojadas frases de efeito e bombásticos adjetivos para glorificar o Exército e aniquilar, verbalmente, os inimigos canudenses. É interessante notar que o destino da cabeça de Conselheiro constituiu-se em preocupação nacional, sendo “mais importante do que o destino de centenas de crianças que restaram da guerra e que foram disputadas pelos soldados”<sup>653</sup>.

---

<sup>652</sup> ALVES, Lizir Arcanjo. **Humor e Sátira na Guerra de Canudos**. Salvador: EGBA, 1997, p. 14.

<sup>653</sup> *Ibidem*, p. 161 e 168.

No âmbito jornalístico regional, Moisés Diniz de Almeida traça um painel das disputas políticas das elites pernambucanas em torno da Guerra de Canudos na imprensa pernambucana. A imprensa diária pernambucana não enviou correspondentes de guerra, sendo abastecidas de notícias pelos principais jornais do Rio de Janeiro, Bahia e São Paulo. Poucas referências foram dadas para a Primeira Expedição, excetuando o **Diário de Pernambuco**, que noticiou a partida do contingente militar de 100 praças, sob o comando do tenente Pires Ferreira. A derrota da expedição não causou maiores atenções da parte dos jornais pernambucanos, sendo registrada na forma de telegramas. Já o fracasso da Segunda Expedição transformou o conflito do sertão num grande embate científico e político-partidário, tendo cada periódico pernambucano suas próprias representações particulares, como é o caso do **Jornal do Recife** que colocava o Conselheiro como um “fanático e louco” e o **Diário de Pernambuco** associando o movimento conselheirista com o de Juazeiro do Norte, liderado por Padre Cícero. Este mesmo periódico trouxe à baila temas relacionados ao conflito sertão X litoral, a personalidade de Conselheiro, o arraial e a missão dos capuchinhos, enfatizando como causa principal o fanatismo religioso<sup>654</sup>.

As notícias sobre a Terceira Expedição contra Canudos, liderada pelo coronel Moreira César, edificavam, em toda a imprensa pernambucana, sua imagem como “salvador da pátria”. A única exceção foi o **Diário de Pernambuco**, que, antes ou depois da sua morte, não teceu nenhum comentário mais elogioso. A confiança na vitória de Moreira César era, assim, a ordem do dia nos jornais pernambucanos, mas seu desastre causou enorme sensacionalismo, mudando o foco discursivo de todos os jornais pernambucanos, vinculando Canudos ao movimento restaurador (“fanáticos-monarquistas”). Segundo o autor, nos editoriais analisados, a **Gazeta da Tarde** e **A Cidade** eram os jornais mais sensacionalistas, assumindo o **Jornal do Recife** e o **Diário de Pernambuco** posições moderadas. Já o **Comércio de Pernambuco** tomava para si posições na ordem militar, sugerindo ações organizativas para a Quarta Expedição. Entretanto, aos poucos, a moderação “estava sendo substituída pelo mesmo clima de vingança apresentado nas colunas dos jornais jacobinos e sensacionalistas”<sup>655</sup>.

---

<sup>654</sup> ALMEIDA, Moisés Diniz de. **Acalmar, Intrigar e Persuadir. As lutas partidárias e as representações moderadas e sensacionalistas sobre a Guerra de Canudos na imprensa de Pernambuco**. Recife: Recife: Departamento de História/UFPE, 2001 (Dissertação de Mestrado).

<sup>655</sup> Idem, p. 159 e 170.

Sobre a Quarta Expedição, a imprensa pernambucana assumiria extrema confiança na vitória da nova expedição, em especial do seu comandante, o general Artur Oscar. A falta de informações gerou uma série de boatos, desde a morte de militares até vitórias que não aconteceram. Os artigos jornalísticos, então, começaram a evidenciar os preconceitos com relação aos sertanejos, colocando-os como “raça de víboras peçonhentas”. Assim, a construção discursiva buscava “estabelecer sobretudo o ódio, tentando criar cada vez mais uma aversão dos conselheiristas”<sup>656</sup>. Talvez por isso a imprensa pernambucana não tenha denunciado os excessos cometidos pelas tropas do governo. Ao contrário, todos os jornais saíram em defesa do General Artur Oscar, culminando nas grandes manifestações ao general.

No mesmo diapasão, Francisco de Vasconcelos inventaria o noticiário sobre Antônio Conselheiro, na **Gazeta de Petrópolis**, afirmando que foi o combate de Uauá, ocorrido em novembro de 1896, que despertou a ira da imprensa petropolitana contra Canudos. Em matéria de primeira página da edição de 16 de dezembro de 1896, Henrique Marinho, o redator-secretário do citado periódico, assim caracteriza o “Bom Jesus”: “Antônio Conselheiro é um caso patológico, um resultado do atavismo. Vem dos Macieis do Ceará, verdadeiros desequilibrados, com tendências a turbulentos, chegando alguns a ser sanguinários. (...) É um fanático, um irresponsável, dirão, digno de figurar na galeria de Lombroso, mas, o que é fato, é que ceifa vidas, é que perturba a ordem de um Estado, entorpecendo o seu progresso”. Nos exemplares de janeiro de 1897, da **Gazeta de Petrópolis**, é adicionada certa intenção política ao movimento, por certo já se contaminando pelas ilações da imprensa carioca.

De artigos equilibrados, equidistantes das paixões políticas do momento, o que se vê, a partir de março de 1897, é uma série de artigos virulentos e transbordantes de ódio aos fanáticos de Canudos, mostrando que o redator equilibrado de ontem, descambou para a paixão cega. No exemplar de 9 de março daquele ano, sob o título “*A Postos!*”, o jornal se exalta com um discurso virulento aos “fanáticos de Canudos”, agora tornados o braço armado dos restauradores. Assim, Conselheiro é caracterizado como “um verdadeiro inimigo das instituições” e o redator conclama que “o governo republicano se mostre forte e responda aos inimigos com a vingança que o sangue dos bravos caídos em Canudos exige

---

<sup>656</sup> Ibidem, p. 203.

neste momento”. É curioso observar que o empastelamento dos jornais e a morte do Coronel Gentil de Castro foram tratados sob a maior indiferença pelo periódico serrano. A tendência facciosa deste jornal atravessa todo o restante do período da guerra, em que a revanche e a vingança do sangue derramado pelos soldados são a base do discurso jacobino e florianista da época<sup>657</sup>.

Diferentemente dos autores anteriormente mencionados, ainda que em constante diálogo com eles, não me proponho analisar as representações da guerra de Canudos, na imprensa da época, mas sim como elas foram construídas durante as comemorações do centenário do final da Guerra de Canudos (1997), na tentativa de analisar como a mídia tem se transformado no principal lugar de memória das sociedades contemporâneas. Há um retorno da atualidade do tema na opinião pública mundial durante o centenário da destruição de Canudos, mas como mea-culpa, pois naquele período “Canudos era objeto, mas não sujeito de informações”<sup>658</sup>.

O jornalismo constitui-se como um aspecto fundamental na sociedade contemporânea, apresentando-se como um formador de opinião, como um cristizador de visões acerca do real. Partindo da noção de *lugares de memória*, construída por Pierre Nora, pode-se afirmar que os meios de comunicação de massa se não são os *lugares de memória*, com certeza são espaços privilegiados no arquivamento e produção da memória contemporânea. Deste modo, não podemos esquecer que essa relação entre mídia e memória conduz também à questão da construção de identidades, pois é pela memória, ritualmente acionada, que as identidades coletivas são reforçadas e/ou redefinidas e a centralidade da mídia no mundo contemporâneo a coloca como uma das principais produtoras de memória, na medida em que envolve práticas narrativas e gerenciamento do real através de práticas discursivas. Assim, as diferentes versões do passado, acionadas pelos agentes sociais, são reveladoras das preocupações encontradas no presente. Contudo, dentre os acontecimentos do passado, os grupos buscam um estoque limitado de símbolos que emprestem sentido às suas necessidades do presente. Então, “a busca do controle sobre a memória institui uma identidade para o agente social nela envolvido, no sentido de gerar um lugar dentro de uma rede específica de circularidade e fluxo”. Desta maneira, as

---

<sup>657</sup> Ibidem, p. 20 e 21.

<sup>658</sup> ZILLY, Berthold. **Op. Cit.**

categorias de memória e da identidade podem “ser pensadas dentro de fluxos comunicacionais, como uma tessitura permanente realizada por agentes e agências, que constituem redes de interação social”. São nas arenas das disputas de memórias, intermeadas pelo saber e poder, que são reelaboradas as versões do passado, do presente e do futuro, pois se projetam nelas também o devir. É por isso que no jogo de construção das identidades sociais contemporâneas, neste movimento constante de fluxos e interações, a mídia ocupa um papel fundamental, ancorada na forte penetração de seus discursos e pela configuração de um senso comum avalizado pela categoria sancionada da objetividade<sup>659</sup>.

Neste sentido, o trabalho historiográfico deve levar em conta o estudo da ação do presente sobre o passado e do passado sobre o presente. Ao buscar uma dialética entre passado e presente para entender como se constroem e se recompõem os imaginários sociais, podemos identificar, no território da memória, as interações de como o presente condiciona a visão e percepção do passado, revelando a exigência de revisões históricas, bem como de que maneira ele também está influenciado pelo passado. Trata-se de compreender a administração do passado no presente, mediante a observação dos pontos de cristalização da memória, para se evidenciar certa organização inconsciente da memória coletiva<sup>660</sup>.

Na atualidade, o incremento das reflexões sobre a memória histórica encontra-se vinculado aos meios de comunicação, especialmente através das comemorações de alguns acontecimentos históricos relevantes, como é o caso do centenário do final da Guerra de Canudos, que propiciam novas leituras do passado em consonância com o presente vivido. Assim, a complexidade do mundo em que vivemos e a mundialização dos acontecimentos colocam uma série de questões para o historiador, na medida em que a massificação e a mundialização da história desenraiza o cidadão dos grupos humanos originários e o situa num espaço mundial, fazendo-o sentir a necessidade de construir uma memória coletiva e um marco de identificação pessoal e coletiva. Deste modo, os historiadores se vêem diante

---

<sup>659</sup> ENNE, Ana Lúcia. Discussões sobre a intrínseca relação entre memória, identidade e imprensa. In: BARBOSA, Marialva (org.). **II Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho** (GT Jornalismo). Florianópolis: 15 a 17 de abril de 2004.

<sup>660</sup> GONZÁLEZ, Juan Sánchez. Sobre la memoria. El pasado presente en los medios de comunicación. **Revista Electrónica Historia Actual On-Line**. Año II, n. 4, Primavera 2004 [<http://www.hapress.com>].

do protagonismo adquirido pelos meios de comunicação de massa na produção de uma história, digamos, *mediada*<sup>661</sup>.

Constituindo os acontecimentos, os meios de comunicação tornam-se “senhores da memória da sociedade”, na medida em que é “papel da mídia reter assuntos que, guardando identificação com o leitor, precisam ser permanentemente atualizados”. No caso do jornalismo, há o fato de que o impresso transforma-se em documento, o que nos possibilita uma série de reflexões que ajuda a compreender as inter-relações entre imprensa e poder. “Afinal ao ser portadora de um discurso válido que pode ser transformado em documento para o futuro, a mídia se configura como um dos senhores da memória da sociedade”<sup>662</sup>.

Por outro lado, a memória, por conta das transformações operadas no âmbito da cultura, com sua mercantilização e industrialização, “perde o sentido de passado e passa a se fazer como construção ou presente”<sup>663</sup>. Acredita-se que a televisão, os jornais e as revistas socialmente visíveis são fundamentais no mundo presente na representação de determinados aspectos retrospectivos da vida social brasileira, constituindo-se, assim, em artefatos de memória, entendidos aqui “como construções ideológico-representacionais que remetem ao nosso passado, sendo ressocializados por efeito da comunicação mediática contemporânea. Parte-se do princípio de que representam séries temáticas e miméticas que povoam o modo de ver problemas de nosso passado e conseqüentemente do presente, compartilhados e compartilháveis no mundo da vida social”. Portanto, os “artefatos de memória seriam parte das representações mentais compartilhadas entre as mídias e o público, um olhar sobre o passado que precisa ser legitimado e validado pelos receptores para ter funcionalidade social”<sup>664</sup>.

A visibilidade adquirida no âmbito das ciências humanas para as questões relativas à representação e a importância dos processos simbólicos, da linguagem, da discursividade pode ser buscada no crescimento maciço das “*indústrias culturais*”, pois moldam e

---

<sup>661</sup> GAMBOA, Ángel Soto. Historia del presente: Estado de la cuestión y conceptualización. **Revista Electrónica Historia Actual On-Line**. Año II, n. 3, Invierno 2004 [<http://www.hapress.com>].

<sup>662</sup> BARBOSA, Marialva. Jornalistas, “senhores da memória”? In: **IV Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom. XXVII Congresso da INTERCOM**. Porto Alegre: INTERCOM, 2004.

<sup>663</sup> MORAES, Nilson Alves de. Memória e Mundialização: Algumas considerações. In: LEMOS, Maria Teresa T. B. & MORAES, Nilson A. de (orgs.). **Memória e Construções de Identidades**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000, p. 93 e 100.

<sup>664</sup> LOPES, Luís Carlos. Artefatos de Memória e Representações na Mídia. In: **Ciberlegenda: Revista eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Imagem e Informação**. Número 7, 2002. Capturado no endereço eletrônico <http://www.uff.br/mestcii>.

transformam as consciências das massas. Ao reordenar nossa experiência vivida com a aceleração excitante das “*indústrias culturais*”, os historiadores se viram, então, incitados a ver o passado com outros olhares, buscando perguntas que se encontravam até então invisíveis. Entretanto, por conta da natureza contraditória das hierarquias simbólicas, é necessário lembrar que as indústrias culturais e suas definições não atuam sobre a consciência das massas como se fosse uma “*tela em branco*”, pois, ao tentar cercar e confinar as definições e formas da cultura popular dentro de uma gama mais abrangente de formas dominantes, existem pontos de resistência e também momentos de superação. Neste sentido, “o campo da cultura aparece como um campo de batalha permanente, onde não se obtêm vitórias definitivas, mas há sempre posições estratégicas a serem conquistadas ou perdidas”<sup>665</sup>.

Também o trabalho de Moscovici reitera a importância da circulação das representações culturais, na medida em que a comunicação social, sob aspectos inter-individuais, institucionais e midiáticos, “aparece como condição de possibilidade e de determinação das representações e do pensamento sociais”<sup>666</sup>. Ao propor a noção de representação social, na interface entre o psicológico e o social, este autor alertou para o fato de que as representações sociais vão além de representações coletivas referentes à designação de conhecimentos e crenças. As representações sociais produzem realidades e senso comum, bem como o sujeito se constitui nas relações sociais e esse fato ocorre através da linguagem. Ora, as representações sociais são fenômenos complexos sempre ativados e em ação na vida social. Nesta perspectiva, ele interpõe um desafio para os historiadores e sociólogos estudarem a história das representações, através de um fator externo à ciência e que desempenha um papel relevante da utilização da noção de representação social: *a proliferação contemporânea dos movimentos sociais*. Em busca de uma política não-convencional e em sua organização efervescente, retrabalharam imagens e conceitos, romperam estereótipos, dando abertura à linguagem. Segundo ele, no lugar de partidos, dos aparelhos do Estado, estes movimentos buscam sobretudo difundir e partilhar representações, pois elas “trazem uma trama comum aos mais variados grupos, sem parar,

---

<sup>665</sup> HALL, Stuart. Notas sobre a desconstrução do “Popular”. In: **Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003, p. 255.

<sup>666</sup> JODELET, Denise. Representações Sociais: Um domínio em Expansão. In: JODELET, Denise (org.). **As Representações Sociais**. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2001, p. 30.

em fluxo e refluxo de crescimento e explosão, no próprio processo de comunicação e na ação”<sup>667</sup>.

Tomando as “*práticas de representação*” como uma das chaves para se entender o processo do “*circuito cultural*”, Hall afirma que a categoria de *representação* tem ocupado um novo e importante lugar nos estudos culturais, ao conectar significados e linguagem à cultura. A representação é, assim, uma parte essencial do processo do qual significado é produzido e intercambiado entre membros de uma cultura. Tendemos a privilegiar a experiência enquanto tal como se a vida fosse uma experiência vivida fora da representação. Contudo, não se pode fugir das *políticas da representação*, na medida em que “é somente pelo modo no qual representamos e imaginamos a nós mesmos que chegamos a saber como nos constituímos e quem somos”<sup>668</sup>.

Mas como a categoria “representação” conecta significado e linguagem à cultura? Hall propõe que, entre as diferentes teorias que analisam como a linguagem é usada para representar o mundo, a construtivista, ancorada nas idéias de F. Saussure (semiótica) e M. Foucault (discurso), é a mais plausível. Segundo ele, no coração do processo de significação no âmbito da cultura, existem dois sistemas de representação relacionados. O primeiro habilita-nos dar significado para o mundo por construção um jogo de correspondências ou uma corrente de equivalências entre coisas - pessoas, objetos, eventos, idéias, etc. -, que estabelece nosso sistema de conceitos, nossos mapas conceituais. O segundo depende da construção de um jogo de correspondências entre nosso mapa conceitual e um jogo de signos, arranjado e organizado dentro de várias linguagens no qual estes conceitos são representados. Isto envolve o uso de linguagem, de signos e imagens dos quais as coisas são representadas ou disputadas. O processo que associa “coisas”, conceitos e signos juntos é que Hall chama *representação*. Ele “entende as representações desde o uso de signos e símbolos, sob a forma de sons, palavras escritas, imagens produzidas eletronicamente, notas musicais e objetos, a fim de desvelar os dinamismos que

---

<sup>667</sup> MOSCOVICI, Serge. Das representações coletivas às representações sociais: Elementos para uma história. In: JODELET, Denise (org.). **As Representações Sociais**. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2001, p. 64.

<sup>668</sup> HALL, Stuart. Que “negro” é esse na cultura negra? In: **Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais**, p. 346.

explicam de onde provem o significado ou como podemos considerar o significado de uma palavra ou imagem como verdadeiro”<sup>669</sup>.

Hall estabelece, assim, o conceito de *sistema de significação*, que elaboraria e fixaria o significado da representação. Tal conceito consiste, não de conceitos individuais, mas de caminhos diferentes de organizar, agrupar, organizar e classificar conceitos, estabelecendo relações complexas entre eles. Assim, o significado depende do relacionamento entre as coisas no mundo - pessoas, objetos e eventos, realidade ou imaginário - e o sistema conceitual, do qual pode operar como representações mentais deles. Portanto, a linguagem e representação teriam a capacidade de produzir significado, estabelecer conexões com o poder, expor condutas reguladoras, promover identidades e subjetividades<sup>670</sup>.

Ressalto aqui algumas “*afinidades eletivas*” entre Moscovici e Hall com as idéias de B. Baczko sobre a categoria de *representação*, quando a apresenta como um conteúdo concreto apreendido pelos sentidos, pela imaginação, pela memória ou pelo pensamento e que pode, pois, ser uma imagem, uma palavra, um signo ou um fragmento de imagem, palavra ou signo. A representação dos fenômenos objetivos se revela extremamente complexo, reafirmando que o social é permeado pela cultura, cujos símbolos que compõem o imaginário incidem na construção de condutas, normas e valores, conscientes ou não, dos agentes sociais. É nesta medida que o controle da produção, difusão e manejo das representações assegura a determinada classe social, em graus variáveis, uma real influência sobre os comportamentos e as atividades coletivas e individuais. O autor propõe que os imaginários sociais constituem outros tantos pontos de referência no vasto sistema simbólico que qualquer coletividade produz e através da qual, ela percebe, divide e elabora seus próprios objetivos. De um lado, uma coletividade designa a sua identidade; elabora certa representação de si; estabelece a distribuição de papéis e das posições sociais; exprime e impõe crenças comuns; constrói uma espécie de código de "bom comportamento", com a instalação de modelos formadores. Por outro lado, ela delimita seu

---

<sup>669</sup> SILVEIRA, Ada Cristina Machado. Representación, identidad, virtualidad. Consideraciones acerca de los más recientes fenómenos de la industria cultural. In: **VI Congreso da Asociación Latinoamericana de investigadores de la comunicación**. Recife/PE, 12 al 15 de setiembre de 1998.

<sup>670</sup> Stuart Hall. The Work of Representation. In: HALL, Stuart (ed.) **Representation: Cultural Representations and Signifying Practices**. London: SAGE/The Open University, 1997, p. 13-76.

território e as relações com o meio ambiente e, por conseguinte, com os "outros", formulando as imagens dos rivais e aliados<sup>671</sup>.

Dialogando com esta tradição, Venício Artur de Lima busca entender o complexo conceito de representação, na medida em que, de um lado, “pode referir-se apenas a existência de uma realidade externa aos meios através dos quais ela (realidade) é representada (teoria mimética). De outro, “representação pode referir-se não só a uma realidade refletida, mimética, mas também à constituição desta mesma realidade. Este último é o sentido do conceito gramsciano de hegemonia, ‘sistema vivido – constituído e constituidor – de significados e valores que (...) parecem confirmar-se reciprocamente”. Assim, segundo sua argumentação, “representação significa não só re-presentar a realidade, mas também constitui-la”<sup>672</sup>.

A propósito, uma forma determinante de fixar e difundir a memória ocorre através das “*representações midiáticas*”. As representações, “como formações culturais sintéticas, são abstrações complexas que atuam através de determinadas opções. O recolhimento e a seleção de objetos e suas imagens, habitualmente descartados como o que se considera *a memória*, estabelecem os mecanismos pelos quais se elabora a concretização das representações”. Assim, a representação “origina-se da ação transitiva de um sujeito que, ao advertir um objeto, dele constrói uma imagem”. No mundo atual, as representações midiáticas constituem uma forma determinante de fixar e difundir a memória, a qual requer do estudioso considerar tanto o *processo* referido como o *produto* de tal ação por si que chamamos de representação<sup>673</sup>.

Então, como propõe Muniz Sodré, na sociedade contemporânea, “as instituições, as práticas sociais e culturais articulam-se diretamente com os meios de comunicação, de tal maneira que a mídia torna-se progressivamente o lugar por excelência da produção social do sentido, modificando a ontologia tradicional dos fatos sociais”<sup>674</sup>. É a mídia (jornais, rádio, televisão, TV a cabo, Internet etc.) um dos espaços de produção histórica,

<sup>671</sup> BACZKO, B. - Imaginação Social em **Enciclopédia Einaudi**. v. 5. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

<sup>672</sup> LIMA, Venício Artur de. Os Mídia e o Cenário de Representação da Política. In: **Lua Nova**. São Paulo, nº 38, 1996, p. 245.

<sup>673</sup> SILVEIRA, Ada Cristina Machado da. Representações midiáticas, memória e identidade. In: **IV Colóquio Brasil-França, Seção Temática Comunicação e Cultura do XXVII Congresso da Intercom**. Porto Alegre: INTERCOM, 2004.

<sup>674</sup> SODRÉ, Muniz. **Reinventando a Cultura: a comunicação e seus produtos**. Petrópolis: Vozes, 1996, p. 27-28.

introduzindo novas práticas de linguagem, novos ambientes culturais, novas relações de poder e parindo uma nova concepção de história. Deste modo, delimitamos a análise sobre o modo como a mídia constrói e representa a Guerra de Canudos, optando por inquirir como os suplementos especiais da grande imprensa e *websites* criam e se apropriam de momentos da história nacional a fim de cumprir um papel pedagógico num ambiente de entretenimento e de informação<sup>675</sup>. Assim, podemos pensar nos jornais e *websites* como construtores e/ou legitimadores dos *lugares de memória*, no sentido dado por Pierre Nora.

### *O CENTENÁRIO DA DESTRUIÇÃO DE CANUDOS NA IMPRENSA BRASILEIRA*

A grande imprensa teve um papel significativo na divulgação do centenário de fundação de Canudos (1993), inclusive enviando repórteres para registrar informações, fotografar e filmar de Belo Monte, o que “funcionou como alimento para que a comunidade conheça os fatos que marcaram a epopéia canudense”, na medida em que influenciou “sua representação social ao testemunhar a fala dos diferentes interlocutores desta história”<sup>676</sup>. Esta visibilidade da temática canudense na grande imprensa nacional pode ser explicada pela permanência da questão da terra, especialmente da reforma agrária, no cenário político nacional. As intensas mobilizações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), ao longo da década de 1990, cujo ápice foi a Marcha sobre Brasília, em 1997, solidificaram a imagem de Canudos como mito fundante da memória da luta camponesa no Brasil.

O exame da imprensa não foi exaustivo, mas sim por amostragem, buscando jornais representativos das diferentes regiões do país, que abordaram o assunto no ano de 1997 - **A Tarde** (BA), **Jornal do Brasil** (RJ), **Folha de São Paulo** e **Estado de São Paulo** (SP), **Correio Braziliense** (DF), **Zero Hora** (RS) **O Povo** (CE) e a revista **Veja**. Pode-se observar a presença ainda hegemônica de Euclides da Cunha, na construção da memória de Canudos, especialmente por conta do destaque dado à superprodução cinematográfica

---

<sup>675</sup> KORNIS, Mônica Almeida. A representação da história na televisão: rompendo os limites entre presente, passado e futuro. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: FGV, n. 31, 2003/1.

<sup>676</sup> ORNELAS, Maria de Lourdes Soares. **Imagem do Outro e/ou imagem de si? Bello Monte vista por adolescentes de Canudos**. Salvador: Portfolium, 2001, p. 54-55.

comemorativa do centenário da Guerra de Canudos, o filme de Sérgio Rezende. Também é perceptível uma iconografia sobre Canudos, no jornalismo brasileiro, em que se destacam as imagens fotográficas de Flávio de Barros e Evandro Teixeira, além das obras dos artistas plásticos Descartes Gadelha e Trípoli Gaudenzi.

É significativo registrar que, no caso do jornal baiano **A Tarde**, houve uma significativa mudança editorial, no que se refere à temática canudense, na medida em que, durante os centenários de Canudos (1993-1997), tornou-se um dos principais divulgadores das atividades comemorativas de Canudos, na cena cultural baiana. Contudo, em 1984, quando os movimentos sociais e religiosos da região do Sertão de Canudos iniciaram uma revisão da figura de Antônio Conselheiro, foram atacados duramente por um editorial deste mesmo jornal, caracterizando-o ainda como um líder fanático. O editorial, intitulado *Preparando a Guerrilha*, publicado às vésperas da realização da 1ª Missa aos Mártires de Canudos, tentou caracterizá-la como uma atitude revanchista dos setores progressistas da Igreja Católica, que só serviria “para justificar atividades militantes que têm claro objetivo de desestabilização social no campo”. Assim, numa postura eminentemente reacionária, próxima de imagens construídas pela imprensa durante a Guerra de Canudos, o editorial afirma que “remontar o cenário de Canudos, invertendo os fatos e apresentando uma versão tendenciosa da figura de Conselheiro, não tem cabimento. No fundo, não passa de uma provocação que caberia ser abortada pela hierarquia da Igreja, instituição que, ao longo dos tempos, sempre combateu com o crucifixo e o rosário as manifestações messiânicas de fanatismo”<sup>677</sup>.

Entre as inúmeras matérias dedicadas à Guerra de Canudos, selecionei, como coroamento desta mudança editorial o suplemento especial de **A Tarde Cultural**, datado de 04 de outubro de 1997. Edivaldo Boaventura historia a construção do Parque Estadual de Canudos, criado em 1986, mas só efetivado durante o centenário da destruição de Belo Monte. Para o autor, a preservação do sítio bélico visa fixar um dos acontecimentos mais significativos da História do Brasil, encontrando-se no eixo das encruzilhadas das nossas questões regionais e nacionais. Porém, o parque permaneceu em estado letárgico nos últimos dez anos, conhecendo a depredação e saque do seu patrimônio arqueológico, conforme denuncia Paulo Zanettini. Para ele, a retomada das atividades arqueológicas

---

<sup>677</sup> **A Tarde**. Salvador, 26/7/1984, p. 6.

propicia a perpetuação e divulgação do parque como “monumento de interesse histórico nacional”.

Fátima Dannemann entrevista o professor José Calasans, o maior estudioso sobre o tema, o qual reafirma a atualidade de Canudos e propõe que os novos estudos começam a conhecer melhor as pregações do Conselheiro, a seca da região nordestina, a vida cotidiana da comunidade. O pesquisador explica também que, na hierarquia do catolicismo popular nordestino, Conselheiro é mais do que um beato – este tira as orações, arranja dinheiro para pequenas obras da Igreja -, já o conselheiro é o que prega, dá conselhos, o que não agradou os padres que consideravam a pregação sua exclusividade.

Ângela Gutiérrez elabora uma análise da ficção canudiana não-euclidiana, dividindo os romances em três blocos: os da contemporaneidade de Euclides da Cunha e dos acontecimentos de Canudos, como é o caso da obra de Afonso Arinos, Manoel Benício e Dantas Barreto; os da década de 1950, quando outras leituras tornaram-se possíveis por conta do distanciamento do trauma provocado pela guerra e pela obra euclidiana, como Lucien Marchal, João Felício dos Santos e Paulo Dantas; e os de nossa contemporaneidade, nas décadas de 1980 e 1990, que filtraram a guerra e o livro de Euclides da Cunha, como Vargas Llosa, José J. Veiga, Júlio Chiavenato e Eldon Canário. Segundo a autora, deste corpus um ponto em comum emerge destes romances: a permanência euclidiana nos romances sobre Canudos.

Por fim, o suplemento especial destaca a voz dissonante de Machado de Assis, na imprensa da época, que acabou por antever, em uma de suas crônicas, as celebrações do centenário de Belo Monte em todo o país, clamando para que as elites dêem o direito de voz aos conselheiristas<sup>678</sup>.

Na capa do caderno especial do **JB** é enunciada que “a destruição cruel da coletividade camponesa que se levantava custou ao país um trauma ainda não exorcizado. Trata-se de uma página não virada da memória brasileira, agora evocada em seus antecedentes, formação, vida, lutas e extermínio”. Na mesma chamada da capa afirma-se que, cem anos depois, a “guerra é remontada pela fala viva dos filhos e netos dos sobreviventes”. Entretanto, “muito dessa memória vai morrer com eles”<sup>679</sup>.

<sup>678</sup> A TARDE Cultural. Salvador, 4 de outubro de 1997

<sup>679</sup> DOSSIÊ: O ENIGMA DE CANUDOS. In: **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, domingo, 14 de setembro de 1997.

Para Léo Schlafman, Euclides da Cunha, em seu livro vingador, acabou por se envolver, emocionalmente, com o sertão, depois com o sertanejo e, por fim, com o próprio Antônio Conselheiro. O jornalista chama a atenção de que, em Canudos, “a vítima é o herói, um herói da tragédia, e o Conselheiro é mais do que personagem, é traço do caráter do herói coletivo”<sup>680</sup>.

Já Moacir Andrade lembra que o extermínio não se restringiu à dimensão física dos “fanáticos do Conselheiro”, reiteradamente clamada pela imprensa brasileira, em fins do século XIX, mas também exterminava-se até o futuro, como constataria o historiador Nelson Werneck Sodré, em contato com remanescentes do tempo do Conselheiro, quando, em suas memórias, reafirma “o medo daquela gente ao soldado. (...) A visita parecia estar ocorrendo meio século antes; e encolhiam-se, agachados no canto sombrio dos casebres, como se algum outro Moreira César estivesse diante deles, ameaçando-os de nova mortandade”<sup>681</sup>.

Em 1994, Ivana Bentes aceitou o convite do fotógrafo Evandro Teixeira para empreender três viagens ao sertão da Bahia para redigir o texto e a crônica do seu livro de fotografias sobre os vestígios da guerra de Canudos. Para ela, o sertão era um “clichê”, baseado em cenas do cinema novo e da literatura. A viagem a colocou em contato com a memória popular, modificando sua visão sobre o sertão e o tema de Canudos. Ao mesmo tempo, as fotografias transformaram-se “quase em visões do passado sobre a atualidade”, pois, ainda segundo ela, o tempo dos sertões é lento, quase um “museu da miséria e do intolerável”. Assim, passados cem anos, o “massacre de Canudos tem-se repetido no Brasil inteiro. Há 100 anos, os sertanejos derrotaram três expedições do exército e desmoralizaram a República antes de serem vencidos. É a mesma guerra”<sup>682</sup>.

Mas o eixo temático do caderno especial girava em torno do filme de Sérgio Rezende, *Guerra de Canudos*, pois colocava em evidência o “grande enigma da História do Brasil”. Além da entrevista com o diretor do filme, temos duas críticas simpáticas elaboradas por Regina Abreu e Pedro Butcher. Regina Abreu sugere que o filme inspira-se na pesquisa histórico-antropológica, ressaltando o trabalho cuidadoso em relação aos cenários, figurinos, à fala dos sertanejos, à religiosidade, à sabedoria do Conselheiro, à

<sup>680</sup> SCHLAFMAN, Léo. O paraíso perdido de Euclides da Cunha. In: **Op. Cit.**, p. 2.

<sup>681</sup> ANDRADE, Moacyr. Memória do assentamento exterminado. In: **Op. Cit.**, p. 4.

<sup>682</sup> BENTES, Ivana. A guerra ainda é a mesma. In: **Op. Cit.**, p. 5.

narrativa dos fatos da Guerra. Segundo ela, há um combate ao maniqueísmo, onde não há o lado bom versus o lado mau, “personagens vão de um lado para o outro, ora lúcidos, ora cegos, ora generosos, ora perversos, mostrando com intensidade as agruras da condição humana”. Com uma narrativa euclidiana, o filme “é uma metáfora da exclusão do povo brasileiro do projeto nacional”<sup>683</sup>.

É interessante observar que a cronologia elaborada pelo jornal mantém o equívoco de colocar a data de nascimento de Antônio Vicente Mendes Maciel, o Conselheiro, no ano de 1828, quando já é público e notório de que foi o ano de 1830, como atesta a certidão de batismo publicada em inúmeros livros, como é o caso da **Cartilha Histórica de Canudos** (CEEC/UNEB), em 1991.

Pedro Butcher afirma que o sertão é, além de cenário, personagem na cinematografia brasileira, especialmente a partir do Cinema Novo. Entretanto, a Guerra de Canudos apenas figurou como referência indireta nestes filmes, como, por exemplo, *Os Fuzis*, de Ruy Guerra. Algumas iniciativas foram por ele registradas como *Os Sete Sacramentos de Canudos*, o que demonstra o desconhecimento do jornalista sobre uma série de filmes e vídeos que já haviam abordado diretamente a temática, como o de Ipojuca Pontes, Pola Ribeiro e Antônio Olavo. Para o autor, é com o trabalho de Sérgio Rezende que a temática ganha a dimensão merecida, “tanto na escala de produção, grandiosa, como em relação a ambição dramática, ao relato dos fatos históricos que envolveram os canudenses e a República”<sup>684</sup>.

A maior parte destas reportagens do JB foram reproduzidas no dossiê sobre o centenário da Guerra de Canudos, do **Diário de Pernambuco**<sup>685</sup>. Percebi que o aspecto enigmático da guerra de Canudos mantém-se no discurso jornalístico, mesmo depois de cem anos de estudos, pesquisas e produções artísticas, como é o caso do suplemento especial do JB intitulado *O Enigma de Canudos* e a reportagem especial da TV Bandeirantes, realizada pelo jornalista Gérson de Sousa, que utilizou o mesmo título, em 1997. Miguel Reale, em pequeno artigo para o suplemento especial do NetEstado, afirma que a figura de Antônio Conselheiro permanece como desafiante enigma. Ainda que prevaleça na opinião pública a sua imagem de fanático e insano, consoante o retratou

---

<sup>683</sup> ABREU, Regina. A longa noite dos excluídos. In: **Op. Cit.**, p. 6.

<sup>684</sup> BUTCHER, Pedro. As batalhas do arraial na moldura do cinema. In: **Op. Cit.**, p. 12

<sup>685</sup> 100 ANOS: CANUDOS. In: **Diário de Pernambuco**. Recife/PE: segunda-feira, 29 de setembro de 1997.

Euclides da Cunha, percebe-se uma revisão deste homem de extraordinária versatilidade, pois foi construtor de templos, açudes e cemitérios, pregador, peregrino, poeta. Para Reale, a obra de Ataliba Nogueira constitui-se num marco da revisão da figura de Conselheiro, pois, ao publicar suas prédicas, mostrou que a ortodoxia das suas idéias não conflitava com a doutrina da Igreja Católica<sup>686</sup>.

O editor do *Caderno Dois*, do **Correio Braziliense**, relembra que, até bem pouco tempo, falar de Canudos remetia à obra de Euclides da Cunha, mesmo que sempre tenham existido outras versões para o acontecimento. Um século depois, “a história de Canudos é recontada por especialistas e chega ao cinema” em uma superprodução<sup>687</sup>. Foram entrevistados vários pesquisadores para compor um quadro múltiplo das recentes pesquisas sobre o tema, além de artigos escritos especialmente para o suplemento. Marco Antônio Villa afirma que “Canudos ainda não se libertou de Euclides, mas está se libertando”, na medida em que o célebre livro desqualificou a comunidade, deixando de reconhecer os conselheiristas como agentes históricos. É a partir dessa assertiva que se estabelece uma revisão da história de Canudos, a partir da tradição oral, que iniciada pelo professor José Calasans reverbera hoje nos trabalhos de Marco Antônio Villa, entre outros pesquisadores. Já Vicente Dobroruka comenta o relançamento do livro de Manoel Benício, **Rei dos Jagunços** (1899), afirmando que é uma “fonte fundamental de informações sobre Canudos”, pois, inclusive Euclides “se alimentou de muito dos dados narrados por Benício”. Segundo o professor José Maria de Oliveira Silva, as matrizes discursivas sobre a Guerra de Canudos são o viés euclidiano e o marxista. O primeiro trata os canudenses como fanáticos religiosos e ignorantes e a segunda abordagem é uma “idealização que não se apega aos documentos”, como se percebe nos livros de Rui Faço e Edmundo Moniz. No contexto das comemorações dos centenários de Canudos, emergem exemplos de uma abordagem antropológica da experiência social canudense sem o ranço do evolucionismo presente no viés euclidiano, como são os casos de Alexandre Otten e Vicente Dobroruka. Para José Jorge de Carvalho, é preciso reivindicar este exemplo histórico da comuna de Canudos como uma voz poética e messiânica de Antônio Conselheiro. “Cem anos após o

---

<sup>686</sup> REALE, Miguel. A figura de Antônio Conselheiro. In: **O Estado de São Paulo/Net Estado**. Capturado no dia 6 de outubro de 1997 no endereço eletrônico <http://txt.estado.com.br/edicao/especial/canudos/can055.html>.

<sup>687</sup> MARCELO, Carlos. Guerra Sem Fim. In: **Correio Braziliense**. Brasília/DF: domingo, 28 de setembro de 1997.

maior genocídio da nossa história, ajudarão a despertar a nossa imaginação utópica, fundamental para mobilizar a maioria da população do Brasil que, como há cem anos atrás, ainda clama por igualdade de direito e justiça social”. Mas afora o conjunto de depoimentos de pesquisadores sobre as novas searas da pesquisa, o que sobressai na edição especial do Correio é o filme de Sérgio Rezende, colocando-o como um dos melhores filmes brasileiros dos últimos tempos. Em entrevista, o diretor afirma que “O grande personagem de Canudos é o povo. Os figurantes foram fundamentais para o filme”<sup>688</sup>.

O jornal **Folha de São Paulo** trouxe um caderno *Mais!* Especial, intitulado *Sangue sobre Canudos*, a propósito dos cem anos de morte de Antônio Conselheiro, “líder religioso da comunidade baiana destruída pelo Exército num dos conflitos mais violentos da história republicana brasileira, que Euclides da Cunha immortalizou em ‘Os Sertões’”. A tônica do suplemento é a revisão de Canudos, pois o centenário de morte de Antônio Conselheiro e da destruição de Canudos trouxe um paradoxo, na medida em que se Euclides inseriu a guerra na memória coletiva, nas últimas décadas, historiadores e antropólogos se afastam cada vez mais da interpretação euclidiana, especialmente por sua avaliação negativa do movimento e do caráter sebastianista e messiânico de Canudos. Como afirmou Roberto Ventura, o profetismo de seu líder, “com o ideal de martírio e o desejo de salvação, não continha, ao contrário do que supôs, crenças sebastianistas ou esperanças milenaristas na criação do paraíso na Terra”<sup>689</sup>.

O professor José Calasans historia a trajetória de Antônio Vicente Mendes Maciel, Conselheiro de alcunha, afirmando que era um homem “biblado”, como declarou um velho sertanejo ao antropólogo Renato Ferraz. Assim, podia enfrentar os vigários sertanejos, pois sabia latim e citava o “livro dos livros”. Segundo o mestre Calasans, duas fases na vida conselheirista podem ser identificadas. Em 1874, quando peregrina pelos sertões da Bahia e Sergipe, construindo capelas, tanques d’água e muros de cemitérios. Em 1893, o quadro se modificou, depois do choque contra a força policial em Masseté, o que ocasionou a fixação do Conselheiro e seu séquito no povoado Canudos, às margens do rio Vazabarris. Para o autor, seu monarquismo era utopia e os combates contra o povo do Conselheiro constituíram-se no “maior equívoco da história nacional”. Segundo os sobreviventes da

---

<sup>688</sup> **Correio Braziliense**. Brasília/DF: domingo, 28 de setembro de 1997.

<sup>689</sup> VENTURA, Roberto. A revisão de Canudos. In: **Folha de São Paulo** (Caderno Mais!). São Paulo, domingo, 21 de setembro de 1997, p. 4.

guerra, o Santo Conselheiro “só pregava o bem, a salvação das almas”<sup>690</sup>. Antônio Carlos Olivieri também contesta a imagem do Conselheiro como “gnóstico bronco”, propondo que as prédicas de Antônio Conselheiro encontradas numa caixa de madeira logo após a guerra pelo médico da Quarta Expedição, João Pondé, demonstram “um discurso organizado e coerente, perfeitamente lógico, uma vez que se aceitem as premissas religiosas”<sup>691</sup>.

Em artigo sobre a organização econômica da comunidade de Belo Monte, Marco Antônio Villa ressalta que ela seguia a tradição sertaneja, em que se destacava a prática comunitária do mutirão. “Assim, a cooperação no processo produtivo foi elemento essencial para a reprodução na comunidade, dadas as condições do solo e do clima e ao baixo desenvolvimento das forças produtivas”. Como já defendera em outras ocasiões, o autor sugere que havia o direito de propriedade sobre a produção familiar no arraial, mas que também existia um fundo comum, organizado com parcela do excedente produzido pela comunidade. O dinheiro afluía a Canudos, mas devido à organização econômica comunitária, não permeava as relações sociais. Contudo, com o crescimento maciço da migração, a cidade vivencia um processo paulatino de estabelecimento e consolidação de uma estrutura econômica e de poder, ao contrário daqueles que supõem uma sociedade igualitária. Concluindo, Villa afirma que Belo Monte constituiu-se na materialização do sonho sertanejo de associar a religião e a vida, o que, mesmo sem querer, colocou em xeque o domínio do coronelismo<sup>692</sup>. Já Eduardo Hooernaert propõe que o desafio de Canudos permanece cem anos depois, pois “aponta para uma convivência mais gratificante entre brasileiros, não só – nem principalmente – em termos de bem-estar social, mas sobretudo pela perseverante construção de uma nacionalidade a partir de paradigmas originariamente cristãos: a indignação, a resistência, a solidariedade, a esperança”<sup>693</sup>.

Imbuído de uma perspectiva da história militar, Frederico Pernambucano de Mello traça convincente painel de que a guerra de Canudos apresentou sinais de modernidade de ambos os lados combatentes, o que o conduz a afirmar que não foi um conflito arcaico do ponto de vista militar. Neste sentido, o autor compara a guerra de Canudos com a dos bôeres, na África do Sul, na sua guerra contra os ingleses, de 1889 a 1902. Para ele, “À

---

<sup>690</sup> CALASANS, José. O Bom Jesus do Sertão. In: **Op. Cit.**, p. 5.

<sup>691</sup> OLIVIERI, Antônio Carlos. Sermões numa caixa de madeira. In: **Op. Cit.**, p. 5.

<sup>692</sup> VILLA, Marco Antônio. A aurora do Belo Monte. In: **Op. Cit.**, p. 6.

<sup>693</sup> HOORNAERT, Eduardo. O sonho dos espaços sagrados. In: **Op. Cit.**, p. 6.

margem o misticismo religioso, mas presente, em comum, a mística não menos intensa da defesa dos campos, dos lares, das fazendas e de toda uma cultura enfim, os bôeres, guerreiros extraordinariamente habilidosos e resistentes, tombam à própria estratégia. À autolimitação. Nada desejavam senão a defesa de seu mundo. Como o jagunço<sup>694</sup>.

Paulo Zannetini e Érica Gonzalez procuram desvendar, através dos vestígios arqueológicos encontrados na área do Parque Estadual de Canudos, aspectos da vida da comunidade de Belo Monte. Essa potencialidade da cultura material pode ser auferida com a pesquisa realizada nas ruínas da Fazenda Velha de Canudos, quando foram achados “cerca de 2.000 fragmentos relacionados à tralha doméstica (louças inglesas, francesas, cálices de cristal, ferramentas etc.), indicando que os antecessores do Conselheiro mantiveram saudáveis relações econômicas com os comerciantes do litoral ao longo de boa parte do século XIX<sup>695</sup>”.

Dois artigos tratam da fotografia de Canudos. O primeiro de Cícero Antônio F. de Almeida analisa o trabalho do fotógrafo expedicionário Flávio de Barros, colocando-o como um simulacro da guerra de Canudos, na medida em que suas fotografias seriam destinadas à “afirmação da superioridade e organização do Exército, desfazendo a idéia de despreparo das tropas e atenuando os exageros cometidos contra combatentes e prisioneiros”. Para ele, as fotografias de Flávio de Barros “podem servir como documentos mais amplos sobre os fatos ocorridos em Canudos, que nos possibilitam minimizar o trágico destino de um episódio ainda tão carente de intérpretes, rompendo o silêncio que se tentou impor a Antônio Conselheiro e seus seguidores, tornando-os personagens sem voz e, portanto, sem história<sup>696</sup>”.

O outro é o texto de Claude Santos, também fotógrafo, que divide a fotografia de Canudos em dois momentos: a primeira com as imagens de Flávio de Barros e depois com os ensaios realizados na Canudos reconstruída no início do século, onde se destacam as fotografias de Pierre Verger (1946), Alfredo Vila-Flor (1964) e Jair Dantas (1968). Em 1969, com o enchimento do açude do Cocorobó, outros aventureiros fizeram ensaios sobre os cenários e os herdeiros da luta conselheirista, dentre os quais o próprio autor que

---

<sup>694</sup> MELLO, Frederico P. de. Baionetas do fim do mundo. In: **Op. Cit.**, p. 7.

<sup>695</sup> ZANNETINI, Paulo e GONZALEZ, Érica M. R. Arqueologia na caatinga. In: **Op. Cit.**, p. 10.

<sup>696</sup> ALMEIDA, Cícero A. F. de. O Olho do Exército. In: **Op. Cit.**, p. 9.

reproduz uma de suas fotos no mesmo caderno, quando durante a seca de 1996, irrompe o cemitério antigo de Belo Monte nas águas do Cocorobó<sup>697</sup>.

Este suplemento reafirma o discurso fundante da fotografia de Flávio de Barros para a narrativa de Canudos, reproduzindo um conjunto de nove fotos, inclusive na capa. Assim, faz-se necessário, como propõe Cícero Almeida, estabelecer um diálogo entre representação e memória, desconstruindo os simulacros da guerra produzidos pelo fotógrafo expedicionário. Por outro lado, diferentemente dos outros jornais, a editoria apenas colocou em nota de pé de página a superprodução cinematográfica de Sérgio Rezende.

O jornal **O Povo**, de Fortaleza, dedicou um caderno sobre os 100 anos de Canudos, propondo que o assunto volta a ser repensado em sua complexa tragédia nas várias dimensões da dinâmica teia social. Sua abordagem difere dos demais suplementos culturais por dedicar-se majoritariamente à tradição oral dos caminhos do Peregrino. Segundo a editora do caderno, Eleuda de Carvalho, o relato dos descendentes do Conselheiro e do povo do Belo Monte se contrapõe à idéia de Euclides da Cunha de que a história de Canudos seria esquecida. Cem anos após o massacre, as cidades em que o peregrino atuou nos sertões nordestinos do Ceará à Bahia continuam marcadas pela presença de Antônio Vicente Mendes Maciel. Há aqui uma ênfase na memória coletiva dos que não escrevem os livros de histórias que se individualiza nos personagens contemporâneos que foram entrevistados pelos repórteres do periódico. Assim, estes relatos estão disseminados por sete caminhos do Peregrino. No Ceará, foram encontrados vestígios do Conselheiro em Quixeramobim/CE, com a família Maciel. Em Assaré, uma neta e afilhada de Antônio Vila Nova. Em Guaraciaba do Norte revela-se o amor de Antônio dos Mares com Joana Imaginária. Na Bahia, o povo do Conselheiro conta histórias aprendidas com seus avós e com os sobreviventes da guerra, em Uauá, Canudos, Euclides da Cunha e Monte Santo. Ao mesmo tempo, o caderno é ilustrado pelo trabalho artístico de Descartes Gadelha, numa série que será analisada no último capítulo da tese, e também menciona a publicação de livros sobre o assunto como o de Marco Antônio Villa, **Canudos: O Povo da Terra**, além

---

<sup>697</sup> SANTOS, Claude. Templos em ruínas. In: **Op. Cit.**, p. 10.

das reedições das obras de Manoel Benício e de Alvim Horcardes, como forma de ir além do enfoque euclidiano<sup>698</sup>.

Em carta ao leitor, o editorialista da revista **Veja** destaca a trajetória do artista Trípoli Gaudenzi que resultou na exposição de 113 obras, inaugurada em 1991 na Primeira Semana Cultural de Canudos, com o título de *Canudos Rediviva*. É dessa série a ilustração usada para a composição da capa da revista. Segundo o texto, “Gaudenzi é talvez quem melhor reproduziu em papel e tela aquilo que Euclides narrou com tanto vigor”<sup>699</sup>. Roberto Pompeu de Toledo produziu longa matéria de capa para a edição, em que também recorre à imagem de mistério ou misterioso para falar sobre o legado do Conselheiro. A reportagem afirma que Conselheiro “Transformou-se num dos personagens mais perturbadores da História do Brasil, figura central de um dos episódios mais extravagantes, equivocados e trágicos da nacionalidade, e também dos mais fascinantes, em que o Brasil defronta o Brasil, estranha o Brasil e choca-se frontalmente com o Brasil”<sup>700</sup>.

Mesclando as clássicas fotos de Flávio de Barros com as atuais de Orlando Brito, a matéria destaca a participação do fotógrafo expedicionário na Quarta Expedição, publicando uma de suas fotos mais famosas, conhecida como prisioneiras, embora se perceba também homens na foto. Segundo a reportagem, foram selecionadas fotografias que mostrassem aspectos do arraial do Conselheiro, que constituem uma minoria dentro do discurso narrativo marcadamente militar, que, aliás, não registrou, talvez pela censura vigente ou a obrigações que o prendiam ao Exército, a selvageria e as atrocidades que caracterizaram o fim do conflito fratricida.

Paralelamente, sobre o centenário do final da Guerra de Canudos, também foram editados cadernos especiais em jornais de grande circulação no formato digital, destacando-se o **Estado de São Paulo**, através da NetEstado, e o jornal **Zero Hora**, por meio da ZH Digital. A editora da NetEstado Lúcia Camargo apresenta o dossiê, composto de uma série de reportagens sobre *Canudos: 100 anos*, que tinha por objetivo abordar a persistência do “episódio ímpar na história do País”, como pode ser visto no filme de Sérgio Rezende, com José Wilker. Assim, são mostrados alguns aspectos do episódio, é esboçado o perfil sofrido

---

<sup>698</sup> **O POVO**. Fortaleza/CE, Caderno Vida & Arte, domingo, 5 de outubro de 1997.

<sup>699</sup> CARTA AO LEITOR. O sertão em forma de arte. In: **Veja**. São Paulo, Ano 30, n. 35, edição 1511, 3 de setembro de 1997, p. 7.

<sup>700</sup> TOLEDO, Roberto Pompeu de. O Legado do Conselheiro. In: **Veja**. São Paulo, Ano 30, n. 35, edição 1511, 3 de setembro de 1997, p. 64.

e genial de Euclides da Cunha, correspondente do jornal à época do conflito, além de evidenciar que, “100 anos depois, pouco mudou na região em que militares vindos de vários pontos do País e tenazes sertanejos enfrentaram-se na absurda carnificina”<sup>701</sup>.

Tendo como foco principal a guerra, tratada como “carnificina em Belo Monte”, o suplemento especial privilegia a figura de Euclides da Cunha, pois, segundo Roberto Ventura, seu biógrafo, “Canudos se tornou, com a interpretação de Euclides, o símbolo de um processo de modernização que se dá através de violentos choques culturais e políticos. Sem isso, ela seria mais uma comunidade ou um movimento messiânico massacrado e dizimado por tropas do governo”. Sobre os 25 artigos euclidianos publicados no **Estado de São Paulo**, são reproduzidos os últimos enviados pelo correspondente referentes aos dias 21, 22, 26 e 27 de setembro de 1897, mantendo a grafia original. Sobre o escritor, também é registrada a Semana Euclidiana realizada a cada ano em São José do Rio Pardo para celebrar e discutir a obra euclidiana desde 15 de agosto de 1912.

Por sua vez, Marco Antônio Villa elabora uma ácida crítica cinematográfica sobre o filme de Sérgio Rezende, afirmando que o abuso da retórica prejudicou a linguagem cinematográfica, já que as cenas são confusas e dificulta o entendimento do filme por parte do espectador. Assim, “em nenhum momento o espectador fica sabendo como era organizada a comunidade de Belo Monte e os motivos da guerra”. Curiosamente, também não aparece o rio Vaza-Barris, tão importante para a comunidade conselheirista. No mesmo diapasão, os historiadores convidados (José Leonardo do Nascimento, Zilda Yokói, José Carlos Bom Meihy e Marco Villa) para assistirem o filme também o criticam duramente, especialmente por conta de sua “presentificação” do massacre e da ausência da Igreja Católica no roteiro. Ao mesmo tempo, na caracterização do personagem de Antônio Conselheiro preponderou o enfoque euclidiano, como, aliás, toda narrativa filmica<sup>702</sup>.

A *web page* especialmente construída pela ZH Digital centra-se em recuperar “a história da participação de soldados gaúchos no conflito e mostrar que as feridas deixadas pela guerra da caatinga ainda não cicatrizaram”. Segundo a reportagem, do “arraial, restam

---

<sup>701</sup> CAMARGO, Lúcia. Canudos: 100 anos. In: **O Estado de São Paulo/Net Estado**. Capturado no dia 6 de outubro de 1997 no endereço eletrônico <http://txt.estado.com.br/edicao/especial/canudos/can055.html>.

<sup>702</sup> HAAG, Carlos. Historiadores debatem “Guerra de Canudos”, de Sérgio Rezende. In: **O Estado de São Paulo/Net Estado**. Capturado no dia 6 de outubro de 1997 no endereço eletrônico <http://txt.estado.com.br/edicao/especial/canudos/can055.html>.

hoje apenas a poeira submersa no Açude do Cocorobó e a memória de um incidente que o país não consegue esquecer”.

Diferentemente dos outros suplementos especiais, o seu foco é a memória dos soldados e oficiais gaúchos que combateram em Canudos. Neste inventário, o periódico resgata a memória familiar de ex-combatentes como é o caso do major Henrique Severiano da Silva e do soldado Luiz Duarte, ex-aluno da Escola de Guerra de Porto Alegre, hoje Colégio Militar. As comemorações do centenário de destruição de Canudos acabaram por reforçar o interesse dos descendentes de Severiano e Duarte pela história. Em entrevista ao jornal, Helena Carvalho, bisneta de Severiano, lamenta não guardar objetos ou documentos pertencentes ao bisavô. Para Maria Cecília, bisneta de Luiz Duarte, “É importante saber que alguém da família esteve lá”. A bravura do coronel porto-alegrense Carlos Teles também é registrada no livro vingador de Euclides da Cunha e transcrito no texto jornalístico do suplemento.

Contudo, das recordações da presença dos soldados gaúchos em Canudos, restam poucos acervos como, por exemplo, o do Museu Dom Diogo de Souza, em Bagé. “Entre os objetos trazidos do arraial, o museu conserva estilhaços de granada, projéteis e carregadores de fuzis Mannlicher, rochas perfuradas por balas, uma pedra da trincheira aberta na Serra do Cambaio, fuzis Comblain e Winchester, a espada de Carlos Teles e uma suposta lasca de cruz que Antônio Conselheiro erguera na praça de Canudos”.

Nas entrevistas realizadas com os pesquisadores José Calasans e o coronel reformado Cláudio Bento explicitaram-se as batalhas da memória de Canudos, na medida em que o primeiro ressalta que o centenário “criou condições favoráveis a Conselheiro”, pois desapareceu completamente a idéia de que ele era um chefe de bandidos, sendo substituída pela de líder religioso com extrema capacidade de comunicação. Já o coronel mantém uma imagem do Conselheiro como separatista e anti-republicano, o que justificaria a dura resposta das forças militares. Apesar disso, o pesquisador militar afirma que foi uma “guerra injusta, mas o Exército não sabia”<sup>703</sup>.

As matérias jornalísticas presentes nos suplementos especiais escolhidos entre os principais jornais brasileiros apresentam uma memória em movimento que atualiza em

---

<sup>703</sup> ARAÚJO, Luiz Antônio et. alli. Gaúchos em Canudos. In: **Zero Hora Cultura**. Porto Alegre, sábado, 11 de outubro de 1997.

versões, às vezes, conflitantes da guerra de Canudos, colocando em cena a manipulação do acontecimento histórico pelas memórias em confronto, materializada nos embates entre a memória nacional e memórias marginalizadas. Assim, tentei selecionar jornais de grande circulação que operaram, tanto ao nível nacional e/ou regional, na formação da opinião pública sobre o acontecimento histórico à época das comemorações do centenário do final da guerra de Canudos, constituindo redes de memória em confronto que provocam o retorno de temas e imagens do passado na memória do presente. Destas imagens do passado presentificaram-se no discurso midiático as fotografias de Flávio de Barros e, ao mesmo tempo, na dialética passado-presente, o filme de Sérgio Rezende reconstruiu a memória euclidiana de Canudos.

Deste ponto de vista, o historiador deve, além do estudo dos acontecimentos em si, estudar como são elaborados, transmitidos e percebidos no processo de reconstrução ideológica do passado que condiciona a própria percepção do presente pelos diferentes grupos sociais. Sua tarefa, então, não é mais descrever ou narrar acontecimentos, mas realizar uma profunda reflexão sobre eles, que nos ajude a entender sua função de elementos integrantes de um determinado imaginário coletivo, pois, apesar de se estabelecer um reconhecimento mútuo da importância de determinado acontecimento histórico, há que se perceber a reapropriação dele a partir dos valores e da posição que ocupa determinada corrente de opinião no jogo político<sup>704</sup>.

#### *IMAGENS DA GUERRA DE CANUDOS: MEMÓRIA E REPRESENTAÇÃO*

Assim, dentre as linguagens que produziram certa memória de Canudos, a fotografia desempenha um papel primordial, na medida em que, desde as imagens de Flávio de Barros no tempo da guerra, a temática sertaneja tem atraído inúmeros fotógrafos – Pierre Verger, Alfredo Vila-Flor, Audálio Dantas, Jair Dantas, Maureen Bisilliat, Edu Simões, Mário Cravo Neto, Claude Santos, Antônio Olavo, Walter Firmo, Evandro Teixeira, Rita Barreto, Cristiano Mascaro, Orlando Brito, entre outros -, que acabaram por construir um conjunto de imagens que proporcionam ao historiador a possibilidade de decifrar a realidade interior das representações fotográficas, suas tramas, realidades e ficções, ao longo dos cem anos de

---

<sup>704</sup> GONZÁLEZ, Juan Sánchez. **Op. cit.**

pós-guerra de Canudos. Com as comemorações dos centenários de Canudos, essa produção imagética apresentou-se como um dos suportes da construção da memória no jornalismo brasileiro, na medida em que ganhou destaque tanto como ilustração dos suplementos especiais sobre a temática quanto como possibilidade para se perceber as diferenças e semelhanças próprias ao conjunto de imagens relativas à temática de Canudos. Note-se que, nesta época, vários fotógrafos publicaram livros que tratam especificamente, em diferentes momentos históricos, de Canudos, proporcionando a identificação de determinados símbolos recorrentes no imaginário social sobre a região. O que favoreceu, posteriormente, a reunião de documentos fotográficos outrora dispersos em acervos nacionais, com a edição do álbum fotográfico pelo Instituto Moreira Salles, comemorativo dos cem anos da publicação do livro **Os Sertões**, de Euclides da Cunha, em que é possível acompanhar a trajetória iconográfica do tema ao longo do último século<sup>705</sup>.

Neste sentido, entendemos a fotografia como meio de recordação e documentação da vida pessoal e social, já que “fotografia é memória e com ela se confunde”, tornando-se, para o historiador, uma “possibilidade incontestada de descoberta e interpretação da vida histórica”<sup>706</sup>. Para Kossoy, as tramas ideológicas que se escondem sob a superfície da imagem fotográfica evidenciam que os *processos de criação de realidades* nos permitem uma reflexão sobre a sua ambígua e definitiva condição de documento/representação. Para ele, as imagens fotográficas são apenas pistas para tentarmos desvendar o passado, na medida em que “nos mostram um fragmento selecionado da aparência das coisas, das pessoas, dos fatos, tal como foram (estética/ideologicamente) congelados num dado momento de sua existência/ocorrência”<sup>707</sup>.

É neste contexto que o papel da fotografia de Flávio de Barros, na Guerra de Canudos, deve ser abordado, pois suas imagens se tornaram referência “*exemplar*”, no bojo do conjunto dos testemunhos da guerra, moldando construções discursivas e estratégias de memória sobre o conflito, que inclusive estarão presentes no jornalismo brasileiro cem anos

---

<sup>705</sup> ALMEIDA, Cícero Antônio F. de. **Canudos: Imagens da Guerra**. Rio de Janeiro: Museu da República/Lacerda Editores, 1997; OLAVO, Antônio. **Memórias Fotográficas de Canudos**. Salvador: CNPq, 1989; TEIXEIRA, Evandro. **Canudos 100 anos**. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Textual, 1997, INSTITUTO MOREIRA SALLES. **Cadernos de Fotografia Brasileira (Canudos)**. São Paulo: Instituto Moreira Salles, nº 1, dezembro de 2002.

<sup>706</sup> KOSSOY, Boris. **Fotografia e História**. São Paulo: Ática, 1989 (Coleção Princípios), p. 101 e 102.

<sup>707</sup> KOSSOY, Boris. **Realidades e Ficções na Trama Fotográfica**. 3ª edição. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002, p. 13-15, 20 e 21.

depois. O discurso fotográfico de Flávio de Barros revela a construção de uma ótica militarista, na qual as 68 fotografias realizadas pelo fotógrafo servem como "prova" das ações "civilizadoras" do Exército nacional. Assim, a Guerra de Canudos foi o primeiro grande conflito interno no país registrado pelas lentes da câmara fotográfica. Como ressaltou Cícero Antônio de Almeida, as fotografias tiradas do ataque final contra Belo Monte, "além de servir de recordação para oficiais e soldados em campanha, (...) também possibilitou a criação de uma determinada representação da guerra – protegida pelo 'realismo fotográfico'"<sup>708</sup>. Nesta medida, as fotografias de Barros, ao invés da "representação fiel" do real, tornaram-se simulacros da guerra de Canudos, na medida em que constituíram-se num importante elemento discursivo utilizado pelo Exército sobre os acontecimentos em Canudos e um sofisticado instrumento de persuasão no contexto da construção da imagem da corporação como protetora da ordem e da consolidação do regime republicano diante da ameaça monarquista<sup>709</sup>.

Após a derrota de Moreira César, a fotografia tornou-se uma aliada poderosa para difundir uma imagem favorável do Exército e legitimar a intervenção armada contra os conselheiristas. Ao mesmo tempo, a censura militar nos últimos cinco meses da guerra influenciou decisivamente a composição do conjunto das fotografias de Flávio de Barros. Além de expor os "inimigos" na condição de derrotados, presos ou mortos, Barros apresentou a oficialidade ou as tropas organizadas, nas trincheiras ou acampamentos em cerca de 65% do total de suas fotografias. Também o fotógrafo expedicionário reconstruiu temas caros ao Exército, como o problema da fome e a solidariedade da tropa para com os inimigos ou ainda a prisão de conselheiristas.

Paradoxalmente, estas fotografias tornaram-se "representações que informam muito além das aparências, servindo hoje (...) para romper o silêncio imposto a Antônio Conselheiro e seus seguidores, que pretendeu torná-los personagens sem voz e, portanto, sem história"<sup>710</sup>. Nesta direção, Sérgio Guerra sugere que as fotografias de Flávio de Barros

---

<sup>708</sup> ALMEIDA, Cícero Antônio F. de. O álbum fotográfico de Flávio de Barros: memória e representação da guerra de Canudos. In: **História, Ciências, Saúde: Manguinhos**. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, volume V (Suplemento), julho de 1998, p. 305-315.

<sup>709</sup> ALMEIDA, Cícero Antônio F. de. Memória e representação – As imagens da guerra de Canudos pelo fotógrafo expedicionário Flávio de Barros. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, 159 (398): 293-317, jan./mar. 1998.

<sup>710</sup> ALMEIDA, Cícero Antônio F. de. O álbum fotográfico de Flávio de Barros: memória e representação da guerra de Canudos. In: **Op. Cit.**, p. 314.

podem trazer outras dimensões ainda não aventadas e encontradas “nas suas margens, nos seus contornos e fímbrias, aquilo que, escapando do autor, nos permite perceber evidências dos belomontenses, traços de sua humanidade e registros de sua subjetividade”. Assim, o autor cita a famosa fotografia que retrata a rendição dos conselheiristas no dia 2 de outubro de 1897, quando, na sua parte superior, aparecem alguns homens sentados, possivelmente aguardando o momento de serem degolados<sup>711</sup>.

É interessante observar que, no caso das fotografias de Barros, nas imagens os personagens retratados aparecem estáticos, ressaltando o “desejo de pose e ostentação dos próprios retratados”. Apesar de documentarem o olhar do vencedor, encenando o triunfo do civilizado sobre o inculto, algumas fotos se transfiguram em homenagem involuntária dos conselheiristas como é o caso de *Jagunço Preso*, em que retrata o herói conselheirista na hora em que ia ser levado para a degola, transformando seus escoltadores em carrascos, ou ainda a mais famosa das fotos de Barros, que retrata o corpo de Conselheiro morto, na qual, ao invés de instrumento de prova da sua morte perante a nação, contribuiu, decisivamente para que o “retratado entrasse, no plano simbólico, na imortalidade”. Deste modo, as fotografias de Flávio de Barros, além de constituírem uma preciosa iconografia autêntica da guerra de Canudos, também prefigura, de algum modo, os trabalhos posteriores de fotógrafos como Pierre Verger, Maureen Bisilliat, Antônio Olavo, Evandro Teixeira, entre outros<sup>712</sup>.

Todavia, como alerta Susan Sontag, ao mesmo tempo em que a familiaridade de certas fotos constrói nossa idéia do presente e do passado imediato, também ajudando-nos a revisar a noção de um passado mais remoto, graças aos choques póstumos produzidos pela circulação de determinadas fotografias. Mas a verdadeira proliferação de museus da memória, com o objetivo de perpetuação de memórias, através de fotos do sofrimento e do martírio de um povo, pode trazer o problema de que as pessoas só se recordem por meio de fotos, obliterando outras formas de compreensão e recordação<sup>713</sup>.

---

<sup>711</sup> GUERRA, Sérgio. Prefácio. In: PIEDADE, Lélis. **Histórico e Relatório do Comitê Patriótico da Bahia (1897-1901)**. 2ª edição. Salvador: Portfolium, 2002 (Edição organizada por Antônio Olavo), p. 39.

<sup>712</sup> ZILLY, Berthold. Flávio de Barros, o ilustre cronista anônimo da guerra de Canudos: as fotografias que Euclides da Cunha gostaria de ter tirado. In: **História, Ciências, Saúde: Manguinhos**. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, volume V (Suplemento), julho de 1998, p. 316-320.

<sup>713</sup> SONTAG, Susan. **Diante da Dor dos Outros**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

Por outro lado, como uma das principais matrizes discursivas sobre Canudos, o viés euclidiano também se faz presente na construção da memória de Canudos no jornalismo brasileiro, através das entrevistas, reportagens e resenhas críticas sobre o filme *Guerra de Canudos*, de Sérgio Rezende (1997).

Uma das tendências mais atuantes na década de 1990, vai ser exatamente o dos filmes históricos, que buscam um “retrato” do país. Surgem agora novos retratos mais plásticos e minuciosos do Brasil, como produto de um contexto regional extremamente diverso, apesar de algumas continuidades temáticas, especialmente de problemas não resolvidos como é o caso da questão da terra no Brasil. A ênfase nos roteiros históricos parece, então, representar uma tentativa de recuperar uma “*identidade nacional*” no contexto de uma suposta homogeneização de um mercado globalizado, na qual aponta duas grandes linhas de força no cinema nacional dos anos 1990: uma que procura uma identidade nacional, tradição já existente na história do nosso cinema; outra que busca a *não-identidade*, ou seja, “ela procura não reforçar marcas ou traços específicos que possam diferenciá-la do cinema ‘globalizado’, de inspiração americana”<sup>714</sup>.

A redescoberta do sertão, nos anos 1990, pode ser colocada como uma tendência filmica de revisitar as fórmulas e temas de sucesso no passado cinematográfico brasileiro, na medida em que esta categoria ocupa um privilegiado espaço no imaginário nacional, especialmente aquela produzida pela imagem televisiva nas últimas décadas, quando são afastadas as imagens de sofrimento e do desconforto das cenas produzidas em preto e branco pelo Cinema Novo. O sertão surge nesta nova produção como um museu exótico, resgatado pela grande produção<sup>715</sup>.

Dentre as representações do sertão no cinema brasileiro dos anos 1990, fixar-me-ei nas representações da Guerra de Canudos. Célia Tolentino lembra que a representação de Canudos no cinema como metáfora da nacionalidade já havia sido abordada desde os anos 1950, quando o evento é retomado pelos modernizadores como a tradição, que deve ser superada pela modernização capitalista, como é o caso do filme *O Cangaceiro*, de Lima Barreto. Nos anos 1960, com Glauber Rocha, a temática é retomada no filme *Deus e o*

<sup>714</sup> SIMIS, Anita & PELLEGRINI, Tânia. O audiovisual brasileiro dos anos 90: questão estética ou econômica? In: **Congresso da LASA (Latin American Studies Association)**. Chicago, Illinois, 24 a 26 de setembro de 1998, p. 6-7 e 9.

<sup>715</sup> VIEIRA, João Luiz. O (cinema) brasileiro tem memória? In: <http://www.contracampo.he.com.br/26especial/frames.htm>.

*Diabo na Terra do Sol*, oferecendo “a matéria-prima da nossa rebeldia histórica, aquela que deveria ser resgatada e reordenada sob a palavra de ordem da consciência de classe. No pós-64, quando todos acusam o agrarismo empedernido de responsável pelo golpe que malograra os projetos coletivistas, Glauber volta a buscar o exemplo de Canudos para afirmá-lo, [com *O Dragão da Maldade contra o Santo Guerreiro*], como nossa reserva intacta de revolta primitiva, aquela que não deveria ser controlada pela razão colonizadora”<sup>716</sup>.

Para meus propósitos, o que se busca é perceber como o filme de Rezende dialoga com a construção narrativa sobre o sertão, que aparece como *topos* central na cinematografia nacional. Dentre as possíveis leituras, o que mais se retoma na tela é a imagem do sertão nordestino, “*experiência que vai compondo todo um sistema iconográfico e sonoro*”, seja pela dramaticidade das relações com a natureza, seja também pela carga dramática dos episódios históricos ali ocorridos, como é o caso da Guerra de Canudos ou do Cangaço<sup>717</sup>.

#### GUERRA DE CANUDOS, O FILME, COMO LUGAR DE MEMÓRIA

Robert Rosenstone chamou a atenção para o fato de que vivemos num “mundo dominado pelas imagens, aonde cada vez mais pessoas formam sua idéia do passado através do cinema e da televisão, seja por meio de filmes de ficção, *docudramas*, séries ou documentários”<sup>718</sup>. Essa observação nos levou a pensar na possibilidade de propor o filme *Guerra de Canudos (1997)*, de Sérgio Rezende, como um “*lugar de memória*”, na medida em que podem ser entendidos como lugares onde a memória se cristaliza e se refugia, recriando aspectos da história por meio de uma presença simbólica, material e funcional. A plausibilidade da assertiva pode ser encontrada no fato de o filme ter sido veiculado sistematicamente pela imprensa brasileira durante o centenário da destruição de Belo Monte. Além disso, também tem sido utilizado para fins didático-pedagógicos e é projetado em inúmeras atividades realizadas pelos movimentos em defesa da memória de Antônio

<sup>716</sup> TOLENTINO, Célia A. Ferreira. Canudos no cinema e as metáforas da nacionalidade. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**. Número 9, outubro de 1997: p. 35-57 [p. 55].

<sup>717</sup> XAVIER, Ismail. Microcosmo em celulóide. In: **Folha de São Paulo. Mais!**. 01/12/2002.

<sup>718</sup> ROSENSTONE, Robert. História em Imagens, História em Palavras: reflexões sobre as possibilidades de plasmar a história em imagens. In: **O Olho da História**. Salvador, n. 5, 1998, p. 106.

Conselheiro e da comunidade de Canudos, como é o caso das Semanas Culturais *Conselheiro Vivo*, em Quixeramobim/CE, e nas romarias de Canudos/BA. Ao mesmo tempo, o filme pode ser inserido dentro de uma complexa estrutura de marketing cultural, que produziu um conjunto de bens culturais – fitas de vídeo, DVD, um livro sobre o *making of*, no qual se registra todo o processo de produção do filme, a elaboração de um sítio na Internet para divulgação da obra, entrevistas do autor aos órgãos de imprensa etc. - a ser consumido com o objetivo de demarcar seu lugar na memória social no Brasil.

A atuação do filme na formação da memória coletiva também pode ser percebida quando o cineasta optou por unir o cinema à televisão, tornando o filme em mini-série projetada pela Rede Globo de Televisão, durante o centenário do final da Guerra de Canudos. Em sua estratégia de intervenção na memória de Canudos, Rezende colocou um problema central no debate contemporâneo sobre a comemoração, que é sua transmissão televisual, introduzindo, ao lado do comemorável e não-comemorável, uma outra redução, o mostrado e não-mostrado<sup>719</sup>.

Constituindo-se no filme mais caro, até então, do cinema brasileiro e também o mais visto no ano de 1997, com mais de 700 mil ingressos, a narrativa gira em torno do drama de uma família, no sertão da Bahia do final do século XIX, a partir do olhar feminino de Luísa (Cláudia Abreu). O diretor assim resume o filme:

*“Eu tinha um desejo de fazer um filme de guerra, cujos personagens conhecidos são homens, sob o ponto de vista feminino, que a força do sertanejo, expressa na frase famosa de Euclides (...), fosse a força de uma mulher, que é a Luísa (Cláudia Abreu). Em torno dela, estão pai (Paulo Betti), a mãe (Marieta Severo) e os dois irmãos (Dandara Guerra e Jorge Neves). Quando o filme começa, apesar da crise da seca, é uma família feliz, que vai se dilacerando no processo de guerra. As pessoas vão se perdendo, até fisicamente: Luísa foge de casa para não acompanhar o pai. Depois há uma sucessão de perdas, perdas por morte na guerra e também perdas afetivas. Os personagens perdem seus valores. O pai, que era doce com os filhos, vai se embrutecendo. A mãe, que acompanha o marido, não por fé, mas porque vê em Canudos uma possibilidade de ascensão social e de vida, acaba se envolvendo na guerra e tendo um desfecho trágico. O*

---

<sup>719</sup> FERRO, Marc. **A História Viglada**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

*filho mais novo morre em combate. No final, sobram Luísa e Teresa. Elas preservaram a esperança de que, apesar de todo essa tragédia, a vida prossegue”<sup>720</sup>.*

Sua opção narrativa segue a tônica de um “*épico espetacular*”, recriando a fundação e a destruição do Arraial de Canudos, no sertão da Bahia, numa perspectiva estética de viés naturalista, em que se cria a ilusão às pessoas de estarem diante dos fatos narrados. Assim, em sua reconstituição histórica, todos os principais elementos referentes ao acontecimento encontram-se no filme, tornando-o inequivocamente um filme bem elaborado, o que se pode discordar é a forma como eles aparecem na composição filmica. Como herança de uma tradição erudita, Rezende optou por uma reconstituição precisa, em que os cenários e as externas são fiéis, os diálogos autênticos. Em suas próprias palavras, com relação aos personagens históricos, “procurei ser o mais fiel possível”<sup>721</sup>, seguindo as sugestões do historiador José Calasans.

Esse olhar positivista remete a uma transcrição cinematográfica de uma visão de história, ancorada, neste caso, na vertente euclidiana da memória de Canudos. Apesar de ser uma obra de ficção, vemos uma quase adaptação de **Os Sertões**, de Euclides da Cunha, quando, em vários momentos, as imagens aparecem como meras ilustrações do livro, numa clara tentativa de mostrar fidedignidade histórica na construção narrativa do filme. Inclusive, na própria construção do roteiro, pode-se identificar passagens do livro **Diário de uma Expedição**, no roteiro do filme<sup>722</sup>.

Como a narrativa de Euclides da Cunha, o filme se divide em três partes. A primeira retrata a família Lucena antes da guerra, quando, mesmo enfrentando uma terrível seca no ano de 1893, percebe-se certa harmonia permeando o convívio familiar. Com enquadramentos simétricos, planos frontais e a câmera mais estática, além de pouca cor, na qual emerge a integração entre homem e a terra - a cor dos homens é a cor da terra, a cor da terra é a cor das suas roupas e das suas casas -, vemos uma clara menção à parte referente *A Terra*, do livro **Os Sertões**, expressa nas cores monocromáticas da fotografia de Antônio

<sup>720</sup> REZENDE, Nilza. **Guerra de Canudos: O Filme**. São Paulo: Editora SENAC/SP, 1997, p. 25.

<sup>721</sup> Idem, p. 52.

<sup>722</sup> SALLES, Inês Cardoso. **Cicatrizes Submersas dos Sertões: Descartes Gadelha e Euclides da Cunha em correspondência**. São Paulo: Cone Sul, 2000, p. 74.

Luiz Mendes e nos sons especiais da trilha sonora, dirigida pelo músico Edu Lobo e pela pesquisa musical do maestro Fred Dantas.

No filme, a chegada da República para a família Lucena representa, além da instalação do casamento civil, a secularização dos cemitérios e a separação da Igreja e o Estado, a excessiva cobrança de impostos. Assim, o cobrador de impostos leva os poucos bens da família Lucena, instalando um clima de desalento. É quando surge, em sua pequena propriedade, Antônio Conselheiro e o seu séquito, cuja cena remete à descrição euclidiana de um anacoreta sombrio, cabelos crescidos até os ombros, barba inculta, face escaveirada, olhar fulgurante, monstruoso dentro de um brim azul e um bastão de peregrino.

As mulheres da família Lucena, Penha e Luísa, têm uma postura crítica em relação a Conselheiro, enquanto o pai e o irmão aderem a ele incondicionalmente, desde o primeiro instante. Desenrola-se aqui todo o conflito dramático do filme, quando Luísa se recusa a acompanhar a família, que agora segue a liderança de Antônio Conselheiro.

Após o conflito em Masseté, em 1893, o cineasta enfatiza o conhecimento estratégico de Conselheiro para se estabelecer, com o seu séquito, na antiga fazenda Canudos, o Império de Belo Monte, onde todo mundo tinha de trabalhar e rezar.

Com a chegada do Exército, inicia-se a segunda parte. É o início da desorganização do universo de Belo Monte. Nas palavras do diretor, “Esta segunda fase vai da expedição Moreira César até a queda das torres da Igreja Nova. Nela introduzimos, junto com a tropa, os movimentos mais livres, novas perspectivas, novas cores, inclusive no figurino, com o vermelho berrante das fardas”<sup>723</sup>. Aqui percebe-se que as cores destoantes dos seus uniformes trazem o choque entre o elemento invasor e a terra, revelando o desconhecimento da tropa da região, marcada por uma natureza adversa, em que a caatinga era aliada dos conselheiristas, que se faziam invisíveis, com suas roupas da cor da terra. Vale registrar que a carga dramática das cenas de luta e das batalhas foi desenvolvida pela equipe técnica de Federico Farfán, especialista mexicano em efeitos especiais, especialmente na preparação dos figurantes.

Nesta parte do filme, o cineasta utilizou vários textos jornalísticos, de Manuel Benício e de Euclides da Cunha, na composição do roteiro, como é o caso das falas de Pedro, ora transcrevendo as reportagens de Benício sobre os quadros da desolação da tropa

---

<sup>723</sup> REZENDE, Nilza. **Op. Cit.**, p. 30.

na Quarta Expedição, ora descrevendo a situação dantesca dos hospitais de sangue, com base no relato de Euclides da Cunha. Num primeiro momento, o correspondente de guerra encontra-se imbuído do espírito militar, mas com a guerra de extermínio volta-se contra a loucura do general Artur Oscar, afirmando “sua campanha foi uma vergonha”. Ao mesmo tempo, o cineasta também utilizou o **Memorial de Vilanova**, de Nertan Macedo, para compor os diálogos entre Conselheiro e José Lucena, no interior da Igreja Nova de Belo Monte.

Ao mesmo tempo, Rezende desfaz a imagem de bronco ignorante construída em torno de Antônio Conselheiro, citando, em suas preleções, passagens da Bíblia e da Missão Abreviada.

Por fim, o cineasta assim descreve a terceira parte:

*“A queda da torre destrói completamente a idéia da simetria. Um mundo vem abaixo. Instala-se o caos. Fogo. Morte. Destruição. Da cidade e de valores, dos dois mundos. A verdade nua e crua – se é que ela existe. Na verdade, o que interessa mais é o mistério, nu e cru”<sup>724</sup>.*

Duas cenas na parte final remetem a imagens consagradas da memória oficial de Canudos: a famosa fotografia de Flávio de Barros sobre a rendição dos conselheiristas e a magnífica imagem de Euclides da Cunha sobre a resistência heróica dos últimos canudenses, no dia cinco de outubro de 1897. Quando o caos é total nas cenas finais, representada na ordem do General Artur Oscar de dinamitar e lançar fogo na cidade de Belo Monte, a câmera abandona a estabilidade do tripé e, muitas vezes, é feita nas mãos da cinegrafista. A cabeça de Conselheiro, decepada depois de encontrado seu corpo, foi levada como troféu de Guerra pelos vencedores para Salvador, a fim de que fosse examinada pelos médicos da Escola de Medicina da Bahia para comprovar evidências de loucura, de acordo com os ideais de ciência do final do século XIX. A imagem dos dois Brasis que não se compreendem é, assim, recorrente na narrativa filmica.

Uma dimensão pouco abordada pelos críticos de cinema que se debruçaram sobre o filme é à busca da metáfora do sertanejo como um “herói da Idade Média”, nas palavras da

---

<sup>724</sup> Idem, p. 30.

figurinista Beth Filipeck. Esse anacronismo histórico forjado pelo discurso euclidiano se manifesta na composição da pesquisa cromática dos figurinos, baseada na arte dos artistas que trabalharam com o desespero da guerra, a religiosidade e o mundo rural, como Goya, El Greco e Portinari. Além disso, a fotografia de Sebastião Salgado também serviu de inspiração para a criação dos figurinos. Esse diálogo intertextual entre cinema e artes plásticas pode também ser percebido no confronto com a obra de Otoniel Fernandes Neto, analisada no próximo capítulo, em que algumas telas guardam incríveis semelhanças com o filme de Rezende, como, por exemplo, as paisagens ao nascer e ao pôr do sol, os confrontos, a zona de guerra e o cenário dramático de Canudos, numa aproximação estética de viés naturalista e realista de ambos os artistas<sup>725</sup>.

Ora, a leitura euclidiana serve para apresentar o sertão na sua forma mais tradicional, com o messianismo de Conselheiro e o débito social resolvido como caso de polícia. Deste modo, o chão esturricado, a miséria e a religiosidade são apresentados nas cenas iniciais do filme como os fatores determinantes para a tragédia do Conselheiro e sua gente, remontando a paisagem desolada da primeira parte de **Os Sertões**, de Euclides da Cunha. Ao mesmo tempo, o filme opera na superficialidade do tema, como é o caso do tratamento dos personagens históricos como o próprio Antônio Conselheiro e o Coronel Moreira César. Mesmo que esteja também próximo de uma “versão dos vencidos” na história, o diretor opera uma estética semelhante aos filmes tradicionais, mantendo uma relação factual com a história<sup>726</sup>.

Jacqueline Hermann acentua essa opção do cineasta pela versão euclidiana da guerra de Canudos, ainda que utilize Manuel Benício, *O rei dos jagunços* (1899), para a construção do personagem que representa o correspondente de guerra, Pedro Martins, perseguido pelo comandante da 4ª Expedição, Artur Oscar. Neste sentido, ela menciona que a imagem construída por Euclides da Cunha do Coronel Moreira César dá a tônica da forma inverossímil do personagem no filme, frágil e despreparada para o enfrentamento da batalha. Por outro lado, o filme acabou deixando de lado outras leituras não-euclidianas do evento, que a historiadora chamou de progressistas, nas quais sobressaem a força e a

---

<sup>725</sup> Ibidem, p. 119.

<sup>726</sup> FONSECA, Vitória Azevedo da. **HISTÓRIA IMAGINADA NO CINEMA: Análise de *Carlota Joaquina, a princesa do Brasil e Independência ou Morte***. Campinas/SP: Departamento de História/UNICAMP, 2002 (Dissertação de Mestrado), p. 70.

bravura dos sertanejos, na luta pela terra. Para ela, o cineasta enfatizou o ar grave e altivo, quase arrogante, de Antônio Conselheiro, numa evidente postura euclidiana de realçar o caráter guerreiro e messiânico das pregações do beato. Assim, essa opção dá margem a duas interpretações: seu comprometimento com a luta contra a opressão ou o puro fanatismo que, durante tanto tempo, caracterizou o séquito conselheirista. Ao não disponibilizar uma leitura matizada da religiosidade popular nordestina, o diretor acabou por reforçar alguns estereótipos que foram construídos em momentos específicos da própria história de Canudos. Contudo, na construção da personagem interpretada pela atriz Marieta Severo (Penha), o cineasta assimila a ambigüidade do discurso euclidiano, na medida em que cria a imagem do sertanejo como um forte e, ao mesmo tempo, menosprezou a decisiva participação do elemento feminino<sup>727</sup>.

Contudo, Fábio M. Schäffer sugere que mesmo tendo evoluído com relação ao texto euclidiano com relação à mulher, a libertação do jugo masculino força a uma masculinização das personagens femininas, o que supõe a manutenção da visão machista na película<sup>728</sup>.

Buscando inquirir se o filme alcança (ou não) a dialética entre o passado e o presente, Luiz Oricchio afirma que a preocupação do filme pela fidelidade ao período histórico (figurinos, objetos de cena, efeitos especiais) obliterou a dinâmica do próprio processo histórico, arquivando-se a noção de processo. Deste modo, a direção de arte passa a ser a parte dominante da produção, o que coloca o entendimento do período num segundo plano, isto é, a História é apenas o cenário. O lado paradoxal de Canudos definitivamente não foi contemplado “nesse filme demasiado controlado e submisso às leis do espetáculo cinematográfico tradicional”. Preocupado com a *reconstituição material*, o filme recupera, com fidedignidade, o ambiente do sertão como palco para se encenar o conflito social. Contudo, opta pelo drama individual e familiar em detrimento do drama social, não havendo, como no caso de *Vidas Secas*, de Nelson Pereira dos Santos, uma interação entre paisagem e drama familiar. Então, “o drama de Luíza é mais importante que o do

<sup>727</sup> HERMANN, Jacqueline. Imagens de Canudos. In: SOARES, Marisa de Carvalho & FERREIRA, Jorge (orgs.). **A História vai ao cinema**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

<sup>728</sup> SCHÄFFER, Fábio Maurício. **Imagens e Identidades em Os Sertões, de Euclides da Cunha, e Guerra de Canudos, de Sérgio Rezende**. Curitiba: Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes/Universidade Federal do Paraná, 2001, p. 114 (Dissertação de Mestrado em Letras).

Conselheiro e sua utopia. Essa indecisão entre as esferas individuais e coletivas parece estar na origem da fragilidade do filme”<sup>729</sup>.

Assim, a representação do acontecimento aparece de forma *conformista*, pois mantém o mosaico de leituras sobre o sertão produzido pela intelectualidade brasileira, desde o século XIX, e que opera uma leitura romântica de busca da nacionalidade autêntica. A película opta por introduzir o debate político no contexto de espetáculos convencionais, o que o aproxima ao estilo da ficção televisiva, na qual existe uma afinidade na interpretação da herança do nacional-popular, combinada com o drama individual dos personagens centrais da narrativa. Imerso numa estética próxima do percurso de Hollywood, Resende constrói um aparato cinematográfico monumental na pequena cidade Junco do Salitre (BA), abrindo a trilha da grande produção pautada na história nacional. Nesta perspectiva, o filme pode ser inserido no formato do romance histórico: “acompanhar uma família sem importância, personagens à margem das grandes figuras, arrastadas pela maré a participar dos acontecimentos. A feição de melodrama, a explicitação de recado pedagógico no fim, o espetáculo que supõe a transparência do passado são traços de um produto em que a representabilidade não é problema”<sup>730</sup>.

No mesmo diapasão, Schäffer também se preocupa com a utilização didática do filme, na medida em que “caso não sejam ressaltados os aspectos manipulados do filme, já que os mesmos não se fazem ver, o espectador/aluno é conduzido a tomar aquela narrativa histórica como a única *verídica*”<sup>731</sup>.

Deste modo, a crítica mais adequada para o filme de Sérgio Rezende é aquela que leve em consideração que o realismo e a objetividade são colocados em função de uma representação oficial da Guerra de Canudos, trazendo consigo o discurso imagético autoritário que remonta às fotografias de Flávio de Barros. Cria-se, então, um simulacro da Guerra, na medida em que, “com cenografia e figurino impecáveis, toneladas de fogos de artifício e uma narrativa naturalista da história (...), o filme acaba perpetuando a Guerra de

---

<sup>729</sup> ORICCHIO, Luiz Zanin. **Cinema de Novo: Um balanço crítico da retomada**. São Paulo: Estação Liberdade, 2003, p. 56 e 143.

<sup>730</sup> XAVIER, Ismail. O cinema brasileiro dos anos 90. In: **Praga: estudos marxistas**. Nº 9, 2000, p. 106.

<sup>731</sup> SCHÄFFER, Fábio M. **Op. Cit.**, p. 128.

Canudos como o estereótipo do fanático liderando um bando de ignorantes, contra o qual o Exército, cumpridor de sua missão, teve de guerrear”<sup>732</sup>.

Não podemos deixar de lembrar da assessoria do Coronel Davis Sena nesta composição do discurso imagético-discursivo da representação da Guerra de Canudos, em seu viés militar. Além disso, registre-se que o governo do Estado da Bahia apoiou de diversas formas a superprodução cinematográfica, desde intercedendo, através do senador Antônio Carlos Magalhães, para o patrocínio da PETROBRAS, passando pela instalação das redes de eletricidade e telefonia no sertão baiano e o deslocamento de um efetivo policial e cavalaria para fazer parte da figuração, até a produção de um documentário, que divulgou as filmagens do filme de Sérgio Rezende, intitulado *Canudos, Uma História Sem Fim* (Documentário, Vídeo, 52 min. Cor, 1996, Brasil), dirigido por Paulo Lafene, produzido pela TVE Bahia<sup>733</sup>.

Parte do projeto de mapeamento cultural do Estado, o documentário de Lafene traz, além da trajetória de Antônio Vicente Mendes Maciel, o Conselheiro, cenas das filmagens de Guerra de Canudos, do cineasta Sérgio Rezende, numa espécie de *making of* da produção cinematográfica. Ao mesmo tempo, o documentário realiza entrevistas com pessoas da região, trazendo à tona a rica tradição oral de Canudos, fato que será explorado pelos filmes analisados no próximo capítulo.

### *O CENTENÁRIO DO FINAL DA GUERRA DE CANUDOS NA WEB*

Contemporaneamente, vemos se legitimar modalidades variadas no tratamento das memórias coletivas, principalmente, a partir do desenvolvimento de novas tecnologias. Atualmente, experimenta-se, no âmbito da *internet*, uma multiplicação de *websites* que estão relacionados à produção de memórias sociais, ao mesmo tempo em se vive um vertiginoso crescimento do interesse pelo passado em um cotidiano individual marcado pelo registro em imagens (fotos e vídeos) e textos (*blogs* e páginas pessoais na *internet*), o

---

<sup>732</sup> NASCIMENTO, Luciano. O Discurso Imagético Autoritário sobre a Guerra de Canudos. In: **Inquice: revista de cultura**. Capturado no endereço eletrônico: [www.inquice.ufba.br/01luciano.html](http://www.inquice.ufba.br/01luciano.html) (19/12/1999).

<sup>733</sup> Idem, p. 5.

que impõe aos historiadores do tempo presente um debate sobre as práticas memorialistas e as complexas relações entre a história e a memória no mundo online<sup>734</sup>.

A própria noção de memória adquiriu, nos sistemas de comunicação e de informação, um sentido determinante. Como afirmou Jeudy, a “memória é operacional, participando tanto da estocagem da informação quanto de seu tratamento”, o que implica que essa “função lógica das memórias eletrônicas não deixa de incidir sobre a metáfora da memória. E a ordem reticular é também uma ordem de gestão de todas essas memórias eletrônicas que permitem seu funcionamento”. Não podemos esquecer também que as novas tecnologias podem viabilizar o sonho da existência de uma grande memória virtual que, à semelhança da utópica Enciclopédia, possa reter todos os conhecimentos e informações produzidas pelo espírito humano em todas as épocas. Contudo, há certa contradição entre a idéia de memórias coletivas e a via tecnológica, em que elas podem ser repertoriadas e geradas, na medida em que se “os novos patrimônios são o próprio objeto dos sistemas de informações, como conseguirão manter seu aspecto vivo?”<sup>735</sup>.

Antes de tudo, é necessário estabelecer uma relação entre as novas realidades produzidas pelos mais recentes fenômenos culturais produzidos pelas novas tecnologias e o esforço de construção e atualização da identidade, através da categoria de *virtualidade*. Como sugere a pesquisadora Ada Silveira, impõe-se a compreensão de que a realidade virtual e sua inserção no chamado ciberespaço é um exemplo da substituição do mundo real ou material, por um outro que é simbólico. Entretanto, “o virtual está na ordem do real”. Assim, a virtualidade é uma dimensão cujo alcance se encontra em expansão, mas que se insere dentro da realidade conhecida, inaugurando uma outra relação com a realidade. Trata-se então de estudar a interpelação das *representações virtuais nas identidades*, na medida em que não se pode assegurar se as características inovadoras no nível epistemológico introduzem mudanças na construção das identidades. Entretanto, não há

---

<sup>734</sup> DANTAS, Camila G. O Passado em bits: Questões sobre a reelaboração da memória social na Internet. In: **Anais do VI CIFORM (Encontro Nacional de Ciência da Informação)**. Salvador – Bahia, 2005. Capturado no endereço eletrônico: [http://www.ciform.ufba.br/vi\\_anais/docs/CamilaDantas.pdf](http://www.ciform.ufba.br/vi_anais/docs/CamilaDantas.pdf) em 1 de fevereiro de 2006.

<sup>735</sup> JEUDY, Henri-Pierre. **Memórias do Social**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990, p. 88 e 89.

como negar que as novas práticas da identidade conduzem a multiplicidade, o que pode produzir tanto sensações de pertencimento quanto de fragmentação<sup>736</sup>.

Carlos Fajardo propõe que a história se “*tecnovirtualiza*” a passos vertiginosos, pois a maior parte das esferas econômicas e culturais estão sendo desterritorializadas, o que faz com que o mundo atual experimente, no amálgama geocultural proporcionado pela globalização, uma série de contradições. Segundo Fajardo, o “global se localiza para poder vender e expandir seus produtos no cotidiano; por sua vez se deslocaliza, construindo memórias, imaginários e sensibilidades massivas no público comprador e consumidor de produtos simbólicos e materiais”. Podemos afirmar que existe uma “tecnocultura” que invade lentamente a vida particular e coletiva de todos os continentes. Deste modo, a Internet, paralelamente aos meios transnacionais econômico-culturais, “está ajudando a construir uma memória coletiva mundial, que desterritorializa não só os processos autônomos nacionais e regionais, mas também a maioria de categorias que se gestaram na modernidade triunfante e na modernização industrial crescente”. Portanto, a cibercultura é trans-histórica e se determina desde o virtual. Ao mesmo tempo, o pensador colombiano afirma que a Internet também tem edificado uma memória que privilegia o presente ao submergir o futuro e o passado no aqui e agora. Neste sentido, os cibernautas estão em via de projetar outra concepção de memória que contradiz a tão exaltada e necessitada “memória histórica” da modernidade, fazendo surgir uma “*historia da imediatez*”. Contudo, o autor percebe que as gerações virtuais podem produzir ações sociais e responsabilidades históricas, distintas das tradições epistemológicas que dominam até hoje as concepções ocidentais. A resistência dos sujeitos virtuais ante a sensação de ineficácia de sua práxis social deve aproveitar todos os impactos que as tecnologias estão produzindo nas estruturas tradicionais do real. “Assim, a noção de hiper concentração do tempo e do espaço pela velocidade; a eliminação dos conceitos de trajetória (saída, viagem, chegada) e do tempo linear (passado, presente, futuro); as visões teleobjetivas, a ciber-ontologia, serão as bases de novas formas de atividade política e não propriamente de rechaço e de tecnofobia por

---

<sup>736</sup> SILVEIRA, Ada Cristina Machado. Representación, identidad, virtualidad. Consideraciones acerca de los más recientes fenómenos de la industria cultural. In: **VI Congreso da Asociación Latinoamericana de investigadores de la comunicación**. Recife/PE, 12 al 15 de setiembre de 1998.

parte de alguns teóricos que vêm nelas um profundo golpe na modernidade clássica crítica”<sup>737</sup>.

É interessante observar que muitos historiadores não têm levado em consideração essa fonte nova, a *internet*, especialmente no que se refere aos aspectos teóricos e práticos da forma como a história é representada no formato digital. Talvez porque a *Internet* apresente um discurso indiferenciado e a credibilidade científica é, muitas vezes, desconhecida ou mesmo questionada. De um lado, devemos levar em consideração que o tempo de criação e reflexão do texto é alterado fundamentalmente, pois o texto que vai para a *internet* se caracteriza pela escrita fluida, transitória, sujeita a mudanças<sup>738</sup>. De outro, a magia da acessibilidade de dados distantes com fontes mais diversificadas, somada à juventude do meio de informação, tem prejudicado em parte o olhar potencialmente crítico. Assim, as informações que chegam às telas são, muitas vezes, julgadas e utilizadas *a priori* por estudantes e jovens pesquisadores com menos filtros críticos ainda do que a informação impressa<sup>739</sup>.

Questões levantadas por Roy Rosenzweig reiteram a necessidade do historiador em estudar mais cuidadosamente os futuros possíveis do passado na era digital. Apesar de termos mais perguntas que respostas, de qualquer modo, a luta pela incorporação das possibilidades das novas tecnologias à prática do historiador trouxeram novas questões sobre os objetivos básicos e métodos do nosso ofício. Um problema inicial que ilustra a fragilidade da evidência na era digital é o apagamento de arquivos e sites da Internet. Assim, a simultânea fragilidade e a heterogeneidade dos dados digitais precisam também de uma reconsideração quanto à responsabilidade pela preservação do passado e como podemos encontrar e definir a evidência histórica. Vale ressaltar que, diferentemente da era do papel, a preservação dos itens digitais é extremamente caro.

Como tornar acessível a avalanche de dados do presente digital para os futuros historiadores? Há esforços para que se preserve nossa herança cultural digital, muitas vezes realizada pela energia individual de quem coleciona arquivos da Internet sobre determinada

---

<sup>737</sup> FAJARDO, Carlos Fajardo. Cibercultura y tecnovirtualización de la historia. In: **Especulo. Revista de estudios literários**. Capturado no endereço eletrônico: <http://www.ucm.es/info/especulo/numero18/cibercul.html> em 19/01/2006.

<sup>738</sup> SCHITTINE, Denise Ferreira de Araújo apud MONACHESI, Juliana. A escrita do afeto e do medo. In: **Folha de São Paulo. Mais!** São Paulo, domingo, 18 de julho de 2004.

<sup>739</sup> ROLLAND, Denis. Internet e história do tempo presente: estratégias de memória e mitologias políticas. In: **Tempo**. Rio de Janeiro, nº 16, jan.-jun. 2004, pp. 59-92.

temática. Será que o futuro do passado – tradicionalmente visto como um patrimônio público – ficará em mãos privadas?

Como a Internet tem se expandido dramaticamente, ao lado da rápida acumulação de dados digitais – óbvia para qualquer um que use o mecanismo de busca *Google* -, o que se percebe com o trabalho do historiador atual é a passagem de uma cultura da escassez para uma cultura da abundância. Apesar de os arquivos da Internet serem quase infinitos e se não é possível preservar tudo, ao menos é urgente preservar algo, na medida em que algumas páginas são apagadas seja por questões econômicas, seja por razões técnicas ou ambas. Como o investimento das instituições públicas de pesquisa e guarda documental não tem contemplado essa nova fonte histórica, há o perigo de, no futuro próximo, termos uma atitude deliberada de privatização deste patrimônio, colocando em cheque o futuro do passado. Então, contra a privatização destas fontes históricas, é importante realçar que o vigoroso domínio público torna-se um pré-requisito básico para a pesquisa histórica.

Sugiro aos historiadores ficarem atentos com o alerta do historiador Rosenzweig:

*“Historians have time to think about changing their methods to meet the challenge of a cornucopia of historical sources. But they need to act more immediately on preserving the digital present or that reconsideration will be moot; they will be struggling with a scarcity, not an overabundance, of sources. Surprisingly, however, historians themselves have been scarce on this issue”*<sup>740</sup>.

Ora, muitos que escrevem ou ensinam história têm ficado intrigados ou mesmo excitados com a proliferação de *websites* relativos a acontecimentos históricos que se materializam no espaço volátil da Internet. Os pesquisadores e estudantes têm usado, de forma crescente, a Internet como ferramenta de pesquisa e, ao mesmo tempo, historiadores têm construído, com a colaboração de *web designers*, catálogos de referência e coleções de materiais relativas às suas pesquisas. Carl Smith, que foi curador de uma bela experiência de museu on-line sobre *The Great Chicago Fire and The Web of Memory* (<http://www.chicagohs.org/fire>), interroga se é possível fazer história “séria” na *web*?. Mesmo sob o risco de simplificação, o historiador entende por história “séria” aquele

---

<sup>740</sup> ROSENZWEIG, Roy. *Scarcity or Abundance? Preserving the Past in a Digital Era*. In: <http://chnm.gmu.edu/resources/essays/essay.php?id=6>. Capturado em março de 2005.

trabalho original que é, responsabilmente, fundado em fontes primárias, é inteligentemente informado em pesquisadores gabaritados e, ao mesmo tempo, sua argumentação ou conjunto de argumentos são escritos de modo claro e objetivo<sup>741</sup>.

Sob a coordenação de Paulo Emilio Matos Martins, Daniela Duarte, Eraldo Júnior, Marcelo Albagli, Noilton Nunes e Regina Abreu, a *Web Page Canudos: 100 Anos* ([www.ax.apc.org/~eraldojurnior/hp13](http://www.ax.apc.org/~eraldojurnior/hp13)), totalmente dedicada ao episódio de Canudos, pode ser inserida numa proposta séria de produção do conhecimento histórico no âmbito da Internet. Com o objetivo eminentemente pedagógico de difundir e incentivar o estudo do evento no meio estudantil, a *web page* era composta pelas seguintes seções: *história, artigos, notícias, fórum, editorial, bibliografia, resenha e artes*. Para analisar este documento virtual, tivemos que realizar uma verdadeira arqueologia digital, na medida em que o site já havia sido retirado da *web* e seus registros foram apagados do endereço eletrônico a qual estava vinculado. Como foi mencionado pelo pesquisador Rosenzweig, o problema só foi resolvido com o acesso à biblioteca particular do professor José Maria de Oliveira Silva, que possuía uma cópia de toda a *web page*, quando foi consultada no dia 1º de fevereiro de 1997. Na ocasião, o registro de visitantes marcava o número de 1287 e a última atualização em 9 de janeiro de 1997.

Na parte referente à história, o texto, ilustrado por imagens de artistas e fotógrafos que retrataram a comunidade de Antônio Conselheiro, desde as fotos de Flávio de Barros até as pinturas de Trípoli Gaudenzi, relata as peregrinações de Antônio Conselheiro pelo sertão baiano, no início da década de 1870. No início da década de 1890, “Conselheiro já era um grande incômodo para as lideranças políticas e religiosas da região e para a própria República nascente, que precisava consolidar seu ideário e poder. No ano de 1893, foram mobilizadas forças policiais com o intuito de prender Antônio Conselheiro. Derrotadas em Masseté, município de Tucano, o prestígio do construtor-peregrino seria consideravelmente ampliado entre os sertanejos. Diante destas ameaças, Conselheiro resolve fundar um novo arraial para congregar seus seguidores. O lugar escolhido foi Canudos”. Após sucessivas expedições militares derrotadas pelo povo do Conselheiro, Canudos é destruída pela Quarta Expedição, liderada pelo general Artur Oscar. “Como saldo macabro da mais cruel luta

---

<sup>741</sup> SMITH, Carl. *Can You Do Serious History on the Web?* In: <http://chnm.gmu.edu/resources/essays/essay.php?id=12>. Capturado em março de 2005.

fratricida de nossa História restariam dezenas de milhares de mortos, o massacre e a destruição completa do Arraial do Belo Monte, o degolamento de numerosos prisioneiros de guerra e o fim da tentativa de construção de uma sociedade fraterna em pleno sertão baiano do século XIX”. Para Euclides da Cunha, fechando **Os Sertões**, "Canudos não se rendeu”.

Na seção referente aos artigos, destaco o de Mário Maestri sobre a história e a historiografia de Canudos. Para o historiador, a permanência d’ **Os Sertões**, na primeira metade do século XX como suma interpretativa da Guerra de Canudos se deveu pelas suas “excepcionais qualidades literárias, a farta documentação reunida sobre os acontecimentos” e o registro épico da resistência *conselheirista*, ainda que apresente devaneios racistas e deterministas, típicos da época em que foi escrito. Entretanto, as condições para a superação de suas interpretações elitistas e racistas somente foram dadas nos anos sessenta, com a reunião póstuma, sob a forma de livro, de artigos de Rui Facó, de fins dos anos 50, sobre o *bandoleirismo* e o *messianismo* sertanejos. No livro, Facó “apresentava os conselheiristas como símbolos de progresso e a repressão republicana como sinal de atraso. Por outro lado, redimensionava a importância do papel de Antônio Maciel, o Conselheiro, nos sucessos e, sem negar a importância do fenômeno religioso na rebelião, interpretava-o como canal de expressão de tensões sociais e econômicas mais profundas”. Nos anos setenta, o pensador marxista Edmundo Muniz escreveu, no exílio, e publicou alentado livro sobre o movimento conselheirista - **Canudos: a guerra social**, tentando “aplicar aos sucessos sertanejos a lei histórica do desenvolvimento «*desigual e combinado*», definida por Leon Trotsky, em **A história da Revolução Russa**, para os países coloniais e semicoloniais, no contexto da hegemonia do capitalismo”.

Em 1995, Marco Villa retirou o tema do marasmo historiográfico a que estava envolto, com o lançamento do livro - **Canudos: o povo da terra**, produto de sua tese de doutoramento. Mas, ao "*reabrir o debate sobre a comunidade de Belo Monte*", Villa faz mais do que isto, construindo, segundo Maestri, a mais pertinente síntese das pesquisas realizadas sobre o tema. No mesmo ano, é também publicado outro fundamental trabalho sobre a república sertaneja de Belo Monte, **O sertão prometido: o massacre de Canudos**, de Robert M. Levine, que constitui uma radical inversão e revisão da leitura historiográfica inaugurada sobretudo por Rui Facó e Edmundo Moniz, retomando as principais teses de

Euclides da Cunha. Para o articulista, os livros de Marco Villa e de Robert Levine “permitirão o avanço do conhecimento sobre essa pungente e essencial página do passado brasileiro” durante as celebrações do transcurso do I Centenário sobre a Destruição de Belo Monte, em 1997.

Na mesma seção, Paulo Emílio Matos Martins traça o perfil de 50 Antônio envolvidos, direta ou indiretamente, com a tragédia de Canudos. Apesar de ser um texto descritivo, o autor defende uma leitura da experiência de Canudos como de inspiração comunitária, em que vivia o “sonho de um sertão diferente e a utopia de uma sociedade mais justa”.

Já Regina Abreu veicula a biografia de Euclides da Cunha, enfatizando sua militância republicana, tendo participado ativamente dos acontecimentos que precipitaram a queda da Monarquia e a Proclamação da República pelos militares, em 1889. Quando, em 1897, a Guerra de Canudos tornou-se o acontecimento jornalístico de maior importância em todo o país, Euclides da Cunha escreveu, no calor da hora, dois artigos intitulados *A Nossa Vendéia*, onde comparava o Brasil à França, e o movimento dos adeptos do beato Antônio Conselheiro ao movimento dos camponeses, na região da Vendéia, no interior da França. Ambos, segundo Euclides, seriam movimentos de cunho reacionário que pregavam a volta ao antigo regime. Com isso, o diretor do jornal *O Estado de São Paulo*, Júlio Mesquita, convidou Euclides para acompanhar de perto o desenrolar dos acontecimentos nos sertões da Bahia. Segundo ela, as notas escritas por Euclides nos sertões da Bahia - publicadas mais tarde sob o título de *Canudos - Diário de uma Expedição* – evidenciam a gradativa transformação no espírito do escritor, no sentido de estar convencido, ao final da viagem, do erro da repressão a Canudos. A publicação de *Os Sertões*, em 1902, deixa claro o erro cometido pelo Exército e as autoridades republicanas.

Fernando Matta Machado resenha o livro "**O Treme-Terra**", de Oleone Coelho Fontes, que conta a história da terceira expedição contra Canudos. É o primeiro livro a apresentar minuciosa biografia do coronel Antônio Moreira César, comandante da expedição. Para o resenhista, enfim uma novidade no centenário de Canudos, baseada em documentos históricos obtidos em ampla pesquisa realizada pelo jornalista, além de dezenas de depoimentos foram prestados por habitantes da região, reproduzindo o que ouviram de pais e avós. Moreira César ainda hoje vive na memória e no imaginário do

sertanejo. Como num filme, o texto descreve o itinerário da terceira expedição de Salvador a Canudos: cidades, vilas, povoados, fazendas por onde passou a tropa sob o comando de Moreira César.

De modo claro, ágil e consistente, a construção discursiva da *web page* comemorativa do centenário de Canudos foi moldada com base na coerência intelectual, em que se percebe a permanência euclidiana na dialética da construção da memória de Canudos. Em sua página inicial veiculada como anexo no livro de Paulo Matos Martins, o texto agradece “a imprensa que, em diversos periódicos e na própria Internet, tem destacado o nosso esforço de contribuição para a necessária reflexão sobre o episódio de Canudos e a vida e obra de seu genial cronista: Euclides da Cunha”<sup>742</sup>.

Segundo um dos seus idealizadores, a página foi planejada “como exercício preliminar para a posterior produção de um CD-ROM didático com jogos e outros recursos interativos, a ser utilizado como instrumento auxiliar de ensino”<sup>743</sup>. Segundo notícia veiculada no site, o lançamento do CD-ROM estava previsto para outubro de 1997, como “uma obra introdutória para estudantes do segundo grau, com vasto material iconográfico, depoimentos, vídeos e uma excelente bibliografia para o iniciante do tema”. Entretanto, não se tem notícia da efetivação da proposta educativa do grupo.

Em seus dois anos de existência (1996-1998), a *web page* revelou-se um imenso sucesso de público, ganhando destaque na imprensa especializada. Segundo dados de Paulo Martins, foram computadas cerca de 52 mil visitas ao site, por pessoas de diversos continentes, o que demonstrou que os objetivos iniciais dos seus idealizadores foram atingidos, na medida em que os incontáveis e-mails agradeciam as informações encontradas para suas pesquisas escolares tanto do ensino médio quanto superior. O autor ainda destaca que há um aumento significativo no número de visitantes (cerca de 85 visitas/dia contra a média geral de aproximadamente 40) durante o período que vai de setembro a dezembro de 1997, coincidindo com o lançamento do filme de Sérgio Rezende, a publicação de vários suplementos especiais na grande imprensa e a ocorrência de inúmeros eventos rememorativos pela passagem do centenário do final da Guerra de Canudos<sup>744</sup>.

---

<sup>742</sup> MARTINS, Paulo Emílio Matos. **A Reinvenção do Sertão**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2001, p.260.

<sup>743</sup> Idem, p. 187-188.

<sup>744</sup> Ibidem, p. 188.

As partes referentes às notícias e ao fórum demonstram as intensas atividades comemorativas do centenário de destruição de Canudos em todo o país, registrando, para a comunidade canudófila e euclidiana, os principais eventos, a publicação de livros e a produção cinematográfica e fotográfica. A LXXXIV Semana Euclidiana foi realizada pela Casa de Cultura Euclides da Cunha, nos dias 9 a 15 de agosto de 1996, congregando, em São José do Rio Pardo (SP), mais de 1.500 participantes, constituindo-se num dos mais antigos eventos culturais brasileiros. Também a Casa Euclides da Cunha e o Colégio Euclides da Cunha (Cantagalo/RJ) realizaram nos dias 6 a 8 de setembro deste ano um encontro *Brasil Vivo* em rememoração a Canudos na passagem do seu centenário. Nos dois eventos, foi mostrada a exposição fotográfica *Canudos: Perdão!*, de Paulo Emílio M. Martins, composta de cerca de quarenta fotos e excertos de clássicos da literatura sobre o tema.

Além de mencionar as filmagens da produção cinematográfica de Sérgio Rezende, **Guerra de Canudos**, em Junco do Salitre, Juazeiro/BA, é noticiado o filme de Noilton Nunes, **A Paz é Dourada**, que conta a história de Euclides da Cunha nas fronteiras amazônicas. Entre os livros publicados em 1996, o *site* destaca **Arqueologia Histórica de Canudos**, da Universidade do Estado da Bahia/Centro de Estudos Euclides da Cunha, **O Trem-Terra**, de Oleone Fontes, resenhado por Fernando Matta Machado especialmente para a página, e **Quixeramobim: recompondo a história**, de Marum Simão.

Como a *web page* objetivou também integrar estudiosos e interessados no tema, foi criado o espaço *Fórum*, no sentido de tornar pública alguma questão. Aqui novamente se explicitaram as batalhas da memória de Canudos analisadas em outros capítulos, como no e-mail de Roberto Mendonça e Osório Fonseca Neto, coronéis da Polícia Militar do Estado do Amazonas:

*“Nosso interesse decorre do fato de nossa Corporação haver participado da Campanha de Canudos, já no seu final e, celebrar, como fato glorioso, sua participação nesse fratricídio. Lamentamos sempre que nossos companheiros, por falta de informações, não consigam compreender o fato sócio-político que, em nossa opinião, só deveria envergonhar nossa Corporação. Mas, o mundo precisa de heróis e, por essa estranha razão, nossos soldados também passaram*

*a ser considerados assim, talvez para justificar e esconder o despropósito do ato do qual participaram”.*

Ou ainda o registro por e-mail de que a Central Única dos Trabalhadores deliberou, através de seus delegados, chamar a oitava Plenária Nacional de "*Plenária Canudos*", como forma de homenagear a luta do povo de Canudos, município do interior da Bahia que desencadeou um processo de luta por melhores condições de vida no Nordeste brasileiro.

No mesmo diapasão, o Movimento Cultural Antônio Conselheiro (MAC), de Quixeramobim/CE, registra sua intenção de intercambiar idéias com os outros membros da comunidade virtual interessada no assunto, informando que, em julho de 1996, o professor Paulo Emílio Matos Martins esteve na cidade natal de Antônio Conselheiro e forneceu importante material para a formação do acervo histórico do MAC.

Além disso, são veiculadas pesquisas realizadas por historiadores, arqueólogos e jornalistas relativas ao tema, como é o caso de Wilton Carvalho, que escreve uma biografia do Major Febrônio de Brito, de Paulo Zanettini, que registra a publicação do seu trabalho arqueológico à frente do Parque Estadual de Canudos ou de Roberto Homem de Mello, editor-assistente da revista **Problemas Brasileiros**, que produziu uma matéria especial sobre os 100 anos de Canudos. Também são mencionados lançamentos de livros como os de João Arruda, **Antônio Conselheiro e a Comunidade de Canudos**, paradidático feito para atender a demanda do público do ensino médio, e o de Renato Castello Branco, **Poemas do Grande Sertão**, baseado na obra euclidiana.

A intensa participação de internautas, cerca de mil cartas de agradecimentos, levamos a refletir sobre a importância da Internet no processo de democratização da pesquisa histórica, na medida em que os encoraja a fazerem a si próprios sua história, oferecendo uma vasta seleção de recursos, o que favorece as suas próprias conclusões. Por outro lado, acredito que a Internet possibilita a combinação com múltiplos conteúdos, oportunizando uma exposição com mais textura e riqueza que muitos livros e mais profundidade que as exposições dos museus.

Seguindo a proposta de Carl Smith, talvez a única objeção a web page analisada seja a ausência da veiculação de fontes primárias, o que lhe ampliaria o acesso a um número maior de pessoas, fato que seria solucionado posteriormente, com a disponibilização, em

fevereiro de 1999, da página *A História de Canudos* (<http://www.portifolium.com.br>), produzida por Antônio Olavo, considerado o mais completo site existente na rede mundial de computadores sobre a temática, pelo primor do tratamento estético e pelo levantamento sistemático da bibliografia e de fontes primárias sobre o assunto.

*CAPÍTULO 8:*  
*EVOCANDO IMAGENS DO SERTÃO EM GUERRA*

*“Lembrar, cada vez mais, não é recordar uma história,  
e sim ser capaz de evocar uma imagem”.*

Susan Sontag<sup>745</sup>

A partir do século XX, o desenvolvimento de novas tecnologias possibilitou a incorporação de múltiplas expressões sensoriais - visão, audição e leitura - que proporcionaram uma nova transformação das capacidades de percepção, classificação, recepção, análise, interpretação e transmissão do conhecimento, fomentando e desenvolvendo novos mecanismos epistemológicos. Mas, apesar dos produtos audiovisuais constituírem-se em testemunhos privilegiados dos processos e representações de nossa época, o pesquisador se mostra reticente em utilizar estas fontes primárias para a história contemporânea<sup>746</sup>.

Todavia, nos últimos anos do século XX, temos visto a proliferação de estudos que buscam as representações do passado, através de novos documentos - música, televisão, quadrinhos, pintura, fotografia, filmografia -, objetivando ler as evidências materiais para se reconstruir o passado. Nesta perspectiva, a utilização de todos esses registros como “novas fontes” históricas implica a análise em que elas necessitam “ser desvendadas para delas extrair o não dito, as entrelinhas e aquilo que potencialmente permite olhares e leituras diversas”<sup>747</sup>.

É interessante observar que a realidade sertaneja, da qual a Guerra de Canudos é um dos seus principais ícones, afirmou-se como substância de mitologias, ou seja, o sertão aparece nas narrativas literárias, cinematográficas e históricas como um lugar “que,

---

<sup>745</sup> SONTAG, Susan. **Diante da Dor dos Outros**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 75.

<sup>746</sup> ROCA, Lourdes. Fuentes orales, fuentes visuales y divulgación: tareas historiográficas pendientes. In: **Anais do VI Encontro Nacional de História Oral**. São Paulo, ABHO, 2002.

<sup>747</sup> FENELON, Déa. Cultura e História Social: Historiografia e Pesquisa. In: **Projeto História**. São Paulo, (10), dez. 1993, pp. 73-90 [p.77].

simultaneamente, se afirma e se nega, é tempo sobretudo de outros tempos, é reino do fantástico e do mítico”<sup>748</sup>.

Janaína Amado propõe que historiografia e mito utilizaram a história para construir e reconstruir a identidade nacional no Brasil. Convém explicitar a idéia de mito defendida pela autora, na medida em que, ao tomá-la como “uma narrativa que dramatiza a visão de mundo e a experiência em uma constelação de poderosas metáforas”, evita o sentido de “falsidade” ou “mentira” para a narrativa mítica. Neste sentido, a autoridade destas narrativas provém da força de seus símbolos e da competência dos seus enredos e personagens. Não se pode esquecer que, por outro lado, a criação e permanência de um mito são socialmente determinadas, não uma ação isolada<sup>749</sup>.

Dentro da mitologia da nação, a conquista do oeste brasileiro produziu dois mitos, complementares e opostos ao mesmo tempo: o mito do sertão e o mito da Amazônia. No nosso caso, vamos dialogar com as idéias da autora a respeito da diversidade de elementos que foram produzidos para o mito brasileiro do sertão, através das diversas linhagens da produção cultural brasileira, desde a historiografia, a literatura, artes plásticas até o cinema. Dentre essa grande variedade, há um elemento comum: a transitoriedade do sertão como “possibilidade de que os seres e coisas sertanejos possam transformar-se, subitamente, em seus próprios opostos”. Um exemplo notório desse discurso é o filme de Glauber Rocha, *Deus e o Diabo na Terra do Sol* (1964), e o provérbio popular “o sertão vai virar mar e o mar vai virar sertão”. Vale lembrar que também a historiografia ajudou a compor a mitologia do sertão, através do livro *Os Sertões* (1902), de Euclides da Cunha, quando viu-se forçado a matizar as teorias racistas e positivistas então em voga, tratando o sertanejo não como degenerado, mas como um forte. Assim, “o sertão de Euclides também é o das inversões colossais, onde pacíficos sertanejos podem se transformar em facínoras perigosos, e vice-versa”<sup>750</sup>.

A respeito do sertão baiano e da selva amazônica, Roberto Ventura elabora instigante ensaio no qual destaca que Euclides da Cunha, em seus escritos, recorreu à

---

<sup>748</sup> CRISTÓVÃO, Fernando. A transfiguração da realidade sertaneja e a sua passagem a mito (A Divina Comédia do Sertão). In: **Revista USP (Dossiê Canudos)**. N. 20, dezembro/janeiro/fevereiro 1993-1994, p. 43.

<sup>749</sup> AMADO, Janaína. Construindo mitos: a conquista do oeste no Brasil e nos EUA. In: PIMENTEL, S. V. & AMADO, J. (orgs.). **Passado dos limites**. Goiânia: Editora da UFG, 1995, p. 54-56.

<sup>750</sup> Idem, p. 65 e 66.

imagem do deserto para caracterizar a selva e o sertão, por conta de seu isolamento geográfico e povoamento rarefeito e, principalmente, por serem territórios ainda não explorados pela ciência. Ao utilizar a imagem de deserto, Cunha aproxima a floresta tropical da caatinga do semi-árido. Assim, próprio de sua construção discursiva, o escritor elabora determinada imagem do sertão baiano e da selva amazônica em que é, ao mesmo tempo, fantástica ou maravilhosa, mas também um misto de terror e êxtase, frente ao desconhecido. Assim, ponto de partida para qualquer idéia sobre o sertão, a visão euclidiana acaba por colocá-lo como

*“(...) tudo aquilo que está fora da escrita, da história e do espaço da civilização: terra de ninguém, lugar da inversão de valores, da barbárie e da incultura. São territórios misteriosos, fora da história e da geografia, que não foram mapeados de forma sistemática. São regiões à margem da empresa escritural e discursiva”*<sup>751</sup>.

Entretanto, a maior parte da historiografia sobre o Brasil ainda não resolveu os dilemas que o afligem, permanecendo a realidade e os mitos como problemáticos e contraditórios. Ao contrário do mito do Oeste norte-americano, esses mitos – o do sertão e o da Amazônia - têm um caráter regional e não conseguem incluir a nação em uma única narrativa. Não são mitos de origem, mas iluminam aspectos da cultura brasileira. Como ressaltou Janaína Amado, ao “assimilar as ambigüidades e contradições da história brasileira sem resolvê-las, a mitologia brasileira do Oeste não contribui para criar ou reforçar qualquer sentimento de identidade nacional, o mesmo ocorrendo com a historiografia sobre o Oeste produzida no Brasil”<sup>752</sup>.

Os primeiros anos da República representaram um momento de valorização do sertão, “seja enquanto espaço a ser incorporado ao esforço civilizatório das elites políticas do país, seja como referência da autenticidade nacional”. Inclusive, é nessa época que o “sertão” torna-se uma categoria essencial para o entendimento de “nação”, quando se

<sup>751</sup> VENTURA, Roberto. Visões do deserto: selva e sertão em Euclides da Cunha. In: **História, Ciências, Saúde: Manguinhos**. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, volume V (Suplemento), julho de 1998, p. 133-147 [p. 135].

<sup>752</sup> AMADO, Janaína. Construindo mitos: a conquista do oeste no Brasil e nos EUA. In: PIMENTEL, S. V. & AMADO, J. (orgs.). **Op. Cit.**, p. 68.

perscruta o interior do Brasil através de importantes expedições, como as de Cândido Rondon, as da Comissão Geológica de São Paulo, a de Louis Cruls e as expedições científicas do Instituto Oswaldo Cruz. Não podemos esquecer ainda que a obra de Euclides da Cunha, **Os Sertões**, tem sido apontada como marco de origem da matriz dualista da sociedade brasileira e, ao mesmo tempo, da idéia de que os sertanejos são “estrangeiros na própria terra”<sup>753</sup>.

A representação do sertão aparecia como um lugar autêntico e, ao mesmo tempo, indômito, o que leva-nos a refletir sobre a produção positiva do imaginário social em implicações pragmáticas e de sua exploração lucrativa da natureza e das populações. Mas não se pode esquecer que a categoria sertão completa-se com a imagem do litoral, imaginado como a emanção da civilização e da cultura, enquanto o primeiro era sinônimo do atraso e da barbárie<sup>754</sup>.

A partir de então, a “*incorporação dos sertões*” se constituiu numa tradição de estudos que atravessa a segunda metade do século XIX, passando pelas três primeiras décadas do século XX e chegando até a fase da institucionalização universitária das ciências sociais (1933-1964). É interessante observar que Nísia Trindade Lima busca rever a ruptura construída entre uma fase pré-científica e científica das ciências sociais, adotando como divisor a institucionalização universitária das ciências sociais em São Paulo. Segundo a autora, há certa continuidade temática ao longo do período, como é o caso da reflexão sobre passado nacional em torno das heranças coloniais, da ênfase na unidade política e do tema da identidade étnica. O sertão aparece aqui de duas formas. De um lado, é abordado à luz da dicotomia entre o atraso e o moderno, encontrada nas obras de Florestan Fernandes, Antônio Cândido e Maria Isaura Pereira de Queiroz. De outro, a idéia de sertão é vista não apenas como uma metáfora espacial, mas uma perspectiva em que trata a leitura do dualismo litoral/interior à luz da idéia que opõe civilização dos copistas à civilização autêntica. Este é o caso de Guerreiro Ramos que busca “conceber o pensamento intelectual recorrendo à oposição entre uma sociologia euclidiana e uma sociologia litorânea”<sup>755</sup>.

---

<sup>753</sup> LIMA, Nísia Trindade. **Um sertão chamado Brasil**. Rio de Janeiro: IUPERJ/UCAN; Editora Revan, 1999, p. 65.

<sup>754</sup> SUÁREZ, Mireya. Apresentação. In: VIDAL E SOUZA, Candice. **A pátria geográfica: sertão e litoral no pensamento social brasileiro**. Goiânia: Editora da UFG, 1997, p. 13-15.

<sup>755</sup> LIMA, Nísia Trindade. **Op. Cit.**, p. 156

Após certa obliteração do debate que associava o sertão à metáfora de Brasil, em virtude do combate historiográfico à visão dualista da sociedade brasileira, vislumbramos, na década de 1990, uma revitalização de estudos que se reportam ao desvendamento da história nos sertões brasileiros, como é o caso, por exemplo, dos livros de Victor Leonardi, Roberto Ventura, Francisco Foot Hardman, Durval Muniz Albuquerque Jr., Nísia Trindade Lima, Candice Vidal e Souza, entre outros<sup>756</sup>.

Em seu livro, Leonardi lembra que as narrativas sertanejas – mitos, lendas, cantos – revelam aos pesquisadores, por meio da ficção, “aspectos da história política e cultural do Brasil que outras formas de ‘aproximação do real’ ainda não haviam possibilitado”. O que não significa que o simbólico deva ocupar “a totalidade do campo de análise de quem pretende estudar o Brasil”. Para o historiador, valorizar o estudo dos bens não-materiais do sertão (discursos, representações) não significa evitar a história social nem a história econômica, pois o que se deve evitar é o reducionismo, na medida em que a história “nasce nesses labirintos de criatividade e invenção”.<sup>757</sup>

Aliás, essa crítica serve para a análise da obra de Candice Vidal e Souza, que efetua um estudo sobre o *corpus* discursivo que configura modelos de compreensão que fixam acontecimentos e problemáticas fundantes para pensar o Brasil. Inspirando-se nas assertivas de Hayden White e Edward Said, a autora coloca a centralidade cultural das categorias de sertão e litoral na formação da representação do Brasil, com o propósito de apontar o “*uso político-cultural da história* como elemento da ‘arqueologia’ da nação brasileira, efetivada por autores, de certo modo, despreocupados em relação à legitimação documental de suas proposições”. Neste sentido, a representação é entendida como um ato ficcional, o que não significa afirmar que são falseamentos da realidade. Seu inventário sobre estas categorias utiliza a noção de sociografia, pensada por Almir de Andrade, tomada como “textos que signifiquem uma representação intelectual da constituição do Brasil enquanto espaço e sociedade”. Assim, o que se busca é analisar a insistência das categorias de sertão e litoral na reflexão do pensamento culto sobre a nacionalidade, propondo que este “é o caminho

---

<sup>756</sup> WEGNER, Robert. Sertões Desvendados. In: **Dados**. Rio de Janeiro, v. 43, n. 3, 2000.

<sup>757</sup> LEONARDI, Victor. **Entre Árvores e Esquecimentos: História Social nos Sertões do Brasil**. Brasília: Editora da UnB/Paralelo 15, 1996, p. 309.

para desfiar o imaginário sobre vaziosertão, responsável pela interminável construção idéia de Brasil”<sup>758</sup>.

Contudo, ao descartar um olhar de rigor historiográfico sobre os autores consultados ou mesmo negligenciar os debates internos do campo histórico, a autora recorta uma seleta de imagens em que os nexos das obras são desvinculados de seus contextos de produção e das obras entre si. O risco é a análise “aplainar diálogos e controvérsias”, pois “os argumentos viram metáforas, os debates transformam-se em representações”<sup>759</sup>.

Durval M. de Albuquerque Jr., por sua vez, analisa a “*invenção*” do Nordeste, a partir de uma perspectiva foucaultiana e desconstrutivista, situando a imagem do Nordeste “como filho tardio das práticas ligadas ao combate à seca do Norte do país, dos discursos que se teceram em torno desta temática e de outras, como as da nação e sua identidade, da raça nacional, da cultura nacional, do cangaço, do messianismo e das lutas oligárquicas”. Neste sentido, a topografia do Nordeste “será permanentemente tecida e retramada por uma série de discursos que o torna como objeto de saber, produzindo diferentes visibilidades e dizibilidades deste espaço, bem como dos seus filhos e sujeitos históricos”<sup>760</sup>.

Os discursos antes dispersos dos políticos do Norte, no século XIX, começaram a se agrupar no início das primeiras décadas do século XX em torno de temas sensíveis à opinião pública nacional como o cangaço, a seca, o messianismo, as lutas fratricidas entre famílias sertanejas etc, cujos temas “fundarão a própria idéia de Nordeste”. Segundo Albuquerque, é dentro da produção cultural e menos no discurso político que se elabora o conceito de região “como espaço da saudade dos tempos de glória, saudades do tempo do engenho, (...) do sertão e do sertanejo puro e natural, força telúrica da região”, como se pode ver nas de Gilberto Freyre, José Américo de Almeida, José Lins do Rego e Rachel de Queiroz. Segundo o historiador, autores e artistas ligados ao discurso de esquerda, tais como Graciliano Ramos, Jorge Amado, Portinari, João Cabral de Melo Neto, a partir dos anos 1930, também efetuaram uma releitura da idéia de Nordeste, no sentido da descoberta do “outro” Nordeste, aquele espaço não mais preocupado com a memória ou a saudade,

<sup>758</sup> VIDAL E SOUZA, Candice. **A pátria geográfica: sertão e litoral no pensamento social brasileiro**. Goiânia: Editora da UFG, 1997, p. 43, 21 e 33.

<sup>759</sup> PEIXOTO, Fernanda. Resenha. In: **Mana**. Rio de Janeiro, 5 (1): 174-177, 1999.

<sup>760</sup> ALBURQUERQUE Jr., Durval Muniz de. Nos destinos de fronteira: a invenção do Nordeste (A produção imagético-discursiva de um espaço regional). In: **Debates Regionais: História e Identidade(s) Regional(is)**. Nº 2, João Pessoa: NDIHR, 1995, p. 23.

mas com o “*fazer a história*”, com a utopia de transformar a realidade de miséria e de injustiças. É sob a influência do marxismo que vai emergir este novo Nordeste, seja artística, seja politicamente<sup>761</sup>.

Tal como propõe Durval Albuquerque Jr., essa “*mitologia da rebelião*” foi construída pelo entrecruzamento de discursos (artístico, político, acadêmico), que acabaram por moldar a “*invenção*” do Nordeste, da qual a idéia de sertão serve de lastro para toda a produção cultural sobre o tema.

Deste modo, podemos associar a categoria *sertão* à brasilidade essencial e materializada em imagens e representações diversas, a uma das inúmeras construções míticas acerca da identidade nacional. Assim, tal identificação se converte postulado que contribui, inclusive, para a construção da memória nacional, não só no pensamento social, mas na música, nas artes plásticas, no cinema e na literatura<sup>762</sup>.

Ora, a categoria “sertão” ocupa lugar proeminente na cultura brasileira, tanto na esfera da literatura chamada culta, quanto na cultura de massa. Mas é na cultura popular que esta categoria se faz presente de modo central. Talvez nenhuma outra categoria tenha sido construída por meios tão diversos e, ao mesmo tempo, esteja tão entranhada de múltiplos e variados significados, que tornaram-se identificáveis com a própria cultura brasileira<sup>763</sup>.

A opção por analisar como a Guerra de Canudos foi representada no âmbito da cinematografia, da fotografia e na sua interface com a memória popular conduz a outras dimensões não aventadas no documento escrito, com relação ao imaginário social. Implica tomar a imagem como produtora da realidade e, ao mesmo tempo, condicionada por determinadas circunstâncias históricas. Contudo, nem sempre o historiador estabelece conexões ou paralelismos documentais, no que se refere ao contexto econômico, social, político, cultural etc. Indubitavelmente, o que decide, em última análise, sobre os símbolos

---

<sup>761</sup> ALBUQUERQUE, Durval Muniz de. **A Invenção do Nordeste e outras artes**. Campinas/SP; Recife/PE: Cortez/Fundação Joaquim Nabuco, 1999, p. 35 e p. 184

<sup>762</sup> OLIVEIRA, Ricardo. A Invenção da Brasilidade Sertaneja. In: <http://www.ifcs.ufrj.br/~humanas/>.

<sup>763</sup> AMADO, Janaína. Região, Sertão, Nação. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 8, n. 15, 1995, p. 145-151.

presentes na obra de arte, é o contexto e que cada interpretação (de um excerto literário, de um quadro ou de um filme) pressupõe um ir e vir circular entre o particular e o conjunto<sup>764</sup>.

Para Ulpiano T. Bezerra de Meneses, a virada da década de 1980 evidenciou a predominância da dimensão visual na contemporaneidade, pela difusão da comunicação eletrônica e a popularização da imagem virtual, o que obrigou os pesquisadores a procurarem, numa perspectiva interdisciplinar, novos parâmetros e instrumentos de análise. A esta voga de estudos de “cultura visual” o autor chamou de *pictorial turn*. Segundo ele, existe a possibilidade de se construir uma “*história visual*” como “um campo operacional, em que se elege um ângulo estratégico de observação da sociedade – de *toda* a sociedade”. Assim, Meneses propõe que se examine o poder da forma para gerar significados e a conexão das práticas representacionais com os processos sociais e psicológicos de significação. Como alerta, ele também chama a atenção para o perigo de que a História Visual caia numa diversificação e flexibilização indefinida do campo, por conta do foco na heterogeneidade dos suportes de representações visuais (fotografia, artes plásticas, cinema, vídeo e TV, imagem cibernética, história em quadrinhos etc.), o que torna necessário que a pesquisa se pautasse numa *problemática histórica* e não alimentasse apenas a tipologia documental. Deste modo, as séries iconográficas “não devem constituir objetos de investigação em si, mas vetores para a investigação de aspectos relevantes na organização, funcionamento e transformação de uma sociedade”. Isto nos leva a colocar em evidência o caráter discursivo da imagem, na medida em que a *visualidade* deve ser concebida como um conjunto de discursos e práticas constituindo distintas formas de experiências visuais em circunstâncias historicamente específicas<sup>765</sup>.

Então, pensar as linguagens no contexto do mercado constitui-se numa das tarefas mais urgentes para o historiador contemporâneo, na medida em que garantem certas modalidades de relações sociais e colaboram com a produção de certa memória. Por isso, a discussão sobre quem domina quais linguagens “põe em cena a questão da luta pelo direito

---

<sup>764</sup> GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

<sup>765</sup> MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Fontes visuais, cultura visual, História visual. Balanço provisório, propostas cautelares. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 23, nº 45, pp. 11-36 – 2003 [p. 25 e 27-28].

à palavra (e a outras unidades de diferentes linguagens)”, que, por sua vez, é um “elemento da luta dos dominados para se apresentarem na cena histórica como sujeitos”<sup>766</sup>.

Minha intenção é elaborar uma operação crítica que permita evidenciar as brechas da construção da memória oficial sobre Canudos, com o objetivo de vislumbrar uma releitura a partir da desconstrução da memória oficial, no sentido de reescrever a história de Canudos conselheirista a partir das esperanças, sonhos, projetos e desejos imersos no imaginário social brasileiro, captado através da literatura, do teatro, da poesia, do cinema que trataram da epopéia sertaneja<sup>767</sup>.

### *CONFRONTOS DE MEMÓRIAS NA VISUALIDADE DE CANUDOS*

No cinqüentenário do final da Guerra de Canudos, com a historiografia de José Calasans e o jornalismo de Odorico Tavares, iniciam-se um período de revisões das teses euclidianas, possibilitando a emergência da diversidade de interpretações e a existência de um diálogo interdisciplinar com a investigação da tradição oral. Essa reavaliação sobre Canudos custou a atingir o universo acadêmico de modo mais amplo, pois a oralidade ainda não compunha o acervo de fontes confiáveis para a comunidade de historiadores àquela época. Entretanto, lançada a semente, seus frutos não tardaram, produzindo, a partir dos anos 1980, uma série de estudos que possibilitaria uma releitura consistente do dinamismo histórico que o tema conduz, inclusive com a preocupação em registrar os depoimentos da segunda geração de remanescentes dos conselheiristas, como foi o caso do trabalho da equipe do Centro de Estudos Euclides da Cunha, da Universidade do Estado da Bahia (ver capítulo 5).

Contemporaneamente às obras de Calasans e Odorico Tavares, também a iconografia é renovada com a intervenção fotográfica do etnógrafo francês Pierre Verger, em 1946, para a revista **O Cruzeiro** que trouxe para a cena brasileira figuras e paisagens esquecidas da memória nacional, como os sobreviventes da guerra de Canudos, Maria Avelina da Silva, Maria Guilhermina e Fernando Cardoso. Advém dessa opção, uma

---

<sup>766</sup> SILVA, Marcos Antônio da. O Trabalho da Linguagem. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 6, nº 11, pp. 45-66 [p.53], set. 1985/fev. 1986.

<sup>767</sup> ZAIDAN, Michel. Canudos: história e literatura. In: <http://www.artnet.com.br/gramsci/arquiv283.htm>. Capturado em 7/10/2003.

preocupação etnográfica que se funde com o olhar fotográfico, registrando, como repórter fotográfico, a vida social e cultural do mundo. Ao mesmo tempo, o valor documental de suas fotografias conjuga-se com o rigor estético, moldada por uma apurada visão artística da imagem fotográfica.

John Berger lembra-nos que uma imagem (feita pelo homem) é uma *vista* que foi recriada ou reproduzida, isto é, “uma aparência, ou um conjunto de aparências, que foi isolada do local e do tempo em que primeiro se deu o seu aparecimento, e conservada por alguns momentos ou por séculos. Todas as imagens corporizam um modo de ver”. O ensaísta ressalta que mesmo uma fotografia não é um mero registro mecânico, pois ela é produto da escolha do fotógrafo de uma vista entre uma infinidade de outras vistas possíveis. Desta forma, o modo de ver do fotógrafo reflete-se na sua escolha do tema. Contudo, a percepção e apreciação de uma imagem também dependem do nosso próprio modo de ver<sup>768</sup>.

É nesta perspectiva que o estilo fotográfico de Verger mostrava o vivo, o momento espontâneo, evitando o arranjado, compondo um quadro articulado com o estilo escrito, das legendas e das fotografias. Para Verger, as fotos “fixam o que não temos tempo de ver”, tornando a máquina “uma forma de captar com sensibilidade o que o outro também tem de sensível, o que o outro tem de invisível”<sup>769</sup>. Ainda que sua principal produção fotográfica seja a construção de uma nova visão da cultura afro-brasileira, percebida nas fronteiras atlânticas do Nordeste brasileiro e da costa africana, podemos identificar nestes registros fotográficos, que compuseram junto com a reportagem de Odorico Tavares uma verdadeira redescoberta da temática de Canudos, aquilo que seria a marca do trabalho de Verger: registrar, documentar, ver o todo e os detalhes. Num momento de descobertas e deslumbre da sociedade brasileira, o caráter pedagógico de tais fotografias, produzidas para a imprensa, reforça o sentimento de revelação do país de si para si. Deste modo, sua obra fotográfica revela não somente um retrato afro-descendente do ser brasileiro, mas, sobretudo, traços da identidade nacional, na medida em que foram registrados elementos da cultura popular, tipos humanos, aspectos religiosos. Assim, “Verger ocupa um lugar de

---

<sup>768</sup> BERGER, John. **Modos de Ver**. Lisboa: Livraria Martins Fontes Editora Ltda, 1982, p. 13-14.

<sup>769</sup> ANDRADE, Rosane. **Fotografia e Antropologia: olhares fora-dentro**. São Paulo: Estação Liberdade/EDUC, 2002, p. 76 e 106.

destaque como fotógrafo no universo da fotografia e de estudos de documentação e visibilização da cultura brasileira”<sup>770</sup>.

Contudo, é fundamental salientar que a intenção primeira do autor, no ato de realização destas fotografias, foi atender as demandas das agências e dos veículos de comunicação que o contratavam, o que nos possibilita lançar mão deste recurso para explicar e contextualizar determinadas fotografias, bem como lançar novas idéias sobre as composições apresentadas<sup>771</sup>. Neste sentido, vale ressaltar o papel importante desempenhado pela revista **O Cruzeiro**, na trajetória profissional de Verger, pois seu trabalho coincide com a fase áurea da revista (1944-1960), em que são introduzidos o conceito e a prática do fotojornalismo, por Jean Manzon. Aqui a reportagem fotográfica adquire uma dimensão estrutural e não apenas ilustrativa da revista, “dando notícias de um Brasil ainda desconhecido que emergia através e até ‘atrás’ das reportagens”. Inclusive, a repercussão dessas fotorreportagens no meio jornalístico redesenhou socialmente a posição dos fotógrafos enquanto profissionais, investindo a fotografia de outros significados na sua relação com a sociedade e a natureza política de seu código.

Ângela Lühning ressalta que as viagens empreendidas por Verger, durante os anos de 1946 a 1951, foram decisivas para que ele descobrisse uma nova percepção da cultura múltipla do Nordeste, “que já na época, e ainda hoje, carrega o estigma de ser algo diferente do ‘Brasil oficial’, e, portanto, algo destoante do modelo cultural idealizado”<sup>772</sup>.

É desse momento o conjunto de fotografias de Verger relativas ao Sertão de Canudos, compondo-se de vinte e uma fotos relativas ao município de Canudos, dezesseis fotos referentes à cidade de Monte Santo, uma foto em Alagoinhas e uma foto em Caldas do Jorro, totalizando um conjunto de trinta e nove fotografias registradas no acervo da Fundação Pierre Verger, em Salvador.

Da série fotográfica relativa à cidade de Canudos, destaca-se a preocupação em retratar cenas do cotidiano relativas à feira e ao criatório do bode, uma das principais atividades econômicas da região desde os tempos de Antônio Conselheiro, composta de

---

<sup>770</sup> LÜHNING, Ângela. Verger nos tempos de *O Cruzeiro*. In: **Pierre Verger, repórter fotográfico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, p. 15.

<sup>771</sup> TABOSA JR., Florilton. Brasilidade, carnaval e travestismo: Considerações para uma análise da fotografia de Pierre Fatumbi Verger. In: **Revista STUDIUM n°19**, verão 2005 (ISSN 1519-4388). Capturado no endereço eletrônico <http://www.studium.iar.unicamp.br/19/index.html>, em 11 de janeiro de 2006.

<sup>772</sup> LÜHNING, Ângela. Verger nos tempos de *O Cruzeiro*. In: **Op. Cit.**, p. 13 e 18.

sete fotografias. Deste conjunto de imagens da memória de Canudos, sobressaem os monumentos que remetem à memória da guerra, compondo uma série de oito imagens, além da série de retratos de sobreviventes e remanescentes dos seguidores de Antônio Conselheiro ou daqueles que colaboraram com as tropas do governo, registradas em seis fotografias.

Da parte referente à Monte Santo, Alagoinhas e Caldas do Jorro, a principal temática das fotografias é o trabalho, destacando a faina diária no sisal e no curtume em oito imagens. A cena cotidiana das cidades se encontra presente em três fotografias, em que meninos aparecem brincando no terreiro em frente de suas casas, meninas com latas d'água na cabeça e jovens olhando o tempo passar no batente de uma casa. Mas também a religiosidade é abordada na série de seis fotografias relativas a subida do morro da Santa Cruz, em que se registram a devoção dos sertanejos, além de uma fotografia em que se registra o cortejo fúnebre de um sertanejo.

Deste conjunto fotográfico, é perceptível o diálogo de Verger com as artes plásticas. Ao inventariar o modo de vida dos habitantes da região de Canudos, sua fotografia se aproxima da pintura da escola holandesa do século XVII, especialmente da obra de Jan Vermeer de Delft (1632-1675), retratando cenas do interior da vida caseira, em sua labuta cotidiana, seja desfiando o sisal ou mesmo lavando a roupa. Essa aproximação pode ser verificada entre a tela de Vermeer (*A Leiteira*, cerca de 1658) e a foto reproduzida logo a seguir (Monte Santo nº 25407), na qual a focagem próxima permite ao fotógrafo sublinhar a intimidade do momento, onde o jogo de luz evidencia uma harmonia na ordenação da cena. Aliás, a renovação do fotojornalismo, a partir da década de 40, através da fotorreportagem na revista **O Cruzeiro**, se dá por meio de uma proposta de educação visual do público leitor, que incorpora características formais da estética moderna, sem perder o objetivo de documentação do real<sup>773</sup>.

---

<sup>773</sup> Costa, Helouise. **Aprenda a ver as coisas, fotojornalismo e modernidade da revista o Cruzeiro**. São Paulo: USP/ECA, 1992. 190 p. Dissertação (Mestrado, ECA/USP).



*Monte Santo n° 25407*

Partindo da análise das imagens fotográficas da epopéia de Canudos, feitas nos últimos vinte anos por Antônio Olavo e Evandro Teixeira, ficam evidenciados elementos de uma mesma linguagem, continuidade de um objeto em expansão. Ambos fotógrafos optaram como suporte elementar a película em preto-e-branco, atendendo à dramaticidade que o tema compele. Os temas edificadas nas imagens evidenciam uma continuidade com a obra de Verger, na medida em que se centram nos ícones do sertão em guerra: a cruz, as armas, os personagens, igrejas, cemitérios, a caatinga, as romarias. Destes símbolos, a cruz, que sustenta e é sustentada, está por todos os cantos, em todos os lugares, signo abundante igualmente referenciado no conjunto das obras desses dois fotógrafos.

Diferentemente do trabalho fotográfico de Maureen Bisilliat, baseado nas partes da natureza e do homem do livro **Os Sertões**, de Euclides da Cunha<sup>774</sup>, Antônio Olavo busca, nos despojos da guerra, os personagens esquecidos pela história do Brasil, perdidos no redemoinho dos sertões da Bahia. Este trabalho foi iniciado, em 1983, quando Olavo visita Monte Santo e trava contato com relatos de acontecimentos ligados a Antônio Conselheiro e a Canudos, despertando-lhe “a dimensão, a força e a extensão do movimento de Canudos e da figura de Antônio Conselheiro e o quanto isto era diferente da visão oficial”. Nestas viagens ao sertão de Canudos, o fotógrafo também registrou as missas pelos Mártires de Canudos, coordenada pelo padre Enoque Oliveira.

---

<sup>774</sup> BISILLIAT, Maureen. **Sertões: Luz & Trevas**. São Paulo: Raízes Artes Gráficas, 1982.

É interessante notar que a busca por financiamento para a edição do álbum fotográfico encontrou sérias resistências do mundo empresarial baiano, refletindo ainda a postura traumática do evento. Assim, somente com apoio do CNPq, em 1987, que Olavo conseguiu realizar a documentação de “toda a trajetória de Antônio Conselheiro, as construções da região, o cemitério em que ele estava enterrado; tudo o que ainda restava foi fotografado”. Foi nestas andanças que o fotógrafo registrou “a última testemunha ocular da Guerra de Canudos, Dona Dionésia Valeriana da Gama, na época com 102 anos”<sup>775</sup>.

A preocupação com a memória fotográfica de Canudos, explícita no próprio título do livro, remete ao trabalho fotográfico de outros artistas que compõem uma série imagética frutífera para a pesquisa iconográfica. Além das já mencionadas fotos clássicas de Flávio de Barros, o autor traz o trabalho de Alfredo Vila-Flor, Haechel Meyer, Elce Dantas, Jair Dantas e fotografias anônimas do arquivo de Rayner e Eldon Canário, compondo um rico painel da cidade de Canudos reconstruída pelos sobreviventes e remanescentes e que seria tragada pelas águas do açude do Cocorobó, em 1969.

Deste modo, o álbum fotográfico, **Memórias Fotográficas de Canudos** (1989), sugere um enfoque antropológico da fotografia, em que a possibilidade de contar a história através de imagens traduz sua surpresa diante da riqueza da tradição oral e a expressividade gestual dos remanescentes dos conselheiristas, figuras de um outro tempo. Seu trabalho colaborou de modo significativo para que o tema de Canudos saísse da berlinda, ao resgatar imagens e falas dos principais personagens da segunda geração de Canudos. Em seu depoimento, Olavo afirma que seu envolvimento sentimental com os remanescentes de Canudos foi fundamental para a construção de sua obra, integrando-o à comunidade. Esta dimensão do pertencimento, de certa forma, facilitou a empreitada de rever Canudos a partir da força do imaginário popular presente na oralidade<sup>776</sup>.

Na primeira parte do álbum, é retratada a memória dos mártires de Canudos, através das diversas atividades culturais e religiosas realizadas às margens do açude do Cocorobó, a partir de 1984, no dia 5 de outubro. Congregando trabalhadores rurais e intelectuais, esta celebração discute a questão da posse da terra e a importância de Canudos dentro das lutas populares no Brasil. Estas antológicas fotografias ressaltam a religiosidade sertaneja, tendo

---

<sup>775</sup> OLAVO, Antônio. A Produção do Vídeo Paixão e Guerra no Sertão de Canudos. In: **O Olho da História**. Salvador, v. 2, n. 3, novembro de 1996, p. 157-158.

<sup>776</sup> OLAVO, Antônio. **Entrevista ao autor**. Salvador: 22/3/2006 (fonte oral).

a cruz como eixo narrativo, imersa na multidão de peregrinos. A valorização da cultura popular se faz presente com a Banda de Pifanos, presença marcante e constante em todas as celebrações nos últimos vinte anos.

A segunda parte do álbum alude à profecia de Antônio Conselheiro, interrogando-a “*E se o mar virar sertão?*”. Nesta série fotográfica, as imagens sobre o açude do Cocorobó registram as ruínas do que sobrou de Canudos, tanto a de Antônio Conselheiro, quanto a reconstruída nos primeiros anos do século XX e que foi definitivamente inundada com o represamento do rio Vaza-barris. Emergem das águas o pedestal do canhão Withworth 32, mais conhecido pelos sertanejos por “matadeira”, as ruínas do cemitério da velha Canudos e a construção de um novo povoado, defronte ao açude.

A terceira parte intitulada “*Eu tive lá até a guerra se acabar*”, retrata os sobreviventes da guerra de Canudos, a partir da frase de D. Dionísia Valeriana da Gama, 102 anos, provavelmente uma das últimas testemunhas oculares daqueles combates. Deste conjunto de fotografias, ressalto sua preocupação em registrar, além da figura dos conselheiristas e seus descendentes, as suas falas em legendas que compõem o álbum fotográfico, produzindo significados próximos dos trabalhos de Pierre Verger e de Odorico Tavares para o cinquentenário de Canudos na revista **O Cruzeiro**.

Não que Olavo ache necessário colocar o texto para explicar a foto, mas sim que as falas daqueles personagens poderiam compor um quadro mais amplo de difusão de suas experiências de vida. Abrindo medianamente o plano de abordagem, o fotógrafo integrou-os à morada sem perder o contato íntimo que marca sua obra. Neste sentido, buscou penetrar em outras fendas – vestígios vigorosos marcados de forma indelével naquelas mentes. Nos instantâneos que os corpos descansam, a memória se aviva. Olavo procura não interromper o momento, quer viver, sonhar junto.

A preocupação em resgatar a memória de Canudos está evidenciada na quarta parte do álbum, quando são retratadas as imagens dos lugares de memória da guerra de Canudos, que foram construídos por moradores da região, a fim de evitar o esquecimento do sangrento episódio. Estão registradas as iniciativas de José Aras (Museu da Guerra de Canudos – Bendengó/BA), Museu Histórico de Canudos (Povoado de Alto Alegre, Canudos/BA) e o Museu do Sertão (Monte Santo/BA).

A identificação dos principais locais de combate compõe um conjunto de fotos que registra os principais sítios arqueológicos dos vestígios da guerra, posteriormente explorados pela Universidade do Estado da Bahia na constituição do Parque Estadual de Canudos. Cada detalhe se faz acompanhado de outra tomada em plano aberto, dimensionando o contexto da locação. Segue-se o exame dos lugares, o cenário. Olavo escala imagens da Velha Canudos, pinçadas de arquivos históricos, feitas antes do sepulcro de Cocorobó. Estão lá, saciando em parte a fome do historiador inquieto. Para recompor o teatro de operações, Antônio Olavo examina minuciosamente restos de trincheiras a ponto de registrar marcas de bala em rochas.

Esta fotografia das armas da guerra de Canudos ensarilhadas no centro da praça do povoado permanece como um dos ícones da memória de Canudos atualmente, sendo reproduzida em diversos suportes, como camisetas, cartões postais, cartazes, etc., muitas vezes sem os créditos da autoria.



Sem título, Antônio Olavo (1989)

Mas talvez uma de suas principais contribuições para a memória fotográfica de Canudos sejam as imagens relativas às andanças de Antônio Conselheiro pelo sertão nordestino, na medida em que focalizou o que resta de algumas das mais marcantes construções do peregrino pelos estados de Sergipe e Bahia. Nesta geografia da memória, Olavo comenta que parte dessas obras foi destruída como os cemitérios de Nova Soure e Aporá e as igrejas de Olindina, Rainha dos Anjos, Aporá e Euclides da Cunha.

Assim, podemos colocar a obra de Olavo numa perspectiva não euclidiana da história de Canudos, na medida em que o que se busca é o povo conselheirista e seus

descendentes, enfim, uma história popular do Brasil. Como desdobramento deste belo trabalho fotográfico, no registro das falas dos rostos anônimos de conselheiristas e seus descendentes, Olavo produziu o vídeo **Paixão e Guerra no Sertão de Canudos** (1993), que será analisado mais adiante.

Dentro do contexto fotográfico das comemorações dos centenários de Canudos (1993-1997), além dos belos trabalhos imagéticos de Walter Firmo, Christian Cravo, Débora 70, Flávio Cannalunga, Juca Rodrigues, Ed Viggiani, Paulo Emílio Martins, Cláudio Lima, Marcos Issa, Rita Barreto e Claude Santos, entre outros, registrados nos **Cadernos de Fotografia Brasileira** do Instituto Moreira Salles, fixar-me-ei no álbum fotográfico de Evandro Teixeira.

Como outros fotógrafos, Teixeira foi influenciado pela leitura euclidiana. Contudo, por ser natural da Bahia, também existe uma memória familiar, com as histórias contadas por sua avó, moradora da região. A partir de 1994, o fotógrafo empreende uma pesquisa imagética procurando mostrar a realidade de Canudos através dos sobreviventes diretos e indiretos do séqüito de Antônio Conselheiro. É na dialética entre o passado e o presente, que podemos identificar na obra de Teixeira a tentativa de buscar a continuidade da luta conselheirista nas três Canudos. A atualidade da Guerra de Canudos pode ser percebida na luta pela sobrevivência diária, nas lutas pela posse da terra, que remetem às lembranças da luta conselheirista por vida digna no passado. Segundo o autor, a paisagem, a gente e as lembranças da Guerra de Canudos resultaram numa plêiade de representações que vai do sertão clássico, dos cactos, da terra rachada e da seca, ao sertão *pop*, onde a presença de antenas parabólicas faz parte do cotidiano sertanejo<sup>777</sup>.

Evandro Teixeira capturou a alma de Canudos, registrando os herdeiros diretos do movimento conselheirista, recompondo o elemento humano de Canudos a partir do sertanejo contemporâneo e seus hábitos mais comuns. O resultado é igualmente incitante, afinal, pouco ou quase nada mudou. Evandro coloca-os copiosamente em plano aberto. É visível o esforço por encontrar o impulso coletivo que edificou aquela rebelião. Casas, ruas, vegetação e serras compõem o cenário que era e ainda é. A vegetação, os animais de criação e os efeitos da seca são ressaltados, montando, com impressionante nitidez, o

---

<sup>777</sup> TEIXEIRA, Evandro. Fascínio de uma região. In: **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 30 de novembro de 2002, B 5.

cenário euclidiano. Teixeira elegeu a inclemência do cenário, fator que contribuiu para dificultar as sucessivas investidas das tropas repressoras. Na caatinga, entre pedras e espinhos, o sertanejo trafega solene.

Como Olavo, Evandro Teixeira também deu mesma grandeza ao movimento de construção da memória de Canudos, enfocando a romaria pelos Mártires no cenário silencioso do açude de Cocorobó e destacando o drama secular que dali ecoa incessantemente. Também são destacadas as procissões e os devotos, dando continuidade à sua busca pela força coletiva que uniu, motivou, construiu, alimentou e resistiu grandiosamente. A fé, ontem como hoje, constitui-se no principal combustível para a incessante luta pela dignidade sertaneja. Nesse tema houve nítida convergência dos fotógrafos, manifestada na semelhança de algumas cenas, ex-votos à parte registrados por unidade na coleção de Antônio Olavo e esparramados aos montes por Evandro Teixeira no caminho da Santa Cruz, em Monte Santo. Aqui encontramos o sertão místico de Antônio Conselheiro, quando a cidade se transforma numa via sacra de penitentes, turistas e beatas.

Interessante observar que a presença constante da seca coincidiu, no seu período mais agudo, com as comemorações do centenário da destruição de Canudos, proporcionando a possibilidade de se conhecer as estruturas da Velha Igreja de Canudos como uma força do passado que ressurgem no presente.



*No meio do açude do Cocorobó, as ruínas da igreja de Canudos ressurgem como uma força do passado.*

Mas, diferente de Olavo, ele traz a Nova Canudos para o conjunto, outorgando-lhe a realidade plangente, presente nos signos urbanos abandonados, como é o caso da bomba de gasolina à beira da estrada. Para Ivana Bentes, responsável pelo texto e crônica das viagens para o livro de Evandro Teixeira, as fotografias transformaram-se “quase em visões do passado sobre a atualidade”, pois, o tempo dos sertões é lento, quase um “museu da miséria e do intolerável”. Assim, passados cem anos, o “massacre de Canudos tem-se repetido no Brasil inteiro. Há 100 anos, os sertanejos derrotaram três expedições do exército e desmoralizaram a República antes de serem vencidos. É a mesma guerra”<sup>778</sup>.

Nota-se, no conjunto de cada publicação, uma linguagem assemelhada, porém com propósitos distintos. Antônio Olavo procura atomizar os signos para reconstruir o objeto sob uma leitura alternativa à ótica euclidiana. Esforça-se para encontrar outras passagens e tornar ainda mais rico o debate sobre o legado de Canudos. Evandro Teixeira, como ele mesmo declara no intróito de sua coletânea, dialogou com **Os Sertões** e produziu um conjunto de imagens que se aproximam de Euclides da Cunha, especialmente na fusão entre o sertanejo e a terra seca. Em seu álbum, as imagens apresentadas nos levam a pensar Canudos como “sinônimo de luta, de resistência, de mudança, de esperança. É a história do país, vivida e contada por gente simples, cuja força parece vir da agrura da terra, da beleza rude do sertão”<sup>779</sup>.

A busca de olhar através da imagem, tomando a fotografia como documento-monumento, conduz a tomá-la como uma fonte histórica a ser analisada a partir das críticas externa e interna para, depois, ser organizada em séries fotográficas, obedecendo a uma certa cronologia. Assim, a fotografia pode ser inserida, junto com outras modalidades de texto de caráter verbal e não-verbal, na textualidade de uma determinada época, o que implica em adotar a noção de intertextualidade para a compreensão ampla das maneiras de ser e agir de um determinado contexto histórico<sup>780</sup>.

Ainda que haja uma forte presença euclidiana na filmografia de Canudos, manifestada nos documentários *Os Sertões*, de Cristina Fonseca (Documentário, Cor, 67 min., 1995, Brasil), *Memorial de Canudos* (1992) e *Canudos a Guerra no Sertão* (1997),

<sup>778</sup> BENTES, Ivana. A guerra ainda é a mesma. In: **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, domingo, 14 de setembro de 1997, p. 5.

<sup>779</sup> TEIXEIRA, Evandro. **Canudos 100 anos**. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Textual, 1997.

<sup>780</sup> MAUAD, Ana Maria. Através da imagem: fotografia e história interfaces. In: **Tempo**, Rio de Janeiro, vol. 1, n.º 2, 1996, p. 73-98.

ambos de Trípoli Gaudenzi, uma leitura mais pessoal e íntima da vida da comunidade, através da tradição oral, ou ainda buscando uma associação com a atualidade da luta pela terra no Brasil contemporâneo pode ser percebida no inventário fílmico sobre a representação da Guerra de Canudos, como nos vídeos *Paixão e Guerra no Sertão de Canudos*, de Antônio Olavo, *Os Sete Sacramentos de Canudos*, produzido pela TV alemã ZDF; *O Arraial* de Otto Guerra e Adalgisa Luz (Animação, 1997, 13 min), *Canudos, Açude Vivo* (Documentário, Vídeo, Cor, 52 min., 1994, Brasil), dirigido por Cireneu Kuhn; *Tempo Bravo - Guerra de Canudos Relembrada* (Documentário, SVHS, Cor, 27 min. 1997, Brasil), dirigido por Alejandro Gabriel Miguelez, *CANUDOS - Histórias de uma Romaria* (Documentário em Vídeo, Cor, 18 min. 1997, Brasil), direção de Esmon Primo, *Monte Santo: o Caminho da Santa Cruz* (Documentário em Vídeo, Cor, 48 min. 1997, Brasil) de José Umberto, *Antônio Conselheiro* (Documentário, SVHS, 5 min. Cor, 1996, Brasil), de Marcelo Rabelo, entre outros.

Desse intenso universo audiovisual, produtor de determinado “discurso histórico”, em que se interpreta o passado numa multiplicidade de visões sobre Canudos, optei por analisar as películas e os vídeos de Pola Ribeiro, Antônio Olavo, Cireneu Kuhn, Alejandro Gabriel Miguelez e Otto Guerra, em que sobressaem leituras da Guerra de Canudos a partir do enfoque da tradição oral. Como ressaltou José Maria de Oliveira Silva, os relatos dos sobreviventes constituem-se em documentos audiovisuais propícios à revisão histórica de Canudos, na medida em que “a tradição oral popular, articulando a experiência individual e coletiva, reforçou a necessidade de se pensar sobre as diversas identidades, experiências e práticas sociais da comunidade”<sup>781</sup>. Esse é um traço norteador da geração de *videomakers* que compõem uma opção estética de tentar fugir das regras rígidas e dos compromissos exigidos pela produção comercial voltada para a televisão. Ao mesmo tempo, muitos deles se voltaram para o registro dos intensos movimentos sociais urbanos e rurais que emergiram na década de 1980, retratando suas ações políticas e institucionais.<sup>782</sup> Mas se inicialmente o vínculo do vídeo aos movimentos populares se deu basicamente no aspecto da documentação, com o passar dos anos foi adquirindo um viés mais artístico.

---

<sup>781</sup> SILVA, José Maria de Oliveira. **Rever Canudos: Historicidade e Religiosidade Popular (1940-1995)**. São Paulo, FFLCH/USP, 1996 (mimeo.), p. 101

<sup>782</sup> NAPOLITANO, Marcos. A História depois do papel. In: PINSKY, Carla B. (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005, p. 253.

Neste sentido, pode-se afirmar que este conjunto de filmes, que busca a memória popular, tem colaborado para a subversão do silêncio imposto pela historiografia sobre as experiências e práticas sociais da comunidade, inquirindo, através das lembranças e imagens dos sobreviventes e remanescentes, o traço “uniformizador” da memória nacional. Como ressaltou Pierre Nora, as diferentes visões sobre o acontecimento expõem a diversificação por que passa a história, no sentido de transformá-la num campo de forças político-ideológicas, em virtude da proliferação das memórias coletivas impostas pelos *media*. Assim, doravante a história será escrita sob a pressão das memórias coletivas, especialmente dos grupos sociais marginalizados com suas memórias subterrâneas se contrapondo à memória que se quer nacional<sup>783</sup>.

Desta forma, o que importa é o uso que se faz da história pelo filme ou vídeo, evidenciando os interesses, os desejos e as necessidades que estão presentes na representação imagética do passado. Então, não estamos preocupados com os fatos e eventos da História em si, mas sim com a percepção do passado produzida pelos filmes, tentando encontrar aquilo que Marc Ferro chamou apropriadamente de uma contra-análise da sociedade, de buscar “*o não-visível através do visível*”<sup>784</sup>.

Ao mesmo tempo, reitero que, neste conjunto de filmes selecionados, a distinção entre documentário e de ficção deve ser questionada, pois o próprio gênero documentário também é seleção de determinados fatos em detrimento de outros e não é mera reprodução objetiva da realidade. Ele é um discurso que *constrói* o real, a partir de determinado ponto de vista de um grupo, classe social ou instituição estatal. Nesta perspectiva, todo filme pode ser considerado válido para a pesquisa histórica, na medida em que a prerrogativa básica do exercício da indagação a determinado filme, fotografia ou vídeo é a compreensão da intervenção específica dos responsáveis pela autoria, os vínculos institucionais com patrocinadores e produtores, o contexto sócio-político e os recursos tecnológicos utilizados na produção do documento<sup>785</sup>.

---

<sup>783</sup> NORA, Pierre. Memória Colectiva. In: LE GOFF, J., CHARTIER, R. & REVEL, J. (sob a direção de). **A Nova História**. Coimbra, Edições Almedina, s/d., p. 453.

<sup>784</sup> FERRO, Marc. Filme: uma contra-análise da sociedade? In: LE GOFF, J. & NORA, Pierre (orgs.). **História: Novos Objetos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976, p. 204.

<sup>785</sup> CAMARGO, Célia & LOBO, Lúcia. A Pesquisa Histórica e as fontes não convencionais. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro, nº 20, 1984, p. 51.

Como outros artistas e cineastas, Pola Ribeiro também chegou à temática de Canudos pela verve literária de Euclides da Cunha, mas, ao conhecer a região a partir do convite de Jorge Alfredo, fotógrafo, compositor e roteirista, modificou sua ótica com o convívio com os descendentes dos conselheiristas, resultando no vídeo *República de Canudos* (1989). Segundo o resumo apostado na capa do filme, “Canudos é um tema maldito e sempre afastado da história oficial do Brasil. Este vídeo não pretende esgotar um episódio tão significativo e com interpretações tão variadas e contraditórias. *República de Canudos* narra a trajetória da luta de libertação das comunidades organizadas do sertão da Bahia e traz à tona a memória de Antônio Conselheiro que sobrevive incólume no dia a dia, na fantasia ou até mesmo na utopia das comunidades de Uauá, Euclides da Cunha, Cocorobó, Tucano e Monte Santo”. Deste modo, é perceptível nos filmes de Pola Ribeiro uma preocupação em resgatar a história da Guerra de Canudos para fazer um contraponto à situação vivida pelos camponeses do sertão nos anos 1980, o que o leva inexoravelmente para o debate atual sobre a reforma agrária na sociedade brasileira<sup>786</sup>. Através de depoimentos e cenas teatralizadas pelos próprios habitantes desta região, este vídeo ressalta a luta do povo sertanejo pela democratização do direito a terra e o forte componente religioso materializado nas falas do Padre Enoque Oliveira, mentor da Igreja Popular Antônio Conselheiro e da Missa de Canudos, e da beata Edwirges de Monte Santo, que participou das filmagens de **Deus e o Diabo na Terra do Sol**, de Glauber Rocha.

A memória das práticas comunitárias de Antônio Conselheiro serve de fermento para as ações dos camponeses em defesa das áreas coletivas em que são criados os bodes e as cabras no sertão de Canudos. Segundo esta leitura, a lei era a da partilha, pois o “Conselheiro gostava de dividir com os pobres”. A luta contra grilagem das terras comunitárias conhecidas como de fundo de pasto é representada no vídeo com as derrubadas de cercas, com depoimentos emocionantes como o de seu Josa, uma das lideranças da região: “meter o alicate, cortar o arame do fio do cão”.

A trilha sonora composta de músicas do próprio roteirista, Jorge Alfredo, de Gereba e Rose articula-se com a bela aridez das imagens fotográficas de Antônio Olavo, compondo

---

<sup>786</sup> NASCIMENTO, Luciano. Maneirismo Canudense: Uma análise das produções filmicas sobre o episódio da guerra de Canudos. In: <http://www.ufba.br/~lusca/canudos.html>. Capturado em 5/8/1999.

um mosaico de artistas que atuam nas celebrações realizadas todos os anos às margens do açude do Cocorobó pelo Movimento Popular e Histórico de Canudos.

Segundo o depoimento do roteirista:

*“O vídeo foge de narrativa, pois preferi que as canções dos próprios moradores, a própria arte deles, ilustrassem a narração. Vem à tona uma coisa muito forte cultural: da indumentária ao falar, a voz do povo mesmo contando os fatos. E é mostrado como eles não perderam a consciência. É interessante, ainda, como a cerca aparece, um signo da opressão que não existia antes. Lá, os moradores sobrevivem do bode, que tem de ter lugar para pastar, e os proprietários cercam as terras para nada, só para demonstrar que são donos, numa demonstração vazia de poder e arrogância”<sup>787</sup>.*

Em entrevista à Revista **O Olho da História**, o diretor afirmou que a escolha do título se deveu ao fato de que o vídeo seria exibido na TV Educativa como parte das comemorações do centenário da República, em 1989. Assim, o autor resolveu fazer um trocadilho: “a República de Canudos compreende as pessoas que hoje vivem no sistema republicano e que moram em Canudos. Jogamos com a contradição existente entre República e Canudos”<sup>788</sup>.

De um modo geral, os vídeos de Pola buscam uma forma criativa e envolvente para representar a história de Canudos, na medida em que não tenta explicar detalhadamente o acontecimento, mas sim, de uma pluralidade de pontos de vista, trazer o debate. Para ele, “a história tem sempre essa coisa do ponto de vista de quem conta”. Podemos afirmar que os registros videográficos de Pola Ribeiro, por sua proximidade e simpatia, oferecem um discurso audiovisual interno do universo da memória de Canudos, no qual não se excluem ficção e história na composição dos elementos narrativos. Assim, Pola afirma que quando utiliza os relatos orais o faz a partir de um filtro para compor seu discurso, pois não seria possível colocar no vídeo ou filme o depoimento de meia hora ou mais, sob o risco de

---

<sup>787</sup> LOBO, Clodoaldo. A árida beleza de “República de Canudos”. In: **A Tarde**. Salvador, 5 de fevereiro de 1990.

<sup>788</sup> RIBEIRO, Paulo Roberto (Pola). Meus Documentários sobre Canudos. In: **O Olho da História**. Salvador, v. 2, n. 3, novembro de 1996, p. 152-155 [p.153].

torná-lo não palatável para o grande público. Então, nas suas palavras, “nenhum depoimento é real”<sup>789</sup>.

Sua videografia sobre Canudos continua com *Caderneta de Campo* (1993), quando foi convidado para participar de uma Semana de Cultura em Canudos, patrocinada pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Realizado sem roteiro, o vídeo remete à **Caderneta de Campo** de Euclides da Cunha, “registrando”, nas palavras de Pola, “o pensamento de professores e intelectuais que estavam discutindo Canudos; a participação da comunidade sertaneja; a presença do Exército” na Semana Cultural<sup>790</sup>.

Patrocinado pela Universidade do Estado da Bahia, como forma de comemorar o centenário de fundação de Belo Monte, *Utopia* (1994) segue a mesma proposta dos filmes anteriores, no sentido da multiplicidade de abordagens sobre o tema. Contando com a participação de diversos pesquisadores sobre Canudos e registrando imagens de várias manifestações artísticas ocorridas durante a III Semana Cultural de Canudos, o vídeo enfatiza a utopia conselheirista que propôs uma alternativa à ordem vigente, então ancorada no coronelismo, tendo como base a felicidade, a paz e o igualitarismo, como pode ser visto nas falas dos professores Luitgarde Barros, Alexandre Otten, Manoel Neto, Fernando Pereira da Silva. Ao mesmo tempo, nota-se uma tentativa de desconstruir a imagem do Conselheiro fanático, como é o caso do depoimento de Maria de Lourdes Ornelas, lembrando que pessoas abastadas também habitavam Belo Monte, como os comerciantes Antônio Vilanova e Antônio da Mota. Não podemos esquecer o belo estudo desenvolvido pela pesquisadora sobre as representações sociais enquanto possibilidade de compreender como a Guerra de Canudos e o papel de Antônio Conselheiro estão sendo escritos na vida dos jovens de Canudos.

Renato Ferraz relata, através da comparação da tradição oral e os jornais da época, o ato de desobediência civil patrocinado por Conselheiro e seu séquito em Masseté, que motivou sua fixação em Belo Monte, entre os dias 6 e 13 de junho de 1893.

A preocupação com o imaginário de Canudos hoje está presente na fala da pesquisadora Patrícia Pinho, comparando os depoimentos dos mais jovens com relação aos idosos com relação ao Conselheiro. Percebem-se aqui dissensões na personalidade

---

<sup>789</sup> Idem, p. 155.

<sup>790</sup> RIBEIRO, Paulo Roberto (Pola). Meus Documentários sobre Canudos. In: **O Olho da História**. Salvador, v. 2, n. 3, novembro de 1996, p. 152-155 [p.153].

carismática do líder de Canudos, na medida em que a reconstrução do passado se faz a partir das questões do presente, como lembrou M. Halbwachs.

O jornalista Fernando Conceição comenta o acerto da interpretação do ex-pároco Enoque Oliveira, ao colocar as três interpretações de Canudos: Canudos romeiro, da Igreja Católica, a Canudos intelectual, dos pesquisadores, e a Canudos popular, vinculada aos movimentos sociais. São os confrontos da memória de Canudos presentes nas interpretações sobre o acontecimento.

Ao receber o título de cidadão de Canudos, José Calasans coloca Belo Monte entre os acontecimentos mais importantes da História do Brasil, tendo inclusive maior repercussão de que outros movimentos congêneres, especialmente pela multiplicidade de versões com que os artistas representaram o Conselheiro e seu séqüito. A força poética do movimento é apresentada nas teatralizações dos grupos Raízes Brasileiras, Sertanarte e no registro das cenas da peça “Canudos” de Paulo Dourado, nas quais a matriz discursiva euclidiana se faz presente nas caracterizações dos personagens.

A cultura sertaneja é apresentada na mais popular festa de Canudos, a de Santo Antônio. Franklin Maxado, em seu depoimento, registra a presença de cantadores de viola em Canudos da época de Conselheiro, bem como a circulação da literatura de cordel, evidente na tradição oral, como é o caso do livro de Bombinho. A riqueza musical da região também está presente na trilha sonora, composta por Bião de Canudos, Zezinho da Ema, Marcos Canudos, Whigson, Banda de Pífanos de Canudos, Uakti e pelo maestro Fred Dantas e Orquestra de Frevos e Dobrados.

Registre-se a frustração de Telma Verçosa, que gostaria de visitar as ruínas de Belo Monte, mas com a construção do açude teve seu desejo impedido, já que a cidade de Canudos encontrava-se submersa. O crime cometido contra a memória nacional é denunciado ainda que não se possa afirmar que o açude teve como preocupação primordial esconder a chaga do massacre ali perpetrado. Contudo, também é notório que haveria outro tipo de solução para a construção do açude em outras plagas, como no Caipã, ou mesmo outro curso d'água como o Itapicuru, podendo beneficiar inclusive uma área mais extensa<sup>791</sup>.

---

<sup>791</sup> CANÁRIO, Eldon. **Canudos sob as águas da ilusão**. Salvador: CEEC/UNEB, 2002, p. 82.

Mas uma das cenas mais comoventes do vídeo é quando um soldado do Exército toca clarim, enquanto imagens da base da “matadeira” imersa nas águas do açude do Cocorobó passeiam na tela, num diálogo extremamente fecundo das memórias presentes no cenário do conflito. Da fala do barqueiro, Adeilson, emerge o mote para o seu próximo filme, *Canudos Não Morreu* (1996), que compôs com outros sete episódios de cineastas brasileiros o filme *Os Sete Sacramentos de Canudos*, produzido pela TV alemã ZDF.

O impacto dos seus vídeos na comunidade atual de Canudos contribuiu para o arrefecimento do medo das pessoas se identificarem com os conselheiristas, sem serem chamados de um dos loucos do Conselheiro. Segundo o diretor, “com a possibilidade de realizar novas versões com a linguagem visual, essa história pode ser contada de uma maneira diferente a alcançar um número mais elevado de pessoas. Essa linguagem traz uma contribuição muito grande ao estudo e à divulgação da história de Canudos”<sup>792</sup>.

Baseado nos escritos de Euclides da Cunha e Ariano Suassuna, o cinema de animação **O Arraial**, de Otto Guerra e Adalgisa Luz (Porto Alegre, 1997, 13 min), também integra o filme *Sete Sacramentos de Canudos*, traçando a história de uma menina que narra a experiência social de Canudos, a partir de uma perspectiva sebastianista. Em seu diálogo com Antônio Conselheiro, a menina evoca a presença da esperança sebastianista na fala de seu avô, em que o “*encoberto*”, que lutou por Jesus Cristo, retornaria para a alegria do seu povo, que estava morrendo de tristeza. Assim, “Um dia, no fundo do mar, voltará com todo o seu exército. Dom Sebastião, rei de Portugal, do Brasil e do sertão”.

O roteiro explora, magnificamente, a proximidade social entre os combatentes de Canudos e os soldados que os reprimiram, na medida em que seu irmão mudo parte, junto com o Exército, atrás do seu pai. Contudo, o eixo da narrativa é a figura de Antônio Conselheiro, profeta, que está “construindo a cidade santa de Belo Monte de Canudos para esperar por Dom Sebastião e Jesus”. E, na terra prometida de Bom Jesus Conselheiro, “os cavalos comem flores, corre um rio de leite e as barrancas são de broa de milho e mel. Lá é a fartura e a justiça”.

A partir da linguagem metafórica da luta celeste entre escorpião e Órion, o guerreiro, o excerto do discurso de Antônio Conselheiro de que “o sertão virará praia e a

---

<sup>792</sup> RIBEIRO, Paulo Roberto (Pola). Meus Documentários sobre Canudos. In: **O Olho da História**. Salvador, v. 2, n. 3, novembro de 1996, p. 152-155 [p.154].

praia virará sertão” é utilizado numa perspectiva apocalíptica. Assim, a menina acredita na eterna esperança da luta redentora pela justiça, quando afirma, na fala final do filme, que “(...) o escorpião nunca alcançará o guerreiro. Quando o escorpião nasce de um lado do céu, Órion desaparece do outro”.

A presença mítica e histórica do rei português D. Sebastião, desde Portugal até o Brasil, oferece indícios de um complexo histórico-cultural de concepções místico-utópicas, eivadas de messianismo judaico-cristão, que viaja no espaço/tempo, sendo constantemente reelaborada de acordo com as manifestações sociais, culturais e religiosas. Essa voz profética ultrapassa os limites da cultura popular e da rebeldia de movimentos populares se fazendo presente nas obras de autores eruditos como Padre Antônio Vieira, Euclides da Cunha, Fernando Pessoa, José Lins do Rego e Ariano Suassuna<sup>793</sup>.

Ativo participante do Movimento Popular e Histórico de Canudos e com longa trajetória de militância em partidos de esquerda (PC do B/PT), o artista multimídia Antônio Olavo nos proporciona, com o vídeo *Paixão e Guerra no Sertão de Canudos* (1993), um questionamento sobre a existência de vozes alternativas à da memória dominante, a qual, para se afirmar, precisa sufocar ou submeter memórias autônomas, demonstrando que sua existência se estabelece num espaço de lutas. Sob certo viés militante, seu trabalho “tem compromisso com a história popular do Brasil”. Em entrevista à revista **O Olho da História**, Olavo afirma que foi a partir de seu trabalho de fotógrafo que, em 1983, iniciou o diálogo com a memória popular, o que lhe despertou a força e a extensão do movimento de Canudos e da figura de Antônio Conselheiro. Segundo ele, “quem melhor contribuiu para consolidar o nosso roteiro, para constituir sua base foram os depoimentos populares. Considero que a maior fonte que utilizei foi a memória oral, a memória popular que a historiografia oficial não registra e muitas vezes nem sequer considera como documento”<sup>794</sup>.

Esse suporte documental serviu como contraponto à suposta objetividade da memória oficial, emoldurada nas fotografias de Flávio de Barros como o “olho da história” e relatos memorialísticos dos soldados combatentes, o que fez com o diretor optasse por um

<sup>793</sup> GODOY, Márcio Honório de. **Dom Sebastião no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 2005 (Coleção Khonos, 25).

<sup>794</sup> OLAVO, Antônio. A Produção do Vídeo *Paixão e Guerra no Sertão de Canudos*. In: **O Olho da História**. Salvador, v. 2, n. 3, novembro de 1996, p. 156-164 [p.159].

viés eminentemente apaixonado da história do Conselheiro e seu séquito, como atesta o próprio título do vídeo.

Quando do lançamento de seu filme, Antônio Olavo relata a satisfação com os resultados auferidos, superando inclusive todas as expectativas. Em seus propósitos, o *videomaker* afirma que Canudos “é uma história ainda por ser contada, assim como a dos malês, sabinos, balaios, cabanos, praeiros, muckers, contestado, Pau de Colher etc.”. Assim, através dos depoimentos de homens e mulheres de 80, 90 e 100 anos de idade, este “documentário se propõe a ser mais um instrumento de estímulo para o estudo e a reflexão, pelas atuais e futuras gerações, dessa epopéia sertaneja”<sup>795</sup>.

Vencedor do Sol de Ouro do X Rio Cine Festival (1994) e tendo como fio condutor o texto narrado por José Wilker, o vídeo mescla imagens da época da Guerra de Canudos com as de artistas plásticos e gráficos atuais, das procissões pelos mártires de Canudos, além de depoimentos de historiadores e sertanejos sobre a trajetória de Antônio Conselheiro, desde a sua infância até sua morte no sangrento combate de Canudos, em 1897. Os diversos focos narrativos permitem uma visão multifacetada dos acontecimentos relacionados a Antônio Conselheiro e a Guerra de Canudos, ainda que haja um certo privilégio da visão popular da memória de Canudos.

O diretor peregrinou cerca de sete mil quilômetros nos sertões dos Estados do Ceará, Pernambuco, Bahia e Sergipe, registrando, em cerca de 180 cidades e povoados, imagens e depoimentos que proporcionassem uma abordagem menos preconceituosa de Antônio Conselheiro. A fascinação dos sertanejos por este líder é manifestada na multiplicidade de formas em que ele é lembrado, seja como poeta, como construtor de igrejas e cemitérios ou ainda como líder religioso. Segundo José Maria de Oliveira Silva, a imagem de Conselheiro “criador de uma nova sociedade fraterna aparece em vários poemas e cânticos ligados aos movimentos religiosos da região na atualidade”. O autor cita como exemplo o depoimento de D. Zefinha (Ana Josefa Bispo Santos), “guardiã” do cruzeiro erguido por Antonio Conselheiro, no qual canta um dos cânticos mais entoados nas romarias e que foi registrado no vídeo documentário: “*Aí apareceu pelo sertão / Um monte*

---

<sup>795</sup> OLAVO, Antônio. Relatos fortes e serenos. In: **A Tarde Cultural**. Salvador: 26 de junho de 1993, p. 3.

*que passou a cativar / Tão belo que ajuntou o povo irmão / Patrão e opressor não tinha lá*”<sup>796</sup>.

Ao se contrapor à memória dominante, o filme, como o próprio título corrobora, deu grande ênfase à história da guerra, obliterando outros “aspectos da prática social dos sertanejos, a religiosidade, a vida em comum, o trabalho, as festas e o lazer - que possibilitariam a construção da identidade coletiva do grupo enquanto voz alternativa à da ‘memória instituída’ - foram quase esquecidos no contato com os sobreviventes”<sup>797</sup>. Interessante observar que esta memória será a tônica do filme de Kuhn analisado a seguir.

Contudo, Antônio Olavo destacou que a Missa dos Mártires de Canudos, coordenada pelo ex-padre Enoque Oliveira, desempenhou um papel fundamental na reelaboração da identidade local, na medida em que o tema se tornou presente em seu cotidiano, possibilitando a transformação dos sentimentos de vergonha, registrados pelo diretor em 1983, em orgulho por parte dos descendentes dos conselheiristas, motivado, principalmente, pelas comemorações dos centenários de Canudos (1993-1997).

Mas talvez a principal contribuição do vídeo seja a divulgação de uma visão plural da Guerra de Canudos, na qual as versões da Igreja Católica, dos historiadores, dos militares, dos trabalhadores rurais se entrelaçam na narrativa, permitindo leituras diferenciadas e, às vezes, conflitantes. O diretor, na entrevista citada, sugere que há um compromisso com a verdade histórica de seu vídeo, mas que de modo nenhum ele é “imparcial”, ele “não é neutro, mesmo que tenha tentado incorporar as mais diferentes visões, ele é parcial, ele toma partido”. Ao mesmo tempo, Olavo elabora uma crítica contundente à historiografia sobre Canudos, pois “pouco se tem feito para a busca de novos elementos, tanto ao nível da memória popular, quanto da documentação, que pudessem abrir novos horizontes para análises e interpretações”<sup>798</sup>.

Ora, seu viés militante se manifesta num dos principais temas que atravessa o filme: a polêmica em torno dos aspectos econômico-sociais da comunidade de Belo Monte, especialmente no que se refere ao seu igualitarismo ou mesmo ao seu caráter de um socialismo utópico. No seu depoimento, Edmundo Moniz retoma as idéias contidas nos

---

<sup>796</sup> SILVA, José Maria de Oliveira. **Rever Canudos: Historicidade e Religiosidade Popular (1940-1995)**. São Paulo, FFLCH/USP, 1996 (mimeo.), p. 107.

<sup>797</sup> Idem, p. 108.

<sup>798</sup> OLAVO, Antônio. **Op. Cit.**, p. 162.

seus livros da existência de uma comunidade igualitária no “sertão semifeudal”, “sociedade igualitária, não pura”, “utópica”, “terra comum”. Outros depoimentos de Manoel Neto, Sérgio Guerra e ex-padre Enoque Oliveira, ligados aos movimentos de construção da história popular, acompanham a visão marxista sobre as razões da revolta e as idéias do igualitarismo. Por outro lado, os professores José Calasans e Renato Ferraz negam a existência de sociedade igualitária, devido à presença de vários comerciantes e a existência de propriedade privada no interior da comunidade. Confrontando opiniões diversas, o diretor opta por enfatizar, no conjunto de depoimentos, certa proximidade com a leitura marxista de Canudos<sup>799</sup>.

Ao mesmo tempo, vale destacar também a preocupação de Antônio Olavo em registrar a rica iconografia de artistas, cineastas e fotógrafos em seu vídeo, que depois irão compor uma seção da página especialmente produzida por ele na Internet sobre Canudos ([www.portfolium.com.br](http://www.portfolium.com.br)).

Também realizado no contexto do centenário da fundação do Belo Monte em 1993, o vídeo *Canudos, Açude Vivo* (Documentário, Vídeo, Cor, 52 min., 1994, Brasil) se insere na videoteca da Verbo Filmes, produtora ligada à Igreja Católica com clara preocupação evangelizadora. Dirigido por Cireneu Kuhn, o filme se coaduna com o principal objetivo do Instituto Popular Memorial de Canudos, que é a preservação da memória da experiência de vida antes da Guerra de Canudos. Tendo como fio condutor imagens da Romaria do Centenário de Fundação de Canudos em 1993, a narrativa videográfica centra-se na atualidade da utopia de Belo Monte, em suas propostas de convivência com o semi-árido, pois, em suas peregrinações, Conselheiro construiu pequenas barragens, igrejas e cemitérios, além de pregar a igualdade entre todos. Escrito por D. Pedro Casaldáliga, Padre José Wilson Andrade, Romero Falcão Meneses e Cireneu Kuhn, o roteiro celebra a memória de Conselheiro e seu movimento de libertação, construindo uma imagem de Belo Monte como uma ‘*irmandade*’, onde todos eram iguais, moravam, trabalhavam e partilhavam. Como no filme de Antônio Olavo, a entrevista com Ana Josefa dos Santos (D. Zefinha) corrobora essa vertente explicativa da memória de Canudos, da inexistência de oprimidos e opressores em Belo Monte.

---

<sup>799</sup> SILVA, José Maria de Oliveira. **Op. Cit.**, p. 233; ver também do mesmo autor. O Sertão Vai Virar Mar: Canudos no Final do Século. In: **Revista de História**. São Paulo: Departamento de História/USP, nº 134, 1º semestre 1996, p. 85-86.

Segundo essa leitura, Belo Monte vai buscar inspiração no projeto de vida das primeiras comunidades cristãs, tornando-se a Meca dos pobres do Nordeste. Apesar da implacável ferocidade das Forças republicanas, apoiadas pela hierarquia da Igreja Católica e pelos coronéis da região, Canudos, cem anos depois, ressurgiu nas comunidades eclesiais de base e nos movimentos populares: “*o sangue derramado em Canudos virou semente de libertação*”. Resistindo à morte, Canudos, com sua força comunitária, se revelou ser um “*açude vivo*”.

Podemos perceber no filme uma reelaboração da tradição utópica cristã de transformação do açude, cuja intenção seria o do apagamento dos rastros da memória de Canudos, em possibilidade de libertação do povo oprimido do sertão, com a implantação de uma economia alternativa aos grandes projetos de irrigação, através da agricultura familiar, da pesca e do criatório de caprinos. Deste modo, a preservação da memória conselheirista é fundamental para as lutas atuais das comunidades camponesas no sertão baiano, no sentido de que os pequenos produtores da caatinga criaram um modelo que, nos seus princípios, permanece plenamente atual. O trabalho de organização das associações comunitárias contra os grileiros colocou em evidência que o grande problema da agropecuária familiar sertaneja não é a seca, mas a cerca. Os conflitos de terra na região são marcados pela ocupação dos grileiros das áreas de fundo de pasto, que são terras comunitárias destinadas ao pastoreio e de posse coletiva, ocupada por uma comunidade cujos membros, geralmente, de uma mesma origem familiar, criam bodes e praticam a agricultura familiar. Assim, o desejo de viver em sua própria terra, de modo alternativo, fez com que os atuais habitantes de Canudos entrassem em conflito com os projetos assistencialistas dos órgãos públicos e com os prosélitos da indústria da seca.

O pano de fundo musical é feito com as músicas das romarias de Canudos, seguindo os principais gêneros musicais da música religiosa tradicional da localidade: as ladainhas, o ofício e os benditos. Vale registrar que a presença das ladainhas e dos ofícios vai além da reprodução passiva dos modelos propostos pela Igreja, encontrando no simbolismo – “o reino de Deus na terra” – a forte identificação do sertanejo. As composições musicais do filme, tais como *Canudos*, *Açude Vivo* de Pedro Casaldáliga e Cireneu Kuhn, *Homenagem a Canudos* de José E. dos Santos, *Glória dos Pobres* de Reginaldo Veloso e *Bendito dos Romeiros* de Zé Vicente, ajudam-nos a compreender o papel da música na cultura sertaneja,

na medida em que exercem funções de integração da comunidade; de representação simbólica e de validação das instituições sociais e rituais religiosos<sup>800</sup>.

No vídeo *Tempo Bravo - Guerra de Canudos Relembrada*, Alejandro Gabriel Miguelez propõe-se a falar da “memória imprecisa (inventada até), da memória que o avô conselheirista deixou a sua filha, a seus netos; da memória do povo que habita hoje o cenário da guerra”. Como Pola Ribeiro e Antônio Olavo, o diretor percorreu os caminhos do Conselheiro, garimpando recordações do “tempo bravo”, vozes antigas dos tempos da guerra. Durante 25 dias do mês de julho de 1997, Miguelez transpôs 3.000 quilômetros de estradas poeirentas, visitando cerca de vinte e cinco cidades e povoados do sertão baiano. Das 14 horas de gravações realizadas com depoimentos de cerca de 110 pessoas da região, o videomaker construiu uma narrativa de 27 minutos, focalizando falas secas e fortes, em que vicejam muitas versões e mesmo invenções que os cem anos impuseram.

Interessante observar que muitas das entrevistas originaram-se de uma estratégia discursiva em que o entrevistador não é o diretor e sua equipe, mas sim crianças do sertão, que, com vivacidade, interrogam pessoas da região sobre as andanças de Antônio Conselheiro. A reconstrução da guerra de memórias feita por Miguelez opta, assim, pela ausência de um narrador em *off*, conservando imagens e falas recorrentes do imaginário sertanejo de um sertão paraíso. Apesar das diferentes maneiras de contar, percebe-se certa coerência e continuidade das vozes da memória de Canudos, de uma tradição oral que teima em existir através das lembranças dos mais velhos. Da palavra emerge a esperança por dias melhores e o passado fornece a imagem de um tempo que, apesar de bravo, tinha fartura e dignidade.

Dentre os múltiplos e distintos depoimentos registrados, a experiência social de Antônio Conselheiro é vista numa perspectiva milenarista, na qual não existia fome e onde reinava fartura, com barrancas de cuscuz e rios de leite e mel. Como podemos perceber na fala do fotógrafo Antônio Olavo, é do imaginário do sertão paraíso, presente no folclore e na tradição milenarista, que vemos emergir a tradição de busca pelo sertanejo da Terra Prometida, na qual também é produzida a versão utópica socialista, onde se combina o passado com o presente, fabricando e difundindo, no seio da sociedade, a figura mítica de

---

<sup>800</sup> SANTOS, Eurides de Souza. **A Música de Canudos**. Salvador: EGBA/Secretaria de Cultura e Turismo do Estado da Bahia/Fundação Cultural, 1998, p. 92.

Conselheiro. Assim, Canudos representava um lugar sagrado para o sertanejo, na medida em que ele não passava privação material e dispunha de condições para sustentar sua família e viver longe do jugo do coronelismo vigente<sup>801</sup>.

Esse conjunto de vídeos possibilita salientar um discurso interno da comunidade canudense atual, evidenciando características que são úteis para reforçar a solidariedade interna das coletividades. Como os símbolos são brumosos e ambíguos, estas condições lhe permitem captar e expressar os rumos essenciais e profundos do sentir coletivo, recuperando a rica tradição oral de Canudos.

É no rastro da circularidade entre criações dos universos erudito e popular que encontramos sua influência na memória de Canudos presente nas obras de Euclides da Cunha e Ariano Suassuna, que, por sua vez, também é incorporada ao universo da cultura de massa, como no caso da produção quadrinística brasileira.

A quadrinização do livro de Euclides da Cunha remonta aos anos 1950, feita no âmbito da coleção Edição Maravilhosa, da Editora Brasil-América (EBAL), com adaptação de A. Miranda Bastos e desenhos de José Geraldo. Com um manancial inesgotável de temas para histórias em quadrinhos, a História do Brasil foi publicada em revistas de diferentes épocas - **O Tico-Tico**, **Sesinho** e **Edições Maravilhosas**. Imbuídos de uma preocupação nacionalista de valorização da nossa história, José Geraldo, Ivan Walsh Rodrigues, Gutemberg Monteiro, Humberto Barreiros, entre outros, foram responsáveis, juntamente com a produção didática à época da Reforma Capanema, por conceituá-la como "mestra da vida", na qual as crianças retirariam exemplos dos grandes vultos do passado na tentativa precípua da formação de uma consciência patriótica.

Especializada em adaptações de romances da literatura mundial e nacional, a EBAL contribuiu, decisivamente, para a difusão da literatura brasileira entre os leitores dos anos 1940 e 1950, constituindo-se como um capítulo especial da história dos quadrinhos brasileiros. Contudo, o enfoque acadêmico permeou a iniciativa de transposição da literatura para o mundo dos quadrinhos, tornando-os, na maioria das vezes, romances ilustrados, sem a problematização da linguagem quadrinística, na medida em que a funcionalidade criativa dos quadrinhos não se mede pelos parâmetros estéticos da

---

<sup>801</sup> SILVA, José Maria de Oliveira. **Rever Canudos...**, p. 249.

literatura<sup>802</sup>. Essa preocupação em retratar fielmente **Os Sertões** é notória na apresentação de Miranda Bastos, quando afirma que a adaptação do livro se deu “sem distorção” das maneiras de dizer de Euclides, “apenas condensando os períodos e frases, como seria indispensável à acomodação do precioso livro dentro de nossos limites de espaço”<sup>803</sup>.

É interessante observar que os desenhos de José Geraldo, com base na técnica da aguada, definiram um estilo inconfundível na construção narrativa dos seus quadrinhos, configurando a preocupação em registrar, através de desenhos elaborados com precisão e rigor, as características marcantes da exuberância da natureza brasileira, especificamente o sertão nordestino, colocando-as como elementos demarcadores do nacionalismo presente na cultura brasileira. Assim, o grafismo dos desenhos prima pela excelente pesquisa sobre os traços característicos dos sertanejos, resultando na montagem cuidadosa do cenário.

Nota-se certa visão depreciativa de Canudos, interpretando-o a partir da oposição entre espaço civilizado e espaço primitivo. Ao associar o bandido ao mundo atrasado e primitivo, emerge nesses discursos um conteúdo pejorativo (facínora, celerado) e uma associação à animalidade (fera), indicando sinais de degeneração social da região, sinônimos do atraso nordestino, especialmente como terra sem lei, sem ordem. É significativo o quadrinho em que a imagem dos conselheiristas se aproxima da de cangaceiros, destituindo qualquer conteúdo social da rebelião de Canudos. O texto é esclarecedor:

*“Canudos era o homizio de famigerados facínoras. Ali chegavam, de permeio com matutos crédulos e vaqueiros iludidos, sinistros heróis da faca e da garrucha. Dali partiam bandos turbulentos arremetendo com os arredores. Toda sorte de tropelias era permitida, desde que aumentassem o patrimônio da grei. Em dilatado raio em torno de Canudos, talavam-se fazendas, saqueavam-se lugarejos, conquistavam-se cidades”<sup>804</sup>.*

<sup>802</sup> CIRNE, Moacy. **História e Crítica dos Quadrinhos Brasileiros**. Rio de Janeiro: Europa/FUNARTE, 1990, p. 31.

<sup>803</sup> BASTOS, A. de Miranda. **Campanha de Canudos (Episódio de Os Sertões)**. Rio de Janeiro: Editora Brasil-América (EBAL), número 136, de novembro de 1956 (coleção Edição Maravilhosa).

<sup>804</sup> **Campanha de Canudos (Episódio de Os Sertões)**. Rio de Janeiro: Editora Brasil-América (EBAL), número 136, de novembro de 1956 (coleção Edição Maravilhosa), p. 12.

Além disso, na narrativa quadrinizada não são denunciadas as bárbaras gravatas vermelhas impetradas pela tropa aos conselheiristas, que se entregaram junto com Antônio Beatinho já no final da Guerra de Canudos. Segundo o texto, “Não há o que relatar o que houve a 3 e 4” de outubro. Era o silêncio sobre o crime da degola<sup>805</sup>.

Contra a repressão e a censura, vimos insurgir intensa produção de resistência dos quadrinhos nacionais. Neste contexto, o tema de Canudos retorna ao mundo dos quadrinhos na década de 1970. Inspirando-se na xilogravura popular nordestina, Jô Oliveira constrói, através das aventuras do cangaço e de Canudos, um universo simbólico de matriz sebastianista, vinculado ao imaginário medieval do sertão nordestino, bem próximo da produção intelectual de Ariano Suassuna. Em sua reelaboração do sebastianismo, verificamos a transfiguração de D. Sebastião como vingador em Lampião, que combaterá os “inimigos do povo”, produtores da fome e do sofrimento do sertanejo. A esperança messiânico-sebastianista emerge no cenário apocalíptico do combate desencadeado por Lampião, três séculos depois: “A catástrofe se repete. O campo de batalha se enche de mortos. Não se sabe quem foram os vencidos. Novamente o corpo do comandante desaparece. A lenda continua. Na mente do povo continua a esperança”<sup>806</sup>.

Uma resenha crítica escrita à época da publicação do álbum sugere que o conjunto das histórias de Jô Oliveira “revela uma nítida oposição misticismo-cangaço e, mais do que isso, uma opção pelo elogio da violência inerente ao cangaço”, com uma influência difusa do livro do jornalista Rui Facó, que coloca o cangaço como ante-sala da revolução. Por outro lado, a resenha propõe que o álbum desenvolve uma estética bem comportada e tradicionalista, próximo do ideário das elites locais, de um “*Nordeste Maravilha*”, no qual a caatinga, que impõe um universo rude e cruel aos seus habitantes, tão marcante nos desenhos nervosos e caligráficos de Henfil, aparece de forma bela, majestosa e equilibrada, retirando da xilogravura nordestina seus traços rudes e imperfeitos<sup>807</sup>.

A respeito da influência da obra de Ariano Suassuna, que associa o Nordeste ao passado medieval da Península Ibérica, pode se afirmar que ela irrompe na imagem do “reino encantado do sertão”, do verdadeiro Nordeste, cuja epopéia civilizatória seria a

---

<sup>805</sup> Idem, p. 47.

<sup>806</sup> OLIVEIRA, Jô. **A Guerra do Reino Divino**. Rio de Janeiro: Codecri, 1976.

<sup>807</sup> DÓRIA, Carlos Alberto. O Nordeste Maravilha contra o Super-Homem. In: \_\_\_\_\_. **Ensaio Enveredados**, pp. 194-195.

Guerra de Canudos, juntamente com o Arraial de Palmares. Esta escolha demonstra o reencantamento das promessas de libertação dos movimentos seculares. A valorização messianismo sertanejo, no qual o rei (Dom Sebastião), o profeta, os nobres e os vassallos são envolvidos no manto de uma simbologia religiosa e aristocrática, é criticada pelo professor Zaidan Filho, na medida em que a postura de Suassuna acaba por repudiar a política republicana e democrática no Brasil, responsabilizando-a pelo atraso e a desgraça do povo nordestino. Deste modo, ao lado do historicismo culturalista de Gilberto Freyre, a obra de Ariano Suassuna configuraria numa fetichização dos traços culturais nordestinos, visando uma sobrevivência simbólica das oligarquias nordestinas postas em xeque pela chamada Revolução de 1930<sup>808</sup>.

Importa matizarmos essas assertivas críticas, pois os seus autores não percebem potencialidades intertextuais presente no trabalho de Jô Oliveira, da interação e circularidade entre a cultura popular e a cultura de massa, no sentido de compor um quadro em que dialogam variadas modalidades de textos de caráter verbal e não-verbal, construindo a textualidade do Brasil contemporâneo. Para Cirne, trata-se “de um momento gráfico de rara beleza visual, na prática um quadrinho-cordel, sem as problematizações culturais (populares) do próprio cordel”<sup>809</sup>.

Em 1993, Parlim produz um belo álbum sobre Canudos, no centenário de sua fundação<sup>810</sup>. Além de sua paixão pela obra euclidiana, o autor se viu envolvido pela temática, tanto pelo lado afetivo - seu avô combateu na Guerra como médico-voluntário -, quanto pelas acaloradas discussões desencadeadas por D. José Rodrigues, bispo de Juazeiro/BA, a quem a revista é dedicada, e por Sérgio Guerra, professor da Universidade Estadual da Bahia (UNEB). Influenciado por este debate travado nos movimentos sociais e na Igreja Católica progressista, sua leitura sugere a vigência de uma espécie de comunismo distributivo e de igualitarismo em Belo Monte, reinventando, positivamente, a afirmação de Euclides da Cunha. Quanto à influência estética em sua obra, tal qual a obra de Jô Oliveira, percebe-se uma ascendência difusa da xilogravura nordestina.

Ao longo de 800 vinhetas trabalhadas artesanalmente por Parlim, pode-se perceber um domínio da linguagem dos quadrinhos, isto é, na adequada proporção texto-imagem, em

---

<sup>808</sup> ZAIDAN FILHO, Michel. **O Fim do Nordeste e outros mitos**. São Paulo: Cortez, 2001, p. 11-24.

<sup>809</sup> CIRNE, Moacy. **Op. Cit.**, p. 36.

<sup>810</sup> PARLIM. **A Guerra de Canudos em Quadrinhos**, Juazeiro/BA, Traço Studio, 1993.

sua disposição na página e na utilização dos recursos expressivos para a dinâmica da ação, especialmente, as onomatopéias. Entretanto, a qualidade de impressão e do papel não é das melhores, prejudicando seu aspecto gráfico.

Parlim, ao quadrinizar a Guerra de Canudos, evidencia o caráter cruento da vida brasileira no momento da consolidação do bloco republicano no poder, ao mesmo tempo em que, na recuperação histórica da memória de Canudos, o artista espera contribuir como suporte para a luta pela posse da terra no sertão baiano, no sentido de devolver aos camponeses a sua "*terra da promessa*".

Utilizando-se de ícones do imaginário histórico nordestino, Parlim vem construindo, à margem da indústria dos quadrinhos nacional, uma obra voltada para os quadrinhos enquanto prática pedagógica. Na medida em que educadores e pais considerarem a produção quadrinística como aliada no processo educacional, isso proporcionará um número ilimitado de práticas a seu serviço. Ao mesmo tempo em que pode despertar manifestações artísticas, este material possibilita um suporte importante para discussões em salas de aula e comunidades. Cômico destas potencialidades, Parlim tem elaborado histórias relacionadas ao folclore do rio São Francisco - **História do Nego d'Água** -, e à história do Nordeste - **Guerra de Canudos em Quadrinhos** -, que têm sido trabalhadas nas escolas de Juazeiro/BA, sua terra natal.

Os novos quadrinhos independentes demonstram que, apesar de serem pouco conhecidos, estão desenhando uma história paralela dos quadrinhos no Brasil. Com uma liberdade editorial que não existe num campo dominado pela produção meramente comercial, estas publicações evidenciam a qualidade e a diversidade crescentes dos quadrinhos independentes, especialmente por revelar a pluralidade de estilos e a explosão criativa dos seus autores<sup>811</sup>.

Neste conjunto de quadrinhos sobre a temática de Canudos, vislumbra-se a possibilidade de perceber a reconstrução do passado por estes artistas, inventariando sentimentos, esperanças e necessidades para o questionamento do presente, o que, por sua vez, acaba por evidenciar os confrontos político-ideológicos da construção do Brasil contemporâneo. A atualidade do tema está consubstanciada em belos testemunhos do

---

<sup>811</sup> SRBECK, Wellington. A revolução silenciosa dos quadrinhos independentes. In: **Palavra**. Belo Horizonte. Ano 1, nº 6, setembro de 1999.

discurso artístico que, com linguagens diversas e de diferentes modos, expressam poeticamente a rebeldia dos sertanejos na busca da cidadania.

Segundo Zilly, “nos últimos anos, Canudos passou do plano *real* ao da representação estética, processo normal em assuntos que se tornam históricos, distantes da realidade hodierna, *irreais* de certo modo, ou seja, literários”<sup>812</sup>, quadrinísticos e audiovisuais. Assim, mesmo com toda a crítica de historiadores e cientistas sociais quanto à inexistência do sebastianismo nas prédicas e práticas de Antônio Conselheiro, pode-se perceber uma permanência desta leitura numa fusão entre as interpretações de Euclides da Cunha e Ariano Suassuna e a cultura popular, especialmente a literatura de cordel, resultando numa circularidade entre as criações nos diferentes universos culturais, como pode ser visto no caso da história em quadrinhos, do cinema, na fotografia de Anna Mariani ou mesmo nas artes plásticas, tema do próximo capítulo<sup>813</sup>.

Portanto, ao buscar o viés não euclidiano, este capítulo analisou, no plano simbólico, o trauma revelador de uma sociedade que se quer auto-interpretar, forjando a emergência de formas interpretativas arraigadas em imagens, próximas do mito, revigorando-as e atualizando-as no que se encontrava em latência e disponibilidade no imaginário social. Assim, a luta discursiva irrompe nas múltiplas maneiras de dizer e interpretar os eventos, historicamente dados e arraigados na memória cultural da sociedade, postos à disposição para uma emergência discursiva. Como propôs Pedro Barboza, pode-se afirmar que tudo aquilo que se diz e escreveu sobre o arraial pode ser visto como unidade – bastante múltipla - de um conjunto de narrativas sobre Canudos, no qual “tem sua transcendência no discurso de construção histórica e diária da nacionalidade, em que ficção e história podem ser vistas como investimentos de sujeitos de interesses em conflito, que enunciam o texto narrativo: o relatório, o ensaio, o romance, o poema, a fotografia, a caricatura, as reedições de livros, romarias, o filme e páginas na *web*”<sup>814</sup>.

---

<sup>812</sup> ZILLY, Berthold. Canudos Telegrafado: A Guerra do Sertão como Evento de Mídia na Europa de 1897. In: **Anos 90: Revista do programa de pós-graduação em história**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, n° 7, julho de 1997, p. 59-87.

<sup>813</sup> CITELLI, Adilson. **Roteiro de Leitura: Os Sertões de Euclides da Cunha**. São Paulo: Ática, 1996, p. 129.

<sup>814</sup> BARBOSA, Pedro. **O Relato de Canudos: Uma ênfase não-euclidiana**. Salvador: Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística/Instituto de Letras/UFBA, 2001, p. 23 (Tese de Doutorado).

*CAPÍTULO 9*  
*CONTANDO HISTÓRIAS: A ARTE NOS CENTENÁRIOS DE*  
*CANUDOS*

*“La obra de arte significa lo que significa para nosotros”.*

*Ernst H. Gombrich*<sup>815</sup>

As batalhas da memória nos centenários de Canudos se apresentaram também nas obras de artistas plásticos que participaram das principais atividades comemorativas nas mais diversas instituições, criando uma narrativa visual que oferece evidências sobre a organização social de Belo Monte e o cenário dos combates da Guerra de Canudos. Embora Eric Hobsbawm tenha sugerido certa incapacidade das artes plásticas em se adaptar à “era da reprodutibilidade técnica”, constituindo-se, assim, em elementos menos importantes e marcantes dentro do quadro contemporâneo de produção cultural marcado pela mídia, particularmente acho que essa produção artística assumiu um papel importante na construção da memória coletiva produzida pela própria mídia, na medida em que as telas e esculturas foram (e são) utilizadas como ilustrações na imprensa ou mesmo pano de fundo na confecção de cenas cinematográficas<sup>816</sup>.

Apesar de a tradição de representar acontecimentos históricos em imagens ter uma longa trajetória, a pintura histórica foi acentuada no período entre a Revolução Francesa e a Primeira Guerra Mundial, época também marcada pelo crescimento do romance histórico. Instigados pelo nacionalismo, os pintores retratavam a história nacional, ora enfatizando os paralelos implícitos entre o passado e o presente, ora a representação da história social ou os aspectos sociais da política<sup>817</sup>.

No Brasil do século XIX, o projeto político de construção do Estado nacional no Brasil, com a hegemonia da classe senhorial escravista, encontrou, nas instituições estatais - Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e Academia Imperial de Belas Artes – e na

---

<sup>815</sup> GOMBRICH, Ernst H. – La Historia del Arte y las ciencias sociales. In: **Tras la Historia de la Cultura**. Barcelona: Ariel, 1977, p. 145.

<sup>816</sup> HOBBSAWM, Eric. O declínio da vanguarda no século 20. In: **Le Monde Diplomatique**. Edição brasileira, ano 2, número 12, janeiro de 2001.

<sup>817</sup> BURKE, Peter. **Testemunha Ocular: História e Imagem**. Bauru/SP: EDUSC, 2004, p. 197-199.

literatura romântica, as condições de possibilidade para se reordenar o passado enquanto fonte do presente, através de um discurso vinculado à “biografia da nação”. Ao retratar temas ligados à história do Brasil, os artistas plásticos reelaboravam as imagens que já existiam no imaginário da sociedade colonial, sob a influência do modelo francês de pintura histórica, numa espécie de “*versão visual dos fatos*”. Deste modo, a natureza e sua ordem imóvel tornam-se as marcas características da nação em formação. No âmbito da Academia Imperial de Belas Artes, a reconstrução do passado ficara a cargo da cadeira Pintura Histórica, em consonância com o discurso do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o programa romântico. Assim, ao longo do século XIX e início do século XX, destaca-se a importância da Pintura Histórica no ensino artístico no Brasil<sup>818</sup>.

De um modo geral, as telas de pintura histórica do século XIX marcaram, indelevelmente, a memória nacional, de tal modo que, “ao invés de serem encaradas como frutos de uma determinada concepção artística e histórica oitocentista, são tomadas como reflexo daquilo que representam”. Daí a necessidade de se “refazer o percurso que as levou a possuir tamanha força e importância, desnaturalizar seu lugar de ‘imagens canônicas’, lhes devolver sua historicidade”<sup>819</sup>.

Existe uma iconografia da guerra no Brasil ligada ao Academismo, em que se destaca a preocupação com uma determinada “*visão pedagógica e propagandística do ideal nacional no país*”<sup>820</sup>, como é o caso dos quadros de Victor Meirelles, *Passagem de Humaitá (1872)*, *Combate Naval de Riachuelo (1872)* e *Batalha dos Guararapes (1879)*, e de Pedro Américo, *Batalha de Campo Grande (1872)* e *Batalha de Avaí (1879)*. Tal visão reverberará, na temática de Canudos, nas obras de artistas ligados à instituição militar como é o caso de Funchal Garcia, que emolduram o cenário da Academia Militar das Agulhas Negras, no Rio de Janeiro.

Entretanto, é curioso observar que a pintura histórica não tem despertado, como deveria, a sensibilidade do historiador, deixando-a sob responsabilidade exclusiva do

<sup>818</sup> BITTENCOURT, José Neves. Espelho da “nossa” história: imaginário, pintura histórica e reprodução no século XIX brasileiro. In: **Revista Tempo Brasileiro**. Rio de Janeiro, nº 87: 58-78, outubro/dezembro 1986.

<sup>819</sup> CASTRO, Isis Pimentel de. OS PINTORES DE HISTÓRIA: A PINTURA HISTÓRICA E SUA RELAÇÃO COM A CULTURA HISTÓRICA OITOCENTISTA. In: **Pergaminho: Revista Eletrônica de História**. UFPB - ano 1 - n. zero - out. 2005, p. 65.

<sup>820</sup> CASTRO, Isis Pimentel de. **Op. Cit.**, p. 57.

historiador da arte<sup>821</sup>. Apesar de certo distanciamento inicial, as fontes iconográficas atualmente têm interessado o historiador, seja como testemunhos de outros aspectos do social, seja como objeto específico de estudos históricos, proporcionando-lhe variada gama de enfoques e métodos disponíveis<sup>822</sup>.

No caso, sobre o problema do método, sigo a sugestão de se ligar à história da imagem a teoria da cultura, na qual o que interessa na pesquisa é a compreensão de uma situação histórica com base em fontes figurativas e documentais. Assim, o trabalho preliminar de interpretação e decifração de uma pintura não coincide, necessariamente, com a avaliação propriamente estética, isto é, uma “pintura pode ser significativa para o historiador, por testemunhar determinadas relações culturais, importante para o estudioso iconográfico e, ao mesmo tempo, irrelevante do ponto de vista estético”<sup>823</sup>.

Assim, a busca de uma história cultural das imagens pode contribuir para pensarmos a representação, mecanismo que torna presente o ausente (memória), considerando que o significado de determinada imagem emerge dos usos sociais e das intervenções nas práticas culturais dos grupos sociais. Aracy Amaral chama a atenção para o fato de que o “preconceito em relação à abordagem conteudística da produção artística tem impedido a apreciação da preocupação social na arte do nosso tempo”, apesar dessa temática ter sido uma constante nas artes visuais brasileiras, como uma das características da arte latino-americana contemporânea. Desde a década de 1920, como que por vagas, paralelamente às tendências renovadoras e antiacadêmicas, o artista começa a debater o papel social da arte, seu público e “como colocar sua obra a serviço de alterações da estrutura de uma sociedade injusta”. Vale destacar que, geralmente, essas preocupações dificilmente fazem parte de toda a trajetória profissional de artistas, constituindo-se mesmo de uma fase do seu trabalho ou do contexto em que emerge certa efervescência político-social de seu entorno<sup>824</sup>.

Houve, contudo, um arrefecimento desta preocupação social a partir da década de 1970, quando o artista inclui o dado social em seu trabalho mais como um comentário aos

---

<sup>821</sup> MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Fontes visuais, cultura visual, História visual. Balanço provisório, propostas cautelares. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 23, nº 45, pp. 11-36 – 2003 [p. 22].

<sup>822</sup> CARDOSO, Ciro Flamarion. Iconografia e História. In: **Resgate**. Campinas: Centro de Memória/UNICAMP, 1990, v.1, pp. 9-17.

<sup>823</sup> GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 57.

<sup>824</sup> AMARAL, Aracy. **Arte Para quê? A preocupação social na arte brasileira (1930-1970)**. São Paulo: Studio Nobel, 2003.

eventos de seu tempo, culminando, na década de 1980, na ausência de um papel transformador e na sua adequação ao mercado de arte. Neste sentido, os artistas sintetizaram a condição de plena dispersão, típica de um período transitório, descartável e sem identidade, apesar do resgate da pintura como forma de expressão artística<sup>825</sup>. A Geração 80 se caracterizará pela ironia e deboche, numa pintura de cores vigorosas, figuração caricata, freqüentemente referenciada na iconografia da cultura de massa. Com o fim do vanguardismo dos anos 70, os artistas redescobrem a alegria, ressaltando a importância do gesto, da cor e do traço, através de um trabalho mais simples e comunicativo com o público, mas de pouca intervenção social<sup>826</sup>.

No caso das artes plásticas no Nordeste brasileiro, vale salientar que os artistas nordestinos têm questionado a predominância da genealogia minimalista da crítica de arte hegemônica do Sul do país, mantendo uma forte tendência figurativa em sua produção artística. Ana Mae Barbosa lembra que as relações entre o figurativo e o real têm sido pouco amadurecidas na atualidade do eixo Rio-São Paulo por conta da ditadura da “neovanguarda”. Talvez a heterogeneidade das margens da arte brasileira presente nos artistas nordestinos possa colocá-los melhor preparados para o diálogo multicultural que hoje predomina na arte contemporânea, na medida em que desenvolvem sua própria cultura visual, “rejeitando ou assimilando as correntes internacionais com autonomia pessoal e não por indução, construindo uma trama de diversidade incomum, com qualidade, apontando para um pós-colonialismo muito mais definido que nas regiões dominadoras do país”. O respeito à diferença, em que a onipotência dos modelos modernistas europeu e norte-americano é questionada constitui-se no instrumento mais importante da consciência estética no Nordeste brasileiro contemporâneo, resultando, assim, na necessidade de que a crítica de arte tenha maior flexibilidade na percepção do *outro* em seus próprios valores e “não previsualizado ou prejulgado por um único código, muito menos pelo código hegemônico do poder”<sup>827</sup>.

---

<sup>825</sup> CAMPOS, Jorge Lúcio de. **A Vertigem da Maneira: Pintura e Vanguarda nos anos 80**. Rio de Janeiro: Diadorim/UERJ, 1993.

<sup>826</sup> KAPLAN, Sheila. Visualidade, anos 70. In: MELLO, Maria Amélia (org.). **20 anos de resistência: alternativas da cultura no regime militar**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1986.

<sup>827</sup> BARBOSA, Ana Mae. As Artes Plásticas no Nordeste. In: **Estudos Avançados**. 11 (29), 1997, p. 242 e 249.

Nos centenários de Canudos (1993-1997), percebe-se marcante pluralidade interpretativa dos artistas brasileiros, ancorada no frutífero diálogo com a caleidoscópica profusão de imagens construída pelo discurso euclidiano. Contudo, os traços euclidianos serão apropriados pelo discurso artístico de diferentes modos e interpretações, possibilitando leituras inclusive contraditórias da visão original, como podemos perceber em exposições como as de Aldemir Martins, Carybé, Adir Botelho, Juraci Dórea, Audifax Rios, Kiko, Trípoli Gaudenzi, José Souza Pinto, Gildemar Sena, Gabriel Arcanjo, Otoniel Neto e Descartes Gadelha.

Selecionei, dentre estes artistas, aqueles que adquiriram certa legitimidade institucional, no sentido de produzir determinada memória de Canudos ou de Euclides da Cunha, como é o caso de Adir Botelho que confeccionou álbum comemorativo sobre Canudos ou que depositaram suas obras em instituições universitárias e museais, como foi o caso de T. Gaudenzi na Universidade do Estado da Bahia, Otoniel Neto na Casa de Cultura Euclides da Cunha, em São José do Rio Pardo, Descartes Gadelha no Museu de Arte da Universidade Federal do Ceará (MAUC).

A proposta de análise tem por objetivo problematizar essas telas como construção de determinada memória, cuja principal interlocução é a matriz euclidiana da interpretação messiânica da comunidade conselheirista. Assim, busco identificar, nas telas sobre a Guerra de Canudos, os símbolos dessa produção artística enquanto construções históricas, na medida em que são produtos de determinada experiência histórica, na qual se interagem artistas e instituições culturais. Ao mesmo tempo, interrogo até que ponto as releituras artísticas da obra euclidiana possibilitam ao seu espectador a ampliação de seu modo de ver o mundo.

Ao lado da presença euclidiana na memória plástica de Canudos, também efetuo uma incursão na tradição da xilogravura contemporânea nordestina e da literatura de cordel, ressaltando as obras de Abraão Batista e J. Borges que, representativas do processo de transformação do estatuto da xilogravura tradicional em obra de arte, encontram-se depositadas, respectivamente no Memorial Antônio Conselheiro, em Quixeramobim/CE, e no Museu do Folclore Edison Carneiro, no Rio de Janeiro.

## *AS ARTES PLÁSTICAS NAS BATALHAS DA MEMÓRIA DE CANUDOS*

Como apêndice de sua tese de doutorado, José Maria de Oliveira Silva destacou alguns trabalhos que vinculam a figura de Antônio Conselheiro à iconografia messiânica, como, por exemplo, as gravuras de Gonçalves, que ilustram o livro de Dantas Barreto, os desenhos de Aldemir Martins para **Os Sertões** (1968), de Acquarone para o livro de Edmundo Moniz, **Canudos: A luta pela terra**, de Clóvis Graciano para os livros de Paulo Dantas - **Quem foi Antônio Conselheiro** (1966) e **Capitão Jagunço** (1959) -, de Juraci Dórea para o disco de Fábio Paes, **América Neblina** (1991), dos desenhos de Jô Oliveira e Parlim. Além destes, o autor também lembra da pintura de Caribé, da escultura de Mario Cravo Júnior, da xilogravura de Adir Botelho e da pintura de Trípoli Gaudenzi<sup>828</sup>.

Durante os centenários de Canudos, a visibilidade de alguns artistas tornou-se evidente a começar pelo destaque que fora dado pela imprensa a algumas exposições como, por exemplo, **Canudos Rediviva**, de Gaudenzi, constantemente utilizado para ilustrar matérias relativas aos centenários de Canudos no jornal baiano **A Tarde**. Em 1993, como forma de assinalar o I Centenário da Fundação de Canudos, a Secretaria de Cultura e Turismo do Bahia e a Universidade do Estado da Bahia organizaram esta mostra de arte, composta por quarenta obras realizadas nas mais variadas técnicas (óleo, aquarela, guache, nanquim e técnica mista). Essa exposição percorreu, ao longo da década de 1990, inúmeras cidades do Brasil e do exterior como Fortaleza, Quixeramobim (CE), Salvador, Canudos (BA), São Paulo, Rio de Janeiro, Manaus, Berlim e Paris.

Em seu depoimento, o artista relata seu envolvimento com a temática a partir da leitura de **Os Sertões**, de Euclides da Cunha, não no sentido de ilustrar a obra euclidiana, “mas de tentar transmitir um sentimento profundo de todo o evento deixando, por vezes, flutuar a fantasia, porém, tendo sempre como contraponto a realidade histórica”. Do intenso trabalho de atelier, o Projeto Canudos resultou em cerca de quatrocentos trabalhos, dos quais foram editados em forma de livro 133 em cores e 71 em preto e branco<sup>829</sup>.

---

<sup>828</sup> SILVA, José Maria de Oliveira. **Rever Canudos: Historicidade e Religiosidade Popular (1940-1995)**. São Paulo, FFLCH/USP, 1996 (mimeo), p. 302-305.

<sup>829</sup> GAUDENZI, Trípoli. **Memorial de Canudos**. 2ª edição. Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo do Estado da Bahia/Construtora Norberto Odebrecht/Fundação Cultural do Estado da Bahia/Bahiatursa, 1996, p. 245.

Podemos identificar, na pintura expressionista de Gaudenzi, a dimensão humana e trágica do episódio, na medida em que o “espanto, o estupor, o gesto eletrizado e arrebatador ré-criados pelo pincel de T. Gaudenzi permitem materializar o que fazia falta ao relato frio e pouco percuciente da reconstituição exclusivamente científica”<sup>830</sup>. É na visão trágica da história que assenta a estética expressionista, apontando o gesto do artista na direção do limiar da destruição, onde os corpos lacerados pela guerra chocam a sensibilidade do espectador, mas ao mesmo tempo o desperta para a consciência histórica. Não esqueçamos que a iconografia da guerra foi definitivamente moldada pela magnífica obra de Pablo Picasso, *Guernica*, que estabelece um novo estilo expressionista de violência inaudita. Considerada o símbolo universal da memória dos vencidos, esta obra gerou, entre os anos 1930 e 1950, a revivescência geral do expressionismo na Europa, na América Latina e, principalmente, nos Estados Unidos<sup>831</sup>. Inclusive, alguns críticos de arte chegam a estabelecer comparações com as representações da Guerra de Canudos, tanto no caso do trabalho de Gaudenzi, quanto no de Adir Botelho, no sentido de denunciar a tragédia humana motivada, principalmente, pela incompreensão e intolerância com relação ao outro Brasil.

Composto de sete partes, o álbum iconográfico de Gaudenzi privilegia as cenas da guerra propriamente dita, cuja dramaticidade é retratada em cinco delas. Na primeira parte, o fervor religioso é a tônica da caminhada dos romeiros em busca da terra prometida, “carregando imagens de todos os tamanhos e de todos os santos, curvados sob andores, cruzeiros alçadas à frente, entoando ladainhas e *kyries*, lentamente, pelas estradas do sertão, em direção a Canudos”. O título longo, pinçado do discurso euclidiano, sintetiza a iconografia proposta pelo artista plástico em sua representação do povo de Canudos, na medida em que mostra os símbolos que moldam o imaginário social de Canudos: o sol, a cruz, o estandarte e os retratos de santos, ao lado de violas, enxadas e rifles.

Ao exaltar a memória dos vencidos, retratando o ocaso de uma utopia tal qual fizera Euclides da Cunha no final do seu livro “vingador”<sup>832</sup>, seu trabalho pode ser inserido dentro da historiografia de matriz euclidiana que associa Canudos à tradição messiânica e

---

<sup>830</sup> FERRAZ, Renato. Apresentação. In: GAUDENZI, Trípoli. **Catálogo da exposição Canudos Rediviva**. Salvador: Bahiatursa/Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1993.

<sup>831</sup> LEYMARIE, Jean Expressionismo. In: **Dicionário da Pintura Moderna**. São Paulo: Hemus, 1981.

<sup>832</sup> LOBO, Júlio César. Vencidos. In: **A Tarde Cultural**. Salvador, 26 de junho de 1993, p. 12.

milenarista, na qual o “sofrimento é visto pelo artista como uma via para a redenção do homem do campo – descalços, com chapéus -, tendo na face a expressão da miséria e da fome”<sup>833</sup>. Importa notar que o artista escolhe para cada situação a técnica adequada para transmitir a emoção desejada, ressaltando o apuro técnico no domínio virtuoso do desenho, em que consagra a temática de Canudos. Seu toque pessoal no desenho, graças ao uso abstrato dos elementos visuais, acaba por criar a narrativa e não o contrário, na medida em que a pintura a óleo, com cores vibrantes, foi utilizada para cenas relativas à paisagem agreste de Canudos, os habitantes de Belo Monte, as procissões de conselheiristas rumo a Terra Prometida e as pregações de Antônio Conselheiro<sup>834</sup>.

As cenas de sua narrativa visual se revestem de elementos dinâmicos e os conselheiristas estão sempre em movimento, afluindo em massa pelas estradas que levavam a Canudos e as representações do líder de Canudos aproximam-no da figura do peregrino que, de alpercata e camisolão de brim, emociona as populações sertanejas. Nestas aparições, próximas das santas missões pregadas por frades capuchinhos e lazaristas, há uma clara devoção do seu séqüito, quase sempre representados de joelhos frente ao Santo.

Há uma evidente exaltação do povo de Canudos, representando tanto elementos de sua cultura, como o caso dos violeiros cantadores do sertão, quanto à destreza das lideranças conselheiristas, como no caso de Pajeú, “o temido chefe guerrilheiro”. Neste quadro chamou-me a atenção o gestual, em que se ressalta o movimento e dinamicidade, sobressaindo a convergência das pinceladas para o personagem de Pajeú montado a cavalo de arma em punho, sob o sol alaranjado do sertão.



*Pajeú, o temido chefe guerrilheiro*

<sup>833</sup> SILVA, José Maria de Oliveira. **Op. Cit.**, p. 304.

<sup>834</sup> PARAÍSO, Juarez. In: GAUDENZI, Trípoli. **Catálogo da exposição Canudos Rediviva**. Salvador: Bahiatursa/Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1993.

Também são retratadas as representações da guerra de Canudos ou suas conseqüências trágicas para o povo sertanejo, aproximando-se de alguns quadros do artista plástico norte-americano Grover Chapman, marcadas pelo lirismo místico de um puritano que se encantou com os sertões brasileiros, especialmente pela cor queimada dos seus campos.

As três expedições punitivas foram focalizadas a partir dos cenários dos confrontos em Uauá, Umburanas e nas Serras do Cambaio e Caipá, representados em tons pastéis e, principalmente, em preto e branco. A dolorosa busca dos caídos no campo de luta é a tônica de um conjunto expressivo de quadros da segunda parte.

A Quarta Expedição e a quase Quinta Expedição são expostas separadamente, revelando cenas de extrema violência. O espectro do velho Comandante Cel. Tamarindo, pendurado numa árvore, assustava a soldadesca na chegada ao cenário da guerra. Sob olhares de urubus, a morte mostrava sua face agourenta e, como uma companheira constante, rondaria o cotidiano da marcha militar. A fuzilaria cerrada e ininterrupta marcava o recrudescimento da guerra, fornecendo os elementos necessários para a construção da narrativa visual nesta parte do livro. Ao mesmo tempo, o artista busca retratar as precárias condições sanitárias dos hospitais de sangue e a disputa entre soldados pela posse de um cantil de água potável.

Referente às mazelas da guerra, o artista centra-se no sofrimento das prisioneiras de guerra, que, ao lado da fome e da sede, sofreram com a violência sexual por parte da soldadesca. É interessante notar que a maioria destes quadros é composta em preto-e-branco, a partir das técnicas do carvão, do nanquim ou da aquarela sobre papel, com o objetivo de realçar toda a dramaticidade do cenário dantesco.

A denúncia do massacre perpetrado pelo Exército nacional contra os sertanejos é retratada em diversos quadros que registram a “*gravata vermelha*”, sendo que muitas vezes os prisioneiros eram sacrificados ao som de bandas de música. Entretanto, a morte do Conselheiro não representou o final da guerra, destacando-se nos quadros o papel das mulheres nas trincheiras de Canudos. A resistência heróica dos conselheiristas é ressaltada em diversas telas, destacando-se “*Canudos Não Se Rendeu*”, na qual a imagem final do livro vingador de Euclides da Cunha é fielmente representada em tom expressionista,

retratando o drama e a dor dos sertanejos mortos e feridos, tendo ao fundo a cidade em chamas. São intensos os acentos da cor, marcados pela monumentalidade da forma, violência e acuidade do grafismo na composição da obra, observando-se que a representação de militares mortos não traz consigo nenhuma representação heróica.



*Canudos Não Se Rendeu*

No quadro comemorativo dos centenários de Canudos, destaco a obra do artista cearense Descartes Gadelha, que tem, desde os anos 1960, pautado sua trajetória artística na confecção de cenas da vida das classes populares, apresentando suas misérias e grandezas. Apoiado pela Lei Estadual de Incentivo à Cultura (CE) e Universidade Federal do Ceará, o artista apresentou a exposição *Cicatrices Submersas* no Centro Cultural da Abolição às vésperas do centenário do final da Guerra de Canudos, mantendo essa veia de crítica social. Elaborado desde 1976, seu registro estético da tragédia de Belo Monte é hoje parte integrante do acervo do Museu de Arte da Universidade Federal do Ceará. Composta de um conjunto de cerca de cem telas, 80 esculturas em bronze e cerâmica, 20 desenhos e sete xilogravuras, *Cicatrices Submersas* nos remete aos corpos dilacerados submersos nas águas do açude de Cocorobó.

O artista situa a rebelião de Canudos dentro dos quadros interpretativos de um movimento messiânico, que, segundo ele, era “chefiado por Antônio Conselheiro, a quem se atribuía a condição de enviado de Deus”. Sua interpretação se coaduna com a leitura euclidiana, da qual se inspira para realizar as telas, pela forma pictórica em que narra uma estuenda riqueza de detalhes a tragédia social sertaneja.

É neste sentido que existe um diálogo transcontextual entre as obras de Descartes Gadelha e Euclides da Cunha, oferecendo elementos para reflexão a respeito da construção da memória de Canudos nas artes plásticas, já que sua obra concorda, discorda e subverte o texto euclidiano, produzindo um “resultado de grande riqueza semântica e visual”<sup>835</sup>.

Diferentemente da proposta analítica de Inês Salles, que optou por dividir a obra de Gadelha a partir do livro vingador de Euclides da Cunha – terra, homem, luta -, manteve a divisão feita pelo artista cearense para sua exposição – o social, a religiosidade, a economia, o político e a luta -, por entender que ela enfatiza a sua própria interpretação do fenômeno de Canudos, no sentido de valorizar a vida cotidiana dos canudenses. O próprio autor afirma que o que lhe “apraz é a parte da religiosidade, a vivência de Canudos, o dia-a-dia”, o que nos possibilita compreender sua obra num diálogo maior com a historiografia contemporânea sobre Canudos. Na parte referente ao social, o artista expõe na tela “*Preparando o chão*” (1982) a proposta de um ideal socialista para a comunidade de Antônio Conselheiro que o aproxima da interpretação marxista de Edmundo Moniz, na clássica inversão da crítica euclidiana do “comunismo de beduínos” na caracterização da comunidade conselheirista. Aliás, o próprio Gadelha comenta:

*“... você vê que os cotovelos e as mãos e as enxadas, se você prestar atenção, os pés também, estão todos juntos, como aquela história do ideal comum, da terra, do trabalho em prol da comunidade. Esta concepção do ideal socialista”<sup>836</sup>.*



*Preparando o Chão*

<sup>835</sup> SALLES, Inês Cardoso. **Cicatrizes Submersas dos Sertões: Descartes Gadelha e Euclides da Cunha em correspondência**. São Paulo: Cone Sul, 2000, p. 19 e 84.

<sup>836</sup> Ibidem, p. 130.

É interessante observar que o artista se aproxima da leitura elaborada pelos marxistas e setores do pensamento de esquerda que articulam a temática de Canudos com a questão da reforma agrária, como no caso do quadro *O Reformista*, em que a mística do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) se apresenta na simbologia da enxada e da distribuição das terras para quem nelas trabalham.



*O reformista*

Noutra tela (*Deus não Vende a Terra que Ele Criou*) encontramos a imagem da Canaã sagrada de Antônio Conselheiro e seus seguidores, gente pobre e injustiçada, unida pela miséria, mas ávida por vida produtiva<sup>837</sup>, em que o artista se coloca ao lado dos deserdados da terra na crença da possibilidade da transformação social, baseada na vida igualitária e comunitária.



*Deus não Vende a Terra que Ele Criou*

Deste modo, os gritos rebeldes dos conselheiristas encontraram eco nas pinturas de Gadelha, ressaltando uma justa homenagem a Antônio Conselheiro como líder capaz e,

<sup>837</sup> GADELHA, Descartes. **Cicatrices Submersas: Uma ilustração de Canudos.** In: <http://www.mauc.ufc.br/acervo/gadelha/cicatricesubmersas/index.htm>.

principalmente, eficaz no processo de transformação social dos sertões brasileiros. A presença marcante dos ex-votos em sua pintura evidencia um diálogo frutífero com a cultura popular nordestina, registrando uma interface entre a eloqüente voz do sofrimento e a graça alcançada nos sonhos do Conselheiro.

Há na pintura de Gadelha uma multiplicidade de retratos de Antônio Conselheiro, em que os “vários” Conselheiros se apresentam ora empunhando uma cruz e uma enxada, ora em atitudes simbólicas de sua tumultuada existência e mesmo em momentos mais sagrados, refletindo sobre os destinos do seu povo. Inês Salles propõe que essa multiplicidade retratística de Conselheiro sintetiza sua transformação em símbolo do homem sertanejo, fruto e fruidor de elementos reais e mitológicos de nossa cultura popular<sup>838</sup>.



*Conselheiro pregando sertão a dentro (1983)*

Assim, o efeito místico atravessa toda a obra de Gadelha sobre Canudos como um objetivo estético, na medida em que, segundo o próprio artista, sua narrativa visual está marcada pelo “*medievalismo nordestino*”, registrado nas expressões faciais do beato, nas procissões, nos flagelos, nas figuras de Antônio Conselheiro, numa recriação da experiência de Canudos menos voltada para a verossimilhança externa e sim por suas impressões pessoais, marcadas pela sua postura ideológica. Todavia, este aspecto medieval da cultura nordestina não se choca com traços eminentemente contemporâneos da construção narrativa de sua pintura<sup>839</sup>.

O imaginário sobre o sertão medieval já fora explorado de várias maneiras pela produção cultural do país, tanto no interior da tradição letrada, como em Franklin Távora

<sup>838</sup> SALLES, Inês. **Op. Cit.**, p.145-146.

<sup>839</sup> Idem, p. 103

(**O Cabeleira**, 1876), Afonso Arinos (**Os Jagunços**, 1898), José Lins do Rego (**Pedra Bonita**, 1938; **Cangaceiros**, 1953), Jorge Amado (**Seara Vermelha**, 1946), Ariano Suassuna (**A Pedra do Reino**, 1971), quanto na tradição popular sertaneja, como no caso das novelas de cavalaria (**História de Carlos Magno** e **Os doze pares de França**), tão marcantes nas narrativas orais e nos folhetos de cordel, com seus “traços éticos” como a “*pureza, honra, lealdade, fidelidade, decência*”. Ao mesmo tempo, note-se que esta visão do medievalismo nordestino presente nas relações sociais se coaduna com a idéia de um “comunismo primitivo” em Canudos presente na literatura marxista dos anos 80, quando setores do pensamento de esquerda reafirmaram o caráter socialista da comunidade<sup>840</sup>.

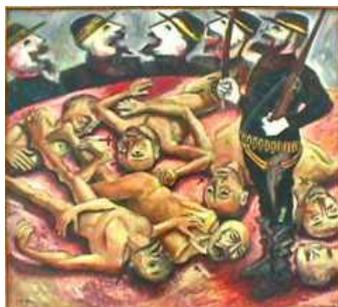
Há possíveis aproximações entre as telas de Gadelha e Gaudenzi, na medida em que suas obras priorizam a parte referente à luta, como no caso dos quadros “*Os empalados*” de Descartes Gadelha e “*Nas cercanias de Umburanas, o rastro trágico das malogradas expedições*” de Gaudenzi<sup>841</sup>. Podemos ainda aproximá-los no sentido da construção da memória dos vencidos, quando, ao longo de obra de Gadelha, há evidente simpatia com os conselheiristas, seja retratando a vida produtiva da cidade, com sua economia de subsistência ancorada na criação de caprinos (ver *Os Rebanhos* – 1976), seja enfatizando a insubmissão dos guerreiros de Canudos, como nos quadros *Linha de Frente, Juramento, Ataque e Era apenas quatro*.

As fronteiras entre palavras e imagens se diluem na escolha dos títulos selecionados nos textos euclidianos, que, repletos de elementos pictóricos, ajudam a designar certos aspectos da pintura, dramatizando-os. Assim, o texto intervém no interior da imagem, ajudando a compor uma narrativa histórica num profícuo diálogo intertextual entre palavras e imagens. Tomemos como exemplo os quadros relativos à luta, onde, ao lado da valorização da combatividade conselheirista, temos uma crítica irônica à visão dos vencedores da Guerra de Canudos no quadro *Troféus da República*, em que são apresentadas numa bandeja as cabeças de conselheiristas, rodeadas pelos trajes de gala dos oficiais do Exército brasileiro, com seus espadins desembainhados. Neste mesmo diapasão, o artista não exime a responsabilidade dos comandantes no massacre perpetrado contra os

<sup>840</sup> SILVA, José Maria de Oliveira. **Op. Cit.** (Capítulo 8).

<sup>841</sup> SALLES, Inês. **Op. Cit.**, p. 162.

conselheiristas, quando critica na tela *Os Comandantes* o regozijo daqueles com a morte dos combatentes canudenses.



*Os Comandantes*

Os momentos finais da batalha “têm nas telas de Descartes Gadelha os mesmos tons, entre melancólicos e dramáticos, registrados nas páginas de *Os Sertões*”, onde a “cidadela em chamas, corpos dilacerados e calcinados e os sobreviventes que deixaram a vila antes da destruição total, surpreendidos pelo pintor, ainda em procissão, são a versão pictórica, por excelência, da comovedora descrição de Euclides” (vide o quadro *Os Sobreviventes*)<sup>842</sup>.



*Os Sobreviventes (1993)*

Com vistas à comemoração do Centenário do Final da Guerra de Canudos, o artista plástico cearense, radicado em Brasília, Otoniel Fernandes Neto também produziu, em constante diálogo com a obra euclidiana, a série *Os sertões*. Composta por 50 pinturas a óleo, em 1998, parte deste acervo foi doada pela Nestlé à Casa de Cultura Euclides da Cunha, S. José do Rio Pardo (SP). A recepção de sua pintura marcada pelo paisagismo

<sup>842</sup> SALLES, Inês. **Op. Cit.**, p. 170.

demonstra a atualidade da pintura figurativa no cenário artístico brasileiro. Assim, a presença da fotografia é fundamental para a compreensão do seu trabalho, embora sua pintura não tenha por objetivo transformá-la “exclusivamente num documentário pictórico”. Deste modo, Otoniel Neto pretendeu “oferecer mais um contato plástico-visual com o trágico episódio, que graças a grandeza d' **Os Sertões**, não caiu no esquecimento - cem anos depois, o grito de protesto de Euclides da Cunha permanece implacável em nossos deslumbramentos...”<sup>843</sup>.

Ao buscar na fotografia uma das fontes para o imagismo visual, o figurativismo de Otoniel, eivado de um tom naturalista, em que a luz tropical desempenha papel relevante na composição das telas, encontra na obra euclidiana elementos pictóricos tanto para retratar “a luz crua do dia sertanejo”, quanto para denunciar as mazelas sociais dos sertões brasileiros. O artista persegue a luminosidade do sertão, revelando o céu transparente do verão nas paisagens relativas a terra. O azul celeste estabelece um contraste com as cores queimadas do agreste, numa alusão à paisagem desértica de horizonte marcadamente monótono. O tempo parece não passar e não há sinal de mudança na situação de seca. A morte espreita o cotidiano e só resta ao sertanejo partir em busca de uma vida melhor em outras paragens.

Há um certo tom fatalístico nesta parte da obra de Otoniel, próximo do determinismo geográfico proposto pelo discurso euclidiano, exacerbando a idéia euclidiana de que as caatingas são um aliado incorruptível do sertanejo em revolta, como no quadro *Tocaia*, em que os combatentes canudenses mesclam-se com a paisagem.

Revisitando o tema dos retirantes da seca, consagrado pelo clássico expressionismo de Cândido Portinari na série *Retirantes*, o artista enfoca o drama humano dos deserdados da terra, abarcando num relance o passado, o presente e o futuro. Neste sentido, o quadro "*A Caminho de Canudos*" indica uma preocupação paisagística na composição da obra, em que os personagens são atravessados pela luz do sol, obliterando os rostos, mas não seus parcos pertences, ao mesmo tempo em mostra a monotonia e a aspereza da natureza que os revestem. É interessante observar que o título do quadro articula uma nova leitura da imagem, na medida em que indica a possibilidade de uma nova vida, a partir do abandono

---

<sup>843</sup> FERNANDES NETO, Otoniel. Nota Preliminar. In: **Os sertões: Fragmentos e Pinturas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1997.

do passado sofredor em busca da terra prometida, o lugar sagrado do Bom Jesus Conselheiro.



*A Caminho de Canudos*

No álbum, a transfiguração euclidiana do clima é representada na beleza da tormenta, que repentinamente toma de assalto a paisagem, impondo novos tons. A árvore sagrada do sertão, o umbuzeiro, representa o melhor exemplo de adaptação da flora sertaneja, que, ao lado do juazeiro, mantém nos sertanejos a esperança de dias melhores.

As representações do povo sertanejo fixam-se nos símbolos da civilização do couro, ressaltados na indumentária do vaqueiro. A destreza do homem sertanejo se manifesta na vaquejada, quando o artista expõe um quadro de movimentação quase selvagem, nas palavras euclidianas. As imagens produzidas nestas representações se aproximam das fotografias de Maureen Basilliat, publicadas no álbum **Os Sertões: Luz & Sombras** (1982), em que articula-se o texto euclidiano com as imagens de vaqueiros encourados em vestes do ofício, evidenciando uma postura marcante da dignidade sertaneja<sup>844</sup>.

As imagens relativas ao líder de Canudos guardam proximidade com as imagens clássicas sobre Antônio Conselheiro, descrita pela imprensa do final do século XIX, quando o líder é destacado tendo ao fundo sua “Jerusalém de Taipas”. Na representação de Otoniel as cores fortes evidenciam a expressividade do olhar de Conselheiro e sua fronte sulcada pela intensa peregrinação pelos sertões, sobressaindo o camisolão azul e o cajado, tendo ao fundo a cidade por ele criada. Noutro quadro (Ao Bater da Ave-Maria), o artista expõe uma das principais características do líder de Canudos, a sua oratória. Nos dias de conselhos, previamente anunciados, emocionava as populações sertanejas, encantando-os com sua palavra. José Calasans, inclusive, ressalta a melhoria de suas falações, com a valorização de

<sup>844</sup> BISILLIAT, Maureen. **Sertões: Luz & Trevas**. São Paulo: Raízes Artes Gráficas, 1982.

suas apresentações. Do púlpito, condenava a “lei do cão”, representada pela República. É interessante observar que tanto nas imagens do final do século XIX, quanto nas do final do século XX, sua figura sobressai e centraliza a cena, tendo ao fundo seu séqüito e a Igreja por ele construída<sup>845</sup>.

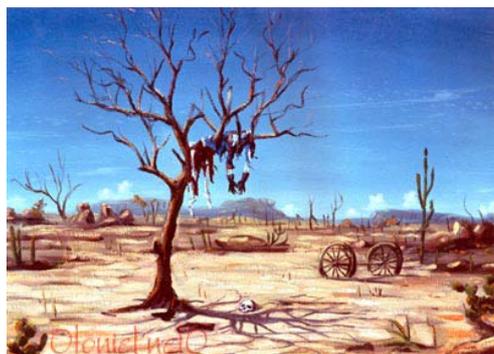


*Conselheiro, o Bom Jesus*

Mas, como Gaudenzi e Gadelha, a dramaticidade da luta, da guerra propriamente dita, torna-se o eixo narrativo da visualidade de Otoniel. O artista inicia esta parte denunciando o crime cometido pelas tropas republicanas num belo trecho euclidiano, articulando-o ao quadro sobre o início da refrega em Uauá, no dia 21 de novembro de 1896, no qual ressaltam-se uma grande cruz de madeira e símbolos de paz como a bandeira do divino. Não há na tela o espírito de guerra. Diferentemente dos artistas anteriormente mencionados, há no conjunto dessa parte da obra uma forte presença da dimensão militar em sua narrativa, conferindo certo destaque para as marchas e travessias das tropas, bem como para as batalhas ou contendas. O artista, inclusive, relewa o heroísmo do Cabo Roque, ordenança de Moreira César, que, num lance de coragem, guarda o corpo do coronel, enfrentando até o último momento, com os conselheiristas se batendo contra ele. Entretanto, esta suposta atitude heróica foi desfeita quando o cabo Roque aparece entre os fujões retardatários.

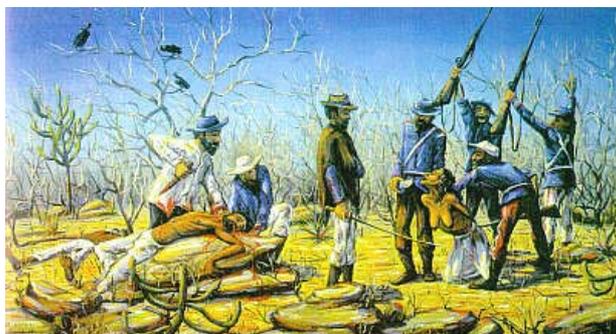
<sup>845</sup> CALASANS, José. Introdução. In: GAUDENZI, T. **Memorial de Canudos**, p. 18.

Algumas telas (*Passagem pelas Pitombas* e *Coronel Tamarindo*) retratam os restos dos corpos dos soldados flamejando nos galhos das árvores, estampando a imagem da violência dos combates, quando os conselheiristas decapitavam os soldados e os colocavam esparsos em vários trechos do caminho para Canudos. Nos quadros são realçados as cores dos uniformes militares, em tons de azul e vermelho, contrastando com a aspereza da caatinga, em seus tons pastéis.



*Coronel Tamarindo*

De certa forma, podemos aproximar o artista das reflexões desenvolvidas pelo historiador militar, Oliveiros Litrento, que propõe que a degola era prática comum a ambos os lados da contenda, contudo, preservando os altos escalões de tal ato abominável, como se supõe na tela *Viva a República*. Note-se que o artista Descartes Gadelha denunciou a presença dos comandantes na prática da degola, em tela reproduzida anteriormente, contrapondo-se a esta leitura de Otoniel.



*Viva a República*

Mas a dimensão trágica presente no discurso euclidiano perpassa a narrativa visual de Otoniel, quando a violência dos combates é enfatizada com imagens que mostram

Canudos em chamadas como *Zona Mortífera* e *Noite de 2 de março de 1897*. Entretanto, são poucas imagens que retratam o heroísmo sertanejo, como é o caso das telas referentes à luta corpo-a-corpo, o lance épico do ataque a Matadeira por parte dos conselheiristas ou, por fim, no irredentismo de Canudos, representado na tela final, quando caíram seus últimos defensores.

Em 1998, a edição do álbum de xilogravuras de Adir Botelho sobre Canudos reitera, com 120 gravuras, seu papel de destaque no cenário artístico nacional. Inspirado na xilogravura goeldiana de forte acento expressionista, o artista mantém um vínculo permanente com as questões políticas e humanas, cujo ápice encontra-se nestas xilogravuras sobre Canudos. Maturada no período de 1978 a 1998, a temática canudense ultrapassa a simples tentativa de ilustrar **Os Sertões**, o que lhe confere uma leitura pessoal e autônoma de Canudos<sup>846</sup>.

É interessante observar que, no Brasil, o estabelecimento de uma tradição da xilogravura como uma questão de arte se dá com o Modernismo, nas magníficas obras de Lasar Segall, Oswaldo Goeldi e Lívio Abramo, na medida em que o forte acento expressionista das obras de Goeldi e Segall mostra a adaptabilidade do movimento de matriz nórdica à cultura modernista brasileira, constituindo, praticamente, numa das retóricas mais plausíveis do modernismo brasileiro<sup>847</sup>. Inclusive, a temática do sertão fora abordada por Lívio Abramo, em 1947, na série *Pelo Sertão*, composta por 26 xilogravuras, que ilustraram o livro de mesmo nome de Afonso Arinos de Mello Franco (1868 - 1916), publicado pela Sociedade dos Cem Bibliófilos do Brasil. Influenciado por Mário de Andrade e Euclides da Cunha, o gravador viaja para a região de caatinga de Minas Gerais e Bahia, numa proposta de imersão na natureza sertaneja.

Adir Botelho empreende um trabalho que se propõe a dialogar com esta tradição expressionista na gravura brasileira através da série *Canudos*, onde encontramos afinidades com os trabalhos de Raimundo Cela e Oswaldo Goeldi, dos quais foi assistente na Escola Nacional de Belas Artes. De Cela conheceu a técnica da Água-Forte, mas foi com Goeldi que o artista se identificou com a xilogravura. Sulcando a madeira, Botelho inspirou-se nas assertivas de Euclides da Cunha para trazer os mistérios e misérias do Homem sertanejo.

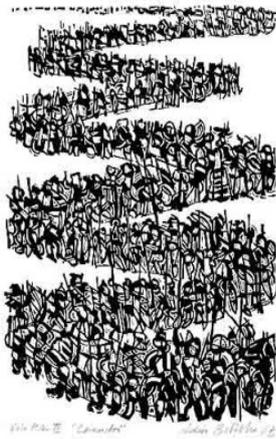
---

<sup>846</sup> BOTELHO, Adir. **Canudos: Gravuras de Adir Botelho**. Rio de Janeiro: Projeto ArteSesc, 1993; BOTELHO, Adir. **Canudos: Xilogravuras**. Rio de Janeiro: Escola de Belas Artes/UFRJ, 2002.

<sup>847</sup> COUTINHO, Wilson. Recepção para um Mestre. In: **Rio Artes**. Rio de Janeiro, ano 4, nº 19, 1995, p. 10.

Vista como totalidade, essa série coloca em evidência temas caros à estética expressionista, como o desespero e a morte, enfim o drama humano. Contudo, Ângela Ancora da Luz identifica em suas xilogravuras uma morfologia distinta do expressionismo nórdico de Goeldi, na medida em que o “calor latino explode em formas concheantes que se aproximam do barroco”. Esse barroquismo de Botelho pode ser identificado nos anjos barrocos do sertão, presentes nas procissões e rezas<sup>848</sup>.

Também Sílvio Castro propõe certa especificidade de Botelho diante de Goeldi, afirmando que as gravuras de “Canudos” representam a passagem de um expressionismo básico a um “novo realismo”. Assim, o artista coloca no lugar do “grito”, tão marcante na afirmação dramática e subjetiva do expressionismo, um “coro de vozes”, que denuncia a tragédia social do Brasil cruel. Aqui Canudos nada tem de parábolas, ao contrário da expressão simbólica de “*Guernica*”, de Pablo Picasso. O povo, nas gravuras de Botelho, “é aquela massa infinita e circular de infelizes condenados ao inferno por um poder cruel”, como podemos ver na prancha “Estranha Farândola” (1987) ou “Caminho de Canudos” (1986)<sup>849</sup>.



“Estranha Farândola” (1987)

Apesar das preocupações em buscar a caligrafia pessoal de Adir Botelho, registro aqui a proximidade entre o artista e o mestre Goeldi, quando ambos revelam um aspecto

<sup>848</sup> LUZ, Ângela Ancora da. A Campanha de Canudos e os sertões xilográficos de Adir Botelho. In: BOTELHO, Adir. **Canudos: Xilogravuras**. Rio de Janeiro: Escola de Belas Artes/UFRJ, 2002, p. 14-15.

<sup>849</sup> CASTRO, Sílvio. Canudos e o Brasil cruel na gravura de Adir Botelho. In: BOTELHO, Adir. **Canudos: Xilogravuras**. Rio de Janeiro: Escola de Belas Artes/UFRJ, 2002, p. 21 e 22.

extremamente importante do Brasil: a existência de vidas marcadas por uma *experiência incompleta*, seja pela pobreza, seja pela violência. Como disse Rodrigo Naves, “Homens e mulheres que vivem perto da vida, mas a quem a vida sonega quase tudo. Seres humanos repletos de experiência e incapazes de fazer uso dela”<sup>850</sup>.

As xilogravuras de Botelho são um libelo contra o esquecimento do massacre vivido por homens e mulheres de “Canudos”, mas que trazem consigo ao mesmo tempo a pujança da memória de uma utopia em que a vida comunitária e religiosa era o que movia a sua heróica resistência. Aqui os sertões aparecem como lugar de memória, mas também de penitência e reflexão nas gravuras de Adir Botelho. Nas palavras do próprio artista, a “visão xilográfica de Canudos, não é apenas reflexo de uma ‘*animalidade primitiva*’. Há todo um mundo de imagens que vão sendo criadas, mas o que há de concreto é a guerra sangrenta e suas conseqüências, transfigurada em corpos despedaçados, alquebrados, num todo dramático de homens e mulheres, os olhos luzindo com ardor febril, mãos erguidas, exaustos, exaltados pela dor e desespero e, não obstante, trazendo dentro de si uma surpreendente e obstinada coragem”. “Seja na trama, no drama, seja no estilo”, arremata o artista, “há que existir na xilografia da tragédia sertaneja, um conteúdo emocional capaz de reforçar o caráter mítico, a ação, o desfecho trágico, enfim, a brutalidade da luta em Canudos”<sup>851</sup>.

Desse modo, destaca-se, em suas gravuras, uma forte presença da cultura popular, especialmente dos ex-votos esculpidos em madeira, e do heroísmo da luta dos conselheiristas contra as injustiças sociais e uma resposta à barbárie do massacre de um povo, que buscou apenas uma alternativa à ordem social dominante. Neste contexto, a presença do anjo nas suas gravuras irrompe como uma possibilidade de salvação e redenção, um modo de ver que acentua não apenas uma manipulação do sagrado, mas uma mística da união com Deus e como condutor dos valores morais. Aqui percebemos, como alerta Thales de Azevedo, que não será possível visualizar e entender a religiosidade tradicional nordestina sem o seu diálogo contemporâneo com a literatura erudita de

<sup>850</sup> NAVES, Rodrigo. De fora: Goeldi. In: **Goeldi**. São Paulo: Cosac & Naify Edições, 2002, p. 29.

<sup>851</sup> BOTELHO, Adir. Canudos xilográfico. In: BOTELHO, Adir. **Canudos: Xilogravuras**. Rio de Janeiro: Escola de Belas Artes/UFRJ, 2002, p. 38 e 43.

Suassuna, João Cabral de Melo Neto, Joaquim Cardoso, etc., bem como os artistas plásticos que lhe dedicaram obras magistrais<sup>852</sup>.



Sheila Cabo identifica, na narrativa visual de Adir Botelho, uma proximidade com o anjo-primo daquele bêbado que desenhou Oswaldo Goeldi ou daquele que Paul Klee fez e que acabou por inspirar Walter Benjamin, em uma de suas teses sobre a história. Neles a existência rota os coloca na iminência da derrota. Nas palavras da autora, o “anjo de Adir, banhado de sangue, que escorre como gotas de tinta – embora gravado –, tem a serenidade daqueles que sabendo-se viver no mundo de ‘falsas liberdades’, como é o mundo contemporâneo, entendeu, por sua vez, que a melhor resposta para a condição do massacre, de desrespeito às opções individuais, é expor a sujeição do sujeito”. Assim, a xilogravura coloca em evidência sua sujeição a uma normatividade, “que agora passa pelas ‘novas mídias’, e assim expor sua condição de expulsão, uma opção de estar fora, mas agir, que talvez seja a grande lição que recebeu de seu mestre”, Oswaldo Goeldi<sup>853</sup>.

Além do mestre Goeldi, o diálogo estético de Botelho encontra interlocutores representativos na história da arte, que se debruçaram em temas que emergem em períodos críticos da sociedade humana, especialmente os desastres de uma guerra. Podemos mencionar aqui a série de gravuras de Francisco Goya (*Los Desastres de la Guerra*), de

<sup>852</sup> AZEVEDO, Thales de. O Tradicionalismo Católico no Nordeste. In: **Encontro Cultural de Laranjeiras 20 anos**. Aracaju: Secretaria Especial da Cultura/Fundação Estadual da Cultura, s/d.

<sup>853</sup> CABO, Sheila. Memória e salvação: Canudos revisitado. In: BOTELHO, Adir. **Canudos: Xilogravuras**. Rio de Janeiro: Escola de Belas Artes/UFRJ, 2002, p. 31.

Jacques Callot (*Misères de la Guerre*), a iconografia gravada da guerra civil mexicana de José Guadalupe Posadas, da magnífica pintura “*Guernica*”, de Pablo Picasso ou ainda as gravuras expressionistas de Ernest Barlach (*A guerra santa*), de Ludwig Meidner (*Guerra*) e Otto Dix (*A Guerra*). Desta forma, é perceptível, no conjunto xilográfico de Canudos de Adir Botelho, um diálogo com o espírito fantástico, de reconhecimento do valor humano e do caráter estético da obra expressionista, na qual o artista propõe uma relembração da “*imensa ruínia*”, articulando o trágico e o grotesco das expressões exasperadas – misto de inspiração mística e de imaginação popular.

Daí Marc Berkowitz ressaltar a opção de Adir Botelho de seguir o mito de Antônio Conselheiro, ao contrário de Euclides da Cunha que preferia ater-se à realidade como ele a via. Deste modo, Adir utiliza a literatura como trampolim do qual mergulha sua própria obra. Em sua leitura, o crítico de arte acaba por associar Canudos e a figura de Conselheiro a uma espécie de “Dança da Morte” da Idade Média<sup>854</sup>. À espera de um novo Gênesis, a História será Apocalipse<sup>855</sup>.

### *A GUERRA DE CANUDOS NA XILOGRAVURA POPULAR NORDESTINA*

Contemporaneamente, a outra fonte formadora da xilogravura brasileira é a gravura popular que passa a ser desenvolvida nos folhetos de cordel, a partir da década de 20, consolidando-se como obra de arte nos anos 1960. O pesquisador Leonardo Dantas Silva registra que, a partir de 1953, ocorre o processo de autonomização da xilogravura, “quando o Departamento de Documentação e Cultura da Prefeitura do Recife, dirigido por José Casio Regueira Costa, publicou um álbum dessas gravuras, com a colaboração do artista Aloísio Magalhães”. Segundo ele, em 1955, é realizada uma mostra no Museu de Etnografia de Neuchâtel, Suíça, influenciando, assim, artistas eruditos<sup>856</sup>.

Na década de 1960, o crítico de arte Geraldo Ferraz ressaltara a necessidade da gravura popular nordestina ser colecionada e estudada, apreciada em profundidade, por

<sup>854</sup> BERKOWITZ, Marc. Canudos Segundo Adir Botelho. In: **Canudos: Gravuras de Adir Botelho**. Rio de Janeiro: Projeto ArteSesc, 1993

<sup>855</sup> BOSI, Alfredo. **Reflexões sobre a Arte**. São Paulo: Ática, 1985, p. 67 (Série Fundamentos).

<sup>856</sup> SILVA, Leonardo Dantas. Os ilustradores do folheto popular. In: **A Arte de J. Borges: Do Cordel à Xilogravura (Catálogo de exposição)**. São Paulo: SESCSP/Santana, 22 outubro 2005 a 29 janeiro 2006, p. 44.

críticos e artistas, na medida em que trouxe consigo algumas obras de arte<sup>857</sup>. Em meio à crise da literatura de cordel como atividade editorial, a intervenção da Universidade do Ceará, através de seu recém-fundado Museu de Arte, em 1961, ao adquirir matrizes xilográficas e encomendar trabalhos para seu acervo, acabou por dar à xilogravura popular de Juazeiro do Norte o estatuto de arte. Essa intervenção, inclusive, possibilitou que essa coleção depois percorresse o roteiro europeu de museus e galerias<sup>858</sup>. Como resultado dessa estratégia de propaganda e legitimação, registre-se a consagrada aparição em Paris do livro editado luxuosamente: *Via Sacra – Gravada por Mestre Noza*, lançado em junho de 1965 pelo editor Robert Morel, com texto de Sérvulo Esmeraldo<sup>859</sup>.

É a consolidação da importância da xilogravura popular nordestina no cenário artístico nacional, na medida em que transcendeu o limite da manifestação folclórica, adquirindo reconhecimento nos meios plásticos eruditos pela sua dimensão estética. Nesta perspectiva, Roberto Pontual situa a *Via Sacra* de Mestre Noza como um exemplo de articulação entre a rudeza técnica com o refinamento da adequação de meios e mensagens, resultando numa expressividade artística tão elaborada quanto a arte erudita. Assim, as xilogravuras de Mestre Noza já se afastam um pouco da condição ilustrativa da literatura de cordel, assumindo forma de transição entre a pura utilidade e a fruição estética autônoma, no sentido de “uma pulsação individualizadora, remetendo-as para um tipo de percepção que pode prescindir de qualquer acompanhamento complementar”<sup>860</sup>.

De um modo geral, a xilogravura popular brasileira, em seus principais representantes, se encontra ligada ao ciclo da Literatura de Cordel. Para Luyten, a xilogravura é a verdadeira representação do espírito do cordel. Entretanto, ainda que se encontrem xilogravuras adornando cordéis no início do século XX, o autor afirma que esta vinculação só se efetiva por volta da década de 1940, devendo-se mais “à pobreza dos poetas e editores em encontrar clichês de retícula ou outros recursos gráficos para a

---

<sup>857</sup> FERRAZ, Geraldo. *Via Sacra*, de Mestre Noza. In: **Retrospectiva: Figuras, raízes e problemas da arte contemporânea**. São Paulo: Cultrix/Editora da USP, 1975, p. 107.

<sup>858</sup> CARVALHO, Gilmar de. A Tradição Contemporânea da Xilogravura Popular de Juazeiro do Norte. In: **Revista Tempo Brasileiro**. Rio de Janeiro, 147: 45-54, out./dez. 2001 (Número temático sobre Patrimônio Imaterial).

<sup>859</sup> FERRAZ, Geraldo. **Op. Cit.**, p. 107.

<sup>860</sup> PONTUAL, Roberto. Notas sobre a Xilogravura Popular Brasileira. In: **Revista de Cultura Vozes**. Petrópolis, LXIV (8): 53-58, outubro de 1970 [p. 55].

ilustração das obras”<sup>861</sup>. É o mesmo posicionamento de Gilmar de Carvalho que entende como equívoco associar a xilogravura à tradição do cordel, como se as primeiras capas tivessem sido escavadas na madeira, quando na verdade essa é uma contribuição posterior, por conta do preço dos clichês de metal<sup>862</sup>.

De qualquer forma, não podemos pensar nas representações sobre a Guerra de Canudos na xilogravura nordestina sem seu cotejo com a literatura de cordel, na medida em que, seguramente, a guerra de Canudos foi um dos primeiros grandes temas do cordel, sendo registrado por João Melchíades Ferreira da Silva, João de Souza Cunegundes e Manuel Pedro das Dores Bombinho<sup>863</sup>. Ao mesmo tempo, o cordel se revela como história não oficial do século XX, narrada pelos poetas nordestinos, o que o coloca como “documento popular mais completo do Nordeste brasileiro”. Interessante observar que, ao contrário dos que esperavam seu fim, com a formação de novos hábitos urbano-industriais de entretenimento, há cem anos a literatura de cordel reitera seu papel na cultura brasileira, mostrando sua vitalidade. Ora, “seus poemas de acontecidos são realmente memória, documento e registro de cem anos da história brasileira, recordados e reportados pelo cordelista, que além de poeta é jornalista, conselheiro do povo e historiador popular”<sup>864</sup>.

É no diálogo com essa tradição cultural que os xilogravuristas entalharam as seivas das madeiras, preferencialmente a emburana, mas também o cedro e o cajá, trazendo relevante contribuição para a arte brasileira. Como aspecto mais vibrante da ilustração de folhetos, podemos afirmar que a xilogravura expressa os signos não-verbais da literatura de cordel e, juntamente com as esculturas dos ex-votos, representam a visão estética do homem nordestino<sup>865</sup>.

Dentro da tradição xilográfica brasileira que retrata a guerra de Canudos, podemos identificar nas obras de Abraão Batista e J. Borges a dimensão de versatilidade, qualidade e invenção da arte brasileira, por veicularem as representações coletivas, os símbolos, as

<sup>861</sup> LUYTEN, Joseph M. A Xilogravura Popular Brasileira e suas Evoluções. In: PELLEGRINI FILHO, Américo (org.). **Antologia do Folclore Brasileiro**. São Paulo: EDART; Belém: UFPA, João Pessoa: UFPB, 1982, p. 255-271 [p. 257].

<sup>862</sup> CARVALHO, Gilmar de. **Op. Cit.**, p. 47.

<sup>863</sup> CALASANS, José. **Canudos na Literatura de Cordel**. São Paulo: Ática, 1984; BOMBINHO, Manuel Pedro das Dores. **Canudos, história em versos**. São Paulo: Hedra, Imprensa Oficial/EDUFSCAR, 2002.

<sup>864</sup> CURRAN, Mark J. **História do Brasil em Cordel**. São Paulo: EDUSP, 1998, p. 20 e 19.

<sup>865</sup> LUYTEN, Joseph M. A ilustração na literatura de cordel. In: **Revista Comunicações e Artes**. São Paulo, ECA/USP, (8): 5-16 [p. 8 e 9].

imagens e percepções, enfim, os horizontes do imaginário social e as expressões da visão de mundo de artistas populares.

Abraão Batista está ligado à tradição xilográfica de Juazeiro do Norte (CE), que, como encruzilhada de roteiros místicos, acabou por construir, com a chegada de artistas e artesãos romeiros, uma tradição cultural em que sobressaem, além da xilogravura, a literatura de folhetos. Eduardo D. B. de Menezes chama a atenção à continuidade entre o alto padrão criativo da primeira geração de xilogravuristas de Juazeiro e a excelência dos trabalhos dos artistas juazeirenses, como o próprio Abraão Batista, Expedito Sebastião da Silva e Stênio Diniz<sup>866</sup>.

Gilmar de Carvalho situa o trabalho de Abraão Batista numa geração de *entressafra*, isto é, intermediário entre os trabalhos pioneiros de Mestre Noza, Walderêdo, Antonio Lino e Manoel Caboclo e a *nova gravura*, com destaque para a obra de José Lourenço, Francisco Correia Lima, Francorli, Cícero Vieira, entre outros. Nascido em Juazeiro do Norte/CE, a 4 de abril de 1935, Batista, inicialmente, utilizou o cordel para veicular suas idéias políticas, quando partidário do Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Logo depois passou do folheto para o corte da capa, construindo uma obra das mais expressivas da gravura brasileira contemporânea, com três álbuns lançados – *Via Sacra* (1971), *Tarot do Sol* (1992) e *Signos* (1994) –, com exposições coletivas e individuais no Brasil e no exterior<sup>867</sup>.

Sua preocupação artística encontra íntima ligação com a realidade sócio-cultural nordestina, como explica o próprio Abraão Batista:

*“Juazeiro do Norte é religião, é misticismo, é fome, é peste, é guerra, é tudo isso. É beleza, amor, paz, desassossego, seca; se eu sou autêntico, eu tenho que enfocar esses assuntos (...)”*<sup>868</sup>.

Deste modo, o poeta e xilógrafo aborda temas característicos da vida regional, o que levou a Joseph M. Luyten situá-lo como um artista inserido no ciclo da Literatura de Cordel, tal qual Jotabarro, Minelvino Francisco Silva, José Costa Leite. Entretanto, o

<sup>866</sup> MENEZES, Eduardo Diatahy B. de. Apresentação. In: SOBREIRA, Geová. **Xilógrafos de Juazeiro**. Fortaleza: Edições UFC, 1984.

<sup>867</sup> CARVALHO, Gilmar de. **Op. Cit.**, p. 49.

<sup>868</sup> INSTITUTO NACIONAL DE FOLCLORE. **Pequeno Atlas de Cultura Popular do Ceará – Juazeiro do Norte**. Rio de Janeiro: FUNARTE/INF, Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1985, p. 61

pesquisador releva como característica particular de Batista o risco concêntrico e as dimensões enormes de suas gravuras<sup>869</sup>. Um exemplo disso é o conjunto de trabalhos produzidos especialmente para o Memorial Antônio Conselheiro, em Quixeramobim/CE, quando do centenário do final da guerra de Canudos, em 1997.

Estas grandes xilogravuras que emolduram o Memorial centram-se na transformação do cidadão comum, Antônio Vicente Mendes Maciel, no líder religioso, Antônio Conselheiro. Há um encadeamento cronológico na narrativa visual de Batista, retratando, inicialmente, a representação da vida cotidiana de Antônio Vicente Mendes Maciel no Ceará, quando atuou como caixeiro viajante em Sobral e o casamento fracassado de Antônio Conselheiro com sua prima, Brasilina Laurentina. Nesta mesma gravura, aparece Joana Imaginária, com quem Antônio Conselheiro supostamente manteve um romance no início de sua peregrinação pelos sertões do Nordeste brasileiro.



Como nos folhetos de cordel, a temática místico-religiosa encontra eco nas xilogravuras de Abraão Batista, sendo que, numa delas, os riscos concêntricos, que caracterizam sua obra, convergem para a figura de Antônio Conselheiro, em seus momentos de pregação pelos sertões. Chamou-me a atenção a ênfase na natureza pacífica do povo do Conselheiro, simbolizada num estandarte com uma pomba da paz, ainda que hajam menções a sertanejos armados com suas garruchas.

Em suas gravuras, há certa crítica à hierarquia católica com relação às prédicas de Antônio Conselheiro, que resultou em sua prisão pela polícia baiana em 1876. Contudo, o

<sup>869</sup> LUYTEN, Joseph M. A Xilogravura Popular Brasileira e suas Evoluções. In: **Op. Cit.**, p. 257.

artista, simbolicamente, enfatizara a presença cada vez maior de seguidores, que logo se mobilizariam para a construção da cidade santa de Belo Monte. Apesar do rechaço da hierarquia católica, a centralidade do catolicismo é demarcada com a presença da Igreja na praça central de Belo Monte, que é representada de forma produtiva, na qual todas as pessoas trabalhavam pelo bem comum. Para defender sua cidade, Conselheiro, guardado por anjos, possui na mão direita um rifle e na esquerda uma cruz. A cabeça do beato irradia uma energia como a de um sol incandescente, contrapondo-se ao ascetismo de suas vestes escuras. Mas o que ressalta nesta gravura é o fato de Conselheiro pisoteia a figura do diabo com um facão em uma de suas mãos, talvez simbolizando a República.



As representações da guerra de Canudos aparecem com cenas de extrema violência, como é o caso do estupro de uma sertaneja sob o olhar sádico de dois soldados, portando facões. O anjo desolado olha sem poder intervir na trágica cena. Nesta mesma gravura, a luta encarniçada entre soldados e conselheiristas é representada também pelo massacre de crianças, subjugadas pelos soldados. Contudo, a resistência sertaneja também se faz presente, quando, de lança em punho, um conselheirista a crava no peito de um soldado ou quando é citado o assalto heróico à Matadeira, com a guarda dos anjos. Essa dimensão místico-religiosa da presença de anjos também pode ser vista nas xilogravuras de Adir Botelho.

Vemos aqui, neste conjunto narrativo, a inversão dos papéis dos agentes sociais, onde o “povo” e os “camponeses” são apresentados como “heróis” e a Igreja Católica, a

classe dominante, o governo e o Exército como anti-heróis, contrariando a narrativa da “história oficial” em que vicejava a imagem de uma turba violenta e facínora.



Ao final da narrativa visual de Abreu Batista, a cabeça de Conselheiro é levada como troféu de guerra para ser exposta no Museu da Bahia, acentuando o seu destino trágico quando sua cabeça é consumida pelo fogo. Esta representação alude ao destino do crânio do líder de Canudos que ficou guardado na Faculdade de Medicina da Bahia até 1905, quando o prédio incendeia, levando consigo além deste despojo de guerra toda a coleção do médico Nina Rodrigues. Importa notar que, em nenhum momento, Batista coloca Antônio Conselheiro morto como o famoso retrato de Flávio de Barros, que o eternizou.



Parte fundamental da história contemporânea da xilogravura no Brasil, J. Borges (Joel Francisco Borges) sintetiza o universo sertanejo das pequenas e médias cidades do interior, enfatizando as condições de vida nos sítios e fazendas do nordeste brasileiro. Sua trajetória foi inicialmente marcada pela venda de folhetos, mas, a partir dos anos 1970, Borges, sulcando os tacos da emburana de cheiro, torna-se conhecido quando edita um álbum com dez gravuras de grandes dimensões e texto de Ariano Suassuna. Em 1974, foi convidado para participar da mostra itinerante “*Arte Gráfica Brasileira de Hoje*”, patrocinada pelo Itamaraty, que circulou nas principais cidades européias<sup>870</sup>.

É o início de um período em que artistas plásticos, intelectuais, colecionadores e *marchands* encomendam o trabalho de J. Borges, fortalecendo, além do seu trabalho, o processo de autonomização da gravura em relação ao cordel tradicional. Vale registrar o papel de *marchands*, como o suíço Pablo Stalli, de Zurique, e de intelectuais como Ariano Suassuna e Raymond Cantel (1914-1986), no processo de legitimação da gravura popular nordestina no cenário artístico nacional. No entanto, isto não implica que os artistas populares foram absolutamente passíveis ao seu processo de gradual reconhecimento, na medida em que experimentaram mudanças em relação ao seu meio cultural, e adaptaram-se ao gosto do público que passa a consumir seus produtos, ligado principalmente aos grandes centros urbanos.

Uma das principais vertentes de seu trabalho é representada por temas e personagens emblemáticos da cultura nordestina, como Lampião e Maria Bonita, Padre Cícero, a seca no sertão, os retirantes, a cultura da cana, a vaquejada, o forró etc. Em seu conjunto, a xilogravura popular nordestina é marcada pela variedade temática, acentuando um dualismo que simboliza a oposição universal dos contrários, como, por exemplo, bem/mal, céu/inferno. É um tema inesgotável, ao contrário do que supunham folcloristas, como Mário Souto Maior, que havia sugerido, no final dos anos 60, a inevitável “a morte da xilogravura popular na literatura de cordel”<sup>871</sup>.

Selecionei, dentro de sua vasta obra, a série xilográfica *Via Sacra de Antônio Conselheiro*, depositada no Museu do Folclore Edison Carneiro, no Rio de Janeiro e que

<sup>870</sup> LUYTEN, Joseph M. A Xilogravura Popular Brasileira e suas Evoluções. In: **Op. Cit.**, p. 267.

<sup>871</sup> ARANTES, Antônio e OKABAYASHI, Paulo. A Arte de J. Borges: do cordel à xilogravura. In: **A Arte de J. Borges: Do Cordel à Xilogravura (Catálogo de exposição)**. São Paulo: SESCSP/Santana, 22 outubro 2005 a 29 janeiro 2006, p. 22; SOUTO MAIOR, Mário. A Xilogravura Popular na Literatura de Cordel. In: **Brasil Açucareiro**. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Alcool, agosto de 1968, p. 87.

serviu de ilustração para o número especial sobre os 100 anos de Canudos da Revista **História, Ciências, Saúde: Manguinhos**<sup>872</sup>. Desde Mestre Noza, passando pelo caruarurenses Dila (José Soares da Silva), existe uma tradição dos xilógrafos nordestinos em retratar a *Via Sacra*, com quatorze gravuras representando a Paixão de Nosso Senhor Jesus Cristo. No caso de J. Borges, a associação de Antônio Conselheiro com Cristo é uma releitura da crença do séqüito conselheirista de que ele era a reencarnação de Cristo. Daí o apelido persistente de Bom Jesus Conselheiro ainda presente nas falas de romeiros da atual Romaria de Canudos. Lembremos que o mundo árido dos sertões nordestinos é muito parecido com o cenário bíblico, fazendo com que haja uma aproximação com o discurso religioso do Velho Testamento na interpretação de Canudos.

Vemos aqui que o “profetismo otimista, num lado, e o clima apocalíptico, no outro, encontram o equilíbrio de sua tensão no projeto do ‘êxodo’”. Para Otten, o êxodo, ao longo dos séculos, parece ser a forma como os cristãos buscam uma *vita communis*, no sentido do retorno utópico à vida comunitária dos primeiros cristãos. Nesta perspectiva, o “carisma profético do pregador leigo se revela neste retorno, na recuperação e radicalização do ideário do catolicismo popular”. Assim, através de uma leitura dos Evangelhos, Conselheiro acaba por inspirar-se no lado humano de Cristo e tenta imitá-lo em sua vida apostólica. Daí surge a comunidade de Canudos, segundo o modelo de vida da comunidade de Jerusalém<sup>873</sup>.

Percorrendo os sertões nordestinos, em pregações contra as mazelas da vida cotidiana dos sertanejos, Conselheiro aparece nas cinco primeiras estações da Via Sacra, sempre em movimento e cercado cada vez mais de adeptos. É interessante observar que na xilogravura que representa a terceira estação da Via Sacra, a imagem de Antônio Conselheiro, pregando na praça sob o olhar de devoção dos sertanejos, consagra certo distanciamento do peregrino com relação à Igreja Católica, na medida em que ele nunca aparece pregando dentro dos templos católicos.

A função da arte é fugaz como a função do sagrado, mas é, ao mesmo tempo, necessidade. A reinvenção do sagrado é feita de forma muito particular pelo artista, como

---

<sup>872</sup> **História, Ciências, Saúde: Manguinhos**. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, volume V (Suplemento), julho de 1998.

<sup>873</sup> OTTEN, Alexandre. A Influência do Ideário Religioso na Construção da Comunidade de Belo Monte. In: **Luso-Brazilian Review**. University of Wisconsin, Volume 30, n.2, Winter 1993, p. 93 e 94.

na sexta estação, simbolizando a construção da comunidade conselheirista em Belo Monte. A disposição da cena revela um amálgama entre o líder Conselheiro e seu séquito, compondo um quadro harmônico em que a religiosidade dá o tom da gravura, onde todos os personagens parecem irmanados pelo bem comum.



Apesar de não aparecer pregando em igrejas, Conselheiro, na sétima estação, recebe de braços abertos a missão dos padres capuchinhos a Canudos, liderados por Frei João Evangelista Monte Marciano, em 1895. A xilogravura de J. Borges não coloca ninguém armado ao contrário do relatório do Frei Monte Marciano em que se ressalta a presença constante da Guarda Católica, com seus rifles e facões. Entretanto, a receptividade da comunidade acaba quando o Frei, em sua santa missão, conclama aos conselheiristas que deixem a atitude rebelde e belicosa de Antônio Conselheiro contra a Igreja e o Estado e aceitem “o prestígio da lei, as garantias do culto católico e os nossos foros de povo civilizado”<sup>874</sup>.

Com o fracasso da santa missão, é deflagrada a guerra, simbolizada nas gravuras da oitava estação até décima segunda estação. A narrativa visual de J. Borges enfatiza, nestes desenhos, a intensa movimentação dos personagens em conflito, com seus facões, rifles e canhões, realçando a imagem de penitência e jejum de Antônio Conselheiro, retratado

<sup>874</sup> MONTE MARCIANO, Frei João Evangelista. Relatório ao Arcebispado da Bahia. In: MENESES, Eduardo Diatahy B. de & ARRUDA, João (orgs.). **Canudos: As falas e os olhares**. Fortaleza: EUFC, 1995, p. 138.

sempre rezando e em postura contemplativa, enquanto a soldadesca se preparava para a guerra. As gravuras da Via Sacra, correspondentes à IX, X e XI Estações, colocam o Conselheiro em posição de pregação frente aos combates cada vez mais sangrentos, levantando o moral de sua Guarda Católica. Todavia, na representação correspondente à décima segunda estação, temos o Conselheiro ajoelhado, rezando diante dos canhões do Exército nacional, como que prenunciando a derrota que se avizinhava.

Assim, na décima terceira estação, Conselheiro aparece morto numa representação próxima da imagem produzida por Flávio de Barros, deitado com seu manto, tendo na mão direita o cajado e na esquerda o crucifixo. Na composição desta xilogravura ressalta-se, de forma poética, que o mundo de Conselheiro encontrava-se de ponta a cabeça, com os telhados das casas revirados com as balas da “matadeira”. Finalizando sua narrativa visual, a cabeça de Conselheiro aparece como troféu de guerra nas mãos dos soldados da República, aproximando-o do martírio de Jesus Cristo que entregou sua vida em defesa do seu povo, ao mesmo tempo em que simbolizava o fim da utopia de Belo Monte.



No cotejamento destes trabalhos artísticos que se debruçaram sobre a temática canudense, emerge a produção de “*pinturas narrativas*”, em que se busca captar a história num conjunto de imagens, fundadas na obra euclidiana de reconstrução da memória de Canudos. Uma das características centrais das obras aqui analisadas é o estilo questionador

dos horrores da guerra, ainda que as soluções estéticas variem de acordo com as opções dos artistas. Assim, é possível identificar uma contraposição à estética naturalista e realista de Otoniel, em que a expressividade da violência dos combates contrasta com a maneira poética com que os elementos naturais são representados, com relação à parte das obras de Trípoli Gaudenzi, Descartes Gadelha e Adir Botelho, que optaram por um diálogo frutífero com a estética expressionista, na qual o homem transfigura-se ou desfigura-se em animal ou anjo, expressando mutações violentas dos contornos e da perspectiva. Próprio da construção discursiva euclidiana, suas obras parecem propor uma imagem do sertão baiano em guerra que é, ao mesmo tempo, fantástica, mas também um misto de terror e êxtase.

As intensas atividades comemorativas em torno dos centenários de Canudos trouxeram consigo representações em torno dos horrores da guerra, que remetem a uma crítica social, no sentido de associá-la, simbolicamente, à memória dos vencidos. Nesta perspectiva, podemos associar certa tendência expressionista na representação da guerra, numa busca em identificar no ser humano o limite entre a morte e a redenção, gestando uma visão trágica da História, próxima da narrativa euclidiana. É interessante observar que o expressionismo designa uma tendência quase que permanente na arte contemporânea, que se acentua nos períodos de crise social e desordem espiritual. Lembremos que vivíamos um período de forte interpelação da sociedade brasileira por conta da mobilização dos movimentos sociais no campo na década de 1990, que tomaram o tema de Canudos como forma de fomentar a visibilidade da reforma agrária na mídia. A luta pela reforma agrária adquiriu contornos dramáticos com os massacres de Corumbiara e de Eldorado dos Carajás, o que levou, de certo modo, a associar a tragédia de Canudos ao momento contemporâneo, especialmente a pintura de Descartes Gadelha.

Por outro lado, é mais do que necessário estudar com mais regularidade e tornar conhecido um *corpus* de informações das criações populares, na medida em que é perceptível uma transculturação na produção xilográfica brasileira, verificada na forte presença da cultura popular nas representações do fenômeno de Canudos, tanto no trabalho de Adir Botelho e Descartes Gadelha, quanto nas obras de J. Borges e Abraão Batista. Ao mesmo tempo, em que o profetismo de Conselheiro irrompe em várias gravuras de J. Borges, encontramos nas gravuras de Abraão Batista e Adir Botelho os anjos do sertão que

guiam as ações do Conselheiro e seu séquito. Por outro lado, a presença de ex-votos na pintura de Gadelha reafirma esse diálogo fecundo de circularidade cultural.

Também não podemos esquecer dos laços e nexos relacionais entre as criações populares e o mercado, destacando as relações de dominação existentes, haja vista a mercantilização dos produtos artísticos em tempos globalizados permitir que as artes de fonte popular ingressem nos museus de arte e galerias, ao mesmo tempo em que possibilita o questionamento de sua posição periférica em relação às criações da elite<sup>875</sup>.

Na cultura brasileira contemporânea, a atualidade do tema está consubstanciada em belos testemunhos do discurso artístico como o de Trípoli Gaudenzi, Adir Botelho, Otoniel Neto, J. Borges, Abraão Batista, entre outros, que, com linguagens diversas e de diferentes modos, expressaram, poeticamente, o grito dos sertanejos na defesa de sua cidadania. As imagens do sertão, do sertanejo e de seu líder maior, Antônio Conselheiro, foram representadas de maneira plural no discurso artístico, na maioria das vezes, simbolizando a resistência e o heroísmo do sertanejo. Ao abordar este tema histórico, esses artistas não efetuaram uma mera reconstituição dos acontecimentos históricos na sua factualidade, mas sim o registro de virtualidades latentes da história individual e coletiva do povo brasileiro, na medida em que revelam as múltiplas formas de representação da experiência de Canudos na contemporaneidade. Contudo, como vimos, a memória dos vencidos deu a tônica da maioria dos trabalhos analisados.

Assim, a arte nos centenários de Canudos (1993-1997) trouxe consigo a valorização ou desvalorização de determinados aspectos que foram rememorados, produzindo outros silêncios ou omissões de outras questões. Nas batalhas da memória de Canudos, a arte evidenciou que a oscilação de perspectivas interpretativas sobre o assunto varia de acordo com as propostas ideológica, cultural, política e, sobretudo, social dos agentes formadores da consciência histórica, incluindo os artistas-historiadores, o que oferece imagens variadas e, às vezes, contraditórias do “evento-modelo”<sup>876</sup>.

---

<sup>875</sup> FROTA, Lélia Coelho. Criação popular e arte contemporânea. In: **RioArtes**. Rio de Janeiro, nº 36, dezembro de 2003, p. 9.

<sup>876</sup> MACEDO, José Rivair & MAESTRI, Mário. **Belo Monte: Uma História da Guerra de Canudos**. 4ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

## CONCLUSÃO

### *Guerra de Canudos: Entre História e Memória*

*“Se atentarmos para o futuro provável do curso da história mundial, vislumbrando a posterior extensão e consolidação do capitalismo corporativo com toda sua brutalidade, ou uma luta desigual e prolongada travada contra ele, luta cuja vitória não é certa, a experiência camponesa de sobrevivência talvez seja a mais adequada a esta longa e dura perspectiva do que a esperança progressista, incessantemente reformada, impaciente, desapontada, de uma vitória final”<sup>877</sup>.*

John Berger

Na trilogia assinada por John Berger, emerge pulsante obra literária que busca resgatar a cultura do homem do campo, em suas agruras cotidianas de enfrentamento com os ritos naturais de sobrevivência. Na bela introdução à trilogia, Berger coloca algumas questões que servem de ponto de partida para reflexão destas considerações finais.

A epígrafe selecionada interroga qual o significado da experiência camponesa no processo de globalização? Inicialmente, Berger coloca como característica central do campesinato no mundo a vida dedicada à sobrevivência. Contudo, atualmente por conta do problema da sujeição dos camponeses ao ditames do progresso capitalista, pela primeira vez na história é possível que a classe dos sobreviventes não sobreviva, pois supõe-se a vindoura extinção da experiência camponesa. Para o autor, a palavra *sobrevivente* açambarca dois sentidos: alguém que sobreviveu a uma provação e alguém que continuou vivendo depois que os demais morreram ou desapareceram. É neste último sentido que o escritor emprega a palavra *camponês*. Dizer que os camponeses são uma classe de sobreviventes talvez possa conduzir a um equívoco típico da caracterização que é feita a partir do mundo urbano de que eles são atrasados, uma relíquia do passado. Entretanto, os camponeses não compartilham dessa visão de tempo, pois têm uma visão cíclica do tempo,

---

<sup>877</sup> BERGER, John. **Terra Nua**. Rio de Janeiro: Rocco, 2001, p. 27.

na qual os movimentos em direção ao passado e ao futuro não são contraditórios. Para eles, há uma aceitação maior do tempo histórico, que é simplesmente vestígios da roda a girar.

Nas palavras do escritor, “Todas as revoltas camponesas espontâneas tiveram como objetivo a restauração de uma sociedade camponesa justa e igualitária”, porque, raciocina o camponês, é injusto que “aqueles que são capazes de se alimentar são, por sua vez, obrigados a alimentar os outros”. Mas no sonho do camponês o trabalho ainda é necessário, pois o ideal de igualdade camponesa “reconhece um mundo de escassez, e sua promessa é de uma ajuda mútua e fraterna para lutar contra a escassez e uma justa distribuição dos frutos do trabalho”<sup>878</sup>.

As profecias de Engels e dos marxistas do início do século XX, que colocavam o camponês como uma classe em vias de desaparecimento diante da maior lucratividade da agricultura capitalista, se mostraram equivocadas, pois subestimaram a capacidade de resistência da economia camponesa e superestimaram a atração da agricultura para o capital. A desconfiança dos camponeses em relação ao “progresso” não é de todo equivocada ou sem fundamento, pois há uma clara contradição das esperanças que estavam contidas na noção de “progresso”, na medida em que a produtividade não está reduzindo a escassez, a transmissão do conhecimento não trouxe consigo maior democracia. Também a instituição do lazer não trouxe a realização pessoal e sim maior manipulação das massas ou ainda a unificação militar e econômica do mundo não trouxe a paz, mas genocídio.

Berger também faz-nos rever o suposto conservadorismo do camponês, quando afirma que sua noção de mudança é mais ampla, tanto pela sua capacidade de observação, já que nada lhe escapa no seu ambiente, desde as nuvens à pena do rabo do galo, quanto pela sua situação econômica, pois mesmo uma pequena mudança para pior na colheita pode ter conseqüências desastrosas para ele<sup>879</sup>.

Isto é fundamental, no caso do Sertão de Canudos, pois, apesar do processo de transformação numa comunidade agrária tradicional ser lento como é o caso, essas comunidades não ficaram fora da história, já que vivenciam um processo de evolução e mudança. Assim, ao tentarmos explicar qual o verdadeiro significado das imagens e histórias da memória social, temos uma tendência para racionalizá-las, contextualizando-as

---

<sup>878</sup> Idem, p. 15 e 16.

<sup>879</sup> Ibidem, p. 26 e 27.

sob outras formas, o que nos conduz a uma tentativa de separar o mito do fato. Entretanto, muitas vezes estamos criando mais uma lenda. Não quero com isso dizer que não tenhamos uma postura crítica com relação à memória, mas que esse interrogatório não pode revelar toda a verdade:

*“É um erro pensar que depois de lhe termos espremido os factos, examinando os argumentos e reconstruído as experiências - isto é, depois de a termos transformado em ‘história’ - arrumámos com a memória”<sup>880</sup>.*

Por outro lado, vimos que o surgimento da memória como objeto de estudo, como uma verdadeira obsessão, está relacionado ao medo que os historiadores tem da “amnésia, de sua incapacidade de conectar de alguma maneira, convincentemente, o passado e o presente”<sup>881</sup>. Talvez haja uma excessiva valorização da memória nos dias atuais e pouco valor ao pensamento. A recordação traz consigo uma dimensão ética e a “memória é, de forma dolorosa, a única relação que podemos ter com os mortos. Portanto, a crença de que recordar constitui um ato ético é profunda em nossa natureza de seres humanos”, pois sabemos que vamos morrer e ficamos de luto por aqueles que morreram antes de nós. Insensibilidade e amnésia parecem caminhar juntas. Mas recordar demais gera rancor e talvez esquecer traga consigo paz. Assim, para reconciliar-nos é necessário que a memória seja imperfeita e limitada. “Se o objetivo é ter um espaço para viver a própria vida, então é desejável que o registro de injustiças específicas se dilua em uma compreensão mais geral de que os seres humanos de toda parte cometem coisas terríveis uns contra os outros”<sup>882</sup>.

Partindo do pressuposto da idéia de memória como representação e como ação social, com seus ruídos do passado, muitas vezes dissonantes, minhas reflexões foram no sentido de realizar uma “*história da memória*” nos centenários da Guerra de Canudos (1993-1997), demonstrando que a memória de Canudos permanece como campo de disputa e de que essa dimensão de disputa, de controle é uma marca permanente da história. A

---

<sup>880</sup> FRENTRESS, James & WICKHAN, Chris. **Op. Cit.**, p. 244.

<sup>881</sup> CARDOSO, Ciro Flamarion. In: MORAES, José Geraldo Vinci & REGO, José Marcio. **Conversas com Historiadores Brasileiros**. São Paulo: Editora 34, 2002, p. 231.

<sup>882</sup> SONTAG, Susan. **Diante da Dor dos Outros**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 96.

representação do passado que predomina na memória coletiva e individual tem uma significativa participação no governo do corpo individual e social<sup>883</sup>.

Ao escavar o solo dos níveis da memória, através de uma observação atenta, percebe-se como funciona do imaginário social e seus mecanismos de apropriação dos acontecimentos históricos, identificando não só as camadas e os níveis explorados, mas também os objetos encontrados pelo investigador. Neste sentido, propus-me a elaborar uma leitura de como as comemorações que foram criadas à época dos centenários traduziram diferentes versões sobre o tema, refletindo sobre imagens construídas nos movimentos sociais, na produção intelectual universitária, artes e mídia.

Talvez a imagem de um “*palimpsesto*” seja a mais adequada para se pensar a historiografia e a memória no contexto das comemorações da Guerra de Canudos, na medida em que é reescrito indefinidamente utilizando-se o mesmo material, mediante correções, acréscimos, revisões, num constante processo de reescrita. Como afirma Pedro Barboza, a heterogeneidade do culto a Canudos “tem a virtude de se oferecer como lugar crítico das representações literárias e historiográficas investidas na amarga experiência de Belo Monte. A continuidade da tradição crítica de **Os Sertões**, as celebrações e a pesquisa têm realçado uma leitura que se baseia no lado denunciador do livro”<sup>884</sup>. A presença hegemônica de Euclides da Cunha, na construção da memória de Canudos, pode ser percebida na grande imprensa, com o destaque da cobertura jornalística sobre o filme de Sérgio Rezende, bem como a construção da *web page* especialmente veiculada durante o centenário da destruição de Canudos.

Ao mesmo tempo, na cultura brasileira contemporânea, a atualidade das ambigüidades euclidianas está consubstanciada em belos testemunhos do discurso artístico como o de Trípoli Gaudenzi, Adir Botelho, Descartes Gadelha e Otoniel Neto, entre outros. As imagens do sertão, do sertanejo e de seu líder maior, Antônio Conselheiro, foram representadas de maneira plural no discurso artístico, na maioria das vezes, simbolizando a resistência e o heroísmo do sertanejo, através da defesa da cidadania.

Por outro lado, a emergência da Canudos não-euclidiano, com a redescoberta dos sertões, nas obras de Odorico Tavares, Pierre Verger e José Calasans, proporcionou a

---

<sup>883</sup> FERRO, Marc citado por MONTENEGRO, Antônio Torres. MONTENEGRO, Antônio Torres. **História Oral e Memória: a cultura popular revisitada**. 3ª edição. São Paulo: Contexto, 1994, p. 15.

<sup>884</sup> BARBOZA, Pedro. **Op. Cit.**, p. 282.

revisão dos enunciados sociológicos e históricos da vertente hegemônica do relato. Nesta perspectiva, analiso, no plano simbólico, o trauma revelador de uma sociedade que se quer auto-interpretar, forjando uma luta discursiva em torno das múltiplas maneiras de dizer e interpretar o arraial. Essa tradição manter-se-ia com bastante vigor nas produções historiográfica, fotográfica e videográfica durante os centenários de Canudos (1993-1997), destacando uma dimensão poética da tradição oral presente no Sertão do Conselheiro.

Assim, a busca da construção da identidade camponesa, no processo de resistência e de construção da história conselheirista, oportunizou aos canudenses o restabelecimento da afirmação de si, livrando-se das imposições e dos preconceitos do sistema dominante, na medida em que passam a serem sujeitos do seu presente e protagonistas do seu futuro. As comemorações dos centenários da Guerra de Canudos possibilitaram aos movimentos sociais - Movimento Popular e Histórico de Canudos (MPHC) e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), sindicatos dos trabalhadores rurais, Igreja Católica e a organismos não-governamentais - a construção da experiência camponesa de Canudos como símbolo da reforma agrária. A memória da Guerra de Canudos era relida visando evidenciar sua atualidade no contexto das lutas sociais na contemporaneidade.

Ao mesmo tempo, as reivindicações dos diferentes grupos sociais sertanejos, em sua busca pela cidadania, colocavam em xeque determinada visão da identidade nacional, que já não dava mais conta da multiplicidade de memórias subterrâneas, que a interpelavam com a emergência, na historiografia contemporânea, das lembranças dos excluídos. É nesta perspectiva que houve uma verdadeira obsessão do presente com relação ao passado, com a constituição de “*lugares da memória*”, no Sertão do Conselheiro, região em que Antônio Conselheiro deixou rastros em suas peregrinações. Visando curar as feridas provocadas pelo passado, podemos mencionar iniciativas como o *Parque Estadual de Canudos*, gerenciado pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), e do *Instituto Popular Memorial de Canudos* (IPMC), vinculado à Igreja Católica, *Museu Histórico de Canudos* ou do Memorial de Antônio Conselheiro em Quixeramobim/CE.

As batalhas simbólicas das diversas representações da Guerra de Canudos, nos mencionados lugares de memória, evidenciaram que as construções identitárias são instrumentos de poder, especialmente em seus confrontos com a história e a memória nacionais. Desse modo, mesmo com todos os percalços ideológicos e institucionais

existentes nestes empreendimentos, percebe-se a necessidade de se recriar a memória dos que perderam não só o poder, mas também a visibilidade de suas ações, resistências e projetos nos sertões nordestinos, propondo que este patrimônio histórico, aliado à idéia de cidadania, evoque as múltiplas dimensões da cultura como imagens de um passado vivo.

A visibilidade adquirida pelas comemorações dos centenários de Canudos na mídia fez com que a instituição militar se posicionasse nas arenas de contenda, ora mantendo posições tradicionais da historiografia militar, ora buscando se adequar às transformações que se processavam no seio da organização militar dentro do processo de democratização e, assim, revendo algumas posições anteriormente vistas como inatacáveis. Talvez, finalmente, o Exército tenha compreendido a lição euclidiana de que, após a luta, um herói anônimo, o verdadeiro vencedor deveria triunfar em Canudos: o mestre-escola<sup>885</sup>, mas também médicos e assistência técnica para enfrentar os problemas das secas. Contudo, Canudos permanece ainda como uma arena de contenda no interior da instituição militar e um campo de tensão no seu relacionamento com a sociedade brasileira como um todo.

A riqueza do material coletado na pesquisa reside, exatamente, no fato de proporcionar ao historiador um rico painel dos conflitos e contradições em torno da memória e da identidade social da comunidade sertaneja, demonstrando a importância da análise das memórias coletivas como a forma que deve tomar uma história que se pretende contemporânea. Tal processo articula-se à rápida proliferação das memórias coletivas, por conta tanto das convulsões e rupturas das sociedades contemporâneas, quanto ao poderio dos meios de comunicação de massa. A intensa tentativa do registro das lembranças expressa o temor pelo desaparecimento do passado, em virtude de um tempo cada vez avassalador e marcado por transformações abruptas. Em busca de um sentido para a vida prática, as pessoas, grupos e povos procuram reinventar referenciais esquecidos ou silenciados. Há, assim, uma *politização da memória*, fazendo com a presença de múltiplas memórias subterrâneas obriguem aos poderes a negociarem sua legitimidade<sup>886</sup>.

Ora, o denominador comum das obras que nos inspiraram teoricamente sobre o *puzzle* entre memória e história é o fato de recolocar o presente como o momento

---

<sup>885</sup> CUNHA, Euclides da. **Diário de uma expedição**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 92 (Coleção Retrato do Brasil).

<sup>886</sup> GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Walter Benjamin: Os Cacos da História**. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 60 (Coleção Encanto Radical).; D' Alessio, Márcia Mansur. Intervenções da memória na historiografia: identidades, subjetividades, fragmentos, poderes. **Projeto História**. São Paulo, (17), nov. 1998, p. 269-280.

privilegiado do tempo histórico. Autores como Walter Benjamin, em suas pesquisas sobre o passado, fizeram com que repensássemos concepções alternativas de história, colocando a memória como fonte inspiradora para ver a história de um novo modo, no sentido da libertação. Talvez, no futuro, a história pensada como “*arte dos confrontos da memória*” possa ser lembrada como a marca historiográfica do nosso tempo<sup>887</sup>.

Então, essa história deve ser plural e ligada, através de uma reescrita permanente, a uma multiplicidade de memórias, na medida em que toda narrativa é escolha, relativa e temporária. Ante ao desejo de memória, os historiadores se viram instigados a renunciar à sua suposta neutralidade e colocar seu ofício a serviço da justiça, encontrando, assim, uma função crítica no seio da sociedade. Deixando de lado o terreno tranquilo da memória partilhada, os historiadores “tiveram que aprender a se movimentar sobre o terreno infinitamente mais difícil da memória contestada”<sup>888</sup>.

Mesmo que, nos últimos anos, Canudos tenha migrado do plano *real* ao da representação estética, marcadamente ficcional, em nossa consciência social, Canudos não se tornou história, é ainda memória, campo de vivência e luta, briga pelo presente e pelo futuro da República, pois “Canudos nos traz excelentes elementos para pensar a solidariedade e o comunitarismo como instrumentos de fortalecimento social (...). Talvez refletir sobre Canudos, hoje, nos leve a pensar novas formas de cidadania”<sup>889</sup>. Afinal de contas, qual sociedade nós queremos?

---

<sup>887</sup> HUTTON, Patrick. Recent Scholarship on Memory and History. In: **The History Teacher**. V. 33, n. 4 (Aug., 2000), p. 533-548.

<sup>888</sup> AYMARD, Maurice. História e Memória: Construção, Desconstrução e Reconstrução. In: **Tempo Brasileiro**. Rio de Janeiro, n. 153, abril-junho de 2003, p. 15.

<sup>889</sup> Entrevista com José Murilo de Carvalho. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, n. 667, 23 de maio de 1993, Caderno Especial.

## BIBLIOGRAFIA

### 1. HISTORIOGRAFIA, HISTÓRIA E MEMÓRIA

ABREU, Regina e CHAGAS, Mário. Introdução. In: ABREU, Regina & CHAGAS, Mário (orgs.). **Memória e patrimônio. Ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003, pp. 11-13.

ACHUGAR, Hugo. A nação entre o esquecimento e a memória: uma narrativa democrática da nação. In: **Lugar Comum: Estudos de Mídia, Cultura e Democracia**. Rio de Janeiro, NPCOM/UFRJ, nº 7, janeiro/abril de 1999, pp. 165-181.

ALBERTI, Verena. História Oral e Arquivos. In: SILVA, Zélia Lopes da (org.). **Arquivos, Patrimônio e Memória: Trajetórias e Perspectivas**. São Paulo: EDUNESP/FAPESP, 1999.

ALBERTI, Verena. **História Oral: A experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro: Editora da FGV/CPDOC, 1989.

ALBERTI, Verena. **Vender história? A posição do CPDOC no mercado das memórias**. Rio de Janeiro: CPDOC, 1996.

ALBUQUERQUE Jr., Durval Muniz de. Violar Memórias e Gestar a História: Abordagem a uma problemática fecunda que torna a tarefa do historiador um “parto difícil”. **Clio: Revista de Pesquisa Histórica**. Recife, n. 15, 1994 (Série História do Nordeste).

ALBUQUERQUE, Durval Muniz de. **A Invenção do Nordeste e outras artes**. Campinas/SP; Recife/PE: Cortez/Fundação Joaquim Nabuco, 1999, p. 35.

ALBURQUERQUE Jr., Durval Muniz de. Nos destinos de fronteira: a invenção do Nordeste (A produção imagético-discursiva de um espaço regional). In: **Debates Regionais: História e Identidade(s) Regional(is)**. Nº 2, João Pessoa: NDIHR, 1995, p. 23.

AMADO, Janaína. Construindo mitos: a conquista do oeste no Brasil e nos EUA. In: PIMENTEL, S. V. & AMADO, J. (orgs.). **Passado dos limites**. Goiânia: Editora da UFG, 1995, p. 54-56.

AMADO, Janaína. Região, Sertão, Nação. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 8, n. 15, 1995, p. 145-151.

- AMARAL, Aracy. **Arte Para quê? A preocupação social na arte brasileira (1930-1970)**. São Paulo: Studio Nobel, 2003.
- ANDRADE, Rosane. **Fotografia e Antropologia: olhares fora-dentro**. São Paulo: Estação Liberdade/EDUC, 2002, p. 76 e 106.
- ANICO, Marta. PATRIMÓNIO, TURISMO E POLÍTICAS CULTURAIS AUTÁRQUICAS. CONFLITUALIDADE OU CONVERGÊNCIA DE INTERESSES? In: **IV CONGRESO VIRTUAL DE ANTROPOLOGÍA Y ARQUEOLOGÍA NAYÁ**. Octubre del 2004. Capturado no endereço eletrônico <http://www.naya.org.ar/congreso2004/autores.htm>.
- ANKERSMIST, F. R. Commemoration and Nacional Identity. **Textos para História**. Brasília: Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília, nº 12, 2002 (no prelo).
- ANKERSMIT, F. R. - The Origins of Postmodernist Historiograph. In: TOPOLSKI, Jerzy (ed.). **Historiography between modernism and postmodernism: Contributions to the Methodology of Historical Research**. Amsterdam-Atlanta, Rodopi, 1994.
- ANKERSMIT, F. R. **History and tropology: the rise and fall of metaphor**. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1994.
- ARANTES, Antônio e OKABAYASHI, Paulo. A Arte de J. Borges: do cordel à xilogravura. In: **A Arte de J. Borges: Do Cordel à Xilogravura (Catálogo de exposição)**. São Paulo: SESCSP/Santana, 22 outubro 2005 a 29 janeiro 2006.
- AZEVEDO, Thales de. O Tradicionalismo Católico no Nordeste. In: **Encontro Cultural de Laranjeiras 20 anos**. Aracaju: Secretaria Especial da Cultura/Fundação Estadual da Cultura, s/d.
- BANN, Stephen. Mourning, Identity, and the Uses of History. **History and Theory**. Volume 37, Issue 1 (Feb., 1998), 94-101.
- BARASH, Jeffrey A. The Sources of Memory. **Journal of the History of Ideas**. V. 58, n. 4, oct., 1997.
- BARBOSA, Ana Mae. As Artes Plásticas no Nordeste. In: **Estudos Avançados**. 11 (29), 1997, p. 242 e 249.
- BARBOSA, Marialva. Memória e Tempo: Arcabouços do sentido da contemporaneidade. **Ciberlegenda**. Número 1, 1998.

- BARRERA, José Carlos Bermejo & MONROY, Pedro Andrés Piedras. **Genealogía de la História: Ensayos de Historia Teórica III**. Madrid: Akal, 1999.
- BARRERA, José Carlos Bermejo. Making History, Talking about History. In: **History and Theory**. 40 (May 2001).
- BATTISTONI FILHO, Duílio. **Iniciação às artes plásticas no Brasil**. Campinas: Papirus, 1990.
- BÉDARIDA, François (dir.). **L' Histoire et le métier d' historien en France 1945-1995**. Paris: Éditions de la Maison des sciences de l' homme, 1995.
- BÉDARIDA, François. Tempo Presente e Presença na história. FERREIRA, Marieta de M. & AMADO, Janaína (orgs.). **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro, Editora da FGV, 1996.
- BÉDARIDA, François. Une invitation à penser l' histoire: Paul Ricoeur, *La mémoire, l'histoire et l'oubli*. **Revue Historique**. Paris, n. 619, PUF, juillet/septembre 2001.
- BENJAMIN, Walter. **Obras Escolhidas: Magia e Técnica, Arte e Política**. Volume 1. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BENNETT, Tony. Introduction: popular culture and “the turn to Gramsci”. In: BENNETT, Tony, MERCER, C. & WOOLLACOTT, Janet (eds.). **Popular Culture and Social Relations**. London: Open University Press, 1986.
- BERGER, John. **Modos de Ver**. Lisboa: Livraria Martins Fontes Editora Ltda, 1982.
- BHABHA, Homi. **O Local da Cultura**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.
- BITTENCOURT, José Neves. Espelho da “nossa” história: imaginário, pintura histórica e reprodução no século XIX brasileiro. In: **Revista Tempo Brasileiro**. Rio de Janeiro, nº 87: 58-78, outubro/dezembro 1986.
- BLAIN, Jean. Entrevista a Paul Ricoeur. In : **Historia, Antropologia y Fuentes Orales**. Barcelona, 2, n. 30, 2003.
- BLOCH, Marc. **Historia e Historiadores**. Madrid: Akal, 1999.
- BODEI, Remo. **A História tem um sentido?** Bauru/SP: EDUSC, 2001.
- BODEI, Remo. **Livro da Memória e da Esperança**. Bauru/SP: EDUSC, 2004.
- BOSI, Alfredo. **Reflexões sobre a Arte**. São Paulo: Ática, 1985, p. 67 (Série Fundamentos).

- BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos**. São Paulo: T.ª Queiroz, 1979.
- BRANDÃO, Jacyntho Lins. A Justa Memória. **Jornal de Resenhas**. São Paulo, 12 de maio de 2001.
- BREFE, Ana Cláudia Fonseca. Pierre Nora, ou o historiador da memória (Entrevista). **História Social**. Campinas/SP: n. 6, 13-33, 1999.
- BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989): A Revolução Francesa da Historiografia**. 3ª edição. São Paulo: Editora da UNESP, 1991.
- BURKE, Peter. Bricolagem de tradições. In: **Folha de São Paulo. Mais!** São Paulo, 18 de março de 2001, p. 10-11.
- BURKE, Peter. **O que é História Cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
- BURKE, Peter. **Testemunha Ocular: História e Imagem**. Bauru/SP: EDUSC, 2004.
- BURKE, Peter. **Variedades de História Cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- CAMARGO, Célia & LOBO, Lúcia. A Pesquisa Histórica e as fontes não convencionais. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro, nº 20, 1984, p. 51.
- CAMPOS, Jorge Lúcio de. **A Vertigem da Maneira: Pintura e Vanguarda nos anos 80**. Rio de Janeiro: Diadorim/UERJ, 1993.
- CANDAU, Jöel. Le partage de l'oubli: lieux d'amnesie et déni commémoratif. In: <http://www.avinus.de/Candau.htm>. Capturado no dia 4/1/2005.
- CANDAU, Jöel. **Mémoire et identité**. Paris: Presses Universitaires de France, 1998.
- CARBONELL, Charles-Olivier. **Historiografia**. Lisboa: Teorema, 1981.
- CARDIM, Pedro (org.). **Cursos da Arrábida: A História: Entre Memória e Invenção**. Lisboa: Publicações Europa-América/Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998
- CARDOSO, Ciro Flamarion & MALERBA, Jurandir (orgs.). **Representações: Contribuição a um Debate Transdisciplinar**. Campinas/SP: Papirus, 2000.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. Iconografia e História. In: **Resgate**. Campinas: Centro de Memória/UNICAMP, 1990, v.1, pp. 9-17.

CARDOSO, Ciro Flamarion. Tempo e História. In: **Cuadernos Digitales: Publicación Electrónica de Historia, Archivística y Estudios Sociales**. N. 24, noviembre de 2004, Universidad de Costa Rica, Escuela de Historia. Capturado no endereço eletrônico: <http://www.fcs.ucr.ac.cr/~historia/cuadernos/c-24his.pdf> em 1/9/2005.

CARDOSO, Vicente Licínio. **À Margem da História do Brasil**. 4ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979 (Coleção Brasileira, v. 13).

CARVALHO, Gilmar de. A Tradição Contemporânea da Xilogravura Popular de Juazeiro do Norte. In: **Revista Tempo Brasileiro**. Rio de Janeiro, 147: 45-54, out./dez. 2001 (Número temático sobre Patrimônio Imaterial).

CASTRO, Celso. **A Invenção do Exército**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002, p. 11 (Coleção Descobrimos o Brasil).

CASTRO, Isis Pimentel de. OS PINTORES DE HISTÓRIA: A PINTURA HISTÓRICA E SUA RELAÇÃO COM A CULTURA HISTÓRICA OITOCENTISTA. In: **Pergaminho: Revista Eletrônica de História**. UFPB - ano 1 - n. zero - out. 2005.

CATROGA, Fernando. **Memória, História e Historiografia**. Coimbra: Quarteto, 2001.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: Entre Práticas e Representações**. Lisboa/Rio de Janeiro: DIFEL/Bertrand Brasil, 1991.

CHARTIER, Roger. A visão do historiador modernista. FERREIRA, Marieta de M. & AMADO, Janaína (orgs.). **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro, Editora da FGV, 1996.

CHARTIER, Roger. **Cultura escrita, literatura e história**: Conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre Anya, Jesús Anaya Rosique, Daniel Goldin e Antonio Saborit. Porto Alegre: ARTMED, 2001.

CHARTIER, Roger. La historia no terminó. In: **El Clarín**. Buenos Aires, Lunes 28 de agosto de 2000.

CHARTIER, Roger. O Mundo como Representação. In: **Estudos Avançados**. São Paulo, IEA/USP, 11 (5), 1991.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade/Editora da UNESP, 2001.

- CONFINO, Alon & FRITZSCHE, Peter. Introduction: Noises of the Past. In: \_\_\_\_\_ (orgs.). **The Work of Memory: New Directions in the Study of German Society and Culture**. Urbana: University of Illinois, 2002 (Edição Eletrônica).
- CONFINO, Alon. Collective Memory and Cultural History : Problems of Method. **The American Historical Review**. Volume 102, Issue 5 (Dec., 1997), 1386-1403.
- CONNERTON, Paul. **Como as sociedades recordam**. 2ª edição. Oeiras, Celta, 1999.
- COSTA, Helouise. **Aprenda a ver as coisas, fotojornalismo e modernidade da revista o Cruzeiro**. São Paulo: USP/ECA, 1992. 190 p. Dissertação (Mestrado, ECA/USP).
- COUTINHO, Eduardo. O Cinema documentário e a escuta sensível da alteridade. **Projeto História**. São Paulo, (15), abr. 1997, p. 184.
- COUTINHO, Wilson. Recepção para um Mestre. In: **Rio Artes**. Rio de Janeiro, ano 4, nº 19, 1995, p. 10.
- CRANE, Susan. Writing the Individual Back into Collective Memory. **The American Historical Review**. Volume 102, Issue 5 (Dec., 1997).
- CRÉPU, Michael. A grandeza frágil da memória. **Jornal da Tarde**. São Paulo: 21 de outubro de 2000.
- CRISTÓVÃO, Fernando. A transfiguração da realidade sertaneja e a sua passagem a mito (A Divina Comédia do Sertão). In: **Revista USP (Dossiê Canudos)**. N. 20, dezembro/janeiro/fevereiro 1993-1994, p. 43.
- CUESTA, Josefina. **Historia del Presente**. Madrid: Eudema, 1993.
- CURRAN, Mark J. **História do Brasil em Cordel**. São Paulo: EDUSP, 1998, p. 20 e 19.
- D' ALESSIO, Márcia Mansur. Intervenções da memória na historiografia: identidades, subjetividades, fragmentos, poderes. **Projeto História**. São Paulo, (17), nov. 1998, p. 269-280.
- D' ALESSIO, Márcia Mansur. Memória: leituras de M. Halbwachs e P. Nora. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: v. 13, n. 25/26, pp. 97-103, set. 92/ago 93.
- DA MATTA, Roberto. **Carnavais, Malandros e Heróis**. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.
- DAVALLON, Jean. A Imagem, uma Arte da Memória. In: ANCHARD, Pierre [et. al.]. **Papel da Memória**. Campinas/SP : Pontes, 1999.

- DAVIS, Natalie Zemon and STARN, Randolph (eds.). **Representations (Special Issue: Memory and Counter-Memory)**. Berkeley: University of California Press, Spring 1989, number 26.
- DECCA, Edgar Salvadori de. Desavenças da história com a memória. In: SILVA, Zélia Lopes da (org.). **Cultura Histórica em Debate**. São Paulo: Editora da UNESP, 1995.
- DIEHL, Aston A. Resenha CARDOSO, Ciro Flamarion; MALERBA, Jurandir (Orgs.). **Representações; contribuições a um debate transdisciplinar**. Campinas: Papyrus, 2000. 288 p. In: **Diálogos**. Volume 1, número 5. Maringá/PR: DHI, 2001.
- DIEHL, Aston Antônio. Memória e identidade: perspectiva para a história. In: TEDESCO, João Carlos (org.). **Usos de memórias (política, educação e identidade)**. Passo Fundo: Editora da UFP, 2002, p. 143-144.
- DIELH, Astor Antônio. **Cultura historiográfica: memória, identidade e representação**. Bauru: EDUSC, 2002.
- DOMINGUES, José Maurício. Sociologia da Cultura, Memória e Criatividade Social. **Dados - Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, v. 42, n. 2, 1999.
- DOSSE, François. **A História à prova do tempo: Da história em migalhas ao resgate do sentido**. São Paulo: Editora da UNESP, 2001.
- DOSSE, François. **A História**. Bauru/SP: EDUSC, 2003.
- DOSSE, François. **O Império do Sentido: a humanização das ciências humanas**. Bauru: EDUSC, 2003.
- DUBY, Georges. **Idade Média, Idade dos Homens: Do amor e outros ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- EAGLETON, Terry. Balzac encontra Beckham. In: **Folha de São Paulo. Mais!**. São Paulo, domingo, 05 de dezembro de 2004.
- ENGLUND, Steven. The Ghost of Nation Past. **The Journal of Modern History**. V. 64, Issue 2 (Jun., 1992), 299-320.
- FALCON, Francisco. **História Cultural: Uma nova visão sobre a sociedade e a cultura**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.
- FALCON, Francisco. História e Representação. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e MALERBA, Jurandir (orgs.). **Representações: Contribuição para um debate transdisciplinar**. Campinas, Papyrus, 2000.

- FARGE, Arlette. **Lugares para a história**. Lisboa: Teorema, 1999.
- FENELON, Déa. Cultura e História Social: Historiografia e Pesquisa. In: **Projeto História**. São Paulo, (10), dez. 1993, pp. 73-90 [p.77].
- FENTRESS, James e WICKMAN, Chris. **Memória Social**. Lisboa: Teorema, 1994.
- FERNANDES, José Ricardo Oriá. **FRAGMENTOS DA MEMÓRIA URBANA: O Discurso da Modernidade e a Construção do Patrimônio Histórico Nacional: o caso de Fortaleza (1875-1937)**. Brasília: Departamento de História/UnB, 1998 (projeto de tese).
- FERRAZ, Geraldo. **Retrospectiva: Figuras, raízes e problemas da arte contemporânea**. São Paulo: Cultrix/Editora da USP, 1975, p. 107.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. História Oral, Comemorações e Ética. In: **Projeto História**. São Paulo, (15), abril 1997.
- FERREIRA, Marieta Moraes. História Oral: Um inventário das diferenças. In: FERREIRA, Marieta Moraes (coord.). **Entre-vistas: abordagens e usos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994, p. 12.
- FERRO, Marc. **A História Viglada**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- FERRO, Marc. Filme: uma contra-análise da sociedade? In: LE GOFF, J. & NORA, Pierre (orgs.). **História: Novos Objetos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976, p. 204.
- FICO, Carlos & POLITO, Ronald. **A História no Brasil (1980-1989): Elementos para uma avaliação historiográfica**. Ouro Preto: Editora da UFOP, 1992.
- FRISCH, Michael (et. alii). Os Debates sobre Memória e História: Alguns Aspectos Internacionais. In: FERREIRA, Marieta de M. & AMADO, Janaína (orgs.). **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro, Editora da FGV, 1996.
- FROTA, Lélia Coelho. Criação popular e arte contemporânea. In: **RioArtes**. Rio de Janeiro, nº 36, dezembro de 2003.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. O Início da História e as Lágrimas de Tucídides. In: \_\_\_\_\_. **Sete Aulas Sobre Linguagem, Memória e História**. Rio de Janeiro: Imago, 1997.
- GARNHAM, Nicholas. Raymond Williams, 1921-1988: A Cultural Analyst, A Distinctive Tradicion. In: **Jornal of Communication**. 38 (4), Autumn, 1988.
- GASKELL, Ivan. História das Imagens. In: BURKE, Peter (org.). **A Escrita da História: Novas Perspectivas**. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

- GILLS, John R. Memory and Identity: The history of a relationship. In: GILLS, J. R. (ed.). **Commemorations: The Politics of National Identity**. Princeton: Princeton University Press, 1994.
- GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- GINZBURG, Carlo. **Olhos de Madeira: Nove reflexões sobre a distância**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- GOMBRICH, Ernst H. **Tras la Historia de la Cultura**. Barcelona/Caracas/México: Editorial Ariel, 1977.
- GOMES, Ângela de Castro e FERREIRA, Marieta Moraes. “Primeira República: um balanço historiográfico”. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.2., n.4, 1989.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/IPHAN, 1996.
- GORDON, Daniel. History as an Art of Memory. **History and Theory**. Volume 34, Issue 4 (Dec., 1995).
- GRUPO MEMÓRIA POPULAR. Memória Popular: Teoria, Política e Método. In: FENELON, Déa Ribeiro et. al. (orgs). **Muitas Memórias, Outras Histórias**. São Paulo: Olho d’ Água, 2004.
- GUERREIRO, Manuel Viegas e CORREIA, J. David Pinto. Almanques ou a Sabedoria e as Tarefas do Tempo. Capturado no endereço eletrônico em 21/09/2005: <http://www.instituto-camoes.pt/cvc/bvc/revistaicalp/almanques.pdf>.
- GUILLEN, Isabel Cristina Martins. O sertão e a identidade nacional em Capistrano de Abreu. In: BURITY, Joanildo A. (org.). **Cultura e Identidade: Perspectivas Interdisciplinares**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- HALBWACHS, Maurice. **Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.
- HALBWACHS, Maurice. **On Collective Memory**. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1992.
- HALL, Stuart. **A Questão da Identidade Cultural**. Campinas/SP: IFCH/UNICAMP, nº 18, dezembro de 1995 (Textos Didáticos).
- HALL, Stuart. **Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

HARTOG, François. A memória e o tempo. In: **O Correio da UNESCO**. Ano 18, n. 5, maio de 1990.

HELLER, Agnes. **Uma Teoria da História**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.

HESPANHA, António Manuel. Senso Comum, Memória e Imaginação na Construção da Narrativa Historiográfica. In: CARDIM, Pedro (org.). **Cursos da Arrábida: A História: Entre Memória e Invenção**. Lisboa: Publicações Europa-América/Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998.

Historia y memoria: una introducción. In: **Anales. Nueva Época. Nros. 3-4**. Instituto Iberoamericano. Universidad de Göteborg, 2000/2001.

HOBBSAWM, Eric & RANGER, Terence (orgs.). **A Invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 9 e 21-22.

HOBBSAWM, Eric. **Bandidos**. 2ª edição. São Paulo: Forense-Universitária, 1976.

HOBBSAWM, Eric. **Ecos da Marselhesa: Dois séculos revêem a Revolução Francesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

HOBBSAWM, Eric. O declínio da vanguarda no século 20. In: **Le Monde Diplomatique**. Edição brasileira, ano 2, número 12, janeiro de 2001.

HOBBSAWM, Eric. **Tempos Interessantes: Uma vida no século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

HUTTON, Patrick H. "Collective Memory and Collective Mentalities: The Halbwachs-Ariés Connection." **Historical Reflections**. 15, no. 2 (1988): 311-322.

HUTTON, Patrick. History and Memory; Assassins of Memory: Essays on the Denial of the Holocaust. **History and Theory**. Volume 33, Issue 1 (feb., 1994)

HUTTON, Patrick. **History as an Art of Memory**. Hanover and London: University Press of New England, 1993.

HUTTON, Patrick. Mnemonic Schemes in the New History of Memory. **History and Theory**. Volume 36, Issue 3 (Oct., 1997), 378-391.

HUTTON, Patrick. Sigmund Freud and Maurice Halbwachs: The Problem of Memory in Historical Psychology. **The History Teacher**. V. 27, Issue 2 (feb., 1994), 145-158.

- HUTTON, Patrick. The History of Mentalities: The New Map of Cultural History. **History and Theory**. Volume 20, Issue 3 (Oct., 1981), 237-259.
- HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela Memória**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.
- IGGERS, Georg G. Historiography between Scholarship and Poetry: Reflections on Hayden White's Approach to Historiography. In: **Rethinking History**. 4: 3 (2000), pp. 373-390.
- INSTITUTO NACIONAL DE FOLCLORE. **Pequeno Atlas de Cultura Popular do Ceará – Juazeiro do Norte**. Rio de Janeiro: FUNARTE/INF, Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1985, p. 61
- JENKINS, Keith. **A História Repensada**. São Paulo: Contexto, 2001.
- JEUDY, Henri-Pierre. **Memórias do Social**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.
- JOHNSON, Richard. O que é, afinal, Estudos Culturais? In: SILVA, Tomaz Tadeu de (org.). **O que é, afinal, Estudos Culturais?** Belo Horizonte: Autêntica, 2004 (Estudos Culturais, 2).
- JOUTARD, Ph. Memória Coletiva. In: BURGUIÈRE, André (org.). **Dicionário das ciências históricas**. Rio de Janeiro, Imago, 1993.
- JUDT, Tony. A la Recherche du Temps Perdu. **The New York Review of Books**. New York: December 3, 1998.
- KAPLAN, Sheila. Visualidade, anos 70. In: MELLO, Maria Amélia (org.). **20 anos de resistência: alternativas da cultura no regime militar**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1986.
- KHOURY, Yara Aun. Muitas memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história. In: FENELON, Déa Ribeiro et. al. (orgs). **Muitas Memórias, Outras Histórias**. São Paulo: Olho d' Água, 2004.
- KLEIN, Kerwin Lee. On the Emergence of Memory in Historical Discourse. **Representations**. University of California Press, Wntr 2000.
- LANG, Karen. A polyphony of German Memory. **H-NET Book Review**. Published for [H-German@h-net.msu.edu](mailto:German@h-net.msu.edu) (june 2003)
- LARRETA, Enrique Rodriguez. Do fim da história à emergência da memória. **Caminhos do Pensamento: Horizontes da Memória**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional/UNESCO, 4/9/2003.

- LE GOFF, Jacques (org.). **Memória e História. Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984.
- LEÃO, Emmanuel Carneiro. O esquecimento da memória. In: **Revista Tempo Brasileiro**. Rio de Janeiro, 153: 143/147, abr.-jun., 2003.
- LEONARDI, Victor. **Entre Árvores e Esquecimentos: História Social nos Sertões do Brasil**. Brasília: Editora da UnB/Paralelo 15, 1996, p. 309.
- LEYMARIE, Jean Expressionismo. In: **Dicionário da Pintura Moderna**. São Paulo: Hemus, 1981.
- LIMA, Nisia Trindade. **Um sertão chamado Brasil**. Rio de Janeiro: IUPERJ/UCAN; Editora Revan, 1999, p. 65.
- LINENTHAL, Edward T. Struggling with History and Memory. **The Journal of American History**. V. 82, Issue 3, (Dec., 1995), 1094-1101.
- LORENZ, Chris. Can histories be true? Narrativism, positivism, and the “metaphorical turn”. In: **History and Theory**. 37/3 (1998).
- LOWENTHAL, David. **El pasado es un país extraño**. Madrid: Akal, 1998.
- LÖWY, Michael. El punto de vista de los vencidos en la historia de América Latina: reflexiones metodológicas a partir de Walter Benjamin. In: [www.rebellion.org/](http://www.rebellion.org/).
- LÜHNING, Ângela. Verger nos tempos de *O Cruzeiro*. In: **Pierre Verger, repórter fotográfico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- LUYTEN, Joseph M. A Xilogravura Popular Brasileira e suas Evoluções. In: PELLEGRINI FILHO, Américo (org.). **Antologia do Folclore Brasileiro**. São Paulo: EDART; Belém: UFPA, João Pessoa: UFPB, 1982, p. 255-271 [p. 257].
- MARC, René. **O NÃO-BRANCO, O SERTÃO E O PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO**. Brasília, s/d (texto digitado).
- MARTÍN-BARBERO, Jesus. Dislocaciones del tiempo y nuevas topografías de la memoria. In: <http://acd.ufrj.br/pacc/artelatina/berbero.html>. Capturado em 7/11/2003.
- MATTOSO, José. **A Escrita da História: Teoria e Métodos**. Lisboa, Editorial Estampa, 1988.
- MAUAD, Ana Maria. Através da imagem: fotografia e história interfaces. In: **Tempo**, Rio de Janeiro, vol. 1, nº 2, 1996, p. 73-98.

- MEGILL, Allan. Memory. In: **Encyclopedia of Historians & Historical Writing**. Cambridge: Fitzroy Dearborn, 1999. Capturado no endereço eletrônico <http://historyonline.chadwyck.co.uk> em 31/1/2004.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. História e Memória ou simplesmente História Oral? In: **Anais do Encontro de História e Documentação Oral**. Brasília: UnB/FA/CID, 1994.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. São Paulo: Loyola, 1996.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Oral History in Brazil: Development and Challenges. **The Oral History Review**. Summer-Fall, 1999, v. 26, n. 2, Oral History Association.
- MENDIOLA, Afonso. Hayden White: la lógica figurativa en el discurso histórico moderno (Entrevista). In: **Historia y Grafia**. México: enero-junio 1999.
- MENESES, Ulpiano Bezerra de. A História, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**. São Paulo, 34: 9-24, 1992.
- MENESES, Ulpiano T. B. de. A Crise da memória, história e documento: reflexões para um tempo de transformações. In: SILVA, Zélia Lopes da (org.). **Arquivos, Patrimônio e Memória: Trajetórias e Perspectivas**. São Paulo: EdUNESP/FAPESP, 1999.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Fontes visuais, cultura visual, História visual. Balanço provisório, propostas cautelares. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 23, nº 45, pp. 11-36 – 2003.
- MESSENTIER, Leonardo Marques de. Patrimônio urbano, construção da memória social e da cidadania. In: **Vivência**. Natal/RN, n. 28, 2005, p. 167-177.
- MEYER, Marlyse. **Do Almanack aos Almanques**. São Paulo: Ateliê, 2001.
- MITRE, Antônio. História, memória e esquecimento. In: **Dilemas do Centauro: Ensaios de teoria da história e pensamento latino-americanos**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. A Tradição Herodoteana e Tucídideana. In: \_\_\_\_\_. **As raízes clássicas da historiografia moderna**. Bauru/SP: EDUSC, 2004.
- MONTENEGRO, Antônio Torres. **História em Campo Minado (A memória popular revisitada)**. Campinas/SP: UNICAMP, 1991 (Tese de Doutorado).
- MONTENEGRO, Antônio Torres. **História Oral e Memória: a cultura popular revisitada**. São Paulo, Contexto, 3ª edição, 1994.

- MORAES, Dênis de. Notas sobre o imaginário social e hegemonia cultural. In: **Gramsci e o Brasil** (<http://www.artnet.com.br/gramsci>).
- MOTA, Carlos Guilherme. A Historiografia Brasileira nos últimos quarenta anos? Tentativa de Avaliação Crítica. In: **Debate & Crítica**. São Paulo: Hucitec, nº 5, março de 1975.
- MOURA, Margarida Maria. **Camponeses**. 2ª edição. São Paulo: Ática, 1988, p. 53 (Série Princípios).
- MUDROVICIC, Maria Inês. Alguns consideraciones epistemológicas para una “Historia Del Presente”. In: **Hispania Nova: Revista de História Contemporânea**. Capturado no endereço eletrônico <http://hispanianova.rediris.es> em 13/4/2000.
- NAMER, Gérard. Antifascismo y “la memoria de los músicos” de Halbwachs (1938). In: BUSTILLO, Josefina Cuesta (ed.). **Ayer**. Madrid: Marcial Pons/Asociación de Historia Contemporânea, n. 32, 1998 (número especial Memoria e Historia).
- NAPOLITANO, Marcos. A História depois do papel. In: PINSKY, Carla B. (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005, p. 253.
- NAVES, Rodrigo. De fora: Goeldi. In: **Goeldi**. São Paulo: Cosac & Naify Edições, 2002, p. 29.
- NEVES, Frederico de Castro. A construção da memória regional: fundamentos metodológicos. In: **Anais do V Encontro de Ciências Sociais do Nordeste**. Recife/PE: Instituto de Pesquisas Sociais/Fundação Joaquim Nabuco, 1991.
- NEVES, Lucília de Almeida. Memória, história e sujeito: substratos da identidade. **História Oral**. N.º 3, junho de 2000, São Paulo: Associação Brasileira de História Oral.
- NORA, Pierre e Outros. **Ensaio de Ego-História**. Lisboa: Edições 70, 1989 (Coleção Lugar da História).
- NORA, Pierre. Entre Memória e História: A problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo, 10: 7-28, dez. 1993.
- NORA, Pierre. L’ ére de la commémoration. In: NORA, Pierre (dir.). **Les Lieux de Mémoire (Les Frances)**. v. 3. Paris: Gallimard, 1997, p. 4694 e 4688.
- NORA, Pierre. La aventura de ‘Les Lieux de mémoire’. In : BUSTILLO, Josefina Cuesta (ed.). **Ayer**. Madrid: Marcial Pons/Asociación de Historia Contemporânea, n. 32, 1998 (número especial Memoria e Historia).

- NORA, Pierre. Memória Colectiva. In: LE GOFF, J., CHARTIER, R. & REVEL, J. (sob a direção de). **A Nova História**. Coimbra, Edições Almedina, s/d.
- NORA, Pierre. Presente. In: LE GOFF, J., CHARTIER, R. & REVEL, J. (sob a direção de). **A Nova História**. Coimbra, Edições Almedina, s/d.
- NORA, Pierre. Réception de Pierre Nora à l' Academie française. **Le Monde**. 6 juin 2002 (edição eletrônica).
- NORQUAY, Naomi. Identity and Forgetting. **The Oral History Review**. Winter 1999, v. 26.
- OLICK, Jeffrey K. and ROBBINS, Joyce. Social Memory Studies: From 'Collective Memory' to the Historical Sociology of Mnemonic Practices. **Annual Review of Sociology**. Volume 24, 1998: 105-140.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Americanos: Representações da identidade nacional nos Brasil e nos EUA**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000, p. 157.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Imaginário Histórico e Poder Cultura: as Comemorações do Descobrimento. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 14, n. 26, 2000.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Nas comemorações, duas visões opostas. In: **Jornal do Brasil**. Caderno Idéias Especial – De Cabral a Cardoso. Identidades. Capturado em 13/5/2000 no endereço eletrônico [www.jb.com.br/destaques.500anos/id3ma1.html](http://www.jb.com.br/destaques.500anos/id3ma1.html).
- OLIVEIRA, Ricardo. A Invenção da Brasilidade Sertaneja. In: <http://www.ifcs.ufrj.br/~humanas/>.
- OZOUF, Mona. A Festa sob a Revolução Francesa. In: LE GOFF, J. & NORA, Pierre (orgs.). **História: Novos Objetos**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.
- PEIRANO, Mariza. **Rituais ontem e hoje**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.
- PEIXOTO, Fernanda. Resenha. In: **Mana**. Rio de Janeiro, 5 (1): 174-177, 1999.
- POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.
- POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.
- PONTUAL, Roberto. Notas sobre a Xilogravura Popular Brasileira. In: **Revista de Cultura Vozes**. Petrópolis, LXIV (8): 53-58, outubro de 1970 [p. 55].
- POPKIN, Jeremy D. Ego-Histoire and Beyond: Contemporary French Historian-

Autobiographers. **French Historical Studies**. Volume 19, Issue 4, Special Issue: Biography, Autumn, 1996, 1139-1167.

PORTELLI, Alessandro. Memória e Diálogo: Desafios da História Oral para a ideologia do século XXI. In: MORAES, Marieta, FERNANDES, Tânia Maria & ALBERTI, Verena (orgs.). **História Oral; Desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ/FGV-CPDOC, 2000.

PORTELLI, Alessandro. Lo que hace diferente a la historia oral. In: SCHWARZSTEIN, Dora (org.). **La Historia Oral**. Buenos Aires: Centro Editor de America Latina, 1991.

PRADO, Roberto Vila de. Las identidades colectivas entre la construcción y la desconstrucción. In: **Revista de Humanidades y Ciencias Sociales**. Santa Cruz de la Sierra : Universidad Autónoma Gabriel René Moreno, v. 5, n. 1, junio de 1999, p. 71-72.

PRATESI, Ana. ANTROPOLOGÍA, HISTORIA y MEMORIA SOCIAL. In: **Actas del Primer Congreso Sudamericano de Historia**. Museo de Historia, Universidad Autónoma Gabriel René Moreno - Instituto Panamericano de Historia y Geografía (IPGH), 2004. (ISBN: 99905-0-518-7).

PROST, Antoine. **Doce Lecciones sobre la Historia**. Madrid: Cátedra, 2001.

RÉMOND, René. Algumas questões de alcance geral à guisa de introdução. In: FERREIRA, Marieta de M. & AMADO, Janaína (orgs.). **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro, Editora da FGV, 1996.

RÉMOND, René. Réception de Pierre Nora à l' Académie Française. **Le Monde**. 6 juin 2002 (edición eletrônica).

RENAN, Ernest. **Qu'est-ce qu'une nation?** Capturado no endereço eletrônico : [http://ourworld.compuserve.com./homepages/bib\\_lisieux](http://ourworld.compuserve.com./homepages/bib_lisieux).

RICOEUR, Paul. **História e Verdade**. Rio de Janeiro: Forense, 1968.

RICOEUR, Paul. **La Mémoire, L' Histoire, L' Oubli**. Paris: Éditions du Seuil, 2000.

ROCA, Lourdes. Fuentes orales, fuentes visuales y divulgación: tareas historiográficas pendientes. In: **Anais do VI Encontro Nacional de História Oral**. São Paulo, ABHO, 2002.

RODRIGUES, José Honório. **Filosofia e História**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

- ROSSINI, Miriam de Souza. As marcas da história no cinema, as marcas do cinema na história. **Anos 90: Revista do Programa de Pós-Graduação em História**. Porto Alegre, n. 12, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, dezembro de 1999.
- ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína(orgs.). **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro, Editora da FGV, 1996.
- RÜSEN, Jörn (ed.). **Western Historical Thinking: An Intercultural Debate**. New York: Berghahn Books, 2002.
- RÜSEN, Jörn. Narratividade e objetividade nas ciências históricas. In: **Textos de História: Revista da Pós-Graduação em História da UnB**. v. 4, nº 1 (1996).
- SAMUEL, Raphael (ed.). **Historia Popular y Teoria Socialista**. Barcelona: Editorial Crítica, 1984.
- SAMUEL, Raphael. Desprofesionalizar la historia. In: SCHWARZSTEIN, Dora (org.). **La Historia Oral**. Buenos Aires: Centro Editor de America Latina, 1991.
- SAMUEL, Raphael. História Local e História Oral. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 9, nº 19, set.89/fev. 90
- SAMUEL, Raphael. Teatro da Memória. In: **Projeto História**. São Paulo, n. 14, fevereiro/1997 (Cultura e Representação).
- SANTOS, Afonso C. M. dos. Memória, História, nação: propondo questões. In: **Tempo Brasileiro**. Rio de Janeiro, n. 87, out./dez. 1986.
- SANTOS, Myriam Sepúlveda dos. Entre o Tronco e os Atabaques: A Representação do Negro nos Museus Brasileiros. In: **Colóquio Internacional O Projeto UNESCO no Brasil: uma volta crítica ao campo 50 anos depois**. 12 a 14 de janeiro de 2004. Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia. Capturado no endereço eletrônico em 2004: [http://www.ceao.ufba.br/unesco/13paper-myrian.htm#\\_ftnref10](http://www.ceao.ufba.br/unesco/13paper-myrian.htm#_ftnref10).
- SANTOS, Myrian S. dos. Sobre a autonomia das novas identidades coletivas: alguns problemas teóricos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 13, n. 38, outubro/1998.
- SANTOS, Myriam Sepúlveda dos. **Memória Coletiva e Teoria Social**. São Paulo: Annablume, 2003.
- SCHWARZSTEIN, Dora (org.). **La Historia Oral**. Buenos Aires: Centro Editor de America Latina, 1991, p.99.

- SEIXAS, Jacy A., BRESCIANI, M. Stella & BREPOHL, Marion (orgs.). **Razão e paixão na política**. Brasília: Editora da UnB, 2002.
- SEIXAS, Jacy Alves de. Comemorar entre memória e esquecimento: reflexões sobre a memória histórica. **História: Questões e Debates**. Curitiba, n. 32, p. 75-95, jan./jul. 2000.
- SEIXAS, Jacy Alves de. Percursos de memórias em terras de história: problemáticas atuais. In: BRESCIANI, M. Stella & NAXARA, Márcia (orgs.). **Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível**. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 2001.
- SILVA FILHO, Antônio Luiz Macêdo e. O fardo da história e o dever de lembrar. In: **Cadernos do CEOM**. Chapecó/SC: Argos, ano 16, n. 17, jun. 2003, p. 39.
- SILVA, Helenice Rodrigues da. “Rememoração”/comemoração: as utilizações sociais da memória. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 22, nº 44, 2002.
- SILVA, Leonardo Dantas. Os ilustradores do folheto popular. In: **A Arte de J. Borges: Do Cordel à Xilogravura (Catálogo de exposição)**. São Paulo: SESCSP/Santana, 22 outubro 2005 a 29 janeiro 2006, p. 44.
- SILVA, M. A. da. **História: O Prazer em Ensino e Pesquisa**. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- SILVA, Marcos Antônio da. O Trabalho da Linguagem. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 6, nº 11, pp. 45-66 [p.53], set. 1985/fev. 1986.
- SMITH, Anthony D. **Identidade Nacional**. Lisboa: Gradiva, 1997 (Coleção Trajetos), p. 176.
- SOBRAL, José Manuel. Memória Social e Identidade. Experiências individuais, experiências coletivas. In: CARDIM, Pedro (org.). **Cursos da Arrábida: A História: Entre Memória e Invenção**. Lisboa: Publicações Europa-América/Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998, p. 35-60.
- SOBREIRA, Geová. **Xilógrafos de Juazeiro**. Fortaleza: Edições UFC, 1984.
- SONTAG, Susan. **Diante da Dor dos Outros**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 75.
- SOUTO MAIOR, Mário. A Xilogravura Popular na Literatura de Cordel. In: **Brasil Açucareiro**. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Alcool, agosto de 1968.
- SRBECK, Wellington. A revolução silenciosa dos quadrinhos independentes. In: **Palavra**. Belo Horizonte. Ano 1, nº 6, setembro de 1999.

- TABOSA JR., Florilton. Brasilidade, carnaval e travestismo: Considerações para uma análise da fotografia de Pierre Fatumbi Verger. In: **Revista STUDIUM n°19**. verão 2005 (ISSN 1519-4388). Capturado no endereço eletrônico <http://www.studium.iar.unicamp.br/19/index.html>, em 11 de janeiro de 2006.
- TEDESCO, João Carlos. **Nas cercanias da memória: temporalidade, experiência e narração**. Passo Fundo: Editora da UPF; Caxias do Sul: EDUCS, 2004.
- THOMPSON, Paul. **A Voz do Passado: história oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- TODOROV, Tzvetan. **Memória do Mal, Tentação do Bem: Indagações sobre o século XX**. São Paulo: Arx, 2002.
- TORGAL, Luís Reis, MENDES, José Amado e CATROGA, Fernando. **História da História em Portugal (Séculos XIX-XX). Da Historiografia à memória Histórica**. Lisboa: Temas e Debates, 1998.
- TROVATTO, Cármen. **A Tradição Euclidiana: Uma ponte entre a história e a memória**. São Paulo: Arte & Ciência/UNIRIO, 2002, p. 72.
- URMENETA, Vicente Huici. Tiempo, espacio y memoria: actualidad de Maurice Halbwachs. In: **IV Congreso Vasco de Sociología**. Bilbao, 1998.
- VALLADARES, Clarival do Prado. Arte Popular. In: **Revista de Cultura Vozes**. Petrópolis, LXIV, (9): 71-74, nov. 1970 [p. 74].
- VENTURA, Roberto. Visões do deserto: selva e sertão em Euclides da Cunha. In: **História, Ciências, Saúde: Manguinhos**. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, volume V (Suplemento), julho de 1998, p. 133-147 [p. 135].
- VERNANT, Jena-Pierre. **Mito e pensamento entre os gregos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- VIDAL E SOUZA, Candice. **A pátria geográfica: sertão e litoral no pensamento social brasileiro**. Goiânia: Editora da UFG, 1997, p. 43, 21 e 33.
- VIDAL-BENEYTO, José Vidal. La construcción de la memoria colectiva: un ejemplo concreto. **Caminhos do Pensamento: Horizontes da Memória**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional/UNESCO, 4/9/2003 (texto digitado).
- WEFFORT, Francisco Correa. AS ESCRITAS DE DEUS E AS PROFANAS: notas para uma história das idéias no Brasil. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 20 n°. 57, fevereiro/2005.

- WEGNER, Robert. Sertões Desvendados. In: **Dados**. Rio de Janeiro, v. 43, n. 3, 2000.
- WHITE, H. Teoria literária e escrita da história. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 7, n. 13 (1994): 21-47
- WHITE, H.. An Old Question Raised Again: Is Historiography Art or Science? In: **Rethinking History**. 4: 3 (2000), pp. 391-406.
- WHITE, Hayden. **Meta-História: A imaginação histórica no século XIX**. São Paulo: Edusp, 1992 (Coleção Ponta, 2)
- WHITE, Hayden. Prefacio. In: GODOY, Cristina (compiladora). **Historiografía y Memoria colectiva: Tiempos y Territorios**. Madrid/Buenos Aires: Miño y Dávila, 2002.
- WHITE, Hayden. **Trópicos do Discurso: Ensaio sobre a Crítica de Cultura**. 2ª edição. São Paulo: Edusp, 2001 (Ensaio de Cultura, 6).
- WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- WOODWARD, C. Vann. The Past is a Foreign Country. **History and Theory**. Volume 26, Issue 3 (oct., 1987), 346-352.
- YERUSHALMI, Yosef Hayim. **Zakhor: Jewish History and Jewish Memory**. Seattle and London: University of Washington Press, 1996.
- YERUSHALMI, Yosef. **Zakhor**. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

## 2. GUERRA DE CANUDOS

### 2.1. FONTES ORAIS

- ARAÚJO, Enoque. **Entrevista ao Autor**. Aracaju, junho de 1997 (Fonte Oral).
- CAVALCANTE, Raimundo. **Entrevista com o autor**. Poço Redondo/SE, 1/10/2004 (Fonte Oral).
- CAVALCANTI, Antônio José Simão. **Entrevista ao Autor**. Quixeramobim/CE, 16 de maio de 2005 (Fonte Oral).
- JÚNIOR, Everardo. **Entrevista ao Autor**. Quixeramobim/CE, 17 de maio de 2005 (Fonte Oral).
- MACIEL, Manuel Marcílio. **Entrevista ao Autor**. Quixeramobim/CE, 16 de maio de 2005 (Fonte Oral).

- OLAVO, Antônio. **Entrevista ao autor**. Salvador: 22/3/2006 (fonte oral).
- OLIVEIRA, Terezinha. **Entrevista ao Autor**. Quixeramobim/CE, 15 de maio de 2005 (Fonte Oral).
- PATRÍCIO, Danilo. **Entrevista ao Autor**. Fortaleza/CE, 18 de maio de 2005 (Fonte Oral).
- RAMOS, Guilhermina. **Entrevista ao Autor**. Aracaju, junho de 1997 (Fonte Oral).
- RIBEIRO, José Alves Guimarães (Zé da Barra). **Entrevista ao Autor**. Canudos/Ba, outubro de 1997 (Fonte Oral).
- SANTANA, Vanda. **Entrevista ao Autor**. Canudos/Ba, outubro de 1995 (Fonte Oral).
- SANTOS, José Moacir dos. **Entrevista ao Autor**. Canudos/BA, 26/10/2003 (Fonte Oral).
- TRAVESSA, Manuel. **Entrevista ao Autor**. Canudos/BA, 21 de abril de 2004 (Fonte Oral).
- ZAMBROM, Cirila. **Entrevista ao autor**. Uauá/BA, 24 de abril de 2004 (Fonte Oral).

## 2.2. FONTES HEMEROGRÁFICAS E BIBLIOGRÁFICAS

- A Cultura de Carajás. In: **Jornal do Brasil**. 29 de abril de 1996.
- A Guerra de Canudos – Sinopse. In: **Verde-Oliva**. Brasília/DF, ano XXV, nº 157, set./out. 1997, p. 20.
- A GUERRA DO CONSELHEIRO: A Revolução de Canudos comemora os cem anos. **CINFORM**. Aracaju, (Recorte sem Data).
- A Longa Marcha. In: **Veja**. Ano 30, nº 15, Edição 1491, Editora Abril, 16 de abril de 1997.
- A Tarde Cultural** (Número Especial). Salvador, 21 de agosto de 1993.
- A Tarde**. Salvador, Caderno 2, 15 de fevereiro de 1986, p. 12.
- ABDALA Jr., Benjamin & ALEXANDRE, Isabel M.M. (orgs.). **Canudos: palavra de Deus, sonho da terra**. São Paulo: Boitempo/SENAC, 1997.
- AGUIAR, Durval V. de. **Descrições práticas da província da Bahia: com declaração de todas as distâncias intermediárias das cidades, villas e povoações**. Bahia: Typ. do Diário da Bahia, 1888.
- AGUIAR, Flávio. Os Filhos de Satã. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (org.). **Fronteiras do Milênio**. Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 2001.

- ALCÂNTARA, Lúcio. Canudos vive. **Revista do Instituto do Ceará**. Tomo CX (1996): 167-179.
- ALCÂNTARA, Lúcio. **O Beato, o devoto e o soldado: lembrando Canudos**. Brasília: Senado Federal, 1997.
- ALMEIDA, Cícero Antônio F. de. Memória e representação – As imagens da guerra de Canudos pelo fotógrafo expedicionário Flávio de Barros. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, 159 (398): 293-317, jan./mar. 1998 [p. 300].
- ALMEIDA, Erickson de. **Canudos: a trama político-religiosa e os militares**. Resende/RJ: 2000.
- ALVES, Francisco José. Os Sertões como obra historiográfica. In: **Cadernos UFS: História**. São Cristóvão/SE, v. 3, n. 4, jan. jul 1997 (Canudos 100 anos).
- ALVES, Lízir Arcaño. **Humor e sátira na guerra de Canudos**. Salvador: EGBA, 1997.
- AMORIM, Deolindo. O Quinto de Polícia da Bahia na Campanha de Canudos. In: **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**. V. 79, p. 243-248, 1945.
- AMORIM, José Américo. **A Poesia de Canudos**. Salvador: Portfolium, 1997.
- ANDRADA GUIMARÃES, Carlos Eugênio. **Artur Oscar, soldado do Império e da República**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1965.
- ANDRADE, Olímpio de Sousa. **História e interpretação de “Os Sertões”**. São Paulo: EDART, 1960.
- Antônio Conselheiro. In: SIMÃO, Marum. **Quixeramobim: Reconstituindo a História**. Fortaleza: [s/ed], 1996.
- AQUINO, Ivânia Campigotto. **Literatura e história em diálogo: um olhar sobre Canudos**. Passo Fundo: Editora da UPF, 2000.
- ARAGÃO, Pedro Moniz de. Canudos e os monarquistas. **Revista do Instituto de Arqueologia, História e Geografia do Recife**. V. 39, 1904.
- ARARIPE, Tristão de Alencar. Barbárie versus civilização. Guerra irregular, guerrilhas, Campanha de Canudos. **A Defesa Nacional**. Rio de Janeiro, 52, mar/abr 1966.
- ARARIPE, Tristão de Alencar. **Expedições Militares contra Canudos: Seu Aspecto Marcial**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1985 [A primeira edição data de 1960].

- ARAS, José. **No Sertão do Conselheiro**. Salvador: Contexto & Arte, 2003.
- ARAS, José. **Sangue de Irmãos**. Canudos: s.n.t., 174p.
- ARAS, Lina. José Aras: A Voz do Filho da Seca. In: **A Tarde**. Salvador, 21 de agosto de 1993.
- ARIMATÉIA, José de. “Conselheiro” revive no sertão baiano. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 22 de outubro de 1995, p. 20.
- ARINOS, Afonso. Campanha de Canudos: o epílogo da guerra. In: **Obras Completas**. Rio de Janeiro: INL, 1968.
- ARINOS, Afonso. Os jagunços. In: **Obras Completas**. Rio de Janeiro: INL, 1968.
- ARRUDA, João. **Antônio Conselheiro e a comunidade de Canudos**. Fortaleza: RCV, 1996.
- ARRUDA, João. **Canudos: Messianismo e Conflito Social**. Fortaleza: Edições UFC/SECULT, 1993.
- ARRUDA, João. Euclides da Cunha e a comunidade de Canudos. In: MENEZES, Eduardo Diatahy B. de & ARRUDA, João (orgs.). **Canudos: as falas e os olhares**. Fortaleza: UFC, 1995.
- Ata de reunião da Coordenação do Movimento Histórico de Canudos**. Aracaju/SE, 10 e 11 de dezembro de 1988.
- AZEVEDO, Sílvia Maria. Introdução. **O Rei dos Jagunços de Manuel Benício: Entre a Ficção e a História**. São Paulo: EDUSP, 2003, p. 11-38.
- BARBOSA, Cristina. Canudos, uma história incompleta. **Jornal da Tarde**. São Paulo, 6 de outubro de 1988.
- BARBOSA, Pedro. **O Relato de Canudos: Uma ênfase não-euclidiana**. Salvador: Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística/Instituto de Letras/UFBa, 2001, p. 23 (Tese de Doutorado).
- BARRETO, Dantas. **Destruição de Canudos**. Recife: Jornal do Recife, 1912, 300p.
- BARRETO, Dantas. **Última Expedição a Canudos**. Porto Alegre: Franco & Irmão, 1898, 242p.
- BARRETO, Romano. Um líder carismático, Antônio Conselheiro. **Sociologia**. São Paulo, n. 4 (3), ago 1942.
- BARROS, Jorge Antônio. Capitão Jagunço entregou Canudos. **Jornal do Brasil**. Rio de

Janeiro, 12 de setembro de 1993, p. 15

BARROS, Jorge Antônio. Caravana de Lula passa por Canudos. **Jornal do Brasil**. 30 abr. 1993.

BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcanti. Canudos na perspectiva científica. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, 159 (398): 319-329, jan./mar. 1998.

BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcanti. Um fuzil da Guerra de Canudos: memória da violência na paz do Conselheiro. In: MONTEIRO, John M. & BLAJ, Ilana (orgs.). **História & Utopias. Textos apresentados no XVII Simpósio Nacional de História**. Rio de Janeiro: Associação Nacional de História, 1996, p. 378-389.

BARROSO, Gustavo. As responsabilidades da Tragédia de Canudos. **O Cruzeiro**. Rio de Janeiro, 19 de março 1960.

BARROSO, Gustavo. Vida e história da palavra sertão. **O Cruzeiro**. Rio de Janeiro, 12 de julho de 1952.

BARTELT, Dawid Daniel. Canudos na Alemanha. In: **A Tarde Cultural**. Salvador-BA, 10.05.1997.

BASTOS, A. de Miranda. **Campanha de Canudos (Episódio de Os Sertões)**. Rio de Janeiro: Editora Brasil-América (EBAL), número 136, de novembro de 1956 (coleção Edição Maravilhosa).

BASTOS, José Augusto Cabral Barretto. **Incompreensível e Bárbaro Inimigo: A guerra simbólica contra Canudos**. Salvador: EDUFBA, 1995.

BENTO, Cláudio Moreira Bento. **Como estudar e pesquisar a história do Exército brasileiro**. Disponível on-line: <http://www.resenet.com.br/ahimtb/>.

BENTO, Cláudio Moreira. **Carta ao Arquivo Histórico do Exército**. Resende, 20 de outubro de 1997.

BENTO, Cláudio Moreira. Gaúchos na Guerra de Canudos. **A Platéia**. Santana/RS, 3 de agosto de 1997.

BENTO, Cláudio Moreira. **História da 3ª Região Militar (1889-1953)**. V. II. Porto Alegre: [s.ed.], 1995, p. 144-150.

BENTO, Cláudio Moreira. Intervenção Oral na Mesa Redonda “Centenário de Canudos: História e Memória”. In: **Semana de Canudos: Rememoração dos 100 anos da Guerra**

- de Canudos**. Brasília/DF, Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Câmara dos Deputados, 24 de setembro de 1997, p. 24-32.
- BENTO, Cláudio Moreira. Um significado da Guerra de Canudos para as forças terrestres. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, 159 (398): 219-227, jan./mar. 1998.
- BENTO, Cláudio Moreira. Um significado da Guerra de Canudos para as forças terrestres. In: **A Defesa Nacional**. Ano LXXXIII, nº 778, out/nov/dez. de 1997, p. 117-119.
- BERNUCCI, Leopoldo M. **A imitação dos sentidos: prógonos contemporâneos e epígonos de Euclides da Cunha**. São Paulo: Editora da USP, 1997.
- BISILLIAT, Maureen. **Sertões: Luz & Trevas**. São Paulo: Raízes Artes Gráficas, 1982.
- BLOCH, Didier (org.). **Canudos 100 anos de produção: Vida cotidiana e economia dos tempos do Conselheiro até os dias atuais**. Paulo Afonso: Editora Fonte Viva, 1997.
- BOAVENTURA, Edivaldo M. O Parque de Canudos - Um Encontro da História com a Ecologia. In: **Revista da FAEEBA (Faculdade de Educação do Estado da Bahia)**. 2ª ed. Salvador: Ano IV, UNEB, número especial (Canudos), 1995, p. 176.
- BOAVENTURA, Edivaldo. **O Parque Estadual de Canudos**. Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo da Bahia, 1997.
- BOGO, Ademar. **O MST e a Cultura**. São Paulo: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 2000 (Caderno de Formação nº 34).
- BOMBINHO, Manuel Pedro das Dores. **Canudos, história em versos**. São Paulo: Hedra, Imprensa Oficial/EDUFSCAR, 2002.
- BONASSA, Elvis Cesar. Canudos renasce das cinzas do Conselheiro. **Folha de São Paulo**. 25/12/92.
- BOTELHO, Adir. **Canudos: Gravuras de Adir Botelho**. Rio de Janeiro: Projeto ArteSesc, 1993
- BOTELHO, Adir. **Canudos: Xilogravuras**. Rio de Janeiro: Escola de Belas Artes/UFRJ, 2002.
- BRAGA, Teodomiro. Informe JB. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 17 de julho de 1993, p. 6.
- BRANDÃO, Adelino. **A Sociologia de “Os Sertões”**. Rio de Janeiro: Artium, 1996.

- BRASIL. Ministério do Exército. Arquivo Histórico. **Canudos: campanha militar (IV Expedição)**. [s.l.], 1997.
- BREVIÁRIO de Antônio Conselheiro. Apresentações de Walnice Nogueira Galvão e Fernando da Rocha Peres. Salvador: EDUFBA/ODEBRECHT, 2002.
- BRÍGIDO, João. **Ceará (Homens e Fatos)**. Rio de Janeiro: Typ. Bersnard Frères, 1919.
- BURNS, E. Brandford. The destruction of a flock past: Euclides da Cunha and cataclysmic cultural clash. **Review of Latin American Studies**. V. 3, n., p. 17-36 [1990].
- CABRAL, Oswaldo A. **Interpretação da Campanha de Canudos**. São Paulo: Nacional, 1960.
- CACASO. O Pesadelo no país de Canudos. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 5 de agosto de 1987.
- Caderno Vida e Arte (Canudos). **O Povo**. Fortaleza, 5 de outubro de 1997.
- CALDART, Roseli **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- CALDEIRA, Jorge. Canudos, as viagens possíveis. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 23 de junho de 1988, B 1.
- CALÓGERAS, Pandiá. Fanatismo religioso. In: **Formação Histórica do Brasil**. 4ª ed. São Paulo: Nacional, 1945 (Brasiliana, 42).
- CANÁRIO, Eldon Dantas. **Canudos**. Salvador: CIMAPE, 1967.
- CANÁRIO, Eldon Dantas. **Cativos da Terra: romance**. Petrópolis: Vozes, 1988.
- CANÁRIO, Eldon. **Canudos sob as águas da ilusão**. Salvador: CEEC/UNEB, 2002, p. 82.
- Canções da Terra**. São Paulo, MST, 1994.
- CANUDOS CEM ANOS DEPOIS. **O Estado de São Paulo**. Cultura. Ano 8, n. 667, 23 de maio de 1993.
- CANUDOS NÃO SE RENDEU. **Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. Ano XII, n. 130, outubro de 1993.
- CANUDOS: CEM ANOS DE UMA TRAGÉDIA. **Problemas Brasileiros**. Revista bimestral. N. 319, ano XXXIV.
- CANUDOS: imagens da guerra. Rio de Janeiro: Lacerda Editores, 1997.
- CANUTO, Antônio. Os pés descobrem horizontes: Seminário sobre as Romarias da Terra. In: **Pastoral da Terra**, edição nº 168, jul/ago/set 2002.
- CARDOSO, Fernando Henrique. Epopéia trágica tornou-se mito nacional. **O Estado de**

**São Paulo.** São Paulo, ano IX, número 3.465, 4 de agosto de 1996.

CARDOSO, José Fábio Barreto Paes. **Canudos na Música e Poesia Populares.** São Paulo: PUC/SP, 1999 (Dissertação de Mestrado) (resumo).

CARNEIRO, Glauco. A rebelião de Canudos. In: **História das Revoluções Brasileiras.** Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1965.

CARNEIRO, Luciano. Os Conselhos de Antônio Conselheiro. **O Cruzeiro.** 5 de dezembro de 1953.

CARTILHA CONTA SAGA DE ANTÔNIO CONSELHEIRO. **Tribuna da Bahia.** Salvador, 02 de outubro de 1991.

CARVALHO, Bernardo. Clientelismo marca eleição em Canudos. **Folha de São Paulo.** São Paulo, 4 de outubro de 1994.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Dicionário do Folclore Brasileiro.** Rio de Janeiro: Ediouro, [s. d.], p. 812.

CASTRO, Celso. **A Invenção do Exército.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002 (Coleção Descobrimos o Brasil).

CASTRO, Maurício de Almeida Siaines de. **Canudos: Visões Militares.** Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia/IFCS/UFRJ, 2004.

CASTRO-KLARÉN, Sara. Canudos: um episódio da história universal. In: GRAHAM, Robert. B. Cunninghame. **Um Místico Brasileiro: Vida e Milagres de Antônio Conselheiro.** São Paulo: Sá Editora/Editora da UNESP, 2002.

CENTENÁRIO de fundação do arraial de Belo Monte , em Canudos. Brasília: Câmara dos Deputados, 1994 (Série Comemorativa, Homenagens nº 36)

CEPEC. **Canudos: um povo entre a utopia e a resistência.** Goiânia: CEPEC, 1999.

CHIAVENATO, Júlio José. **As meninas de Belo Monte.** São Paulo: Página Aberta, 1993.

CIRNE, Moacy. **História e Crítica dos Quadrinhos Brasileiros.** Rio de Janeiro: Europa/FUNARTE, 1990.

CITELLI, Adilson. **Roteiro de Leitura: Os Sertões de Euclides da Cunha.** São Paulo: Ática, 1996, p. 129.

COIN, Cristina. **A Guerra de Canudos.** São Paulo: Scipione, 1992.

Coordenação do Novo Movimento Histórico de Canudos. **Canudos: a sua história e de seu fundador.** Salvador, EMQ, 1984

Coordenação do Novo Movimento Histórico de Canudos. **Noventa anos depois... Canudos de novo**. Salvador, EMQ, 1986.

**CORREIO DA BAHIA**. Salvador, 10 de agosto de 1989, p. 5.

COSTA, Flávio José Simões. **Antônio Conselheiro, louco?** Ilhéus: Editus, 1998.

COSTA, Maj. Orosimbo. A Epopéia de Canudos. **Revista do Clube Militar**. Rio de Janeiro, n. 135, jan./fev. de 1955.

COSTA, Nicola S. **Canudos: ordem e progresso no sertão**. São Paulo: Moderna, 1999 (Coleção Desafios).

COSTA, Orosimbo. A Epopéia de Canudos. **Revista do Clube Militar**. Rio de Janeiro, n. 135, jan./fev. 1955, p. 33-39.

CUNHA, Cândida Pereira da e BLAJ, Ilana. A urbanização em Canudos como decorrência da necessidade de defesa. In: **Anais do Simpósio Nacional dos Professores de História**. São Paulo, ANPUH, 1974, p. 483-521.

CUNHA, Epaminondas Ferraz da. Excertos da história de um batalhão, sustentáculo da República. Separata **A Defesa Nacional**. Rio de Janeiro, 56 (637): 3-25, maio/jun 1971; 56 (638): 29-54, jul/ago 1971; 57 (639): 45-65, set./out, 1971; 57 (640): 17-39, nov./dez. 1971; 57 (641): 65-98, jan/fev. 1972.

CUNHA, Euclides da. **Diário de uma expedição**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, (Coleção Retrato do Brasil).

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. São Paulo: Nova Cultural, 2003.

CUNHA, José Guilherme da. **Canudos: a luta**. Salvador: Pé de Bode, 1991.

DANTAS NETO, Paulo. **Capitão jagunço**. 3ª edição ver. e def. São Paulo: Melhoramentos, 1964.

DANTAS, Nataniel. De Canudos resta apenas a memória. **Cultura**. Brasília, n. 11 (39), jan/mar 1982.

DÉDA, Francino Silveira. 62... **A Semana**. Simão Dias/SE: ano XII, n. 348, 6 de junho de 1959.

DÉDA, Francino Silveira. Insucesso. **A Semana**. Simão Dias/SE: n. 164, 19 de novembro de 1955.

DÉDA, Francino Silveira. Miseria!... **A Semana**. Simão Dias/SE: 14 de julho de 1955.

DÉDA, Francino Silveira. Vivo Conselheiro? **A Semana**. Simão Dias/SE: n. 131, 12 de

abril de 1955.

DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO. **O Direito à Memória: Patrimônio Histórico e Cidadania**. São Paulo: DPH, 1992.

**Diário Oficial**. Salvador, 11 de agosto de 1989.

Die sozioreliöse Bewegung von Canudos (1893-1897). In: **Afrika sien Brasilien Portugal**. Teil I: Geschichte, Gesellschaft und Religion. Frankfurt, IKO, Heft 2/1997.

Die sozioreliöse Bewegung von Canudos (1893-1897). In: **Afrika sien Brasilien Portugal**. Teil II: Literatur, Presse und Kunst. Frankfurt: IKO, 2/1998.

DIOCESE DE PAULO AFONSO et. al. **Canudos: Uma comunidade de fé**. Paulo Afonso: Gráfica Diocesana São Vicente, 1988.

DOBRORUKA, **História e Milenarismo: Ensaio sobre Tempo, História e o Milênio**. Brasília: EdUnB, 2004.

DOBRORUKA, Vicente. **Antônio Conselheiro: o beato endiabrado de Canudos**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1997.

DOCUMENTAÇÃO SOBRE CANUDOS ESTÁ AMEAÇADA DE DESTRUIÇÃO. **A Tarde**. Salvador, 16 de junho de 1994.

DÓRIA, Carlos Alberto. **Ensaio Enveredados**. Rio de Janeiro: Siciliano, 1991.

DOSSIÊ CANUDOS. **Revista da USP**. São Paulo, EDUSP, dez/jan/fev. 1993-1994, n. 20.

DUARTE, Isidro. Canudos: Uma História Encerrada. In: **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 26 de março de 1969.

DUARTE, Raymundo. Um movimento messiânico no interior da Bahia. **Revista de Antropologia**. N. 11, 1963.

Editorial Canudos. In: **A Defesa Nacional**. Ano LXXXIII, nº 778, out/nov/dez. de 1997.

ENCONTROS DE PREPARAÇÃO A 5 ROMARIA DE CANUDOS. Canudos, a Cultura Sertaneja encontra chão. Paulo Afonso/BA: Editora Fonte Viva, 1992.

ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. **História do Exército Brasileiro: Perfil Militar de um Povo**. V. 2. Brasília; Rio de Janeiro: Ministério do Exército, 1972.

FACÓ, Rui. **Cangaceiros e Fanáticos: gênese e lutas**. 9ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

- FACULDADES SALESIANAS - UNIDADE DE ENSINO DE LORENA. Interpretações sobre o movimento sertanejo de Canudos. **Boletim do Departamento de Ciências Sociais (Edição Especial)**. Lorena/SP: ano III, n. 4, 1997.
- FALCÃO, Rubens. O Rei dos Jagunços. In: **Revista do Instituto de Ceará**. Tomo LXXXVII (173): 147-149.
- FALCÓN, José de Oliveira. **Canudos: Guerra Santa no Sertão**. Salvador BDA, 1996.
- FAUSTINO, Luís. Pesquisadores reconstituem a história de Canudos. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 18 de dezembro de 1988 (Primeiro Caderno), p. 22.
- FERNANDES NETO, Otoniel. **Os sertões: Fragmentos e Pinturas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1997.
- FERNANDES, Floriza Maria Sena. **De Belo Monte à Nova Canudos: Do Catolicismo Popular às Comunidades Eclesiais de Base: Uma História de Resistência**. São Cristóvão/SE: DCS/UFS, 1997 (Bacharelado em Ciências Sociais).
- FERRAZ, Renato et. alli. **Cartilha Histórica de Canudos**. Salvador/Canudos: UNEB/Prefeitura Municipal de Canudos, 1991.
- FIORIN, José Luiz. As duas faces de Jano: condições externas e internas ao sertão que propiciaram o aparecimento do discurso de Antônio Conselheiro. In: FIORIN, José Luís. **A Ilusão da Liberdade Discursiva**. Uma análise das prédicas de Antônio Conselheiro. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1980 (Dissertação de Mestrado, área de Linguística).
- FLEURY, Sabino Fortes. **A Campanha de Canudos e o Exército Brasileiro: Papel Constitucional e Envolvimento Político das Forças Armadas**. Campinas/SP: UNICAMP, s/d.
- FONTES, Oleone Coelho. **Guerra de Canudos em quatro atos**. Salvador: BDA, 1997.
- FONTES, Oleone Coelho. No Rastro do Profeta. **A Tarde Cultural**. 7 de novembro de 1992.
- FONTES, Oleone Coelho. O fogo de Uauá: estopim da Guerra de Canudos. In: **Revista do Exército Brasileiro**. Vol. 134, 2º Trimestre de 1997.
- FONTES, Oleone Coelho. **O Treme-Treme: Moreira César, a República e Canudos**. 2ª edição. Petrópolis, Vozes, 1996.

- FREITAS, Itamar. No rastro de Conselheiro. In: **Cinform**. Aracaju, n. 755, 29 de setembro a 5 de outubro de 1997, Caderno Municípios.
- FREITAS, Rosemary Silva. **Jornalismo Baiano em Canudos: um estudo da cobertura no Jornal de Notícias**. Salvador: FACOM/UFBA, 1992 (monografia de graduação).
- FROTA, Guilherme de Andréa. Expedições Policiais a Canudos. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, 159 (398): 273-280, jan./mar. 1998.
- FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO. **Canudos: subsídios para a sua reavaliação histórica**. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1986.
- GADELHA, Descartes. **Cicatrices Submersas: Uma ilustração de Canudos**. In: <http://www.mauc.ufc.br/acervo/gadelha/cicatricesubmersas/index.htm>.
- GALVÃO, Walnice Nogueira. **Os Sertões: edição crítica**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- GALVÃO, Walnice Nogueira. Metamorfoses do Sertão. In: ESTUDOS AVANÇADOS 18 (52), 2004.
- GALVÃO, Walnice Nogueira. **No Calor da Hora: a Guerra de Canudos nos jornais, 4ª expedição**. São Paulo: Ática, 1974.
- GAMA, Raimundo (org.). **Recortes de Canudos**. Salvador: BDA, 1997.
- GARCEZ, Angelina Nobre Rolim. **Aspectos econômicos do episódio de Canudos**. Salvador: CEB;UFBA, 1977.
- GARCEZ, Angelina. O Econômico no Movimento de Canudos. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, 159 (398): 243-268, jan./mar. 1998.
- GARCIA, Manoel Funchal. **Do litoral ao sertão: viagens pelo interior do Brasil, inclusive na região de Canudos**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1965.
- GARCIA, Simone Pereira. **Canudos Reconstruída: Elementos para uma Hermenêutica Aplicada aos Estudos Histórico-literários**. Recife: Departamento de História/UFPE, 1994 (Dissertação de Mestrado).
- GARRET, Atília; GOMES, Elizete; CHAVES, Silvionê. **Canudos: terra em chamas**. São Paulo, FTD, 1997.
- GAUDENZI, Trípoli. **Catálogo da exposição Canudos Rediviva**. Salvador: Bahiatursa/Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1993.

GAUDENZI, Trípoli. **Memorial de Canudos**. 2ª edição. Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo do Estado da Bahia/Construtora Norberto Odebrecht/Fundação Cultural do Estado da Bahia/Bahiatursa, 1996.

GILFRANCISCO. **A Guerra Camponesa de Canudos**. Salvador/BA: BDA, s/d.

GODOY, Márcio Honório de. **Dom Sebastião no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 2005 (Coleção Khonos, 25).

GOMES, Hélio. Por trás da verdadeira Guerra de Canudos. **Revista SET**. São Paulo, edição 124, ano 11, n. 10, outubro de 1997.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ/PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM. **PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO MUNICÍPIO DE QUIXERAMOBIM (CE)**. Fortaleza: CONSÓRCIO FAUSTO NILO/ESPAÇO PLANO, 2000 (RELATÓRIO DE QUESTÕES/MÓDULO CONCEITO).

GRAHAN, Robert B. Cunninghame. **Um místico brasileiro: Vida e milagres de Antônio Conselheiro**. São Paulo: Sá Editora/Editora da UNESP, 2002.

Grupo de Sergipe. **Comunhão -V CELEBRAÇÃO POPULAR PELOS MÁRTIRES DE CANUDOS**.

GUERRA, Sérgio. O sonho da Canaã nordestina. **A Tarde**. Salvador, 26/6/1993, p. 4-5.

GUERRA, Sérgio. **Universos em Confronto: Canudos X Belo Monte**. Salvador: Universidade do Estado da Bahia (UNEB), 2000.

HARDMAN, Francisco Foot. Tróia de Taipas: Canudos e os irracionais. In: HARDMAN, Francisco Foot (org.). **Morte e Progresso: Cultura Brasileira como apagamentos de rastros**. São Paulo: Editora da UNESP, 1998, p. 129 e 130.

HAUSSER, Christian K. - A Guerra de Canudos na memória nacional: os manuais de história. In: ALMEIDA, Ângela Mendes de, ZILLY, Berthold & LIMA, Eli Napoleão de (orgs.). **De sertões, desertos e espaços incivilizados**. Rio de Janeiro: FAPERJ/MAUAD, 2001, p. 166-167.

HELLER, Frederico. Canudos, símbolo de um conflito cultural. **Sociologia**. São Paulo, n. 4 (3), ago 1942.

HERMANN, Jacqueline. Canudos: uma avaliação historiográfica. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, 159 (398): 331-352, jan./mar. 1998.

HISTORIADORES DEBATEM CANUDOS. **O Estado de São Paulo**. Cultura. Ano 8, n.

667, 23 de maio de 1993

HISTÓRIAS ESQUECIDAS DE CANUDOS. **A Tarde Cultural** (Número Especial). Salvador, 12 de junho de 1993.

HOORNAERT, Eduardo. **Os anjos de Canudos: uma revisão histórica**. Petrópolis: Vozes, 1997.

HORCADES, Alvim Martins. **Descrição de uma viagem a Canudos**. Salvador: EDUFBA/EGBA, 1996.

INSTITUTO POPULAR MEMORIAL DE CANUDOS. **Almanaque de Canudos 1993**. Paulo Afonso/BA: Editora Fonte Viva, 1993.

INSTITUTO POPULAR MEMORIAL DE CANUDOS. **Canudos: Fundo de Pasto no Semi-Árido**. Paulo Afonso: Editora Fonte Viva, 1997 (Coleção Centenário, 2).

INSTITUTO POPULAR MEMORIAL DE CANUDOS. **Canudos: Uma História de Luta e Resistência**. Paulo Afonso: Editora Fonte Viva, 1993 (Coleção Centenário, 1).

INSTITUTO POPULAR MEMORIAL DE CANUDOS. **Relatório da III Assembléia do Instituto Popular Memorial de Canudos**. Canudos/BA: IPMC, 1996.

INSTITUTO POPULAR MEMORIAL DE CANUDOS. **Romaria do Centenário do Massacre 1897-1997** (Folheto de divulgação).

INSTITUTO REGIONAL DA PEQUENA AGROPECUÁRIA APROPRIADA. **Educação para Convivência com o Semi-Árido** (Folheto de divulgação).

JOBIM JÚNIOR, Carlos Perrone. Outros Sertões: Um Soldado Gaúcho em Canudos. In: **História**. São Paulo, UNESP, 21: 295-306, 2002.

**Jornal da Bahia**. Salvador, 24 de julho de 1986, p. 12.

JOSÉ, Emiliano. Canudos vive. In: **Teoria e Debate**. nº 36, out/nov/dez 1997.

JOUTEUX, Fernand. **Os Sertões: grande ópera brasileira em quatro atos**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1953.

JURKEVICS, Vera Irene. Renovação Carismática Católica: reencantamento do mundo. In: **História: Questões e Debates**. Curitiba, n. 40, p. 121-134, 2004.

LADEIRA, Cadu. Guerra de Canudos... e o sertão virou um mar de sangue. **Superinteressante**. Ano 7, n. 11, nov. 1993, p. 57-63.

LEVINE, Robert. **O Sertão Prometido: O Massacre de Canudos no Nordeste Brasileiro (1893-1897)**. São Paulo: EDUSP, 1995.

- LIMA, Haroldo. **Cem anos de Canudos: da exaltação dos vencidos ‘ denúncia de genocídio**. Brasília: Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados, 1994.
- LIMA, José Américo de. **Canudos: a maldição dos excluídos**. Recife: FUNDARPE, 1997.
- LIMA, Luís Flamarion Barreto. Ensaio sobre psicologia do combatente brasileiro: O Pânico em Canudos. **A Defesa Nacional**. Rio de Janeiro: 44 (515), jun 1957.
- LIMA, Luiz Costa. **As cartas de Euclides da Cunha**. Caderno Idéias - *Jornal do Brasil*. Sábado, 13 de setembro de 1997.
- LITRENTTO, Oliveiros. **Canudos - Visões e Revisões**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1998.
- LITRENTTO, Oliveiros. Canudos e o Jacobinismo Florianista. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, 159 (398): 181-183, jan./mar. 1998 [p. 183 e 183].
- LOBO, Clodoaldo. A árida beleza de “República de Canudos”. In: **A Tarde**. Salvador, 5 de fevereiro de 1990.
- LOBO, José de Figueiredo. Contrastes e Belezas de Canudos. In: **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**. V. 83, p. 49-65, 1961-1967.
- LOBO, Júlio César. Vencidos. In: **A Tarde Cultural**. Salvador, 26 de junho de 1993, p. 12.
- MACEDO SOARES, Henrique Duque-Estrada. **A Guerra de Canudos**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Philobiblion; Brasília: INL, 1985.
- MACEDO, José Rivair & MAESTRI, Mário. **Belo Monte: Uma História da Guerra de Canudos**. 4ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- MACEDO, Nertan. **Antônio Conselheiro: A morte em vida do beato de Canudos**. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Renes, 1978.
- MACEDO, Nertan. **Memorial de Vilanova**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Renes; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1983.
- MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado**. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 2004.
- MACIEL, Manuel Marcílio *in* **Entrevista**. Fortaleza/CE: Curso de Comunicação Social/UFC, 2000.

- MACIEL, Marco. Pronunciamento. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, 159 (398): 167-170, jan./mar. 1998.
- MACIEL, Marco. Simpósio Centenário de Canudos (1897-1997). In: **A Defesa Nacional**. Ano LXXXIII, nº 778, out/nov/dez. de 1997.
- MADDEN, Lori. The Canudos War in History. **Luso-Brazilian Review**. v. 30, n. 2, University of Wisconsin, winter 1993.
- MADDEN, Lori. **The Discourses on the Canudos war: ideologies and rethoric**. Florida: University of Florida, 1990.
- MAESTRI, Mário. Canudos: história e historiografia. In: [www.ax.ax.apc.org/~pauloemiliom/res2.html](http://www.ax.ax.apc.org/~pauloemiliom/res2.html).
- MAESTRI, Mário. Elogio à dominação: R. Levine e a República Sertaneja de Belo Monte. In: **Praxis**. Belo Horizonte. Rio de Janeiro, São Paulo, julho/agosto 1997, n. 9, ano IV, pp. 37-68.
- MALVEZZI, Roberto (Gogó). **100 Canudos**. Canudos/BA: IPMC; Paulo Afonso: Editora Fonte Viva, s/d.
- MANGABEIRA, Francisco. **Tragédia épica: guerra de Canudos**. Bahia: Imprensa Moderna de Prudêncio de Carvalho, 1900.
- MANIFESTO dos estudantes das escolas superiores da Bahia aos seus colegas e aos republicanos dos outros estados. Bahia: Typographia do Correio da Bahia, 1897, 7f.
- MÁRAI, Sándor. **Veredicto em Canudos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- MARCELO, Carlos. Guerra sem fim. **Correio Braziliense**. Brasília, 28 de setembro de 1997.
- MARCHAL, Lucien. **Le Mage du Sertão: roman**. Paris : Plon, 1952.
- MARCONDES, Ayrton. **Canudos: as memórias de frei João Evangelista de Monte Marciano**. São Paulo: Best Seller, 1997.
- MARIANO, Cândido José. **A Força Pública do Amazonas em Canudos**. 4ª edição. Recife: FJN/Editora Massangana, 1998.
- MARINS, Francisco. **A Guerra de Canudos**. São Paulo: Ática, 1990 (O Cotidiano da história).
- MARINS, Francisco. **A Aldeia Sagrada**. 27ª edição. São Paulo: Melhoramentos, 1983.
- MARQUES, Antônio Nonato. **Uma porta para Canudos**. Salvador: Bureau, 1997.

- MARRECA, Orvacio. **A Milícia Paraense e sua heróica actuação na Guerra de Canudos em 1897**. Belém: Guajarina, 1937.
- MARTINS, Gilberto. **Cidadela de Deus: A Saga de Canudos**. São Paulo: Moderna, s/d.
- MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a Política no Brasil: As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. Petrópolis, Vozes, 2ª edição, 1983.
- MARTINS, Paulo Emílio Matos. **A Reinvenção do Sertão**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2001.
- MARTINS, Paulo Emílio Matos. Cinquenta Antônio e uma Tragédia: Canudos. In: **Revista do Exército Brasileiro**. Vol. 133, 3º Trimestre de 1996, p.21-29.
- MASCARENHAS, “Toda Nação em Canudos” (1893-1897): Índios em Canudos (Memória e tradição oral da participação dos Kiriri e Kaimbés na guerra de Canudos. In: **Revista Canudos**. V. 2, n. 2, CEEC/UNEB, 1997, p. 68-84..
- MASCARENHAS, Dailton. A tragédia brasileira (I). **Tribuna da Bahia**. Salvador, 8 de outubro de 1987.
- MASCARENHAS, Dailton. A tragédia brasileira (II). **Tribuna da Bahia**. Salvador, 9 de outubro de 1987.
- MASCARENHAS, Dailton. A tragédia brasileira (III). **Tribuna da Bahia**. Salvador, 10 de outubro de 1987.
- MATTOS, Mário Gomes de. Relembrando Canudos. In: **Revista do Exército Brasileiro**. Vol. 136, 3º Trimestre de 1997, p. 43-45.
- MEDEIROS, Jotabê. Questão da autoridade motivou a guerra. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, ano IX, número 3.465, 4 de agosto de 1996.
- MEDEIROS, Jotabê. Saga de Canudos ressurgiu da fé e das cinzas. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, ano IX, número 3.465, 4 de agosto de 1996.
- MEIHY, José Carlos Sebe. “Meu Empenho foi ser o Tradutor do Universo Sertanejo” (Entrevista com José Calazans). **Luso-Brazilian Review**. vol 30, n.2, Winter 1993 p. 26.
- MELLO, Dante de. **A Verdade Sobre “Os Sertões” (Análise Reivindicatória da Campanha de Canudos)**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1958.
- MELLO, Frederico Pernambucano de. Canudos, 1897. In: **O FUZIL E A CÂMERA: imagens da Guerra de Canudos pelo fotógrafo Flávio de Barros**. Sala René Ribeiro, 30 de outubro a 4 de dezembro de 1991. Fundação Joaquim Nabuco.

- MELLO, Frederico Pernambucano de. Canudos, 1897. In: **Revista do Exército Brasileiro**. Vol. 129, nº 1, jan/fev/mar 1992, p. 61-65.
- MELLO, Frederico Pernambucano de. **Que foi a Guerra de Canudos**. Recife/Zurich: Sthli, 1997.
- MELLO, Nilson V. Ferreira de. Versos encontrados em Canudos em 24 de setembro de 1897. In: **A Defesa Nacional**. Ano LXXXIII, nº 778, out/nov/dez. de 1997, p. 135-143.
- Memorial é alvo de denúncias. In: **Diário do Nordeste**. Fortaleza/CE, 29 de setembro de 1997 (Regional).
- MENDES, João Bosco Fernandes. **Euclides e o Conselheiro: um grito do Nordeste**. Fortaleza: Minerva, 1987.
- MENDONÇA, Máisa. O MST e a mídia. In: <http://www.mst.org.br>.
- MENDONÇA, Roberto. **Cândido Mariano e Canudos**. Manaus: Ed. da Universidade do Amazonas, 1977.
- MENDONÇA, Roberto. Canudos: Retomando um Tema Secular. In: **Revista do Exército Brasileiro**. Vol. 132, 2º Trimestre de 1995, p. 96-99.
- MENEZES, Eduardo D. B. de & ARRUDA, João (orgs). **Canudos: As falas e os olhares**. Fortaleza, UFC, 1995.
- MENEZES, Eduardo Diatahy B. de. A historiografia tradicional de Canudos. In: [www.portfolium.com.br/artigo-diatahy.html](http://www.portfolium.com.br/artigo-diatahy.html). Capturado em 15/11/1999.
- MENEZES, Eduardo Diatahy B. de. José Calasans. In: **Jornal de Poesia**. Fortaleza/CE: Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2001. Capturado em 4/10/2003 no endereço eletrônico: [www.secrel.com.br/jpoesia/jcalasans.html](http://www.secrel.com.br/jpoesia/jcalasans.html).
- MENEZES, Lúcio. Arqueologia de uma guerra nos sertões. In: **Cadernos UFS: História**. v. 3, n. 4. São Cristóvão: EDUFS, jan/jul 1997, p. 111-112.
- MILTON, Aristides Augusto. **A campanha de Canudos**. Salvador: UFBA, s.d. (Coleção Cachoeira, 2).
- MINISTÉRIO DO EXÉRCITO/DGP. Ofício n. 1, Brasília, 02 de outubro de 1975 (Arquivo Histórico do Exército/RJ).
- MINISTÉRIO DO EXÉRCITO/IV EX – 6ª RM. Relatório da Missão Canudos (Bendengó). 15 de julho de 1975.
- Missa ao Herege. In: **Revista Veja**. 8 de agosto de 1984.

- MOCELLIN, Renato. **Canudos: fanatismo ou a luta pela terra?** São Paulo: Editora do Brasil, 1989, 31p.
- MONIZ, Edmundo. **Canudos: A Guerra Social**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Elo, 1987.
- MONIZ, Edmundo. **Canudos: A luta pela terra**. 4ª ed. rev. a ampl. São Paulo: Global, Coleção História Popular, 1986.
- MONIZ, Edmundo. O suicídio literário de Vargas Llosa. **Encontros com a Civilização Brasileira**. N. 29.
- MONTE MARCIANO, Frei João Evangelista. Relatório ao Arcebispado da Bahia. In: MENESES, Eduardo Diatahy B. de & ARRUDA, João (orgs.). **Canudos: As falas e os olhares**. Fortaleza: EUFC, 1995, p. 138.
- MONTEIRO, Duglas T. - Um confronto entre Juazeiro, Canudos e Contestado. FAUSTO, Boris (coord.). **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo III. v. 2. São Paulo: Difel, 1978, p. 69.
- MONTEIRO, Duglas T. Sertão e civilização; compassos e descompassos. In: **Colóquio de Estudos Regionais**. Curitiba, dez 1974.
- MONTENEGRO, Abelardo F. **Fanáticos e Cangaceiros**. Fortaleza: Editora Henriqueta Galeno, 1973.
- MOTA, Lourenço Dantas. **Euclides da Cunha**. São Paulo: Editora Três, 1974.
- MOURA, Aureliano Pinto de. As duas últimas expedições a Canudos. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, 159 (398): 185-192, jan./mar. 1998.
- MOURA, Clóvis. **Sociologia Política da Guerra Camponesa de Canudos: Da destruição de Belo Monte ao aparecimento do MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2000.
- MOVIMENTO ANTÔNIO CONSELHEIRO/SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO DE QUIXERAMOBIM. **Você Conhece Antônio Conselheiro?** Quixeramobim/CE: [s.ed.], 1997[?].
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Canudos Não se Rendeu: 100 anos de luta pela terra**. São Paulo, 1993.
- MOVIMENTO POPULAR E HISTÓRICO DE CANUDOS. **Carta Aberta do Movimento Popular e Histórico de Canudos**. Salvador, janeiro de 1994.

MOVIMENTO POPULAR E HISTÓRICO DE CANUDOS. **Projeto 20ª Celebração de Canudos**. Salvador, 25 de Julho de 2003.

MOVIMENTO POPULAR E HISTÓRICO DE CANUDOS. **XII Celebração Popular Pelos Mártires de Canudos**. Outubro de 1994 (folheto).

MOVIMENTO POPULAR E HISTÓRICO DE CANUDOS. **XIV Celebração Popular de Canudos: Conselheiro do Sertão: Líder Camponês** (programação).

NASCIMENTO, Luciano. Maneirismo Canudense: Uma análise das produções filmicas sobre o episódio da guerra de Canudos. In: <http://www.ufba.br/~lusca/canudos.html>. Capturado em 5/8/1999.

NASCIMENTO, Maria da Glória Cardoso do, ZORZO, Jelda, SANTOS, José Moacir dos & EHLE, Paulo. Introdução. In: INSTITUTO POPULAR MEMORIAL DE CANUDOS. **Almanaque de Canudos 1993**. Paulo Afonso: Editora Fonte Viva, 1993.

NASCIMENTO, Noel. Canudos, contestado e fanatismo religioso. **Revista Brasiliense**. N. 44, nov/dez 1961.

NERY, A. Constantino. **A Quarta Expedição contra Canudos**. Pará: Typ. de Pinto Barbosa & C<sup>a</sup>, 1898.

NETO, Luiz Bezerra. **Sem-Terra Aprende e Ensina: Estudos sobre as práticas educativas do Movimento dos Trabalhadores Rurais**. Campinas/SP: Editores Associados, 1999 (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo, 67).

NETO, Manoel e DANTAS, Roberto. **Os Intelectuais e Canudos: O Discurso Contemporâneo: História Oral Temática**. V. 2. Salvador: Universidade do Estado da Bahia (UNEB), 2003.

NETO, Manoel, GUERRA, Sérgio & PINHEIRO, José Carlos. Centenário de uma utopia na história do nordeste. In: **Suplemento Cultural**. ano VII, n; 9, Companhia Editora de Pernambuco, Setembro de 1993.

NETO, Manoel; DANTAS, Roberto e PINHEIRO, José Carlos. **Os Intelectuais e Canudos: O Discurso Contemporâneo: História Oral Temática**. V. 1. Salvador: Universidade do Estado da Bahia (UNEB), 2001.

NEVES, Gastão. **Romanceiro de Canudos**. Teresópolis/RJ: ZEM Gráfica e Editora, 1991.

NOGUEIRA, Ataliba. **Antônio Conselheiro e Canudos**. 3ª edição. São Paulo: Atlas, 1997 (Edição Comemorativa - Centenário de Canudos 1897-1997).

- NUNES, Maria Goreth Pimentel. **O Que Ficou de Antônio Conselheiro e Canudos no Imaginário Popular de Quixeramobim**. Quixadá: FECLESC/Universidade Estadual do Ceará, 1996 (monografia de especialização).
- O ENIGMA DE CANUDOS (Caderno Especial). . **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 14 de setembro de 1997.
- OLAVO, Antônio. A Produção do Vídeo Paixão e Guerra no Sertão de Canudos. In: **O Olho da História**. Salvador, v. 2, n. 3, novembro de 1996.
- OLAVO, Antônio. **Memórias Fotográficas de Canudos**. Salvador: Graphite Gráfica, 1989.
- OLAVO, Antônio. Relatos fortes e serenos. In: **A Tarde Cultural**. Salvador: 26 de junho de 1993, p. 3.
- OLIVEIRA, Ana Paula Silva. **Objetos Deflagradores da Memória: um estudo sobre alguns vestígios da Guerra de Canudos**. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 2001 (dissertação de mestrado em Comunicação e Semiótica).
- OLIVEIRA, Enoque, Pe. **Conselheiro do sertão: entre prédicas e conselhos – líder camponês**. Canudos, MHPC, 1997.
- OLIVEIRA, Jô. **A Guerra do Reino Divino**. Rio de Janeiro: Codecri, 1976.
- OLIVEIRA, Ruy Bruno Bacelar de. **Canudos: o assassinato da liberdade**. Vitória da Conquista: EMGEO, 1992.
- OLIVEIRA, Xavier de. Reminiscência da Guerra de Canudos. In: **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**. V. 68, p. 102-107, 1942.
- OLIVEIRA, Xavier de. Reminiscência da Guerra de Canudos. In: **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**. V. 69, p. 149-181, 1943.
- OLIVIERI, Antônio Carlos. **Canudos**. São Paulo: Ática, 1994.
- OTÁVIO, Chico. Militares hoje reconhecem os equívocos de Canudos. **O Globo**. Rio de Janeiro. 14 de setembro de 1997.
- OTTEN, Alexandre H. **Só Deus é Grande: a mensagem religiosa de Antônio Conselheiro**. São Paulo: Loyola, 1990.
- OTTEN, Alexandre. A Influência do Ideário Religioso na Construção da Comunidade de Belo Monte. In: **Luso-Brazilian Review**. University of Wisconsin, Volume 30, n.2, Winter 1993.

- PADRE TIAGO. Apresentação. In: INSTITUTO POPULAR MEMORIAL DE CANUDOS. **Hinos e Poesias**. Paulo Afonso: Editora Fonte Viva, s/d (Coleção Centenário, 3).
- PAES, Fábio. Cancioneiro de Canudos. In: **A Tarde**. Salvador, 10 de outubro de 1997.
- PAIXÃO, Enoque Araújo da. O Povo de Canudos não se rendeu. **Jornal da Cidade**. Aracaju, 23 junho de 1993.
- PALMEIRA, J. da Costa. **A Campanha do Conselheiro**. Rio de Janeiro: Calvino Filho, 1934, 212 p.
- PARLIM. **A Guerra de Canudos em Quadrinhos: a epopéia de Antônio Conselheiro**. Juazeiro: Traço Studio, 1993.
- PAULA, Luiz Carlos Carneiro de. Conversando sobre a Guerra de Canudos. In: **Revista do Exército Brasileiro**. Vol. 133, 3º Trimestre de 1996, p. 69-71.
- PAULA, Luiz Carlos Carneiro de. Reflexões à margem da Campanha de Canudos. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, 159 (398): 269-272, jan./mar. 1998.
- PAULA, Sérgio Góes de. **Canudos: um relato de viagem**. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 1993.
- PEDROSA, Mário. Canudos de Edmundo Moniz. In: MONIZ, Edmundo. **Canudos: A Guerra Social**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Elo, 1987, p. 301.
- PENNA, Lincoln de Abreu. Canudos e o Atentado. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, 159 (398): 281-291, jan./mar. 1998.
- PEREIRA, João. A célebre passagem de Cocorobó, campanha de Canudos. Separata **Revista Militar Brasileira**. (1/4): 3-10, jan/dez 1956.
- PEREIRA, João. Arrancada heróica: campanha de Canudos. **Revista Militar Brasileira**. (1/2): 3-16, 1958.
- PEREIRA, João. Missão de Paz a Canudos. **Revista Militar Brasileira**. (1/2): 3-15, jan/jun 1957.
- PIEIDADE, Lélis. **Histórico e Relatório do Comitê Patriótico da Bahia (1897-1901)**. 2ª edição. Salvador: Portfolium, 2002 (Edição organizada por Antônio Olavo).
- PINHEIRO, José Carlos da Costa. Canudos na memória. In: **A Tarde Cultural**. Salvador, 22 de agosto de 1992, p. 5.

- PINHO, Patrícia. **Revisitando Canudos hoje no imaginário popular**. Campinas: UNICAMP, 1996 (Dissertação de Mestrado).
- POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Guerra de Canudos (1897)**. Exposição no Quartel da Luz – 26 de novembro a 1º de dezembro de 1997.
- POMPA, Cristina. A construção do fim do mundo. Para uma releitura dos movimentos sócio-religiosos do Brasil “rústico”. In: **Revista de Antropologia**. V. 41, n. 1. São Paulo, 1998.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE CANUDOS. **Canudos: Convite ao Turismo**. Canudos/BA: PMC, 1997 (folheto).
- PROFETA, Osvaldo. **Canudos: libelo de um massacre**. São Paulo: Presbiteriana, 1990. 294p.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O messianismo no Brasil e no mundo**. São Paulo: Dominus/Universidade de São Paulo, 1965.
- RAMOS, Artur. Prefácio. In: RODRIGUES, Nina. **As Collectividades Anormaes**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1939.
- RAMOS, Jovelino P. Interpretando o fenômeno Canudos. Separata de **Luso-Brazilian Review**. 11 (1) 65-83, Summer, 1974.
- REESINK, Edwin. A Memória das Memórias de Canudos: A Pesquisa e a Obra de José Calasans. In: **Revista Canudos**. V. 5, n. 1, jun. 2001, Centro de Estudos Euclides da Cunha/Universidade do Estado da Bahia.
- REESINK, Edwin. A Tomada do coração da aldeia: a participação dos índios de Massacará na Guerra de Canudos. In: **Cadernos do CEAS**. Salvador: (número especial Canudos), p. 73-95 [p. 78].
- REGO, Orlando L. M. de Moraes. **A brigada policial do Pará na Campanha de Canudos**. Belém: [s. n.], 1965. 23p.
- RESENDE, Nilza. **A guerra de Canudos: o filme**. São Paulo: SENAC, 1997.
- RIBEIRO, Paulo Roberto (Pola). Meus Documentários sobre Canudos. In: **O Olho da História**. Salvador, v. 2, n. 3, novembro de 1996, p. 152-155.
- RIOS, Acácia. Dos Guerreiros de Belo Monte aos Camponeses de Monte Santo: Memórias de Luta. In: *Anais do VII Encontro Nacional de História Oral (História e Tradição Oral)*. Goiânia/GO, 18-21 de maio de 2004.

- RIOS, Andifax. **Antônio Vicente Mendes Maciel, o Conselheiro**. São Paulo: Giordano; Fortaleza: Biblioteca Curumim sem Nome, 1994.
- RIOS, José Arthur. A Comunidade Messiânica de Canudos. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, 159 (398): 171-180, jan./mar. 1998 [p. 178 e 179].
- RIOS, José Arthur. Enigma de Canudos. In: **Revista do Exército Brasileiro**. Vol. 135, 2º Trimestre de 1998, p. 37-46; SILVA, Alberto Martins da. Médicos em Canudos. In: **Revista do Exército Brasileiro**. Vol. 135, 2º Trimestre de 1998, p. 79-89.
- RIOS, José Arthur. O Enigma de Canudos. In: **A Defesa Nacional**. Ano LXXXIII, nº 778, out/nov/dez. de 1997, p. 11-21.
- ROSSI, Camillo T. **Antônio Conselheiro ou a Revolução de Canudos; drama histórico original brasileiro em um prólogo e cinco actos**. Bahia: Typ. Tribuna, 1906, 52p.
- SÁ, Antônio Fernando de Araújo et. al. Professor José Brandão Calasans da Silva. In: **Cadernos UFS: História**. Volume 03, número 4, p. 7-10.
- SÁ, Antônio Fernando de Araújo. CANUDOS PLURAL: Memórias em confronto nas comemorações dos centenários de Canudos (1993-1997). **Textos de História: Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UnB**. Brasília, v. 5, n. 1, 1997.
- SALDANHA, João José M. de O. **Correspondência eletrônica enviada ao Diário do Nordeste**. 1º de outubro de 1997 (e-mail).
- SALEM, Helena (coord.). **A Igreja dos Oprimidos**. São Paulo, Brasil em Debates, 1981.
- SALES COUTINHO et. alli. A Campanha de Canudos. In: **Revista do Exército Brasileiro**. Vol. 133, 3º Trimestre de 1996, p. 77-86.
- SALGADO, Eduardo & PERES, Leandra. O Beato Rainha. In: **Veja**. Ano 36, nº 24, 18 de junho de 2003, p. 72-80.
- SALLES, Inês Cardoso. **Cicatrizes Submersas dos Sertões: Descartes Gadelha e Euclides da Cunha em correspondência**. São Paulo: Cone Sul, 2000, p. 19 e 84.
- Salomão da Rocha: Uma página de heroísmo. In: **Revista do Exército Brasileiro**. Vol. 132, 2º Trimestre de 1995, p. 110-111.
- SAMPAIO, Consuelo Novais (org.). **Canudos: Cartas para o Barão**. São Paulo: Edusp, 1999.

- SAMPAIO, Consuelo Novais. Canudos: o jogo das oligarquias. Separata **Revista da Academia de Letras da Bahia**. Salvador: n. 40, p. 241-257, 1994.
- SAMPAIO, Consuelo Novais. O sábio do Sertão conselheiro. In: **A Tarde Cultural**. Salvador: 21/7/2001.
- SAMPAIO, Consuelo Novais. Repensando Canudos. **A Tarde**. Caderno 2. Salvador, 25 mar. 1993, p. 2.
- SANCHES, Marcos Guimarães. Ação e Repercussão de Canudos. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, 159 (398): 229-241, jan./mar. 1998 [p. 240].
- SANTOS, Aline Joyce Rocha. Turismo Cultural em Canudos: Uma forma de Desenvolvimento Sustentável. In: **Revista Canudos**. Salvador: CEEC/UNEB, v. 4, n. 1/2, dezembro de 2000.
- SANTOS, Andrea Paula dos, RIBEIRO, Suzana Lopes Salgado e MEIHY, José Carlos Bom. **Vozes da Marcha pela Terra**. São Paulo: Loyola, 1998.
- SANTOS, Eurides de Souza. **A Música de Canudos**. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo/Fundação Cultural da Bahia, 1998.
- SANTOS, João Felício dos. **João Abade**. Rio de Janeiro: Agir, 1958.
- SANTOS, Ricardo G. V. dos. **Projeto Os Sertões apresenta José Dumont em O Conselheiro e Canudos**. Fortaleza: UFC, 1987. 77p.
- SARA, José. Defendendo o Conselheiro. In: **Meu folclore**. Euclides da Cunha, Museu do Arraial Bendengó, 3ª ed., 1963.
- SCHUMANN, Vera. Exército ajuda resgatar a cidadania em Canudos. **A Tarde**. Salvador, 24/11/1996, p. 3.
- SECRETARIADO NACIONAL DA CPT. Os Rostos da CPT Hoje. In: **A Luta pela Terra: a Comissão Pastoral da Terra 20 anos depois**. São Paulo: Paulus, 1997.
- SENA, Consuelo Pondé de. João Pondé e a Campanha de Canudos. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, 159 (398): 207-217, jan./mar. 1998.
- SENA, Davis Ribeiro de. A Guerra das Caatingas. In: **Revista do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro, 127(3): 7-37, Jul./Set. 1990.

- SENA, Davis Ribeiro de. **Canudos e o Exército**. Rio de Janeiro: Arquivo Histórico do Exército, 1996.
- SENA, Davis Ribeiro de. **Canudos. Campanha Militar (IV Expedição)**. Brasília/DF: Ministério do Exército/Secretaria-Geral do Exército/Diretoria de Assuntos Culturais/Arquivo Histórico do Exército, 1997.
- SENA, Davis Ribeiro de. **Canudos: Ficção e Realidade**. Rio de Janeiro: Arquivo Histórico do Exército, 1996.
- SENA, Davis Ribeiro de. **Exército Brasileiro: Ontem, Hoje, Sempre**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2000.
- SENA, Davis Ribeiro de. **Sob a luz do meteoro: Canudos X República**. Recife: Ed. do Autor, 2003, p. 133.
- SENA, Davis Ribeiro. A Guerra das Caatingas. **Revista do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro, 127(3): 7-37, jul./set. 1990.
- SILVA, Alberto Martins da. A medicina em Canudos (algumas notas). In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, 159 (398): 193-205, jan./mar. 1998 [p. 203].
- SILVA, Alberto Martins da. Cem anos de Canudos (1896-1996). In: **A Defesa Nacional**. nº 774, out/nov/dez. de 1996, p.144-147.
- SILVA, José Calasans Brandão da. **O Ciclo Folclórico do Bom Jesus Conselheiro: Contribuição ao Estudo da Campanha de Canudos**. Salvador: EDUFBA/Centro de Estudos Baianos, 2002 (Edição fac-similada).
- SILVA, José Calasans Brandão da. O Diário de Notícias e a campanha de Canudos. Separata **Universitas**. Salvador: (18): 89-96, set./dez. 1977.
- SILVA, José Calasans Brandão da. A Guerra de Canudos na poesia popular. In: ABDALA Jr., Benjamin & ALEXANDRE, Isabel M.M. (orgs.). **Canudos: palavra de Deus, sonho da terra**. São Paulo: Boitempo/SENAC, 1997.
- SILVA, José Calasans Brandão da. **Canudos na Literatura de Cordel**. São Paulo/Salvador: Ática/Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1984.
- SILVA, José Calasans Brandão da. Canudos: origens e desenvolvimento de um arraial messiânico. In: **Anais do Simpósio Nacional dos Professores de História**. São Paulo, ANPUH, 1974, p. 461-481.

- SILVA, José Calasans Brandão da. **Cartografia de Canudos**. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia/Conselho Estadual da Cultura; EGBA, 1997.
- SILVA, José Calasans Brandão da. Coronelismo e Messianismo no Brasil - O Caso de Canudos. In: **Revista da UNIPÊ**. João Pessoa: Centro Universitário de João Pessoa, 2 (2), 1998, p. 5-16.
- SILVA, José Calasans Brandão da. Dois centenários. **A Tarde**. Salvador, 5 de junho de 1993.
- SILVA, José Calasans Brandão da. **No Tempo de Antônio Conselheiro: Figuras e fatos da Campanha de Canudos**. Salvador: Progresso/Universidade da Bahia, 1959.
- SILVA, José Calasans Brandão da. **O Conselheiro em Sergipe e os Sergipanos em Canudos**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 05.11.1993.
- SILVA, José Calasans Brandão da. Prefácio. In: FONTES, Oleone Coelho. **O Trem-Terra: Moreira César, A República e Canudos**. Petrópolis: Vozes, 1996.
- SILVA, José Calasans Brandão da. **Quase Biografias de Jagunços: o séquito de Antônio Conselheiro**. Salvador: CEB/UFBa, 1986.
- SILVA, José Calasans Brandão da. Solidariedade sim, igualdade não: aspectos controvertidos do episódio de Canudos. In: BLOCH, Didier (org.). **Canudos 100 anos de produção**. Paulo Afonso: Fonte Viva, 1997.
- SILVA, José Maria de Oliveira. O Sertão Vai Virar Mar: Canudos no Final do Século. In: **Revista de História**. São Paulo: Departamento de História/USP, nº 134, 1º semestre 1996, p. 85-86.
- SILVA, José Maria de Oliveira. **Rever Canudos: Historicidade e Religiosidade Popular (1940-1995)**. São Paulo, FFLCH/USP, 1996 (mimeo).
- SILVA, José Maria de Oliveira. Só Deus é Grande. Arte & Palavra. **Jornal da Manhã**. Aracaju, ano III, n. 33, junho de 1993.
- SILVA, José Roberval Freire da. Migrantes Canudenses em São Paulo: A Memória num Contexto de Discriminação. In: <http://www.portfolium.com.br/artigo-roberval.htm>. **Capturado em 13/07/1999**.
- SILVA, Osmar Cordeiro da. Canudos ainda Revive. In: INSTITUTO POPULAR MEMORIAL DE CANUDOS. **Hinos e Poesias**. Paulo Afonso: Editora Fonte Viva, s/d (Coleção Centenário, 3).

- SILVA, Rogério Souza. **Antônio Conselheiro: A Fronteira entre a Civilização e a Barbárie**. São Paulo: Annablume, 2001.
- SIMÃO, Marum. **Quixeramobim: recompondo a história**. Fortaleza: Ed. do autor, 1996.
- SINZING, Pedro, OFM. **Reminiscências de um padre**. 2ª edição. Petrópolis: Vozes, 1925.
- SIQUEIRA, Ruben. Canudos Outra Vez e Sempre. In: INSTITUTO POPULAR MEMORIAL DE CANUDOS. **Almanaque de Canudos 1997**. Paulo Afonso: Editora Fonte Viva, 1997.
- SOARES, Conceição. Cem Anos de Canudos: Conselheiro será homenageado em Sergipe. In: **Jornal da Cidade**. Aracaju/SE, 4 de setembro de 1993, Caderno B, p. 9.
- SOARES, Dirceu. Os Sertões de Euclides da Cunha. **Manchete**. Rio de Janeiro: 20 (1071): 67-80, out. 1982.
- SOARES, Henrique Duque-Estrada de Macedo. **A Guerra de Canudos**. 3ª edição. Rio de Janeiro/Brasília: Philoblibion/INL, 1985.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **História Militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965 (Retratos do Brasil, 40).
- SOLA, José Antônio. **Canudos: uma utopia no sertão**. São Paulo: Contexto, 1989.
- SOUSA, Eusebio Neri Alves de. Antônio Conselheiro em Juízo. (Um episódio de sua vida). **Revista do Instituto do Ceará**. Tomo XXVI (1912) 291-301.
- SOUZA, Édio e SETÚBAL, Paulo. **ABC da guerra do absurdo**. Salvador: Venture, 1997, 61p.
- SOUZA, Luiz Eduardo de Souza et. al. **Antônio Conselheiro: Luta pela terra no Nordeste**. Paulo Afonso/BA: Editora Fonte Viva, 1993.
- SOUZA, Mares de. **A foragida: episódio da Guerra de Canudos**. Alagoínhas: [s.n.], 1902, 29p.
- STUDART, Guilherme, Barão de. **Diccionario bio-bibliographico cearense**. Fortaleza: Typo-Lithographia a Vapor, 1913, p. 140-144 [140].
- TAVARES, Luís Henrique Dias. A Guerra de Canudos. In: **História da Bahia**. Salvador: EDUFBA, 1974.
- TAVARES, Odorico. **Canudos Cinquenta Anos Depois (1947)**. Salvador: Conselho Estadual de Cultura/Academia de Letras da Bahia/Fundação Cultural do Estado, 1993.

- TEIXEIRA, Evandro. **Canudos 100 anos**. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Textual, 1997.
- TEIXEIRA, Evandro. Fascínio de uma região. In: **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 30 de novembro de 2002, B 5.
- TFOUNI, Leda Verdiani & ROMÃO, Lucília Maria Souza. O Discurso sobre Canudos e a retórica do massacre. In: **Terra Livre**. São Paulo, ano 18, n. 19, p. 243-256, jul./dez. 2002 [p. 255].
- THEODORO, Janice. Canudos 100 anos depois: Da vida comunitária ao surgimento dos movimentos fundamentalistas. In: ABDALA Jr., Benjamin & ALEXANDRE, Isabel (orgs.). **Canudos: Palavra de Deus, Sonho da Terra**. São Paulo: Boitempo/Editora do SENAC/SP, 1997.
- TORRES, Djalma. Apresentação. **Almanaque de Canudos 1995**. Paulo Afonso: Editora Fonte Viva, 1995.
- TRAVESSA, Manuel. In: **Semana de Canudos: Rememoração dos 100 anos da Guerra de Canudos**. Brasília/DF, Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Câmara dos Deputados, 25 de setembro de 1997.
- UNGER, Nancy Mangabeira. **Da foz à nascente: o recado do rio**. São Paulo: Cortez; Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 2001.
- UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA/CENTRO DE ESTUDOS DE EUCLIDES DA CUNHA. **Guia do Acervo do Centro de Estudos Euclides da Cunha**. Salvador: CEEC-UNEB, 1997, 60p.
- UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA/CENTRO DE ESTUDOS DE EUCLIDES DA CUNHA. **Índice Remissivo: Documentação Histórica sobre Canudos**. Salvador: CEEC-UNEB, 1996, 64p
- UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA/CENTRO DE ESTUDOS DE EUCLIDES DA CUNHA. **Arqueologia Histórica de Canudos**. Salvador, UNEB, 1996, p. 29.
- UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA/PREFEITURA MUNICIPAL DE CANUDOS. **Carta de Canudos**. Salvador: [s.d.], julho de 1992.
- VALENTE, Luiz Fernando. Os Sertões: Entre a Memória e a História (resumo). In: **Reflecting on 100 Years of Os Sertões: Critical Methods and New Directions**. The

University of Texas at Austin. October 13-14 2003. Capturado no endereço eletrônico: [http://www.utexas.edu/cola/depts/spanish/os\\_serto.es](http://www.utexas.edu/cola/depts/spanish/os_serto.es).

VALENTE, Waldemar. **Misticismo e região aspectos do sebastianismo nordestino**. Recife: Instituto Joaquim Nabuco, 1963.

VARGAS LLOSA, Mario. **A Guerra do Fim do Mundo**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981.

VASCONCELOS, Levi. História de Canudos pode ser revista. In: **A Tarde On Line**. 06/10/1997.

VEIGA, José J. **A casca da Serpente**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

VENTURA, Roberto. Cabeças Cortadas em Canudos. **Ciência Hoje**. V. 10, n. 59, p. 48-55, nov. 1989.

VENTURA, Roberto. Canudos como Cidade Ilustrada: Euclides da Cunha na *urbs* monstruosa. In: **Revista de Antropologia**. V. 40, n. 1, São Paulo, 1997.

VENTURA, Roberto. Três Visões de Canudos. **Jornal de Resenhas**. São Paulo, Folha de São Paulo/Diário Editorial/USP, 6 de novembro de 1995.

VILLA, Marco Antônio & PINHEIRO, José Carlos da Costa. **José Calasans: um depoimento para a história**. Salvador: UNEB, 1998.

VILLA, Marco Antônio. **Canudos: O Povo da Terra**. 3ª edição. São Paulo: Ática, 1999.

VILLABOIM FILHO, Paschoal. **Canudos**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Imprinta, 1999.

VILLELA JR., Marcos Evangelista C. **Canudos: Memórias de um Combatente**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 1997.

WEHLING, Arno. Discurso de abertura do Simpósio do Centenário de Canudos. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, 159 (398): 163-166, jan./mar. 1998.

WERNECK SODRÉ, Nelson. **Do Tenentismo ao Estado Novo: Memórias de um Soldado**. 2ª edição. Petrópolis: Vozes, 1986.

WOLSEY (César Gama). **Libello republicano acompanhado de comentários sobre a campanha de Canudos**. Bahia: Typ. do Diário da Bahia, 1899, 62p.

Z Aidan Filho, Michel. **O Fim do Nordeste e outros mitos**. São Paulo: Cortez, 2001, p. 11-24.

- Z Aidan, Michel. Canudos: história e literatura. In: <http://www.artnet.com.br/gramsci/arquiv283.htm>. Capturado em 7/10/2003.
- Zanetta, Mário. Apresentação. In: INSTITUTO POPULAR MEMORIAL DE CANUDOS. **Almanaque de Canudos 1993**. Paulo Afonso: Editora Fonte Viva, 1993.
- Zanettini, Paulo E. Canudos: A Agonia Submersa. **Jornal da Tarde**. São Paulo, 05 de outubro de 1991.
- Zanettini, Paulo Eduardo. Arqueologia da Guerra. In: **A Tarde On Line**. Salvador: 04/10/1997.
- Zanettini, Paulo Eduardo. Por uma arqueologia de Canudos e dos brasileiros iletrados. **Revista Canudos**. Salvador, UNEB, v. 1, n. 1, p. 167-172, jul./dez. 1996.
- Zanettini, Paulo. Repressão aos “fanáticos” custou caro à República. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 23 de junho de 1988, B 1.
- Zilly, Berthold. A Guerra de Canudos e o imaginário da sociedade sertaneja em Os Sertões, de Euclides da Cunha: Da Crônica à Ficção. In: CHIAPPINI, Lígia & AGUIAR, Flávio Wolf de (orgs.). **Literatura e História na América Latina**. São Paulo: EDUSP, 1993.
- Zilly, Berthold. Canudos Telegrafado: A Guerra do Sertão como Evento de Mídia na Europa de 1897. In: **Anos 90: Revista do programa de pós-graduação em história**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, nº 7, julho de 1997, p. 59-87.
- Zilly, Berthold. Literatura e Memória de Canudos (Resumo). Konstanz, Alemanha, dezembro de 1997.
- Zorzo, Jelda. Apresentação. INSTITUTO POPULAR MEMORIAL DE CANUDOS. **Almanaque de Canudos 1996**. Paulo Afonso: Editora Fonte Viva, 1996.

### *2.1. SÍTIOS NA WORLD WIDE WEB*

- [www.ax.apc.org.br](http://www.ax.apc.org.br)
- [www.infonet.com.br/canudos](http://www.infonet.com.br/canudos)
- [www.portfolium.com.br](http://www.portfolium.com.br)
- [www.casaeuclidiana.org.br](http://www.casaeuclidiana.org.br)

2.4. *Filmografia consultada sobre a Guerra de Canudos*<sup>890</sup>

**001**

**Título:** Um Sino dobra em Canudos

**Documentário, P/B, 1962, Brasil.**

**Direção e Apresentação:** Carlos Gaspar

**Cinegrafistas:** Heinz Forthmann / Alexander Órban / Domenico Pennachia

**Produção:** Carlos Gaspar

**002**

**Título:** Canudos

**Documentário, 35 mm, Cor, 70 min. 1978, Brasil.**

**Direção e Roteiro:** Ipojuca Pontes

**Direção de Fotografia e Câmera:** Vito Diniz, Aloysio Raulino, Júlio Romiti

**Ilustrações:** Poty

**Letreiros:** Luís Carolino

**Som Direto:** Timo de Andrade / Ipojuca Pontes

**Narração:** Walmor Chagas

**Montagem:** Henrique Santos

**Música:** J. Lins

**Produtora:** Ipojuca Pontes Produções Cinematográficas / Tereza Raquel Produções Artísticas

**003**

**Título:** Paixão e Guerra no Sertão de Canudos

Documentário, Betacam, Cor, 78 min. 1993, Brasil.

**Direção e Roteiro:** Antonio Olavo

**Fotografia e Câmera:** André Benigno

**Produção Executiva:** Ricardo Gaspar / Selma Santos

---

<sup>890</sup> As fichas técnicas dos filmes consultados foram extraídas do endereço eletrônico <http://www.portfolium.com.br/filme.htm>

**Assistentes de Produção:** Salomão Soares

**Som:** João do Valle

**Montagem:** Paulo Pestana

**Direção Musical:** Fábio Paes

**Narração:** José Wilker

**Cartaz:** Dalva Bonfim

**Produtora:** Portfolium Laboratório de **Imagens**

**Produtor:** Antonio Olavo

**004**

**Título:** Caderneta de Campo

Documentário, SVHS/U-Matic, Cor, 1991, Brasil.

**Direção, Roteiro, Fotografia e Produção:** Pola Ribeiro

**Edição:** H.D. Júnior

**Finalizadora:** Truq Cine TV Vídeo

**005**

**Título:** Utopia

**Documentário, Betacam, 30 min, Cor, 1994, Brasil.**

**Direção e Roteiro:** Pola Ribeiro

**Fotografia:** Rosinaldo "Tripinha"

**Produtor:** Marcelo Costa

**Edição:** Ana Ventura

**Produção:** Truq Cine TV Vídeo

**Realização:** Centro de Estudos Euclides da Cunha CEEC - UNEB

**006**

**Título:** Canudos não Morreu - A Confirmação

16mm, Cor, 1994/95, Brasil.

**Roteiro:** Jorge Alfredo

**Direção:** Pola Ribeiro

**Fotografia:** Vito Diniz

**Montagem:** Cristiane Cocco e Peter Pryzgodda

**Trilha Sonora:** Jorge Alfredo, Luciano Chaves e Luizinho Assis

**Diretor de Produção:** Moisés Augusto

**Produtora:** Truq Cine TV Video - ZDF

## 007

**Título:** A Matadeira

Ficção, 16 mm, Cor, 1994, Brasil.

**Direção e Roteiro:** Jorge Furtado

**Direção de Fotografia:** Alex Sernambi / Gaspar Martins

**Direção de arte:** Fiapo Barth

**Diretor de Produção:** Sandro Dreyer

**Assistentes de Direção:** Dainara Toffoli

**Montagem:** Giba Assis Brasil

**Elenco:** Pedro Cardoso

**Música:** Leo Henkin

**Produtora:** Casa de Cinema P.A

**Produtora Executiva:** Nora Goulart

## 008

**Título:** O Sertões

Documentário, Cor, 67 min., 1995, Brasil.

**Direção e Roteiro:** Cristina Fonseca

**Direção de Fotografia:** Alex Sernambi / Gaspar Martins

**Produção:** Alejandra Hope

**Pesquisa Iconográfica:** Nerci Ferrari

**Arte:** Aida Cassiano, Paulo César Dias, Aimberê Santos e Wesllen da Silva Silvério

**Cenografia:** Luciene Grecco

**Trilha Sonora:** David Tygel

**Narração:** Dráusio de Oliveira

**Direção de Fotografia/Estúdio:** Maurício Valim

**Participação Especial:** Antônio Nóbrega

**Realização:** TV Cultura

**009**

**Título:** Antônio Conselheiro

Documentário, SVHS, 5 min. Cor, 1996, Brasil.

**Direção e Edição:** Marcelo Rabelo

**Imagens:** Marcelo Rabelo

**Edição:** Carlos Modesto

**Música:** Patativa do Assaré

**Produtora:** Beijupirá

**010**

**Título:** Canudos, Uma História Sem Fim

Documentário, Vídeo, 52 min. Cor, 1996, Brasil.

**Reportagem e Edição:** Paulo Lafene

**Imagens:** Antônio Abreu

**Edição:** Roberto Morais, Luís Cláudio São Bernardo

**Produtora:** Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia / TV Educativa (IRDEB / TVE)

**011**

**Título:** Canudos, Açude Vivo

Documentário, Vídeo, Cor, 52 min., 1994, Brasil.

**Direção:** Cireneu Kuhn

**Roteiro:** D. Pedro Casaldáliga, José Wilson Andrade e Romero F. Meneses

**Câmera:** Conrado Berning

**Produção:** Instituto Popular de Canudos

**Edição:** J. Gaspar Guimarães e Pedro L. Siaretta

**Realização:** Verbo Filmes

**012**

**Título:** CANUDOS - Histórias de uma Romaria

Documentário em Vídeo, Cor, 18 min. 1997, Brasil.

**Direção e Edição:** Esmon Primo

**Pesquisa/Coordenação:** Tadeu Botelho, José Dias, Rubens Mascarenhas

**Pesquisa/Participação:** Alunos do Curso de História/UESB

**Texto:** Tadeu Botelho, José Dias, Ana Claudia Rocha, Teresa Cristina Rocha

**Argumento:** Tadeu Botelho / José Dias

**Roteiro:** Jorge Melquesedeque / José Dias / Esmon Primo

**Contador/História:** João Reginaldo (João de Régis)

**Imagens:** Renato Correia

**Iluminação:** Rogério Brito

**Narração:** Luciana Nery

**Trilha Sonora:** Fábio Paes, Lenine/Suzano, Romeiros/Benditos, Quinteto Violado

**Realização:** **Produtora** Universitária de Vídeo - ProVídeo/UESB

**013**

**Título:** Canudos: a Guerra no Sertão

Documentário, Betacam, 41min., Cor, 1997, Brasil.

**Direção e Roteiro:** Trípoli Gaudenzi

**Fotografia e Câmera:** Vito Diniz

**Música:** Ernest Wiedmer, Luiz Gonzaga, Villa Lobos

**Produtora:** Ecran Produções Audiovisuais

**014**

**Título:** Guerra de Canudos

Ficção, 35 mm, Cor, 170 min. 1997, Brasil.

**Direção:** Sérgio Rezende

**Roteiro:** Sérgio Rezende

**Direção de Fotografia:** Antônio Luís Mendes

**Câmera:** Giselle Chamma

**Direção de arte:** Cláudio Amaral Peixoto

**Figurino:** Beth Filipecki

**Direção de Produção:** César Cavalcanti

**Assistentes de Direção:**

**Elenco:** Cláudia Abreu, José Wilker, Paulo Betti, Marieta Severo, Selton Mello, Roberto Bomtempo, Tônico Pereira.

**Som:** Mark Willigen

**Música:** Edu Lobo

**Produção Executiva:** Marisa Figueiredo

**Produção:** Morena Filmes/Mariza Leão

## 015

**Título:** O Arraial

Ficção, 35 mm, Cor, 13 min. 1997, Brasil.

**Direção:** Otto Guerra e Adalgisa Luz

**Roteiro:** Adalgisa Luz

**Direção de arte:** Eloar Guazzelli e Paulo Mastroberti

**Animadores:** Tadao Miaqui, Lisandro Santos, Andrés Lieban e Kyoko Yamashita.

**Edição de Som:** Estúdio Tecla (Salvador).

**Trilha Sonora original:** Elomar Figuera e João Omar

**Produtora:** Otto Desenhos Animados Ltda

## 016

**Título:** Tempo Bravo - Guerra de Canudos Relembrada

Documentário, SVHS, Cor, 27 min. 1997, Brasil.

**Direção, Roteiro e Edição:** Alejandro Gabriel Miguez

**Orientação:** Cremilda Medina

**Música:** Bião, Tom Zé, José Miguel Wisnik, Fábio Paes e Enoque Oliveira

**Produção:** CJE-ECA-USP